

Tráfico de Seres Humanos

Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos,
Políticos e Jurisprudência em Portugal,
na Europa e no Mundo

Ministério da Administração Interna



COLETÂNEA
SELECIONADA
DE INSTRUMENTOS
JURÍDICOS, POLÍTICOS
E JURISPRUDÊNCIA
EM PORTUGAL, NA
EUROPA E NO MUNDO

Propriedade

Ministério da Administração Interna
Direção-Geral de Administração Interna
Observatório do Tráfico de Seres Humanos

Título

Tráfico de Seres Humanos
Coletânea Seleccionada de Instrumentos
Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em
Portugal,
na Europa e no Mundo

Coordenação e Organização da Edição

Joana Daniel-Wrabetz

Supervisão Jurídica

Plácido Conde Fernandes

Layout e Paginação

Palmigráfica-Artes Gráficas

**Pré-impressão, Impressão e
Acabamento**

Palmigráfica-Artes Gráficas

Data de Impressão

Outubro 2012

Tiragem

300 exemplares

ISBN

978-989-8477-09-5

Depósito Legal

350002/12

Prêambulo

Longe de constituir uma natureza exaustiva de apresentação de todos os documentos legais existentes sobre o fenómeno do tráfico de pessoas ou matérias conexas, a obra Tráfico de Seres Humanos: Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo apresenta-se como um instrumento de trabalho baseado numa selecção essencial que colocamos ao dispor de todos os profissionais que têm a árdua e importante missão de investigar e julgar o crime de tráfico de pessoas.

Organizado por forma a facilitar a consulta, esta coletânea apresenta ao leitor o ordenamento jurídico nacional, europeu e internacional mais recente e/ou pertinente nesta matéria - como é o caso das Directivas da União Europeia, Protocolos e Convenções das Nações Unidas, em particular a Organização Internacional do Trabalho, e do Conselho da Europa, trazendo ainda à colação alguns dos exemplos mais importantes de jurisprudência nacional e internacional, sempre sob um prisma alargado e inclusivo, à medida das características e dimensão do tráfico de seres humanos, nas suas principais vertentes sem esquecer o vetor essencial de salvaguarda e proteção das suas vítimas.

A presente obra é também o culminar de um esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), do Ministério da Administração Interna, desde meados de 2010. Ao longo das suas várias etapas de desenvolvimento contou com a importante participação de múltiplos intervenientes: Desde os estagiários do OTSH que deram início à recolha da legislação, o Dr. Sandro Marmelo e a Dra. Susana Coroadó, passando pela preciosa colaboração da Dra. Rita Penedo, que me ajudou ao longo de sucessivas triagens, até à seleção e revisão final dos instrumentos mais relevantes pelo Dr. Plácido Conde Fernandes que, em representação do Centro de Estudos Judiciários, aceitou com entusiasmo o convite que lhe foi endereçado e participou ativamente na supervisão jurídica deste livro.

Apresentando-se um retrato jurídico circunscrito a limites temporais, a validade da presente obra será a da própria legislação existente à data da sua publicação.

Consequentemente, assume-se desde já o compromisso da sua revisão técnica por forma a manter a sua validade operativa.

Inalterável será sempre o seu objetivo: dotar os profissionais com um instrumento que os apoie na promoção de um combate mais eficaz ao crime de tráfico de pessoas.

Joana Daniel-Wrabetz

Chefe de Equipa

Observatório do Tráfico de Seres Humanos

Tráfico de Seres Humanos

Quando olhamos o início do século XXI pelo olhar dos grandes ciclos históricos, podemos contemplar os feitos realizados no plano civilizacional desde o final da segunda guerra mundial com orgulho.

A era dos direitos do homem, em marcha desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o moderno constitucionalismo, tomaram a sério uma agenda efectiva no plano global e no plano nacional de realização da dignidade humana.

O direito a uma «vida verdadeiramente humana» constitui assim uma palavra de ordem no plano da política internacional e no plano das exigências morais e constitucionais de cada Estado.

O reconhecimento da dignidade humana não é apenas uma tarefa para cada Estado e ordem jurídica, mas uma exigência em que se torna necessário o esforço conjunto e conjugado de todos no reconhecimento, na protecção e na preservação dos direitos de cada pessoa, enquanto pessoa.

O orgulho nos feitos civilizacionais não pode levar ao esquecimento das zonas de penumbra, das sombras que ainda persistem neste processo que em poucas décadas levou ao final da escravatura e dos trabalhos forçados e ao reconhecimento da dignidade das mulheres e das crianças. Contudo, a exploração humana persiste, mais sofisticada, mais subtil, mais organizada e mais perigosa.

É com este enquadramento em que se procura encontrar denominadores comuns no plano jurídico internacional e critérios de actuação das autoridades nacionais que se apresenta a presente publicação acerca do tráfico de pessoas.

Na sua luta contra este fenómeno, o direito internacional dos direitos do homem encontra-se hoje em dia assente em documentos de natureza e eficácia diversa. De convenções de carácter universal ou regional, em que avultam mecanismos clássicos de cooperação entre Estados, a verdadeiras obrigações de incriminação, tendentes a estabelecer os contornos da definição de um tipo de crime e de o delimitar de

outros, como o do auxílio à imigração ilegal, até ao regime de protecção das vítimas, nomeadamente com o reconhecimento dos direitos pessoais e sociais.

O direito flexível, através de recomendações de organismos das Nações Unidas ou do Conselho da Europa e da União Europeia, delinea uma agenda política mobilizadora das autoridades de cada Estado, inscrevendo na opinião pública mundial um tema da maior gravidade civilizacional, o da exploração de pessoas para fins sexuais, de serviços ou trabalhos forçados, de escravatura e servidão ou ainda de extracção de órgãos.

É a necessidade de formação das autoridades judiciárias para compreender a especificidade deste fenómeno criminoso e dos seus agentes que justifica o especial investimento que instituições, como o Centro de Estudos Judiciários, fazem na preparação profissional de juizes e magistrados do ministério público.

Em especial, o Centro de Estudos Judiciários tem em preparação, para além de acções de formação presencial, um manual de formação para magistrados judiciais e do ministério público destinado a preparar especificamente estes profissionais no plano da investigação criminal e no do julgamento. A prova dos factos constitutivos deste crime, como é sabido, é difícil e complexa. A formação especializada dos magistrados, com a sua sensibilização para a perversidade dos delinquentes e dos esquemas utilizados, constitui uma exigência e simultaneamente um imperativo moral. Esta publicação inscreve-se já nesta estratégia global.

Afinal de contas, só assim poderemos reconhecer aos outros aquilo que reivindicamos para nós próprios, o direito a uma vida verdadeiramente humana.

António Pedro Barbas Homem

Director

Centro de Estudos Judiciários

Índice

I. Portugal 11

Constituição da República Portuguesa	13
Código Penal.....	23
Lei de Organização da Investigação Criminal	29
Medidas de Combate à Criminalidade Organizada	35
Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional	43
Regulamento do Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional	53
Regime Especial de Concessão de Autorização de Residência a Vítimas de Tráfico de Pessoas.....	55
Lei de Protecção de Testemunhas.....	57
Apreensão de Bens ou Elementos de Prova na União Europeia	71
Emissão e Execução de Decisões de Perda de Instrumentos, Produtos e Vantagens do Crime.....	83
Gabinete de Recuperação de Activos	97

II. União Europeia 105

Tratado de Lisboa.....	107
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	115
Luta Contra a Criminalidade Organizada	121
Eurojust.....	129
Europol.....	135
Directiva relativa à Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos e à Protecção das Vítimas.....	145

Busca de Crianças Desaparecidas ou Exploradas Sexualmente	171
Luta Contra a Exploração Sexual de Crianças e a Pornografia Infantil.....	175
Estatuto da Vítima em Processo Penal.....	185
Indemnização das Vítimas da Criminalidade	195

III. Conselho da Europa 205

Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.....	207
Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos	215

IV. Organização das Nações Unidas 243

Carta Internacional dos Direitos Humanos.....	245
Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional.....	253
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial de Mulheres e Crianças	291
Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.....	303
Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional	313

V. Organização Internacional do Trabalho (OIT)..... 315

Convenção 29 Relativa ao Trabalho Forçado ou Obrigatório.....	317
Convenção 105 Relativa À Abolição do Trabalho Forçado.....	329
Convenção 143 Relativa às Imigrações Efectuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes .	333
Convenção 182 Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação.....	343

Recomendação 190 Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação.....	349
Convention 189 Decent Work for Domestic Workers	355
Recommendation 201 Decent Work for Domestic Workers.....	365

VI. Jurisprudência Nacional373

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 11-12-2008	375
Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23-06-2010	389
Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 12-07-2011	485

VII. Jurisprudência Internacional 517

Caso Silidian contra França	519
Caso Rantsev contra Chipre e Rússia	563
Caso Breukhoven contra República Checa.....	659

I. Portugal

Constituição da República Portuguesa***Princípios fundamentais,******Artigo 1.º
República Portuguesa***

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

***Artigo 2.º
Estado de direito democrático***

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.

***Artigo 3.º
Soberania e legalidade***

1. A soberania, una e indivisível, reside no povo, que a exerce segundo as formas previstas na Constituição.
2. O Estado subordina-se à Constituição e funda-se na legalidade democrática.
3. A validade das leis e dos demais actos do Estado, das regiões autónomas, do poder local e de quaisquer outras entidades públicas depende da sua conformidade com a Constituição.

***Artigo 4.º
Cidadania portuguesa***

São cidadãos portugueses todos aqueles que como tal sejam considerados pela lei ou por convenção internacional.

(...)

Artigo 7.º
Relações internacionais

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.
2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.
3. Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.
4. Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.
5. Portugal empenha-se no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da acção dos Estados europeus a favor da democracia, da paz, do progresso económico e da justiça nas relações entre os povos.
6. Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático e pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica, social e territorial, de um espaço de liberdade, segurança e justiça e a definição e execução de uma política externa, de segurança e de defesa comuns, convencionar o exercício, em comum, em cooperação ou pelas instituições da União, dos poderes necessários à construção e aprofundamento da união europeia.
7. Portugal pode, tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, aceitar a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, nas condições de complementaridade e demais termos estabelecidos no Estatuto de Roma.

Artigo 8.º
Direito internacional

1. As normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português.
2. As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado Português.
3. As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos.
4. As disposições dos tratados que regem a União Europeia e as normas emanadas das suas instituições, no exercício das respectivas competências, são aplicáveis na ordem interna, nos termos definidos pelo direito da União, com respeito pelos princípios fundamentais do Estado de direito democrático.

Artigo 9.º
Tarefas fundamentais do Estado

São tarefas fundamentais do Estado:

- a) Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam;
- b) Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;
- c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;
- d) Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;
- e) Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território;
- f) Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa;

- g) Promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- h) Promover a igualdade entre homens e mulheres.

(...)

PARTE I
Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I
Princípios gerais

Artigo 12.º
Princípio da universalidade

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

Artigo 13.º
Princípio da igualdade

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 14.º
Portugueses no estrangeiro

Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da protecção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país.

Artigo 15.º
Estrangeiros, apátridas, cidadãos europeus

1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.

3. Aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.

4. A lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, capacidade eleitoral activa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais.

5. A lei pode ainda atribuir, em condições de reciprocidade, aos cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia residentes em Portugal o direito de elegerem e serem eleitos Deputados ao Parlamento Europeu.

Artigo 16.º *Âmbito e sentido dos direitos fundamentais*

1. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional.

2. Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Artigo 17.º *Regime dos direitos, liberdades e garantias*

O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos enunciados no título II e aos direitos fundamentais de natureza análoga.

Artigo 18.º *Força jurídica*

1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas.

2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

3. As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.

(...)

Artigo 20.º
Acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.
2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.
3. A lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça.
4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objecto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.
5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

(...)

TÍTULO II
Direitos, liberdades e garantias

CAPÍTULO I
Direitos, liberdades e garantias pessoais

Artigo 24.º
Direito à vida

1. A vida humana é inviolável.
2. Em caso algum haverá pena de morte.

Artigo 25.º
Direito à integridade pessoal

1. A integridade moral e física das pessoas é inviolável.

2. Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

Artigo 26.º
Outros direitos pessoais

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.

2. A lei estabelecerá garantias efectivas contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

3. A lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano, nomeadamente na criação, desenvolvimento e utilização das tecnologias e na experimentação científica.

4. A privação da cidadania e as restrições à capacidade civil só podem efectuar-se nos casos e termos previstos na lei, não podendo ter como fundamento motivos políticos.

Artigo 27.º
Direito à liberdade e à segurança

1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.

2. Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

3. Exceptua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes:

- a) Detenção em flagrante delito;
- b) Detenção ou prisão preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos;
- c) Prisão, detenção ou outra medida coactiva sujeita a controlo judicial, de pessoa que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão;
- d) Prisão disciplinar imposta a militares, com garantia de recurso para o tribunal competente;

- e) Sujeição de um menor a medidas de protecção, assistência ou educação em estabelecimento adequado, decretadas pelo tribunal judicial competente;
 - f) Detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante autoridade judiciária competente;
 - g) Detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários;
 - h) Internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por autoridade judicial competente.
4. Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos.
5. A privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer.

(...)

TÍTULO III

Direitos e deveres económicos, sociais e culturais

CAPÍTULO I

Direitos e deveres económicos

Artigo 58.º ***Direito ao trabalho***

1. Todos têm direito ao trabalho.
2. Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover:
- a) A execução de políticas de pleno emprego;
 - b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais;
 - c) A formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.

Artigo 59.º ***Direitos dos trabalhadores***

1. Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito:

- a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna;
 - b) A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar;
 - c) A prestação do trabalho em condições de higiene, segurança e saúde;
 - d) Ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas;
 - e) À assistência material, quando involuntariamente se encontrem em situação de desemprego;
 - f) A assistência e justa reparação, quando vítimas de acidente de trabalho ou de doença profissional.
2. Incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito, nomeadamente:
- a) O estabelecimento e a actualização do salário mínimo nacional, tendo em conta, entre outros factores, as necessidades dos trabalhadores, o aumento do custo de vida, o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as exigências da estabilidade económica e financeira e a acumulação para o desenvolvimento;
 - b) A fixação, a nível nacional, dos limites da duração do trabalho;
 - c) A especial protecção do trabalho das mulheres durante a gravidez e após o parto, bem como do trabalho dos menores, dos diminuídos e dos que desempenhem actividades particularmente violentas ou em condições insalubres, tóxicas ou perigosas;
 - d) O desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias, em cooperação com organizações sociais;
 - e) A protecção das condições de trabalho e a garantia dos benefícios sociais dos trabalhadores emigrantes;
 - f) A protecção das condições de trabalho dos trabalhadores estudantes.
3. Os salários gozam de garantias especiais, nos termos da lei.

(...)

Código Penal
Crimes Selecionados

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.

Artigo 158.º
Sequestro

1. Quem detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa ou de qualquer forma a privar da liberdade é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.
2. O agente é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos se a privação da liberdade:
 - a) Durar por mais de 2 dias;
 - b) For precedida ou acompanhada de ofensa à integridade física grave, tortura ou outro tratamento cruel, degradante ou desumano;
 - c) For praticada com o falso pretexto de que a vítima sofria de anomalia psíquica;
 - d) Tiver como resultado suicídio ou ofensa à integridade física grave da vítima;
 - e) For praticada contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez;
 - f) For praticada contra uma das pessoas referidas na alínea l) do n.º 2 do artigo 132.º, no exercício das suas funções ou por causa delas;
 - g) For praticada mediante simulação de autoridade pública ou por funcionário com grave abuso de autoridade.
3. Se da privação da liberdade resultar a morte da vítima o agente é punido com pena de prisão de 3 a 15 anos.

Artigo 159.º
Escravidão

Quem:

- a) Reduzir outra pessoa ao estado ou à condição de escravo; ou
 - b) Alienar, ceder ou adquirir pessoa ou dela se apossar com a intenção de a manter na situação prevista na alínea anterior;
- é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 160.º
Tráfico de pessoas

1. Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;

é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2. A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

3. No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4. Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

5. Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.ºs 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

6. Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.ºs 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 161.º
Rapto

1. Quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, raptar outra pessoa com a intenção de:

- a) Submeter a vítima a extorsão;
- b) Cometer crime contra a liberdade e autodeterminação sexual da vítima;
- c) Obter resgate ou recompensa; ou
- d) Constranger a autoridade pública ou um terceiro a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade;

é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. Se no caso se verificarem as situações previstas:

- a) No n.º 2 do artigo 158.º, o agente é punido com pena de prisão de 3 a 15 anos;
- b) No n.º 3 do artigo 158.º, o agente é punido com pena de prisão de 8 a 16 anos.

3. Se o agente renunciar voluntariamente à sua pretensão e libertar a vítima, ou se esforçar seriamente por o conseguir, a pena pode ser especialmente atenuada.

Artigo 169.º ***Lenocínio***

1. Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

2. Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

- a) Por meio de violência ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho; ou
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;

é punido com pena de prisão de um a oito anos.

Artigo 171.º ***Abuso sexual de crianças***

1. Quem praticar acto sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2. Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

3. Quem:

- a) Importunar menor de 14 anos, praticando acto previsto no artigo 170.º; ou
- b) Actuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espectáculo ou objecto pornográficos;

é punido com pena de prisão até três anos.

4. Quem praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

Artigo 174.º
Recurso à prostituição de menores

1. Quem, sendo maior, praticar acto sexual de relevo com menor entre 14 e 18 anos, mediante pagamento ou outra contrapartida, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

2. Se o acto sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objectos, o agente é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias.

3. A tentativa é punível.

Artigo 175.º
Lenocínio de menores

1. Quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2. Se o agente cometer o crime previsto no número anterior:

- a) Por meio de violência ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;
- d) Actuando profissionalmente ou com intenção lucrativa; ou
- e) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima;

é punido com pena de prisão de dois a dez anos.

Artigo 176.º
Pornografia de menores

1. Quem:

- a) Utilizar menor em espectáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim;
- b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim;
- c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior;
- d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder;

é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

2. Quem praticar os actos descritos no número anterior profissionalmente ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de um a oito anos.

3. Quem praticar os actos descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 utilizando material pornográfico com representação realista de menor é punido com pena de prisão até dois anos.

4. Quem adquirir ou detiver os materiais previstos na alínea b) do n.º 1 é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.

5. A tentativa é punível.

Lei de Organização da Investigação Criminal***Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto.******CAPÍTULO I******Investigação criminal******Artigo 1.º******Definição***

A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.

Artigo 2.º***Direcção da investigação criminal***

1. A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo.
2. A autoridade judiciária é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal.
3. Os órgãos de polícia criminal, logo que tomem conhecimento de qualquer crime, comunicam o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias, sem prejuízo de, no âmbito do despacho de natureza genérica previsto no n.º 4 do artigo 270.º do Código de Processo Penal, deverem iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.
4. Os órgãos de polícia criminal actuam no processo sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.
5. As investigações e os actos delegados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos funcionários designados pelas autoridades de polícia criminal para o efeito competentes, no âmbito da autonomia técnica e táctica necessária ao eficaz exercício dessas atribuições.
6. A autonomia técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia táctica consiste na escolha do tempo, lugar

e modo adequados à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal.

7. Os órgãos de polícia criminal impulsionam e desenvolvem, por si, as diligências legalmente admissíveis, sem prejuízo de a autoridade judiciária poder, a todo o tempo, avocar o processo, fiscalizar o seu andamento e legalidade e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer actos.

CAPÍTULO II

Órgãos de polícia criminal

Artigo 3.º

Órgãos de polícia criminal

1. São órgãos de polícia criminal de competência genérica:
 - a) A Polícia Judiciária;
 - b) A Guarda Nacional Republicana;
 - c) A Polícia de Segurança Pública.
2. Possuem competência específica todos os restantes órgãos de polícia criminal.
3. A atribuição de competência reservada a um órgão de polícia criminal depende de previsão legal expressa.
4. Compete aos órgãos de polícia criminal:
 - a) Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação;
 - b) Desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

Artigo 4.º

Competência específica em matéria de investigação criminal

1. A atribuição de competência específica obedece aos princípios da especialização e racionalização na afectação dos recursos disponíveis para a investigação criminal.
2. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º, os órgãos de polícia criminal de competência genérica abstêm-se de iniciar ou prosseguir investigações por crimes que, em concreto, estejam a ser investigados por órgãos de polícia criminal de competência específica.

Artigo 5.º
Incompetência em matéria de investigação criminal

1. Sem prejuízo dos casos de competência deferida, o órgão de polícia criminal que tiver notícia do crime e não seja competente para a sua investigação apenas pode praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.
2. Sem prejuízo dos casos de competência deferida, se a investigação em curso vier a revelar conexão com crimes que não são da competência do órgão de polícia criminal que tiver iniciado a investigação, este remete, com conhecimento à autoridade judiciária, o processo para o órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas.
3. No caso previsto no número anterior, a autoridade judiciária competente pode promover a cooperação entre os órgãos de polícia criminal envolvidos, através das formas consideradas adequadas, se tal se afigurar útil para o bom andamento da investigação.

Artigo 6.º
Competência da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública em matéria de investigação criminal

É da competência genérica da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º

Artigo 7.º
Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal

1. É da competência da Polícia Judiciária a investigação dos crimes previstos nos números seguintes e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º
2. É da competência reservada da Polícia Judiciária, não podendo ser deferida a outros órgãos de polícia criminal, a investigação dos seguintes crimes:
 - a) Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;
 - b) Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;
 - c) Contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário;

- d) Contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem;
 - e) Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho de ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;
 - f) Participação em motim armado;
 - g) Associação criminosa;
 - h) Contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral;
 - i) Branqueamento;
 - j) Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio;
 - l) Organizações terroristas e terrorismo;
 - m) Praticados contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os presidentes dos tribunais superiores e o Procurador-Geral da República, no exercício das suas funções ou por causa delas;
 - n) Prevaricação e abuso de poderes praticados por titulares de cargos políticos;
 - o) Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção e fraude na obtenção de crédito bonificado;
 - p) Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios;
 - q) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e o).
3. É ainda da competência reservada da Polícia Judiciária a investigação dos seguintes crimes, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte:
- a) Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão;
 - b) Furto, dano, roubo ou receptação de coisa móvel que:
 - i) Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;
 - ii) Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;
 - iii) Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação; ou
 - iv) Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa;
 - c) Burla punível com pena de prisão superior a 5 anos;
 - d) Insolvência dolosa e administração danosa;

- e) Falsificação ou contrafacção de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação ou de viagem;
 - f) Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioactivas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo;
 - g) Poluição com perigo comum;
 - h) Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas;
 - i) Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;
 - j) Económico-financeiros;
 - l) Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática;
 - m) Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas;
 - n) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e l).
4. Compete também à Polícia Judiciária, sem prejuízo das competências da Unidade de Acção Fiscal da Guarda Nacional Republicana, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, a investigação dos seguintes crimes:
- a) Tributários de valor superior a €500 000;
 - b) Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal;
 - c) Tráfico de pessoas;
 - d) Falsificação ou contrafacção de documento de identificação ou de viagem, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, conexos com os crimes referidos nas alíneas b) e c);
 - e) Relativos ao mercado de valores mobiliários.
5. Nos casos previstos no número anterior, a investigação criminal é desenvolvida pelo órgão de polícia criminal que a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por determinação da autoridade judiciária competente.
6. Ressalva -se do disposto no presente artigo a competência reservada da Polícia Judiciária Militar em matéria de investigação criminal, nos termos do respectivo Estatuto, sendo aplicável o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 8.º

(...)

Medidas de Combate à Criminalidade Organizada**Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro.**

Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, alterada pela Rectificação n.º 5/2002, de 06 de Fevereiro, Lei n.º 19/2008, de 21 de Abril, e Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro.

Estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira e procede à segunda alteração à Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro, alterada pela Lei n.º 90/99, de 10 de Julho, e quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 325/95, de 2 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e pela Lei n.º 104/2001, de 25 de Agosto.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I**Artigo 1.º**
Âmbito de aplicação

1. A presente lei estabelece um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado, relativa aos crimes de:

- a) Tráfico de estupefacientes, nos termos dos artigos 21.º a 23.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro;
- b) Terrorismo e organização terrorista;
- c) Tráfico de armas;
- d) Tráfico de influência;
- e) Corrupção activa e passiva;
- f) Peculato;
- g) Participação económica em negócio;
- h) Branqueamento de capitais;
- i) Associação criminosa;
- j) Contrabando;
- l) Tráfico e viciação de veículos furtados;
- m) Lenocínio e lenocínio e tráfico de menores;
- n) Contrafacção de moeda e de títulos equiparados a moeda.

2. O disposto na presente lei só é aplicável aos crimes previstos nas alíneas j) a n) do número anterior se o crime for praticado de forma organizada.

3. O disposto nos capítulos II e III é ainda aplicável aos demais crimes referidos no n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro.

CAPÍTULO II

Segredo profissional

Artigo 2.º

Quebra de segredo

1. Nas fases de inquérito, instrução e julgamento de processos relativos aos crimes previstos no artigo 1.º, o segredo profissional dos membros dos órgãos sociais das instituições de crédito, sociedades financeiras e instituições de pagamento, dos seus empregados e de pessoas que a elas prestem serviço, bem como o segredo dos funcionários da administração fiscal, cedem, se houver razões para crer que as respectivas informações têm interesse para a descoberta da verdade.

2. Para efeitos da presente lei, o disposto no número anterior depende unicamente de ordem da autoridade judiciária titular da direcção do processo, em despacho fundamentado.

3. O despacho previsto no número anterior identifica as pessoas abrangidas pela medida e especifica as informações que devem ser prestadas e os documentos que devem ser entregues, podendo assumir forma genérica para cada um dos sujeitos abrangidos quando a especificação não seja possível.

4. Se não for conhecida a pessoa ou pessoas titulares das contas ou intervenientes nas transacções é suficiente a identificação das contas e transacções relativamente às quais devem ser obtidas informações.

5. Quando se trate de informações relativas a arguido no processo ou a pessoa colectiva, o despacho previsto no n.º 2 assume sempre forma genérica, abrangendo:

- a) Informações fiscais;
- b) Informações relativas a contas bancárias ou a contas de pagamento e respectivos movimentos, de que o arguido ou pessoa colectiva sejam titulares ou co-titulares, ou em relação às quais disponham de poderes para efectuar movimentos;
- c) Informações relativas a transacções bancárias e financeiras ou a operações de pagamento em que o arguido ou a pessoa colectiva sejam intervenientes;

- d) Identificação dos outros intervenientes nas operações referidas nas alíneas b) e c);
- e) Documentos de suporte das informações referidas nos números anteriores.

6. Para cumprimento do disposto nos números anteriores, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal com competência para a investigação têm acesso às bases de dados da administração fiscal.

Artigo 3.º
Procedimento relativo a instituições de crédito, sociedades financeiras e instituições de pagamento

1. Após o despacho previsto no artigo anterior, a autoridade judicial ou, por sua delegação, o órgão de polícia criminal com competência para a investigação, solicitam às instituições de crédito, às sociedades financeiras ou às instituições de pagamento as informações e os documentos de suporte, ou sua cópia, que sejam relevantes.
2. As instituições de crédito, as sociedades financeiras e as instituições de pagamento são obrigadas a fornecer os elementos solicitados, no prazo de:
 - a) 5 dias, quanto a informações disponíveis em suporte informático;
 - b) 30 dias, quanto aos respectivos documentos de suporte e a informações não disponíveis em suporte informático, prazo que é reduzido a metade caso existam arguidos detidos ou presos.
3. Se o pedido não for cumprido dentro do prazo, ou houver fundadas suspeitas de que tenham sido ocultados documentos ou informações, a autoridade judicial titular da direcção do processo procede à apreensão dos documentos, mediante autorização, na fase de inquérito, do juiz de instrução.
4. Os documentos que não interessem ao processo são devolvidos à entidade que os forneceu ou destruídos, quando não se trate de originais, lavrando-se o respectivo auto.
5. Se as instituições referidas no n.º 1 não forem conhecidas, a autoridade judicial titular da direcção do processo solicita ao Banco de Portugal a difusão do pedido de informações.
6. As instituições de crédito, sociedades financeiras ou instituições de pagamento indicam à Procuradoria-Geral da República uma entidade central responsável pela resposta aos pedidos de informação e de documentos.

*Artigo 4.º**Controlo de contas bancárias e de contas de pagamento*

1. O controlo de conta bancária ou de conta de pagamento obriga a respectiva instituição de crédito ou instituição de pagamento a comunicar quaisquer movimentos sobre a conta à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal dentro das vinte e quatro horas subsequentes.
2. O controlo de conta bancária ou de conta de pagamento é autorizado ou ordenado, consoante os casos, por despacho do juiz, quando tiver grande interesse para a descoberta da verdade.
3. O despacho referido no número anterior identifica a conta ou contas abrangidas pela medida, o período da sua duração e a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal responsável pelo controlo.
4. O despacho previsto no n.º 2 pode ainda incluir a obrigação de suspensão de movimentos nele especificados, quando tal seja necessário para prevenir a prática de crime de branqueamento de capitais.
5. A suspensão cessa se não for confirmada por autoridade judiciária, no prazo de quarenta e oito horas.

*Artigo 5.º**Obrigações de sigilo*

As pessoas referidas no n.º 1 do artigo 2.º ficam vinculadas pelo segredo de justiça quanto aos actos previstos nos artigos 2.º a 4.º de que tomem conhecimento, não podendo, nomeadamente, divulgá-los às pessoas cujas contas são controladas ou sobre as quais foram pedidas informações ou documentos.

*CAPÍTULO III**Outros meios de produção de prova**Artigo 6.º**Registo de voz e de imagem*

1. É admissível, quando necessário para a investigação de crimes referidos no artigo 1.º, o registo de voz e de imagem, por qualquer meio, sem consentimento do visado.

2. A produção destes registos depende de prévia autorização ou ordem do juiz, consoante os casos.
3. São aplicáveis aos registos obtidos, com as necessárias adaptações, as formalidades previstas no artigo 188.º do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO IV

Perda de bens a favor do Estado

Artigo 7.º *Perda de bens*

1. Em caso de condenação pela prática de crime referido no artigo 1.º, e para efeitos de perda de bens a favor do Estado, presume-se constituir vantagem de actividade criminosa a diferença entre o valor do património do arguido e aquele que seja congruente com o seu rendimento lícito.
2. Para efeitos desta lei, entende-se por património do arguido o conjunto dos bens:
 - a) Que estejam na titularidade do arguido, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício, à data da constituição como arguido ou posteriormente;
 - b) Transferidos para terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, nos cinco anos anteriores à constituição como arguido;
 - c) Recebidos pelo arguido nos cinco anos anteriores à constituição como arguido, ainda que não se consiga determinar o seu destino.
3. Consideram-se sempre como vantagens de actividade criminosa os juros, lucros e outros benefícios obtidos com bens que estejam nas condições previstas no artigo 111.º do Código Penal.

Artigo 8.º *Promoção da perda de bens*

1. O Ministério Público liquida, na acusação, o montante apurado como devendo ser perdido a favor do Estado.
2. Se não for possível a liquidação no momento da acusação, ela pode ainda ser efectuada até ao 30.º dia anterior à data designada para a realização da primeira audiência de discussão e julgamento, sendo deduzida nos próprios autos.
3. Efectuada a liquidação, pode esta ser alterada dentro do prazo previsto no número anterior se houver conhecimento superveniente da inexactidão do valor antes determinado.

4. Recebida a liquidação, ou a respectiva alteração, no tribunal, é imediatamente notificada ao arguido e ao seu defensor.

Artigo 9.º *Prova*

1. Sem prejuízo da consideração pelo tribunal, nos termos gerais, de toda a prova produzida no processo, pode o arguido provar a origem lícita dos bens referidos no n.º 2 do artigo 7.º

2. Para os efeitos do número anterior é admissível qualquer meio de prova válido em processo penal.

3. A presunção estabelecida no n.º 1 do artigo 7.º é ilidida se se provar que os bens:

- a) Resultam de rendimentos de actividade lícita;
- b) Estavam na titularidade do arguido há pelo menos cinco anos no momento da constituição como arguido;
- c) Foram adquiridos pelo arguido com rendimentos obtidos no período referido na alínea anterior.

4. Se a liquidação do valor a perder em favor do Estado for deduzida na acusação, a defesa deve ser apresentada na contestação. Se a liquidação for posterior à acusação, o prazo para defesa é de 20 dias contados da notificação da liquidação.

5. A prova referida nos n.ºs 1 a 3 é oferecida em conjunto com a defesa.

Artigo 10.º *Arresto*

1. Para garantia do pagamento do valor determinado nos termos do n.º 1 do artigo 7.º, é decretado o arresto de bens do arguido.

2. A todo o tempo, o Ministério Público requer o arresto de bens do arguido no valor correspondente ao apurado como constituindo vantagem de actividade criminosa.

3. O arresto é decretado pelo juiz, independentemente da verificação dos pressupostos referidos no n.º 1 do artigo 227.º do Código de Processo Penal, se existirem fortes indícios da prática do crime.

4. Em tudo o que não contrariar o disposto na presente lei é aplicável ao arresto o regime do arresto preventivo previsto no Código de Processo Penal.

Artigo 11.º
Modificação e extinção do arresto

1. O arresto cessa se for prestada caução económica pelo valor referido no n.º 1 do artigo anterior.
2. Se, em qualquer momento do processo, for apurado que o valor susceptível de perda é menor ou maior do que o inicialmente apurado, o Ministério Público requer, respectivamente, a redução do arresto ou a sua ampliação.
3. O arresto ou a caução económica extinguem-se com a decisão final absolutória.

Artigo 12.º
Declaração de perda

1. Na sentença condenatória, o tribunal declara o valor que deve ser perdido a favor do Estado, nos termos do artigo 7.º
2. Se este valor for inferior ao dos bens arrestados ou à caução prestada, são um ou outro reduzidos até esse montante.
3. Se não tiver sido prestada caução económica, o arguido pode pagar voluntariamente o montante referido no número anterior nos 10 dias subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, extinguindo-se o arresto com esse pagamento.
4. Não se verificando o pagamento, são perdidos a favor do Estado os bens arrestados.

CAPÍTULO V
Regime sancionatório

Artigo 13.º
Falsidade de informações

1. Quem, sendo membro dos órgãos sociais de instituição de crédito, sociedade financeira ou instituição de pagamento, o seu empregado, ou a elas prestando serviço, ou funcionário da administração fiscal, fornecer informações ou entregar documentos falsos ou deturpados no âmbito de procedimento ordenado nos termos do capítulo ii é punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou multa não inferior a 60 dias.
2. Na mesma pena incorre quem, sem justa causa, se recusar a prestar informações ou a entregar documentos ou obstruir a sua apreensão.

Artigo 14.º
Contra-ordenações

1. Constitui contra-ordenação, punível com coima de (euro) 750 a (euro) 750 000, o incumprimento das obrigações previstas no capítulo ii, por parte das instituições de crédito, sociedades financeiras ou instituições de pagamento.
2. Caso o incumprimento seja reiterado, os limites máximo e mínimo da coima são elevados para o dobro.
3. Em caso de negligência, o montante máximo da coima é reduzido a metade.
4. A instrução dos processos de contra-ordenações previstas nos números anteriores é da competência, relativamente a cada entidade, da autoridade encarregue da supervisão do respectivo sector.
5. Compete ao Ministro das Finanças a aplicação das sanções previstas nos n.ºs 1 a 3.

CAPÍTULO VI
Disposições finais

Artigo 15.º
Norma revogatória

São revogados:

- a) O artigo 5.º da Lei n.º 36/94, de 29 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 90/99, de 10 de Julho;

Consultar a Lei n.º 36/94, 29 de Setembro (actualizada face ao diploma em epígrafe)

- b) O artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 325/95, de 2 de Dezembro.

Artigo 16.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

***Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento
de Estrangeiros do Território Nacional******Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho.******Alterada pela Lei n.º 29/2012 de 9 de Agosto.******CAPÍTULO I
Disposições gerais******Artigo 1.º
Objecto***

A presente lei define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração.

***Artigo 2.º
Transposição de directivas***

1. Esta lei transpõe para a ordem jurídica interna as seguintes directivas comunitárias:
 - a) Directiva n.º 2003/86/CE, do Conselho, de 22 de Setembro, relativa ao direito ao reagrupamento familiar;
 - b) Directiva n.º 2003/110/CE, do Conselho, de 25 de Novembro, relativa ao apoio em caso de trânsito para efeitos de afastamento por via aérea;
 - c) Directiva n.º 2003/109/CE, de 25 de Novembro, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração;
 - d) Directiva n.º 2004/81/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas do tráfico de seres humanos ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal e que cooperem com as autoridades competentes;
 - e) Directiva n.º 2004/82/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa à obrigação de comunicação de dados dos passageiros pelas transportadoras;
 - f) Directiva n.º 2004/114/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro, relativa às condições de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de estudos, de intercâmbio de estudantes, de formação não remunerada ou de voluntariado;
 - g) Directiva n.º 2005/71/CE, do Conselho, de 12 de Outubro, relativa a um procedimento específico de admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação científica.

2. Simultaneamente, procede-se à consolidação no direito nacional da transposição dos seguintes actos comunitários:

- a) Decisão Quadro, do Conselho, de 28 de Novembro de 2002, relativa ao reforço do quadro penal para a prevenção do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares;
- b) Directiva n.º 2001/40/CE, do Conselho, de 28 de Maio, relativa ao reconhecimento mútuo de decisões de afastamento de nacionais de países terceiros;
- c) Directiva n.º 2001/51/CE, do Conselho, de 28 de Junho, que completa as disposições do artigo 26.º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de Junho de 1985;
- d) Directiva n.º 2002/90/CE, do Conselho, de 28 de Novembro, relativa à definição do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares.

(...)

CAPÍTULO II

SECÇÃO V

Autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal

Artigo 109.º *Autorização de residência*

1. É concedida autorização de residência ao cidadão estrangeiro que seja ou tenha sido vítima de infracções penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal, mesmo que tenha entrado ilegalmente no País ou não preencha as condições de concessão de autorização de residência.
2. A autorização de residência a que se refere o número anterior é concedida após o termo do prazo de reflexão previsto no artigo 111.º, desde que:
 - a) Seja necessário prorrogar a permanência do interessado em território nacional, tendo em conta o interesse que a sua presença representa para as investigações e procedimentos judiciais;
 - b) O interessado mostre vontade clara em colaborar com as autoridades na investigação e repressão do tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal;
 - c) O interessado tenha rompido as relações que tinha com os presumíveis autores das infracções referidas no número anterior.

3. A autorização de residência pode ser concedida antes do termo do prazo de reflexão previsto no artigo 111.º, se se entender que o interessado preenche de forma inequívoca o critério previsto na alínea b) do número anterior.

4. Pode igualmente ser concedida após o termo do prazo de reflexão previsto no artigo 111.º autorização de residência ao cidadão estrangeiro identificado como vítima de tráfico de pessoas, nos termos de legislação especial, com dispensa das condições estabelecidas nas alíneas a) e b) do n.º 2.

5. A autorização de residência concedida nos termos dos números anteriores é válida por um período de um ano e renovável por iguais períodos, se as condições enumeradas no n.º 2 continuarem a estar preenchidas ou se se mantiver a necessidade de protecção da pessoa identificada como vítima de tráfico de pessoas, nos termos de legislação especial.

Artigo 110.º *Informação às vítimas*

Sempre que as autoridades públicas ou as associações que actuem no âmbito da protecção das vítimas de criminalidade considerarem que um cidadão estrangeiro possa estar abrangido pelo disposto no artigo anterior, informam a pessoa em causa da possibilidade de beneficiarem do disposto na presente secção.

Artigo 111.º *Prazo de reflexão*

1. Antes da emissão da autorização de residência prevista no artigo 109.º, o SEF dá à pessoa interessada um prazo de reflexão que lhe permita recuperar e escapar à influência dos autores das infracções em causa.

2. O prazo de reflexão referido no número anterior tem uma duração mínima de 30 dias e máxima de 60 dias, contados a partir do momento em que as autoridades competentes solicitam a colaboração, do momento em que a pessoa interessada manifesta a sua vontade de colaborar com as autoridades encarregadas da investigação ou do momento em que a pessoa em causa é sinalizada como vítima de tráfico de pessoas nos termos da legislação especial aplicável.

3. Durante o prazo de reflexão, o interessado tem direito ao tratamento previsto no artigo 112.º, não podendo contra ele ser executada qualquer medida de afastamento.

4. O prazo de reflexão não confere ao interessado direito de residência ao abrigo do disposto na presente secção.

Artigo 112.º

Direitos da vítima antes da concessão da autorização de residência

1. Antes da concessão de autorização de residência, é assegurada à pessoa sinalizada ou identificada como vítima de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal, que não disponha de recursos suficientes, a sua subsistência e o acesso a tratamento médico urgente e adequado.
2. Para efeitos do disposto no número anterior são tidas em consideração as necessidades específicas das pessoas mais vulneráveis, incluindo o recurso, se necessário, a assistência psicológica.
3. É igualmente garantida a segurança e protecção da pessoa referida no n.º 1.
4. Sempre que necessário, é prestada à pessoa referida no n.º 1 assistência de tradução e interpretação, bem como protecção jurídica nos termos da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, não sendo aplicável o disposto no n.º 2 do seu artigo 7.º

Artigo 113.º

Direitos do titular de autorização de residência

1. Ao titular de autorização de residência concedida nos termos do artigo 109.º que não disponha de recursos suficientes é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo anterior.
2. Aos titulares de autorização de residência concedida nos termos do artigo 109.º que não disponham de recursos suficientes e tenham necessidades específicas, tais como menores ou mulheres grávidas, deficientes, vítimas de violência sexual ou de outras formas de violência, é prestada a necessária assistência médica e social.
3. É proporcionado ao titular de autorização de residência concedida nos termos do artigo 109.º o acesso a programas oficiais existentes, cujo objectivo seja ajudá-lo a retomar uma vida social normal, incluindo cursos destinados a melhorar as suas aptidões profissionais ou a preparar o seu regresso assistido ao país de origem.

Artigo 114.º *Menores*

1. Na aplicação do disposto nos artigos 109.º a 112.º é tido em consideração o interesse superior da criança, devendo os procedimentos ser adequados à sua idade e maturidade.
2. O prazo de reflexão previsto no n.º 2 do artigo 111.º pode ser prorrogado se o interesse da criança o exigir.
3. Os menores vítimas de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal têm acesso ao sistema educativo nas mesmas condições que os cidadãos nacionais.
4. São feitas todas as diligências para estabelecer a identidade e nacionalidade do menor não acompanhado, tal como definido no n.º 5 do artigo 99.º, bem como para localizar o mais rapidamente possível a sua família e para garantir a sua representação legal, incluindo, se necessário, no âmbito do processo penal, nos termos da lei.

Artigo 115.º *Cancelamento da autorização de residência*

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 85.º, a autorização de residência concedida ao abrigo da presente secção pode ser cancelada a todo o tempo se:
 - a) O portador tiver reatado activa e voluntariamente, por sua própria iniciativa, contactos com os presumíveis autores de tráfico de pessoas ou de auxílio à imigração ilegal; ou
 - b) A autoridade responsável considerar que a cooperação é fraudulenta ou que a queixa da vítima é infundada ou fraudulenta; ou
 - c) A vítima deixar de cooperar.
2. A alínea c) do número anterior não é aplicável aos titulares de autorização de residência concedida ao abrigo do n.º 4 do artigo 109.º

(...)

CAPÍTULO IX **Disposições penais**

Artigo 181.º *Entrada, permanência e trânsito ilegais*

1. Considera-se ilegal a entrada de cidadãos estrangeiros em território português em violação do disposto nos artigos 6.º, 9.º e 10.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º

2. Considera-se ilegal a permanência de cidadãos estrangeiros em território português quando esta não tenha sido autorizada de harmonia com o disposto na presente lei ou na lei reguladora do direito de asilo, bem como quando se tenha verificado a entrada ilegal nos termos do número anterior.

3. Considera-se ilegal o trânsito de cidadãos estrangeiros em território português quando estes não tenham garantida a sua admissão no país de destino.

Artigo 182.º

Responsabilidade criminal e civil das pessoas colectivas e equiparadas

1. As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos na presente lei.

2. As entidades referidas no n.º 1 respondem solidariamente, nos termos da lei civil, pelo pagamento das multas, coimas, indemnizações e outras prestações em que forem condenados os agentes das infracções previstas na presente lei.

3. À responsabilidade criminal pela prática dos crimes previstos nos artigos 183.º a 185.º -A, acresce a responsabilidade civil pelo pagamento de todas as despesas inerentes à estada e ao afastamento dos cidadãos estrangeiros envolvidos, incluindo quaisquer despesas com custos de envio para o país de origem de verbas decorrentes de créditos laborais em dívida.

Artigo 183.º

Auxílio à imigração ilegal

1. Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional é punido com pena de prisão até 3 anos.

2. Quem favorecer ou facilitar, por qualquer forma, a entrada, a permanência ou o trânsito ilegais de cidadão estrangeiro em território nacional, com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

3. Se os factos forem praticados mediante transporte ou manutenção do cidadão estrangeiro em condições desumanas ou degradantes ou pondo em perigo a sua vida ou causando-lhe ofensa grave à integridade física ou a morte, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

4. A tentativa é punível.

5. As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da actividade de um a cinco anos.

Artigo 184.º
Associação de auxílio à imigração ilegal

1. Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou atividade seja dirigida à prática dos crimes previstos no artigo anterior é punido com pena de prisão de um a seis anos.
2. Incorre na mesma pena quem fizer parte de tais grupos, organizações ou associações, bem como quem os apoiar ou prestar auxílio para que se recrutem novos elementos.
3. Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações mencionados nos números anteriores é punido com pena de prisão de dois a oito anos.
4. A tentativa é punível.
5. As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, ou de interdição do exercício da actividade de um a cinco anos.

Artigo 185.º
Angariação de mão-de-obra ilegal

1. Quem, com intenção lucrativa, para si ou para terceiro, aliciar ou angariar com o objetivo de introduzir no mercado de trabalho cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de autorização de residência ou visto que habilite ao exercício de uma atividade profissional é punido com pena de prisão de um a cinco anos.
2. Quem, de forma reiterada, praticar os atos previstos no número anterior, é punido com pena de prisão de dois a seis anos.
3. A tentativa é punível.

Artigo 185.º-A
Utilização da atividade de cidadão estrangeiro em situação ilegal

1. Quem, de forma habitual, utilizar o trabalho de cidadãos estrangeiros que não sejam titulares de autorização de residência ou visto que habilite a que permaneçam legalmente em Portugal, é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 240 dias.

2. Quem, nos casos a que se refere o número anterior, utilizar, em simultâneo, a atividade de um número significativo de cidadãos estrangeiros em situação ilegal, é punido com pena de prisão até dois anos ou pena de multa até 480 dias.
3. Quem utilizar o trabalho de cidadão estrangeiro, menor de idade, em situação ilegal, ainda que admitido a prestar trabalho nos termos do Código do Trabalho, é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 480 dias.
4. Se as condutas referidas nos números anteriores forem acompanhadas de condições de trabalho particularmente abusivas ou degradantes, o agente é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.
5. O empregador ou utilizador do trabalho ou serviços de cidadão estrangeiro em situação ilegal, com o conhecimento de ser este vítima de infrações penais ligadas ao tráfico de pessoas, é punido com pena de prisão de dois a seis anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.
6. Em caso de reincidência, os limites das penas são elevados nos termos gerais.
7. As penas aplicáveis às entidades referidas no n.º 1 do artigo 182.º são as de multa, cujos limites mínimo e máximo são elevados ao dobro, podendo ainda ser declarada a interdição do exercício da atividade pelo período de três meses a cinco anos.

Artigo 186.º
Casamento de conveniência

1. Quem contrair casamento ou viver em união de facto com o único objetivo de proporcionar a obtenção ou de obter um visto, uma autorização de residência ou um 'cartão azul UE' ou defraudar a legislação vigente em matéria de aquisição da nacionalidade é punido com pena de prisão de um a cinco anos.
2. Quem, de forma reiterada ou organizada, fomentar ou criar condições para a prática dos atos previstos no número anterior, é punido com pena de prisão de dois a seis anos.
3. A tentativa é punível.

Artigo 187.º
Violação da medida de interdição de entrada

1. O cidadão estrangeiro que entrar em território nacional durante o período por que essa entrada lhe foi interdita é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa até 100 dias.
2. Em caso de condenação, o tribunal pode decretar acessoriamente, por decisão judicial devidamente fundamentada, a expulsão do cidadão estrangeiro, com observância do disposto no artigo 135.º3. Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o cidadão estrangeiro pode ser

afastado do território nacional para cumprimento do remanescente do período de interdição de entrada, em conformidade com o processo onde foi determinado o seu afastamento.

Artigo 188.º ***Investigação***

1. Além das entidades competentes, cabe ao SEF investigar os crimes previstos no presente capítulo e outros que com ele estejam conexos, nomeadamente o tráfico de pessoas.
2. As acções encobertas desenvolvidas pelo SEF, no âmbito da prevenção e investigação de crimes relacionados com a imigração ilegal em que estejam envolvidas associações criminosas, seguem os termos previstos na Lei n.º 101/2001, de 25 de Agosto.

Artigo 189.º ***Perda de objectos***

1. Os objectos apreendidos pelo SEF que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado são-lhe afectos quando:
 - a) Se trate de documentos, armas, munições, veículos, equipamentos de telecomunicações e de informática ou outro com interesse para a instituição;
 - b) Resultem do cumprimento de convenções internacionais e estejam correlacionados com a imigração ilegal.
2. A utilidade dos objectos a que se refere a alínea a) do número anterior deve ser proposta pelo SEF no relatório final do respectivo processo crime.
3. Os objectos referidos na alínea a) do n.º 1 podem ser utilizados provisoriamente pelo SEF desde a sua apreensão e até à declaração de perda ou de restituição, mediante despacho do director-geral do SEF, a transmitir à autoridade que superintende no processo.

Artigo 190.º ***Penas acessórias e medidas de coacção***

Relativamente aos crimes previstos na presente lei podem ser aplicadas as penas acessórias de proibição ou de suspensão do exercício de funções públicas previstas no Código Penal, bem como as medidas de coacção previstas no Código de Processo Penal.

Artigo 191.º ***Remessa de sentenças***

Os tribunais enviam ao SEF, com a maior brevidade e em formato electrónico:

- a) Certidões de decisões condenatórias proferidas em processo crime contra cidadãos estrangeiros;
- b) Certidões de decisões proferidas em processos instaurados pela prática de crimes de auxílio à imigração ilegal e de angariação de mão-de-obra ilegal;
- c) Certidões de decisões proferidas em processos de expulsão;
- d) Certidões de decisões proferidas em processos de extradição referentes a cidadãos estrangeiros.

(...)

Regulamento do Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional

Decreto Regulamentar n.º 84/2007 de 5 de Novembro.

(...)

Artigo 59.º

Concessão de autorização de residência a vítimas de tráfico de pessoas ou cidadãos objecto de acção de auxílio à imigração ilegal que colaborem com as autoridades na investigação

1. As autoridades públicas, designadamente a autoridade judiciária, os órgãos de polícia criminal competentes para a investigação dos crimes de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal, autoridades policiais ou as associações que actuem no âmbito da protecção das vítimas devem informar, por escrito, o cidadão estrangeiro, com conhecimento ao SEF, da possibilidade de beneficiar da concessão de autorização de residência nos termos da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.
2. A comunicação ao SEF, pelas autoridades responsáveis pela investigação, da solicitação de colaboração ou da manifestação da vontade em colaborar com as mesmas inicia o prazo de reflexão previsto no n.º 1 do artigo 111.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, desde que haja indícios de que a pessoa em causa é vítima de tráfico de pessoas ou de acção de auxílio à imigração ilegal.
3. No decurso do prazo legal mínimo de reflexão, a autoridade responsável pela investigação criminal emite parecer sobre o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 2 do artigo 109.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, para efeitos de início, pelo SEF, do processo de concessão de autorização de residência ou para prorrogar o prazo de reflexão até ao limite máximo de 60 dias, quando os mesmos ainda não se encontrem preenchidos.
4. Quando a autoridade responsável pela investigação considerar que o cidadão estrangeiro manifesta, de forma inequívoca, uma vontade de colaboração na investigação e considere existirem fortes indícios de que essa cooperação não é fraudulenta, nem que a queixa da vítima é infundada ou fraudulenta, fará constar tal facto na comunicação referida no n.º 2 da presente disposição para efeitos de imediato início do processo de

concessão da autorização de residência e aplicação das medidas previstas no artigo 112.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

(...)

Regime Especial de Concessão de Autorização de Residência a Vítimas de Tráfico de Pessoas***Decreto-Lei n.º 368/2007 de 5 de Novembro.***

O presente Decreto-Lei resulta da necessidade de dar cumprimento ao disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 109.º, no n.º 2 do artigo 111.º e no n.º 2 do artigo 216.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

Pretende-se, desta forma, proteger as vítimas do crime de tráfico de pessoas e cria-se, para esse efeito, um regime especial de concessão de autorização de residência. Este regime especial dispensa a verificação, no caso concreto, da necessidade da sua permanência em território nacional no interesse das investigações e dos procedimentos judiciais e prescinde da vontade clara de colaboração com as autoridades na investigação e repressão do tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal.

Para além disso, define-se vítima de tráfico como sendo a pessoa em relação à qual hajam sido adquiridos indícios da prática desse crime, por autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal, ou quando o coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos entender que existem motivos suficientemente ponderosos para crer que essa pessoa é vítima de tráfico e determina -se que a necessidade de protecção se mantém enquanto houver risco de a vítima, os seus familiares ou pessoas que com ela mantenham relações próximas serem objecto de ameaças ou ofensas a bens pessoais ou patrimoniais, praticadas pelos agentes do tráfico.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

Concessão de autorização de residência a cidadão estrangeiro identificado como vítima do crime de tráfico de pessoas

1. A autorização de residência a cidadão estrangeiro identificado como vítima do crime de tráfico de pessoas, nos termos do n.º 4 do artigo 109.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, com dispensa das condições estabelecidas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do

mesmo artigo, é concedida, quando circunstâncias pessoais da vítima o justifiquem, pelo Ministro da Administração Interna, por sua iniciativa ou proposta do órgão de polícia criminal competente ou do coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos, aplicando -se o disposto nos artigos 54.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2. As circunstâncias pessoais a que se refere o número anterior são ponderadas caso a caso e podem, designadamente, relacionar-se:

- a) Com a segurança da vítima, seus familiares ou pessoas que com ela mantenham relações próximas;
- b) Com a saúde das pessoas referidas na alínea anterior;
- c) Com a sua situação familiar;
- d) Com outras situações de vulnerabilidade.

3. Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 111.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, considera-se identificada como vítima de tráfico toda a pessoa em relação à qual hajam sido adquiridos indícios da prática desse crime, por autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal ou quando o coordenador do Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos entender que existem motivos suficientemente ponderosos para crer que essa pessoa é vítima de tráfico.

4. Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 109.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, considera-se que a necessidade de protecção se mantém enquanto houver risco de a vítima, os seus familiares ou pessoas que com ela mantenham relações próximas serem objecto de ameaças ou ofensas a bens pessoais ou patrimoniais, praticadas pelos agentes do tráfico.

(...)

Lei de Protecção de Testemunhas***Lei n.º 93/99, de 14 de Julho.***

Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, alterada pela Lei n.º 29/2008, de 04 de Julho, e Lei n.º 42/2010, de 03 de Setembro que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objecto

1. A presente lei regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal quando a sua vida, integridade física ou psíquica, liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado sejam postos em perigo por causa do seu contributo para a prova dos factos que constituem objecto do processo.
2. As medidas a que se refere o número anterior podem abranger os familiares das testemunhas, as pessoas que com elas vivam em condições análogas às dos cônjuges e outras pessoas que lhes sejam próximas.
3. São também previstas medidas que se destinam a obter, nas melhores condições possíveis, depoimentos ou declarações de pessoas especialmente vulneráveis, nomeadamente em razão da idade, mesmo que se não verifique o perigo referido no n.º 1.
4. As medidas previstas na presente lei têm natureza excepcional e só podem ser aplicadas se, em concreto, se mostrarem necessárias e adequadas à protecção das pessoas e à realização das finalidades do processo.
5. É assegurada a realização do contraditório que garanta o justo equilíbrio entre as necessidades de combate ao crime e o direito de defesa.

Artigo 2.º

Definições

Para os efeitos da presente lei considera-se:

- a) Testemunha: qualquer pessoa que, independentemente do seu estatuto face à lei processual, disponha de informação ou de conhecimento necessários à revelação, percepção ou apreciação de factos que constituam objecto do processo, de cuja utilização resulte um perigo para si ou para outrem, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior;
- b) Intimidação: toda a pressão ou ameaça, directa, indirecta ou potencial, que alguém exerça sobre a testemunha com o objectivo de condicionar o seu depoimento ou declarações;
- c) Teleconferência: depoimentos ou declarações tomados sem a presença física da testemunha e com a intervenção de meios técnicos de transmissão à distância, em tempo real, tanto do som como de imagens animadas;
- d) Elementos de identificação: quaisquer elementos que, isolados ou conjuntamente com outros, permitam individualizar uma pessoa, distinguindo-a das demais;
- e) Residência: local do domicílio ou local escolhido para a testemunha poder ser contactada.

Artigo 3.º

Recursos

É reduzido a metade o prazo de recurso das decisões previstas no presente diploma, o qual sobe de imediato e em separado.

CAPÍTULO II

Ocultação e teleconferência

Artigo 4.º

Ocultação da testemunha

1. Oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público, do arguido, do assistente ou da testemunha, o tribunal pode decidir que a prestação de declarações ou de depoimento que deva ter lugar em acto processual público ou sujeito a contraditório decorra com ocultação da imagem ou com distorção da voz, ou de ambas, de modo a evitar-se o reconhecimento da testemunha.

2. A decisão deve fundar-se em factos ou circunstâncias que revelem intimidação ou elevado risco de intimidação da testemunha e mencionará o âmbito da ocultação da sua imagem ou distorção de voz.

Artigo 5.º *Teleconferência*

1. Sempre que ponderosas razões de protecção o justifiquem, tratando-se da produção de prova de crime que deva ser julgado pelo tribunal colectivo ou pelo júri, é admissível o recurso à teleconferência, nos actos processuais referidos no n.º 1 do artigo anterior.

2. A teleconferência pode ser efectuada com a distorção da imagem ou da voz, ou de ambas, de modo a evitar-se o reconhecimento da testemunha.

Artigo 6.º *Requerimento*

1. A utilização da teleconferência é decidida a requerimento do Ministério Público, do arguido ou da testemunha.

2. O requerimento contém a indicação das circunstâncias concretas que justificam a medida e, se for caso disso, a distorção da imagem e do som.

3. A decisão é precedida da audição dos sujeitos processuais não requerentes.

Artigo 7.º *Local*

A prestação de depoimento ou de declarações a transmitir à distância deverá ocorrer em edifício público, sempre que possível em instalações judiciais, policiais ou prisionais, que permitam a colocação dos meios técnicos necessários.

Artigo 8.º *Acesso ao local*

O tribunal poderá limitar o acesso ao local da prestação do depoimento ou das declarações ao pessoal técnico, funcionários ou elementos de segurança que considere estritamente indispensáveis.

Artigo 9.º
Compromisso

Sempre que se pretenda evitar o reconhecimento da testemunha através da imagem e da voz ou não deva ser revelada a sua identidade, o pessoal técnico que intervenha na teleconferência prestará compromisso de não divulgação do local ou de elementos de identificação da testemunha, sob a cominação da punição pelo crime de desobediência qualificada.

Artigo 10.º
Magistrado acompanhante

O juiz que presidir ao acto deverá assegurar a presença de um magistrado judicial no local da produção do depoimento ou das declarações, a quem caberá, designadamente:

- a) Identificar e ajurar a testemunha cuja identidade não deva ser revelada ou cujo reconhecimento se pretende evitar;
- b) Receber o compromisso a que se refere o artigo anterior;
- c) Assegurar a liberdade e espontaneidade do depoimento ou das declarações;
- d) Providenciar pela percepção nítida das perguntas por parte da testemunha e pela transmissão das respostas em tempo real;
- e) Servir de interlocutor do juiz que presidir ao acto, alertando-o para qualquer incidente que surja durante a prestação do depoimento ou das declarações;
- f) Garantir a autenticidade e integridade do registo videográfico, que deve ser junto ao processo;
- g) Tomar todas as medidas preventivas disciplinares e coactivas legalmente admissíveis que se mostrem adequadas a garantir as limitações de acesso ao local, e, de um modo geral, a segurança de quantos aí se encontrem.

Artigo 11.º
Perguntas

As perguntas a que a testemunha deva responder durante a produção de prova são formuladas à distância, nos termos da lei do processo.

Artigo 12.º
Reconhecimento

Se, durante a prestação do depoimento ou das declarações, for necessário o reconhecimento de pessoas, documentos ou objectos, é facultada à testemunha a respectiva visualização.

Artigo 13.º
Não revelação de identidade

Sempre que não deva ser revelada a identidade da testemunha, cabe especialmente ao juiz que preside ao acto evitar a formulação de perguntas que induzam a testemunha a fornecer indirectamente a sua identidade.

Artigo 14.º
Acesso ao som e à imagem

1. No caso de ocultação da imagem e da voz da testemunha, deverá facultar-se ao juiz que presidir ao acto ou ao tribunal o acesso, em exclusivo, ao som e à imagem não distorcidos, se os meios técnicos disponíveis o permitirem.
2. Será sempre assegurada a comunicação autónoma e directa entre o juiz que preside ao acto e o magistrado acompanhante, bem como entre o arguido e o seu defensor.

Artigo 15.º
Mediação

Os depoimentos e declarações prestados por teleconferência, nos termos deste diploma e demais legislação aplicável, consideram-se, para todos os efeitos, como tendo tido lugar na presença do juiz ou do tribunal.

CAPÍTULO III
Reserva do conhecimento da identidade da testemunha

Artigo 16.º
Pressupostos

A não revelação da identidade da testemunha pode ter lugar durante alguma ou em todas as fases do processo se estiverem reunidas cumulativamente as seguintes condições:

- a) O depoimento ou as declarações disserem respeito a crimes de tráfico de pessoas, de associação criminosa, de terrorismo, de terrorismo internacional ou de organizações terroristas ou, desde que puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a oito anos, a crimes contra a vida, contra a integridade física, contra a liberdade das pessoas, contra a liberdade ou autodeterminação sexual, de corrupção, de burla qualificada, de administração danosa que cause prejuízo superior a 10 000 unidades de conta, ou cometidos por quem fizer parte de associação criminosa no âmbito da finalidade ou actividade desta;

- b) A testemunha, seus familiares, a pessoa que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges ou outras pessoas que lhes sejam próximas correrem um grave perigo de atentado contra a vida, a integridade física, a liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado;
- c) Não ser fundadamente posta em dúvida a credibilidade da testemunha;
- d) O depoimento ou as declarações constituírem um contributo probatório de relevo.

Artigo 17.º *Competência*

1. A não revelação de identidade da testemunha é decidida pelo juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público.
2. O requerimento contém a indicação dos fundamentos para a não revelação da identidade no caso concreto e a indicação das provas que devam ser produzidas.
3. Nenhum juiz de instrução pode apreciar o pedido de não revelação de identidade de uma testemunha em processo no qual tenha praticado, ordenado ou autorizado os actos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 268.º e a) a c) do n.º 1 do artigo 269.º do Código de Processo Penal, bem como em processo em que tenha presidido a actos de instrução ou ao debate instrutório.
4. A decisão de um juiz sobre o pedido de não revelação de identidade impede-o de intervir posteriormente no processo.

Artigo 18.º *Processo complementar de não revelação de identidade*

1. Para apreciação do pedido de não revelação de identidade é organizado um processo complementar, secreto e urgente, em separado, ao qual apenas tem acesso o juiz de instrução e quem ele autorizar.
2. O juiz de instrução assegurará a guarda e a confidencialidade do processo complementar.
3. O juiz de instrução solicita à Ordem dos Advogados a nomeação de advogado com perfil adequado para a representação dos interesses da defesa, com intervenção limitada ao processo complementar, e procede, oficiosamente ou a requerimento, às diligências que repute necessárias para apuramento dos pressupostos da concessão da medida.

4. Antes de proferir decisão, o juiz de instrução convoca o Ministério Público e o representante da defesa para um debate oral e contraditório sobre os fundamentos do pedido.
5. A decisão que concede a medida estabelece uma designação codificada à testemunha, pela qual passará a ser referenciada no processo. A designação é comunicada à autoridade judiciária com competência na fase em que o processo se encontre.
6. O arguido que assumir essa qualidade nos termos do disposto no artigo 57.º do Código de Processo Penal, após a concessão da medida de não revelação de identidade a uma testemunha, tem o direito de requerer em seu benefício o debate previsto no n.º 4. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4.
7. A medida é revogada pelo juiz de instrução, a requerimento do Ministério Público ou da testemunha, logo que se mostre desnecessária, realizadas as diligências convenientes e ouvido o Ministério Público, se não for o requerente.

Artigo 19.º
Audição de testemunhas e valor probatório

1. A testemunha a quem for concedida a medida de não revelação de identidade pode prestar depoimento ou declarações com recurso à ocultação de imagem ou à distorção da voz ou à teleconferência, nos termos do disposto nos artigos 4.º e 5.º
2. Nenhuma decisão condenatória poderá fundar-se, exclusivamente, ou de modo decisivo, no depoimento ou nas declarações produzidas por uma ou mais testemunhas cuja identidade não foi revelada.

CAPÍTULO IV
Medidas e programas especiais e segurança

Artigo 20.º
Medidas pontuais de segurança

1. Sempre que ponderosas razões de segurança o justifiquem, estando em causa crime que deva ser julgado pelo tribunal colectivo ou pelo júri e sem prejuízo de outras medidas de protecção previstas nesta lei, a testemunha poderá beneficiar de medidas pontuais de segurança, nomeadamente das seguintes:
 - a) Indicação, no processo, de residência diferente da residência habitual ou que não coincida com os lugares de domicílio previstos na lei civil;

- b) Ter assegurado transporte em viatura fornecida pelo Estado para poder intervir em acto processual;
- c) Dispor de compartimento, eventualmente vigiado e com segurança, nas instalações judiciárias ou policiais a que tenha de se deslocar e no qual possa permanecer sem a companhia de outros intervenientes no processo;
- d) Beneficiar de protecção policial, extensiva a familiares, a pessoa que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges ou a outras pessoas que lhe sejam próximas;
- e) Usufruir na prisão de um regime que lhe permita estar isolada de outros reclusos e ser transportada em viatura diferente.
- f) Alteração do local físico de residência habitual.

2. As medidas previstas no número anterior são ordenadas pelo Ministério Público, durante o inquérito, oficiosamente, a requerimento da testemunha ou do seu representante legal ou por proposta das autoridades de polícia criminal e, posteriormente ao inquérito, pelo juiz que presidir à fase em que o processo se encontra, a requerimento do Ministério Público.

3. A autoridade judiciária realiza as diligências necessárias para avaliar a necessidade e adequação da medida no caso concreto.

4. De três em três meses, a autoridade judiciária procede ao reexame da decisão, mantendo-a, modificando-a ou revogando as medidas aplicadas.

5. A protecção policial referida na alínea d) do n.º 1 será, em regra, assegurada por corporação policial que não tenha tido intervenção relevante na investigação.

6. Quando a protecção policial se prolongue previsivelmente por um período superior a três meses, a corporação policial responsável pode propor à autoridade judiciária a aplicação de outras medidas pontuais de segurança que reduzam o perigo para a testemunha.

7. As medidas previstas no n.º 1 podem incluir regras de comportamento a observar pelo beneficiário, implicando a sua inobservância dolosa a suspensão das medidas aplicadas.

8. As decisões de modificação, revogação e suspensão das medidas são, salvo manifesta impossibilidade, precedidas de audição da testemunha.

Artigo 21.º
Programa especial de segurança

A testemunha, o seu cônjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos, a pessoa que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges ou outras pessoas que lhe sejam próximas podem beneficiar de um programa especial de segurança durante a pendência do processo ou mesmo depois de este se encontrar findo, se estiverem reunidas cumulativamente as seguintes condições:

- a) O depoimento ou as declarações disserem respeito aos crimes referidos na alínea a) do artigo 16.º;
- b) Existir grave perigo para a vida, a integridade física ou psíquica ou para a liberdade;
- c) O depoimento ou as declarações constituírem um contributo que se presuma ou que se tenha revelado essencial para a descoberta da verdade.

Artigo 22.º
Conteúdo do programa especial de segurança

1. O programa especial de segurança inclui a aplicação de uma ou várias medidas administrativas de protecção e apoio, eventualmente complementadas por regras de comportamento a observar pelo beneficiário, convenientemente articuladas.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem medidas de protecção e apoio, entre outras, as seguintes:
 - a) Fornecimento de documentos emitidos oficialmente de que constem elementos de identificação diferentes dos que antes constassem ou devessem constar dos documentos substituídos;
 - b) Alteração do aspecto fisionómico ou da aparência do corpo do beneficiário;
 - c) Concessão de nova habitação, no País ou no estrangeiro, pelo tempo que for determinado;
 - d) Transporte gratuito da pessoa do beneficiário, do agregado familiar e dos respectivos haveres para o local da nova habitação;
 - e) Criação de condições para angariação de meios de subsistência;
 - f) Concessão de um subsídio de subsistência por um período limitado.
3. Se o programa especial de segurança incluir regras de comportamento, a sua inobservância dolosa implica a supressão do programa.
4. A decisão de supressão do programa prevista no número anterior é, salvo manifesta impossibilidade, precedida de audição do beneficiário.

Artigo 23.º
Comissão de Programas Especiais de Segurança

1. É criada a Comissão de Programas Especiais de Segurança, na dependência directa do Ministro da Justiça, a quem caberá estabelecer e assegurar a efectivação dos programas especiais de segurança.
2. A Comissão de Programas Especiais de Segurança é constituída por um presidente e por um secretário, nomeados pelo Ministro da Justiça, um magistrado judicial e um magistrado do Ministério Público com experiência no domínio do combate à criminalidade violenta e organizada, indicados, respectivamente, pelo Conselho Superior da Magistratura e pelo Conselho Superior do Ministério Público, e por um representante do Ministro da Administração Interna, por este designado.
3. As decisões da Comissão são tomadas por maioria simples de votos, tendo o presidente voto de qualidade.
4. Os membros da Comissão são nomeados por um período de três anos, renováveis.

Artigo 24.º
Procedimento

1. Sempre que possível, organizar-se-á um único processo confidencial para cada programa especial de protecção, o qual abrangerá a testemunha e as pessoas referidas no artigo 21.º
2. À Comissão é devida a mais pronta e eficaz colaboração de todas as entidades públicas, com vista ao estabelecimento e execução do programa.
3. O estabelecimento do programa depende da concordância do beneficiário, o qual assinará declaração aceitando e comprometendo-se a respeitar o programa.
4. O programa especial de protecção poderá ser alterado sempre que necessário e será obrigatoriamente revisto com a periodicidade que nele se determinar.

Artigo 25.º
Impedimentos

A intervenção pessoal num determinado processo penal constitui impedimento para integrar a Comissão de Programas Especiais de Segurança, no que respeitar ao estabelecimento e aplicação dos programas, devido a esse processo.

CAPÍTULO V

Testemunhas especialmente vulneráveis

Artigo 26.º

Testemunhas especialmente vulneráveis

1. Quando num determinado acto processual deva participar testemunha especialmente vulnerável, a autoridade judiciária competente providenciará para que, independentemente da aplicação de outras medidas previstas neste diploma, tal acto decorra nas melhores condições possíveis, com vista a garantir a espontaneidade e a sinceridade das respostas.
2. A especial vulnerabilidade da testemunha pode resultar, nomeadamente, da sua diminuta ou avançada idade, do seu estado de saúde ou do facto de ter de depor ou prestar declarações contra pessoa da própria família ou de grupo social fechado em que esteja inserida numa condição de subordinação ou dependência.

Artigo 27.º

Acompanhamento das testemunhas especialmente vulneráveis

1. Logo que se aperceba da especial vulnerabilidade da testemunha, a autoridade judiciária deverá designar um técnico de serviço social ou outra pessoa especialmente habilitada para o seu acompanhamento e, se for caso disso, proporcionar à testemunha o apoio psicológico necessário por técnico especializado.
2. A autoridade judiciária que presida ao acto processual poderá autorizar a presença do técnico de serviço social ou da outra pessoa acompanhante junto da testemunha, no decurso daquele acto.

Artigo 28.º

Intervenção no inquérito

1. Durante o inquérito, o depoimento ou as declarações da testemunha especialmente vulnerável deverão ter lugar o mais brevemente possível após a ocorrência do crime.
2. Sempre que possível, deverá ser evitada a repetição da audição da testemunha especialmente vulnerável durante o inquérito, podendo ainda ser requerido o registo nos termos do artigo 271.º do Código de Processo Penal.

Artigo 29.º
Intervenção nas fases subsequentes ao inquérito

O juiz que presida a acto processual público ou sujeito ao contraditório, com vista à obtenção de respostas livres, espontâneas e verdadeiras, pode:

- a) Dirigir os trabalhos de modo que a testemunha especialmente vulnerável nunca se encontre com certos intervenientes no mesmo acto, designadamente com o arguido;
- b) Ouvir a testemunha com utilização de meios de ocultação ou de teleconferência, nomeadamente a partir de outro local do edifício do tribunal, aplicando-se devidamente adaptado o disposto nos artigos 4.º a 15.º;
- c) Proceder à inquirição da testemunha, podendo, depois disso, os outros juízes, os jurados, o Ministério Público, o defensor e os advogados do assistente e das partes civis pedir-lhe a formulação de questões adicionais.

Artigo 30.º
Visita prévia

Sempre que tal se lhe afigure útil, o juiz que presida a acto processual público ou sujeito a contraditório poderá notificar o acompanhante para que compareça perante si com a testemunha especialmente vulnerável para fins exclusivos de apresentação e para que lhe sejam previamente mostradas as instalações onde decorrerá o acto em que deva participar.

Artigo 31.º
Afastamento temporário

1. Em qualquer fase do processo, a testemunha especialmente vulnerável pode ser afastada temporariamente da família ou do grupo social fechado em que se encontra inserida.
2. O afastamento temporário é decidido pelo juiz, a requerimento do Ministério Público.
3. Antes de decidir, o juiz procede às diligências necessárias, convocando a testemunha especialmente vulnerável, o acompanhante e outras pessoas que repare necessário ouvir, designadamente o técnico de serviço social.
4. Sempre que o julgar necessário, o juiz solicita o apoio e acompanhamento do Instituto de Reinserção Social.

CAPÍTULO VI

Medidas adicionais de protecção

Artigo 31.º - A

Concessão de moratória

1. À testemunha que, como resultado da sua colaboração com a justiça, se encontre em situação patrimonial que a impossibilite de cumprir obrigações pecuniárias para com o Estado ou outras entidades públicas pode ser concedida moratória se o superior interesse da realização da justiça o justificar, por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça e da tutela, mediante proposta fundamentada da Comissão de Programas Especiais de Segurança.
2. A concessão de moratória interrompe o prazo de prescrição.
3. O processo e a decisão relativos à concessão de moratória têm carácter confidencial e urgente.

CAPÍTULO VII

Regulamentação e execução

Artigo 32.º

Regulamentação

1. O Governo tomará as providências de carácter organizativo e técnico, bem como assegurará as infra-estruturas e outros meios tecnológicos necessários à boa aplicação da presente lei.
2. As medidas previstas nos artigos anteriores poderão ser requeridas e adoptadas a partir da data e nas demais condições previstas na legislação regulamentar da presente lei.

Artigo 33.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 60.º dia posterior ao da sua publicação.

***Apreensão de Bens ou Elementos de
Prova na União Europeia******Lei n.º 25/2009, de 5 de Junho.***

Estabelece o regime jurídico da emissão e da execução de decisões de apreensão de bens ou elementos de prova na União Europeia, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2003/577/JAI, do Conselho, de 22 de Julho.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I***Objecto, definições e âmbito de aplicação******Artigo 1.º******Objecto***

A presente lei estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão, pelas autoridades judiciais portuguesas, de decisões de apreensão para efeitos de recolha de elementos de prova ou de subsequente perda de bens no âmbito de um processo penal, tendo em vista o seu reconhecimento e execução em outro Estado-Membro da União Europeia.

2. A presente lei estabelece também o regime jurídico do reconhecimento e da execução em Portugal das decisões de apreensão tomadas por uma autoridade judiciária de outro Estado-Membro da União Europeia no âmbito de um processo penal, para efeitos de recolha de elementos de prova ou de subsequente perda de bens.

3. A execução na União Europeia das decisões de apreensão de bens ou de elementos de prova é baseada no princípio do reconhecimento mútuo e realizada em conformidade com o disposto na Decisão Quadro n.º 2003/577/JAI, do Conselho, de 22 de Julho.

Artigo 2.º***Definições***

Para os efeitos da presente lei, considera-se:

- a) «Estado de emissão» o Estado-Membro no qual uma autoridade judiciária, tal como definida no direito nacional desse Estado, toma, valida ou confirma de alguma forma uma decisão de apreensão, no âmbito de um processo penal;

- b) «Estado de execução» o Estado-Membro em cujo território se encontra o bem ou o elemento de prova;
- c) «Decisão de apreensão» qualquer medida tomada por uma autoridade judiciária competente do Estado de emissão para impedir provisoriamente operações de destruição, transformação, deslocação, transferência ou alienação de bens que podem ser objecto de perda ou que podem constituir elementos de prova;
- d) «Bens» bens de qualquer natureza, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, acto jurídico ou documento que certifique um título ou direito sobre um bem, relativamente aos quais a autoridade judiciária competente do Estado de emissão considera que:
 - i) Constituem o produto de uma infracção penal ou correspondem, no todo ou em parte, ao valor desse produto; ou,
 - ii) Constituem o instrumento ou o objecto dessa infracção;
- e) «Elemento de prova» o objecto, documento ou dado susceptível de servir como meio de prova em processo penal relativo a uma infracção penal.

Artigo 3.º *Âmbito de aplicação*

1. São reconhecidas e executadas sem controlo da dupla incriminação do facto as decisões de apreensão tomadas no âmbito de processos penais que respeitem aos seguintes factos, desde que, de acordo com a legislação do Estado de emissão, estes sejam puníveis com pena privativa da liberdade de duração máxima não inferior a três anos:

- a) Participação numa organização criminosa;
- b) Terrorismo;
- c) Tráfico de seres humanos;
- d) Exploração sexual de crianças e pedopornografia;
- e) Tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas;
- f) Tráfico ilícito de armas, munições e explosivos;
- g) Corrupção;
- h) Fraude, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, na acepção da Convenção de 26 de Julho de 1995 Relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- i) Branqueamento dos produtos do crime;
- j) Falsificação de moeda, incluindo a contrafacção do euro;
- l) Cibercriminalidade;

- m) Crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico ilícito de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas;
- n) Auxílio à entrada e à permanência irregulares;
- o) Homicídio voluntário e ofensas corporais graves;
- p) Tráfico ilícito de órgãos e de tecidos humanos;
- q) Rapto, sequestro e tomada de reféns;
- r) Racismo e xenofobia;
- s) Roubo organizado ou à mão armada;
- t) Tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte;
- u) Burla;
- v) Extorsão de protecção e extorsão;
- x) Contrafacção e piratagem de produtos;
- z) Falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico;
- aa) Falsificação de meios de pagamento;
- ab) Tráfico ilícito de substâncias hormonais e outros factores de crescimento;
- ac) Tráfico ilícito de materiais nucleares e radioactivos;
- ad) Tráfico de veículos furtados ou roubados;
- ae) Violação;
- af) Fogo posto;
- ag) Crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional;
- ah) Desvio de avião ou navio;
- ai) Sabotagem.

2. Ressalvado o disposto no n.º 4 do artigo 8.º, no que respeita às situações não previstas no número anterior só são admissíveis o reconhecimento e a execução pelas autoridades judiciais portuguesas das decisões de apreensão se os factos em causa constituírem infracção punível pela lei portuguesa, independentemente dos seus elementos constitutivos ou da sua qualificação no direito do Estado de emissão.

3. Também no que respeita às situações não previstas no n.º 1, só são admissíveis o reconhecimento e a execução pelas autoridades judiciais portuguesas das decisões de apreensão para efeitos de subsequente perda de bens se a lei portuguesa permitir a apreensão em processo pelos factos em causa, independentemente dos seus elementos constitutivos ou da sua qualificação no direito do Estado de emissão.

CAPÍTULO II

Emissão, conteúdo e transmissão de decisão de apreensão

Artigo 4.º

Autoridade portuguesa competente para a emissão

É competente para emitir a decisão de apreensão relativa a bens ou elementos de prova situados em outro Estado-Membro a autoridade judiciária portuguesa competente para a mesma decisão relativamente a bens situados em Portugal.

Artigo 5.º

Conteúdo e forma

1. A decisão de apreensão, tendo em vista o respectivo reconhecimento e execução, é acompanhada da certidão anexa à presente lei, e que desta faz parte integrante, devidamente preenchida com as informações nela referidas.
2. A certidão deve ser traduzida numa das línguas oficiais do Estado de execução ou noutra língua oficial das instituições das Comunidades Europeias aceite por este Estado mediante declaração depositada junto do Secretariado-Geral do Conselho.
3. A certidão deve ser assinada e a exactidão do conteúdo atestada pela autoridade judiciária que ordena a medida.
4. A autoridade judiciária emitente pode indicar os procedimentos e formalidades a seguir pela autoridade judiciária do Estado de execução que se mostrem indispensáveis para garantir a validade dos elementos de prova que se visa obter.

Artigo 6.º

Transmissão

1. Sendo conhecida a autoridade judiciária competente para a execução, a autoridade judiciária emitente transmite directamente a decisão de apreensão, acompanhada da certidão a que se refere o artigo anterior.
2. Se a autoridade judiciária competente para a execução for desconhecida, a autoridade judiciária emitente efectua todas as averiguações necessárias, nomeadamente através dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia, a fim de obter essa informação do Estado de execução.

Artigo 7.º
Pedidos complementares

1. Os elementos referidos no artigo 5.º devem ser acompanhados, aquando da transmissão:
 - a) De um pedido de transferência do elemento de prova para o Estado de emissão; ou
 - b) De um pedido de execução de uma decisão de perda proferida pelo Estado de emissão; ou
 - c) De um pedido de decisão de perda pelo Estado de execução e sua posterior execução.
2. Não sendo possível juntar, desde logo, um dos pedidos referidos no número anterior, deve incluir-se na certidão uma instrução para que os bens sejam mantidos no Estado de execução enquanto se aguarda um dos pedidos referidos.
3. Na situação a que se refere o número anterior, a autoridade judiciária emitente deve indicar a data estimada para apresentação do pedido, sem prejuízo da possibilidade de o Estado de execução limitar a duração da apreensão.
4. Os pedidos referidos no n.º 1 devem ser apresentados pelo Estado de emissão e tratados pelo Estado de execução em conformidade com as regras aplicáveis ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal e à cooperação internacional em matéria de perda.
5. As autoridades judiciárias portuguesas não podem recusar os pedidos a que se refere a alínea a) do n.º 1 com base na verificação da falta de dupla incriminação, quando estejam em causa as infracções a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º e estas sejam puníveis no Estado de emissão com pena privativa da liberdade de duração máxima não inferior a três anos.

CAPÍTULO III
Reconhecimento e execução de uma decisão de apreensão

SECÇÃO I
Recusa

Artigo 8.º
Causas de recusa de reconhecimento e de execução

1. A autoridade judiciária competente recusa o reconhecimento e a execução de uma decisão de apreensão quando:

- a) A certidão a que se refere o artigo 5.º não seja apresentada, se encontre incompleta ou não corresponda manifestamente à decisão de apreensão em causa;
 - b) Exista imunidade ou privilégio previsto na lei portuguesa que impossibilite a execução da decisão de apreensão;
 - c) Decorra claramente das informações constantes da certidão que a execução do pedido referido no artigo 7.º é contrária ao princípio *ne bis in idem*;
 - d) Nos casos a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º, o facto que tenha motivado a emissão da decisão não constitua infracção punível pela lei portuguesa.
2. A autoridade judiciária competente recusa o reconhecimento e a execução de uma decisão de apreensão quando, nos casos a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º, o facto que tenha motivado a emissão da decisão não constitua infracção punível pela lei portuguesa.
3. Na situação a que se refere a alínea a) do n.º 1, a autoridade judiciária competente, antes de se decidir pelo não reconhecimento e pela não execução, total ou parcial, deve, em alternativa:
- a) Conceder um prazo para que a certidão seja apresentada, completada ou corrigida;
 - b) Aceitar documento equivalente;
 - c) Dispensar a autoridade judiciária do Estado de emissão da apresentação da certidão, caso se considere suficientemente esclarecida.
4. A execução não pode ser recusada com o fundamento previsto no n.º 2, em matéria de contribuições e impostos, de alfândegas e de câmbios, pela circunstância de a legislação portuguesa não prever o mesmo tipo de contribuições e impostos ou o mesmo tipo de regulamentação em matéria de contribuições e impostos, de alfândegas e de câmbios que a legislação do Estado de emissão.
5. A decisão de recusa é notificada de imediato à autoridade judiciária do Estado de emissão.

SECÇÃO II

Adiamento e impossibilidade de execução

Artigo 9.º

Adiamento da execução

1. A autoridade judiciária competente pode adiar a execução de uma decisão de apreensão quando:

- a) A execução possa prejudicar uma investigação criminal em curso, caso em que pode adiar aquela durante um prazo que considere razoável;
 - b) Os bens ou elementos de prova em causa tenham sido já objecto de uma decisão de apreensão num processo penal, e até que essa decisão deixe de produzir efeitos;
 - c) No caso de uma decisão de apreensão de bens tendo em vista a sua subsequente declaração de perda, esses bens já tenham sido objecto, em Portugal, de uma decisão no âmbito de outro processo e até que essa decisão deixe de produzir efeitos.
2. O disposto na alínea c) do número anterior aplica-se apenas se a decisão em causa prevalecer sobre posteriores decisões nacionais de apreensão num processo penal ao abrigo do direito nacional.
3. Deve ser apresentado à autoridade judiciária do Estado de emissão, no mais curto prazo possível, um relatório sobre o adiamento da execução da decisão de apreensão em que se mencionem os motivos do adiamento e, sendo possível, a duração prevista do mesmo.
4. Cessando o motivo para o adiamento, a autoridade judiciária competente toma, no mais curto prazo possível, as medidas necessárias à execução, sendo a autoridade judiciária do Estado de emissão informada do facto.
5. A autoridade judiciária competente informa a autoridade judiciária do Estado de emissão acerca de qualquer outra medida restritiva de que os bens em causa possam ser objecto.

Artigo 10.º *Impossibilidade de execução*

A autoridade judiciária competente notifica de imediato a autoridade judiciária do Estado de emissão da impossibilidade prática de executar a decisão de apreensão por os bens ou elementos de prova terem desaparecido, terem sido destruídos ou não poderem ser encontrados no local indicado na certidão ou 5.

Lei n.º 25/2009, de 5 de Junho-Série I – n.º 109 por a localização dos bens ou dos elementos de prova não ter sido indicada de forma suficientemente precisa, mesmo após consulta ao Estado de emissão.

SECÇÃO III

Processo de execução

Artigo 11.º

Competência para a execução

1. É competente para a execução em Portugal o tribunal com competência para proceder à instrução criminal da área onde o bem ou elemento de prova objecto da decisão de apreensão se encontra à data da decisão.
2. Quando a decisão de apreensão abranja mais do que um bem ou elemento de prova é competente o tribunal da área onde se encontra o maior número de bens ou elementos de prova.
3. Quando não for possível determinar o tribunal em cuja área se encontra o maior número de bens ou elementos de prova é competente o que primeiro toma conhecimento da decisão de apreensão.

Artigo 12.º

Reconhecimento e execução

1. O pedido de execução da decisão é apresentado ao Ministério Público.
2. Quando não seja competente por força da aplicação do disposto no artigo anterior, a autoridade judiciária que recebeu a decisão remete-a ao tribunal competente, disso informando a autoridade judiciária do Estado de emissão interessada.
3. Verificada a conformidade do pedido às normas aplicáveis e ressalvada a aplicação do disposto nas secções i e ii do presente capítulo, a autoridade judiciária competente reconhece a decisão sem que seja necessária qualquer outra formalidade e ordena sem demora as medidas necessárias à execução imediata da apreensão.
4. Os procedimentos de execução da decisão seguem os trâmites previstos na lei processual penal.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a autoridade judiciária deve respeitar, na execução, as formalidades e procedimentos expressamente indicados pela autoridade judiciária do Estado de emissão, sempre que tal se mostre necessário para garantir a validade dos elementos de prova que se visa obter, desde que tais formalidades e procedimentos não contrariem os princípios fundamentais do direito português.

6. A autoridade judiciária portuguesa comunica imediatamente a sua resolução sobre a decisão de apreensão à autoridade judiciária do Estado de emissão, sempre que possível no prazo máximo de vinte e quatro horas a contar da receção da decisão.

7. A autoridade judiciária comunica imediatamente à autoridade judiciária do Estado de emissão a execução da decisão de apreensão.

Artigo 13.º *Duração temporal da apreensão*

1. Os bens ou elementos de prova apreendidos são mantidos nessa situação até existir uma decisão definitiva acerca de qualquer dos pedidos a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º.

2. A autoridade judiciária competente pode, após consulta junto do Estado de emissão e em conformidade com o direito e a prática nacionais, determinar condições adequadas às circunstâncias do caso, a fim de limitar a duração da apreensão.

3. Verificando-se que, de acordo com tais condições, a autoridade judiciária prevê o levantamento da medida, deve informar o Estado de emissão deste facto, dando-lhe a possibilidade de apresentar as suas observações.

4. As autoridades judiciárias do Estado de emissão informam de imediato a autoridade judiciária competente da revogação da decisão de apreensão.

5. As autoridades judiciárias que recebem uma informação do Estado de emissão dando conta da revogação de uma decisão de apreensão levantam a medida de imediato.

CAPÍTULO IV *Comunicações*

Artigo 14.º *Comunicações entre autoridades judiciárias*

1. As comunicações entre autoridades judiciárias são realizadas por meio que permita a obtenção de um registo escrito daquelas e, no caso da transmissão da decisão de apreensão, acompanhada da certidão, a verificação da sua autenticidade.

2. As comunicações são traduzidas numa das línguas oficiais do Estado de execução ou noutra língua oficial das instituições das Comunidades Europeias aceite por este Estado mediante declaração depositada junto do Secretariado-Geral do Conselho.

CAPÍTULO V

Modos de impugnação

Artigo 15.º

Recursos e requerimentos

1. O recurso de uma decisão de apreensão de bens ou elementos de prova situados em outro Estado-Membro proferida por autoridade judiciária portuguesa, bem como o requerimento de modificação ou revogação da medida, efectua-se nos termos previstos no Código de Processo Penal.
2. O recurso de uma decisão de apreensão de bens ou elementos de prova reconhecida e executada em Portugal ao abrigo do disposto na presente lei pode ser apresentado perante os tribunais portugueses nos termos previstos no Código de Processo Penal.
3. O recurso apresentado em Portugal e a respectiva motivação são notificados à autoridade judiciária do Estado de emissão para que possa responder no prazo de 10 dias.
4. O processo é remetido ao tribunal competente imediatamente após a junção da resposta da autoridade judiciária do Estado de emissão ou findo o prazo para a sua apresentação.
5. A autoridade judiciária do Estado de emissão é informada do resultado do recurso.
6. O recurso respeitante aos fundamentos subjacentes à emissão de uma decisão de apreensão só é admitido perante os tribunais portugueses nos casos em que Portugal é o Estado de emissão.
7. Os recursos a que se refere o presente artigo não têm efeito suspensivo.

CAPÍTULO VI

Urgência

Artigo 16.º

Natureza urgente da execução

1. Os actos relativos ao procedimento a que se refere a presente lei praticam-se mesmo fora dos dias úteis e das horas de expediente dos serviços de justiça, e no período de férias judiciais.
2. Os prazos relativos ao procedimento a que se refere a presente lei correm em férias.

CAPÍTULO VII

Responsabilidade civil

Artigo 17.º

Responsabilidade civil pela execução

Sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 15.º, quando o Estado de execução, por força do seu direito nacional, for responsabilizado civilmente pelos danos causados pela execução de uma decisão de apreensão que lhe tenha sido transmitida, o Estado de emissão deve reembolsar o Estado de execução pelo valor da indemnização pago, excepto se, e na medida em que, os danos, ou parte deles, se devam em exclusivo à conduta do Estado de execução.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 18.º

Casos especiais de transmissão

Caso o Reino Unido ou a Irlanda o declarem, nos termos e para os efeitos a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º da Decisão Quadro n.º 2003/577/JAI, do Conselho, de 22 de Julho, as transmissões a que se refere o artigo 6.º desta lei são efectuadas através da ou das autoridades centrais especificadas em tais declarações.

Artigo 19.º

Direito subsidiário

É aplicável subsidiariamente ao procedimento a que se refere a presente lei o Código de Processo Penal.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

***Emissão e Execução de Decisões de Perda de Instrumentos,
Produtos e Vantagens do Crime******Lei n.º 88/2009 de 31 de Agosto.***

Aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de perda de instrumentos, produtos e vantagens do crime, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão Quadro n.º 2006/783/JAI, do Conselho, de 6 de Outubro, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, com a redacção que lhe foi dada pela Decisão Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de Fevereiro.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

***CAPÍTULO I
Objecto e definições******Artigo 1.º
Objecto***

1. A presente lei estabelece o regime jurídico da emissão e da transmissão, pelo tribunal competente em matéria penal, de decisões de perda de bens ou outros produtos do crime no âmbito de processo penal, tendo em vista o seu reconhecimento e a sua execução em outro Estado-Membro da União Europeia.
2. A presente lei estabelece também o regime jurídico do reconhecimento e da execução em Portugal das decisões de perda de bens ou outros produtos do crime no âmbito de processo penal tomadas por autoridades judiciais de outros Estados-Membros da União Europeia.
3. A execução na União Europeia das decisões de perda a que se refere a presente lei é baseada no princípio do reconhecimento mútuo e realizada em conformidade com o disposto na Decisão Quadro n.º 2006/783/JAI, do Conselho, de 6 de Outubro, com a redacção que lhe foi dada pela Decisão Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de Fevereiro.

***Artigo 2.º
Definições***

1. Para efeitos da presente lei, considera-se:

- a) «Estado de emissão» o Estado-Membro no qual um tribunal tenha proferido uma decisão de perda no âmbito de um processo penal;
- b) «Estado de execução» o Estado-Membro ao qual tenha sido transmitida uma decisão de perda para reconhecimento e execução;
- c) «Decisão de perda» uma sanção ou medida de carácter definitivo, imposta por um tribunal relativamente a uma ou várias infracções penais, que conduza à privação definitiva de um bem;
- d) «Bens» os activos de qualquer espécie, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, bem como os documentos ou instrumentos legais comprovativos da propriedade desses activos ou dos direitos com eles relacionados, em relação aos quais um tribunal do Estado de emissão tenha decidido que:
 - i) Constituem o produto de uma infracção ou correspondem, no todo ou em parte, ao valor desse produto;
 - ii) Constituem os instrumentos dessa infracção;
 - iii) São passíveis de perda, em consequência da aplicação, por decisão judicial, de um dos poderes alargados de declaração de perda especificados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da Decisão Quadro n.º 2005/212/JAI; ou
 - iv) São passíveis de perda por força de quaisquer outras disposições legais relacionadas com os poderes alargados de declaração de perda previstos na legislação do Estado de emissão;
- e) «Produto» qualquer vantagem económica resultante de infracções penais, podendo consistir em qualquer bem;
- f) «Instrumentos» quaisquer bens que tiverem servido ou estivessem destinados a servir, de qualquer modo, no todo ou em parte, para a prática de uma ou várias infracções penais ou que por estas tiverem sido produzidos;
- g) «Bens culturais pertencentes ao património cultural nacional» os definidos de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º da Directiva n.º 93/7/CE, do Conselho, de 15 de Março, relativa à restituição de bens culturais que tenham saído ilícitamente do território de um Estado-Membro.

2. Quando o processo penal que deu origem à decisão de perda envolva uma infracção principal, bem como branqueamento de capitais, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º, entende-se por «infracção penal» uma infracção principal.

Artigo 3.º
Âmbito de aplicação

1. São reconhecidas e executadas, sem controlo da dupla incriminação do facto, as decisões de perda que respeitem às seguintes infracções, desde que, de acordo com a lei do Estado de emissão, estas sejam puníveis com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a 3 anos:

- a) Associação criminosa;
- b) Terrorismo;
- c) Tráfico de seres humanos;
- d) Exploração sexual e pornografia de menores;
- e) Tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas;
- f) Tráfico de armas, munições e explosivos;
- g) Corrupção;
- h) Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias, na acepção da Convenção, de 26 de Julho de 1995, Relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- i) Branqueamento de produtos do crime;
- j) Contrafacção de moeda, incluindo o euro;
- l) Cibercriminalidade;
- m) Crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas;
- n) Auxílio à entrada e à permanência de imigrantes ilegais;
- o) Homicídio e ofensas à integridade física graves ou qualificadas;
- p) Tráfico de órgãos e tecidos humanos;
- q) Rapto, sequestro e tomada de reféns;
- r) Racismo e xenofobia;
- s) Roubo;
- t) Tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte;
- u) Burla;
- v) Coacção ou extorsão;
- x) Contrafacção, imitação e uso ilegal de marca ou de produtos;
- z) Falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico;
- aa) Falsificação de meios de pagamento;
- ab) Tráfico de substâncias hormonais e outros estimuladores de crescimento;

- ac) Tráfico de materiais nucleares ou radioactivos;
- ad) Tráfico de veículos furtados ou roubados;
- ae) Violação;
- af) Incêndio provocado;
- ag) Crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional;
- ah) Desvio de avião ou de navio;
- ai) Sabotagem.

2. No que respeita às infracções não previstas no número anterior, pode o Estado de execução sujeitar o reconhecimento e a execução de decisões de perda à condição de os factos que justificaram a decisão constituírem, de acordo com a sua lei interna, infracção que permita uma decisão de perda, quaisquer que sejam os elementos constitutivos ou a sua qualificação na legislação do Estado de emissão.

Artigo 4.º *Comunicações entre autoridades competentes*

1. Todas as comunicações oficiais são efectuadas directamente entre as autoridades competentes do Estado de emissão e do Estado de execução, por qualquer meio que permita a obtenção de um registo escrito daquelas e em condições que permitam a verificação da sua autenticidade.

2. As comunicações são traduzidas numa das línguas oficiais do Estado de execução ou noutra língua oficial das instituições das Comunidades Europeias aceite por este Estado mediante declaração depositada junto do Secretariado-Geral do Conselho.

Artigo 5.º *Amnistia e perdão*

A amnistia e o perdão podem ser concedidos tanto pelo Estado de emissão como pelo Estado de execução.

Artigo 6.º *Encargos*

1. O Estado Português renuncia, em condições de reciprocidade, ao reembolso dos encargos com a execução de decisões de perda.

2. Exceptuam -se do disposto no número anterior os casos em que o Estado de execução tenha incorrido em despesas que considere elevadas ou excepcionais, podendo nesses casos admitir -se ou apresentar -se um pedido de repartição de despesas.

3. O pedido deve ser instruído com especificações detalhadas.

CAPÍTULO II

Emissão, conteúdo e transmissão, por parte das autoridades portuguesas, de decisão de perda

Artigo 7.º

Emissão e transmissão de decisão

1. Quando, em processo penal, um tribunal português proferir uma decisão de perda de bens localizados fora de Portugal, num Estado-Membro da União Europeia, remete à autoridade competente desse Estado essa decisão.
2. Se a decisão de perda respeitar a montantes em dinheiro, essa decisão é transmitida ao Estado-Membro onde, segundo o tribunal português, foi possível apurar que a pessoa sobre a qual recai a decisão detém bens ou auferir rendimentos.
3. Se a decisão de perda respeitar a bens específicos, essa decisão é transmitida ao Estado-Membro onde, segundo o tribunal português, foi possível apurar que tais bens se encontram.
4. Caso não seja possível ao tribunal português apurar o local onde podem ser encontrados os bens ou rendimentos sobre os quais recai a decisão de perda, esta é transmitida ao Estado-Membro onde tenha residência habitual ou sede social, respectivamente, a pessoa singular ou colectiva contra quem a decisão seja proferida.

Artigo 8.º

Forma da transmissão

1. A transmissão de uma decisão de perda é feita mediante a remessa da decisão, ou da sua cópia autenticada, acompanhada de certidão emitida de acordo com o modelo anexo à presente lei.
2. A certidão é traduzida para a língua oficial, ou para uma das línguas oficiais do Estado de execução, ou para outra que este indique aceitar nos termos do n.º 2 do artigo 19.º da Decisão Quadro n.º 2006/783/JAI, de 6 de Outubro.
3. A certidão deve ser assinada pela autoridade emitente, a qual certifica a exactidão do seu conteúdo.

4. A decisão, ou a sua cópia autenticada, bem como a certidão são transmitidas directamente pela autoridade emitente à autoridade competente do Estado de execução, em condições que permitam a verificação da sua autenticidade pelo Estado de execução.

5. No caso de a autoridade emitente não conhecer a autoridade competente do Estado de execução, solicita essa informação a este último por todos os meios, incluindo através dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia.

6. O original da decisão ou a sua cópia autenticada, bem como o original da certidão, são enviados ao Estado de execução, se este o solicitar.

Artigo 9.º *Transmissão de uma decisão a vários Estados de execução*

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a autoridade emitente transmite a decisão de perda a um único Estado de execução.

2. Uma decisão de perda relativa a bens específicos pode ser remetida em simultâneo a mais de um Estado de execução, quando:

- a) O tribunal português tenha motivos razoáveis para supor que diferentes bens abrangidos pela decisão de perda se encontram em diferentes Estados de execução;
- b) A execução da perda de um bem específico abrangido por aquela decisão implique acções em mais de um Estado de execução; ou
- c) O tribunal português tenha motivos razoáveis para supor que um bem específico abrangido pela decisão de perda se encontra num de dois Estados de execução especificados.

3. Uma decisão de perda relativa a um montante em dinheiro pode ser transmitida a vários Estados de execução em simultâneo quando se considere necessário, designadamente quando:

- a) Os bens em questão não tenham sido apreendidos, nos termos da Decisão Quadro n.º 2003/577/JAI, do Conselho, e da legislação portuguesa que a transpõe; ou
- b) O valor dos bens passíveis de serem declarados perdidos em Portugal e num qualquer Estado de execução não se afigure suficiente para a execução do montante total abrangido pela decisão de perda.

Artigo 10.º
Dever de informar o Estado de execução

1. O tribunal português informa imediatamente a autoridade competente do Estado de execução quando:
 - a) Seja de prever a possibilidade de a execução exceder o montante máximo especificado na decisão de perda;
 - b) A totalidade ou uma parte da decisão de perda tenha sido executada em Portugal ou noutro Estado de execução, sendo nesse caso especificado o montante correspondente à parte ainda não executada da decisão de perda;
 - c) Após a transmissão de uma decisão de perda nos termos da presente lei, o tribunal português receba um montante em dinheiro que tenha sido entregue voluntariamente pela pessoa em causa, a título de pagamento do montante da decisão de perda.
2. O tribunal português informa imediatamente a autoridade competente do Estado de execução de qualquer decisão ou medida que tenha por efeito anular o carácter executório da decisão ou retirar ao Estado de execução, por qualquer outro motivo, a responsabilidade por essa execução.

CAPÍTULO III
***Reconhecimento e execução de decisão de perda emitida
por outro Estado-Membro***

Artigo 11.º
Autoridade portuguesa competente para o reconhecimento e execução

1. É competente para o reconhecimento e execução da decisão de perda recebida em Portugal o tribunal da comarca da área da situação do bem.
2. Quando a decisão respeite a dois ou mais bens e estes se situem em áreas pertencentes a comarcas diferentes, é competente o tribunal da área da situação do maior número de bens.
3. Quando não seja possível determinar o tribunal da situação do maior número de bens, é competente o tribunal que primeiro tenha tomado conhecimento da decisão de perda.
4. Sem prejuízo da competência oficiosa dos tribunais para proceder ao reconhecimento e execução de decisões de perda, compete ao Ministério Público promover o processo nos termos previstos para as decisões de perda proferidas por tribunal português.

5. Quando não seja competente, o tribunal português que tenha recebido a decisão de perda transmite oficiosamente a decisão ao tribunal competente e informa imediatamente a autoridade competente do Estado de emissão.

Artigo 12.º
Reconhecimento e execução da decisão

1. Recebida a decisão de perda e verificada a sua competência para conhecer da mesma, o tribunal reconhece a decisão e, sem mais formalidades, ordena as diligências necessárias à sua imediata execução, sem prejuízo do disposto nos artigos 13.º e 14.º.

2. À execução da decisão aplica-se a lei processual penal, tendo o tribunal competente em matéria penal competência exclusiva para decidir das modalidades de execução e para determinar todas as medidas com ela relacionadas.

3. Quando a decisão de perda respeite a um montante em dinheiro e não seja possível obter o seu pagamento, o tribunal execute a decisão de perda sobre outros bens.

4. Quando a decisão de perda respeite a um montante em dinheiro, se necessário, o tribunal converte o montante para euros, à taxa de câmbio em vigor no momento da emissão da decisão de perda.

5. Quando a decisão de perda respeite a um bem específico, com o acordo das autoridades competentes do Estado de execução, a execução da decisão de perda pode assumir a forma de pedido de pagamento de montante em dinheiro correspondente ao valor do bem.

6. O tribunal português comunica o reconhecimento e a execução da decisão à entidade competente do Estado de emissão no mais curto prazo de tempo.

Artigo 13.º
Causas de recusa de reconhecimento e de execução da decisão

1. O tribunal português recusa o reconhecimento e a execução da decisão de perda quando:

- a) A certidão a que se refere o artigo 8.º não seja apresentada, se encontre incompleta ou não corresponda manifestamente à decisão de perda;
- b) Decorra claramente das informações constantes da certidão que a execução da decisão de perda é contrária ao princípio *ne bis in idem*;
- c) Os direitos de qualquer parte interessada, incluindo terceiros de boa fé, ao abrigo da lei portuguesa, impossibilitam a execução da decisão de perda;

d) Nos termos da certidão, a pessoa em causa não esteve presente no julgamento do processo que deu origem à decisão de perda, com excepção dos casos em que a certidão ateste que essa pessoa, em conformidade com a legislação do Estado de emissão:

- i) Foi atempadamente notificada pessoalmente da data e do local previstos para o julgamento ou recebeu efectivamente, por outros meios que permitam concluir inequivocamente que tinha conhecimento do julgamento, informação oficial da data e do local previstos para o julgamento, tendo sido informada que a decisão de perda poderia ser proferida na sua ausência;
 - ii) Teve atempadamente conhecimento do julgamento previsto, conferiu mandato a um representante legal escolhido por si ou pelo Estado nos termos da legislação nacional e foi efectivamente representada no julgamento; ou
 - iii) Foi atempadamente notificada da decisão de perda e expressamente informada do direito a novo julgamento ou a recurso que permita a reapreciação do mérito da causa, incluindo de novas provas, tendo declarado expressamente que não contesta a decisão de perda ou não tendo, no prazo aplicável, requerido novo julgamento ou interposto recurso;
- e) Exista imunidade ou privilégio previsto na lei portuguesa que impossibilite a execução da decisão de perda relativa aos bens em causa.

2. O tribunal português pode recusar o reconhecimento e a execução da decisão de perda quando:

- a) Fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 3.º, a decisão de perda respeite a factos que não constituam uma infracção penal que permita a declaração de perda, nos termos da legislação portuguesa;
- b) A decisão se refira a infracções:
 - i) Cometidas, no todo ou em parte, no território português ou em local considerado como tal pela lei portuguesa; ou
 - ii) Praticadas fora do território do Estado de emissão, desde que a lei portuguesa não seja aplicável às mesmas infracções quando praticadas fora do território nacional;
- c) Tenham decorrido os prazos de prescrição do procedimento criminal ou da pena, de acordo com a lei portuguesa, desde que os tribunais portugueses sejam competentes para o conhecimento dos factos a que se refere a decisão.

3. Antes de decidir não reconhecer e não executar uma decisão de perda nos termos dos números anteriores, o tribunal português pode consultar as autoridades competentes

do Estado de emissão, sendo a consulta obrigatória nos casos previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 e b) do número anterior.

4. A execução não pode ser recusada com o fundamento previsto na alínea a) do n.º 2, em matéria tributária, pela circunstância de a legislação portuguesa não prever o mesmo tipo de tributos ou o mesmo tipo de regulamentação que a legislação do Estado de emissão.

5. Quando for impossível executar a decisão de perda, pelo facto de os bens cuja perda deveria ser executada já terem sido objecto de perda, terem desaparecido, terem sido destruídos, não poderem ser encontrados no local indicado na certidão ou de a localização dos bens não ter sido indicada de forma suficientemente precisa, mesmo após consulta ao Estado de emissão, o tribunal português notifica de imediato as autoridades competentes do Estado de emissão.

Artigo 14.º *Adiamento da execução da decisão*

1. O tribunal pode adiar a execução de uma decisão de perda:

- a) Quando, no caso de uma decisão de perda relativa a um montante em dinheiro, considere existir risco de o valor total resultante da sua execução exceder o montante especificado na decisão de perda devido à execução simultânea da decisão em vários Estados-Membros;
- b) Nos casos de interposição de recurso do reconhecimento ou da execução da decisão de perda;
- c) Quando a execução da decisão de perda possa prejudicar uma investigação ou procedimento criminais em curso, durante um prazo que considere razoável;
- d) Quando considere necessário traduzir a decisão de perda no todo ou em parte, a expensas das autoridades portuguesas, durante o tempo necessário para a sua tradução; ou
- e) Quando os bens sejam já objecto de um procedimento de perda em Portugal.

2. Durante o período de adiamento o tribunal toma medidas para evitar que os bens deixem de estar disponíveis para efeitos de execução de uma decisão de perda, nos termos previstos para as decisões de perda proferidas por tribunal português.

3. Em caso de adiamento, nos termos da alínea a) do n.º 1, o tribunal informa imediatamente do facto a autoridade competente do Estado de emissão.

4. Nos casos mencionados nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 1, o tribunal português apresenta imediatamente à autoridade competente do Estado de emissão um relatório sobre o adiamento com indicação dos respectivos motivos e, se possível, da duração prevista.

5. Logo que cesse o motivo do adiamento, o tribunal toma de imediato as medidas necessárias para executar a decisão de perda e informa do facto a autoridade competente do Estado de emissão.

Artigo 15.º *Cessação da execução da decisão*

O tribunal põe imediatamente termo à execução da decisão de perda logo que seja informado pela autoridade competente do Estado de emissão de qualquer decisão ou medida que tenha por efeito anular o carácter executório da decisão ou retirar a Portugal, por qualquer motivo, a responsabilidade pela execução.

Artigo 16.º *Decisões múltiplas de perda*

1. O tribunal decide, em conformidade com a lei, qual ou quais das decisões de perda devem ser executadas, tomando designadamente em conta a existência de bens apreendidos, a gravidade relativa da infracção e o local onde esta foi cometida, bem como as datas das respectivas decisões e da sua transmissão quando:

- a) O tribunal tenha de executar duas ou mais decisões de perda relativas a um montante em dinheiro, proferidas contra a mesma pessoa, singular ou colectiva, e a pessoa em causa não disponha, em Portugal, de meios suficientes para possibilitar a execução de todas as decisões; ou
- b) O tribunal tenha de executar mais de uma decisão de perda relativa ao mesmo bem.

2. Nos casos previstos no número anterior, o tribunal informa sem demora a autoridade competente do Estado de emissão sempre que a existência de decisões múltiplas de perda implique a não execução, total ou parcial, de uma das decisões transmitidas.

Artigo 17.º *Impugnação*

1. Todos os intervenientes processuais, incluindo terceiros de boa fé, podem recorrer da decisão de reconhecimento ou de execução de uma decisão de perda, com a finalidade de salvaguardar os respectivos direitos.

2. O recurso rege-se pelas regras gerais do direito processual penal e tem efeito suspensivo do processo.
3. Se for interposto recurso de uma decisão de reconhecimento ou execução de uma decisão de perda proferida por um tribunal português, este informa disso a autoridade competente do Estado de emissão.
4. Não são admitidos recursos respeitantes aos fundamentos subjacentes à emissão da decisão de perda nos casos em que Portugal seja Estado de execução.

Artigo 18.º
Execução dos bens declarados perdidos

1. Quando o bem obtido pela execução da decisão de perda seja um montante em dinheiro, aplicam -se as seguintes regras:
 - a) Se o montante obtido mediante a execução da decisão de perda for inferior ou equivalente a €10 000, reverte para o Estado Português;
 - b) Nos demais casos, 50 % do montante obtido pela execução da decisão de perda são transferidos para o Estado de emissão.
2. Quando os bens obtidos pela execução da decisão de perda sejam vendidos, o respectivo produto tem o destino previsto no número anterior.
3. Quando o bem obtido pela execução da decisão de perda não seja um montante em dinheiro e não seja vendido nos termos do número anterior, é transferido para o Estado de emissão, com excepção dos casos previstos no número seguinte.
4. Quando a decisão de perda respeite a um montante em dinheiro, a transferência de um bem, obtido pela execução da decisão de perda, que não seja um montante em dinheiro, depende do consentimento do Estado de emissão.
5. Sempre que não seja possível aplicar o disposto nos n.ºs 2 a 4, o destino dos bens rege-se pela legislação interna.
6. Não são vendidos ou restituídos bens abrangidos pela decisão de perda que constituam bens culturais pertencentes ao património cultural nacional.

Artigo 19.º
Informação sobre o resultado da execução

1. O tribunal português informa imediatamente a autoridade competente do Estado de emissão:
 - a) Da não execução, total ou parcial, da decisão, caso a pessoa a quem respeite faça prova da perda total ou parcial, em qualquer Estado;
 - b) Caso a decisão de perda tenha sido abrangida por amnistia ou perdão;
 - c) Da execução da decisão, logo que esta esteja concluída;
 - d) Da aplicação de medidas alternativas, nomeadamente penas privativas de liberdade ou qualquer outra medida que limite a liberdade de uma pessoa, com prévio consentimento do Estado de execução.
2. Nos casos previstos na alínea a) do número anterior:
 - a) O tribunal português consulta previamente a autoridade competente do Estado de emissão;
 - b) Em caso de perda de produtos, o montante recuperado pela execução da decisão de perda noutro Estado é integralmente deduzido do montante que venha a ser perdido.

Artigo 20.º
Responsabilidade civil pela execução

Quando o Estado Português, nos termos do direito interno, seja responsabilizado civilmente pelos danos causados pela execução de uma decisão de perda que lhe tenha sido transmitida, o Ministério Público remete à autoridade competente do Estado de emissão um pedido de reembolso do valor da indemnização pago, excepto se, e na medida em que, os danos, ou parte deles, se devam em exclusivo à conduta das instâncias portuguesas.

CAPÍTULO IV
Disposições finais

Artigo 21.º
Lei aplicável e direito subsidiário

1. A execução da decisão de perda rege-se pela lei portuguesa.
2. São subsidiariamente aplicáveis ao procedimento previsto na presente lei o Código de Processo Penal, o Código de Processo Civil e o Regulamento das Custas Processuais.

Artigo 22.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Gabinete de Recuperação de Activos***Lei n.º 45/2011, de 24 de Junho.***

Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Activos (GRA).

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I
Disposição geral***Artigo 1.º***
Objecto

1. A presente lei procede à criação do Gabinete de Recuperação de Activos, em cumprimento da Decisão n.º 2007/845/JAI, do Conselho, de 6 de Dezembro, relativa à cooperação entre os gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da detecção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime.
2. Estabelecem-se, ainda, as regras de administração dos bens recuperados, apreendidos ou perdidos a favor do Estado, visando a sua boa gestão e, se possível, o seu incremento patrimonial.

CAPÍTULO II
Gabinete de Recuperação de Activos***Artigo 2.º***
Âmbito

É criado, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Activos, abreviadamente designado por GRA, com atribuições de investigação análogas às dos órgãos de polícia criminal.

Artigo 3.º
Missão

1. O GRA tem como missão proceder à identificação, localização e apreensão de bens ou produtos relacionados com crimes, a nível interno e internacional, assegurar a cooperação com os gabinetes de recuperação de activos criados por outros Estados e exercer as demais atribuições que lhe sejam legalmente atribuídas.

2. Cabe ainda ao GRA a recolha, análise e tratamento de dados estatísticos sobre apreensão, perda e destinação de bens ou produtos relacionados com crimes.

Artigo 4.º *Competência*

1. O GRA procede à investigação financeira ou patrimonial mencionada no artigo anterior por determinação do Ministério Público:

- a) Quando se trate de instrumentos, bens ou produtos relacionados com crimes puníveis com pena de prisão igual ou superior a 3 anos; e
- b) Quando o valor estimado dos mesmos seja superior a 1000 unidades de conta.

2. Mediante prévia autorização do Procurador-Geral da República ou, por delegação, dos procuradores-gerais distritais, pode o GRA proceder à investigação financeira ou patrimonial, em casos não abrangidos pelo número anterior, considerando o estimado valor económico, científico, artístico ou histórico dos bens a recuperar e a complexidade da investigação.

3. A apreensão de bens é realizada pelo GRA nos termos do Código de Processo Penal, podendo o titular dos bens ou direitos requerer ao juiz de instrução, no prazo de 10 dias após notificação, modificação ou revogação da medida.

4. A notificação a que se refere o número anterior é feita por edital ou anúncio quando o titular dos bens ou direitos não for encontrado.

5. Os procedimentos realizados pelo GRA são documentados em apenso ao processo.

6. A investigação financeira ou patrimonial pode realizar-se, para efeitos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, depois de encerrado o inquérito.

Artigo 5.º *Composição e coordenação*

1. O GRA é composto por elementos que integram as seguintes entidades:

- a) Polícia Judiciária;
- b) Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.;
- c) Direcção-Geral dos Impostos;
- d) Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2. A composição e a coordenação do GRA são fixadas por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça.

3. A nomeação dos elementos que compõem o GRA é efectuada em regime de comissão de serviço, cuja duração é fixada na portaria referida no número anterior.

Artigo 6.º ***Funcionamento***

As normas de funcionamento do GRA são definidas por despacho do director nacional da Polícia Judiciária ou, mediante delegação, do director nacional-adjunto.

Artigo 7.º ***Delegações***

1. O GRA tem sede em Lisboa e integra as seguintes delegações:
 - a) A Delegação do Norte, situada no Porto;
 - b) A Delegação do Centro, situada em Coimbra;
 - c) A Delegação do Sul, situada em Faro.
2. Os elementos do GRA mencionados nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 5.º exercem as suas funções em Lisboa.
3. A competência territorial das delegações do GRA coincide com a das directorias da Polícia Judiciária em que estão sediadas e dos departamentos de investigação criminal delas dependentes.

Artigo 8.º ***Acesso à informação***

1. Com vista à realização da investigação financeira ou patrimonial referida no presente capítulo, o GRA pode aceder a informação detida por organismos nacionais ou internacionais, nos mesmos termos dos órgãos de polícia encarregados da investigação criminal.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, o GRA pode aceder, nomeadamente, às bases de dados:
 - a) Do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.;
 - b) Da Direcção-Geral dos Impostos e da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
 - c) Da Segurança Social;
 - d) Do Instituto de Seguros de Portugal;
 - e) Da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
 - f) Do Banco de Portugal.

3. Quando o acesso depender de autorização de autoridade judiciária, o despacho autorizador identifica as pessoas singulares ou colectivas abrangidas pela medida e especifica as informações que devem ser prestadas, os prazos para a sua concessão e os documentos que devem ser entregues, podendo assumir forma genérica para cada um dos sujeitos abrangidos quando a especificação não seja possível.

4. Quando se trate de informações relativas a contas bancárias e não forem conhecidos os titulares das mesmas ou os intervenientes nas transacções é suficiente a identificação das contas e transacções relativamente às quais devem ser obtidas informações.

Artigo 9.º *Cooperação*

1. O GRA coopera, a nível policial, com os gabinetes de recuperação de activos criados por outros Estados e procede ao intercâmbio de informações, de dados e de boas práticas.

2. O GRA coadjuva, além disso, as autoridades judiciárias na realização dos actos de cooperação judiciária pertinentes.

CAPÍTULO III *Administração de bens*

Artigo 10.º *Administração de bens*

1. A administração dos bens apreendidos ou recuperados, no âmbito de processos nacionais ou de actos de cooperação judiciária internacional, é assegurada por um gabinete do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ, I. P.), designado Gabinete de Administração de Bens (GAB).

2. Compete ao conselho directivo do IGFIJ, I. P., a prática de todos os actos de administração e gestão do GAB.

3. No exercício dos seus poderes de administração compete ao GAB:

- a) Proteger, conservar e gerir os bens recuperados ou à guarda do Estado;
- b) Determinar a venda, a afectação ao serviço público ou a destruição dos bens mencionados na alínea anterior, desde que salvaguardado o cumprimento da regulamentação comunitária aplicável;
- c) Exercer as demais competências que lhe sejam legalmente atribuídas.

4. O GAB exerce as suas funções no estrito respeito pelo princípio da transparência, visando a gestão racional e eficiente dos bens administrados e, se possível, o seu incremento patrimonial.
5. O GAB procede ao exame, à descrição e ao registo da avaliação do bem para efeitos de fixação do valor de eventual indemnização.
6. O GAB fornece ao GRA dados estatísticos para os efeitos do n.º 2 do artigo 3.º

Artigo 11.º *Competência*

O GAB intervém, nos termos do presente capítulo, a pedido do GRA ou das autoridades judiciais, quando o valor do bem apreendido exceda as 50 unidades de conta.

Artigo 12.º *Avaliação*

1. Após decurso do prazo fixado no n.º 3 do artigo 4.º ou da decisão nele prevista, o GAB procede à avaliação do bem apreendido, para efeitos da sua administração e de fixação do valor de eventual indemnização.
2. Quando a avaliação se revelar de especial complexidade ou exigir especiais conhecimentos, pode o GAB solicitar a colaboração de entidades com reconhecida competência.
3. Da decisão de homologação da avaliação pelo presidente do IGFIJ, I. P., cabe reclamação para o juiz competente, que decide por despacho irrecorrível após realização das diligências que julgue convenientes, sendo correspondentemente aplicável o disposto no n.º 5 do artigo 68.º do Código de Processo Penal.
4. O proprietário ou legítimo possuidor de um bem que não constitua meio de prova relevante pode requerer à autoridade judiciária competente a sua entrega contra o depósito do valor da avaliação à ordem do IGFIJ, I. P.

Artigo 13.º *Informação prévia*

1. Antes da venda, afectação ou destruição dos bens, o GAB solicita ao Ministério Público que preste informação sobre o seu valor probatório e sobre a probabilidade de perda a favor do Estado, a qual se reveste de carácter urgente.

2. O Ministério Público deve ponderar se o interesse probatório pode ser satisfeito através de amostra do bem apreendido.

Artigo 14.º
Venda antecipada

O GAB procede à venda dos bens perecíveis, deterioráveis ou desvalorizáveis ou à sua afectação a finalidade pública ou socialmente útil, antes de decisão transitada em julgado, quando não constituam meio de prova relevante.

Artigo 15.º
Isenção de imposto único de circulação

Os veículos, quando apreendidos, depositados ou afectos provisoriamente a serviço público pelas entidades referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Código do Imposto Único de Circulação, são isentos daquele imposto.

Artigo 16.º
Bens imóveis

1. Os bens imóveis são conservados e geridos pelo GAB, não podendo ser alienados até ao trânsito em julgado de decisão.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o GAB pode proceder à venda antecipada ou à afectação dos bens imóveis administrados quando os mesmos se encontrem em grave risco de perda do seu valor ou de afectação da segurança e saúde públicas e não constituam meio de prova relevante.
3. Nos casos previstos no número anterior, quando o bem imóvel constitua meio de prova relevante, o GAB pode proceder à realização das obras de reabilitação necessárias.
4. O GAB procede à liquidação do imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativo a bens imóveis sob a sua administração.

Artigo 17.º
Destino das receitas

1. As receitas geradas pela administração de bens recuperados ou declarados perdidos a favor do Estado revertem:
 - a) Em 50 % para o Fundo de Modernização da Justiça;
 - b) Em 50 % para o IGFIJ, I. P.

2. Exceptuam-se do regime do número anterior:

- a) As disposições do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, do artigo 110.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, do artigo 18.º da Lei n.º 88/2009, de 31 de Agosto, bem como as constantes de acordos, tratados ou convenções que vinculem o Estado Português;
- b) O produto da receita de bens conexos com crimes de natureza tributária, bem como receitas que constituam recursos próprios comunitários.

Artigo 18.º *Indemnizações*

1. As despesas efectuadas com imóveis, nos termos do artigo 16.º, e com móveis afectos ao serviço público são ressarcidas, em caso de restituição ao proprietário.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, é feito o apuramento do valor das obras e das benfeitorias que o GAB realizou nos imóveis sob a sua administração, bem como do IMI pago, e, relativamente aos móveis, das despesas ocasionadas pela sua afectação a finalidade pública ou socialmente útil.
3. Operada a compensação a que houver lugar, é indemnizado o titular do crédito pelo excedente que for apurado.
4. Tendo havido venda antecipada, é restituído ao proprietário o valor obtido acrescido dos juros vencidos desde a venda, à taxa legal, deduzidas as despesas referidas nos n.ºs 1 e 2.

CAPÍTULO IV *Intercâmbio de dados e informações e protecção de dados*

Artigo 19.º *Intercâmbio de dados e informações*

O intercâmbio de dados e de informações, solicitados ou disponibilizados entre gabinetes de recuperação de bens ou outras autoridades encarregadas de facilitar a detecção e identificação dos produtos do crime, processa-se nos termos legais.

Artigo 20.º *Protecção de dados*

Os dados pessoais são protegidos de acordo com o disposto na Lei da Protecção de Dados Pessoais, aprovada pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro, e a sua transmissão obedece ao regime legalmente previsto.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 21.º

Regime subsidiário

A investigação financeira e patrimonial e a avaliação, utilização, administração e alienação de bens apreendidos ou perdidos a favor do Estado não abrangidos pela presente lei processam-se nos termos gerais.

Artigo 22.º

Transparência e monitorização

1. Os gabinetes previstos na presente lei elaboram, conjuntamente, até 31 de Março do ano seguinte, um relatório relativo ao seu exercício anterior, em termos a definir por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça.
2. O relatório referido no número anterior é entregue ao Ministério da Justiça.
3. No prazo de cinco anos, a actividade dos gabinetes criados pela presente lei é sujeita a avaliação.

Artigo 23.º

Aplicação da lei no tempo

1. O disposto na presente lei aplica-se aos processos que se iniciem a partir da data de entrada em vigor da presente lei.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, verificando-se as circunstâncias do n.º 2 do artigo 4.º, o Procurador-Geral da República ou, por delegação, os procuradores-gerais distritais podem encarregar o GRA de proceder à investigação financeira ou patrimonial em processos iniciados antes da data de entrada em vigor da presente lei.
3. Nos casos referidos no número anterior, o GRA ou as autoridades judiciais podem solicitar a intervenção do GAB, nos termos do artigo 11.º

II. União Europeia

Tratado de Lisboa**Tratado de Funcionamento da União Europeia.**

(…)

**Artigo 82.º
(ex-Artigo 31.º TUE)**

1. A cooperação judiciária em matéria penal na União assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e inclui a aproximação das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros nos domínios a que se referem o n.º 2 e o artigo 83.º.

O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, adoptam medidas destinadas a:

- a) Definir regras e procedimentos para assegurar o reconhecimento em toda a União de todas as formas de sentenças e decisões judiciais;
- b) Prevenir e resolver os conflitos de jurisdição entre os Estados-Membros;
- c) Apoiar a formação de magistrados e de funcionários e agentes de justiça;
- d) Facilitar a cooperação entre as autoridades judiciárias ou outras equivalentes dos Estados-Membros, no âmbito da investigação e do exercício da acção penal, bem como da execução de decisões.

2. Na medida em que tal seja necessário para facilitar o reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e a cooperação policial e judiciária nas matérias penais com dimensão transfronteiriça, o Parlamento Europeu e o Conselho, por meio de directivas adoptadas de acordo com o processo legislativo ordinário, podem estabelecer regras mínimas. Essas regras mínimas têm em conta as diferenças entre as tradições e os sistemas jurídicos dos Estados-Membros.

Essas regras mínimas incidem sobre:

- a) A admissibilidade mútua dos meios de prova entre os Estados-Membros;
- b) Os direitos individuais em processo penal;
- c) Os direitos das vítimas da criminalidade;
- d) Outros elementos específicos do processo penal, identificados previamente pelo Conselho através de uma decisão. Para adoptar essa decisão, o Conselho delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu.

A adopção das regras mínimas referidas no presente número não impede os Estados-Membros de manterem ou introduzirem um nível mais elevado de protecção das pessoas.

3. Quando um membro do Conselho considere que um projecto de directiva a que se refere o n.º 2 prejudica aspectos fundamentais do seu sistema de justiça penal, pode solicitar que esse projecto seja submetido ao Conselho Europeu. Nesse caso, fica suspenso o processo legislativo ordinário. Após debate, e havendo consenso, o Conselho Europeu, no prazo de quatro meses a contar da data da suspensão, remete o projecto ao Conselho, o qual porá fim à suspensão do processo legislativo ordinário.

No mesmo prazo, em caso de desacordo, e se pelo menos nove Estados-Membros pretenderem instituir uma cooperação reforçada com base no projecto de directiva em questão, esses Estados-Membros notificam o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão em conformidade. Nesse caso, considera-se que foi concedida a autorização para proceder à cooperação reforçada referida no n.º 2 do artigo 20.º do Tratado da União Europeia e no n.º 1 do artigo 329.º do presente Tratado, e aplicam-se as disposições relativas à cooperação reforçada.

Artigo 83.º
(ex-Artigo 31.º TUE)

1. O Parlamento Europeu e o Conselho, por meio de directivas adoptadas de acordo com o processo legislativo ordinário, podem estabelecer regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções em domínios de criminalidade particularmente grave com dimensão transfronteiriça que resulte da natureza ou das incidências dessas infracções, ou ainda da especial necessidade de as combater, assente em bases comuns.

São os seguintes os domínios de criminalidade em causa: terrorismo, tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças, tráfico de droga e de armas, branqueamento de capitais, corrupção, contrafacção de meios de pagamento, criminalidade informática e criminalidade organizada.

Consoante a evolução da criminalidade, o Conselho pode adoptar uma decisão que identifique outros domínios de criminalidade que preencham os critérios referidos no presente número. O Conselho delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu.

2. Sempre que a aproximação de disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros em matéria penal se afigure indispensável para assegurar a execução eficaz de uma política da União num domínio que tenha sido objecto de medidas de harmonização, podem ser estabelecidas por meio de directivas regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio em causa. Essas directivas são adoptadas de acordo com um processo legislativo ordinário ou especial idêntico ao utilizado para a adopção das medidas de harmonização em causa, sem prejuízo do artigo 76.º.

3. Quando um membro do Conselho considere que um projecto de directiva a que se refere o n.º 1 ou n.º 2 prejudica aspectos fundamentais do seu sistema de justiça penal, pode solicitar que esse projecto seja submetido ao Conselho Europeu. Nesse caso, fica suspenso o processo legislativo ordinário. Após debate, e havendo consenso, o Conselho Europeu, no prazo de quatro meses a contar da data da suspensão, remete o projecto ao Conselho, o qual porá fim à suspensão do processo legislativo ordinário.

No mesmo prazo, em caso de desacordo, e se pelo menos nove Estados-Membros pretenderem instituir uma cooperação reforçada com base no projecto de directiva em questão, esses Estados-Membros notificam o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão em conformidade. Nesse caso, considera-se que foi concedida a autorização para proceder à cooperação reforçada referida no n.º 2 do artigo 20.º do Tratado da União Europeia e no n.º 1 do artigo 329.º do presente Tratado, e aplicam-se as disposições relativas à cooperação reforçada.

Artigo 84.º

O Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, podem estabelecer medidas para incentivar e apoiar a acção dos Estados-Membros no domínio da prevenção da criminalidade, com exclusão de qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.

Artigo 85.º (ex-Artigo 31.º TUE)

1. A Eurojust tem por missão apoiar e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades nacionais competentes para a investigação e o exercício da acção penal em matéria de criminalidade grave que afecte dois ou mais Estados-Membros ou que exija o exercício de uma acção penal assente em bases comuns, com base

nas operações conduzidas e nas informações transmitidas pelas autoridades dos Estados-Membros e pela Europol.

Neste contexto, o Parlamento Europeu e o Conselho, por meio de regulamentos adoptados de acordo com o processo legislativo ordinário, determinam a estrutura, o funcionamento, o domínio de acção e as funções da Eurojust. As funções da Eurojust podem incluir:

- a) A abertura de investigações criminais e a proposta de instauração de acções penais conduzidas pelas autoridades nacionais competentes, em especial as relativas a infracções lesivas dos interesses financeiros da União;
- b) A coordenação das investigações e acções penais referidas na alínea a);
- c) O reforço da cooperação judiciária, inclusive mediante a resolução de conflitos de jurisdição e uma estreita cooperação com a Rede Judiciária Europeia.

Esses regulamentos definem igualmente as modalidades de associação do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais à avaliação das actividades da Eurojust.

2. No âmbito do exercício das acções penais a que se refere o n.º 1 e sem prejuízo do artigo 86.º, os actos oficiais de procedimento judicial são executados pelos agentes nacionais competentes.

Artigo 86.º

1. A fim de combater as infracções lesivas dos interesses financeiros da União, o Conselho, por meio de regulamentos adoptados de acordo com um processo legislativo especial, pode instituir uma Procuradoria Europeia a partir da Eurojust. O Conselho delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu.

Caso não haja unanimidade, um grupo de pelo menos nove Estados-Membros pode solicitar que o projecto de regulamento seja submetido ao Conselho Europeu. Nesse caso, fica suspenso o processo no Conselho. Após debate, e havendo consenso, o Conselho Europeu, no prazo de quatro meses a contar da data da suspensão, remete o projecto ao Conselho, para adopção.

No mesmo prazo, em caso de desacordo, e se pelo menos nove Estados-Membros pretenderem instituir uma cooperação reforçada com base no projecto de regulamento em questão, esses Estados-Membros notificam o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão em conformidade. Nesse caso, considera-se que foi concedida a autorização para proceder à cooperação reforçada referida no n.º 2 do artigo 20.º do Tratado

da União Europeia e no n.º 1 do artigo 329.º do presente Tratado, e aplicam-se as disposições relativas à cooperação reforçada.

2. A Procuradoria Europeia é competente para investigar, processar judicialmente e levar a julgamento, eventualmente em articulação com a Europol, os autores e cúmplices das infracções lesivas dos interesses financeiros da União determinadas no regulamento a que se refere o n.º 1. A Procuradoria Europeia exerce, perante os órgãos jurisdicionais competentes dos Estados-Membros, a acção pública relativa a tais infracções.

3. Os regulamentos a que se refere o n.º 1 definem o estatuto da Procuradoria Europeia, as condições em que esta exerce as suas funções, as regras processuais aplicáveis às suas actividades e as que regem a admissibilidade dos meios de prova, bem como as regras aplicáveis à fiscalização jurisdicional dos actos processuais que a Procuradoria Europeia realizar no exercício das suas funções.

4. O Conselho Europeu pode, em simultâneo ou posteriormente, adoptar uma decisão que altere o n.º 1, de modo a tornar as atribuições da Procuradoria Europeia extensivas ao combate à criminalidade grave com dimensão transfronteiriça, e que altere em conformidade o n.º 2 no que diz respeito aos autores e cúmplices de crimes graves que afectem vários Estados-Membros. O Conselho Europeu delibera por unanimidade, após aprovação do Parlamento Europeu e após consulta à Comissão.

Artigo 87.º
(ex-Artigo 30.º TUE)

1. A União desenvolve uma cooperação policial que associa todas as autoridades competentes dos Estados-Membros, incluindo os serviços de polícia, das alfândegas e outros serviços responsáveis pela aplicação da lei especializados nos domínios da prevenção ou detecção de infracções penais e das investigações nessa matéria.

2. Para efeitos do n.º 1, o Parlamento Europeu e o Conselho, deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário, podem estabelecer medidas sobre:

- a) Recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio de informações pertinentes;
- b) Apoio à formação de pessoal, bem como em matéria de cooperação relativa ao intercâmbio de pessoal, ao equipamento e à investigação em criminalística;
- c) Técnicas comuns de investigação relativas à detecção de formas graves de criminalidade organizada.

3. O Conselho, deliberando de acordo com um processo legislativo especial, pode estabelecer medidas em matéria de cooperação operacional entre as autoridades referidas no presente artigo. O Conselho delibera por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu.

Caso não haja unanimidade, um grupo de pelo menos nove Estados-Membros pode solicitar que o projecto de medidas seja submetido ao Conselho Europeu. Nesse caso, fica suspenso o processo no Conselho. Após debate, e havendo consenso, o Conselho Europeu, no prazo de quatro meses a contar da data da suspensão, remete o projecto ao Conselho, para adopção.

No mesmo prazo, em caso de desacordo, e se pelo menos nove Estados-Membros pretenderem instituir uma cooperação reforçada com base no projecto de medidas em questão, esses Estados-Membros notificam o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão em conformidade. Nesse caso, considera-se que foi concedida a autorização para proceder à cooperação reforçada referida no n.º 2 do artigo 20.º do Tratado da União Europeia e no n.º 1 do artigo 329.º do presente Tratado, e aplicam-se as disposições relativas à cooperação reforçada.

O processo específico previsto nos segundo e terceiro parágrafos não se aplica a actos que constituam um desenvolvimento do acervo de Schengen.

Artigo 88.º (ex-Artigo 30.º TUE)

1. A Europol tem por missão apoiar e reforçar a acção das autoridades policiais e dos outros serviços responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-Membros, bem como a cooperação entre essas autoridades na prevenção das formas graves de criminalidade que afectem dois ou mais Estados-Membros, do terrorismo e das formas de criminalidade lesivas de um interesse comum que seja objecto de uma política da União, bem como no combate contra esses fenómenos.

2. O Parlamento Europeu e o Conselho, por meio de regulamentos adoptados de acordo com o processo legislativo ordinário, determinam a estrutura, o funcionamento, o domínio de acção e as funções da Europol. As funções da Europol podem incluir:

- a) A recolha, armazenamento, tratamento, análise e intercâmbio das informações transmitidas, nomeadamente, pelas autoridades dos Estados-Membros ou de instâncias ou países terceiros;

- b) A coordenação, organização e realização de investigações e de acções operacionais, conduzidas em conjunto com as autoridades competentes dos Estados-Membros ou no âmbito de equipas de investigação conjuntas, eventualmente em articulação com a Eurojust. Esses regulamentos definem igualmente as modalidades de controlo das actividades da Europol pelo Parlamento Europeu, controlo ao qual são associados os Paramentos nacionais.
3. As acções operacionais da Europol devem ser conduzidas em articulação e com o acordo das autoridades do Estado-Membro ou dos Estados-Membros cujo território seja afectado. A aplicação de medidas coercivas releva exclusivamente das autoridades nacionais competentes.

Artigo 89.º
(ex-Artigo 32.º TUE)

O Conselho, deliberando de acordo com um processo legislativo especial, define as condições e os limites dentro dos quais as autoridades competentes dos Estados-Membros a que se referem os artigos 82.º e 87.º podem intervir no território de outro Estado-Membro, em articulação e de acordo com as autoridades desse Estado. O Conselho delibera por unanimidade, após consulta ao Parlamento Europeu.

(...)

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia***Prêambulo***

Os povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns.

Consciente do seu património espiritual e moral, a União baseia-se nos valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; assenta nos princípios da democracia e do Estado de direito. Ao instituir a cidadania da União e ao criar um espaço de liberdade, segurança e justiça, coloca o ser humano no cerne da sua acção.

A União contribui para a preservação e o desenvolvimento destes valores comuns, no respeito pela diversidade das culturas e tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos seus poderes públicos aos níveis nacional, regional e local; procura promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro e assegura a livre circulação das pessoas, dos serviços, dos bens e dos capitais, bem como a liberdade de estabelecimento.

Para o efeito, é necessário, conferindo-lhes maior visibilidade por meio de uma Carta, reforçar a protecção dos direitos fundamentais, à luz da evolução da sociedade, do progresso social e da evolução científica e tecnológica.

A presente Carta reafirma, no respeito pelas atribuições e competências da União e na observância do princípio da subsidiariedade, os direitos que decorrem, nomeadamente, das tradições constitucionais e das obrigações internacionais comuns aos Estados-Membros, da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, das Cartas Sociais aprovadas pela União e pelo Conselho da Europa, bem como da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Neste contexto, a Carta será interpretada pelos órgãos jurisdicionais da União e dos Estados-Membros tendo na devida conta as anotações elaboradas sob a autoridade do Praesidium da Convenção que redigiu a Carta e actualizadas sob a responsabilidade do Praesidium da Convenção Europeia.

O gozo destes direitos implica responsabilidades e deveres, tanto para com as outras pessoas individualmente consideradas, como para com a comunidade humana e as gerações futuras.

Assim sendo, a União reconhece os direitos, liberdades e princípios a seguir enunciados.

TÍTULO I

Dignidade

Artigo 1.º

Dignidade do ser humano

A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida.

Artigo 2.º

Direito à vida

1. Todas as pessoas têm direito à vida.
2. Ninguém pode ser condenado à pena de morte, nem executado.

Artigo 3.º

Direito à integridade do ser humano

1. Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua integridade física e mental.
2. No domínio da medicina e da biologia, devem ser respeitados, designadamente:
 - a) O consentimento livre e esclarecido da pessoa, nos termos da lei;
 - b) A proibição das práticas eugénicas, nomeadamente das que têm por finalidade a selecção das pessoas;
 - c) A proibição de transformar o corpo humano ou as suas partes, enquanto tais, numa fonte de lucro;
 - d) A proibição da clonagem reprodutiva dos seres humanos.

Artigo 4.º

Proibição da tortura e dos tratos ou penas desumanos ou degradantes

Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas desumanos ou degradantes.

Artigo 5.º

Proibição da escravidão e do trabalho forçado

1. Ninguém pode ser sujeito a escravidão nem a servidão.
2. Ninguém pode ser constrangido a realizar trabalho forçado ou obrigatório.
3. É proibido o tráfico de seres humanos.

TÍTULO II ***Liberdades***

Artigo 6.º ***Direito à liberdade e à segurança***

Todas as pessoas têm direito à liberdade e à segurança.

Artigo 7.º ***Respeito pela vida privada e familiar***

Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pelo seu domicílio e pelas suas comunicações.

Artigo 8.º ***Protecção de dados pessoais***

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. Esses dados devem ser objecto de um tratamento leal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respectiva rectificação.
3. O cumprimento destas regras fica sujeito a fiscalização por parte de uma autoridade independente.

(...)

Artigo 18.º ***Direito de asilo***

É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao Estatuto dos Refugiados, e nos termos do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (a seguir designados «Tratados»).

Artigo 19.º ***Protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição***

1. São proibidas as expulsões colectivas.

2. Ninguém pode ser afastado, expulso ou extraditado para um Estado onde corra sério risco de ser sujeito a pena de morte, a tortura ou a outros tratos ou penas desumanos ou degradantes.

(...)

TÍTULO VI

Justiça

Artigo 47.º

Direito à acção e a um tribunal imparcial

Toda a pessoa cujos direitos e liberdades garantidos pelo direito da União tenham sido violados tem direito a uma acção perante um tribunal nos termos previstos no presente artigo.

Toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja julgada de forma equitativa, publicamente e num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, previamente estabelecido por lei. Toda a pessoa tem a possibilidade de se fazer aconselhar, defender e representar em juízo.

É concedida assistência judiciária a quem não disponha de recursos suficientes, na medida em que essa assistência seja necessária para garantir a efectividade do acesso à justiça.

Artigo 48.º

Presunção de inocência e direitos de defesa

1. Todo o arguido se presume inocente enquanto não tiver sido legalmente provada a sua culpa.

2. É garantido a todo o arguido o respeito dos direitos de defesa.

Artigo 49.º

Princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas

1. Ninguém pode ser condenado por uma acção ou por uma omissão que, no momento da sua prática, não constituía infracção perante o direito nacional ou o direito internacional. Igualmente não pode ser imposta uma pena mais grave do que a aplicável no momento em que a infracção foi cometida. Se, posteriormente à infracção, a lei previr uma pena mais leve, deve ser essa a pena aplicada.

2. O presente artigo não prejudica a sentença ou a pena a que uma pessoa tenha sido condenada por uma acção ou por uma omissão que, no momento da sua prática, constituía crime segundo os princípios gerais reconhecidos por todas as nações.

3. As penas não devem ser desproporcionadas em relação à infracção.

Artigo 50.º

Direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito

Ninguém pode ser julgado ou punido penalmente por um delito do qual já tenha sido absolvido ou pelo qual já tenha sido condenado na União por sentença transitada em julgado, nos termos da lei.

TÍTULO VII

Disposições Gerais que Regem a Interpretação e a Aplicação da Carta

Artigo 51.º

Âmbito de aplicação

1. As disposições da presente Carta têm por destinatários as instituições, órgãos e organismos da União, na observância do princípio da subsidiariedade, bem como os Estados-Membros, apenas quando apliquem o direito da União. Assim sendo, devem respeitar os direitos, observar os princípios e promover a sua aplicação, de acordo com as respectivas competências e observando os limites das competências conferidas à União pelos Tratados.

2. A presente Carta não torna o âmbito de aplicação do direito da União extensivo a competências que não sejam as da União, não cria quaisquer novas atribuições ou competências para a União, nem modifica as atribuições e competências definidas pelos Tratados.

Artigo 52.º

Âmbito e interpretação dos direitos e dos princípios

1. Qualquer restrição ao exercício dos direitos e liberdades reconhecidos pela presente Carta deve ser prevista por lei e respeitar o conteúdo essencial desses direitos e liberdades. Na observância do princípio da proporcionalidade, essas restrições só podem ser introduzidas se forem necessárias e corresponderem efectivamente a objectivos de interesse geral reconhecidos pela União, ou à necessidade de protecção dos direitos e liberdades de terceiros.

2. Os direitos reconhecidos pela presente Carta que se regem por disposições constantes dos Tratados são exercidos de acordo com as condições e limites por eles definidos.

3. Na medida em que a presente Carta contenha direitos correspondentes aos direitos garantidos pela Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e

das Liberdades Fundamentais, o sentido e o âmbito desses direitos são iguais aos conferidos por essa Convenção. Esta disposição não obsta a que o direito da União confira uma protecção mais ampla.

4. Na medida em que a presente Carta reconheça direitos fundamentais decorrentes das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros, tais direitos devem ser interpretados de harmonia com essas tradições.

5. As disposições da presente Carta que contenham princípios podem ser aplicadas através de actos legislativos e executivos tomados pelas instituições, órgãos e organismos da União e por actos dos Estados-Membros quando estes apliquem o direito da União, no exercício das respectivas competências. Só serão invocadas perante o juiz tendo em vista a interpretação desses actos e a fiscalização da sua legalidade.

6. As legislações e práticas nacionais devem ser plenamente tidas em conta tal como precisado na presente Carta.

7. Os órgãos jurisdicionais da União e dos Estados-Membros têm em devida conta as anotações destinadas a orientar a interpretação da presente Carta.

Artigo 53.º *Nível de protecção*

Nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de restringir ou lesar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais reconhecidos, nos respectivos âmbitos de aplicação, pelo direito da União, o direito internacional e as Convenções internacionais em que são Partes a União ou todos os Estados-Membros, nomeadamente a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, bem como pelas Constituições dos Estados-Membros..

Artigo 54.º *Proibição do abuso de direito*

Nenhuma disposição da presente Carta deve ser interpretada no sentido de implicar qualquer direito de exercer actividades ou praticar actos que visem a destruição dos direitos ou liberdades por ela reconhecidos ou restrições desses direitos e liberdades maiores do que as previstas na presente Carta.

O texto que precede retoma, adaptando-a, a Carta proclamada em 7 de Dezembro de 2000 e substitui-a a partir da data de entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Luta Contra a Criminalidade Organizada***Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho de 24 de Outubro de 2008.***

O Conselho da União Europeia,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º, a alínea e) do n.º 1 do artigo 31.º e a alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu,

Considerando o seguinte:

1. O objectivo do Programa da Haia é melhorar as capacidades comuns da União e dos seus Estados-Membros a fim de, nomeadamente, lutar contra o crime organizado transfronteiras. Este objectivo deve ser prosseguido, em especial, mediante a aproximação das legislações. É necessário reforçar a cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia para fazer face à perigosidade e à proliferação das organizações criminosas e dar uma resposta eficaz às expectativas dos cidadãos e às necessidades dos próprios Estados-Membros. A este respeito, o ponto 14 das conclusões do Conselho Europeu de Bruxelas, de 4 e 5 de Novembro de 2004, afirma que os cidadãos da Europa esperam que a União Europeia adopte uma abordagem conjunta e mais eficaz dos problemas transfronteiras como a criminalidade organizada, garantindo, simultaneamente, o respeito das liberdades e direitos fundamentais.
2. Na sua Comunicação de 29 de Março de 2004, relativa a determinadas acções a empreender no domínio da luta contra o terrorismo e outras formas graves de criminalidade, a Comissão considerou que o dispositivo de luta contra a criminalidade organizada a nível da União Europeia deve ser reforçado e declarou que elaboraria uma decisão-quadro destinada a substituir a Acção Comum 98/733/JAI, de 21 de Dezembro de 1998, relativa à incriminação da participação numa organização criminosa nos Estados-Membros da União Europeia.
3. Nos termos do ponto 3.3.2 do Programa da Haia, a aproximação do direito penal substantivo tem o objectivo de facilitar o reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais, bem com a cooperação policial e judiciária em matéria penal, e diz respeito a domínios e criminalidade particularmente grave com uma dimensão

transfronteiras, devendo ser dada prioridade aos domínios de criminalidade a que os Tratados fazem expressamente referência. A definição das infracções relacionadas com a participação em organização criminosa deverá, pois, ser objecto de aproximação nos Estados-Membros.

Assim, a presente decisão-quadro deverá abranger as infracções tipicamente cometidas no âmbito de uma organização criminosa. Além disso, deverá prever a imposição de sanções adequadas à gravidade dessas infracções às pessoas singulares e colectivas que as tenham cometido ou que sejam responsáveis pela sua comissão.

4. As obrigações decorrentes do disposto na alínea a) do artigo 2.º não deverão prejudicar a liberdade dos Estados-Membros de classificar outros grupos de pessoas como organizações criminosas, por exemplo, grupos cujo objectivo não seja o de obter benefícios financeiros ou outro benefício material.

5. As obrigações decorrentes do disposto na alínea a) do artigo 2.º não deverão prejudicar a liberdade dos Estados-Membros de interpretar a expressão «actividades criminosas» no sentido de estas implicarem a prática de actos materiais.

6. A União Europeia deverá basear-se no importante trabalho realizado pelas organizações internacionais, em especial a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional (a «Convenção de Palermo»), celebrada, em nome da Comunidade Europeia, pela Decisão 2004/579/CE do Conselho,

7. Atendendo a que os objectivos da presente decisão-quadro não podem ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros e podem, pois, devido à dimensão da acção, ser mais bem alcançados ao nível da União, a União pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, como aplicado no segundo parágrafo do artigo 2.º do Tratado da União Europeia. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade, a presente decisão-quadro não excede o necessário para atingir aqueles objectivos.

8. A presente decisão-quadro respeita os direitos fundamentais e os princípios reconhecidos na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em especial nos seus artigos 6.º e 49.º. Nenhuma disposição da presente decisão-quadro tem por objectivo reduzir ou limitar as regras nacionais respeitantes aos direitos e liberdades fundamentais, como o direito a um processo equitativo, o direito à greve, à liberdade

de reunião, de associação, de imprensa ou de expressão, incluindo o direito de formar e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses, bem como o direito de manifestação que lhe está associado.

9. A Acção Comum 98/733/JAI deverá, por conseguinte, ser revogada,

APROVOU A PRESENTE DECISÃO-QUADRO:

Artigo 1.º *Definições*

Para efeitos da presente decisão-quadro, entende-se por:

1. «Organização criminosa», a associação estruturada de mais de duas pessoas, que se mantém ao longo do tempo e actua de forma concertada, tendo em vista a prática de infracções passíveis de pena privativa de liberdade ou medida de segurança privativa de liberdade cuja duração máxima seja, pelo menos, igual ou superior a quatro anos, ou de pena mais grave, com o objectivo de obter, directa ou indirectamente, benefícios financeiros ou outro benefício material.

2. «Associação estruturada», uma associação que não foi constituída de forma fortuita para a prática imediata de uma infracção e que não tem necessariamente atribuições formalmente definidas para os seus membros, continuidade na sua composição ou uma estrutura sofisticada.

Artigo 2.º *Infracções relativas à participação em organização criminosa*

Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias para garantir que um ou ambos os tipos de conduta a seguir indicados relacionados com uma organização criminosa sejam considerados infracção:

- a) A conduta de quem, intencionalmente e com conhecimento quer dos objectivos e da actividade geral da organização criminosa, quer da intenção da organização de cometer a infracção em causa, participar activamente na actividade criminosa da organização, incluindo o fornecimento de informações ou de meios materiais, o recrutamento de novos participantes e qualquer forma de financiamento das actividades da organização, tendo conhecimento de que tal participação contribuirá para a realização da actividade criminosa da organização;
- b) A conduta de quem tiver estabelecido, com uma ou mais pessoas, um acordo destinado a levar a cabo uma actividade que, se for executada, configura a

prática de uma infracção a que se refere o artigo 1.º, mesmo que essa pessoa não participe na execução efectiva de tal actividade.

Artigo 3.º ***Sanções***

1. Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para garantir que:
 - a) As infracções a que se refere a alínea a) do artigo 2.º sejam puníveis com uma pena de prisão com a duração máxima de, pelo menos, dois a cinco anos; ou
 - b) As infracções a que se refere a alínea b) do artigo 2.º sejam puníveis com o mesmo limite máximo da pena de prisão previsto para a infracção que é objecto do acordo, ou com uma pena de prisão com a duração máxima de, pelo menos, dois a cinco anos.
2. Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias para garantir que o facto de as infracções a que se refere o artigo 2.º, por ele próprio estabelecidas, serem cometidas no quadro de uma organização criminosa possa ser considerado como circunstância agravante.

Artigo 4.º ***Circunstâncias especiais***

Cada Estado-Membro pode tomar as medidas necessárias para garantir que as penas previstas no artigo 3.º possam ser reduzidas ou que o autor da infracção possa beneficiar de uma isenção de pena caso, nomeadamente:

- a) Renuncie às actividades criminosas; e
- b) Forneça às autoridades administrativas ou judiciais informações que essas autoridades não teriam podido obter de outro modo e que as ajudem a:
 - i) Prevenir, fazer cessar ou limitar os efeitos da infracção,
 - ii) Identificar ou levar a julgamento os demais autores da infracção,
 - iii) Encontrar provas,
 - iv) Privar a organização criminosa de recursos ilícitos ou do produto das suas actividades criminosas, ou,
 - v) Impedir a prática de outras infracções a que se refere no artigo 2.º.

Artigo 5.º ***Responsabilidade das pessoas colectivas***

1. Cada Estado-Membro adopta as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis pelas infracções a que se refere o artigo 2.º, praticadas em seu benefício por qualquer pessoa, a título individual ou

como membro de um órgão da pessoa colectiva e nela ocupando uma posição de chefia, com base:

- a) Nos seus poderes de representação da pessoa colectiva;
- b) No seu poder de tomar decisões em nome da pessoa colectiva;

ou

- c) No poder de exercer controlo no interior da pessoa colectiva.

2. Os Estados-Membros tomam igualmente as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis sempre que a falta de fiscalização ou de controlo por uma pessoa referida no n.º 1 tenha permitido a prática, por uma pessoa sob a sua autoridade, de uma das infracções a que se refere o artigo 2.º, em benefício dessa pessoa colectiva.

3. A responsabilidade das pessoas colectivas por força dos n.ºs 1 e 2 não exclui a instauração de acção penal contra as pessoas singulares que sejam autoras de qualquer das infracções a que se refere o artigo 2.º ou cúmplices na comissão dessas infracções.

4. Para efeitos da presente decisão-quadro, entende-se por «pessoa colectiva» qualquer entidade dotada de personalidade jurídica por força do direito aplicável, com excepção do Estado ou de entidades de direito público no exercício das suas prerrogativas de autoridade pública e das organizações de direito internacional público.

Artigo 6.º *Sanções aplicáveis às pessoas colectivas*

1. Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias para garantir que uma pessoa colectiva, considerada responsável por força do n.º 1 do artigo 5.º, seja punível com sanções efectivas, proporcionadas e dissuasivas, incluindo multas de carácter penal ou não penal e, eventualmente, outras sanções, como:

- a) A exclusão do benefício de vantagens ou auxílios públicos;
- b) A interdição temporária ou definitiva do exercício de actividades comerciais;
- c) A sujeição a controlo judicial;
- d) A liquidação judicial;
- e) O encerramento temporário ou definitivo dos estabelecimentos utilizados para a prática da infracção.

2. Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias para garantir que uma pessoa colectiva considerada responsável, por força do n.º 2 do artigo 5.º, seja punível com sanções ou medidas efectivas, proporcionadas e dissuasivas.

Artigo 7.º
Competência e coordenação da acção penal

1. Cada Estado-Membro assegura que a sua competência abranja, pelo menos, os casos em que as infracções a que se refere o artigo 2.º tenham sido cometidas:

- a) No todo ou em parte, no interior do seu território, independentemente do local onde a organização criminosa tenha a sua base ou exerça a sua actividade criminosa;
- b) Por um dos seus nacionais; ou
- c) Em benefício de uma pessoa colectiva estabelecida no seu território.

Qualquer Estado-Membro pode decidir não aplicar, ou aplicar apenas em casos ou circunstâncias específicas, as regras de competência estabelecidas nas alíneas b) e c), caso as infracções a que se refere o artigo 2.º sejam cometidas fora do seu território.

2. Se mais de um Estado-Membro for competente para conhecer de uma infracção a que se refere o artigo 2.º e qualquer deles puder validamente promover a acção penal com base nos mesmos factos, os Estados-Membros em causa cooperam para determinar qual deles promoverá a acção contra os infractores, tendo em vista, se possível, centralizar o processo num único Estado-Membro. Para o efeito, os Estados-Membros podem recorrer à Eurojust ou a qualquer outra entidade ou mecanismo estabelecido a nível da União Europeia, a fim de facilitar a cooperação entre as suas autoridades judiciárias e a coordenação das suas acções. São tidos especialmente em conta os seguintes factores:

- a) O Estado-Membro em cujo território foram cometidos os actos;
- b) O Estado-Membro da nacionalidade ou residência do autor da infracção;
- c) O Estado-Membro de origem das vítimas;
- d) O Estado-Membro em cujo território foi encontrado o autor da infracção.

3. Os Estados-Membros que, nos termos do seu direito interno, não procedam ainda à extradição ou entrega dos seus nacionais, tomam as medidas necessárias para estabelecer a sua competência, e, se necessário, para promover o processo penal, no que respeita às infracções a que se refere o artigo 2.º, quando praticadas fora do seu território por um nacional seu.

4. O presente artigo não exclui o exercício de competências em matéria penal estabelecido por um Estado-Membro em conformidade com a respectiva legislação nacional.

Artigo 8.º

Inexistência de requisito de denúncia ou acusação por parte das vítimas

Os Estados-Membros garantem que as investigações ou a promoção do processo penal relativamente a infracções a que se refere o artigo 2.º não dependam da denúncia ou da acusação feitas por uma pessoa que tenha sido vítima da infracção, pelo menos no que respeita a actos cometidos no seu território.

Artigo 9.º

Revogação de disposições existentes

É revogada a Acção Comum 98/733/JAI.

As referências à participação em organização criminosa na acepção da Acção Comum 98/733/JAI nos actos adoptados em aplicação do título VI do Tratado da União Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia entendem-se como referências à participação em organização criminosa na acepção da presente decisão-quadro.

Artigo 10.º

Execução e relatórios

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para dar cumprimento às disposições da presente decisão-quadro antes de 11 de Maio de 2010.

2. Os Estados-Membros devem transmitir ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão, antes de 11 de Maio de 2010, o texto das disposições que transpõem para o respectivo direito interno as obrigações decorrentes da presente decisão-quadro. Com base num relatório elaborado a partir daquelas informações e num relatório escrito transmitido pela Comissão, o Conselho avalia, antes de 11 de Novembro de 2012, a medida em que os Estados-Membros cumpriram o disposto na presente decisão-quadro.

Artigo 11.º

Aplicação territorial

A presente decisão-quadro é aplicável a Gibraltar.

Artigo 12.º
Entrada em vigor

A presente decisão-quadro entra em vigor na data da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Eurojust

Decisão 2002/187/JAI do Conselho, de 28 de Fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008.

Artigo 1.º
Criação e personalidade jurídica

A presente decisão institui uma unidade, e órgão da União, designada "Eurojust". A Eurojust tem personalidade jurídica.

Artigo 2.º
Composição da Eurojust

1. A Eurojust é composta por um membro nacional destacado por cada Estado-Membro, segundo o seu sistema jurídico, que deve ser procurador, juiz ou oficial de polícia com prerrogativas equivalentes.
2. Os Estados-Membros asseguram um contributo permanente e efectivo para que a Eurojust cumpra os objectivos estabelecidos no artigo 3.º. Para atingir esses objectivos:
 - a) O membro nacional deve ter o seu local de trabalho habitual na sede da Eurojust;
 - b) Cada membro nacional é assistido por um adjunto e por outra pessoa na qualidade de assistente. O adjunto e o assistente podem ter o seu local de trabalho habitual na Eurojust. O membro nacional pode ser assistido por mais adjuntos ou assistentes, que, se necessário e com o acordo do Colégio, podem ter o seu local de trabalho habitual na Eurojust.
3. Para poder desempenhar as suas funções, o membro nacional deve ocupar uma posição que lhe confira as competências referidas na presente decisão.
4. No que se refere ao seu estatuto, os membros nacionais, adjuntos e assistentes ficam sujeitos ao direito interno do Estado-Membro respectivo.
5. O adjunto deve preencher os critérios previstos no n.º 1 e estar habilitado a actuar em nome do membro nacional ou a substituí-lo. O assistente pode também actuar em nome do membro nacional, ou substituí-lo, se preencher os critérios previstos no n.º 1.

6. A Eurojust deve estar ligada a um sistema nacional de coordenação próprio, nos termos do artigo 12.º.

7. A Eurojust deve ter a possibilidade de destacar magistrados de ligação em Estados terceiros de acordo com a presente decisão.

8. Em conformidade com a presente decisão, a Eurojust deve dispor de um secretariado chefiado por um director administrativo.

Artigo 3.º *Objectivos*

1. No âmbito das investigações e dos procedimentos penais que impliquem dois ou mais Estados-Membros, relativos aos comportamentos criminosos previstos no artigo 4.º no domínio das formas graves de criminalidade, especialmente quando organizada, os objectivos da Eurojust são os seguintes:

- a) Incentivo e melhoria da coordenação, entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, das investigações e procedimentos penais nos Estados-Membros, tendo em conta todo e qualquer pedido proveniente de uma autoridade competente de um Estado-Membro e todas as informações fornecidas pelos órgãos competentes nos termos das disposições aprovadas no âmbito dos Tratados;
- b) Melhoria da cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, facilitando, em particular, a execução de pedidos de cooperação judiciária e de decisões nesta matéria, nomeadamente no que se refere aos instrumentos que aplicam o princípio do reconhecimento mútuo;
- c) Outras formas de apoio às autoridades competentes dos Estados-Membros para reforçar a eficácia das suas investigações e procedimentos penais.

2. Segundo as regras previstas na presente decisão e a pedido de uma autoridade competente de um Estado-Membro, a Eurojust pode igualmente prestar apoio a investigações ou procedimentos penais que se relacionem com esse Estado-Membro e um Estado terceiro, se tiver sido celebrado com o referido Estado um acordo que estabeleça uma cooperação por força do n.º 2 do artigo 26.º - A ou se, em determinado caso, existir um interesse essencial em prestar esse apoio.

3. Segundo as regras previstas na presente decisão e a pedido de uma autoridade competente de um Estado-Membro ou da Comissão, a Eurojust pode igualmente

prestar apoio a investigações ou procedimentos penais que se relacionem com esse mesmo Estado-Membro e a Comunidade.

Artigo 4.º ***Competência***

1. A esfera de competência geral da Eurojust abrange:
 - a) Os tipos de criminalidade e as infracções em relação às quais a Europol tem, em qualquer momento, competência para actuar;
 - b) Outras infracções praticadas conjuntamente com os tipos de criminalidade e as infracções a que se refere a alínea a).
2. Em relação a outros tipos de infracções que não os referidos no n.º 1, a Eurojust pode, a título complementar, segundo os seus objectivos e a pedido de uma autoridade competente de um Estado-Membro, prestar assistência em investigações e procedimentos penais.

Artigo 13.º ***Intercâmbio de informações com os Estados-Membros e entre membros nacionais***

1. As autoridades competentes dos Estados-Membros devem trocar com a Eurojust todas as informações necessárias ao desempenho das funções desta última, nos termos dos artigos 4.º e 5.º, bem como em conformidade com as regras de protecção de dados estabelecidas na presente decisão. Tal deve incluir pelo menos as informações referidas nos n.ºs 5, 6 e 7.
2. A transmissão de informações à Eurojust só é interpretada como pedido de assistência da Eurojust no processo em questão se tal for especificado por uma autoridade competente.
3. Os membros nacionais da Eurojust estão autorizados a trocar, sem utorização prévia, entre si ou com as autoridades competentes do respectivo Estado-Membro, as informações necessárias ao desempenho das funções da Eurojust. Em especial, os membros nacionais devem ser informados sem demora dos processos que lhes digam respeito.
4. O presente artigo não prejudica as obrigações decorrentes da transmissão de informações à Eurojust, incluindo a Decisão 2005/671/JAI do Conselho, de 20 de

Setembro de 2005, relativa à troca de informações e à cooperação em matéria de infracções terroristas.

5. Os Estados-Membros asseguram que os membros nacionais sejam informados da criação de uma equipa de investigação conjunta, seja esta instituída quer ao abrigo do 13.º da Convenção relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros da União Europeia quer ao abrigo da Decisão-Quadro 2002/465/JAI, bem como dos resultados obtidos por essas equipas.

6. Os Estados-Membros asseguram que o seu membro nacional seja informado sem demora de todos os processos que envolvam directamente pelo menos três Estados-Membros e em relação aos quais tenham sido transmitidos no mínimo a dois Estados-Membros pedidos de cooperação judiciária e decisões nesta matéria, nomeadamente no que se refere aos instrumentos que aplicam o princípio do reconhecimento mútuo; e

a) A infracção em causa seja punível no Estado-Membro requerente ou emissor com pena ou medida de segurança privativas de liberdade de duração máxima não inferior a cinco ou seis anos, a decidir pelo Estado-Membro em causa, e incluída na seguinte lista:

- i) Tráfico de seres humanos,
- ii) Exploração sexual de crianças e pedopornografia,
- iii) Tráfico de droga,
- iv) Tráfico de armas de fogo, das suas partes e componentes e de munições,
- v) Corrupção,
- vi) Fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias,
- vii) Contrafacção do euro,
- viii) Branqueamento de capitais,
- ix) Ataques contra os sistemas informáticos;

ou

b) Haja indícios concretos do envolvimento de uma organização criminosa;

ou

c) Haja indícios de que o processo pode ter uma grave dimensão transfronteiras ou repercussões a nível da União Europeia ou de que pode afectar outros Estados-Membros além dos directamente envolvidos.

7. Os Estados-Membros asseguram que os seus membros nacionais sejam informados de:

- a) Casos em que tenham surgido ou possam surgir conflitos de jurisdição;
 - b) Entregas controladas que envolvam pelo menos três Estados, dos quais no mínimo dois sejam Estados-Membros;
 - c) Repetidas dificuldades ou recusas na execução de pedidos de cooperação judiciária e decisões nesta matéria, nomeadamente no que se refere aos instrumentos que aplicam o princípio do reconhecimento mútuo.
8. As autoridades nacionais não são obrigadas a prestar informações num caso específico, se isso tiver como consequência:
- a) Lesar interesses fundamentais de segurança nacional; ou
 - b) Comprometer a segurança de pessoas.
9. O presente artigo não prejudica as condições estabelecidas em acordos bilaterais ou multilaterais ou acordos entre Estados-Membros e países terceiros, incluindo quaisquer condições impostas por países terceiros relativamente ao uso da informação depois de fornecida.
10. As informações transmitidas à Eurojust nos termos dos n.ºs 5, 6 e 7 devem incluir, se for caso disso, pelo menos os tipos de informação contidos na lista reproduzida em anexo.
11. As informações referidas no presente artigo devem ser transmitidas à Eurojust de forma estruturada.
12. Até 4 de Junho de 2014, a Comissão deve elaborar, com base na informação transmitida pela Eurojust, um relatório sobre a aplicação do presente artigo, acompanhado das propostas que considere adequadas, nomeadamente com vista a alterar os n.ºs 5, 6, e 7 e o anexo.

Europol***Decisão (2009/371/JAI) do Conselho, de 6 de Abril de 2009, que cria o Serviço Europeu de Polícia.******Artigo 1.º***
Criação

1. A presente decisão substitui a Convenção elaborada com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia que cria um Serviço Europeu de Polícia ("Convenção Europol").

A Europol tem sede na Haia, nos Países Baixos.

2. Nos termos da presente decisão, a Europol é a sucessora legal da Europol criada pela Convenção Europol.

3. A Europol fica ligada em cada Estado-Membro a uma única unidade nacional, a criar ou a designar nos termos do artigo 8.º.

(...)

Artigo 3.º
Objectivo

A Europol tem por objectivo apoiar e reforçar a acção das autoridades competentes dos Estados-Membros e a sua cooperação mútua em matéria de prevenção e combate à criminalidade organizada, ao terrorismo e a outras formas graves de criminalidade que afectem dois ou mais Estados-Membros.

Para efeitos da presente decisão, consideram-se "autoridades competentes" todos os organismos públicos existentes nos Estados-Membros que sejam responsáveis, nos termos da legislação nacional, pela prevenção e luta contra infracções penais.

Artigo 4.º
Competência

1. A competência da Europol abrange a criminalidade organizada, o terrorismo e outras formas de criminalidade grave constantes do anexo, que afectem dois ou mais Estados-Membros de modo tal que, pela amplitude, gravidade e consequências das infracções, seja necessária uma orientação comum por parte dos Estados-Membros.

2. Por recomendação do Conselho de Administração, o Conselho estabelece as prioridades para a Europol, tendo especialmente em conta as análises estratégicas e as avaliações da ameaça elaboradas pela Europol.
3. A competência da Europol abrange também as infracções penais conexas. São consideradas infracções penais conexas:
 - a) As infracções penais cometidas para obter os meios de perpetrar actos que são competência da Europol;
 - b) As infracções penais cometidas para facilitar ou consumir a execução de actos que são competência da Europol;
 - c) As infracções penais cometidas que tenham por objectivo favorecer a impunidade de actos que são competência da Europol.

Artigo 5.º *Funções*

1. A Europol tem as seguintes funções principais:
 - a) Recolher, armazenar, tratar, analisar e realizar o intercâmbio de dados e informações;
 - b) Comunicar sem demora às autoridades competentes dos Estados-Membros, através das unidades nacionais referidas no artigo 8.º, as informações que lhes digam respeito e as ligações entre infracções penais que tenha estabelecido;
 - c) Apoiar as investigações nos Estados-Membros, nomeadamente transmitindo às unidades nacionais todos os dados pertinentes de que disponha;
 - d) Pedir às autoridades competentes dos Estados-Membros implicados que iniciem, conduzam ou coordenem investigações, e sugerir a criação de equipas de investigação conjuntas em casos específicos;
 - e) Fornecer apoio em matéria de informações e de análises aos Estados-Membros em ligação com um acontecimento internacional importante;
 - f) Preparar avaliações da ameaça, análises estratégicas e relatórios gerais de situação relacionados com o seu objectivo, incluindo avaliações da ameaça da criminalidade organizada.
2. As funções especificadas no n.º 1 incluem a prestação de apoio aos Estados-Membros nas tarefas de recolha e análise de informações da internet para os apoiar a identificar as actividades criminosas cuja prática seja favorecida pela utilização da internet ou que sejam cometidas através da internet.

3. A Europol desempenha ainda as seguintes funções adicionais:

- a) Aprofundar os conhecimentos especializados em técnicas de investigação utilizadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros e aconselhar em matéria de investigação;
- b) Fornecer informações estratégicas tratadas, promover uma utilização eficaz e racional dos recursos disponíveis a nível nacional e da União para as actividades operacionais e apoiar tais actividades.

4. No âmbito dos objectivos definidos no artigo 3.º, a Europol pode ainda, de acordo com os recursos orçamentais e de pessoal de que dispõe e dentro dos limites fixados pelo Conselho de Administração, prestar assistência aos Estados-Membros através de apoio, aconselhamento e investigação nos seguintes domínios:

- a) Formação dos membros das autoridades competentes, se necessário em cooperação com a Academia Europeia de Polícia;
- b) Organização e equipamento dessas autoridades, facilitando a prestação de apoio técnico entre os Estados-Membros;
- c) Métodos de prevenção da criminalidade;
- d) Análises e métodos técnicos e científicos de polícia, e procedimentos de investigação.

5. A Europol age ainda na qualidade de repartição central de combate à contrafacção do euro, nos termos da Decisão 2005/511/JAI do Conselho, de 12 de Julho de 2005, relativa à protecção do euro contra a contrafacção, através da designação da Europol como repartição central de combate à contrafacção do euro. A Europol também pode fomentar a coordenação de medidas executadas para combater a contrafacção do euro pelas autoridades competentes dos Estados-Membros ou no âmbito de equipas de investigação conjuntas, se for caso disso, em articulação com organismos da União ou de países terceiros. A Europol pode, a pedido, apoiar financeiramente investigações em matéria de contrafacção do euro.

Artigo 6.º

Participação em equipas de investigação conjuntas

1. Na medida em que as equipas de investigação conjuntas investiguem infracções penais da competência da Europol nos termos do artigo 4.º da presente decisão, o pessoal da Europol pode participar nessas equipas exercendo funções de apoio, incluindo nas equipas criadas nos termos do artigo 1.º da Decisão-Quadro 2002/465/JAI do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa às equipas de investigação

conjuntas, do artigo 13.º da Convenção de 29 de Maio de 2000 relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados-Membros da União Europeia, ou do artigo 24.º da Convenção de 18 de Dezembro de 1997 relativa à assistência mútua e à cooperação entre as administrações aduaneiras.

Dentro dos limites previstos na legislação do Estado-Membro em que a equipa de investigação conjunta opera e nos termos do acordo a que se refere o n.º 2, o pessoal da Europol pode participar em todas as actividades e trocar informações com todos os membros da equipa de investigação conjunta, em conformidade com o n.º 4. Todavia, não tomam parte na execução de medidas coercivas.

2. O procedimento administrativo relativo à participação do pessoal da Europol numa equipa de investigação conjunta é definido num acordo entre o Director e as autoridades competentes dos Estados-Membros que participam na equipa de investigação conjunta, sendo associadas as unidades nacionais. O Conselho de Administração estabelece as regras que devem regular esses acordos.

3. As regras referidas no n.º 2 devem especificar as condições da colocação do pessoal da Europol à disposição das equipas de investigação conjuntas.

4. Nos termos do acordo referido no n.º 2, o pessoal da Europol pode estabelecer ligação directa com os membros da equipa de investigação conjunta e fornecer-lhes a estes e aos membros destacados na equipa de investigação conjunta, nos termos da presente decisão, informações extraídas de qualquer componente dos sistemas de tratamento de informações referidos no artigo 10.º. Em caso de ligação directa, a Europol deve dar conhecimento desse facto simultaneamente às unidades nacionais dos Estados-Membros representados na equipa, bem como aos Estados-Membros que forneceram as informações.

5. As informações obtidas por um membro do pessoal da Europol que faça parte de uma equipa de investigação conjunta podem, com o consentimento e sob a responsabilidade do Estado-Membro que as forneceu, ser introduzidas em qualquer dos componentes dos sistemas de tratamento de informações referidos no artigo 10.º e nas condições estabelecidas na presente decisão.

6. Durante as operações de uma equipa de investigação conjunta, os membros do pessoal da Europol ficam sujeitos, no que respeita às infracções por eles ou contra

eles cometidas, à legislação nacional aplicável a pessoas com funções comparáveis do Estado-Membro em cujo território se realiza a operação.

Artigo 7.º
Pedidos da Europol para iniciar investigações criminais

1. Os Estados-Membros devem tratar todos os pedidos da Europol para iniciar, conduzir ou coordenar investigações em casos específicos, dando a devida atenção a tais pedidos, e informar a Europol sobre o início da investigação solicitada.
2. Antes de solicitar o início de uma investigação criminal, a Europol deve informar desse facto a Eurojust.
3. Quando as autoridades competentes do Estado-Membro decidam não dar seguimento ao pedido da Europol, devem informá-la da sua decisão e dos motivos que a justificam, salvo se ao fazê-lo pudessem:
 - a) Prejudicar interesses nacionais essenciais em matéria de segurança; ou
 - b) Comprometer o êxito das investigações em curso ou a segurança de pessoas.
4. As respostas aos pedidos apresentados pela Europol para iniciar, conduzir ou coordenar investigações em casos específicos, bem como as informações comunicadas à Europol sobre os resultados de investigações, devem ser enviadas através das autoridades competentes dos Estados-Membros, segundo as regras previstas na presente decisão e na legislação nacional aplicável.

Artigo 8.º
Unidades nacionais

1. Cada Estado-Membro deve criar ou designar uma unidade nacional encarregada de desempenhar as funções enumeradas no presente artigo. Em cada Estado-Membro é designado um funcionário como chefe da unidade nacional.
2. A unidade nacional é o elo de ligação exclusivo entre a Europol e as autoridades nacionais competentes. Todavia, os Estados-Membros podem autorizar, nas condições por eles determinadas, contactos directos entre as autoridades competentes designadas e a Europol, incluindo a associação prévia da unidade nacional.

A unidade nacional deve receber simultaneamente da Europol quaisquer informações objecto de intercâmbio durante os contactos directos entre a Europol e as autoridades competentes designadas. Às relações entre a unidade nacional e as autoridades

competentes é aplicável a legislação nacional, incluindo os respectivos requisitos constitucionais.

3. Os Estados-Membros tomam todas as medidas necessárias para assegurar que as unidades nacionais estejam em condições de desempenhar as suas funções, nomeadamente que tenham acesso aos dados nacionais relevantes.

4. As unidades nacionais devem:

- a) Facultar à Europol, por sua iniciativa, os dados e informações necessários ao exercício das funções desta;
- b) Responder aos pedidos da Europol relativos a dados, informações e consultas;
- c) Manter actualizados esses dados e informações;
- d) Avaliar os dados e as informações para as autoridades competentes, de acordo com a legislação nacional, e transmitir-lhes esses dados e informações;
- e) Dirigir pedidos de consulta, de dados, de informações e de análises à Europol;
- f) Transmitir informações à Europol para introdução nas suas bases de dados;
- g) Assegurar o cumprimento da lei em cada intercâmbio de informações entre si e a Europol.

5. Sem prejuízo das responsabilidades que incumbem aos Estados-Membros em matéria de manutenção da ordem pública e de salvaguarda da segurança interna, as unidades nacionais não são obrigadas a transmitir, num caso concreto, dados e informações se tal:

- a) Lesar interesses fundamentais de segurança nacional;
- b) Comprometer o êxito de investigações em curso ou a segurança de pessoas; ou
- c) Implicar a divulgação de informações relativas a organismos ou actividades específicas de informação no domínio da segurança do Estado.

6. As despesas das unidades nacionais decorrentes das suas comunicações com a Europol são suportadas pelos respectivos Estados-Membros e, com excepção das despesas de ligação, não são imputáveis à Europol.

7. Os chefes das unidades nacionais reúnem-se regularmente para assistir a Europol em questões operacionais, por sua iniciativa ou a pedido do Conselho de Administração ou do Director, em especial para:

- a) Avaliar e elaborar propostas que melhorem a eficácia operacional da Europol e incentivem o empenhamento dos Estados-Membros;

- b) Avaliar os relatórios e as análises elaborados pela Europol de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 5.º e desenvolver medidas que contribuam para implementar os respectivos resultados;
- c) Prestar apoio na criação de equipas de investigação conjuntas em que a Europol participe, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 6.º.

Artigo 9.º *Agentes de ligação*

1. Cada unidade nacional deve destacar para a Europol pelo menos um agente de ligação. Salvo se estipulado em contrário na presente decisão, os agentes de ligação ficam sujeitos à legislação do Estado-Membro que os destacou.
2. Os agentes de ligação constituem os gabinetes de ligação nacionais na Europol e são encarregados pelas respectivas unidades nacionais de representar os interesses das mesmas na Europol, em consonância com a legislação do Estado-Membro que os destacou e na observância das disposições aplicáveis à administração da Europol.
3. Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 8.º, os agentes de ligação devem:
 - a) Fornecer à Europol informações provenientes das unidades nacionais que os destacaram;
 - b) Transmitir às unidades nacionais que os destacaram as informações provenientes da Europol;
 - c) Cooperar com o pessoal da Europol mediante a prestação de informações e aconselhamento; e
 - d) Assistir as suas unidades nacionais no intercâmbio de informações com os agentes de ligação de outros Estados-Membros, sob a responsabilidade daquelas, em conformidade com a legislação nacional; esses intercâmbios bilaterais podem igualmente abranger infracções que não sejam da competência da Europol, na medida em que a legislação nacional o permita.
4. O artigo 35.º aplica-se por analogia à actividade dos agentes de ligação.
5. Os direitos e deveres dos agentes de ligação face à Europol são estabelecidos pelo Conselho de Administração.
6. Os agentes de ligação gozam dos privilégios e imunidades necessários ao desempenho das suas funções, em conformidade com o n.º 2 do artigo 51.º.

7. A Europol assegura que os agentes de ligação sejam plenamente informados e associados a todas as suas actividades, desde que compatíveis com a sua posição.

8. A Europol faculta gratuitamente aos Estados-Membros as instalações necessárias no edifício da Europol e o apoio necessário à realização das actividades dos seus agentes de ligação. Todas as demais despesas decorrentes do destacamento dos agentes de ligação ficam a cargo dos respectivos Estados-Membros, incluindo as despesas de equipamento desses agentes, excepto se o Conselho de Administração recomendar derrogações para casos especiais no quadro da elaboração do orçamento da Europol.

ANEXO

Lista de outras formas de criminalidade grave que a Europol tem competência para tratar de acordo com o n.º 1 do artigo 4.º:

- Tráfico de estupefacientes
- Branqueamento de capitais
- Criminalidade ligada a material nuclear e radioactivo
- Rede de imigração clandestina
- Tráfico de seres humanos
- Tráfico de veículos furtados
- Homicídio voluntário, ofensas corporais graves
- Tráfico de órgãos e tecidos humanos
- Rapto, sequestro e tomada de reféns
- Racismo e xenofobia
- Roubo organizado
- Tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte
- Burla e fraude
- Extorsão de protecção e extorsão
- Contrafacção e piratagem de produtos
- Falsificação de documentos administrativos e seu tráfico
- Falsificação de moeda e de meios de pagamento
- Criminalidade informática
- Corrupção
- Tráfico de armas, munições e explosivos
- Tráfico de espécies animais ameaçadas
- Tráfico de espécies e variedades vegetais ameaçadas

- Crimes contra o ambiente
- Tráfico de substâncias hormonais e outros estimuladores de crescimento

No que diz respeito às formas de criminalidade enumeradas no n.º 1 do artigo 4.º, na acepção da presente decisão, entende-se por:

- a) "Criminalidade ligada a material nuclear e radioactivo", as infracções, tal como enumeradas no n.º 1 do artigo 7.º da Convenção sobre a protecção física dos materiais nucleares, assinada em Viena e em Nova Iorque em 3 de Março de 1980, que estejam relacionadas com material nuclear e/ou radioactivo definido, respectivamente, no artigo 197.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica e na Directiva 96/29/Euratom do Conselho, de 13 de Maio de 1996, que fixa as normas de segurança de base relativas à protecção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes
- b) "Rede de imigração clandestina", as acções destinadas a facilitar deliberadamente, com fins lucrativos, a entrada, a residência ou o emprego no território dos Estados-Membros da União Europeia, em violação das regulamentações e condições aplicáveis;
- c) "Tráfico de seres humanos", o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recepção de pessoas, através da ameaça, do uso da força ou de outras formas de coacção, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, ou ainda a oferta ou aceitação de pagamentos ou vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para efeitos de exploração. A exploração inclui, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, a produção, venda ou distribuição de material relacionado com pornografia infantil, trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas semelhantes à escravatura, ou a remoção de órgãos;
- d) "Tráfico de veículos furtados", o furto ou o desvio de automóveis, camiões ou semi-reboques e respectivas cargas, autocarros, motociclos, caravanas e veículos agrícolas, máquinas de estaleiro e peças de veículos, bem como a recepção destes objectos;
- e) "Branqueamento de capitais", as infracções enumeradas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º da Convenção do Conselho da Europa relativa ao branqueamento, detecção, apreensão e perda dos produtos do crime, assinada em Estrasburgo em 8 de Novembro de 1990;

- f) "Tráfico de estupefacientes", as infracções enumeradas no n.º 1 do artigo 3.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, de 20 de Dezembro de 1988, bem como nas disposições que a alteram ou substituem.

As formas de criminalidade enumeradas no artigo 4.º e no presente anexo serão apreciadas pelas autoridades nacionais competentes de acordo com a legislação nacional dos Estados a que estas pertencem.

Directiva relativa à Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos e à Protecção das Vítimas

Directiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho.

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o n.º 2 do artigo 82.º e o n.º 1 do artigo 83.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão Europeia,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu,

Após consulta ao Comité das Regiões,

Após transmissão do projecto da proposta aos parlamentos nacionais,

Deliberando de acordo com o processo legislativo ordinário,

Considerando o seguinte:

1. O tráfico de seres humanos constitui um crime grave, cometido frequentemente no quadro da criminalidade organizada, e uma violação grosseira dos direitos humanos fundamentais expressamente proibida pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. A prevenção e o combate ao tráfico de seres humanos constituem prioridades da UE e dos Estados-Membros.

2. A presente directiva faz parte de uma acção global contra o tráfico de seres humanos que inclui a participação de países terceiros, tal como indica o «Documento orientado para a acção com vista a reforçar a dimensão externa da União em matéria de luta contra o tráfico de seres humanos: para uma acção da União à escala mundial contra o tráfico de seres humanos», aprovado pelo Conselho a 30 de Novembro de 2009. Neste contexto, deverão ser desenvolvidas acções em países terceiros que são pontos de origem e transferência das vítimas, visando em especial sensibilizar, reduzir a vulnerabilidade, apoiar e dar assistência às vítimas, combater as causas profundas do tráfico e ajudar esses países terceiros a desenvolver legislação adequada de luta contra o tráfico.

3. A presente directiva reconhece que o tráfico é um fenómeno com aspectos específicos conforme o sexo e que os homens e as mulheres são objecto de tráfico para diferentes fins. Por este motivo, as medidas de assistência e apoio deverão ser diferenciadas por sexo, sempre que oportuno. Os factores de «dissuasão» e «incentivo» podem ser diferentes conforme os sectores em questão, como seja o tráfico de seres humanos na indústria do sexo ou para exploração laboral, por exemplo, na construção civil, na agricultura ou no trabalho doméstico.

4. A União está empenhada na prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e na protecção dos direitos das pessoas vítimas desse tráfico. Para o efeito, foi adoptada a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho, de 19 Julho 2002, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos, bem como um Plano da UE sobre as melhores práticas, normas e procedimentos para prevenir e combater o tráfico de seres humanos. Além disso, o Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos, aprovado pelo Conselho Europeu, atribui uma clara prioridade à luta contra o tráfico de seres humanos. Deverão ainda ser encaradas outras medidas, como o apoio ao desenvolvimento de indicadores gerais comuns na União para a identificação de vítimas do tráfico, mediante o intercâmbio das boas práticas entre todos os interessados, sobretudo os serviços sociais públicos e privados.

5. As autoridades responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-Membros deverão continuar a cooperar no reforço da luta contra o tráfico de seres humanos. A este respeito, é essencial a cooperação transfronteiriça, incluindo a partilha de informações e de boas práticas, bem como a continuação do diálogo aberto entre as autoridades policiais, judiciais e financeiras dos Estados-Membros. A coordenação das investigações e acções penais relativas aos casos de tráfico de seres humanos deverá ser facilitada por uma maior cooperação entre a Europol e a Eurojust, a criação de equipas de investigação conjuntas e pela aplicação da Decisão-Quadro 2009/948/JAI do Conselho, de 30 de Novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal.

6. Os Estados-Membros deverão incentivar e agir em estreita colaboração com organismos da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais reconhecidas e activas no domínio do apoio às pessoas traficadas, em especial em matéria de iniciativas políticas, campanhas de informação e sensibilização, programas de investigação, ensino e formação, bem como no acompanhamento e avaliação do impacto das medidas antitráfico.

7. A presente directiva adopta uma abordagem integrada, respeitadora dos direitos humanos e global da luta contra o tráfico de seres humanos e, na sua aplicação, deverão ser tidas em consideração a Directiva 2004/81/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas do tráfico de seres humanos ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal, e que cooperem com as autoridades competentes, e a Directiva 2009/52/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho de 2009, que estabelece normas mínimas sobre sanções e medidas contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Entre os principais objectivos da presente directiva, contam-se uma prevenção e repressão mais rigorosas e a protecção dos direitos das vítimas. A presente directiva adopta igualmente concepções contextuais das diferentes formas de tráfico e visa assegurar que cada uma das formas seja combatida através das medidas mais eficazes.

8. As crianças são mais vulneráveis do que os adultos e, por esta razão, existe um maior risco de se tornarem vítimas do tráfico de seres humanos. Na aplicação da presente directiva, o superior interesse da criança deve constituir a principal consideração, nos termos da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989.

9. O Protocolo das Nações Unidas de 2000 relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, adicional à Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional, e a Convenção do Conselho da Europa de 2005 relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, foram passos cruciais no processo de reforçar a cooperação internacional contra o tráfico de seres humanos. Note-se que a Convenção do Conselho da Europa contém um mecanismo de avaliação, constituído por um Grupo de peritos sobre o Tráfico de Seres Humanos (GRETA) e pelo Comité das Partes. Deverá ser incentivada a coordenação entre as organizações internacionais com competência no domínio do combate ao tráfico de seres humanos, a fim de evitar a duplicação de esforços.

10. A presente directiva não prejudica o princípio da não repulsão nos termos da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (Convenção de Genebra) e respeita o disposto no artigo 4.º e no n.º 2 do artigo 19.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

11. A fim de responder à evolução recente do fenómeno do tráfico de seres humanos, a presente directiva adopta um conceito mais amplo de tráfico de seres humanos do

que a Decisão-Quadro 2002/629/JAI, passando a incluir novas formas de exploração. No contexto da presente directiva, a mendicidade forçada deverá ser entendida como uma forma de trabalho ou serviços forçados, tal como definidos na Convenção n.º 29 da OIT de 1930 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório. Por conseguinte, a exploração da mendicidade, incluindo a utilização de uma pessoa traficada e dependente na mendicidade, só é abrangida pelo âmbito da definição do tráfico de seres humanos quando estejam reunidos todos os elementos do trabalho ou serviços forçados. À luz da jurisprudência relevante, a validade do eventual consentimento dado à prestação desse trabalho ou desses serviços deverá ser avaliada caso a caso. Contudo, quando esteja em causa uma criança, o eventual consentimento nunca deverá ser considerado válido. A expressão «exploração de actividades criminosas» deverá ser entendida como a exploração de uma pessoa com vista, nomeadamente, à prática de pequenos furtos ou roubos, tráfico de droga e outras actividades semelhantes que sejam puníveis e lucrativas. A definição também abrange o tráfico de seres humanos para efeitos de remoção de órgãos, que constitui uma grave violação da dignidade humana e da integridade física, bem como outras condutas como, por exemplo, a adopção ilegal ou o casamento forçado, na medida em que sejam elementos constitutivos do tráfico de seres humanos.

12. O nível das sanções previstas na presente directiva reflecte a preocupação crescente que existe entre os Estados-Membros relativamente ao desenvolvimento do fenómeno do tráfico de seres humanos. É por esta razão que a presente directiva se fundamenta nos níveis 3 e 4 das Conclusões do Conselho de 24 e 25 de Abril de 2002 sobre a abordagem a seguir no que diz respeito à harmonização das sanções. Caso a infracção seja cometida em determinadas circunstâncias, por exemplo, contra uma vítima particularmente vulnerável, a sanção deverá ser agravada. No contexto da presente directiva, entre as pessoas particularmente vulneráveis devem incluir-se, pelo menos, todas as crianças. Outros factores que poderão ser tidos em conta na apreciação da vulnerabilidade da vítima incluem, por exemplo, o sexo, a gravidez, o estado de saúde e a deficiência. Caso a infracção seja especialmente grave, por exemplo, se puser em perigo a vida da vítima, envolver violência grave, como tortura, uso forçado de drogas/medicamentos, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual, ou de outro modo tiver causado à vítima danos particularmente graves, tal facto deverá traduzir-se numa sanção agravada. Se, no âmbito da presente directiva, for feita referência à entrega, esta referência deverá ser interpretada nos termos da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de

Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros. A gravidade da infracção cometida poderá ser tida em conta no âmbito da execução da sentença.

13. Na luta contra o tráfico de seres humanos, deverá ser feito pleno uso dos instrumentos em vigor em matéria de apreensão e perda a favor do Estado dos produtos do crime, como a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e respectivos protocolos, a Convenção do Conselho da Europa de 1990 relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime, a Decisão-Quadro 2001/500/JAI do Conselho, de 26 de Junho de 2001, relativa ao branqueamento de capitais, à identificação, detecção, congelamento, apreensão e perda dos instrumentos e produtos do crime, e a Decisão-Quadro 2005/212/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro de 2005, relativa à perda de produtos, instrumentos e bens relacionados com o crime. Deverá ser incentivada a utilização dos produtos e instrumentos apreendidos e declarados perdidos a favor do Estado, proveniente das infracções referidas na presente directiva, para fins de assistência e protecção das vítimas, incluindo para a indemnização das vítimas e as acções policiais transfronteiriças de combate ao tráfico na União.

14. As vítimas de tráfico de seres humanos deverão, ao abrigo dos princípios fundamentais das ordens jurídicas dos Estados-Membros em causa, ser protegidas da instauração de uma acção penal ou da aplicação de sanções em consequência de actividades criminosas, tais como a utilização de documentos falsos ou a violação da legislação relativa à prostituição ou à imigração, em que tenham sido obrigadas a participar como consequência directa de serem objecto de tráfico. O objectivo desta protecção é salvaguardar os direitos humanos das vítimas, evitar uma vitimização adicional e encorajá-las a testemunhar nos processos penais contra os autores dos crimes. Esta salvaguarda não exclui a acção penal ou a punição das infracções quando alguém voluntariamente tiver cometido essas infracções ou nelas participado.

15. Para assegurar o sucesso da investigação e da acção penal nas infracções de tráfico de seres humanos, a instauração do processo não deverá depender, em princípio, de queixa ou de acusação por parte da vítima. Se a natureza do acto o justificar, deverá ser possível instaurar a acção penal durante um período de tempo suficiente após a vítima ter atingido a maioridade. A duração do período de tempo suficiente para instaurar a acção penal deverá ser determinada pelo direito nacional respectivo. Os agentes das forças da ordem e os magistrados do ministério público deverão

beneficiar de formação adequada, nomeadamente com vista a melhorar a aplicação do direito internacional e a cooperação judiciária. Os responsáveis pela investigação e pelo exercício da acção penal relativamente a estas infracções deverão igualmente poder recorrer aos instrumentos de investigação utilizados nos casos de criminalidade organizada ou outros crimes graves.

Estes instrumentos poderão incluir a interceptação das comunicações, a vigilância discreta, incluindo a vigilância electrónica, a monitorização das contas bancárias e outras investigações financeiras.

16. A fim de assegurar a eficácia da acção penal contra os grupos criminosos internacionais cujo centro de actividade se encontre num Estado-Membro e que se dediquem ao tráfico de seres humanos em países terceiros, deverá ser atribuída competência a um Estado-Membro relativamente à infracção de tráfico de seres humanos quando o autor da infracção for nacional desse Estado-Membro e a infracção for cometida fora do território desse Estado-Membro. De igual modo, também deverá ser possível atribuir competência a um Estado-Membro quando o autor da infracção for residente habitual de um Estado-Membro, a vítima for nacional ou residente habitual de um Estado-Membro ou a infracção for cometida em benefício de uma pessoa colectiva estabelecida no território de um Estado-Membro, e a infracção for cometida fora do território desse Estado-Membro.

17. Embora a Directiva 2004/81/CE preveja a emissão de uma autorização de residência para as vítimas do tráfico de seres humanos que sejam nacionais de países terceiros e a Directiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros, regule o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros, incluindo a protecção contra o afastamento, a presente directiva estabelece medidas de protecção específicas para qualquer vítima do tráfico de seres humanos. Assim, a presente directiva não aborda as condições relativas à residência das vítimas do tráfico de seres humanos no território dos Estados-Membros.

18. É necessário que as vítimas de tráfico de seres humanos possam exercer eficazmente os seus direitos. Por conseguinte, as vítimas deverão dispor de assistência e apoio antes, durante e, por um período adequado, após a conclusão do processo penal. Os

Estados-Membros deverão disponibilizar recursos destinados à assistência, apoio e protecção das vítimas. A prestação de assistência e apoio deverá incluir, pelo menos, um conjunto mínimo de medidas necessárias para que a vítima possa recuperar e escapar aos traficantes. A aplicação prática destas medidas deverá ter em conta, com base numa avaliação individual efectuada segundo os procedimentos nacionais, as circunstâncias, o contexto cultural e as necessidades da pessoa em causa. Deverá ser prestada assistência e apoio às vítimas em relação às quais haja indicação de existirem motivos razoáveis para crer que possam ter sido vítimas de tráfico, e independentemente da sua vontade de deporem como testemunhas. No caso de a vítima não residir legalmente no Estado-Membro em causa, a assistência e o apoio deverão ser prestados incondicionalmente, pelo menos durante o prazo de reflexão. Concluído o processo de identificação ou decorrido o prazo de reflexão, caso se considere que a vítima não tem direito a autorização de residência ou a estabelecer legalmente residência no país, ou se a vítima tiver deixado o território do Estado-Membro, o Estado-Membro em causa não é obrigado a continuar a prestar-lhe assistência e apoio por força da presente directiva. Se necessário, deverá continuar a ser prestada assistência e apoio por um período de tempo adequado após a conclusão do processo penal, por exemplo, se estiverem em curso tratamentos médicos motivados pelas consequências físicas ou psicológicas graves do crime ou se houver um risco para a segurança da vítima por esta ter testemunhado no processo penal.

19. A Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal, estabelece um conjunto de direitos das vítimas em processo penal, incluindo o direito a protecção e a indemnização. Além disso, as vítimas de tráfico de seres humanos deverão ter acesso sem demora a aconselhamento jurídico e, de acordo com o papel da vítima no sistema judicial respectivo, acesso a patrocínio judiciário, nomeadamente para efeitos de pedidos indemnizatórios.

Esse aconselhamento jurídico e patrocínio judiciário pode também ser prestado pelas autoridades competentes para efeitos de pedido de indemnização ao Estado.

O objectivo do aconselhamento jurídico é permitir que as vítimas sejam informadas e aconselhadas acerca das várias possibilidades que lhes são proporcionadas. O aconselhamento jurídico deverá ser prestado por uma pessoa que tenha recebido formação jurídica apropriada, não tendo necessariamente de ser um jurista. O aconselhamento jurídico e, de acordo com o papel da vítima no sistema judicial respectivo, o acesso ao patrocínio judiciário deverão ser gratuitos, pelo menos no caso

de a vítima não dispor de recursos financeiros suficientes, em moldes compatíveis com os procedimentos dos Estados-Membros. Dada a especial improbabilidade de as crianças vítimas de tráfico possuírem esses recursos, na prática o aconselhamento jurídico e o patrocínio judiciário ser-lhes-ão prestados a título gratuito. Além disso, com base numa avaliação individual dos riscos a efectuar segundo os procedimentos nacionais, as vítimas deverão ser protegidas dos actos de retaliação ou intimidação e do risco de voltarem a ser objecto de tráfico.

20. As vítimas de tráfico que já sofreram os abusos e tratamentos degradantes habitualmente associados ao tráfico, como a exploração sexual, os abusos sexuais, a violação, práticas escravagistas ou remoção de órgãos, deverão ser protegidas da vitimização secundária e de novos traumas durante o processo penal. A repetição desnecessária de inquirições durante a investigação, o inquérito e a instrução, e o julgamento deverá ser evitada, por exemplo, se for caso disso, mediante a gravação em vídeo dessas inquirições numa fase inicial do processo. Para o efeito, durante a investigação criminal e o processo penal, deverá ser dispensado às vítimas de tráfico um tratamento adequado às suas necessidades individuais. A avaliação das suas necessidades individuais deverá ter em conta determinadas circunstâncias como a idade, a eventual gravidez, o seu estado de saúde, deficiências de que sejam portadores ou outras circunstâncias pessoais, bem como as consequências físicas e psicológicas da actividade criminosa a que a vítima foi sujeita. A decisão sobre a necessidade e a forma como será dispensado esse tratamento deverá ser tomada caso a caso, segundo as condições definidas no direito nacional, nas regras relativas ao exercício do poder discricionário por parte das autoridades judiciais, nas práticas e orientações judiciais.

21. As medidas de assistência e apoio deverão ser prestadas às vítimas numa base consensual e informada. As vítimas deverão, portanto, ser informadas dos aspectos importantes de tais medidas, não devendo estas ser-lhes impostas. A recusa das medidas de assistência ou apoio por parte da vítima não deverá implicar a obrigação por parte das autoridades competentes dos Estados-Membros em causa de proporcionarem medidas alternativas.

22. Além das medidas que estão disponíveis a todas as vítimas de tráfico de seres humanos, os Estados-Membros deverão assegurar a existência de medidas específicas de assistência, apoio e protecção para as vítimas crianças. Essas medidas deverão ser tomadas no superior interesse da criança, nos termos da Convenção das Nações

Unidas de 1989 sobre os Direitos da Criança. Se a idade da vítima de tráfico for incerta e se houver motivos para crer que tem menos de 18 anos, deverá presumir-se que se trata de uma criança e facultar-lhe de imediato assistência, apoio e protecção. As medidas de assistência e apoio a vítimas crianças deverão visar a sua recuperação física e psicossocial, bem como uma solução duradoura para essas pessoas. O acesso à educação contribuirá para a reintegração da criança na sociedade. Dado que as crianças vítimas de tráfico são particularmente vulneráveis, deverá prever-se medidas de protecção adicionais para as proteger durante as inquirições realizadas no âmbito da investigação criminal e do processo penal.

23. Deverá ser prestada uma atenção particular às crianças não acompanhadas vítimas de tráfico de seres humanos, dado que necessitam de assistência e apoio específicos em virtude da sua situação de particular vulnerabilidade. A partir do momento em que uma criança não acompanhada é identificada como vítima de tráfico de seres humanos e até ser encontrada uma solução duradoura, os Estados-Membros deverão aplicar medidas de recepção adequadas às necessidades da criança e assegurar que se aplicam as garantias processuais relevantes. Deverão ser tomadas as medidas necessárias para assegurar, se for caso disso, a nomeação de um tutor e/ou de um representante a fim de assegurar o superior interesse da criança. A decisão sobre o futuro de cada criança não acompanhada, vítima de tráfico de seres humanos, deverá ser tomada no mais curto prazo possível, tendo em vista encontrar soluções duradouras baseadas na avaliação individual do superior interesse da criança, o que deverá constituir uma consideração primordial. A referida solução duradoura poderá consistir no retorno e na reintegração da criança no país de origem ou no país de retorno, na integração na sociedade de acolhimento, na concessão do estatuto de protecção internacional ou outro, nos termos do direito nacional dos Estados-Membros.

24. Se, nos termos da presente directiva, for nomeado um tutor e/ou um representante da criança, estas funções podem ser desempenhadas pela mesma pessoa ou por uma pessoa colectiva, uma instituição ou uma autoridade.

25. Os Estados-Membros deverão estabelecer e/ou reforçar as políticas de prevenção do tráfico de seres humanos, incluindo através de medidas de dissuasão e redução da procura que favoreça todas as formas de exploração, e de medidas para reduzir o risco de as pessoas se tornarem vítimas do tráfico, através da investigação, nomeadamente da investigação relativa a novas formas de tráfico de seres humanos, informação, sensibilização e educação.

No âmbito dessas iniciativas, os Estados-Membros deverão adoptar uma perspectiva que tenha em conta as questões de género e os direitos da criança. Os funcionários e agentes susceptíveis de entrar em contacto com vítimas, efectivas ou potenciais, do tráfico de seres humanos, deverão receber formação adequada para identificar e lidar com tais vítimas. Esta obrigação de formação deverá ser promovida para o seguinte pessoal susceptível de vir a estar em contacto com vítimas: agentes da polícia, guardas de fronteira, funcionários dos serviços de imigração, magistrados do ministério público, juristas, magistrados e funcionários judiciais, inspectores do trabalho, pessoal dos serviços sociais, de acolhimento de crianças, de saúde e pessoal consular, podendo também, em função das circunstâncias locais, envolver igualmente outros grupos de funcionários e agentes públicos que sejam susceptíveis de entrar em contacto com vítimas de tráfico no exercício das suas funções.

26. A Directiva 2009/52/CE prevê sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular que, apesar de não terem sido acusados nem condenados por tráfico de seres humanos, utilizam o trabalho ou serviços de uma pessoa com conhecimento de que esta é vítima desse tipo de tráfico. Além disso, os Estados-Membros deverão considerar a possibilidade de aplicar sanções aos utilizadores de qualquer serviço imposto a uma vítima, quando tenham conhecimento de que esta foi objecto de tráfico. Esta criminalização adicional poderá incluir a conduta de empregadores de nacionais de países terceiros que residam legalmente e de nacionais da União, bem como os utilizadores de serviços sexuais de qualquer pessoa vítima de tráfico, qualquer que seja a sua nacionalidade.

27. Os Estados-Membros deverão criar sistemas nacionais de acompanhamento, tais como relatores nacionais ou mecanismos equivalentes, nas modalidades que considerem adequadas de acordo com a sua organização interna, e atendendo à necessidade de uma estrutura mínima com tarefas identificadas, a fim de avaliar as tendências do tráfico de seres humanos, recolher estatísticas, avaliar os resultados das medidas de luta contra esse tráfico e apresentar relatórios periódicos sobre esta matéria. Estes relatores nacionais ou mecanismos equivalentes já constituem uma rede informal da União, criada por via das Conclusões do Conselho relativas à criação de uma rede informal da UE constituída por relatores nacionais ou mecanismos equivalentes sobre o tráfico de seres humanos, de 4 de Junho de 2009. Um Coordenador da Luta Antitráfico poderá participar nas actividades desta rede, que fornece à União e aos seus Estados-Membros uma informação estratégica objectiva, fiável, comparável e

actualizada no domínio do tráfico de seres humanos e faz o intercâmbio de experiências e melhores práticas a nível da União no domínio da prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos. O Parlamento Europeu deverá ter o direito de participar nas actividades conjuntas dos relatores nacionais ou mecanismos equivalentes.

28. A fim de avaliar os resultados das acções antitráfico, a União deverá continuar a desenvolver o seu trabalho sobre metodologias e métodos de recolha de dados para produzir estatísticas comparáveis.

29. À luz do programa de Estocolmo, e tendo em vista desenvolver uma estratégia consolidada da União contra o tráfico e reforçar o empenho e os esforços da União e dos Estados-Membros na prevenção e luta contra o tráfico, os Estados-Membros deverão facilitar o exercício das atribuições cometidas a um Coordenador da Luta Antitráfico, que poderão incluir, por exemplo, a melhoria da coordenação e coerência, evitando a duplicação de esforços, entre as instituições e agências da União, bem como entre os Estados-Membros e os intervenientes internacionais, o contributo para o desenvolvimento das actuais ou futuras políticas e estratégias da União que sejam adequadas para a luta contra o tráfico de seres humanos, ou a apresentação de relatórios às instituições da União.

30. A presente directiva visa alterar e alargar as disposições da Decisão-Quadro 2002/629/JAI. Dado que as alterações a introduzir são substanciais em número e natureza, por razões de clareza a Decisão-Quadro deverá ser substituída na sua totalidade relativamente aos Estados-Membros que participaram na sua adopção.

31. Nos termos do ponto 34 do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor», os Estados-Membros são encorajados a elaborar, para si próprios e no interesse da Comunidade, os seus próprios quadros, que ilustrem, na medida do possível, a concordância entre a presente directiva e as medidas de transposição, e a publicá-los.

32. Atendendo a que o objectivo da presente directiva, a saber, a luta contra o tráfico de seres humanos, não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros, e pode, devido à sua dimensão e aos seus efeitos, ser mais bem atingido a nível da União, esta pode adoptar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado da União Europeia. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente directiva não excede o necessário para atingir aquele objectivo.

33. A presente directiva respeita os direitos fundamentais e observa os princípios reconhecidos, em especial, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, nomeadamente, a dignidade humana, a proibição da escravatura, do trabalho forçado e do tráfico de seres humanos, a proibição da tortura e das penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, os direitos da criança, o direito à liberdade e à segurança, a liberdade de expressão e de informação, a protecção dos dados pessoais, o direito à acção e a um tribunal imparcial e os princípios da legalidade e da proporcionalidade entre os delitos e as penas. Em especial, a presente directiva procura garantir o pleno respeito por esses direitos e princípios e deve ser aplicada em conformidade.

34. Nos termos do artigo 3.º do Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda em relação ao espaço de liberdade, segurança e justiça, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a Irlanda notificou a sua intenção de participar na adopção e na aplicação da presente directiva.

35. Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo relativo à posição do Reino Unido e da Irlanda em relação ao espaço de liberdade, segurança e justiça, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, e sem prejuízo do artigo 4.º do referido Protocolo, o Reino Unido não participa na adopção da presente directiva e não está a ela vinculado nem sujeito à sua aplicação.

36. Nos termos dos artigos 1.º e 2.º do Protocolo relativo à posição da Dinamarca, anexo ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a Dinamarca não participa na adopção da presente decisão e não está a ela vinculada nem sujeita à sua aplicação,

ADOPTARAM A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º *Objecto*

A presente directiva estabelece as regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio do tráfico de seres humanos. Introduce igualmente disposições comuns, tendo em conta uma perspectiva de género, para reforçar a prevenção destes crimes e a protecção das suas vítimas.

Artigo 2.º *Infracções relativas ao tráfico de seres humanos*

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que os seguintes actos intencionais são puníveis:

Recrutamento, transporte, transferência, guarida ou acolhimento de pessoas, incluindo a troca ou a transferência do controlo sobre elas exercido, através do recurso a ameaças ou à força ou a outras formas de coacção, rapto, fraude, ardil, abuso de autoridade ou de uma posição de vulnerabilidade, ou da oferta ou obtenção de pagamentos ou benefícios a fim de conseguir o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sobre outra para efeitos de exploração.

2. Por posição de vulnerabilidade entende-se uma situação em que a pessoa não tem outra alternativa, real ou aceitável, que não seja submeter-se ao abuso em causa.

3. A exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, incluindo a mendicidade, a escravatura ou práticas equiparáveis à escravatura, a servidão, a exploração de actividades criminosas, bem como a remoção de órgãos.

4. O consentimento de uma vítima do tráfico de seres humanos na sua exploração, quer na forma tentada quer consumada, é irrelevante se tiverem sido utilizados quaisquer dos meios indicados no n.º 1.

5. Sempre que o comportamento referido no n.º 1 incidir sobre uma criança, deve ser considerado uma infracção punível de tráfico de seres humanos, ainda que não tenha sido utilizado nenhum dos meios indicados no n.º 1.

6. Para efeitos da presente directiva, entende-se por «criança» qualquer pessoa com menos de 18 anos.

Artigo 3.º
Instigação, auxílio e cumplicidade, e tentativa

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que são puníveis a instigação, o auxílio e a cumplicidade, ou a tentativa de cometer qualquer das infracções referidas no artigo 2.º.

Artigo 4.º
Sanções

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as infracções referidas no artigo 2.º sejam puníveis com penas máximas com duração de, pelo menos, cinco anos de prisão.

2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as infracções referidas no artigo 2.º sejam puníveis com penas máximas com duração de, pelo menos, dez anos de prisão, caso a infracção:

- a) Tenha sido cometida contra uma vítima particularmente vulnerável, o que, no contexto da presente directiva, inclui no mínimo as vítimas que forem crianças;
- b) Tenha sido cometida no quadro de uma organização criminosa na acepção da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de Outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada;
- c) Tenha posto em perigo a vida da vítima e tenha sido cometida com dolo ou negligência grosseira; ou
- d) Tenha sido cometida com especial violência ou tenha causado à vítima danos particularmente graves.

3. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que seja considerado circunstância agravante o facto de uma infracção referida no artigo 2.º ter sido cometida por um funcionário ou agente público no exercício das suas funções.

4. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as infracções referidas no artigo 3.º sejam puníveis com sanções efectivas, proporcionadas e dissuasivas, que possam dar origem a entrega.

Artigo 5.º
Responsabilidade das pessoas colectivas

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis pelas infracções referidas

nos artigos 2.º e 3.º, cometidas em seu benefício por qualquer pessoa, agindo a título individual ou como membro de um órgão da pessoa colectiva, que nesta ocupe uma posição de liderança, com base:

- a) Em poderes de representação da pessoa colectiva;
- b) Na autoridade para tomar decisões em nome da pessoa colectiva;

ou

- c) Na autoridade para exercer controlo dentro da pessoa colectiva.

2. Os Estados-Membros devem igualmente garantir que uma pessoa colectiva possa ser responsabilizada sempre que a falta de supervisão ou de controlo por parte de uma pessoa referida no n.º 1 tenha possibilitado a prática de infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º, em benefício dessa pessoa colectiva, por uma pessoa sob a sua autoridade.

3. A responsabilidade das pessoas colectivas prevista nos n.ºs 1 e 2 não exclui a instauração de processos penais contra as pessoas singulares que sejam autoras, instigadoras ou cúmplices nas infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º.

4. Para efeitos da presente directiva, entende-se por «pessoa colectiva» qualquer entidade dotada de personalidade jurídica por força do direito aplicável, com excepção do Estado ou de organismos públicos no exercício de prerrogativas de autoridade pública e das organizações internacionais públicas.

Artigo 6.º ***Sanções aplicáveis às pessoas colectivas***

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas consideradas responsáveis nos termos dos n.ºs 1 ou 2 do artigo 5.º sejam passíveis de sanções efectivas, proporcionadas e dissuasivas, incluindo multas ou coimas e, eventualmente, outras sanções, tais como:

- a) Exclusão do direito a benefícios ou auxílios públicos;
- b) Proibição temporária ou permanente de exercer actividade comercial;
- c) Colocação sob vigilância judicial;
- d) Liquidação judicial;
- e) Encerramento temporário ou definitivo dos estabelecimentos utilizados para a prática da infracção.

Artigo 7.º
Apreensão e perda a favor do Estado

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as respectivas autoridades competentes têm o direito de apreender os instrumentos e produtos das infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º e de declarar a respectiva perda a favor do Estado.

Artigo 8.º
Não instauração de acção penal ou não aplicação de sanções à vítima

Os Estados-Membros devem, de acordo com os princípios de base do respectivo sistema jurídico, tomar as medidas necessárias para garantir que as autoridades nacionais competentes tenham o direito de não instaurar acções penais ou de não aplicar sanções às vítimas de tráfico de seres humanos pela sua participação em actividades criminosas que tenham sido forçadas a cometer como consequência directa de estarem submetidas a qualquer dos actos referidos no artigo 2.º.

Artigo 9.º
Investigação e acção penal

1. Os Estados-Membros devem garantir que a investigação ou o exercício da acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º não dependam de queixa ou acusação por parte da vítima e que a acção penal pode prosseguir mesmo que a vítima retire a sua declaração.
2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para permitir, caso a natureza do acto o exija, o exercício da acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º durante um período de tempo suficiente após a vítima ter atingido a maioridade.
3. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas, unidades ou serviços responsáveis pela investigação ou pelo exercício da acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º recebam a formação adequada.
4. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas, unidades ou serviços responsáveis pela investigação ou pelo exercício da acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º tenham acesso a instrumentos de investigação eficazes, como os que são utilizados nos casos de criminalidade organizada e outros crimes graves.

Artigo 10.º *Competência*

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para determinar a sua competência relativamente às infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º, caso:
 - a) A infracção tenha sido cometida, no todo ou em parte, no seu território; ou
 - b) O autor da infracção seja um seu nacional.
2. Um Estado-Membro deve informar a Comissão sempre que decidir estender a sua competência relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º cometidas fora do seu território, designadamente, caso:
 - a) A infracção tenha sido cometida contra um seu nacional ou contra uma pessoa que resida habitualmente no seu território;
 - b) A infracção tenha sido cometida em benefício de uma pessoa colectiva estabelecida no seu território; ou
 - c) O autor da infracção resida habitualmente no seu território.
3. Para efeitos de acção penal relativamente a infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º e cometidas fora do território do Estado-Membro em causa, cada Estado-Membro deve tomar, em relação aos casos previstos na alínea b) do n.º 1, e pode tomar, em relação aos casos previstos no n.º 2, as medidas necessárias para garantir que a sua competência não depende de nenhuma das seguintes condições:
 - a) Os actos constituírem uma infracção penal no local em que foram cometidos; ou
 - b) A acção penal só se poder iniciar após a apresentação de queixa pela vítima no local em que a infracção foi cometida, ou de uma denúncia do Estado em cujo território a infracção foi cometida.

Artigo 11.º *Assistência e apoio às vítimas de tráfico de seres humanos*

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que seja prestada assistência e apoio às vítimas antes, durante e, por um período de tempo adequado, após a conclusão do processo penal, a fim de lhes permitir exercer os direitos estabelecidos na Decisão-Quadro 2001/220/JAI e na presente directiva.
2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que uma pessoa receba assistência e apoio logo que as autoridades competentes disponham de indicação de que existem motivos razoáveis para crer que a pessoa em causa pode ter sido vítima das infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º.

3. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que a prestação de assistência e apoio a uma vítima não dependa da sua vontade de cooperar na investigação criminal, na acção penal ou no julgamento, sem prejuízo da Directiva 2004/81/CE ou de regras nacionais semelhantes.

4. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para estabelecer os mecanismos adequados que permitam proceder a uma identificação rápida e prestar assistência e apoio às vítimas, em colaboração com as organizações de apoio relevantes.

5. As medidas de assistência e apoio referidas nos n.ºs 1 e 2 devem ser prestadas numa base consensual e informada, devendo proporcionar, pelo menos, níveis de vida que possam assegurar a subsistência das vítimas, nomeadamente o seu alojamento condigno e seguro e assistência material, bem como o tratamento médico necessário, incluindo assistência psicológica, o aconselhamento e informação, e a tradução e interpretação quando necessárias.

6. A informação referida no n.º 5 inclui, se for caso disso, a informação sobre um período de reflexão e recuperação nos termos da Directiva 2004/81/CE, bem como a informação sobre a possibilidade de conceder protecção internacional nos termos da Directiva 2004/83/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, que estabelece normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que, por outros motivos, necessite de protecção internacional, bem como relativas ao respectivo estatuto, e relativas ao conteúdo da protecção concedida, e da Directiva 2005/85/CE do Conselho, de 1 de Dezembro de 2005, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros, ou nos termos de outros instrumentos internacionais ou outras regras nacionais semelhantes.

7. Os Estados-Membros devem atender às vítimas com necessidades especiais, caso essas necessidades resultem, em especial, de uma eventual gravidez, do seu estado de saúde, de deficiência, de distúrbios mentais ou psicológicos de que sofram, ou de terem sido alvo de formas graves de violência psicológica, física ou sexual.

Artigo 12.º

Protecção das vítimas de tráfico de seres humanos na investigação criminal e no processo penal

1. As medidas de protecção referidas no presente artigo aplicam-se em complemento dos direitos estabelecidos na Decisão-Quadro 2001/220/JAI.

2. Os Estados-Membros devem garantir que as vítimas do tráfico de seres humanos têm acesso sem demora a aconselhamento jurídico e, de acordo com o papel da vítima no sistema judicial respectivo, ao patrocínio judiciário, incluindo para efeitos de pedido de indemnização. O aconselhamento jurídico e o patrocínio judiciário devem ser gratuitos, caso a vítima não disponha de recursos financeiros suficientes.

3. Os Estados-Membros devem garantir que as vítimas de tráfico de seres humanos recebem protecção adequada, com base numa avaliação individual dos riscos, tendo nomeadamente acesso a programas de protecção de testemunhas ou a outras medidas semelhantes, se tal se afigurar adequado e de acordo com as condições definidas no direito ou nos procedimentos nacionais.

4. Sem prejuízo dos direitos da defesa, e de acordo com a avaliação individual das circunstâncias pessoais da vítima pelas autoridades competentes, os Estados-Membros devem garantir que as vítimas de tráfico de seres humanos recebem tratamento específico para prevenir a vitimização secundária, evitando-se tanto quanto possível e segundo as condições definidas no direito nacional, bem como nas regras relativas ao exercício do poder discricionário por parte das autoridades judiciais, nas práticas ou orientações judiciais:

- a) A repetição desnecessária de inquirições durante a investigação, o inquérito e a instrução, ou o julgamento;
- b) O contacto visual entre as vítimas e os arguidos, nomeadamente durante o depoimento, como o interrogatório e o contra-interrogatório, por meios adequados, incluindo o recurso às tecnologias de comunicação adequadas;
- c) O depoimento em audiência pública; e
- d) Perguntas desnecessárias sobre a vida privada da vítima.

Artigo 13.º

Disposições gerais sobre as medidas de assistência, apoio e protecção às crianças que sejam vítimas de tráfico de seres humanos

1. As crianças que sejam vítimas de tráfico de seres humanos devem receber assistência, apoio e protecção. Na aplicação da presente directiva, o superior interesse da criança deve constituir uma consideração primordial.

2. Os Estados-Membros devem garantir que, caso a idade da vítima de tráfico de seres humanos seja incerta e havendo motivos para crer que se trata de uma criança, se presuma que essa pessoa é uma criança a fim de ter acesso imediato a assistência, apoio e protecção nos termos dos artigos 14.º e 15.º.

Artigo 14.º
Assistência e apoio a vítimas que sejam crianças

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as medidas específicas de assistência e apoio às crianças que sejam vítimas de tráfico de seres humanos, a curto e a longo prazo, para a sua recuperação física e psicossocial, sejam tomadas após uma avaliação individual das circunstâncias específicas de cada uma dessas crianças, atendendo às suas opiniões, necessidades e preocupações, com vista a encontrar uma solução duradoura para a criança. Num período de tempo razoável, os Estados-Membros devem providenciar o acesso à educação para as vítimas que sejam crianças e para os filhos de vítimas que recebam assistência e apoio nos termos do artigo 11.º, ao abrigo do respectivo direito nacional.
2. Os Estados-Membros devem nomear um tutor ou representante para a criança vítima de tráfico de seres humanos a partir do momento em que a mesma seja identificada pelas autoridades caso, por força do direito nacional, os titulares da responsabilidade parental estejam impedidos de garantir o superior interesse da criança e/ou de a representar, devido a um conflito de interesses entre eles e a criança.
3. Os Estados-Membros devem tomar medidas para prestar assistência e apoio às famílias das crianças vítimas de tráfico de seres humanos, sempre que possível e justificado, quando a família se encontrar no respectivo território. Em especial, sempre que adequado e possível, os Estados-Membros devem aplicar à família o artigo 4.º da Decisão-Quadro 2001/220/JAI.
4. O presente artigo é aplicável sem prejuízo do artigo 11.º.

Artigo 15.º
Protecção das crianças vítimas de tráfico de seres humanos na investigação criminal e no processo penal

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que, na investigação criminal e no processo penal, de acordo com o papel da vítima no sistema judicial respectivo, as autoridades competentes nomeiem um representante para as crianças vítimas de tráfico de seres humanos quando, por força do direito nacional, os titulares da responsabilidade parental estejam impedidos de representar a criança devido a um conflito de interesses entre eles e a criança.

2. Os Estados-Membros devem garantir, de acordo com o papel da vítima no respectivo sistema judicial, que as crianças vítimas têm acesso sem demora a aconselhamento jurídico e patrocínio judiciário gratuitos, nomeadamente para efeitos de pedidos de indemnização, salvo se dispuserem de recursos financeiros suficientes.

3. Sem prejuízo dos direitos da defesa, os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que na investigação criminal e no processo penal relativos a qualquer das infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º:

- a) A inquirição da criança vítima ocorra sem demora injustificada após a denúncia dos factos às autoridades competentes;
- b) A inquirição da criança vítima ocorra, caso seja necessário, em instalações concebidas e adaptadas para o efeito;
- c) A inquirição da criança vítima seja feita, caso seja necessário, por profissionais qualificados para o efeito;
- d) Sejam as mesmas pessoas, se possível e caso seja adequado, a realizar todas as inquirições da criança vítima;
- e) O número de inquirições seja o mais limitado possível e que sejam realizadas apenas em caso de estrita necessidade para efeitos da investigação criminal e do processo penal;
- f) A criança vítima seja acompanhada pelo seu representante legal ou, caso seja necessário, por um adulto à sua escolha, salvo decisão fundamentada em contrário relativamente a essa pessoa.

4. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que, na investigação criminal relativa às infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º, todas as inquirições da criança vítima ou, se for caso disso, testemunha, possam ser gravadas em vídeo e que estas gravações possam ser utilizadas como prova no processo penal, de acordo com as disposições aplicáveis do direito nacional.

5. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que no âmbito dos processos penais relativos a qualquer das infracções referidas nos artigos 2.º a 3.º se possa determinar que:

- a) A inquirição decorra sem a presença do público; e
- b) A criança vítima possa ser ouvida pelo tribunal sem estar presente, nomeadamente com recurso a tecnologias de comunicação adequadas.

6. O presente artigo é aplicável sem prejuízo do artigo 12.º.

*Artigo 16.º**Assistência, apoio e protecção de crianças não acompanhadas vítimas de tráfico de seres humanos*

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que as medidas específicas de assistência e apoio às crianças vítimas de tráfico de seres humanos, como referido no n.º 1 do artigo 14.º, tenham em devida conta as circunstâncias pessoais e especiais da vítima menor não acompanhada.
2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para encontrar uma solução duradoura com base na avaliação individual do superior interesse da criança.
3. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que, se for caso disso, seja nomeado um tutor da criança não acompanhada vítima de tráfico de seres humanos.
4. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que, na investigação criminal e no processo penal, e de acordo com o papel da vítima no respectivo sistema judicial, as autoridades competentes nomeiem um representante caso a criança não esteja acompanhada ou esteja separada da família.
5. O presente artigo é aplicável sem prejuízo dos artigos 14.º e 15.º.

*Artigo 17.º**Indemnização das vítimas*

Os Estados-Membros devem garantir que as vítimas de tráfico de seres humanos tenham acesso aos regimes vigentes de indemnização de vítimas de crimes intencionais violentos.

*Artigo 18.º**Prevenção*

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas adequadas, como a educação e a formação, para desencorajar e reduzir a procura que incentiva todas as formas de exploração ligada ao tráfico de seres humanos.
2. Os Estados-Membros devem tomar medidas adequadas, nomeadamente através da Internet, tais como campanhas de informação e sensibilização, programas de investigação e educação, se necessário em cooperação com organizações relevantes da sociedade civil e outras partes interessadas, a fim de aumentar a consciencialização

em relação a este problema e de reduzir o risco de pessoas, sobretudo as crianças, virem a ser vítimas de tráfico de seres humanos.

3. Os Estados-Membros devem promover uma formação regular dos funcionários e agentes susceptíveis de virem a estar em contacto com vítimas ou potenciais vítimas de tráfico de seres humanos, incluindo os agentes da polícia no terreno, a fim de que estes possam identificar e lidar com as vítimas e potenciais vítimas de tráfico de seres humanos.

4. A fim de tornar a prevenção e a luta contra o tráfico de seres humanos mais eficazes mediante o desencorajamento da procura, os Estados-Membros devem considerar a possibilidade de criminalizar a utilização dos serviços que são objecto de exploração, tal como referida no artigo 2.º, quando o utilizador tenha conhecimento de que a pessoa é vítima de uma infracção referida no artigo 2.º.

Artigo 19.º

Relatores nacionais ou mecanismos equivalentes

Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para criar relatores nacionais ou mecanismos equivalentes. A estes mecanismos cabe, nomeadamente, avaliar as tendências do tráfico de seres humanos, avaliar os resultados das medidas de luta contra esse tráfico, incluindo a recolha de estatísticas em estreita cooperação com as organizações relevantes da sociedade civil activas neste domínio, e apresentar relatórios sobre esta matéria.

Artigo 20.º

Coordenação da estratégia da União contra o tráfico de seres humanos

A fim de contribuir para uma estratégia coordenada e consolidada da União contra o tráfico de seres humanos, os Estados-Membros devem facilitar o exercício das atribuições de um Coordenador da Luta Antitráfico (CLAT). Em especial, os Estados-Membros devem transmitir ao CLAT as informações referidas no artigo 19.º, com base nas quais o CLAT contribui para a apresentação de um relatório pela Comissão, de dois em dois anos, sobre os progressos alcançados na luta contra o tráfico de seres humanos.

Artigo 21.º

Substituição da Decisão-Quadro 2002/629/JAI

A Decisão-Quadro 2002/629/JAI, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos, é substituída no que diz respeito aos Estados-Membros que participam na adopção

da presente directiva, sem prejuízo das obrigações dos Estados-Membros quanto ao prazo de transposição dessa decisão-quadro para o direito nacional.

No que diz respeito aos Estados-Membros que participam na adopção da presente directiva, as remissões para a Decisão-Quadro 2002/629/JAI devem entender-se como sendo feitas para a presente directiva.

Artigo 22.º *Transposição*

1. Os Estados-Membros põem em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva até 6 de Abril de 2013.
2. Os Estados-Membros comunicam à Comissão o texto das disposições que transpõem as obrigações resultantes da presente directiva para o respectivo direito interno.
3. Quando os Estados-Membros adoptarem essas disposições, estas incluem uma referência à presente directiva ou são acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência são estabelecidas pelos Estados-Membros.

Artigo 23.º *Relatórios*

1. A Comissão apresenta, até 6 de Abril de 2015, um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho no qual avalie em que medida os Estados-Membros tomaram as disposições necessárias para dar cumprimento à presente directiva, incluindo uma descrição das disposições aplicadas por força do n.º 4 do artigo 18.º, devendo esse relatório ser acompanhado, se necessário, de propostas legislativas.
2. A Comissão apresenta, até 6 de Abril de 2016, um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho no qual avalie o impacto na prevenção do tráfico de seres humanos do direito nacional em vigor que criminalize a utilização de serviços que são objecto da exploração do tráfico de seres humanos, devendo esse relatório ser acompanhado, se necessário, das propostas adequadas.

Artigo 24.º
Entrada em vigor

A presente directiva entra em vigor no dia da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 25.º
Destinatários

Os destinatários da presente directiva são os Estados-Membros nos termos dos Tratados.

***Busca de Crianças Desaparecidas
ou Exploradas Sexualmente******Resolução 2001/C283/01 do Conselho da União Europeia, relativa ao contributo da sociedade civil na busca de crianças desaparecidas e sexualmente exploradas.***

O Conselho da União Europeia,

Tendo presentes:

- As conclusões do Conselho Europeu de Tampere e, nomeadamente, o seu ponto 23,
- As conclusões do Conselho Europeu de Santa Maria da Feira,
- A Acção Comum, adoptada pelo Conselho em 24 de Fevereiro de 1997, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças, e, em particular, o ponto i) do seu título II,
- A Decisão do Conselho de 29 de Maio de 2000 sobre o combate à pornografia infantil na internet,
- A Resolução do Parlamento Europeu, de 30 de Março de 2000, sobre o turismo sexual, e, nomeadamente, o seu ponto 27,
- A Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Maio de 2000, relativa a novas acções no domínio da luta contra o tráfico de mulheres, e, nomeadamente, os seus pontos 12 e 18,
- A Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de Junho de 2000, sobre as vítimas da criminalidade, e, nomeadamente, o seu ponto 8,
- A proposta da Comissão Europeia de decisão-quadro relativa à luta contra a exploração sexual das crianças e a pornografia infantil,

Considerando que:

- A luta contra o desaparecimento e a exploração sexual de crianças constitui uma prioridade para a União Europeia,
- A sociedade civil pode ter um papel a desempenhar nessa luta,
- Os organismos criados pela sociedade civil poderão dar um apoio útil às autoridades competentes na busca de crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas, bem como na prevenção e luta contra estes fenómenos,
- Importa facilitar a cooperação entre os organismos criados pela sociedade civil e as autoridades competentes na busca de crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas,

- O nível de cooperação deverá ser apreciado em função da situação de cada Estado-Membro,
- A presente resolução em nada altera as Convenções do Luxemburgo, de 20 de Maio de 1980, e de Haia, de 25 de Outubro de 1980.

Tendo em conta a protecção dos dados pessoais, tal como regulamentada na Convenção n.º 108 de 28 de Janeiro de 1981 do Conselho da Europa para a protecção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal,

Adoptou o seguinte:

1. A presente resolução diz respeito à busca de crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas. Estão abrangidas as seguintes situações:

- Desaparecimento e rapto:
 - Crianças em fuga,
 - Crianças raptadas por terceiros,
 - Crianças desaparecidas de forma inexplicável,
- Exploração sexual:
 - Tráfico, prostituição e pornografia infantil,
 - Redes pedófilas na internet,
 - Abuso sexual extra familiar não organizado.

2. Convidam-se os Estados-Membros a facilitar a cooperação entre as autoridades competentes e a sociedade civil, especialmente os organismos criados pela sociedade civil, tendo em vista procurar crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas.

Essa cooperação não prejudica a responsabilidade das autoridades competentes pela condução das investigações e pela promoção da acção penal.

Essa cooperação poderia, caso seja pertinente, assumir as seguintes formas:

- 2.1. Analisar a possibilidade de conceder aos organismos criados pela sociedade civil, tendo em conta os meios já existentes a nível interno, uma linha telefónica de emergência, ou criar condições favoráveis para que esses organismos instalem eles próprios uma linha deste tipo.

Essa linha telefónica recolheria informações e testemunhos relativos às crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas e seria gratuita e acessível 24 horas por dia.

2.2. Viabilizar, se as legislações nacionais ainda não o previrem, o apoio aos organismos criados pela sociedade civil na busca de crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas, nomeadamente através das seguintes acções:

- Divulgar as informações relativas à localização das crianças desaparecidas, caso as autoridades considerem útil essa divulgação,
- Pôr à disposição das autoridades competentes, a seu pedido, voluntários para batidas organizadas no âmbito da busca de crianças desaparecidas,
- Dar apoio às famílias de crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas,
- Disponibilizar competências específicas no domínio do desaparecimento ou da exploração sexual de crianças.

2.3. Convidam-se os Estados-Membros a prever normas adequadas, em conformidade com as suas legislações em matéria de investigações e acção penal, para o intercâmbio de informações adequadas relativas à busca de crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas entre os organismos criados pela sociedade civil e as autoridades competentes.

Esta troca de informações deverá realizar-se com todas as garantias de segurança do sistema, de confidencialidade dos dados e de respeito pela protecção dos dados pessoais.

3. Convidam-se os Estados-Membros a recensear todos os dados relativos às crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas, a fim de conhecer a dimensão do fenómeno e analisar a respectiva evolução, e a comunicar esses dados entre si.

Esse recenseamento deverá ser realizado pelas autoridades competentes, se necessário com o apoio dos organismos criados pela sociedade civil.

4. O Conselho convida a Comissão a encomendar, com base em relatórios de peritos, um estudo sobre:

- A realidade e a dimensão do fenómeno das crianças desaparecidas ou sexualmente exploradas,
- A existência, o papel e a estrutura dos organismos criados pela sociedade civil existentes nos Estados-Membros, que apoiam activamente a busca de crianças desaparecidas e sexualmente exploradas, bem como as formas da sua intervenção e cooperação com as autoridades competentes,
- As questões jurídicas relacionadas com a intervenção desses organismos, em particular, as questões relativas à transmissão de dados confidenciais a esses

organismos pelas autoridades competentes, e com a incidência da sua intervenção no procedimento penal e nas regras de protecção de dados.

- a) Convidam-se os Estados-Membros a disponibilizarem as suas competências específicas, tendo em vista a realização desse estudo.

5. O Conselho convida a Comissão a apresentar-lhe um relatório com os resultados desse estudo, no prazo de um ano a contar da data de aprovação da presente resolução.

6. Com base nesse estudo, o Conselho determinará as medidas adequadas a nível da União Europeia e convidará a Comissão a analisar:

- As normas necessárias para optimizar, sobretudo entre Estados-Membros, o intercâmbio das informações comunicadas entre as autoridades competentes e os organismos criados pela sociedade civil e entre os diferentes organismos entre si,
- As garantias necessárias relativas à segurança deste intercâmbio de informações, à confidencialidade dos dados trocados e ao respeito pela protecção dos dados pessoais.

Luta Contra a Exploração Sexual de Crianças e a Pornografia Infantil***Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho de 22 de Dezembro de 2003 relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil.***

O Conselho da União Europeia,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 29.º, a alínea e) do n.º 1 do artigo 31.º e a alínea b) do n.º 2 do artigo 34.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu,

Considerando o seguinte:

1. O Plano de Acção do Conselho e da Comissão sobre a melhor forma de aplicar as disposições do Tratado de Amesterdão relativas à criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, as conclusões do Conselho Europeu de Tampere e a resolução do Parlamento Europeu de 11 Abril de 2000 incluem ou solicitam a aprovação de legislação contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, incluindo definições, incriminações e sanções comuns.
2. É necessário que a Acção Comum 97/154/JAI do Conselho, de 24 de Fevereiro de 1997, relativa à acção contra o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças, e a Decisão 2000/375/JAI, de 29 de Maio de 2000, do Conselho sobre o combate à pornografia infantil na internet, sejam seguidas de novas medidas legislativas que tenham por objecto reduzir as disparidades entre as abordagens jurídicas nos Estados-Membros e contribuam para o desenvolvimento de uma cooperação eficaz nos domínios policial e judiciário contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil.
3. Na sua resolução de 30 de Março de 2000, sobre a comunicação da Comissão relativa à aplicação das medidas de luta contra o turismo sexual que envolva crianças, o Parlamento Europeu reafirma que o turismo sexual que envolva crianças constitui um acto criminoso estreitamente associado aos actos de exploração sexual de crianças e de pornografia infantil e solicita à Comissão que apresente ao Conselho uma proposta de decisão-quadro que estabeleça regras mínimas aplicáveis aos elementos constitutivos de tais actos criminosos.

4. A exploração sexual de crianças e a pornografia infantil constituem graves violações dos direitos humanos e do direito fundamental da criança a uma educação e um desenvolvimento harmoniosos.
5. A pornografia infantil, forma especialmente grave de exploração sexual de crianças, está a aumentar e a expandir-se através da utilização de novas tecnologias e da internet.
6. Os importantes trabalhos realizados por organizações internacionais devem ser complementados pela acção da União Europeia.
7. É necessário que infracções penais graves como a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil sejam objecto de uma abordagem global de que façam parte integrante os elementos de direito penal comuns a todos os Estados-Membros, incluindo sanções efectivas, proporcionadas e dissuasivas, juntamente com a mais ampla cooperação judiciária possível.
8. Em conformidade com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, a presente decisão-quadro limita-se ao mínimo exigido para alcançar estes objectivos a nível europeu e não excede o necessário para o efeito.
9. É necessário garantir que as sanções aplicadas aos autores das infracções sejam suficientemente severas para que a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil sejam incluídas no âmbito de aplicação dos instrumentos já aprovados para combater a criminalidade organizada, como a Acção Comum 98/699/JAI do Conselho, de 3 de Dezembro de 1998, relativa ao branqueamento de capitais, identificação, detecção, congelamento, apreensão e perda de instrumentos e produtos do crime, e a Acção Comum 98/733/JAI do Conselho, de 21 de Dezembro de 1998, relativa à incriminação da participação numa organização criminosa nos Estados-Membros da União Europeia.
10. A especificidade da luta contra a exploração sexual infantil deverá conduzir os Estados-Membros a prever nas suas legislações sanções penais efectivas, proporcionadas e dissuasivas, que deverão ser adaptadas, nomeadamente em função da actividade exercida pelas pessoas colectivas.
11. Para efeitos da investigação e de procedimento penal das infracções abrangidas pela presente decisão-quadro, as vítimas que sejam crianças deverão ser interrogadas de acordo com a sua idade e estágio de desenvolvimento.

12. A presente decisão-quadro não prejudica a competência da Comunidade.

13. A presente decisão-quadro deverá contribuir para a luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, complementando os instrumentos aprovados pelo Conselho, como a Acção Comum 96/700/JAI, de 29 de Novembro de 1996 que estabelece um programa de incentivo e de intercâmbio destinado aos responsáveis pela acção contra o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças, a Acção Comum 96/748/JAI, de 16 de Dezembro de 1996, que alarga as atribuições da Unidade "Droga" da Europol, a Acção Comum 98/428/JAI, de 29 de Junho de 1998, que cria uma Rede Judiciária Europeia, a Acção Comum 96/277/JAI, de 22 de Abril de 1996, que institui um enquadramento para o intercâmbio de magistrados de ligação destinado a melhorar a cooperação judiciária entre os Estados-Membros da União Europeia, e a Acção Comum 98/427/JAI, de 29 de Junho de 1998, relativa às boas práticas do auxílio judiciário mútuo em matéria penal, bem como os actos aprovados pelo Parlamento Europeu e o Conselho, como a Decisão n.º 276/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Janeiro de 1999, que adopta um plano de acção comunitário plurianual para fomentar uma utilização mais segura da internet através do combate aos conteúdos ilegais e lesivos nas redes mundiais, e a Decisão n.º 293/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Janeiro de 2000, que adopta um programa de acção comunitário (programa Daphne) (2000-2003) relativo a medidas preventivas de combate à violência exercida contra as crianças, os adolescentes e as mulheres,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO-QUADRO:

Artigo 1.º
Definições

Para efeitos da presente decisão-quadro, entende-se por:

- a) "Criança", qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade;
- b) "Pornografia infantil", qualquer material pornográfico que descreva ou represente visualmente:
 - i) Crianças reais envolvidas em comportamentos sexualmente explícitos ou entregando-se a tais comportamentos, incluindo a exibição lasciva dos seus órgãos genitais ou partes púbicas, ou
 - ii) Pessoas reais com aspecto de crianças, envolvidas em comportamentos referidos na subalínea i) ou entregando-se aos mesmos, ou

- iii) Imagens realistas de crianças não existentes envolvidas nos comportamentos referidos na subalínea i) ou entregando-se aos mesmos.
- c) "Sistema informático", qualquer dispositivo ou grupo de dispositivos interligados ou associados, um ou vários dos quais executem, com base num programa, o tratamento automático de dados;
- d) "Pessoa colectiva", qualquer entidade que beneficie desse estatuto por força do direito aplicável, com excepção do Estado ou de outras entidades de direito público no exercício das suas prerrogativas de autoridade pública e das organizações internacionais de direito público.

Artigo 2.º *Infracções relativas à exploração sexual de crianças*

Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que sejam puníveis os seguintes comportamentos intencionais:

- a) A coacção de uma criança a entregar-se à prostituição ou a participar em espectáculos pornográficos, ou a disso tirar proveito ou qualquer outra forma de exploração de uma criança com tais fins;
- b) O recrutamento de uma criança para que se entregue à prostituição ou para que participe em espectáculos pornográficos;
- c) A prática de actividades sexuais com uma criança, sempre que:
 - i) Se faça uso de coacção, força ou ameaças,
 - ii) Se ofereça dinheiro ou outras formas de remuneração ou pagamento, em troca da prática de actividades sexuais pela criança,
 - iii) Se abuse de posição manifesta de tutela, autoridade ou influência sobre uma criança.

Artigo 3.º *Infracções relativas à pornografia infantil*

1. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que os seguintes comportamentos intencionais, independentemente do facto de ser ou não utilizado um sistema informático, sejam puníveis quando praticados ilegitimamente:

- a) Produção de pornografia infantil;
- b) Distribuição, divulgação ou transmissão de pornografia infantil;
- c) Oferta ou disponibilização de pornografia infantil;
- d) Aquisição ou posse de pornografia infantil.

2. Os Estados-Membros podem isentar de responsabilidade criminal os comportamentos associados à pornografia infantil:

- a) A que se refere a subalínea ii) da alínea b) do artigo 1.º, no caso de a pessoa que parecia ser uma criança ter efectivamente 18 anos ou mais na altura em que a imagem foi fixada;
- b) A que se referem as subalíneas i) e ii) da alínea b) do artigo 1.º, nos casos de produção e posse de imagens de crianças que tenham alcançado a maioridade sexual, se essas imagens forem produzidas e possuídas com o consentimento das crianças e unicamente para seu uso pessoal. Ainda que se prove o consentimento, este não será considerado válido se, para obter esse consentimento, o autor das infracções se aproveitou ou abusou, por exemplo, da sua superioridade etária, maturidade, posição, estatuto, experiência ou dependência da vítima;
- c) A que se refere a subalínea iii) da alínea b) do artigo 1.º, se se provar que o produtor produz e possui o material pornográfico unicamente para seu uso pessoal, na condição de não ter sido utilizado para a sua produção qualquer material pornográfico referido nas subalíneas i) e ii) da alínea b) do artigo 1.º e desde que o acto não implique o risco de divulgação do material.

Artigo 4.º *Instigação, auxílio, cumplicidade e tentativa*

1. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que sejam puníveis a instigação, o auxílio e a cumplicidade na prática de uma das infracções referidas nos artigos 2.º e 3.º.
2. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que seja punível a tentativa de prática de um dos comportamentos referidos no artigo 2.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º.

Artigo 5.º *Sanções e circunstâncias agravantes*

1. Sem prejuízo do n.º 4, cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que as infracções referidas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º sejam passíveis de pena privativa de liberdade com duração máxima não inferior de um a três anos.
2. Sem prejuízo do n.º 4, cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que as infracções a seguir referidas sejam passíveis de pena privativa de liberdade com uma duração máxima não inferior de cinco a 10 anos:

- a) As infracções referidas na alínea a) do artigo 2.º, que consistem na "coacção de uma criança a entregar-se à prostituição ou a participar em espectáculos pornográficos", e as infracções referidas na subalínea i) da alínea c) do artigo 2.º;
- b) As infracções referidas na alínea a) do artigo 2.º que consistem em "disso tirar proveito ou qualquer outra forma de exploração de uma criança para tais fins" e as infracções referidas na alínea b) do artigo 2.º, na medida em que, em ambos os casos, digam respeito a prostituição, e quando se verifique, no mínimo, uma das seguintes circunstâncias:
 - A vítima não tenha atingido a maioridade sexual nos termos do direito nacional,
 - O autor da infracção tenha posto em perigo, deliberadamente ou por imprudência, a vida da criança,
 - A infracção tenha sido cometida mediante recurso a formas graves de violência ou infligiu ofensas corporais graves à criança,
 - A infracção foi cometida no âmbito de uma organização criminosa na acepção da Acção Comum 98/733/JAI, independentemente do nível da pena a que essa acção comum faz referência.
- c) As infracções referidas na alínea a) do artigo 2.º que consistem em "disso tirar proveito ou qualquer outra forma de exploração de uma criança com tais fins" e as infracções referidas na alínea b) do artigo 2.º, na medida em que, em ambos os casos, digam respeito a espectáculos pornográficos, bem como as infracções referidas nas subalíneas ii) e iii) da alínea c) do artigo 2.º e nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 3.º, quando a vítima não tenha atingido a maioridade sexual nos termos do direito nacional e quando se verifique, no mínimo, uma das circunstâncias referidas no segundo, terceiro ou quarto travessão da alínea b) do presente número.

3. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que, se tal for considerado adequado, seja possível proibir, temporária ou permanentemente, a uma pessoa singular que tenha sido condenada por uma das infracções referidas nos artigos 2.º, 3.º ou 4.º exercer actividades profissionais que impliquem ter crianças sob a sua responsabilidade.

4. Cada Estado-Membro pode estabelecer outras sanções, incluindo sanções não penais ou outras medidas, no que se refere aos comportamentos associados à pornografia infantil referidos na subalínea iii) da alínea b) do artigo 1.º.

Artigo 6.º
Responsabilidade das pessoas colectivas

1. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis pelas infracções referidas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º, cometidas em seu benefício por qualquer pessoa, agindo individualmente ou enquanto integrando um órgão da pessoa colectiva, que nela ocupe uma posição dominante baseada:

- a) Nos seus poderes de representação da pessoa colectiva;
- b) No seu poder para tomar decisões em nome da pessoa colectiva; ou
- c) Na sua autoridade para exercer controlo dentro da pessoa colectiva.

2. Para além dos casos já previstos no n.º 1, cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis sempre que a falta de vigilância ou de controlo por parte de uma pessoa referida no n.º 1 tenha tornado possível a prática, por uma pessoa que lhe esteja subordinada, de uma das infracções referidas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º, em benefício dessa pessoa colectiva.

3. A responsabilidade das pessoas colectivas nos termos dos n.ºs 1 e 2 não exclui a instauração de procedimento criminal contra as pessoas singulares que sejam autoras, instigadoras ou cúmplices numa infracção referida nos artigos 2.º, 3.º e 4.º.

Artigo 7.º
Sanções aplicáveis às pessoas colectivas

1. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que uma pessoa colectiva considerada responsável nos termos do n.º 1 do artigo 6.º seja passível de sanções efectivas, proporcionadas e dissuasivas, incluindo multas ou coimas e eventualmente outras sanções, designadamente:

- a) Exclusão do benefício de vantagens ou auxílios públicos;
- b) Interdição temporária ou permanente de exercer actividade comercial;
- c) Colocação sob vigilância judicial;
- d) Dissolução por via judicial;
- e) Encerramento temporário ou permanente dos estabelecimentos utilizados para a prática da infracção.

2. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para garantir que uma pessoa colectiva considerada responsável nos termos do n.º 2 do artigo 6.º seja passível de sanções ou medidas efectivas, proporcionadas e dissuasivas.

Artigo 8.º *Competência e procedimento penal*

1. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para definir a sua competência relativamente às infracções referidas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º sempre que a infracção tenha sido cometida:

- a) Total ou parcialmente no seu território;
- b) Por um nacional do seu; ou
- c) Em benefício de uma pessoa colectiva com sede no seu território.

2. Qualquer Estado-Membro pode decidir não aplicar as regras em matéria de competência estabelecidas nas alíneas b) e c) do n.º 1 ou aplicá-las apenas em casos ou condições específicos, quando a infracção tenha sido cometida fora do seu território.

3. Qualquer Estado-Membro que, nos termos do seu direito, não extradite os seus nacionais, deve tomar as medidas adequadas para definir a sua competência e, eventualmente, para instaurar procedimento penal relativamente às infracções referidas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º quando cometidas por um dos seus nacionais fora do seu território.

4. Sempre que decidirem aplicar o n.º 2, os Estados-Membros devem informar o Secretariado-Geral do Conselho e a Comissão, indicando se necessário os casos ou condições específicos em que a decisão se aplica.

5. Cada Estado-Membro deve assegurar que a respectiva competência abrange os casos em que uma infracção referida no artigo 3.º e, quando pertinente, no artigo 4.º, seja praticada através de um sistema informático acessível a partir do seu território, independentemente de o sistema propriamente dito se encontrar ou não no seu território.

6. Cada Estado-Membro deve tomar as medidas necessárias para tornar possível o procedimento penal, nos termos do direito nacional, contra, pelo menos as mais graves das infracções referidas no artigo 2.º, depois de a vítima ter atingido a maioridade.

Artigo 9.º
Protecção e assistência às vítimas

1. Cada Estado-Membro deve determinar que as investigações ou a instauração de procedimento penal por infracções abrangidas pela presente decisão-quadro não dependem de denúncia ou queixa por uma pessoa que tenha sido vítima da infracção, pelo menos nos casos a que seja aplicável a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º.
2. As vítimas de uma infracção referida no artigo 2.º deveriam ser consideradas vítimas particularmente vulneráveis, na acepção do n.º 2 do artigo 2.º, do n.º 4 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 14.º da Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal.
3. Cada Estado-Membro deve tomar todas as medidas possíveis para assegurar a assistência adequada às famílias das vítimas. Em particular, sempre que adequado e possível, cada Estado-Membro deve aplicar o artigo 4.º da Decisão-Quadro 2001/220/JAI às famílias aí referidas.

Artigo 10.º
Âmbito territorial

A presente decisão-quadro é aplicável a Gibraltar.

Artigo 11.º
Revogação da Acção Comum 97/154/JAI

A presente decisão-quadro revoga a Acção Comum 97/154/JAI.

Artigo 12.º
Transposição

1. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para dar cumprimento às disposições da presente decisão-quadro até 20 de Janeiro de 2006.
2. Os Estados-Membros devem transmitir ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão, até 20 de Janeiro de 2006, o texto das disposições que transpõem para o respectivo direito nacional as obrigações resultantes da presente decisão-quadro. Até 20 de Janeiro de 2008, com base num relatório elaborado a partir daquelas informações e num relatório escrito apresentado pela Comissão, o Conselho verifica em que medida os Estados-Membros deram cumprimento às disposições da presente decisão-quadro.

Artigo 13.º
Entrada em vigor

A presente decisão-quadro entra em vigor na data da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Estatuto da Vítima em Processo Penal***Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de Março de 2001, relativa ao Estatuto da Vítima em Processo Penal.***

O Conselho da União Europeia,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, e, nomeadamente, o seu artigo 31.º e o n.º 2, alínea b), do seu artigo 34.º,

Tendo em conta a iniciativa da República Portuguesa(1),

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu(2),

Considerando o seguinte:

1. De acordo com o plano de acção do Conselho e da Comissão sobre a melhor forma de aplicar as disposições do Tratado de Amesterdão relativas à criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, nomeadamente com o ponto 19 e a alínea c) do ponto 51, no prazo de cinco anos após a entrada em vigor do Tratado, a questão do apoio às vítimas deverá ser abordada através da realização de um estudo comparativo dos regimes de indemnização das vítimas e deverá ser avaliada a viabilidade de tomar medidas no âmbito da União Europeia.
2. Em 14 de Julho de 1999, a Comissão apresentou ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social, a comunicação intitulada "Vítimas da criminalidade na União Europeia-Reflexão sobre as normas e medidas a adoptar". O Parlamento Europeu aprovou uma resolução relativa à comunicação da Comissão, em 15 de Junho de 2000.
3. Nas conclusões do Conselho Europeu de Tampere, de 15 e 16 de Outubro de 1999, em particular no ponto 32, estabelece-se que deverão ser elaboradas normas mínimas sobre a protecção das vítimas da criminalidade, em especial sobre o seu acesso à justiça e os seus direitos de indemnização por danos, incluindo custas judiciais. Além disso, deverão ser criados programas nacionais para financiar medidas, públicas e não governamentais, de assistência e protecção das vítimas.
4. Os Estados-Membros devem aproximar as suas disposições legislativas e regulamentares na medida do necessário para realizar o objectivo de garantir um nível

elevado de protecção às vítimas do crime, independentemente do Estado-Membro em que se encontrem.

5. As necessidades da vítima devem ser consideradas e tratadas de forma abrangente e articulada, evitando soluções parcelares ou incoerentes que possam dar lugar a uma vitimização secundária.

6. Por esta razão, o disposto na presente decisão-quadro não se limita a tutelar os interesses da vítima no âmbito do processo penal *stricto sensu*, abrangendo igualmente determinadas medidas de apoio às vítimas, antes ou depois do processo penal, que sejam susceptíveis de atenuar os efeitos do crime.

7. As medidas de apoio às vítimas do crime, nomeadamente as disposições em matéria de indemnização e mediação, não dizem respeito a soluções próprias do processo civil.

8. É necessário aproximar as regras e práticas relativas ao estatuto e aos principais direitos da vítima, com particular relevo para o direito de ser tratada com respeito pela sua dignidade, o seu direito a informar e a ser informada, o direito a compreender e ser compreendida, o direito a ser protegida nas várias fases do processo e o direito a que seja considerada a desvantagem de residir num Estado-Membro diferente daquele onde o crime foi cometido.

9. O disposto na presente decisão-quadro não impõe, porém, aos Estados-Membros a obrigação de garantir às vítimas um tratamento equivalente ao de parte no processo.

10. É importante a intervenção de serviços especializados e organizações de apoio às vítimas, antes, durante e após o processo penal.

11. É necessário dar formação adequada e correcta a todos aqueles que contactem com a vítima, o que é fundamental tanto para a vítima como para alcançar os objectivos do processo.

12. Dever-se-á utilizar os mecanismos de coordenação existentes de pontos de contacto em rede nos Estados-Membros, seja no sistema judiciário, seja baseados em redes de organizações de apoio às vítimas,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO-QUADRO:

Artigo 1.º *Definições*

Para efeitos da presente decisão-quadro, entende-se por:

- a) "Vítima": a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um dano moral, ou uma perda material, directamente causadas por acções ou omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado-Membro;
- b) "Organização de apoio às vítimas": uma organização não governamental, legalmente estabelecida num Estado-Membro, cujas actividades de apoio a vítimas de crime sejam gratuitas e, exercidas de modo adequado, complementem a acção do Estado neste domínio;
- c) "Processo penal": o processo penal na acepção da legislação nacional aplicável;
- d) "Processo": o processo em sentido lato, ou seja, que inclui, além do processo penal propriamente dito, todos os contactos, relacionados com o seu processo, que a vítima estabeleça nessa qualidade com qualquer autoridade, serviço público ou organização de apoio às vítimas, antes, durante ou após o processo penal;
- e) "Mediação em processos penais": a tentativa de encontrar, antes ou durante o processo penal, uma solução negociada entre a vítima e o autor da infracção, mediada por uma pessoa competente.

Artigo 2.º *Respeito e reconhecimento*

1. Cada Estado-Membro assegura às vítimas um papel real e adequado na sua ordem jurídica penal. Cada Estado-Membro continua a envidar esforços no sentido de assegurar que, durante o processo, as vítimas sejam tratadas com respeito pela sua dignidade pessoal e reconhece os direitos e interesses legítimos da vítima, em especial no âmbito do processo penal.

2. Cada Estado-Membro assegura às vítimas particularmente vulneráveis a possibilidade de beneficiar de um tratamento específico, o mais adaptado possível à sua situação.

Artigo 3.º *Audição e apresentação de provas*

Cada Estado-Membro garante à vítima a possibilidade de ser ouvida durante o processo e de fornecer elementos de prova.

Cada Estado-Membro toma as medidas adequadas para que as suas autoridades apenas interroguem a vítima na medida do necessário para o desenrolar do processo penal.

Artigo 4.º
Direito de receber informações

1. Cada Estado-Membro garante à vítima em especial, desde o seu primeiro contacto com as autoridades competentes para a aplicação da lei, o acesso às informações que forem relevantes para a protecção dos seus interesses, através dos meios que aquele considere apropriados e tanto quanto possível em línguas geralmente compreendidas. Estas informações são pelo menos as seguintes:

- a) O tipo de serviços ou de organizações a que pode dirigir-se para obter apoio;
- b) O tipo de apoio que pode receber;
- c) Onde e como pode a vítima apresentar queixa;
- d) Quais são os procedimentos subsequentes à queixa e qual o papel da vítima no âmbito dos mesmos;
- e) Como e em que termos poderá a vítima obter protecção;
- f) Em que medida e em que condições a vítima terá acesso a:
 - i) Aconselhamento jurídico, ou
 - ii) Apoio judiciário, ou
 - iii) Qualquer outra forma de aconselhamento, se, nos casos referidos nas subalíneas i) e ii), a vítima a tal tiver direito.
- g) Quais são os requisitos que regem o direito da vítima a indemnização;
- h) Se for residente noutro Estado, que mecanismos especiais de defesa dos seus interesses pode utilizar.

2. Cada Estado-Membro assegura que a vítima seja informada, sempre que manifestar essa vontade:

- a) Do seguimento dado à sua queixa;
- b) Dos elementos pertinentes que lhe permita, em caso de pronúncia, ser inteirada do andamento do processo penal relativo à pessoa pronunciada por factos que lhe digam respeito, excepto em casos excepcionais que possam prejudicar o bom andamento do processo;
- c) Da sentença do tribunal.

3. Os Estados-Membros tomam as medidas necessárias para assegurar que, pelo menos nos casos de perigo potencial para a vítima, quando a pessoa pronunciada ou

condenada por essa infracção seja libertada, se possa decidir informar a vítima, se tal for considerado necessário.

4. Na medida em que comunique por sua própria iniciativa as informações a que se referem os n.ºs 2 e 3, o Estado-Membro assegura à vítima o direito de optar por não receber essas informações, salvo se a comunicação das mesmas for obrigatória, nos termos do processo penal aplicável.

Artigo 5.º *Garantias de comunicação*

Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias, em condições comparáveis às aplicadas ao arguido, para minimizar tanto quanto possível os problemas de comunicação, quer em relação à compreensão, quer em relação à intervenção da vítima na qualidade de testemunha ou parte num processo penal nos diversos actos determinantes desse processo.

Artigo 6.º *Assistência específica à vítima*

Cada Estado-Membro assegura, gratuitamente nos casos em que tal se justifique, que a vítima tenha acesso ao aconselhamento, a que se refere o n.º 1, alínea f), subalínea iii), do artigo 4.º, sobre o seu papel durante o processo e, se necessário, ao apoio judiciário a que se refere o n.º 1, alínea f), subalínea ii), do artigo 4.º, quando tiver a qualidade de parte no processo penal.

Artigo 7.º *Despesas da vítima resultantes da sua participação no processo penal*

Cada Estado-Membro proporciona, em conformidade com as disposições nacionais aplicáveis à vítima que intervenha na qualidade de parte ou testemunha, a possibilidade de ser reembolsada das despesas em que incorreu em resultado da sua legítima participação no processo penal.

Artigo 8.º *Direito à protecção*

1. Cada Estado-Membro assegura um nível adequado de protecção às vítimas de crime e, se for caso disso, às suas famílias ou a pessoas em situação equiparada, nomeadamente no que respeita à segurança e protecção da vida privada, sempre que as autoridades competentes considerem que existe uma ameaça séria de actos de

vingança ou fortes indícios de que essa privacidade poderá ser grave e intencionalmente perturbada.

2. Para o efeito, e sem prejuízo no n.º 4, cada Estado-Membro garante a possibilidade de adoptar, se necessário, no âmbito de um processo judicial, medidas adequadas de protecção da privacidade e da imagem da vítima, da sua família ou de pessoas em situação equiparada.

3. Cada Estado-Membro garante igualmente que o contacto entre vítimas e arguidos nos edifícios dos tribunais pode ser evitado, a não ser que o processo penal o imponha. Quando necessário para aquele efeito, cada Estado-Membro providencia que os edifícios dos tribunais sejam progressivamente providos de espaços de espera próprios para as vítimas.

4. Quando for necessário proteger as vítimas, designadamente as mais vulneráveis, dos efeitos do seu depoimento em audiência pública, cada Estado-Membro assegura o direito de a vítima poder beneficiar, por decisão judicial, de condições de depoimento que permitam atingir esse objectivo por qualquer meio compatível com os seus princípios jurídicos fundamentais.

Artigo 9.º

Direito a indemnização no âmbito do processo penal

1. Cada Estado-Membro assegura às vítimas de infracção penal o direito de obter uma decisão, dentro de um prazo razoável, sobre a indemnização pelo autor da infracção no âmbito do processo penal, salvo se a lei nacional prever que, em relação a determinados casos, a indemnização será efectuada noutro âmbito.

2. Cada Estado-Membro toma as medidas necessárias para promover o esforço de indemnização adequada das vítimas por parte dos autores da infracção.

3. Salvo necessidade imposta pelo processo penal, os objectos restituíveis pertencentes à vítima e apreendidos no processo ser-lhe-ão devolvidos sem demora.

Artigo 10.º

Mediação penal no âmbito do processo penal

1. Cada Estado-Membro esforça-se por promover a mediação nos processos penais relativos a infracções que considere adequadas para este tipo de medida.

2. Cada Estado-Membro assegura que possam ser tidos em conta quaisquer acordos entre a vítima e o autor da infracção, obtidos através da mediação em processos penais.

Artigo 11.º
Vítimas residentes noutro Estado-Membro

1. Cada Estado-Membro assegura que as suas autoridades competentes estejam em condições de tomar as medidas adequadas para minorar as dificuldades que possam surgir quando a vítima residir num Estado diferente daquele em que foi cometida a infracção, em especial no que se refere ao andamento do processo penal. Para tal, essas autoridades devem designadamente estar em condições de: -dar à vítima a possibilidade de prestar depoimento imediatamente após ter sido cometida a infracção, -recorrer o mais possível às cláusulas relativas à videoconferência e à teleconferência, previstas nos artigos 10.º e 11.º da Convenção Europeia de auxílio judiciário mútuo em matéria penal, entre Estados-Membros da União Europeia, de 29 de Maio de 2000 (3), em relação à audição das vítimas que residam no estrangeiro.

2. Cada Estado-Membro assegura que a vítima de uma infracção num Estado-Membro que não seja o Estado-Membro onde reside possa apresentar queixa junto das autoridades competentes do respectivo Estado-Membro de residência, sempre que não tenha tido a embro onde foi cometida a infracção ou, em caso de infracção grave, quando não tiver desejado fazê-lo. A autoridade competente junto da qual a queixa seja apresentada, na medida em que não tenha ela própria competência na matéria, deve onde foi cometida a infracção. Essa queixa deve ser tratada em conformidade com o direito nacional do Estado em que foi cometida a infracção.

Artigo 12.º
Cooperação entre Estados-Membros

Cada Estado-Membro deve apoiar, desenvolver e melhorar a cooperação entre os Estados-Membros, de forma a facilitar uma defesa mais eficaz dos interesses da vítima no processo penal, quer essa cooperação assuma a forma de redes directamente ligadas ao sistema judiciário, quer de ligações entre as organizações de apoio às vítimas.

Artigo 13.º
Serviços especializados e organizações de apoio às vítimas

1. No âmbito do processo, cada Estado-Membro promove a intervenção dos serviços de apoio às vítimas, responsáveis pela organização do acolhimento inicial das vítimas e pelo apoio e assistência ulteriores, quer através de serviços públicos integrados por pessoas com formação específica neste domínio, quer através do reconhecimento e do financiamento de organizações de apoio às vítimas.

2. No âmbito do processo, cada Estado-Membro incentiva a intervenção das referidas pessoas ou de organizações de apoio às vítimas designadamente quanto:

- a) Ao fornecimento de informações à vítima;
- b) À prestação de apoio à vítima de acordo com as suas necessidades imediatas;
- c) Ao acompanhamento da vítima, se necessário e quando for possível, no processo penal;
- d) Ao apoio à vítima, a seu pedido, no termo do processo penal.

Artigo 14.º

Formação profissional das pessoas com intervenção no processo ou em contacto com a vítima

1. Cada Estado-Membro, por intermédio dos serviços públicos ou através de financiamento às organizações de apoio às vítimas, incentiva iniciativas que permitam às pessoas com intervenção no processo ou que contactem com a vítima, receber formação profissional adequada, com particular destaque para as necessidades dos grupos mais vulneráveis.

2. O disposto no n.º 1 aplica-se especialmente às polícias e operadores.

Artigo 15.º

Condições práticas relativas à situação da vítima no processo

1. Cada Estado-Membro apoia a criação progressiva, para todos os processos e, em particular, nas instalações das instituições onde se possam iniciar processos penais, das condições necessárias para tentar prevenir a vitimização secundária ou para evitar desnecessárias pressões sobre a vítima. Isto é particularmente relevante no que respeita ao acolhimento inicial correcto da vítima e à criação de condições adequadas à sua situação nas instalações acima referidas.

2. Para efeitos da aplicação do n.º 1, cada Estado-Membro tem especialmente em conta os recursos existentes nos tribunais, nas polícias, nos serviços públicos e nas organizações de apoio às vítimas.

Artigo 16.º

Âmbito de aplicação territorial

A presente decisão-quadro é aplicável a Gibraltar.

Artigo 17.º *Execução*

Os Estados-Membros devem pôr em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente decisão-quadro:

- Até 22 de Março de 2006, no que se refere ao artigo 10.º,
- Até 22 de Março de 2004, no que se refere aos artigos 5.º e 6.º,
- Até 22 de Março de 2002, no que se refere às restantes disposições.

Artigo 18.º *Avaliação*

A partir das datas a que se refere o artigo 17.º, os Estados-Membros devem transmitir ao Secretariado-Geral do Conselho e à Comissão o texto das disposições de transposição para o direito nacional das obrigações decorrentes da presente decisão-quadro. O Conselho avaliará, no prazo de um ano após cada uma das referidas datas, as medidas tomadas pelos Estados-Membros para cumprir o disposto na presente decisão-quadro, com base num relatório elaborado pelo Secretariado-Geral a partir da informação recebida dos Estados-Membros e num relatório escrito da Comissão.

Artigo 19.º *Entrada em vigor*

A presente decisão-quadro entra em vigor na data da sua publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

Indemnização das Vítimas da Criminalidade***Directiva 2004/80/CE do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa à indemnização das vítimas da criminalidade.***

O Conselho da União Europeia,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e nomeadamente, o seu artigo 308.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu,

Considerando o seguinte:

1. Um dos objectivos da Comunidade Europeia é abolir, entre os Estados-Membros, os obstáculos à livre circulação das pessoas e serviços.
2. O Tribunal de Justiça afirmou no acórdão Cowan que, quando o direito comunitário assegura a uma pessoa singular a liberdade de se deslocar a outro Estado-Membro, a protecção da integridade física desta pessoa no Estado-Membro em causa, em igualdade de circunstâncias com os nacionais e os residentes, constitui o corolário dessa liberdade de circulação. A realização deste objectivo deverá incluir medidas destinadas a facilitar a indemnização das vítimas da criminalidade.
3. Na sua reunião de Tampere de 15 e 16 de Outubro de 1999, o Conselho Europeu apelou à elaboração de normas mínimas sobre a protecção das vítimas da criminalidade, em especial sobre o seu acesso à justiça e os seus direitos a uma indemnização por danos, incluindo as despesas de justiça.
4. Na sua reunião de Bruxelas de 25 e 26 de Março de 2004, o Conselho Europeu solicitou, na Declaração sobre a Luta contra o Terrorismo, que esta directiva fosse aprovada até 1 de Maio de 2004.
5. Em 15 de Março de 2001, o Conselho adoptou a Decisão-Quadro 2001/220/JAI relativa ao estatuto da vítima em processo penal. Esta decisão, com base no título VI do Tratado da União Europeia, permite que as vítimas da criminalidade solicitem uma indemnização ao autor da infracção, no âmbito de uma acção penal.

6. As vítimas da criminalidade na União Europeia deveriam ter direito a uma indemnização justa e adequada pelos prejuízos que sofreram, independentemente do local da Comunidade Europeia onde a infracção foi cometida.

7. A presente directiva estabelece um sistema de cooperação destinado a facilitar o acesso à indemnização às vítimas da criminalidade em situações transfronteiras, o qual deverá funcionar com base nos regimes dos Estados-Membros sobre indemnização das vítimas da criminalidade violenta internacional cometida nos respectivos territórios. Por conseguinte, deverá existir um mecanismo de indemnização em todos os Estados-Membros.

8. A maioria dos Estados-Membros já dispõe de tais regimes de indemnização, e alguns deles fizeram-no em cumprimento das suas obrigações decorrentes da Convenção Europeia de 24 de Novembro de 1983 relativa à indemnização de vítimas de infracções violentas.

9. Uma vez que as medidas previstas na presente directiva são necessárias para alcançar objectivos da Comunidade e que o Tratado não estabelece outros poderes de acção para além dos do artigo 308.º, deverá aplicar-se o referido artigo.

10. Frequentemente, as vítimas da criminalidade não podem obter uma indemnização junto do autor da infracção, visto que este pode não dispor dos meios necessários para dar cumprimento a uma decisão de indemnização, ou porque o autor da infracção não pode ser identificado ou sujeito a acção penal.

11. Deverá ser criado um sistema de cooperação entre as autoridades dos Estados-Membros, a fim de facilitar o acesso à indemnização nos casos em que o crime foi praticado num Estado-Membro diferente daquele em que a vítima tem a sua residência.

12. Este sistema deverá garantir que as vítimas da criminalidade possam sempre recorrer a uma autoridade no seu Estado-Membro de residência e deverá minorar as dificuldades práticas e linguísticas que podem ocorrer numa situação transfronteiras.

13. O sistema deverá incluir as disposições necessárias para permitir que as vítimas da criminalidade disponham das informações necessárias para apresentar o pedido, assegurando simultaneamente uma cooperação eficaz entre as autoridades envolvidas.

14. A presente directiva respeita os direitos fundamentais e observa os princípios reafirmados nomeadamente na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia enquanto princípios gerais do direito comunitário.

15. Atendendo a que o objectivo de facilitar o acesso à indemnização às vítimas em situações transfronteiras não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros devido aos aspectos transfronteiras e pode, pois, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançado ao nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente directiva não excede o necessário para atingir aquele objectivo.

16. As medidas necessárias à execução da presente directiva serão aprovadas nos termos da Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão,

ADOPTOU A PRESENTE DIRECTIVA:

Artigo 1.º

Direito de apresentar o pedido no Estado-Membro de residência

Os Estados-Membros asseguram que, no caso de ser cometido um crime doloso violento num Estado-Membro diferente daquele em que o requerente de indemnização tem residência habitual, o requerente tem o direito de apresentar o seu pedido a uma autoridade ou a qualquer outro organismo deste último Estado-Membro.

Artigo 2.º

Responsabilidade pelo pagamento da indemnização

A indemnização deve ser paga pela autoridade competente do Estado-Membro em cujo território o crime foi praticado.

Artigo 3.º

Autoridades responsáveis e procedimentos administrativos

1. Os Estados-Membros devem criar ou designar uma ou mais autoridades ou quaisquer outros organismos competentes, seguidamente designados por «autoridade ou autoridades de assistência», para efeitos da aplicação do disposto no artigo 1.º

2. Os Estados-Membros devem criar ou designar uma ou mais autoridades ou quaisquer outros organismos responsáveis pela decisão relativa aos pedidos de indemnização, seguidamente designados por «autoridade ou autoridades de decisão».

3. Os Estados-Membros devem desenvolver esforços para reduzir ao mínimo indispensável as formalidades administrativas exigíveis para apresentar um pedido de indemnização.

Artigo 4.º
Informação aos potenciais requerentes

Os Estados-Membros devem assegurar, por todos os meios que considerarem adequados, que as pessoas que pretendam solicitar uma indemnização tenham acesso às informações essenciais relativas às possibilidades de apresentar tal pedido.

Artigo 5.º
Assistência ao requerente

1. A autoridade de assistência deve fornecer ao requerente as informações referidas no artigo 4.º e os formulários necessários para o pedido, com base no manual elaborado em conformidade com o n.º 2 do artigo 13.º.

2. A autoridade de assistência deve fornecer ao requerente, a pedido deste, orientações e informações gerais sobre a forma como o formulário do pedido deve ser preenchido e sobre os eventuais documentos justificativos necessários.

3. A autoridade de assistência não efectua qualquer apreciação do pedido.

Artigo 6.º
Transmissão dos pedidos

1. A autoridade de assistência deve transmitir o pedido e os eventuais documentos justificativos o mais rapidamente possível à autoridade de decisão.

2. A autoridade de assistência deve transmitir o pedido utilizando para o efeito o formulário normalizado a que se refere o artigo 14.º.

3. A língua utilizada no pedido e nos eventuais documentos justificativos será determinada em conformidade com o n.º 1 do artigo 11.º.

Artigo 7.º *Recepção dos pedidos*

Após recepção de um pedido transmitido nos termos do artigo 6.º, a autoridade de decisão deverá comunicar logo que possível os elementos seguidamente indicados à autoridade de assistência e ao requerente:

- a) O nome da pessoa de contacto ou o serviço responsável pelo tratamento do assunto;
- b) Um aviso de recepção do pedido;
- c) Se possível, uma indicação do prazo provável em que a decisão sobre o pedido será tomada.

Artigo 8.º *Pedidos de informações suplementares*

Se necessário, a autoridade de assistência dará orientações gerais ao requerente sobre o modo como deve responder a qualquer pedido de informações suplementares apresentado pela autoridade de decisão.

A pedido do requerente, a autoridade de assistência deve transmitir em seguida, o mais rapidamente possível, as informações solicitadas directamente à autoridade de decisão, juntando, quando necessário, uma lista dos documentos justificativos enviados.

Artigo 9.º *Audição do requerente*

1. Se a autoridade de decisão decidir, em conformidade com a legislação do seu Estado-Membro, ouvir o requerente ou qualquer outra pessoa, tal como uma testemunha ou um perito, pode entrar em contacto com a autoridade de assistência para providenciar no sentido de que:

- a) A pessoa seja ouvida directamente pela autoridade de decisão, em conformidade com a legislação do seu Estado-Membro, nomeadamente por telefone ou videoconferência; ou
- b) A pessoa seja ouvida pela autoridade de assistência, em conformidade com a legislação do seu Estado-Membro, que transmitirá seguidamente a acta da audição à autoridade de decisão.

2. A audição directa referida no n.º 1 da alínea a) só pode ser efectuada em cooperação com a autoridade de assistência e numa base voluntária, sem que seja possível a imposição de medidas coercivas por parte da autoridade de decisão.

Artigo 10.º *Comunicação da decisão*

A autoridade de decisão deve enviar a decisão sobre o pedido de indemnização ao requerente e à autoridade de assistência, utilizando para o efeito o formulário normalizado referido no artigo 14.º, o mais rapidamente possível, em conformidade com a legislação nacional, após a tomada da decisão.

Artigo 11.º *Outras disposições*

1. As informações transmitidas entre autoridades nos termos dos artigos 6.º a 10.º devem ser apresentadas:

- a) Nas línguas oficiais ou numa das línguas do Estado-Membro da autoridade à qual a informação é enviada e que corresponda a uma das línguas das instituições comunitárias; ou
- b) Noutra língua das instituições comunitárias que esse Estado-Membro tenha declarado poder aceitar, com excepção:
 - i) Do texto integral das decisões tomadas pela autoridade de decisão, caso em que a utilização das línguas é regulada pela legislação do seu Estado-Membro,
 - ii) Das actas elaboradas após a audição realizada em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º, caso em que a utilização das línguas é regulada pela autoridade de assistência, sob reserva de que corresponda a uma das línguas das instituições comunitárias.

2. Os serviços prestados pela autoridade de assistência em conformidade com os artigos 1.º a 10.º não dão lugar a qualquer pedido de reembolso de encargos ou despesas junto do requerente ou da autoridade de decisão.

3. Os formulários de pedido e quaisquer outros documentos transmitidos em conformidade com os artigos 6.º a 10.º estão isentos de autenticação ou de qualquer outra formalidade equivalente.

Artigo 12.º

1. As regras sobre o acesso à indemnização em situações transfronteiras estipuladas pela presente directiva deverão funcionar com base nos regimes de indemnização dos Estados-Membros para as vítimas de crimes dolosos violentos praticados nos respectivos territórios.

2. Todos os Estados-Membros deverão assegurar que a sua legislação nacional preveja a existência de um regime de indemnização das vítimas de crimes dolosos violentos praticados nos respectivos territórios, que garanta uma indemnização justa e adequada das vítimas.

Artigo 13.º *Informações a enviar à Comissão e Manual*

1. O mais tardar em 1 de Julho de 2005, os Estados-Membros devem transmitir à Comissão os elementos relativos:

- a) À lista das autoridades criadas ou designadas por força dos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º, incluindo, se necessário, informações relevantes relativas à competência especial e territorial dessas autoridades;
- b) Às línguas referidas no n.º 1, alínea a), do artigo 11.º, que essas autoridades podem aceitar para efeitos da aplicação dos artigos 6.º a 10.º, bem como à língua ou às línguas oficiais além da sua ou das suas que podem ser utilizadas na transmissão de pedidos em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º;
- c) Às informações referidas no artigo 4.º;
- d) Aos formulários de pedido de indemnização.

Os Estados-Membros informarão a Comissão de qualquer alteração posterior a estas informações.

2. A Comissão deve, em cooperação com os Estados-Membros, elaborar e publicar na internet um manual com as informações fornecidas pelos Estados-Membros em conformidade com o n.º 1. A Comissão assegurará as necessárias traduções do manual.

Artigo 14.º *Formulário normalizado para a transmissão dos pedidos e das decisões*

Serão criados, o mais tardar até 31 de Outubro de 2005, formulários normalizados para a transmissão dos pedidos e das decisões em conformidade com o procedimento referido no n.º 2 do artigo 15.º.

Artigo 15.º
Comité

1. A Comissão será assistida por um comité.
2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 3.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE.
3. O comité aprovará o seu regulamento interno.

Artigo 16.º
Pontos de contacto centrais

Os Estados-Membros devem designar um ponto de contacto central com o objectivo de:

- a) Contribuir para a execução do n.º 2 do artigo 13.º;
- b) Reforçar a cooperação e melhorar o intercâmbio de informações entre as autoridades de assistência e as autoridades de decisão dos Estados-Membros; e
- c) Prestar assistência e procurar soluções para ultrapassar eventuais dificuldades decorrentes da aplicação dos artigos 1.º a 10.º. Os pontos de contacto devem reunir-se regularmente.

Artigo 17.º
Disposições mais favoráveis

A presente directiva não obsta a que os Estados-Membros, na medida em que tais disposições sejam compatíveis com a presente directiva,

- a) Adoptem ou mantenham disposições mais favoráveis em benefício das vítimas da criminalidade ou de quaisquer outras pessoas afectadas por um crime;
- b) Adoptem ou mantenham disposições para efeitos de indemnização das vítimas de crimes praticados fora do seu território ou de qualquer outra pessoa afectada por tais crimes, sob reserva de eventuais condições que os Estados-Membros possam especificar para este efeito.

Artigo 18.º
Aplicação

1. Os Estados-Membros porão em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva o mais tardar até 1 de Janeiro de 2006, com excepção do n.º 2 do artigo 12.º, ao qual deverá ser dado cumprimento em 1 de Julho de 2005. Desse facto informarão imediatamente a Comissão.

2. Os Estados-Membros podem prever que as disposições necessárias para dar cumprimento à presente directiva se apliquem apenas a requerentes cujos danos resultem de crimes praticados após 30 de Junho de 2005.
3. Quando os Estados-Membros aprovarem essas disposições, estas devem incluir uma referência à presente directiva ou ser acompanhadas dessa referência aquando da sua publicação oficial. As modalidades dessa referência serão aprovadas pelos Estados-Membros.
4. Os Estados-Membros comunicarão à Comissão o texto das principais disposições de direito interno que adoptem no domínio regido pela presente directiva.

Artigo 19.º
Reexame

O mais tardar em 1 de Janeiro de 2009, a Comissão apresentará ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu um relatório sobre a aplicação da presente directiva.

Artigo 20.º
Entrada em vigor

A presente directiva entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 21.º
Destinatários

Os Estados-Membros são destinatários da presente directiva.

III. Conselho da Europa

Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais

Os Governos signatários, Membros do Conselho da Europa,

Considerando a Declaração Universal dos Direitos do Homem proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948,

Considerando que esta Declaração se destina a assegurar o reconhecimento e aplicação universais e efectivos dos direitos nela enunciados,

Considerando que a finalidade do Conselho da Europa é realizar uma união mais estreita entre os seus Membros e que um dos meios de alcançar esta finalidade é a protecção e o desenvolvimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais,

Reafirmando o seu profundo apego a estas liberdades fundamentais, que constituem as verdadeiras bases da justiça e da paz no mundo e cuja preservação repousa essencialmente, por um lado, num regime político verdadeiramente democrático e, por outro, numa concepção comum e no comum respeito dos direitos do homem,

Decididos, enquanto Governos de Estados Europeus animados no mesmo espírito, possuindo um património comum de ideais e tradições políticas, de respeito pela liberdade e pelo primado do direito, a tomar as primeiras providências apropriadas para assegurar a garantia colectiva de certo número de direitos enunciados na Declaração Universal,

Convencionaram o seguinte:

Artigo 1.º
Obrigações de respeitar os direitos do homem

As Altas Partes Contratantes reconhecem a qualquer pessoa dependente da sua jurisdição os direitos e liberdades definidos no título I da presente Convenção.

TÍTULO I

Direitos e Liberdades

Artigo 2.º

Direito à vida

1. O direito de qualquer pessoa à vida é protegido pela lei. Ninguém poderá ser intencionalmente privado da vida, salvo em execução de uma sentença capital pronunciada por um tribunal, no caso de o crime ser punido com esta pena pela lei.
2. Não haverá violação do presente artigo quando a morte resulte de recurso à força, tornado absolutamente necessário:
 - a) a) Para assegurar a defesa de qualquer pessoa contra uma violência ilegal;
 - b) b) Para efectuar uma detenção legal ou para impedir a evasão de uma pessoa detida legalmente;
 - c) c) Para reprimir, em conformidade com a lei, uma revolta ou uma insurreição.

Artigo 3.º

Proibição da tortura

Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes.

Artigo 4.º

Proibição da escravatura e do trabalho forçado

1. Ninguém pode ser mantido em escravidão ou servidão.
2. Ninguém pode ser constrangido a realizar um trabalho forçado ou obrigatório.
3. Não será considerado "trabalho forçado ou obrigatório" no sentido do presente artigo:
 - a) Qualquer trabalho exigido normalmente a uma pessoa submetida a detenção nas condições previstas pelo artigo 5.º da presente Convenção, ou enquanto estiver em liberdade condicional;
 - b) Qualquer serviço de carácter militar ou, no caso de objectores de consciência, nos países em que a objecção de consciência for reconhecida como legítima, qualquer outro serviço que substitua o serviço militar obrigatório;
 - c) Qualquer serviço exigido no caso de crise ou de calamidade que ameacem a vida ou o bem-estar da comunidade;
 - d) Qualquer trabalho ou serviço que fizer parte das obrigações cívicas normais.

Artigo 5.º
Direito à liberdade e à segurança

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança. Ninguém pode ser privado da sua liberdade, salvo nos casos seguintes e de acordo com o procedimento legal:
 - a) Se for preso em consequência de condenação por tribunal competente;
 - b) Se for preso ou detido legalmente, por desobediência a uma decisão tomada, em conformidade com a lei, por um tribunal, ou para garantir o cumprimento de uma obrigação prescrita pela lei;
 - c) Se for preso e detido a fim de comparecer perante a autoridade judicial competente, quando houver suspeita razoável de ter cometido uma infracção, ou quando houver motivos razoáveis para crer que é necessário impedi-lo de cometer uma infracção ou de se pôr em fuga depois de a ter cometido;
 - d) Se se tratar da detenção legal de um menor, feita com o propósito de o educar sob vigilância, ou da sua detenção legal com o fim de o fazer comparecer perante a autoridade competente;
 - e) Se se tratar da detenção legal de uma pessoa susceptível de propagar uma doença contagiosa, de um alienado mental, de um alcoólico, de um toxicómano ou de um vagabundo;
 - f) Se se tratar de prisão ou detenção legal de uma pessoa para lhe impedir a entrada ilegal no território ou contra a qual está em curso um processo de expulsão ou de extradição.
2. Qualquer pessoa presa deve ser informada, no mais breve prazo e em língua que compreenda, das razões da sua prisão e de qualquer acusação formulada contra ela.
3. Qualquer pessoa presa ou detida nas condições previstas no parágrafo 1, alínea c), do presente artigo deve ser apresentada imediatamente a um juiz ou outro magistrado habilitado pela lei para exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada num prazo razoável, ou posta em liberdade durante o processo. A colocação em liberdade pode estar condicionada a uma garantia que assegure a comparência do interessado em juízo.
4. Qualquer pessoa privada da sua liberdade por prisão ou detenção tem direito a recorrer a um tribunal, a fim de que este se pronuncie, em curto prazo de tempo, sobre a legalidade da sua detenção e ordene a sua libertação, se a detenção for ilegal.
5. Qualquer pessoa vítima de prisão ou detenção em condições contrárias às disposições deste artigo tem direito a indemnização.

Artigo 6.º
Direito a um processo equitativo

1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.

2. Qualquer pessoa acusada de uma infracção presume-se inocente enquanto a sua culpabilidade não tiver sido legalmente provada.

3. O acusado tem, como mínimo, os seguintes direitos:

- a) Ser informado no mais curto prazo, em língua que entenda e de forma minuciosa, da natureza e da causa da acusação contra ele formulada;
- b) Dispor do tempo e dos meios necessários para a preparação da sua defesa;
- c) Defender-se a si próprio ou ter a assistência de um defensor da sua escolha e, se não tiver meios para remunerar um defensor, poder ser assistido gratuitamente por um defensor oficioso, quando os interesses da justiça o exigirem;
- d) Interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e obter a convocação e o interrogatório das testemunhas de defesa nas mesmas condições que as testemunhas de acusação;
- e) Fazer-se assistir gratuitamente por intérprete, se não compreender ou não falar a língua usada no processo.

Artigo 7.º
Princípio da legalidade

1. Ninguém pode ser condenado por uma acção ou uma omissão que, no momento em que foi cometida, não constituía infracção, segundo o direito nacional ou internacional. Igualmente não pode ser imposta uma pena mais grave do que a aplicável no momento em que a infracção foi cometida.

2. O presente artigo não invalidará a sentença ou a pena de uma pessoa culpada de uma acção ou de uma omissão que, no momento em que foi cometida, constituía crime segundo os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas.

Artigo 8.º

Direito ao respeito pela vida privada e familiar

1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência.

2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros.

Artigo 9.º

Liberdade de pensamento, de consciência e de religião

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou colectivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.

2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à protecção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à protecção dos direitos e liberdades de outrem.

Artigo 10.º

Liberdade de expressão

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia.

2. O exercício desta liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial.

Artigo 11.º
Liberdade de reunião e de associação

1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

2. O exercício deste direito só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros. O presente artigo não proíbe que sejam impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado.

Artigo 12.º
Direito ao casamento

A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de se casar e de constituir família, segundo as leis nacionais que regem o exercício deste direito.

Artigo 13.º
Direito a um recurso efectivo

Qualquer pessoa cujos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção tiverem sido violados tem direito a recurso perante uma instância nacional, mesmo quando a violação tiver sido cometida por pessoas que actuem no exercício das suas funções oficiais.

Artigo 14.º
Proibição de discriminação

O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua,

religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

Artigo 15.º
Derrogação em caso de estado de necessidade

1. Em caso de guerra ou de outro perigo público que ameace a vida da nação, qualquer Alta Parte Contratante pode tomar providências que derroguem as obrigações previstas na presente Convenção, na estrita medida em que o exigir a situação, e em que tais providências não estejam em contradição com as outras obrigações decorrentes do direito internacional.

2. A disposição precedente não autoriza nenhuma derrogação ao artigo 2.º, salvo quanto ao caso de morte resultante de actos lícitos de guerra, nem aos artigos 3.º, 4.º (parágrafo 1) e 7.º.

3. Qualquer Alta Parte Contratante que exercer este direito de derrogação manterá completamente informado o Secretário-Geral do Conselho da Europa das providências tomadas e dos motivos que as provocaram. Deverá igualmente informar o Secretário-Geral do Conselho da Europa da data em que essas disposições tiverem deixado de estar em vigor e da data em que as da Convenção voltarem a ter plena aplicação.

Artigo 16.º
Restrições à actividade política dos estrangeiros

Nenhuma das disposições dos artigos 10.º, 11.º e 14.º pode ser considerada como proibição às Altas Partes Contratantes de imporem restrições à actividade política dos estrangeiros.

Artigo 17.º
Proibição do abuso de direito

Nenhuma das disposições da presente Convenção se pode interpretar no sentido de implicar para um Estado, grupo ou indivíduo qualquer direito de se dedicar a actividade ou praticar actos em ordem à destruição dos direitos ou liberdades reconhecidos na presente Convenção ou a maiores limitações de tais direitos e liberdades do que as previstas na Convenção.

*Artigo 18.º**Limitação da aplicação de restrições aos direitos*

As restrições feitas nos termos da presente Convenção aos referidos direitos e liberdades só podem ser aplicadas para os fins que foram previstas.

***Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta
Contra o Tráfico de Seres Humanos******Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008.***

Aprova a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Aprovar a Convenção Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos do Conselho da Europa, aberta à assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005 e assinada por Portugal na respectiva data de abertura, cujo texto, na versão autêntica nas línguas inglesa e francesa, assim como a respectiva tradução para língua portuguesa, se publicam em anexo.

Artigo 2.º

Nos termos do n.º 2 do artigo 31.º é formulada a seguinte reserva:

«Relativamente às competências previstas nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 31.º, a República Portuguesa declara que não aplicará as normas de competência aí estabelecidas, em virtude da legislação penal portuguesa estabelecer critérios de competência mais rigorosos e abrangentes do que os previstos nas alíneas supra-referidas.»

Convenção do Conselho da Europa relativa à luta contra o tráfico de seres humanos.

Os Estados-Membros do Conselho da Europa e os restantes signatários da presente Convenção:

Considerando que o objectivo do Conselho da Europa é o de realizar uma união mais estreita entre os seus membros;

Considerando que o tráfico de seres humanos constitui uma violação dos direitos humanos e uma ofensa à dignidade e à integridade do ser humano;

Considerando que o tráfico de seres humanos pode conduzir a uma situação de escravidão para as vítimas;

Considerando que o respeito dos direitos das vítimas e a sua protecção, bem como a luta contra o tráfico de seres humanos, devem constituir objectivos primordiais;

Considerando que qualquer acção ou iniciativa no domínio da luta contra o tráfico de seres humanos deve ser não discriminatória e deve ter em consideração tanto a igualdade entre as mulheres e os homens como uma abordagem baseada nos direitos da criança;

Relembrando as declarações dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros por ocasião das 112.^a (14 e 15 de Maio de 2003) e 114.^a (12 e 13 de Maio de 2004) Sessões do Comité de Ministros, apelando a uma acção reforçada do Conselho da Europa no domínio do tráfico de seres humanos;

Tendo presente a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (1950) e os seus protocolos;

Tendo presentes as seguintes Recomendações do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa: Recomendação R (91) 11 sobre a exploração sexual, a pornografia, a prostituição, bem como sobre o tráfico de crianças e de jovens; Recomendação R (97) 13 sobre a intimidação das testemunhas e os direitos de defesa; Recomendação R (2000) 11 sobre a luta contra o tráfico de seres humanos com o fim de exploração sexual; Recomendação Rec (2001) 16 sobre a protecção das crianças contra a exploração sexual; Recomendação Rec. (2002) 5 sobre a protecção das mulheres contra a violência;

Tendo presentes as seguintes Recomendações da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa: Recomendação n.º 1325 (1997) relativa ao tráfico das mulheres e à prostituição forçada nos Estados-Membros do Conselho da Europa; Recomendação n.º 1450 (2000) sobre a violência contra as mulheres na Europa; Recomendação n.º 1545 (2002) relativa a campanhas de luta contra o tráfico de mulheres; Recomendação n.º 1610 (2003) relativa às migrações ligadas ao tráfico de mulheres e à prostituição; Recomendação n.º 1611 (2003) relativa ao tráfico de órgãos na Europa; Recomendação n.º 1663 (2004) sobre a escravatura doméstica: servidão, pessoas colocadas au pair e esposas obtidas por correspondência;

Tendo presentes a Decisão Quadro do Conselho da Europa, de 19 de Julho de 2002, relativa à luta contra o tráfico de seres humanos, bem como a Decisão Quadro do Conselho da União Europeia, de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal, e a Directiva do Conselho da União Europeia, de 29 de Abril de 2004, relativa ao título de residência concedido aos nacionais de países terceiros que sejam vítimas de tráfico de seres humanos ou objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal e que cooperem com as autoridades competentes;

Tendo em devida consideração a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e respectivo Protocolo Adicional Que Visa Prevenir, Suprimir e Sancionar o Tráfico de Seres Humanos, particularmente as Mulheres e as Crianças, com vista a reforçar a protecção assegurada por estes instrumentos e a desenvolver as normas neles enunciadas;

Tendo em devida consideração outros instrumentos jurídicos internacionais pertinentes no domínio da luta contra o tráfico de seres humanos;

Tendo em consideração a necessidade de elaborar um instrumento jurídico internacional global centrado nos direitos humanos das vítimas de tráfico e que crie um mecanismo de acompanhamento específico; acordaram no seguinte:

Artigo 1.º *Finalidade da Convenção*

1. A presente Convenção tem por finalidade:
 - a) Prevenir e lutar contra o tráfico de seres humanos, garantindo a igualdade entre mulheres e homens;
 - b) Proteger os direitos humanos das vítimas de tráfico, estabelecer um quadro completo de protecção e de assistência às vítimas e às testemunhas garantindo

a igualdade entre mulheres e homens, bem como assegurar investigações e procedimentos eficazes;

- c) Promover a cooperação internacional no domínio da luta contra o tráfico de seres humanos.

2. A fim de garantir uma aplicação eficaz das suas disposições pelas Partes, a presente Convenção cria um mecanismo de acompanhamento específico.

Artigo 2.º *Âmbito de aplicação*

A presente Convenção será aplicável a todas as formas de tráfico de seres humanos, de âmbito nacional ou internacional, independentemente da sua ligação ou não ligação à criminalidade organizada.

Artigo 3.º *Princípio da não discriminação*

A aplicação da presente Convenção pelas Partes, em particular das medidas que visam proteger e promover os direitos das vítimas, deverá ser assegurada sem qualquer discriminação com base no sexo, na raça, na cor, na língua, na religião, nas opiniões políticas ou outras, na origem nacional ou social, na pertença a uma minoria nacional, na riqueza, no nascimento ou em qualquer outra situação.

Artigo 4.º *Definições*

Para efeitos da presente Convenção:

- a) «Tráfico de seres humanos» designa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa com autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de «tráfico de seres humanos» à exploração referida na alínea a) do presente artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios indicados na alínea a) do presente artigo;

- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração deverão ser considerados «tráfico de seres humanos» mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo;
- d) «Criança» designa qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos;
- e) «Vítima» designa qualquer pessoa física sujeita a tráfico de seres humanos conforme definido no presente artigo.

Artigo 5.º
Prevenção do tráfico de seres humanos

1. Cada uma das Partes tomará medidas que visem estabelecer ou reforçar a coordenação, a nível nacional, entre as diferentes entidades responsáveis pela prevenção e pela luta contra o tráfico de seres humanos.
2. Cada uma das Partes criará e ou apoiará políticas e programas eficazes a fim de prevenir o tráfico de seres humanos através de meios como: pesquisas; campanhas de informação, sensibilização e educação; iniciativas sociais e económicas e programas de formação, particularmente dirigidos a pessoas vulneráveis ao tráfico e aos profissionais envolvidos na luta contra o tráfico de seres humanos.
3. Cada uma das Partes promoverá uma abordagem baseada nos direitos humanos e na igualdade entre mulheres e homens, bem como uma abordagem que respeite as crianças, no desenvolvimento, na implementação e na avaliação do conjunto de políticas e programas referidos no n.º 2.
4. Cada uma das Partes tomará as medidas adequadas, que se mostrem necessárias, para garantir que as migrações serão feitas de forma legal, em particular mediante a difusão de informações exactas pelos respectivos serviços sobre as condições de entrada e permanência legais no seu território.
5. Cada uma das Partes tomará medidas específicas por forma a reduzir a vulnerabilidade das crianças relativamente ao tráfico, designadamente criando, para elas, um ambiente protector.
6. As medidas previstas em conformidade com o presente artigo abrangerão, se for caso disso, as organizações não governamentais, outras organizações competentes e outros sectores da sociedade civil envolvidos na prevenção do tráfico de seres humanos, na protecção ou na assistência às vítimas.

Artigo 6.º
Medidas para desencorajar a procura

A fim de desencorajar a procura que favorece todas as formas de exploração das pessoas, em particular de mulheres e crianças, conducente ao tráfico, cada uma das Partes adoptará ou reforçará medidas legislativas, administrativas, educativas, sociais, culturais ou outras, incluindo:

- a) Pesquisas sobre as melhores práticas, métodos e estratégias;
- b) Medidas visando a consciencialização da responsabilidade e do importante papel dos meios de comunicação e da sociedade civil na identificação da procura como uma das causas profundas do tráfico de seres humanos;
- c) Campanhas de informação direccionadas, envolvendo, se apropriado, as autoridades públicas e os decisores políticos, entre outros;
- d) Medidas preventivas que incluam programas educativos destinados às raparigas e aos rapazes em fase de escolaridade, que sublinhem o carácter inaceitável da discriminação com base no sexo e as suas consequências nefastas, a importância da igualdade entre mulheres e homens, bem como a dignidade e a integridade de cada ser humano.

Artigo 7.º
Medidas nas fronteiras

1. Sem prejuízo dos compromissos internacionais relativos à livre circulação de pessoas, as Partes reforçarão, na medida do possível, os controlos fronteiriços necessários para prevenir e detectar o tráfico de seres humanos.
2. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras apropriadas para prevenir, na medida do possível, a utilização de meios de transporte explorados por transportadores comerciais para a prática de infracções penais previstas em conformidade com a presente Convenção.
3. Se for caso disso, e sem prejuízo das convenções internacionais aplicáveis, tais medidas deverão prever, em particular, a obrigação de os transportadores comerciais, incluindo qualquer empresa de transportes, proprietário ou operador de qualquer meio de transporte, verificarem se todos os passageiros são portadores dos documentos de viagem exigidos para a entrada no Estado de acolhimento.
4. Cada uma das Partes tomará as medidas necessárias, em conformidade com o seu direito interno, para prever sanções em caso de incumprimento da obrigação referida no n.º 3 do presente artigo.

5. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias que lhe permitam, em conformidade com o seu direito interno, recusar a entrada ou revogar os vistos de pessoas envolvidas na prática das infracções previstas em conformidade com a presente Convenção.

6. As Partes intensificarão a cooperação entre os seus serviços de controlo de fronteiras, em particular criando e mantendo canais de comunicação directos.

Artigo 8.º *Segurança e controlo dos documentos*

Cada uma das Partes tomará as medidas necessárias para:

- a) Assegurar que a qualidade dos documentos de viagem ou de identidade por si emitidos dificulte a sua utilização indevida ou a sua falsificação ou alteração, bem como a sua reprodução ou emissão ilícitas; e
- b) Assegurar a integridade e a segurança dos documentos de viagem ou de identidade emitidos por si ou em seu nome, bem como para impedir que tais documentos sejam produzidos e emitidos de forma ilícita.

Artigo 9.º *Legitimidade e validade dos documentos*

A pedido de qualquer uma das outras Partes, uma Parte verificará, em conformidade com o seu direito interno e num prazo razoável, a legitimidade e a validade dos documentos de viagem ou de identidade emitidos ou supostamente emitidos em seu nome de que se suspeite terem sido utilizados para o tráfico de seres humanos.

Artigo 10.º *Identificação das vítimas*

1. Cada uma das Partes assegurar-se-á de que as suas autoridades competentes dispõem de pessoas formadas e qualificadas no domínio da prevenção e da luta contra o tráfico de seres humanos, bem como da identificação das vítimas, em particular das crianças, e do apoio a estas últimas, assegurando-se ainda que as diversas autoridades envolvidas colaboram entre si e com as organizações com funções de apoio, de modo a permitir a identificação das vítimas num processo que tenha em consideração a situação específica das mulheres e das crianças vítimas e, nos casos apropriados, a emissão de autorizações de permanência de acordo com as condições previstas no artigo 14.º da presente Convenção.

2. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras que se mostrem necessárias para identificar as vítimas, se for caso disso, em colaboração com outras Partes e com as organizações com funções de apoio. Cada uma das Partes garantirá que, caso as autoridades competentes entendam haver motivos razoáveis para crer que uma pessoa foi vítima de tráfico de seres humanos, tal pessoa não será expulsa do seu território até à conclusão do processo de identificação enquanto vítima da infracção prevista no artigo 18.º da presente Convenção, pelas autoridades competentes, e que beneficiará da assistência prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º

3. Em caso de incerteza quanto à idade da vítima e desde que haja razões para crer que se trata de uma criança, presumir-se-á que se trata de uma criança e ser-lhe-ão concedidas medidas de protecção específicas até que a sua idade seja determinada.

4. Logo que uma criança não acompanhada seja identificada como vítima, cada uma das Partes:

- a) Providenciará pela sua representação através de um tutor legal, de uma organização ou de uma autoridade encarregada de agir em conformidade com os seus superiores interesses;
- b) Tomará as medidas que considere necessárias para determinar a sua idade e a sua nacionalidade;
- c) Desenvolverá todos os esforços no sentido de localizar a família da criança, desde que tal seja do seu superior interesse.

Artigo 11.º *Protecção da vida privada*

1. Cada uma das Partes protegerá a vida privada e a identidade das vítimas. Os dados de natureza pessoal que lhes digam respeito serão registados e utilizados nas condições previstas pela Convenção para a Protecção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Carácter Pessoal (STE n.º 108).

2. Cada uma das Partes tomará medidas que, em particular, garantam que a identidade, ou os elementos que permitam a identificação, de uma criança vítima de tráfico não serão tornados públicos pelos meios de comunicação ou outros, excepto se, em circunstâncias excepcionais, tal publicidade facilitar a localização de membros da família da criança ou garantir, de outro modo, o seu bem-estar e a sua protecção.

3. Cada uma das Partes considerará a adopção, em conformidade com o artigo 10.º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais,

de medidas que visem encorajar os meios de comunicação a proteger a vida privada e a identidade das vítimas através da auto-regulação ou de medidas de regulação ou co-regulação.

Artigo 12.º
Assistência às vítimas

1. Cada uma das Partes tomará as medidas legislativas ou outras necessárias para auxiliar as vítimas na sua recuperação física, psicológica e social. Tal assistência incluirá, pelo menos:

- a) Condições de vida susceptíveis de garantir a sua subsistência através de acomodação adequada e segura, apoio psicológico e material;
- b) Acesso a cuidados médicos de urgência;
- c) Ajuda em matéria de tradução e interpretação, se necessário;
- d) Aconselhamento e prestação de informações, nomeadamente sobre os direitos que a lei lhes reconhece e sobre os serviços postos à sua disposição, numa língua que compreendam;
- e) Assistência para que os seus direitos e interesses sejam assegurados e tidos em conta em todas as fases do procedimento penal instaurado contra os autores das infracções;
- f) Acesso das crianças à educação.

2. Cada uma das Partes tomará em devida consideração a necessidade de segurança e protecção das vítimas.

3. Cada uma das Partes fornecerá, ainda, a assistência médica necessária ou qualquer outro tipo de assistência às vítimas que residam legalmente no seu território, que não disponham dos recursos adequados e dela necessitem.

4. Cada uma das Partes estabelecerá as regras segundo as quais as vítimas legalmente residentes no seu território poderão aceder ao mercado de trabalho, à formação profissional e ao ensino.

5. Cada uma das Partes tomará medidas, conforme se mostre apropriado e nas condições previstas pelo seu direito interno, para cooperar com as organizações não governamentais, com outras organizações competentes ou outros sectores da sociedade civil envolvidos na assistência às vítimas.

6. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir que a assistência a uma vítima não fique condicionada à sua disponibilidade para testemunhar.

7. Para efeitos de aplicação das disposições previstas no presente artigo, cada uma das Partes garantirá que os serviços serão prestados numa base consensual e esclarecida, sendo dada devida consideração às necessidades específicas das pessoas em situação vulnerável e aos direitos das crianças em matéria de acomodação, educação e cuidados de saúde adequados.

Artigo 13.º *Período de restabelecimento e reflexão*

1. Cada uma das Partes consagrará, no seu direito interno, um período de, pelo menos, 30 dias para restabelecimento e reflexão se houver motivos razoáveis para crer que determinada pessoa é uma vítima. O referido período deverá ter uma duração que permita à pessoa a que respeita restabelecer-se e escapar à influência de traficantes, bem como tomar uma decisão esclarecida relativamente à sua cooperação com as autoridades competentes. Durante esse período, não deverá ser executada qualquer medida de expulsão que lhe respeite. Esta disposição não prejudicará quaisquer diligências por parte das autoridades competentes nas diferentes fases do processo aplicável a nível interno, em particular na fase de investigação e procedimento das infracções criminais. Durante tal período, as Partes autorizarão a permanência dessa pessoa no seu território.

2. Durante o mesmo período, as pessoas referidas no n.º 1 do presente artigo terão direito a usufruir das medidas previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º.

3. As Partes não serão obrigadas a respeitar o referido período com fundamento em razões de ordem pública ou sempre que se afigure que a qualidade de vítima é invocada indevidamente.

Artigo 14.º *Autorização de residência*

1. Cada uma das Partes emitirá uma autorização de residência renovável, em nome das vítimas, sempre que se verifique um ou ambos os seguintes casos:

- a) A autoridade competente considere que a permanência das vítimas se mostra necessária devido à sua situação pessoal;

- b) A autoridade competente considere que a permanência das vítimas se mostra necessária para efeitos de cooperação com as autoridades competentes para a investigação ou para a instauração de procedimento criminal.
2. A autorização de residência das crianças vítimas, se legalmente necessária, será emitida em conformidade com o seu superior interesse e, se for caso disso, renovada nas mesmas condições.
3. A não renovação ou a retirada de uma autorização de residência ficará sujeita às condições previstas no direito interno da Parte.
4. Se uma vítima solicitar um título de residência de outra categoria, a respectiva Parte terá em consideração o facto de a vítima ter beneficiado ou beneficiar de uma autorização de residência emitida nos termos do n.º 1.
5. Relativamente às obrigações das Partes previstas no artigo 40.º da presente Convenção, cada uma das Partes assegurar-se-á de que a emissão de uma autorização em conformidade com esta disposição não prejudicará o direito de solicitar asilo e dele beneficiar.

Artigo 15.º *Indemnização e apoio*

1. Cada uma das Partes deverá assegurar às vítimas, desde o seu primeiro contacto com as autoridades competentes, o acesso a informação sobre procedimentos judiciais e administrativos aplicáveis, numa língua que compreendam.
2. Cada uma das Partes consagrará, no seu direito interno, o direito à assistência e ao apoio jurídico gratuito para as vítimas, nas condições previstas pelo seu direito interno.
3. Cada uma das Partes consagrará, no seu direito interno, o direito das vítimas a serem indemnizadas pelos autores das infracções.
4. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir a indemnização das vítimas, nas condições previstas no seu direito interno, mediante, por exemplo, a criação de um fundo de indemnização às vítimas ou outras medidas ou programas destinados à assistência e à integração social das vítimas, podendo ser financiados pelos valores resultantes da aplicação das medidas previstas no artigo 23.º.

Artigo 16.º
Repatriamento e regresso das vítimas

1. A Parte de que uma vítima seja nacional ou na qual tinha o direito de residir a título permanente no momento da sua entrada no território da Parte de acolhimento facilitará e aceitará, tendo em devida consideração os direitos, a segurança e a dignidade da pessoa, o seu regresso sem atraso injustificado ou não razoável.

2. Sempre que uma Parte reenviar uma vítima para outro Estado, tal regresso terá em devida consideração os direitos, a segurança e a dignidade da pessoa, bem como o estado de qualquer processo judicial relacionado com o seu estatuto de vítima, devendo o regresso ser preferencialmente voluntário.

3. A pedido de uma Parte de acolhimento, a Parte requerida verificará se uma determinada pessoa é seu nacional ou tinha o direito de residir, a título permanente, no seu território aquando da sua entrada no território da Parte de acolhimento.

4. A fim de facilitar o regresso de uma vítima que não possua os documentos exigidos, a Parte de que tal pessoa seja nacional ou na qual tinha o direito de residir a título permanente aquando da sua entrada no território da Parte de acolhimento aceitará emitir, a pedido da Parte de acolhimento, os documentos de viagem ou qualquer outra autorização necessária para permitir à pessoa deslocar-se e reentrar no seu território.

5. Cada uma das Partes tomará as medidas legislativas ou outras necessárias para implementar programas de repatriamento com a participação das instituições nacionais ou internacionais e das organizações não governamentais.

Tais programas visam evitar a revitimização. Cada uma das Partes deverá efectuar todos os esforços para facilitar a reinserção social das vítimas no Estado de regresso, incluindo a reinserção no sistema educativo e no mercado de trabalho em particular através da aquisição e do aperfeiçoamento dos conhecimentos profissionais. Relativamente às crianças, tais programas deverão incluir o gozo do direito à educação e medidas que visem garantir uma protecção ou um acolhimento adequados pelas famílias ou por estruturas de acolhimento apropriadas.

6. Cada uma das Partes tomará as medidas legislativas ou outras necessárias para disponibilizar às vítimas, se necessário em colaboração com qualquer uma das Partes envolvidas, informação sobre as entidades que lhes poderão prestar auxílio no país para onde regressem ou para onde sejam repatriadas, tais como os serviços responsáveis

pelo cumprimento da lei, as organizações não governamentais, as entidades jurídicas com capacidade para lhes prestarem aconselhamento e os organismos de acção social.

7. As crianças vítimas não serão repatriadas para um Estado se, após uma avaliação sobre os riscos e a segurança, se considerar que o seu regresso não corresponde ao seu superior interesse.

Artigo 17.º *Igualdade entre mulheres e homens*

Ao aplicar as medidas previstas no presente capítulo, cada uma das Partes procurará promover a igualdade entre mulheres e homens, tomando-a em consideração para fins de desenvolvimento, implementação e avaliação de tais medidas.

Artigo 18.º *Criminalização do tráfico de seres humanos*

Cada uma das Partes procurará adoptar as medidas legislativas e outras necessárias para qualificar como infracções penais os actos referidos no artigo 4.º da presente Convenção, quando praticados intencionalmente.

Artigo 19.º *Criminalização da utilização dos serviços de uma vítima*

Cada uma das Partes procurará adoptar as medidas legislativas e outras necessárias para qualificar como infracção penal, nos termos do seu direito interno, a utilização dos serviços que constituem objecto da exploração referida na alínea a) do artigo 4.º da presente Convenção, com conhecimento de que a pessoa em causa é vítima de tráfico de seres humanos.

Artigo 20.º *Criminalização dos actos relativos aos documentos de viagem ou de identificação*

Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras necessárias para qualificar como infracções penais os seguintes actos, quando cometidos intencionalmente e para permitir o tráfico de seres humanos:

- a) Fabricar um documento de viagem ou de identidade falso;
- b) Obter ou fornecer tal documento;
- c) Reter, subtrair, alterar, danificar ou destruir um documento de viagem ou de identidade de outra pessoa.

Artigo 21.º
Auxílio, instigação e tentativa

1. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para que sejam abrangidas pela norma incriminadora qualquer forma de auxílio ou instigação, quando intencionais, com vista à prática de qualquer uma das infracções previstas nos artigos 18.º e 20.º da presente Convenção.
2. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para que seja abrangida pela norma incriminadora a tentativa, desde que intencional, para praticar qualquer uma das infracções penais previstas no artigo 18.º e da alínea a) do artigo 20.º da presente Convenção.

Artigo 22.º
Responsabilidade das pessoas colectivas

1. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis pelas infracções previstas nos termos da presente Convenção cometidas em seu benefício por qualquer pessoa singular, agindo individualmente ou como membro de um órgão da pessoa colectiva, que nela ocupe uma posição dominante baseada em:
 - a) Poderes de representação da pessoa colectiva;
 - b) Autoridade para tomar decisões em nome da pessoa colectiva;
 - c) Autoridade para exercer controlo no seio da pessoa colectiva.
2. Para além dos casos previstos no n.º 1, cada uma das Partes adoptará as medidas necessárias para garantir que as pessoas colectivas possam ser consideradas responsáveis sempre que a falta de vigilância ou de controlo por parte de uma pessoa referida no n.º 1 tenha tornado possível a prática de uma infracção prevista nos termos da presente Convenção, em benefício dessa pessoa colectiva, por uma pessoa singular sujeita à sua autoridade.
3. De acordo com os princípios jurídicos da Parte, a responsabilidade de uma pessoa colectiva poderá ser de natureza penal, civil ou administrativa.
4. Tal responsabilidade será estabelecida sem prejuízo da responsabilidade penal das pessoas singulares que tenham cometido a infracção.

Artigo 23.º *Sanções e medidas*

1. Cada uma das Partes adoptará as medidas que se revelem necessárias para garantir que as infracções previstas nos artigos 18.º a 21.º sejam punidas com sanções eficazes, proporcionais e dissuasoras. Tais sanções incluirão, relativamente às infracções previstas no artigo 18.º cometidas por pessoas singulares, sanções privativas de liberdade que possam dar lugar a extradição.
2. Cada uma das Partes assegurará que as pessoas colectivas consideradas responsáveis nos termos do artigo 22.º sejam sujeitas a sanções ou medidas efectivas, proporcionadas e dissuasoras, de natureza penal ou outra, incluindo sanções pecuniárias.
3. Cada uma das Partes adoptará as medidas que se revelem necessárias para lhe permitir decretar a perda ou de, de outro modo, impedir a utilização dos instrumentos e produtos das infracções penais previstas nos termos do artigo 18.º e na alínea a) do artigo 20.º da presente Convenção, ou dos bens cujo valor corresponda a tais produtos.
4. Cada uma das Partes adoptará as medidas que se revelem necessárias para permitir o encerramento temporário ou definitivo de qualquer estabelecimento utilizado para a prática do tráfico de seres humanos, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé, ou para interditar o autor dessa infracção, a título temporário ou definitivo, do exercício da actividade no âmbito da qual a infracção foi cometida.

Artigo 24.º *Circunstâncias agravantes*

Cada uma das Partes assegurará que as circunstâncias seguintes serão consideradas circunstâncias agravantes na determinação da sanção a impor relativamente às infracções previstas nos termos do artigo 18.º da presente Convenção:

- a) A infracção ter colocado em perigo a vida da vítima, deliberadamente ou por negligência grave;
- b) A infracção ter sido cometida contra uma criança;
- c) A infracção ter sido cometida por um agente público no exercício das suas funções;
- d) A infracção ter sido cometida no quadro de uma organização criminosa.

Artigo 25.º
Condenações anteriores

Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras para que seja prevista a possibilidade de serem tomadas em consideração, no âmbito da ponderação da pena a aplicar, as decisões finais tomadas numa outra Parte relativamente a infracções penais previstas em conformidade com a presente Convenção.

Artigo 26.º
Não aplicação de sanções

Cada uma das Partes deverá prever, em conformidade com os princípios fundamentais do seu sistema jurídico, a possibilidade de não aplicar sanções às vítimas por terem participado em actividades ilícitas desde que a tal tenham sido obrigadas.

Artigo 27.º
Pedidos ex parte e ex-officio

1. Cada uma das Partes garantirá que as investigações ou os procedimentos relativos a infracções previstas em conformidade com a presente Convenção não ficarão sujeitos a denúncia ou acusação feita por uma vítima, pelo menos nos casos em que a infracção tiver sido cometida, no todo ou em parte, no seu território.
2. Cada uma das Parte garantirá que as vítimas de uma infracção cometida no território de uma Parte diferente daquela em que residem possam apresentar queixa junto das autoridades competentes do respectivo Estado de residência. Se a autoridade competente junto da qual a queixa foi apresentada não tiver competência na matéria, deverá transmiti-la sem demora à autoridade competente da Parte em cujo território a infracção foi cometida. Tal queixa será tratada em conformidade com o direito interno da Parte em que a infracção foi cometida.
3. Cada uma das Partes garantirá, através de medidas legislativas ou outras e nas condições previstas no seu direito interno, aos grupos, às fundações, às associações ou às organizações não governamentais cujo objectivo seja a luta contra o tráfico de seres humanos ou a protecção dos direitos da pessoa humana a possibilidade de prestar assistência e ou apoiar a vítima, com o consentimento desta, nos procedimentos criminais relativos às infracções previstas, de acordo como o artigo 18.º da presente Convenção.

*Artigo 28.º**Protecção das vítimas, testemunhas e pessoas que colaborem com as autoridades judiciárias*

1. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir uma protecção efectiva e adequada face às possíveis represálias ou acções de intimidação, em particular durante ou após a conclusão de investigações e procedimentos criminais contra os autores de infracções, a favor:

- a) Das vítimas;
- b) Se apropriado, das pessoas que prestem informação acerca da prática de infracções penais previstas no artigo 18.º da presente Convenção ou que colaborem, por qualquer outra forma, com as autoridades encarregadas de proceder às investigações e de instaurar procedimentos criminais;
- c) Das testemunhas cujos depoimentos digam respeito a infracções criminais previstas no artigo 18.º da presente Convenção;
- d) Se necessário, dos familiares das pessoas referidas nas alíneas a) e c).

2. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir e oferecer diversas formas de protecção. Tais medidas poderão incluir a protecção física, a atribuição de um novo local de residência, a alteração de identidade e a ajuda na obtenção de emprego.

3. As crianças beneficiarão de medidas de protecção especiais tendo em consideração o seu superior interesse.

4. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir, se necessário, uma protecção apropriada aos membros dos grupos, das fundações, das associações ou das organizações não governamentais que exerçam uma ou várias das actividades referidas no n.º 3 do artigo 27.º, face às possíveis represálias ou acções de intimidação, em particular durante ou após a conclusão de investigações e procedimentos criminais contra os autores de infracções.

5. Cada uma das Parte procurará concluir acordos ou convénios com outros Estados com o objectivo de implementar o disposto no presente artigo.

Artigo 29.º
Autoridades especializadas e serviços de coordenação

1. Cada uma das Partes adoptará as medidas necessárias para a especialização de pessoas ou entidades na luta contra o tráfico de seres humanos e na protecção das vítimas. Tais pessoas ou entidades disporão da necessária independência, de acordo com os princípios fundamentais do sistema jurídico dessa Parte, para que possam exercer as suas funções de forma eficaz e estejam livres de qualquer pressão ilícita. As referidas pessoas ou o pessoal das referidas entidades deverão dispor de formação e de recursos financeiros adequados às funções que exercem.
2. Cada uma das Partes adoptará as medidas necessárias para garantir a coordenação das políticas e das actividades dos serviços integrados na sua administração e dos outros organismos públicos envolvidos na luta contra o tráfico de seres humanos, se necessário criando serviços de coordenação.
3. Cada uma das Partes assegurará ou reforçará a formação dos funcionários responsáveis pela prevenção e pela luta contra o tráfico de seres humanos, incluindo a formação sobre os direitos da pessoa humana. A formação poderá ser adaptada aos diferentes serviços e incidirá, se for caso disso, sobre os métodos utilizados para impedir o tráfico, perseguir judicialmente os seus autores e proteger os direitos das vítimas, incluindo a protecção das vítimas contra os traficantes.
4. Cada uma das Partes procurará nomear relatores nacionais ou criar outros mecanismos responsáveis pelo acompanhamento das actividades de luta contra o tráfico desenvolvidas pelas instituições estatais e pela implementação das obrigações previstas na legislação nacional.

Artigo 30.º
Processos judiciais

No respeito da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, em particular do seu artigo 6.º, cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir, no decurso dos procedimentos judiciais:

- a) A protecção da vida privada das vítimas e, se for caso disso, da sua identidade;
- b) A segurança das vítimas e a sua protecção contra acções de intimidação; segundo as condições previstas no seu direito interno e, tratando-se de crianças-vítimas, tendo em particular consideração as necessidades das crianças e assegurando o seu direito a medidas de protecção específicas.

Artigo 31.º *Competência*

1. Cada uma das Partes adoptará as medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para estabelecer a sua competência relativamente às infracções criminais previstas em conformidade com a presente Convenção, sempre que a infracção for cometida:

- a) No seu território; ou
- b) A bordo de um navio arvorando o pavilhão dessa Parte; ou
- c) A bordo de uma aeronave com matrícula conforme às leis dessa Parte; ou
- d) Por um dos seus nacionais, ou por um apátrida com residência habitual no seu território, se a infracção for criminalmente punível no local onde foi cometida ou se não for da competência territorial de qualquer Estado;
- e) Contra um dos seus nacionais.

2. Cada uma das Partes poderá, no momento da assinatura ou do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, mediante declaração dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, referir que se reserva o direito de não aplicar, ou de só aplicar em condições e casos específicos, as normas de competência estabelecidas nas alíneas d) e e) do n.º 1 do presente artigo, ou numa parte das referidas alíneas.

3. Cada uma das Partes adoptará as medidas necessárias para estabelecer a sua competência relativamente a qualquer uma das infracções referidas na presente Convenção, nos casos em que o presumível autor se encontre no seu território e não possa ser extraditado para uma outra Parte apenas em razão da sua nacionalidade, após um pedido de extradição.

4. Se várias Partes invocarem competência relativamente a uma presumível infracção prevista de acordo com a presente Convenção, tais Partes acordarão entre si, se tal se mostrar adequado, sobre qual delas está em melhores condições para exercer a acção penal.

5. Sem prejuízo das regras gerais de direito internacional, a presente Convenção não exclui qualquer competência em matéria criminal exercida por uma Parte em conformidade com o seu direito interno.

Artigo 32.º *Princípios gerais e medidas de cooperação internacional*

As Partes cooperarão entre si, nos termos da presente Convenção, aplicando os relevantes instrumentos internacionais e regionais aplicáveis, os convénios baseados

em legislações uniformes ou recíprocas e os respectivos direitos internos, o mais amplamente possível para:

- a) Prevenir e combater o tráfico de seres humanos;
- b) Proteger e prestar assistência às vítimas;
- c) Proceder a investigações ou instaurar processos relativamente a infracções penais previstas nos termos da presente Convenção.

Artigo 33.º

Medidas relativas a pessoas ameaçadas ou desaparecidas

1. Sempre que uma das Partes, com base em informações de que disponha, tiver motivos razoáveis para crer que a vida, a liberdade ou a integridade física de uma pessoa referida no n.º 1 do artigo 28.º corre perigo imediato no território de uma outra Parte, deverá, em tal situação de urgência, transmitir as referidas informações a esta última Parte, para que tome as medidas de protecção adequadas.

2. As Partes na presente Convenção poderão procurar reforçar a sua cooperação na procura de pessoas desaparecidas, em particular crianças, sempre que as informações disponíveis permitam crer que tais pessoas são vítimas de tráfico de seres humanos. Para esse efeito, as Partes poderão concluir entre si acordos bilaterais ou multilaterais.

Artigo 34.º

Informações

1. A Parte requerida informará, de imediato, a Parte requerente acerca do resultado final das medidas tomadas nos termos do presente capítulo. A Parte requerida informará, de imediato, a Parte requerente acerca de quaisquer circunstâncias que inviabilizem a execução das medidas solicitadas ou que possam retardá-la significativamente.

2. Qualquer uma das Partes poderá, nos termos do seu direito interno e perante a inexistência de um pedido prévio, transmitir a qualquer outra Parte as informações que tenha obtido no decurso das suas próprias investigações nos casos em que considere que tal poderá auxiliar a Parte destinatária a proceder ou a concluir investigações ou processos com base em infracções penais previstas nos termos da presente Convenção ou que tais informações poderão dar lugar a um pedido de cooperação formulado por essa Parte nos termos do presente capítulo.

3. Antes de transmitir tais informações, a Parte que as disponibilizar poderá solicitar que permaneçam confidenciais ou que apenas sejam utilizadas em determinadas condições.

Se a Parte destinatária não puder satisfazer tal pretensão, deverá informar a outra Parte de tal impossibilidade, a qual deverá, nesse caso, decidir se as informações em causa deverão ser transmitidas. Caso aceite as informações nas condições estabelecidas, a Parte destinatária ficará vinculada às mesmas.

4. Todas as informações solicitadas com referência aos artigos 13.º, 14.º e 16.º que se mostrem necessárias para a atribuição dos direitos conferidos por tais artigos, serão transmitidas imediatamente após a formulação do pedido da Parte interessada, em conformidade com o artigo 11.º da presente Convenção.

Artigo 35.º *Cooperação com a sociedade civil*

Cada uma das Partes encorajará as autoridades estaduais, bem como os agentes públicos, a cooperar com as organizações não governamentais, outras organizações relevantes e membros da sociedade civil, por forma a estabelecer parcerias estratégicas que permitam atingir os objectivos da presente Convenção.

Artigo 36.º *Grupo de Peritos sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos*

1. O Grupo de Peritos sobre o Tráfico de Seres Humanos (adiante denominado «GRETA») supervisionará a implementação da presente Convenção pelas Partes.
2. O GRETA será composto por um mínimo de 10 e um máximo de 15 membros e contará com uma participação de homens e mulheres e uma participação geográfica equilibradas, dele fazendo igualmente parte peritos com competência multidisciplinar. Os seus membros serão eleitos pelo Comité das Partes de entre os nacionais dos Estados Partes na presente Convenção e terão um mandato de quatro anos renovável por uma vez.
3. A eleição dos membros do GRETA assentará nos seguintes princípios:
 - a) Serão escolhidos de entre personalidades de elevada ética e reconhecida competência em matéria de direitos da pessoa humana, assistência e protecção às vítimas e luta contra o tráfico de seres humanos, ou com experiência profissional nos domínios abrangidos pela presente Convenção;
 - b) Terão assento a título individual, serão independentes e imparciais no exercício do seu mandato e estarão disponíveis para exercer as suas funções de forma eficiente;

- c) O GRETA não poderá contar com mais de um nacional do mesmo Estado;
- d) Deverão representar os principais sistemas jurídicos.

4. O processo de eleição dos membros do GRETA será fixado pelo Comité de Ministros, após consulta e mediante o acordo unânime das Partes na presente Convenção, no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor da presente Convenção. O GRETA adoptará o seu próprio regulamento interno.

Artigo 37.º *Comité das Partes*

1. O Comité das Partes será composto pelos representantes no Comité dos Ministros do Conselho da Europa e dos Estados-Membros Partes na Convenção e pelos representantes das Partes na Convenção que não sejam membros do Conselho da Europa.
2. O Comité das Partes será convocado pelo Secretário-Geral do Conselho da Europa. A sua primeira reunião terá lugar num prazo de um ano após a entrada em vigor da presente Convenção, com o objectivo de eleger os membros do GRETA. Posteriormente, reunir-se-á a pedido de um terço das Partes, do Presidente do GRETA ou do Secretário-Geral.
3. O Comité das Partes adoptará o seu próprio regulamento interno.

Artigo 38.º *Processo*

1. O processo de avaliação será da responsabilidade das Partes na Convenção, repartido por ciclos cuja duração será estabelecida pelo GRETA. No início de cada ciclo, o GRETA seleccionará as disposições específicas nas quais se baseará o processo de avaliação.
2. O GRETA estabelecerá os meios mais apropriados para proceder a tal avaliação. O GRETA poderá, em particular, adoptar um questionário para cada um dos ciclos, o qual poderá servir de base à avaliação da implementação da presente Convenção pelas Partes. O questionário será dirigido a todas as Partes. As Partes responderão ao questionário, bem como a qualquer outro pedido de informação formulado pelo GRETA.
3. O GRETA poderá solicitar informações junto da sociedade civil.

4. Subsidiariamente, o GRETA poderá organizar, em cooperação com as autoridades nacionais e o «elemento de contacto» designado por estas e, se necessário, com a assistência de peritos nacionais independentes, visitas aos respectivos países. No decurso de tais visitas, o GRETA poderá ser assistido por especialistas em áreas específicas.

5. O GRETA preparará um projecto de relatório contendo a sua análise acerca da implementação das disposições em que a avaliação se baseia, bem como as suas sugestões e propostas relativamente à forma como a Parte a que respeita poderá tratar os problemas identificados.

Aquele projecto será transmitido à Parte sob avaliação para apresentar os seus comentários. Estes serão tidos em consideração pelo GRETA ao elaborar o seu relatório.

6. Nesta base, o GRETA adoptará o seu relatório e as suas conclusões sobre as medidas tomadas pela Parte a que respeita para implementar as disposições da presente Convenção. O relatório e as conclusões serão remetidos à referida Parte e ao Comité das Partes. O relatório e as conclusões do GRETA serão tornados públicos após a sua adopção juntamente com os eventuais comentários da mesma Parte.

7. Sem prejuízo do processo previsto nos n.ºs 1 a 6 do presente artigo, o Comité das Partes poderá formular, com base no relatório e nas conclusões do GRETA, recomendações dirigidas à referida Parte: a) relativamente às medidas a tomar para implementar as conclusões do GRETA, se necessário fixando uma data para apresentação de informações sobre tal implementação; e b) tendo por objectivo promover a cooperação com tal Parte com vista à implementação da presente Convenção.

Artigo 39.º

Relação com o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional Organizada Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

A presente Convenção não afectará os direitos e as obrigações decorrentes das disposições do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Transnacional Organizada Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças. A presente

Convenção tem por finalidade o reforço da protecção concedida pelo Protocolo e o desenvolvimento dos princípios nele enunciados.

Artigo 40.º
Relação com outros instrumentos internacionais

1. A presente Convenção não afectará os direitos e obrigações decorrentes de outros instrumentos internacionais de que as Partes sejam ou venham a ser Partes e que contenham disposições relativas às matérias por ela regidas e que garantam maior protecção e assistência às vítimas de tráfico de seres humanos.

2. As Partes na presente Convenção poderão concluir entre si acordos bilaterais ou multilaterais relativos às questões reguladas pela presente Convenção, visando completar ou reforçar as disposições desta ou facilitar a aplicação dos princípios nela consagrados.

3. As Partes que sejam membros da União Europeia aplicarão, nas suas relações mútuas, as normas da Comunidade e da União Europeia na medida em que existam normas da Comunidade ou da União Europeia que regulem determinado tema em particular e que sejam aplicáveis ao caso concreto, sem prejuízo do objecto e da finalidade da presente Convenção e da sua integral aplicação relativamente às outras Partes.

4. Nenhuma disposição da presente Convenção afectará os direitos, obrigações e responsabilidades dos Estados e dos cidadãos nos termos do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional relativo aos direitos do homem e, em particular, se aplicáveis, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados bem como o princípio de non refoulement aí enunciado.

Artigo 41.º
Alterações

1. Qualquer alteração à presente Convenção proposta por uma Parte deverá ser comunicada ao Secretário-Geral do Conselho da Europa e transmitida por este aos Estados-Membros do Conselho da Europa, a qualquer outro Estado signatário, a qualquer Estado Parte, à Comunidade Europeia e a qualquer Estado convidado a assinar a presente Convenção nos termos do artigo 42.º, assim como a qualquer Estado que tenha sido convidado a aderir à presente Convenção nos termos do artigo 43.º

2. Qualquer alteração proposta por uma Parte será comunicada ao GRETA, que transmitirá ao Comité de Ministros o seu parecer sobre a alteração proposta.

3. O Comité de Ministros analisará a alteração proposta e o parecer apresentado pelo GRETA; após consulta às Partes na Convenção e tendo obtido o acordo unânime, o Comité poderá adoptar tal alteração.
4. O texto de qualquer alteração adoptada pelo Comité de Ministros nos termos do n.º 3 do presente artigo será comunicado às Partes, com vista à sua aceitação.
5. Qualquer alteração adoptada nos termos do n.º 3 do presente artigo entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data em que todas as Partes tenham informado o Secretário-Geral da sua aceitação.

Artigo 42.º *Assinatura e entrada em vigor*

1. A presente Convenção será aberta à assinatura dos Estados-Membros do Conselho da Europa, dos Estados não membros que tenham participado na sua elaboração e da Comunidade Europeia.
2. A presente Convenção será sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.
3. A presente Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data em que 10 signatários, dos quais pelo menos 8 sejam membros do Conselho da Europa, tenham exprimido o seu consentimento em ficarem vinculados à presente Convenção, em conformidade com o disposto no n.º 2.
4. Relativamente a qualquer Estado referido no n.º 1 ou à Comunidade Europeia que exprima posteriormente o seu consentimento em ficar vinculado à presente Convenção, esta entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 43.º *Adesão à Convenção*

1. Após a entrada em vigor da presente Convenção, o Comité de Ministros do Conselho da Europa poderá, após ter consultado as Partes na presente Convenção e ter obtido o acordo unânime destas, convidar qualquer Estado não membro do Conselho que não tenha participado na sua elaboração a aderir à presente Convenção. A decisão será tomada pela maioria prevista no artigo 20.º, alínea d), do Estatuto do Conselho

da Europa e por unanimidade dos representantes dos Estados Contratantes com assento no Comité de Ministros.

2. Relativamente a qualquer Estado que a ela adira, a presente Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data do depósito do instrumento de adesão junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.

Artigo 44.º
Aplicação territorial

1. Qualquer Estado ou a Comunidade Europeia poderá, no momento da assinatura ou do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, indicar o território ou os territórios aos quais se aplicará a presente Convenção.

2. Qualquer Parte poderá, em qualquer momento posterior, mediante declaração dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, estender a aplicação da presente Convenção a qualquer outro território indicado na declaração, relativamente ao qual assegure as relações internacionais e em nome do qual esteja autorizado a assumir compromissos.

A Convenção entrará em vigor, relativamente a esse território, no primeiro dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data de recepção da declaração pelo Secretariado-Geral.

3. Qualquer declaração feita nos termos dos dois números anteriores poderá ser retirada, no que respeita a qualquer território nela indicado, mediante notificação dirigida ao Secretariado-Geral do Conselho da Europa. A retirada produzirá efeitos no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data de recepção da notificação pelo Secretariado-Geral.

Artigo 45.º
Reservas

Nenhuma reserva à presente Convenção será aceite, com excepção da prevista no n.º 2 do artigo 31.º

Artigo 46.º
Denúncia

1. Qualquer Parte poderá, em qualquer momento, denunciar a presente Convenção mediante notificação dirigida ao Secretariado-Geral do Conselho da Europa.

2. A denúncia produzirá efeitos no 1.º dia do mês seguinte ao termo de um período de três meses após a data de recepção da notificação pelo Secretariado-Geral.

Artigo 47.º ***Notificação***

1. O Secretariado-Geral do Conselho da Europa notificará os Estados-Membros do Conselho da Europa, qualquer Estado signatário, qualquer Estado Parte, a Comunidade Europeia, qualquer Estado que tenha sido convidado a aderir à presente Convenção nos termos do artigo 42.º, bem como qualquer Estado convidado a aderir à Convenção nos termos do artigo 43.º:

- a) De qualquer assinatura;
- b) Do depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;
- c) De qualquer data de entrada em vigor da presente Convenção, em conformidade com os artigos 42.º e 43.º;
- d) De qualquer alteração adoptada nos termos do artigo 41.º, bem como da data da entrada em vigor da referida alteração;
- e) De qualquer denúncia feita nos termos do artigo 46.º;
- f) De qualquer outro acto, notificação ou comunicação referentes à presente Convenção;
- g) De qualquer reserva nos termos do artigo 45.º Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em Varsóvia, a 16 de Maio de 2005, em francês e inglês, fazendo ambos os textos igualmente fé, num único exemplar, que será depositado nos arquivos do Conselho da Europa. O Secretário-Geral do Conselho da Europa enviará uma cópia autenticada a cada um dos Estados-Membros do Conselho da Europa, aos Estados não membros que tenham participado na elaboração da presente Convenção, à Comunidade Europeia e a qualquer outro Estado convidado a aderir à presente Convenção.

IV. Organização das Nações Unidas

Carta Internacional dos Direitos Humanos**Declaração Universal dos Direitos do Homem.**

Adoptada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948.

Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados-Membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4.º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5.º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6.º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7.º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8.º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11.º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo

modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13.º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14.º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.
2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15.º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16.º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.
2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17.º

1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22.º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório.

O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28.º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

Artigo 29.º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30.º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional

***Adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000.
Entrada em vigor a 29 de Setembro de 2003.***

Artigo 1.º Objecto

A presente Convenção tem como objecto promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional.

Artigo 2.º Definições

Para efeitos da presente Convenção, entende-se por:

- a) «Grupo criminoso organizado» um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo durante um período de tempo e actuando concertadamente com a finalidade de cometer um ou mais crimes graves ou infracções estabelecidas na presente Convenção, com a intenção de obter, directa ou indirectamente, um benefício económico ou outro benefício material;
- b) «Crime grave» um acto que constitua uma infracção punível com uma pena privativa de liberdade não inferior a 4 anos ou com pena superior;
- c) «Grupo estruturado» um grupo formado de maneira não fortuita para a prática imediata de uma infracção e cujos membros não tenham necessariamente funções formalmente definidas, podendo não haver continuidade na sua composição nem dispor de uma estrutura desenvolvida;
- d) «Bens» os activos de qualquer tipo, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, e os documentos ou instrumentos jurídicos que atestem a propriedade ou outros direitos sobre os referidos activos;
- e) «Produto do crime» os bens de qualquer tipo resultantes ou obtidos, directa ou indirectamente, da prática de uma infracção;
- f) «Congelamento» ou «apreensão» a proibição temporária de transferir, converter, dispor ou movimentar bens, ou a assunção do controlo temporário de bens, por decisão de um tribunal ou de outra autoridade competente;
- g) «Perda de bens» a perda definitiva de bens, por decisão de um tribunal ou outra autoridade competente;

- h) «Infracção principal» qualquer infracção de que derive um produto que possa passar a constituir o objecto de uma infracção definida no artigo 6.º da presente Convenção;
- i) «Entrega controlada» a técnica que consiste em permitir a passagem pelo território de um ou mais Estados de remessas ilícitas ou suspeitas, com o conhecimento e sob a supervisão das suas autoridades competentes, com a finalidade de investigar infracções e identificar as pessoas envolvidas na sua prática;
- j) «Organização regional de integração económica» uma organização constituída por Estados soberanos de uma região determinada, para a qual estes Estados tenham transferido competências nas questões reguladas pela presente Convenção e que tenha sido devidamente mandatada, em conformidade com os seus procedimentos internos, para assinar, ratificar, aceitar ou aprovar a Convenção ou a ela aderir; as referências aos Estados Partes constantes da presente Convenção são aplicáveis a estas organizações no âmbito da sua competência.

Artigo 3.º *Âmbito de aplicação*

1. A presente Convenção aplica-se, salvo disposição em contrário, à prevenção, à investigação e à repressão das:
 - a) Infracções enunciadas nos artigos 5.º, 6.º, 8.º e 23.º da presente Convenção; e
 - b) Infracções graves, na acepção do artigo 2.º da presente Convenção; sempre que tais infracções sejam de natureza transnacional e envolvam um grupo criminoso organizado.
2. Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, a infracção será de carácter transnacional se:
 - a) For cometida em mais de um Estado;
 - b) For cometida num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direcção ou controlo tenha lugar noutro Estado;
 - c) For cometida num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique actividades criminosas em mais de um Estado; ou
 - d) For cometida num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutro Estado.

Artigo 4.º *Protecção da soberania*

1. Os Estados Partes deverão cumprir as obrigações decorrentes da presente Convenção no respeito pelos princípios da igualdade soberana e da integridade territorial dos

Estados, bem como pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

2. O disposto na presente Convenção não autoriza qualquer Estado Parte a exercer, no território de outro Estado, jurisdição ou funções que o direito interno desse Estado reserve exclusivamente às suas autoridades.

Artigo 5.º

Criminalização da participação num grupo criminoso organizado

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infracção penal, quando praticado intencionalmente:

- a) Um dos actos seguintes, ou ambos, enquanto infracções penais distintas das que impliquem a tentativa ou a consumação da actividade criminosa:
 - i) O entendimento com uma ou mais pessoas para a prática de uma infracção grave, com a intenção directa ou indirectamente relacionada com a obtenção de um benefício económico ou outro benefício material e, sempre que o direito interno o exigir, envolvendo um acto praticado por um dos participantes para concretizar o que foi acordado ou envolvendo a participação de um grupo criminoso organizado;
 - ii) A conduta de qualquer pessoa que, conhecendo a finalidade e a actividade criminosa geral de um grupo criminoso organizado, ou a sua intenção de cometer as infracções em questão, participe activamente em:
 - c) Actividades ilícitas do grupo criminoso organizado;
 - d) Outras actividades do grupo criminoso organizado, sabendo que a sua participação contribuirá para a finalidade criminosa acima referida;
- b) O acto de organizar, dirigir, ajudar, incitar, facilitar ou aconselhar a prática de um crime grave que envolva a participação de um grupo criminoso organizado.

2. O conhecimento, a intenção, a finalidade, a motivação ou o acordo a que se refere o n.º 1 do presente artigo poderão inferir-se de circunstâncias factuais objectivas.

3. Os Estados Partes cujo direito interno condicione a incriminação pelas infracções referidas na subalínea i) da alínea a) do n.º 1 do presente artigo ao envolvimento de um grupo criminoso organizado deverão assegurar que o seu direito interno abranja todas as infracções graves que envolvam a participação de grupos criminosos organizados. Estes Estados Partes, assim como os Estados Partes cujo direito interno condicione a incriminação pelas infracções definidas na subalínea i) da alínea a) do n.º 1 do presente artigo à prática de um acto concertado, informarão deste facto o

Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, no momento da assinatura ou do depósito do seu instrumento de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão à presente Convenção.

Artigo 6.º
Criminalização do branqueamento do produto do crime

1. Cada Estado Parte deverá adoptar, em conformidade com os princípios fundamentais do seu direito interno, as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infracção penal, quando praticada intencionalmente:

- a)
 - i) A conversão ou transferência de bens, quando o autor tem conhecimento de que esses bens são produto do crime, com o objectivo de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos bens ou ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infracção principal a furtar-se às consequências jurídicas dos seus actos;
 - ii) A ocultação ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens ou direitos a eles relativos, sabendo o seu autor que esses bens são produto do crime;
- b) E, de acordo com os conceitos fundamentais do seu ordenamento jurídico:
 - i) A aquisição, a posse ou a utilização de bens, sabendo aquele que os adquire, possui ou utiliza, no momento da recepção, que são produto do crime;
 - ii) A participação em qualquer das infracções estabelecidas em conformidade com o presente artigo ou qualquer associação, conspiração, tentativa ou cumplicidade com vista à prática das mesmas, bem como a prestação de auxílio, assistência, facilitação e aconselhamento da prática dessas infracções.

2. Para efeitos da aplicação do n.º 1 do presente artigo:

- a) Cada Estado Parte deverá procurar aplicar o n.º 1 do presente artigo ao maior número possível de infracções principais;
- b) Cada Estado Parte deverá considerar como infracções principais todos os crimes graves tal como definidos no artigo 2.º da presente Convenção e as infracções estabelecidas nos seus artigos 5.º, 8.º e 23.º Os Estados Partes cuja legislação estabeleça uma lista de infracções principais específicas incluirão nesta, no mínimo, um conjunto abrangente de infracções relacionadas com grupos criminosos organizados;
- c) Para efeitos da alínea b), as infracções principais deverão incluir as infracções cometidas tanto dentro como fora da jurisdição do Estado Parte em causa.

No entanto, as infracções cometidas fora da jurisdição de um Estado Parte só constituirão infracção principal quando o acto correspondente constitua infracção penal à luz do direito interno do Estado em que tenha sido praticada e constitua infracção penal à luz do direito interno do Estado Parte que aplique o presente artigo se o crime aí tiver sido cometido;

- d) Cada Estado Parte deverá enviar ao Secretário-Geral das Nações Unidas uma cópia ou descrição das suas leis destinadas a dar aplicação ao presente artigo e de qualquer alteração posterior;
- e) Se assim o exigirem os princípios fundamentais do direito interno de um Estado Parte, poderá estabelecer-se que as infracções enunciadas no n.º 1 do presente artigo não sejam aplicáveis às pessoas que tenham cometido a infracção principal;
- f) O conhecimento, a intenção ou a motivação, enquanto elementos constitutivos de uma infracção enunciada no n.º 1 do presente artigo, poderão inferir-se de circunstâncias factuais objectivas.

Artigo 7.º

Medidas para combater o branqueamento de capitais

1. Cada Estado Parte:

- a) Deverá instituir um regime interno completo de regulamentação e controlo dos bancos e das instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outras entidades especialmente susceptíveis de ser utilizadas para fins de branqueamento de capitais, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de branqueamento de capitais, sendo que nesse regime as exigências relativas à identificação de clientes, ao registo das operações e à notificação de operações suspeitas devem ser consideradas essenciais;
- b) Deverá garantir, sem prejuízo da aplicação dos artigos 18.º e 27.º da presente Convenção, que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão e outras autoridades responsáveis pelo combate ao branqueamento de capitais (incluindo, quando tal esteja previsto no seu direito interno, as autoridades judiciais) tenham a capacidade de cooperar e trocar informações a nível nacional e internacional, em conformidade com as condições definidas no direito interno, e, para esse fim, considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de recolha, análise e difusão de informação relativa a eventuais actividades de branqueamento de capitais.

2. Os Estados Partes deverão considerar a possibilidade de aplicar medidas viáveis para detectar e vigiar os movimentos transfronteiriços de numerário e de títulos negociáveis, no respeito pelas garantias relativas à legítima utilização da informação e sem restringir, por qualquer forma, a circulação de capitais lícitos. Estas medidas poderão incluir a exigência de que os particulares e as entidades comerciais notifiquem as transferências transfronteiriças de quantias elevadas em numerário e títulos negociáveis.

3. Ao instituírem, nos termos do presente artigo, um regime interno de regulamentação e controlo, e sem prejuízo do disposto em qualquer outro artigo da presente Convenção, todos os Estados Partes são instados a utilizar como orientação as iniciativas pertinentes adoptadas pelas organizações regionais, inter-regionais e multilaterais para combater o branqueamento de dinheiro.

4. Os Estados Partes deverão diligenciar no sentido de desenvolver e promover a cooperação à escala mundial, regional, sub-regional e bilateral entre as autoridades judiciais, os serviços de detecção e repressão e as autoridades de regulamentação financeira, a fim de combater o branqueamento de dinheiro.

Artigo 8.º *Criminalização da corrupção*

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infracções penais os seguintes actos, quando praticados intencionalmente:

- a) O facto de prometer, oferecer ou conceder a um funcionário público, directa ou indirectamente, um benefício indevido, em seu proveito próprio ou de outra pessoa ou entidade, a fim de que este pratique ou se abstenha de praticar um acto no desempenho das suas funções oficiais;
- b) O facto de um funcionário público pedir ou aceitar, directa ou indirectamente, um benefício indevido, para si ou para outra pessoa ou entidade, a fim de praticar ou se abster de praticar um acto no desempenho das suas funções oficiais.

2. Cada Estado Parte deverá considerar a possibilidade de adoptar as medidas legislativas ou outras que sejam necessárias para estabelecer como infracções penais os actos enunciados no n.º 1 do presente artigo que envolvam um funcionário público estrangeiro ou um funcionário internacional. Do mesmo modo, cada Estado Parte deverá considerar a possibilidade de estabelecer como infracções penais outras formas de corrupção.

3. Cada Estado Parte deverá adoptar igualmente as medidas necessárias para estabelecer como infracção penal a cumplicidade na prática de uma infracção enunciada no presente artigo.

4. Para efeitos do n.º 1 do presente artigo e do artigo 9.º, a expressão «funcionário público» designa, além do funcionário público, qualquer pessoa que preste um serviço público, tal como a expressão é definida no direito interno e aplicada no direito penal do Estado Parte onde a pessoa em questão exerce as suas funções.

Artigo 9.º *Medidas contra a corrupção*

1. Além das medidas enunciadas no artigo 8.º da presente Convenção, cada Estado Parte, na medida em que seja procedente e conforme ao seu ordenamento jurídico, deverá adoptar medidas eficazes de ordem legislativa, administrativa ou outra para promover a integridade e prevenir, detectar e punir a corrupção dos funcionários públicos.

2. Cada Estado Parte deverá tomar medidas no sentido de se assegurar que as suas autoridades actuam eficazmente em matéria de prevenção, detecção e repressão da corrupção de funcionários públicos, inclusivamente conferindo a essas autoridades independência suficiente para impedir qualquer influência indevida sobre a sua actuação.

Artigo 10.º *Responsabilidade das pessoas colectivas*

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas necessárias, em conformidade com o seu ordenamento jurídico, para responsabilizar as pessoas colectivas que participem em crimes graves envolvendo um grupo criminoso organizado e que cometam as infracções enunciadas nos artigos 5.º, 6.º, 8.º e 23.º da presente Convenção.

2. Em conformidade com o ordenamento jurídico do Estado Parte, a responsabilidade das pessoas colectivas poderá ser penal, civil ou administrativa.

3. A responsabilidade das pessoas colectivas não obstará à responsabilidade penal das pessoas singulares que tenham praticado as infracções.

4. Cada Estado Parte deverá assegurar que as pessoas colectivas consideradas responsáveis em conformidade com o presente artigo sejam objecto de sanções eficazes, proporcionais e dissuasivas, de natureza penal ou outra, incluindo sanções pecuniárias.

Artigo 11.º
Procedimentos judiciais, julgamento e sanções

1. Cada Estado Parte deverá sujeitar a prática de uma infracção estabelecida em conformidade com os artigos 5.º, 6.º, 8.º e 23.º da presente Convenção a sanções que tenham em conta a gravidade dessa infracção.
2. Cada Estado Parte deverá diligenciar para que qualquer poder judicial discricionário conferido pelo seu direito interno e relativo a processos judiciais contra indivíduos pela prática de infracções previstas na presente Convenção seja exercido de forma a otimizar a eficácia das medidas de detecção e de repressão destas infracções, tendo na devida conta a necessidade de exercer um efeito dissuasivo da sua prática.
3. No caso de infracções como as estabelecidas nos artigos 5.º, 6.º, 8.º e 23.º da presente Convenção, cada Estado Parte deverá tomar as medidas apropriadas, em conformidade com o seu direito interno, e tendo na devida conta os direitos da defesa, para que as condições a que estão sujeitas as decisões de aguardar julgamento em liberdade ou relativas ao processo de recurso tomem em consideração a necessidade de assegurar a presença do arguido em todo o procedimento penal posterior.
4. Cada Estado Parte deverá providenciar para que os seus tribunais ou outras autoridades competentes tenham presente a gravidade das infracções previstas na presente Convenção quando seja de considerar a possibilidade de uma libertação antecipada ou condicional de pessoas condenadas pela prática dessas infracções.
5. Sempre que as circunstâncias o justifiquem, cada Estado Parte determinará, no âmbito do seu direito interno, um prazo de prescrição prolongado, durante o qual poderá ter início o processo relativo a uma das infracções previstas na presente Convenção, e um período mais longo quando o presumível autor da infracção se tenha subtraído à justiça.
6. Nenhuma das disposições da presente Convenção prejudica o princípio segundo o qual a definição das infracções nela estabelecidas e dos meios jurídicos de defesa aplicáveis, bem como outros princípios jurídicos que regulem a legalidade das incriminações, são do foro exclusivo do direito interno desse Estado Parte, e segundo o qual as referidas infracções são objecto de procedimento judicial e punidas de acordo com o direito desse Estado Parte.

Artigo 12.º
Perda e apreensão

1. Os Estados Partes deverão adoptar, na medida em que o seu ordenamento jurídico interno o permita, as medidas necessárias para permitir a perda:
 - a) Do produto das infracções previstas na presente Convenção ou de bens cujo valor corresponda ao desse produto;
 - b) Dos bens, equipamentos e outros instrumentos utilizados ou destinados a ser utilizados na prática das infracções previstas na presente Convenção.
2. Os Estados Partes deverão adoptar as medidas necessárias para permitir a identificação, a localização, o congelamento ou a apreensão dos bens referidos no n.º 1 do presente artigo para efeitos de eventual perda.
3. Se o produto do crime tiver sido convertido, total ou parcialmente, noutros bens, estes últimos podem ser objecto das medidas previstas no presente artigo, em substituição do referido produto.
4. Se o produto do crime tiver sido misturado com bens adquiridos legalmente, estes bens poderão, sem prejuízo das competências de congelamento ou apreensão, ser declarados perdidos até ao valor calculado do produto com que foram misturados.
5. As receitas ou outros benefícios obtidos com o produto do crime, os bens nos quais o produto tenha sido transformado ou convertido ou os bens com que tenha sido misturado podem ser objecto também das medidas previstas no presente artigo, da mesma forma e na mesma medida que o produto do crime.
6. Para efeitos do presente artigo e do artigo 13.º, cada Estado Parte deverá habilitar os seus tribunais ou outras autoridades competentes para ordenarem a apresentação ou a apreensão de documentos bancários, financeiros ou comerciais. Os Estados Partes não poderão invocar o sigilo bancário para se recusarem a aplicar as disposições do presente número.
7. Os Estados Partes poderão considerar a possibilidade de exigir que o autor de uma infracção demonstre a proveniência lícita do presumido produto do crime ou de outros bens que possam ser objecto de perda, na medida em que esta exigência esteja em conformidade com os princípios do seu direito interno e com a natureza do processo ou outros procedimentos judiciais.

8. As disposições do presente artigo não deverão, em circunstância alguma, ser interpretadas de modo a afectar os direitos de terceiros de boa fé.

9. Nenhuma das disposições do presente artigo prejudica o princípio segundo o qual as medidas nele previstas são definidas e aplicadas em conformidade com o direito interno de cada Estado Parte e segundo as disposições deste direito.

Artigo 13.º *Cooperação internacional para efeitos de perda*

1. Na medida em que o seu ordenamento jurídico interno o permita, um Estado Parte que tenha recebido de outro Estado Parte, competente para conhecer de uma infracção prevista na presente Convenção, um pedido de perda do produto do crime, bens, equipamentos ou outros instrumentos referidos no n.º 1 do artigo 12.º da presente Convenção que se encontrem no seu território deverá:

- a) Transmitir o pedido às suas autoridades competentes, a fim de obter uma declaração de perda e proceder à sua execução, quando for caso disso;
- b) Transmitir às suas autoridades competentes, para que seja executada conforme o solicitado, a decisão de perda emitida por um tribunal situado no território do Estado Parte requerente, em conformidade com o n.º 1 do artigo 12.º da presente Convenção, em relação ao produto do crime, bens, equipamentos ou outros instrumentos referidos no n.º 1 do artigo 12.º que se encontrem no território do Estado Parte requerido.

2. Quando um pedido for feito por outro Estado Parte competente para conhecer de uma infracção prevista na presente Convenção, o Estado Parte requerido deverá tomar medidas para identificar, localizar, congelar ou apreender o produto do crime, os bens, os equipamentos ou os outros instrumentos referidos no n.º 1 do artigo 12.º da presente Convenção, com vista a uma eventual perda que venha a ser ordenada, seja pelo Estado Parte requerente, seja, na sequência de um pedido formulado ao abrigo do n.º 1 do presente artigo, pelo Estado Parte requerido.

3. As disposições do artigo 18.º da presente Convenção aplicam-se *mutatis mutandis* ao presente artigo. Para além das informações referidas no n.º 15 do artigo 18.º, os pedidos feitos em conformidade com o presente artigo deverão conter:

- a) Quando o pedido for feito ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do presente artigo, uma relação dos bens e uma exposição dos factos em que o Estado Parte requerente

se baseia, que permita ao Estado Parte requerido obter uma declaração de perda em conformidade com o seu direito interno;

- b) Quando o pedido for feito ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do presente artigo, uma cópia legalmente admissível da declaração de perda emitida pelo Estado Parte requerente em que se baseia o pedido, uma exposição dos factos e informações sobre os termos em que é pedida a execução da decisão;
- c) Quando o pedido for feito ao abrigo do n.º 2 do presente artigo, uma exposição dos factos em que se baseia o Estado Parte requerente e uma descrição das medidas pedidas.

4. As decisões ou medidas previstas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo são tomadas pelo Estado Parte requerido em conformidade e segundo as disposições do seu direito interno e em conformidade com as suas regras processuais ou com qualquer tratado ou acordo bilateral ou multilateral que o ligue ao Estado Parte requerente.

5. Cada Estado Parte deverá enviar ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas uma cópia das suas leis e regulamentos destinados a dar execução ao presente artigo, bem como uma cópia de qualquer alteração posteriormente introduzida nestas leis e regulamentos ou uma descrição das mesmas e alterações posteriores.

6. Se um Estado Parte decidir condicionar a adopção das medidas previstas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo à existência de um tratado na matéria, deverá considerar a presente Convenção como uma base jurídica necessária e suficiente para o efeito.

7. Um Estado Parte poderá recusar a cooperação que lhe é solicitada ao abrigo do presente artigo, caso a infracção a que se refere o pedido não esteja prevista na presente Convenção.

8. As disposições do presente artigo não deverão, em circunstância alguma, ser interpretadas de modo a afectar os direitos de terceiros de boa fé.

9. Os Estados Partes deverão considerar a possibilidade de celebrar tratados ou acordos bilaterais ou multilaterais com o objectivo de reforçar e desenvolver a eficácia da cooperação internacional para efeitos do presente artigo.

Artigo 14.º

Disposição do produto do crime ou dos bens declarados perdidos

1. Um Estado Parte que declare a perda do produto do crime ou de bens, em aplicação do artigo 12.º ou do n.º 1 do artigo 13.º da presente Convenção, deverá dispor deles em conformidade com o seu direito interno e com os seus procedimentos administrativos.

2. Quando os Estados Partes agirem a pedido de outro Estado Parte em aplicação do artigo 13.º da presente Convenção, deverão, na medida em que o seu direito interno o permita e se tal lhes for solicitado, considerar prioritariamente a restituição do produto do crime ou dos bens perdidos ao Estado Parte requerente, para que este último possa indemnizar as vítimas da infracção ou restituir este produto do crime ou estes bens aos seus legítimos proprietários.

3. Quando um Estado Parte actuar a pedido de um outro Estado Parte em aplicação dos artigos 12.º e 13.º da presente Convenção, poderá considerar especialmente a celebração de acordos ou protocolos que prevejam:

- a) Destinar o valor deste produto ou destes bens, ou os fundos provenientes da sua venda, ou uma parte destes fundos, à conta criada em aplicação da alínea c) do n.º 2 do artigo 30.º da presente Convenção e a organismos intergovernamentais especializados na luta contra a criminalidade organizada;
- b) Repartir com outros Estados Partes, sistemática ou casuisticamente, este produto ou estes bens, ou os fundos provenientes da respectiva venda, em conformidade com o seu direito interno ou com os seus procedimentos administrativos.

Artigo 15.º *Jurisdição*

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas necessárias para estabelecer a sua competência jurisdicional em relação às infracções estabelecidas nos artigos 5.º, 6.º, 8.º e 23.º da presente Convenção, nos seguintes casos:

- a) Quando a infracção for cometida no seu território; ou
- b) Quando a infracção for cometida a bordo de um navio que arvore o seu pavilhão ou a bordo de uma aeronave matriculada em conformidade com o seu direito interno no momento em que a referida infracção for cometida.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º da presente Convenção, um Estado Parte poderá igualmente estabelecer a sua competência jurisdicional em relação a qualquer destas infracções nos seguintes casos:

- a) Quando a infracção for cometida contra um dos seus cidadãos;
- b) Quando a infracção for cometida por um dos seus cidadãos ou por uma pessoa apátrida residente habitualmente no seu território; ou
- c) Quando a infracção for:

- i) Uma das previstas no n.º 1 do artigo 5.º da presente Convenção e for praticada fora do seu território, com a intenção de cometer, no seu território, um crime grave;
- ii) Uma das previstas na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º da presente Convenção e for praticada fora do seu território com a intenção de cometer, no seu território, uma das infracções enunciadas nas subalíneas i) ou ii) da alínea a) ou i) da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º da presente Convenção.

3. Para efeitos do n.º 10 do artigo 16.º da presente Convenção, cada Estado Parte deverá adoptar as medidas necessárias para estabelecer a sua competência jurisdicional em relação às infracções abrangidas pela presente Convenção quando o presumível autor se encontre no seu território e o Estado Parte não o extraditar pela única razão de se tratar de um seu cidadão.

4. Cada Estado Parte poderá igualmente adoptar as medidas necessárias para estabelecer a sua competência jurisdicional em relação às infracções abrangidas pela presente Convenção quando o presumível autor se encontre no seu território e o Estado Parte não o extraditar.

5. Se um Estado Parte que exerça a sua competência jurisdicional por força dos n.ºs 1 ou 2 do presente artigo tiver sido notificado ou tiver tomado conhecimento, por qualquer outra forma, de que um ou vários Estados Partes estão a efectuar uma investigação ou iniciaram diligências ou um procedimento judicial tendo por objecto o mesmo acto, as autoridades competentes destes Estados Partes deverão consultar-se, segundo convenha, para coordenar as suas acções.

6. Sem prejuízo das normas do direito internacional geral, a presente Convenção não excluirá o exercício de qualquer competência jurisdicional penal estabelecida por um Estado Parte em conformidade com o seu direito interno.

Artigo 16.º *Extradição*

1. O presente artigo aplica-se às infracções abrangidas pela presente Convenção ou nos casos em que um grupo criminoso organizado esteja implicado numa infracção prevista nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 3.º e em que a pessoa que é objecto do pedido de extradição se encontre no Estado Parte requerido, desde que a infracção

pela qual é pedida a extradição seja punível pelo direito interno do Estado Parte requerente e do Estado Parte requerido.

2. Se o pedido de extradição for motivado por várias infracções graves distintas, algumas das quais não se encontrem previstas no presente artigo, o Estado Parte requerido pode igualmente aplicar o presente artigo às referidas infracções.

3. Cada uma das infracções às quais se aplica o presente artigo será considerada incluída, de pleno direito, entre as infracções que dão lugar a extradição em qualquer tratado de extradição em vigor entre os Estados Partes. Os Estados Partes comprometem-se a incluir estas infracções entre aquelas cujo autor pode ser extraditado em qualquer tratado de extradição que celebrem entre si.

4. Se um Estado Parte que condicione a extradição à existência de um tratado receber um pedido de extradição de um Estado Parte com o qual não celebrou tal tratado, poderá considerar a presente Convenção como fundamento jurídico da extradição quanto às infracções a que se aplique o presente artigo.

5. Os Estados Partes que condicionem a extradição à existência de um tratado:

- a) No momento do depósito do seu instrumento de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão à presente Convenção, deverão indicar ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas se consideram a presente Convenção como fundamento jurídico para a cooperação com outros Estados Partes em matéria de extradição; e
- b) Se não considerarem a presente Convenção como fundamento jurídico para cooperar em matéria de extradição, deverão diligenciar, se necessário, pela celebração de tratados de extradição com outros Estados Partes, a fim de darem aplicação ao presente artigo.

6. Os Estados Partes que não condicionem a extradição à existência de um tratado deverão reconhecer entre si, às infracções às quais se aplica o presente artigo, o carácter de infracção cujo autor pode ser extraditado.

7. A extradição deverá estar sujeita às condições previstas no direito interno do Estado Parte requerido ou em tratados de extradição aplicáveis, incluindo, nomeadamente, condições relativas à pena mínima requerida para uma extradição e aos motivos pelos quais o Estado Parte requerido pode recusar a extradição.

8. Os Estados Partes deverão procurar, sem prejuízo do seu direito interno, acelerar os processos de extradição e simplificar os requisitos em matéria de prova com eles relacionados, no que se refere às infracções a que se aplica o presente artigo.

9. Sem prejuízo do disposto no seu direito interno e nos tratados de extradição que tenha celebrado, o Estado Parte requerido poderá, a pedido do Estado Parte requerente, se considerar que as circunstâncias o justificam e que existe urgência, ordenar a detenção de uma pessoa presente no seu território cuja extradição é pedida, ou tomar quaisquer outras medidas apropriadas para assegurar a sua presença no processo de extradição.

10. Se um Estado Parte em cujo território se encontre o presumível autor de uma infracção à qual se aplica o presente artigo o não extraditar, tendo como único motivo o facto de se tratar de um seu cidadão, deverá, a pedido do Estado Parte requerente da extradição, submeter o caso, sem demora excessiva, às suas autoridades competentes para efeitos de procedimento judicial. Estas autoridades tomarão a sua decisão e seguirão os trâmites do processo da mesma forma que o fariam em relação a qualquer outra infracção considerada grave à luz do direito interno deste Estado Parte. Os Estados Partes interessados deverão cooperar entre si, nomeadamente em matéria processual e probatória, para assegurar a eficácia dos referidos actos judiciais.

11. Quando um Estado Parte, por força do seu direito interno, apenas estiver autorizado a extraditar ou, por qualquer outra forma, entregar um dos seus cidadãos na condição de que essa pessoa seja restituída ao mesmo Estado Parte para cumprir a pena a que tenha sido condenada na sequência do processo ou do procedimento que originou o pedido de extradição ou de entrega, e quando este Estado Parte e o Estado Parte requerente concordarem em relação a essa opção e a outras condições que considerem apropriadas, a extradição ou entrega condicional será suficiente para dar cumprimento à obrigação contida no n.º 10 do presente artigo.

12. Se a extradição, pedida para efeitos de execução de uma pena, for recusada porque a pessoa objecto deste pedido é um cidadão do Estado Parte requerido, este, se o seu direito interno o permitir e em conformidade com as prescrições deste direito e a pedido do Estado Parte requerente, deverá considerar a possibilidade de dar execução à pena que foi aplicada em conformidade com o direito do Estado Parte requerente ou ao tempo que dessa pena faltar cumprir.

13. A qualquer pessoa que seja objecto de um processo respeitante a uma das infracções às quais se aplica o presente artigo deverá ser garantido um tratamento equitativo em todas as fases do processo, incluindo o gozo de todos os direitos e garantias previstos no direito interno do Estado Parte em cujo território se encontra.

14. Nenhuma disposição da presente Convenção deverá ser interpretada no sentido de que impõe uma obrigação de extraditar a um Estado Parte requerido, se existirem sérias razões para supor que o pedido foi apresentado com a finalidade de perseguir ou punir uma pessoa em razão do seu sexo, raça, religião, nacionalidade, origem étnica ou opiniões políticas, ou que a satisfação daquele pedido provocaria um prejuízo a essa pessoa por alguma destas razões.

15. Os Estados Partes não poderão recusar um pedido de extradição tendo por único motivo o facto de a infracção envolver também questões fiscais.

16. Antes de recusar a extradição, o Estado Parte requerido deverá consultar, se for caso disso, o Estado Parte requerente, a fim de lhe dar a mais ampla possibilidade de apresentar os motivos e de fornecer as informações em que estes se baseiam.

17. Os Estados Partes deverão procurar celebrar acordos bilaterais ou multilaterais com o objectivo de permitir a extradição ou de aumentar a sua eficácia.

Artigo 17.º *Transferência de pessoas condenadas*

Os Estados Partes poderão considerar a celebração de acordos bilaterais ou multilaterais relativos à transferência para o seu território de pessoas condenadas a penas de prisão ou outras penas privativas de liberdade decorrentes da prática de qualquer infracção prevista na presente Convenção para que aí cumpram o resto da pena.

Artigo 18.º *Auxílio judiciário*

1. Os Estados Partes deverão prestar reciprocamente todo o auxílio judiciário possível no âmbito de investigações, processos e procedimentos judiciais relativos às infracções previstas pela presente Convenção, nos termos do artigo 3.º, e deverão prestar reciprocamente uma assistência similar quando o Estado Parte requerente tiver motivos razoáveis para suspeitar de que a infracção a que se referem as alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 3.º é de natureza transnacional, inclusive quando as vítimas, as testemunhas, o produto, os instrumentos ou os elementos de prova destas infracções

se encontram no território do Estado Parte requerido e que se encontra envolvido um grupo criminoso organizado.

2. Deverá ser prestado todo o auxílio judiciário possível, tanto quanto o permitam as leis, tratados e acordos pertinentes do Estado Parte requerido, no âmbito de investigações, processos e procedimentos e outros actos judiciais relativos a infracções pelas quais possa ser considerada responsável uma pessoa colectiva no Estado Parte requerente, em conformidade com o artigo 10.º da presente Convenção.

3. O auxílio judiciário prestado em aplicação do presente artigo pode ser solicitado para os seguintes efeitos:

- a) Recolha de testemunhos ou de depoimentos;
- b) Notificação de actos judiciais;
- c) Realização de buscas, apreensões e congelamentos;
- d) Exame de objectos e de locais;
- e) Fornecimento de informações, de elementos de prova e de pareceres de peritos;
- f) Fornecimento de originais ou de cópias certificadas de documentos e de processos pertinentes, incluindo documentos administrativos, bancários, financeiros ou comerciais e documentos de empresas;
- g) Identificação ou localização dos produtos do crime, bens, instrumentos ou outros elementos para fins probatórios;
- h) Facilitação da comparência voluntária de pessoas no Estado Parte requerente;
- i) Prestação de qualquer outro tipo de assistência compatível com o direito interno do Estado Parte requerido.

4. Sem prejuízo do seu direito interno, as autoridades competentes de um Estado Parte poderão, sem pedido prévio, comunicar informações relativas a questões penais a uma autoridade competente de outro Estado Parte, se considerarem que estas informações poderão contribuir para que ela proceda ou conclua com êxito investigações e processos penais, ou permitir a este último Estado Parte formular um pedido ao abrigo da presente Convenção.

5. A comunicação de informações em conformidade com o n.º 4 do presente artigo será efectuada sem prejuízo das investigações e dos processos penais no Estado cujas autoridades competentes fornecem as informações. As autoridades competentes que recebam estas informações deverão satisfazer qualquer pedido no sentido de manter confidenciais as referidas informações, mesmo que temporariamente, ou de restringir a sua utilização.

Todavia, tal não impedirá o Estado Parte que receba as informações de revelar, no decurso do processo judicial, informações que ilibem o arguido. Neste último caso, o Estado Parte que recebeu as informações deverá avisar o Estado Parte que as comunicou antes de as revelar e, se lhe for pedido, consultará este último. Se, num caso excepcional, não for possível uma comunicação prévia, o Estado Parte que recebeu as informações dará conhecimento da revelação, sem demora, ao Estado Parte que as tenha comunicado.

6. As disposições do presente artigo em nada prejudicam as obrigações decorrentes de qualquer outro tratado bilateral ou multilateral que regule, ou deva regular, no todo ou em parte, o auxílio judiciário.

7. Os n.ºs 9 a 29 do presente artigo deverão ser aplicados aos pedidos feitos em conformidade com o presente artigo, no caso de os Estados Partes em questão não estarem vinculados por um tratado de auxílio judiciário. Se os referidos Estados Partes estiverem vinculados por tal tratado, serão aplicáveis as disposições correspondentes desse tratado, a menos que os Estados Partes concordem em aplicar, em seu lugar, as disposições dos n.ºs 9 a 29 do presente artigo. Os Estados Partes são fortemente encorajados a aplicar estes parágrafos, se facilitarem a cooperação.

8. Os Estados Partes não poderão invocar o sigilo bancário para recusar o auxílio judiciário previsto no presente artigo.

9. Os Estados Partes poderão invocar a ausência de dupla criminalização para recusar prestar o auxílio judiciário previsto no presente artigo. O Estado Parte requerido poderá, não obstante, quando o considerar apropriado, prestar esta assistência, na medida em que o decida por si próprio, independentemente de o acto estar ou não tipificado como uma infracção no direito interno do Estado Parte requerido.

10. Qualquer pessoa detida ou a cumprir pena no território de um Estado Parte, cuja presença seja requerida num outro Estado Parte para efeitos de identificação, para testemunhar ou para contribuir por qualquer outra forma para a obtenção de provas no âmbito de investigações, processos ou outros actos judiciais relativos às infracções previstas na presente Convenção, pode ser objecto de uma transferência, se estiverem reunidas as seguintes condições:

- a) Se a referida pessoa, devidamente informada, der o seu livre consentimento;
- b) Se as autoridades competentes dos dois Estados Partes em questão derem o seu consentimento, sob reserva das condições que estes Estados Partes possam considerar convenientes.

11. Para efeitos do n.º 10 do presente artigo:

- a) O Estado Parte para o qual a transferência da pessoa em questão for efectuada terá o poder e a obrigação de a manter detida, salvo pedido ou autorização em contrário do Estado Parte do qual a pessoa foi transferida;
- b) O Estado Parte para o qual a transferência for efectuada deverá cumprir prontamente a obrigação de entregar a pessoa à guarda do Estado Parte do qual foi transferida, em conformidade com o que tenha sido previamente acordado ou com o que as autoridades competentes dos dois Estados Partes tenham decidido;
- c) O Estado Parte para o qual for efectuada a transferência não poderá exigir do Estado Parte do qual a transferência foi efectuada que instaure um processo de extradição para que a pessoa lhe seja entregue;
- d) O período de tempo que a pessoa em questão estiver detida no Estado Parte para o qual for transferida é contado para o cumprimento da pena que lhe tenha sido aplicada no Estado Parte do qual for transferida.

12. A menos que o Estado Parte do qual a pessoa for transferida, ao abrigo dos n.ºs 10 e 11 do presente artigo, esteja de acordo, a pessoa em questão, seja qual for a sua nacionalidade, não será objecto de processo judicial, nem será detida, punida ou sujeita a outras restrições à sua liberdade de movimentos no território do Estado Parte para o qual seja transferida devido a actos, omissões ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado Parte do qual foi transferida.

13. Cada Estado Parte deverá designar uma autoridade central que terá a responsabilidade e o poder de receber pedidos de auxílio judiciário e quer de os executar quer de os transmitir às autoridades competentes para execução. Se um Estado Parte possuir uma região ou um território especial dotado de um sistema de cooperação judiciária diferente, poderá designar uma autoridade central distinta, que terá a mesma função para a referida região ou território. As autoridades centrais asseguram a celeridade e correcta execução ou transmissão dos pedidos recebidos. Quando a autoridade central transmitir o pedido a uma autoridade competente para a execução, encorajará a execução célere e correcta do pedido por parte desta autoridade. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas será notificado da autoridade central designada para este efeito no momento em que cada Estado Parte depositar os seus instrumentos de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão à presente Convenção. Os pedidos de auxílio judiciário e qualquer comunicação com eles relacionada serão transmitidos às autoridades centrais designadas pelos Estados Partes. A presente disposição não afectará o direito de

qualquer Estado Parte exigir que estes pedidos e comunicações lhe sejam remetidos por via diplomática e, em caso de urgência, se os Estados Partes nisso acordarem, através da Organização Internacional de Polícia Criminal, se tal for possível.

14. Os pedidos são enviados por escrito ou, se possível, por qualquer outro meio que possa produzir um documento escrito, numa língua que seja aceite pelo Estado Parte requerido, em condições que permitam a este Estado Parte verificar a sua autenticidade. A língua ou as línguas aceites por cada Estado Parte são notificadas ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas no momento em que o Estado Parte em questão depositar os seus instrumentos de ratificação, de aceitação, de aprovação ou de adesão à presente Convenção. Em caso de urgência, e se os Estados Partes nisso acordarem, os pedidos poderão ser feitos oralmente, mas deverão ser imediatamente confirmados por escrito.

15. Um pedido de auxílio judiciário deverá conter as seguintes informações:

- a) A designação da autoridade requerente;
- b) O objecto e a natureza da investigação, dos processos ou dos outros actos judiciais a que se refere o pedido, bem como o nome e as funções da autoridade competente;
- c) O resumo dos factos relevantes, salvo no caso dos pedidos efectuados para efeitos de notificação de actos judiciais;
- d) A indicação da assistência pretendida e pormenores de qualquer procedimento específico que o Estado Parte requerente deseje ver aplicado;
- e) Caso seja possível, a identidade, o endereço e a nacionalidade de qualquer pessoa visada; e
- f) O fim para o qual são pedidos os elementos, as informações ou as medidas.

16. O Estado Parte requerido poderá solicitar informações adicionais, quando tal se afigure necessário à execução do pedido, em conformidade com o seu direito interno, ou quando tal possa facilitar a execução do mesmo.

17. Qualquer pedido deverá ser executado em conformidade com o direito interno do Estado Parte requerido e, na medida em que não contrarie este direito e seja possível, em conformidade com os procedimentos naquele especificados.

18. Se for possível e em conformidade com os princípios fundamentais do direito interno, quando uma pessoa que se encontre no território de um Estado Parte deva ser

ouvida como testemunha ou como perito pelas autoridades judiciais de outro Estado Parte, o primeiro Estado Parte poderá, a pedido do outro, autorizar a sua audição por videoconferência, se não for possível ou desejável que a pessoa compareça no território do Estado Parte requerente. Os Estados Partes poderão acordar em que a audição seja conduzida por uma autoridade judicial do Estado Parte requerente e que a ela assista uma autoridade judicial do Estado Parte requerido.

19. O Estado Parte requerente não deve comunicar nem utilizar as informações ou os elementos de prova fornecidos pelo Estado Parte requerido para efeitos de investigações, processos ou procedimentos judiciais diferentes dos mencionados no pedido sem o consentimento prévio do Estado Parte requerido. O disposto neste número não impedirá o Estado Parte requerente de revelar, durante o processo, informações ou elementos de prova que ilibem o arguido. Neste último caso, o Estado Parte requerente deverá avisar, antes da revelação, o Estado Parte requerido e, se tal lhe for pedido, consultar este último.

Se, num caso excepcional, não for possível uma comunicação prévia, o Estado Parte requerente deverá informar da revelação, sem demora, o Estado Parte requerido.

20. O Estado Parte requerente poderá exigir que o Estado Parte requerido guarde sigilo sobre o pedido e o seu conteúdo, salvo na medida do que for necessário para o executar. Se o Estado Parte requerido não puder satisfazer esta exigência, deverá informar sem demora o Estado Parte requerente.

21. O auxílio judiciário poderá ser recusado:

- a) Se o pedido não for feito em conformidade com o disposto no presente artigo;
- b) Se o Estado Parte requerido considerar que a execução do pedido é susceptível de pôr em causa a sua soberania, a sua segurança, a sua ordem pública ou outros interesses essenciais;
- c) Se o direito interno do Estado Parte requerido proibir as suas autoridades de executarem as providências solicitadas numa infracção análoga que fosse objecto de uma investigação ou de um procedimento judicial no âmbito da sua própria competência;
- d) Se a aceitação do pedido contrariar o sistema jurídico do Estado Parte requerido no que se refere ao auxílio judiciário.

22. Os Estados Partes não poderão recusar um pedido de auxílio judiciário tendo por único motivo o facto de que a infracção envolve também questões fiscais.

23. Qualquer recusa de auxílio judiciário deverá ser fundamentada.
24. O Estado Parte requerido deverá executar o pedido de auxílio judiciário tão prontamente quanto possível e ter em conta, na medida do possível, todos os prazos sugeridos pelo Estado Parte requerente para os quais sejam dadas justificações, de preferência no pedido. O Estado Parte requerido deverá responder aos pedidos razoáveis do Estado Parte requerente quanto ao andamento das diligências solicitadas. Quando a assistência pedida deixar de ser necessária, o Estado Parte requerente deverá informar o Estado Parte requerido, sem demora, desse facto.
25. O auxílio judiciário poderá ser adiado pelo Estado Parte requerido por interferir com uma investigação, processos ou outros actos judiciais em curso.
26. Antes de recusar um pedido ao abrigo do n.º 21 do presente artigo ou de adiar a sua execução ao abrigo do n.º 25, o Estado Parte requerido deverá estudar com o Estado Parte requerente a possibilidade de prestar o auxílio sob reserva das condições que considere necessárias. Se o Estado Parte requerente aceitar o auxílio com essas condições, deverá respeitá-las.
27. Sem prejuízo da aplicação do n.º 12 do presente artigo, uma testemunha, um perito ou outra pessoa que, a pedido do Estado Parte, aceite depor num processo ou colaborar numa investigação, em processos ou em outros actos judiciais no território do Estado Parte requerente não será objecto de processo, nem será detida, punida ou sujeita a outras restrições à sua liberdade pessoal neste território, devido a actos, omissões ou condenações anteriores à sua partida do território do Estado Parte requerido. Esta imunidade cessa quando a testemunha, o perito ou a referida pessoa, tendo tido, durante um período de 15 dias consecutivos ou qualquer outro período acordado pelos Estados Partes a contar da data em que recebeu a comunicação oficial de que a sua presença já não era exigida pelas autoridades judiciais, a possibilidade de deixar o território do Estado Parte requerente, nele tenha voluntariamente permanecido ou, tendo-o deixado, a ele tenha regressado de livre vontade.
28. As despesas relacionadas com a execução de um pedido deverão ser suportadas pelo Estado Parte requerido, salvo se os Estados Partes envolvidos tiverem acordado de forma diferente. Quando venham a revelar-se necessárias despesas significativas ou extraordinárias para executar o pedido, os Estados Partes deverão consultar-se para fixar as condições segundo as quais o pedido deverá ser executado, bem como o modo como as despesas serão assumidas.

29. O Estado Parte requerido:

- a) Fornecerá ao Estado Parte requerente cópias dos processos, documentos ou informações administrativas que estejam em seu poder e que, por força do seu direito interno, estejam acessíveis ao público;
- b) Poderá, se assim o entender, fornecer ao Estado Parte requerente, na íntegra ou nas condições que considere apropriadas, cópias de todos os processos, documentos ou informações que estejam na sua posse e que, por força do seu direito interno, não sejam acessíveis ao público.

30. Os Estados Partes deverão considerar, se necessário, a possibilidade de celebrarem acordos bilaterais ou multilaterais que favoreçam os objectivos e as disposições do presente artigo, reforçando-as ou tornando-as mais eficazes.

Artigo 19.º ***Investigações conjuntas***

Os Estados Partes comprometem-se a celebrar acordos bilaterais ou multilaterais por força dos quais, relativamente às matérias que são objecto de investigações, de procedimentos criminais ou de processos judiciais num ou em vários Estados, as autoridades competentes envolvidas possam estabelecer equipas de investigação conjuntas. Na ausência destes acordos, as investigações conjuntas podem ser decididas numa base casuística. Os Estados Partes em causa deverão assegurar que a soberania do Estado Parte no território do qual a investigação decorre seja plenamente respeitada.

Artigo 20.º ***Técnicas especiais de investigação***

1. Se os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico o permitirem, cada Estado Parte, tendo em conta as suas possibilidades e em conformidade com as condições previstas no seu direito interno, deverá adoptar as medidas necessárias para permitir recurso apropriado a entregas controladas e, quando o considere adequado, o recurso a outras técnicas especiais de investigação, como a vigilância electrónica ou outras formas de vigilância e as acções encobertas, por parte das autoridades competentes no seu território, a fim de combater eficazmente a criminalidade organizada.

2. Para efeitos de investigação sobre as infracções previstas na presente Convenção, os Estados Partes são encorajados a celebrar, se necessário, acordos bilaterais ou multilaterais apropriados para recorrer às técnicas especiais de investigação, no âmbito da cooperação internacional. Estes acordos deverão ser celebrados e aplicados sem

prejuízo do princípio da igualdade soberana dos Estados e deverão ser executados em estrita conformidade com as disposições neles contidas.

3. Na ausência dos acordos referidos no n.º 2 do presente artigo, as decisões de recorrer a técnicas especiais de investigação a nível internacional deverão ser tomadas casuisticamente e poderão, se necessário, ter em conta acordos financeiros relativos ao exercício de jurisdição pelos Estados Partes interessados.

4. O recurso às entregas controladas a nível internacional pode, com autorização dos Estados Partes envolvidos, incluir métodos, tais como, a intercepção de mercadorias e a autorização de prosseguir o seu encaminhamento, sem alteração ou após subtracção ou substituição da totalidade ou de parte dessas mercadorias.

Artigo 21.º *Transferência de processos penais*

Os Estados Partes deverão considerar a possibilidade de transferirem mutuamente os processos relativos a uma infracção prevista na presente Convenção, nos casos em que esta transferência seja considerada necessária no interesse da boa administração da justiça e, em especial, quando estejam envolvidas várias jurisdições, a fim de centralizar a instrução dos processos.

Artigo 22.º *Estabelecimento de antecedentes penais*

Cada Estado Parte poderá adoptar as medidas legislativas ou outras que considere necessárias para ter em conta, nas condições e para os efeitos que entender apropriados, qualquer condenação a que o presumível autor de uma infracção tenha sido sujeito noutro Estado, a fim de utilizar esta informação no âmbito de um processo penal relativo a uma infracção prevista na presente Convenção.

Artigo 23.º *Criminalização da obstrução à justiça*

Cada Estado Parte deverá adoptar medidas legislativas e outras consideradas necessárias para estabelecer como infracção penal os seguintes actos, quando cometidos intencionalmente:

- a) O recurso à força física, a ameaças ou a intimidação, ou a promessa, a oferta ou a concessão de um benefício indevido para obtenção de um falso testemunho

- ou para impedir um testemunho ou a apresentação de elementos de prova num processo relacionado com a prática de infracções previstas na presente Convenção;
- b) O recurso à força física, a ameaças, ou a intimidação para impedir um funcionário judicial ou policial de exercer os deveres inerentes à sua função relativamente à prática de infracções previstas na presente Convenção. O disposto na presente alínea não prejudica o direito dos Estados Partes de disporem de legislação destinada a proteger outras categorias de funcionários públicos.

Artigo 24.º
Protecção das testemunhas

1. Cada Estado Parte, dentro das suas possibilidades, deverá adoptar medidas apropriadas para assegurar uma protecção eficaz contra eventuais actos de represália ou de intimidação das testemunhas que, no âmbito de processos penais, deponham sobre infracções previstas na presente Convenção e, quando necessário, aos seus familiares ou outras pessoas que lhes sejam próximas.
2. Sem prejuízo dos direitos do arguido, incluindo o direito a um julgamento regular, as medidas referidas no n.º 1 do presente artigo poderão incluir, entre outras:
 - a) Desenvolver, para a protecção física destas pessoas, procedimentos destinados a, consoante as necessidades e na medida do possível, fornecer-lhes um novo domicílio e, se necessário, impedir ou restringir a divulgação de informações relativas à sua identidade e paradeiro;
 - b) Estabelecer normas em matéria de prova que permitam às testemunhas depor em segurança, nomeadamente autorizando-as a depor com recurso a meios técnicos de comunicação, como ligações de vídeo ou outros meios adequados.
3. Os Estados Partes deverão considerar a possibilidade de celebrar acordos com outros Estados para facultar um novo domicílio às pessoas referidas no n.º 1 do presente artigo.
4. As disposições do presente artigo aplicam-se igualmente às vítimas, quando forem testemunhas.

Artigo 25.º
Assistência e protecção às vítimas

1. Cada Estado Parte deverá adoptar, segundo as suas possibilidades, medidas apropriadas para prestar assistência e assegurar a protecção às vítimas de infracções

previstas na presente Convenção, especialmente em caso de ameaça de represálias ou de intimidação.

2. Cada Estado Parte deverá estabelecer procedimentos adequados para que as vítimas de infracções previstas na presente Convenção possam obter reparação.

3. Cada Estado Parte deverá, sem prejuízo do seu direito interno, assegurar que as opiniões e preocupações das vítimas sejam apresentadas e tomadas em consideração nas fases adequadas do processo penal instaurado contra os autores de infracções, por forma que não prejudique os direitos da defesa.

Artigo 26.º

Medidas para intensificar a cooperação com as autoridades competentes para a aplicação da lei

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas adequadas para encorajar as pessoas que participem ou tenham participado em grupos criminosos organizados:

- a) A fornecerem informações úteis às autoridades competentes para efeitos de investigação e produção de provas, nomeadamente:
 - i) A identidade, natureza, composição, estrutura, localização ou actividades dos grupos criminosos organizados;
 - ii) As ligações, incluindo à escala internacional, com outros grupos criminosos organizados;
 - iii) As infracções que os grupos criminosos organizados praticaram ou poderão vir a praticar;
- b) A prestarem ajuda efectiva e concreta às autoridades competentes, susceptível de contribuir para privar os grupos criminosos organizados dos seus recursos ou dos produtos do crime.

2. Cada Estado Parte poderá considerar a possibilidade, nos casos pertinentes, de reduzir a pena de que é passível um arguido que coopere de forma substancial na investigação ou no julgamento dos autores de uma infracção prevista na presente Convenção.

3. Cada Estado Parte poderá considerar a possibilidade, em conformidade com os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico interno, de conceder imunidade a uma pessoa que coopere de forma substancial na investigação ou no julgamento dos autores de uma infracção prevista na presente Convenção.

4. A protecção destas pessoas será assegurada nos termos do artigo 24.º da presente Convenção.

5. Quando uma das pessoas referidas no n.º 1 do presente artigo se encontre num Estado Parte e possa prestar uma cooperação substancial às autoridades competentes de outro Estado Parte, os Estados Partes em questão poderão considerar a celebração de acordos, em conformidade com o seu direito interno, relativos à eventual concessão, pelo outro Estado Parte, do tratamento descrito nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo.

Artigo 27.º

Cooperação entre as autoridades competentes para a aplicação da lei

1. Os Estados Partes deverão cooperar estreitamente, em conformidade com os respectivos ordenamentos jurídicos e administrativos, a fim de reforçar a eficácia das medidas de controlo do cumprimento da lei destinadas a combater as infracções previstas na presente Convenção. Em concreto, cada Estado Parte deverá adoptar medidas eficazes para:

- a) Reforçar ou, se necessário, criar canais de comunicação entre as suas autoridades, organismos e serviços competentes, para facilitar a rápida e segura troca de informações relativas a todos os aspectos das infracções previstas na presente Convenção, incluindo, se os Estados Partes envolvidos o considerarem apropriado, ligações com outras actividades criminosas;
- b) Cooperar com outros Estados Partes, quando se trate de infracções previstas na presente Convenção, na condução de investigações relativas aos seguintes aspectos:
 - i) Identidade, localização e actividades de pessoas suspeitas de implicação nas referidas infracções, bem como localização de outras pessoas envolvidas;
 - ii) Movimentação do produto do crime ou dos bens provenientes da prática destas infracções;
 - iii) Movimentação de bens, equipamentos ou outros instrumentos utilizados ou destinados a ser utilizados na prática destas infracções;
- c) Fornecer, quando for caso disso, os elementos ou as quantidades de substâncias necessárias para fins de análise ou de investigação;
- d) Facilitar uma coordenação eficaz entre as autoridades, organismos e serviços competentes e promover o intercâmbio de pessoal e de peritos, incluindo, sob reserva da existência de acordos bilaterais entre os Estados Partes envolvidos, a designação de oficiais de ligação;
- e) Trocar informações com outros Estados Partes sobre os meios e métodos específicos utilizados pelos grupos criminosos organizados, incluindo, se for caso disso, os itinerários e os meios de transporte, bem como o uso de identidades

falsas, de documentos alterados ou falsificados ou outros meios de dissimulação das suas actividades;

- f) Trocar informações e coordenar as medidas administrativas e outras; tendo em vista detectar o mais rapidamente possível as infracções previstas na presente Convenção.

2. Para dar aplicação à presente Convenção, os Estados Partes deverão considerar a possibilidade de celebrar acordos bilaterais ou multilaterais que prevejam uma cooperação directa entre as respectivas autoridades competentes para a aplicação da lei e, quando tais acordos já existam, considerarão a possibilidade de os alterar. Na ausência de tais acordos entre os Estados Partes envolvidos, estes últimos poderão basear-se na presente Convenção para instituir uma cooperação policial relativa às infracções previstas na presente Convenção. Sempre que tal se justifique, os Estados Partes deverão utilizar plenamente os acordos, incluindo as organizações internacionais ou regionais, para intensificar a cooperação entre as respectivas autoridades competentes para a aplicação da lei.

3. Os Estados Partes deverão procurar cooperar, na medida das suas possibilidades, para combater a criminalidade organizada transnacional praticada com recurso a meios tecnológicos modernos.

Artigo 28.º
Recolha, intercâmbio e análise de informações sobre a natureza
da criminalidade Organizada

1. Cada Estado Parte deverá considerar a possibilidade de analisar, consultando os meios científicos e universitários, as tendências da criminalidade organizada no seu território, as circunstâncias em que opera e os grupos profissionais e tecnologias que envolve.

2. Os Estados Partes deverão considerar a possibilidade de desenvolver as suas capacidades de análise das actividades criminosas organizadas e de as partilhar directamente entre si e através de organizações internacionais e regionais. Para este efeito, deverão ser elaboradas e aplicadas, quando for caso disso, definições, normas e metodologias comuns.

3. Cada Estado Parte deverá considerar o seguimento das suas políticas e a tomada de medidas adequadas para combater a criminalidade organizada, assim como a organização de exercícios de avaliação da sua aplicação e eficácia.

Artigo 29.º
Formação e assistência técnica

1. Cada Estado Parte deverá estabelecer, desenvolver ou melhorar, na medida das necessidades, programas de formação específicos destinados ao pessoal das autoridades competentes para a aplicação da lei, incluindo magistrados do Ministério Público, juízes de instrução e funcionários aduaneiros, bem como outro pessoal que tenha por função prevenir, detectar e reprimir as infracções previstas na presente Convenção. Estes programas, que poderão prever destacamentos e intercâmbio de pessoal, incidirão especificamente, na medida em que o direito interno o permita, sobre os seguintes aspectos:

- a) Métodos utilizados para prevenir, detectar e combater as infracções previstas na presente Convenção;
- b) Itinerários e técnicas utilizadas pelas pessoas suspeitas de participarem na prática das infracções previstas na presente Convenção, incluindo nos Estados de trânsito, e medidas de luta adequadas;
- c) Vigilância das movimentações dos produtos de contrabando;
- d) Detecção e vigilância das movimentações dos produtos do crime; de bens, equipamentos ou outros instrumentos, de métodos de transferência, dissimulação ou disfarce destes produtos, bens, equipamentos ou outros instrumentos, bem como métodos de luta contra o branqueamento de capitais e outras infracções financeiras;
- e) Recolha de elementos de prova;
- f) Técnicas de controlo nas zonas francas e nos portos francos;
- g) Equipamentos e técnicas modernas de detecção e de repressão, incluindo a vigilância electrónica, as entregas controladas e as acções encobertas;
- h) Métodos utilizados para combater a criminalidade organizada transnacional cometida por meio de computadores, de redes de telecomunicações ou de outras tecnologias modernas; e
- i) Métodos utilizados para a protecção das vítimas e das testemunhas.

2. Os Estados Partes deverão cooperar no planeamento e execução de programas de investigação e de formação concebidos para o intercâmbio de conhecimentos especializados nos domínios referidos no n.º 1 do presente artigo e, para este efeito, recorrer também, quando for caso disso, a conferências e seminários regionais e internacionais para promover a cooperação e estimular as trocas de opiniões sobre

problemas comuns, incluindo os problemas e necessidades específicos dos Estados de trânsito.

3. Os Estados Partes deverão incentivar as actividades de formação e de assistência técnica susceptíveis de facilitar a extradição e a cooperação judiciária. Estas actividades de cooperação e de assistência técnica poderão incluir formação linguística, destacamentos e intercâmbio do pessoal das autoridades centrais ou de organismos que tenham responsabilidades nos domínios em questão.

4. Sempre que se encontrem em vigor acordos bilaterais ou multilaterais, os Estados Partes deverão reforçar, tanto quanto for necessário, as medidas tomadas no sentido de otimizar as actividades operacionais e de formação no âmbito de organizações internacionais e regionais e no âmbito de outros acordos bilaterais e multilaterais na matéria.

Artigo 30.º

Outras medidas-Aplicação da Convenção através do desenvolvimento económico e da assistência técnica

1. Os Estados Partes deverão tomar as medidas adequadas para assegurar a melhor aplicação possível da presente Convenção através da cooperação internacional, tendo em conta os efeitos negativos da criminalidade organizada na sociedade, em geral, e no desenvolvimento sustentável, em particular.

2. Os Estados Partes deverão fazer esforços concretos, na medida do possível, de coordenação entre si e com as organizações regionais e internacionais:

- a) Para desenvolver a sua cooperação a vários níveis com os países em desenvolvimento, a fim de reforçar a capacidade destes para prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional;
- b) Para aumentar a assistência financeira e material aos países em desenvolvimento, a fim de apoiar os seus esforços para combater eficazmente a criminalidade organizada transnacional e os ajudar a aplicar com êxito a presente Convenção;
- c) Para facultar uma assistência técnica aos países em desenvolvimento e aos países com uma economia de transição, a fim de os ajudar a obter meios para a aplicação da presente Convenção. Para este efeito, os Estados Partes procurarão contribuir voluntariamente de forma adequada e regular para uma conta constituída para aquele fim no âmbito de um mecanismo de financiamento das Nações Unidas. Os Estados Partes poderão também considerar, especificamente, em conformidade com o seu direito interno e com as disposições da presente Convenção, a

possibilidade de destinarem à conta acima referida uma percentagem dos fundos ou do valor correspondente dos produtos do crime ou dos bens declarados perdidos em aplicação das disposições da presente Convenção;

- d) Para incentivar e persuadir outros Estados e instituições financeiras, quando tal se justifique, a se associarem aos esforços desenvolvidos em conformidade com o presente artigo, nomeadamente fornecendo aos países em desenvolvimento mais programas de formação e material moderno, a fim de os ajudar a alcançar os objectivos da presente Convenção.

3. Tanto quanto possível, estas medidas deverão ser tomadas sem prejuízo dos compromissos existentes em matéria de assistência externa ou de outros acordos de cooperação financeira a nível bilateral, regional ou internacional.

4. Os Estados Partes poderão celebrar acordos bilaterais ou multilaterais relativos a assistência técnica e logística, tendo em conta os acordos financeiros necessários para assegurar a eficácia dos meios de cooperação internacional previstos na presente Convenção, e para prevenir, detectar e combater a criminalidade organizada transnacional.

Artigo 31.º *Prevenção*

1. Os Estados Partes deverão procurar elaborar e avaliar projectos nacionais, bem como estabelecer e promover as melhores práticas e políticas para prevenir a criminalidade organizada transnacional.

2. Em conformidade com os princípios fundamentais do seu direito interno, os Estados Partes procurarão reduzir, através de medidas legislativas, administrativas ou outras que sejam adequadas, as possibilidades actuais ou futuras de participação de grupos criminosos organizados em negócios lícitos utilizando os produtos do crime. Estas medidas deverão incidir:

- a) No reforço da cooperação entre as autoridades competentes para a aplicação da lei, os magistrados do ministério público e as entidades privadas envolvidas, incluindo empresas;
- b) Na promoção da elaboração de normas e procedimentos destinados a preservar a integridade das entidades públicas e privadas envolvidas, bem como de códigos deontológicos para determinados profissionais, em particular juristas, notários, consultores fiscais e contabilistas;

- c) Na prevenção da utilização indevida, por grupos criminosos organizados, de concursos públicos, bem como de subvenções e licenças concedidas por autoridades públicas para a realização de actividades comerciais;
 - d) Na prevenção da utilização indevida de pessoas colectivas por grupos criminosos organizados; estas medidas poderão incluir:
 - i) O estabelecimento de registos públicos de pessoas colectivas e singulares envolvidas na criação, gestão e financiamento de pessoas colectivas;
 - ii) A possibilidade de privar, por decisão judicial ou por qualquer outro meio adequado, as pessoas condenadas por infracções previstas na presente Convenção, por um período adequado, do direito de exercerem funções de direcção de pessoas colectivas estabelecidas no seu território;
 - iii) O estabelecimento de registos nacionais de pessoas que tenham sido privadas do direito de exercerem funções de direcção de pessoas colectivas; e
 - iv) O intercâmbio de informações contidas nos registos referidos nas subalíneas i) e iii) da presente alínea com as autoridades competentes dos outros Estados Partes.
3. Os Estados Partes deverão procurar promover a reinserção na sociedade das pessoas condenadas por infracções previstas na presente Convenção.
4. Os Estados Partes deverão procurar avaliar periodicamente os instrumentos jurídicos e as práticas administrativas aplicáveis, a fim de determinar se contêm lacunas que permitam aos grupos criminosos organizados fazerem deles uma utilização indevida.
5. Os Estados Partes deverão procurar sensibilizar melhor o público para a existência, as causas e a gravidade da criminalidade organizada transnacional e para a ameaça que esta representa. Poderão fazê-lo, quando for caso disso, por intermédio dos meios de comunicação social e adoptando medidas destinadas a promover a participação do público nas acções de prevenção e de combate à criminalidade.
6. Cada Estado Parte deverá comunicar ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas o nome e o endereço da(s) autoridade(s) que poderá(ão) auxiliar os outros Estados Partes na aplicação das medidas de prevenção da criminalidade organizada transnacional.
7. Quando tal se justifique, os Estados Partes deverão colaborar, entre si e com as organizações regionais e internacionais competentes, a fim de promover e aplicar as medidas referidas no presente artigo. A este título, deverão participar em projectos internacionais destinados a prevenir a criminalidade organizada transnacional, actuando,

por exemplo, sobre os factores que tornam os grupos socialmente marginalizados vulneráveis à sua acção.

Artigo 32.º *Conferência das Partes na Convenção*

1. É instituída uma Conferência das Partes na Convenção, para melhorar a capacidade dos Estados Partes no combate à criminalidade organizada transnacional e para promover e analisar a aplicação da presente Convenção.

2. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas deverá convocar a Conferência das Partes, o mais tardar, um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. A Conferência das Partes deverá adoptar um regulamento interno e regras relativas às actividades enunciadas nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo (incluindo regras relativas ao financiamento das despesas decorrentes dessas actividades).

3. A Conferência das Partes deverá acordar em mecanismos destinados a atingir os objectivos referidos no n.º 1 do presente artigo, nomeadamente:

- a) Facilitando as acções desenvolvidas pelos Estados Partes em aplicação dos artigos 29.º, 30.º e 31.º da presente Convenção, inclusive incentivando a mobilização de contribuições voluntárias;
- b) Facilitando o intercâmbio de informações entre Estados Partes sobre as características e tendências da criminalidade organizada transnacional e as práticas eficazes para a combater;
- c) Cooperando com as organizações regionais e internacionais e as organizações não governamentais competentes;
- d) Avaliando, periodicamente, a aplicação da presente Convenção;
- e) Formulando recomendações a fim de melhorar a presente Convenção e a sua aplicação.

4. Para efeitos das alíneas d) e e) do n.º 3 do presente artigo, a Conferência das Partes deverá inteirar-se das medidas adoptadas e das dificuldades encontradas pelos Estados Partes na aplicação da presente Convenção, utilizando as informações que estes lhe comuniquem e os mecanismos complementares de análise que venha a criar.

5. Cada Estado Parte deverá comunicar à Conferência das Partes, a solicitação desta, informações sobre os seus programas, planos e práticas, bem como sobre as suas medidas legislativas e administrativas destinadas a aplicar a presente Convenção.

Artigo 33.º
Secretariado

1. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas deverá fornecer os serviços de secretariado necessários à Conferência das Partes na Convenção.
2. O secretariado:
 - a) Deverá apoiar a Conferência das Partes na realização das actividades enunciadas no artigo 32.º da presente Convenção e deverá tomar as disposições e prestar os serviços necessários para as sessões da Conferência das Partes;
 - b) Deverá assistir os Estados Partes, a pedido destes, no fornecimento à Conferência das Partes das informações previstas no n.º 5 do artigo 32.º da presente Convenção;
 - e
 - c) Deverá assegurar a coordenação necessária com os secretariados das organizações regionais e internacionais.

Artigo 34.º
Aplicação da Convenção

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas necessárias, incluindo legislativas e administrativas, em conformidade com os princípios fundamentais do seu direito interno, para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da presente Convenção.
2. As infracções enunciadas nos artigos 5.º, 6.º, 8.º e 23.º da presente Convenção deverão ser incorporadas no direito interno de cada Estado Parte, independentemente da sua natureza transnacional ou da implicação de um grupo criminoso organizado nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da presente Convenção, salvo na medida em que o artigo 5.º da presente Convenção exija o envolvimento de um grupo criminoso organizado.
3. Cada Estado Parte poderá adoptar medidas mais estritas ou mais rigorosas do que as previstas na presente Convenção a fim de prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional.

Artigo 35.º
Resolução de diferendos

1. Os Estados Partes deverão procurar resolver os diferendos relativos à interpretação ou à aplicação da presente Convenção por via da negociação.

2. Os diferendos entre dois ou mais Estados Partes relativos à aplicação ou à interpretação da presente Convenção que não possam ser resolvidos por via da negociação num prazo razoável deverão, a pedido de um desses Estados Partes, ser submetidos a arbitragem. Se, no prazo de seis meses a contar da data do pedido de arbitragem, esses Estados Partes não chegarem a acordo sobre a organização da arbitragem, qualquer deles poderá submeter o diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça, mediante petição de acordo com o estatuto do Tribunal.

3. Cada Estado Parte pode, no momento em que assina, ratifica, aceita, aprova ou adere à presente Convenção, declarar que não se considera ligado pelo n.º 2 do presente artigo. Os outros Estados Partes não estão ligados pelo n.º 2 do presente artigo relativamente a qualquer Estado Parte que tenha formulado essa reserva.

4. Todo o Estado Parte que tenha formulado uma reserva nos termos do n.º 3 do presente artigo pode, a qualquer momento, retirá-la mediante notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo 36.º

Assinatura, ratificação, aceitação, aprovação e adesão

1. A presente Convenção será aberta à assinatura de todos os Estados entre 12 e 15 de Dezembro de 2000, em Palermo (Itália) e, seguidamente, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, até 12 de Dezembro de 2002.

2. A presente Convenção será igualmente aberta à assinatura das organizações regionais de integração económica desde que pelo menos um Estado-Membro dessa organização tenha assinado a presente Convenção de acordo com o n.º 1 do presente artigo.

3. A presente Convenção está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Uma organização regional de integração económica pode depositar o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação se pelo menos um dos seus Estados-Membros o tiver feito. Nesse instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, essa organização deverá declarar o âmbito da sua competência relativamente às matérias reguladas pela presente Convenção. Deverá igualmente informar o depositário de qualquer alteração substancial do âmbito da sua competência.

4. A presente Convenção está aberta à adesão de qualquer Estado ou organização regional de integração económica da qual, pelo menos, um Estado-Membro seja

parte na presente Convenção. Os instrumentos de adesão serão depositados junto do Secretário- Geral da Organização das Nações Unidas. No momento da sua adesão, uma organização regional de integração económica deverá declarar o âmbito da sua competência relativamente às matérias reguladas pela presente Convenção. Deverá igualmente informar o depositário de qualquer alteração substancial do âmbito da sua competência.

Artigo 37.º
Relação com os protocolos

1. A presente Convenção poderá ser completada por um ou mais protocolos.
2. Para se tornar Parte num protocolo, um Estado ou uma organização regional de integração económica deverá igualmente ser Parte na presente Convenção.
3. Um Estado Parte na presente Convenção não estará vinculado por um protocolo, a menos que se torne Parte do mesmo protocolo, em conformidade com as disposições deste.
4. Qualquer protocolo adicional à presente Convenção será interpretado conjuntamente com a mesma, tendo em conta a finalidade desse protocolo.

Artigo 38.º
Entrada em vigor

1. A presente Convenção entrará em vigor no 90.º dia seguinte à data do depósito do 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão. Para efeitos do presente número, nenhum dos instrumentos depositados por uma organização regional de integração económica será considerado um instrumento adicional aos que já tenham sido depositados pelos Estados-Membros dessa organização.
2. Para cada Estado ou organização regional de integração económica que ratifique, aceite ou aprove a presente Convenção ou a ela adira depois de ter sido depositado o 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia seguinte à data de depósito por tal Estado ou organização do referido instrumento.

Artigo 39.º
Emendas

1. Decorridos cinco anos sobre a data de entrada em vigor da presente Convenção, um Estado Parte poderá propor uma emenda e depositar o respectivo texto junto

do Secretário-Geral das Nações Unidas. Este último transmitirá, em seguida, a proposta de emenda aos Estados Partes e à Conferência das Partes na Convenção para apreciação da proposta e tomada de uma decisão. A Conferência das Partes fará todos os esforços para conseguir chegar, por consenso, a um acordo sobre toda e qualquer emenda. Uma vez esgotados todos os esforços nesse sentido sem que um acordo tenha sido alcançado, a emenda será, como último recurso, adotada por uma maioria de dois terços dos votos dos Estados Partes no presente Protocolo presentes e votantes na Conferência das Partes.

2. As organizações de integração económica regional, nas áreas da sua competência, dispõem, para exercerem o seu direito de voto, de um número de votos igual ao número dos seus Estados-Membros que sejam Partes na presente Convenção. Estas organizações não deverão exercer o seu direito de voto caso os seus Estados-Membros exerçam o deles e vice-versa.

3. Uma emenda adoptada nos termos do n.º 1 do presente artigo está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação dos Estados Partes.

4. Uma emenda adoptada nos termos do n.º 1 do presente artigo entrará em vigor para cada Estado Parte 90 dias após a data do depósito, por esse mesmo Estado Parte, de um instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da referida emenda junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

5. Logo que uma emenda entra em vigor, ela vincula os Estados Partes que manifestaram o seu consentimento de vinculação a essa emenda. Os outros Estados Partes permanecerão ligados pelas disposições da presente Convenção e por todas as alterações anteriores que tenham ratificado, aceite ou aprovado.

Artigo 40.º *Denúncia*

1. Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção mediante notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

2. Uma organização regional de integração económica regional deixará de ser Parte no presente Protocolo quando todos os seus Estados-Membros o tiverem denunciado.

3. A denúncia da presente Convenção, em conformidade com o n.º 1 do presente artigo, implica a denúncia de qualquer protocolo a ela associado.

Artigo 41.º
Depositário e línguas

1. O Secretário-Geral das Nações Unidas é o depositário da presente Convenção.
2. O original da presente Convenção, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo fazem igualmente fé, será depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas. Em fé do que os plenipotenciários abaixo assinados, para o efeito devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram esta Convenção.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial de Mulheres e Crianças

Adoptado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000.

Entrada em vigor a 29 de Setembro de 2003.

Preâmbulo

Os Estados Partes no presente Protocolo:

Declarando que uma acção eficaz para prevenir e combater o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, exige por parte dos países de origem, de trânsito e de destino uma abordagem global e internacional que inclua medidas destinadas a prevenir esse tráfico, a punir os traficantes e a proteger as vítimas desse tráfico, designadamente protegendo os seus direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos;

Tendo em conta que, apesar da existência de uma variedade de instrumentos internacionais que contêm normas e medidas práticas destinadas a combater a exploração de pessoas, em especial de mulheres e crianças, não existe nenhum instrumento universal que trate de todos os aspectos relativos ao tráfico de pessoas;

Preocupados com o facto de, na ausência desse instrumento, as pessoas vulneráveis ao tráfico não estarem suficientemente protegidas;

Relembrando a Resolução n.º 53/111, da Assembleia Geral, de 9 de Dezembro de 1998, na qual a Assembleia decidiu criar um comité intergovernamental especial, de composição aberta, para elaborar uma convenção internacional global contra a criminalidade organizada transnacional e examinar a possibilidade de elaborar, designadamente, um instrumento internacional de luta contra o tráfico de mulheres e de crianças;

Convencidos de que para prevenir e combater este tipo de criminalidade será útil completar a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional com um instrumento internacional destinado a prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças;

Acordaram no seguinte:

I-Disposições gerais

Artigo 1.º

Relação com a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional

1. O presente Protocolo completa a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e deverá ser interpretado em conjunto com a Convenção.
2. As disposições da Convenção deverão aplicar-se *mutatis mutandis* ao presente Protocolo, salvo se no mesmo se dispuser o contrário.
3. As infracções estabelecidas em conformidade com o artigo 5.º do presente Protocolo deverão ser consideradas infracções estabelecidas em conformidade com a Convenção.

Artigo 2.º *Objecto*

O presente Protocolo tem como objecto:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma especial atenção às mulheres e às crianças;
- b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e
- c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir estes objectivos.

Artigo 3.º *Definições*

Para efeitos do presente Protocolo:

- a) Por «tráfico de pessoas» entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extracção de órgãos;

- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração deverão ser considerados «tráfico de pessoas» mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente artigo;
- d) Por «criança» entende-se qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos.

Artigo 4.º *Âmbito aplicação*

O presente Protocolo aplica-se, salvo disposição em contrário, à prevenção, à investigação e à repressão das infracções estabelecidas em conformidade com o seu artigo 5.º do presente Protocolo, quando essas infracções sejam de natureza transnacional e envolvam um grupo criminoso organizado, bem como à protecção das vítimas dessas infracções.

Artigo 5.º *Criminalização*

1. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infracções penais os actos descritos no artigo 3.º do presente Protocolo quando tenham sido praticados intencionalmente.
2. Cada Estado Parte deverá adoptar igualmente as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infracções penais:
 - a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infracção estabelecida em conformidade com o n.º 1 do presente artigo;
 - b) Participar como cúmplice numa infracção estabelecida em conformidade com o n.º 1 do presente artigo; e
 - c) Organizar a prática de ou mandar outras pessoas cometer uma infracção estabelecida em conformidade com o n.º 1 do presente artigo.

II-Protecção das vítimas de tráfico de pessoas

Artigo 6.º *Assistência e protecção às vítimas de tráfico de pessoas*

1. Nos casos em que se considere apropriado e na medida em que o permita o seu direito interno, cada Estado Parte deverá proteger a privacidade e a identidade das

vítimas de tráfico de pessoas, nomeadamente estabelecendo a confidencialidade dos processos judiciais relativos a esse tráfico.

2. Cada Estado Parte deverá assegurar que o seu sistema jurídico ou administrativo contenha medidas que forneçam às vítimas de tráfico de pessoas, quando necessário:

- a) Informação sobre os processos judiciais e administrativos aplicáveis;
- b) Assistência para permitir que as suas opiniões e preocupações sejam apresentadas e tomadas em conta nas fases adequadas do processo penal instaurado contra os autores das infracções, sem prejuízo dos direitos de defesa.

3. Cada Estado Parte deverá considerar a possibilidade de aplicar medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, nomeadamente, se for caso disso, em cooperação com organizações não governamentais, outras organizações competentes e outros sectores da sociedade civil e, em especial, facultar:

- a) Alojamento adequado;
- b) Aconselhamento e informação, em particular quanto aos direitos que a lei lhes reconhece numa língua que compreendam;
- c) Assistência médica, psicológica e material; e
- d) Oportunidades de emprego, de educação e de formação.

4. Cada Estado Parte deverá ter em conta, ao aplicar as disposições do presente artigo, a idade, o sexo e as necessidades especiais das vítimas de tráfico de pessoas, em particular as necessidades especiais das crianças, nomeadamente o alojamento, a educação e os cuidados adequados.

5. Cada Estado Parte deverá esforçar-se por garantir a segurança física das vítimas de tráfico de pessoas enquanto estas se encontrarem no seu território.

6. Cada Estado Parte deverá assegurar que o seu sistema jurídico preveja medidas que ofereçam às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indemnização pelos danos sofridos.

Artigo 7.º

Estatuto das vítimas de tráfico de pessoas nos Estados de acolhimento

1. Além de adoptar as medidas previstas no artigo 6.º do presente Protocolo, cada Estado Parte deverá considerar a possibilidade de adoptar medidas legislativas ou outras medidas adequadas que permitam às vítimas de tráfico de pessoas permanecerem no seu território, se for caso disso, temporária ou permanentemente.

2. Ao aplicar o disposto no n.º 1 do presente artigo, cada Estado Parte deverá ter devidamente em conta factores humanitários e compassivos.

Artigo 8.º
Repatriamento das vítimas de tráfico de pessoas

1. O Estado Parte do qual a vítima de tráfico de pessoas é nacional ou no qual esta tinha direito de residência permanente no momento da sua entrada no território do Estado Parte de acolhimento, deverá facilitar e aceitar, tendo devidamente em conta a segurança dessa pessoa, o seu regresso sem demora indevida ou injustificada.

2. Quando um Estado Parte repatria uma vítima de tráfico de pessoas para um Estado Parte do qual essa pessoa é nacional ou no qual esta tinha direito de residência permanente, no momento da sua entrada no território do Estado Parte de acolhimento, deverá assegurar que esse repatriamento tenha devidamente em conta a segurança da pessoa, bem como o estado de qualquer processo judicial relacionado com o facto de ela ser uma vítima de tráfico, e que seja, de preferência, voluntário.

3. A pedido do Estado Parte de acolhimento, qualquer Estado Parte requerido deverá verificar, sem demora indevida ou injustificada, se uma vítima de tráfico de pessoas é sua nacional ou tinha direito de residência permanente no seu território no momento da sua entrada no território do Estado Parte de acolhimento.

4. De forma a facilitar o repatriamento de uma vítima de tráfico de pessoas que não possua os documentos devidos, o Estado Parte do qual essa pessoa é nacional ou no qual esta tinha direito de residência permanente no momento da sua entrada no território do Estado Parte de acolhimento, deverá aceitar emitir, a pedido do Estado Parte de acolhimento, os documentos de viagem ou qualquer outro tipo de autorização necessária que permitam à pessoa viajar e voltar a entrar no seu território.

5. O presente artigo não prejudica os direitos reconhecidos às vítimas de tráfico de pessoas por força de qualquer disposição do direito interno do Estado Parte de acolhimento.

6. O presente artigo não prejudica qualquer acordo bilateral ou multilateral aplicável que regule, no todo ou em parte, o repatriamento das vítimas de tráfico de pessoas.

III-Prevenção, cooperação e outras medidas

Artigo 9.º *Prevenção do tráfico de pessoas*

1. Os Estados Partes deverão estabelecer políticas, programas e outras medidas abrangentes para:
 - a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas; e
 - b) Proteger as vítimas de tráfico de pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, de nova vitimização.
2. Os Estados Partes deverão esforçar-se por adoptar medidas tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão, através dos órgãos de comunicação social, bem como iniciativas sociais e económicas, tendo em vista prevenir e combater o tráfico de pessoas.
3. As políticas, os programas e outras medidas adoptados em conformidade com o presente artigo deverão incluir, se necessário, a cooperação com organizações não governamentais, outras organizações relevantes e outros sectores da sociedade civil.
4. Os Estados Partes deverão adoptar ou reforçar medidas, designadamente através da cooperação bilateral ou multilateral, para reduzir os factores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades, que tornam as pessoas, em especial as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico.
5. Os Estados Partes deverão adoptar ou reforçar as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educativas, sociais ou culturais, designadamente através da cooperação bilateral ou multilateral, a fim de desencorajar a procura que propicie qualquer forma de exploração de pessoas, em especial de mulheres e crianças, que leve ao tráfico.

Artigo 10.º *Intercâmbio de informações e formação*

1. Os serviços responsáveis pela aplicação da lei, os serviços de imigração ou outros serviços competentes dos Estados Partes deverão cooperar entre si, na medida do possível, através da troca de informações, em conformidade com o seu direito interno, a fim de poderem determinar:
 - a) Se as pessoas que atravessam ou tentam atravessar uma fronteira internacional com documentos de viagem pertencentes a terceiros ou sem documentos de viagem são autores ou vítimas de tráfico de pessoas;

- b) Os tipos de documentos de viagem que as pessoas têm utilizado ou tentado utilizar para atravessar uma fronteira internacional para fins de tráfico de pessoas; e
- c) Os meios e métodos utilizados por grupos criminosos organizados para fins de tráfico de pessoas, incluindo o recrutamento e o transporte de vítimas, as rotas e as ligações entre as pessoas e os grupos envolvidos no referido tráfico, bem como as medidas adequadas à sua detecção.

2. Os Estados Partes deverão assegurar ou reforçar a formação dos funcionários dos serviços responsáveis pela aplicação da lei, dos serviços de imigração ou de outros serviços competentes, na prevenção do tráfico de pessoas. A formação deve incidir sobre os métodos utilizados para prevenir o referido tráfico, para perseguir judicialmente os traficantes e para fazer respeitar os direitos das vítimas, nomeadamente protegendo-as dos traficantes. A formação deverá igualmente ter em conta a necessidade de abarcar os direitos humanos e as questões específicas dos homens, das mulheres e das crianças bem como encorajar a cooperação com organizações não governamentais, outras organizações relevantes e outros sectores da sociedade civil.

3. Um Estado Parte que receba informações, deverá respeitar qualquer pedido do Estado Parte que as tenha transmitido, que sujeite a sua utilização a restrições.

Artigo 11.º *Medidas nas fronteiras*

1. Sem prejuízo dos compromissos internacionais relativos à liberdade de circulação de pessoas, os Estados Partes deverão reforçar, na medida do possível, os controlos fronteiriços necessários para prevenir e detectar o tráfico de pessoas.

2. Cada Estado Parte deverá adoptar as medidas legislativas ou outras medidas apropriadas para prevenir, na medida do possível, a utilização de meios de transporte explorados por transportadores comerciais para a prática de infracções estabelecidas em conformidade com o artigo 5.º do presente Protocolo.

3. Quando se considere apropriado e sem prejuízo das convenções internacionais aplicáveis, tais medidas deverão consistir, nomeadamente, em estabelecer a obrigação para os transportadores comerciais, incluindo qualquer empresa de transportes, proprietário ou operador de qualquer meio de transporte, de verificar se todos os passageiros são portadores dos documentos de viagem exigidos para a entrada no Estado de acolhimento.

4. Cada Estado Parte deverá tomar as medidas necessárias em conformidade com o seu direito interno para prever sanções em caso de incumprimento da obrigação constante do n.º 3 do presente artigo.

5. Cada Estado Parte deverá considerar a possibilidade de tomar medidas que permitam, de acordo com o seu direito interno, recusar a entrada ou anular os vistos de pessoas envolvidas na prática de infracções estabelecidas em conformidade com o presente Protocolo.

6. Sem prejuízo do disposto no artigo 27.º da Convenção, os Estados Partes deverão procurar intensificar a cooperação entre os serviços de controlo de fronteiras, designadamente através da criação e manutenção de canais de comunicação directos.

Artigo 12.º *Segurança e controlo dos documentos*

Cada Estado Parte deverá adoptar, de acordo com os meios disponíveis, as medidas necessárias para:

- a) Assegurar a qualidade dos documentos de viagem ou de identidade que emitir, de forma que não possam com facilidade ser indevidamente utilizados, falsificados, modificados, reproduzidos ou emitidos de forma ilícita; e
- b) Assegurar a integridade e segurança dos documentos de viagem ou de identidade por si ou em seu nome emitidos e impedir a sua criação, emissão e utilização ilícitas.

Artigo 13.º *Legitimidade e validade dos documentos*

A pedido de outro Estado Parte, um Estado Parte deverá verificar, em conformidade com o seu direito interno e dentro de um prazo razoável, a legitimidade e validade dos documentos de viagem ou de identidade emitidos ou supostamente emitidos em seu nome e de que se suspeita terem sido utilizados para o tráfico de pessoas.

IV-Disposições finais

Artigo 14.º *Cláusula de salvaguarda*

1. Nenhuma disposição do presente Protocolo deverá prejudicar os direitos, obrigações e responsabilidades dos Estados e das pessoas por força do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário e o direito internacional relativo aos

direitos humanos e, em particular, na medida em que sejam aplicáveis, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e o seu Protocolo de 1967 e o princípio de non refoulement neles consagrado.

2. As medidas constantes do presente Protocolo deverão ser interpretadas e aplicadas de forma que as pessoas que foram vítimas de tráfico de pessoas não sejam discriminadas. A interpretação e aplicação das referidas medidas deverão estar em conformidade com os princípios de não discriminação internacionalmente reconhecidos.

Artigo 15.º *Resolução de diferendos*

1. Os Estados Partes deverão procurar resolver os diferendos relativos à interpretação ou à aplicação do presente Protocolo por via da negociação.

2. Os diferendos entre dois ou mais Estados Partes relativos à aplicação ou à interpretação do presente Protocolo que não possam ser resolvidos por via da negociação num prazo razoável deverão, a pedido de um desses Estados Partes, ser submetidos a arbitragem. Se, no prazo de seis meses a contar da data do pedido de arbitragem, esses Estados Partes não chegarem a acordo sobre a organização da arbitragem, qualquer deles poderá submeter o diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça, mediante petição de acordo com o estatuto do Tribunal.

3. Cada Estado Parte pode, no momento em que assina, ratifica, aceita, aprova ou adere ao presente Protocolo, declarar que não se considera ligado pelo n.º 2 do presente artigo. Os outros Estados Partes não estão ligados pelo n.º 2 do presente artigo, relativamente a qualquer Estado Parte que tenha formulado essa reserva.

4. Todo o Estado Parte que tenha formulado uma reserva nos termos do n.º 3 do presente artigo pode, a qualquer momento, retirá-la mediante notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo 16.º *Assinatura, ratificação, aceitação, aprovação e adesão*

1. O presente Protocolo será aberto à assinatura de todos os Estados entre 12 e 15 de Dezembro de 2000, em Palermo (Itália) e, seguidamente, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, a partir do 30.º dia seguinte à sua adopção pela Assembleia Geral até 12 de Dezembro de 2002.

2. O presente Protocolo está igualmente aberto à assinatura das organizações regionais de integração económica desde que pelo menos um Estado-Membro dessa organização tenha assinado o presente Protocolo de acordo com o n.º 1 do presente artigo.

3. O presente Protocolo está sujeito a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Uma organização regional de integração económica pode depositar o seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação se pelo menos um dos seus Estados-Membros o tiver feito. Nesse instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, essa organização deverá declarar o âmbito da sua competência relativamente às matérias reguladas pelo presente Protocolo. Deverá igualmente informar o depositário de qualquer alteração substancial do âmbito da sua competência.

4. O presente Protocolo está aberto à adesão de qualquer Estado ou organização regional de integração económica da qual, pelo menos, um Estado-Membro seja parte no presente Protocolo. Os instrumentos de adesão serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. No momento da sua adesão, uma organização regional de integração económica deverá declarar o âmbito da sua competência relativamente às matérias reguladas pelo presente Protocolo. Deverá igualmente informar o depositário de qualquer alteração substancial do âmbito da sua competência.

Artigo 17.º *Entrada em vigor*

1. O presente Protocolo entrará em vigor no 90.º dia seguinte à data do depósito do 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, mas não antes da entrada em vigor da Convenção. Para efeitos do presente número, nenhum dos instrumentos depositados por uma organização regional de integração económica será considerado um instrumento adicional aos que já tenham sido depositados pelos Estados-Membros dessa organização.

2. Para cada Estado ou organização regional de integração económica que ratifique, aceite ou aprove o presente Protocolo ou a ele adira depois de ter sido depositado o 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, o presente Protocolo entrará em vigor no 30.º dia seguinte à data de depósito por tal Estado ou organização do referido instrumento, ou na data em que ele entra em vigor de acordo com o n.º 1 do presente artigo, se esta for posterior.

Artigo 18.º *Emendas*

1. Decorridos cinco anos sobre a data de entrada em vigor do presente Protocolo, um Estado Parte no Protocolo poderá propor uma emenda e depositar o respectivo texto junto do Secretário-Geral das Nações Unidas. Este último transmitirá, em seguida, a proposta de emenda aos Estados Partes e à Conferência das Partes na Convenção para apreciação da proposta e tomada de uma decisão. Os Estados Partes no presente Protocolo, reunidos na Conferência das Partes, farão todos os esforços para conseguirem chegar, por consenso, a um acordo sobre toda e qualquer emenda. Uma vez esgotados todos os esforços nesse sentido sem que um acordo tenha sido alcançado, a emenda será, como último recurso, adoptada por uma maioria de dois terços dos votos dos Estados Partes no presente Protocolo presentes e votantes na Conferência das Partes.
2. As organizações de integração económica regional, nas áreas da sua competência, dispõem, para exercerem o seu direito de voto, de um número de votos igual ao número dos seus Estados-Membros que sejam Partes no presente Protocolo. Estas organizações não deverão exercer o seu direito de voto caso os seus Estados-Membros exerçam o deles e vice-versa.
3. Uma emenda adoptada nos termos do n.º 1 do presente artigo está sujeita a ratificação, aceitação ou aprovação dos Estados Partes.
4. Uma emenda adoptada nos termos do n.º 1 do presente artigo entrará em vigor para cada Estado Parte 90 dias após a data do depósito, por esse mesmo Estado Parte, de um instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da referida emenda junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.
5. Logo que uma emenda entra em vigor, ela vincula os Estados Partes que manifestaram o seu consentimento de vinculação a essa emenda. Os outros Estados Partes permanecerão ligados pelas disposições do presente Protocolo e por todas as alterações anteriores que tenham ratificado, aceite ou aprovado.

Artigo 19.º *Denúncia*

1. Um Estado Parte pode denunciar o presente Protocolo mediante notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

2. Uma organização regional de integração económica regional deixará de ser Parte no presente Protocolo quando todos os seus Estados-Membros o tiverem denunciado.

Artigo 20.º
Depositário e línguas

1. O Secretário-Geral das Nações Unidas é o depositário do presente Protocolo.
2. O original do presente Protocolo, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo fazem igualmente fé, será depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo assinados, para o efeito devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram este Protocolo.

***Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança Relativo
à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil***

Aprovação para ratificação: Resolução da Assembleia da República n.º 16/2003, de 5 de Março, publicada no Diário da República, I Série-A, n.º 54;

Ratificação: Decreto do Presidente da República n.º 14/2003, de 5 de Março, publicado no Diário da República, I Série-A, n.º 54;

Entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa: 16 de Junho de 2003

Os Estados Partes no presente Protocolo,

Considerando que, para melhor realizar os objectivos da Convenção sobre os Direitos da Criança e a aplicação das suas disposições, especialmente dos artigos 1.º, 11.º, 21.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º e 36.º, seria adequado alargar as medidas que os Estados Partes devem adoptar a fim de garantir a protecção da criança contra a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil,

Considerando, também, que a Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social,

Seramente preocupados perante o significativo e crescente tráfico internacional de crianças para fins de venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil,

Profundamente preocupados com a prática generalizada e contínua do turismo sexual, à qual as crianças são especialmente vulneráveis, na medida em que promove directamente a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil,

Reconhecendo que determinados grupos particularmente vulneráveis, nomeadamente as raparigas, se encontram em maior risco de exploração sexual, e que se regista um número desproporcionadamente elevado de raparigas entre as vítimas de exploração sexual, Preocupados com a crescente disponibilização de pornografia infantil na Internet e outros novos suportes tecnológicos, e recordando a Conferência Internacional sobre o Combate à Pornografia Infantil na Internet (Viena, 1999) e, em particular, as suas conclusões que apelam à criminalização mundial da produção, distribuição, exportação, transmissão, importação, posse intencional e publicidade da pornografia

infantil, e sublinhando a importância de uma cooperação e parceria mais estreitas entre os Governos e a indústria da Internet,

Acreditando que a eliminação da venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil será facilitada pela adopção de uma abordagem global que tenha em conta os factores que contribuem para a existência de tais fenómenos, nomeadamente o subdesenvolvimento, a pobreza, as desigualdades económicas, a iniquidade da estrutura sócio-económica, a disfunção familiar, a falta de educação, o êxodo rural, a discriminação sexual, o comportamento sexual irresponsável dos adultos, as práticas tradicionais nocivas, os conflitos armados e o tráfico de crianças,

Acreditando que são necessárias medidas de sensibilização pública para reduzir a procura que está na origem da venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil, e acreditando também na importância do reforço da parceria global entre todos os agentes e do aperfeiçoamento da aplicação da lei a nível nacional,

Tomando nota das disposições dos instrumentos jurídicos internacionais pertinentes em matéria de protecção das crianças, nomeadamente a Convenção da Haia sobre a Protecção das Crianças e a Cooperação Relativamente à Adopção Internacional, a Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, a Convenção da Haia sobre a Jurisdição, Direito Aplicável, Reconhecimento, Aplicação e Cooperação Relativamente à Responsabilidade Parental e Medidas para a Protecção das Crianças, e a Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho, Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com vista à Sua Eliminação, Encorajados pelo apoio esmagador à Convenção sobre os Direitos da Criança, demonstrativo da existência de um empenho generalizado na promoção e protecção dos direitos da criança,

Reconhecendo a importância da aplicação das disposições do Programa de Acção para a Prevenção da Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e da Declaração e Programa de Acção adoptados no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças para Fins Comerciais, realizado em Estocolmo de 27 a 31 de Agosto de 1996, e outras decisões e recomendações pertinentes dos organismos internacionais competentes,

Tendo devidamente em conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo para a protecção e o desenvolvimento harmonioso da criança,

Acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

Os Estados Partes deverão proibir a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil, conforme disposto no presente Protocolo.

Artigo 2.º

Para os efeitos do presente Protocolo:

- a) Venda de crianças designa qualquer acto ou transacção pelo qual uma criança é transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo contra remuneração ou qualquer outra retribuição;
- b) Prostituição infantil designa a utilização de uma criança em actividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição;
- c) Pornografia infantil designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de actividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais.

Artigo 3.º

1. Todo o Estado Parte deverá garantir que, no mínimo, os seguintes actos e actividades sejam plenamente abrangidos pelo seu direito penal, quer sejam cometidos dentro ou fora das suas fronteiras ou numa base individual ou organizada:

- a) No contexto da venda de crianças, conforme definida na alínea a) do artigo 2.º:
 - i) A oferta, entrega, ou aceitação de uma criança, por qualquer meio, para fins de Exploração sexual da criança;
Transferência dos órgãos da criança com intenção lucrativa;
Submissão da criança a trabalho forçado;
 - ii) A indução indevida do consentimento, na qualidade de intermediário, para a adopção de uma criança com violação dos instrumentos internacionais aplicáveis em matéria de adopção;
- b) A oferta, obtenção, procura ou entrega de uma criança para fins de prostituição infantil, conforme definida na alínea b) do artigo 2.º;
- c) A produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse para os anteriores fins de pornografia infantil, conforme definida na alínea c) do artigo 2.º;

2. Sem prejuízo das disposições do direito interno do Estado Parte, o mesmo se aplica à tentativa de praticar qualquer um destes actos e à cumplicidade ou participação em qualquer um deles.
3. Todo o Estado Parte deverá penalizar estas infracções com penas adequadas à sua gravidade.
4. Sem prejuízo das disposições do respectivo direito interno, todo o Estado Parte deverá adoptar medidas, sempre que necessário, para estabelecer a responsabilidade das pessoas colectivas pelas infracções enunciadas no n.º 1 do presente artigo. De acordo com os princípios jurídicos do Estado Parte, a responsabilidade das pessoas colectivas poderá ser penal, civil ou administrativa.
5. Os Estados Partes deverão adoptar todas as medidas legislativas e administrativas adequadas a fim de garantir que todas as pessoas envolvidas na adopção de uma criança actuem em conformidade com os instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis.

Artigo 4.º

1. Todo o Estado Parte deverá adoptar as medidas que se mostrem necessárias para estabelecer a sua jurisdição relativamente às infracções previstas no n.º 1 do artigo 3.º, caso essas infracções sejam cometidas no seu território ou a bordo de um navio ou aeronave registados nesse Estado.
2. Todo o Estado Parte poderá adoptar as medidas que se mostrem necessárias para estabelecer a sua jurisdição relativamente às infracções previstas no n.º 1 do artigo 3.º, nos seguintes casos:
 - a) Quando o presumível autor for nacional desse Estado ou tiver a sua residência habitual no respectivo território;
 - b) Quando a vítima for nacional desse Estado.
3. Todo o Estado Parte deverá adoptar também as medidas que se mostrem necessárias para estabelecer a sua jurisdição relativamente às infracções acima referidas sempre que o presumível autor se encontre no seu território e não for extraditado para outro Estado Parte com fundamento no facto de a infracção ter sido cometida por um dos seus nacionais.
4. O presente Protocolo não prejudica qualquer competência penal exercida em conformidade com o direito interno.

Artigo 5.º

1. As infracções previstas no n.º 1 do artigo 3.º serão consideradas incluídas nas infracções passíveis de extradição em qualquer tratado de extradição existente entre os Estados Partes e serão incluídas em qualquer tratado de extradição que venha a ser celebrado entre eles, em conformidade com as condições estabelecidas nesses tratados.
2. Sempre que a um Estado Parte que condiciona a extradição à existência de um tratado for apresentado um pedido de extradição por um outro Estado Parte com o qual não tenha celebrado qualquer tratado de extradição, esse Estado pode considerar o presente Protocolo como base jurídica da extradição relativamente a essas infracções. A extradição ficará sujeita às condições previstas pela lei do Estado requerido.
3. Os Estados Partes que não condicionam a extradição à existência de um tratado deverão reconhecer essas infracções como passíveis de extradição entre si, nas condições previstas pela lei do Estado requerido.
4. Tais infracções serão consideradas, para fins de extradição entre os Estados Partes, como tendo sido cometidas não apenas no local onde tenham ocorrido mas também nos territórios dos Estados obrigados a estabelecer a sua competência em conformidade com o artigo 4.º.
5. Sempre que seja apresentado um pedido de extradição relativamente a uma infracção prevista no n.º 1 do artigo 3.º, e caso o Estado Parte requerido não possa ou não queira extraditar com fundamento na nacionalidade do infractor, esse Estado adoptará medidas adequadas para apresentar o caso às suas autoridades competentes para efeitos de exercício da acção penal.

Artigo 6.º

1. Os Estados Partes deverão prestar toda a colaboração mútua possível no que concerne a investigações, processos penais ou procedimentos de extradição que se iniciem relativamente às infracções previstas no n.º 1 do artigo 3.º, incluindo assistência na recolha dos elementos de prova ao seu dispor que sejam necessários ao processo.
2. Os Estados Partes deverão cumprir as suas obrigações ao abrigo do número anterior do presente artigo em conformidade com quaisquer tratados ou outros acordos sobre auxílio judiciário mútuo que possam existir entre eles. Na ausência de tais tratados ou

acordos, os Estados Partes deverão prestar toda a colaboração mútua em conformidade com o seu direito interno.

Artigo 7.º

Os Estados Partes deverão, em conformidade com o seu direito interno:

- a) Adoptar medidas que visem a apreensão e a perda, conforme o caso, de:
 - i) Bens, tais como materiais, valores e outros instrumentos utilizados para praticar ou facilitar a prática das infracções previstas no presente Protocolo;
 - ii) Produtos derivados da prática dessas infracções;
- b) Satisfazer pedidos de outro Estado Parte para apreensão ou perda dos bens ou produtos enunciados na alínea a);
- c) Adoptar medidas destinadas a encerrar, temporária ou definitivamente, as instalações utilizadas para a prática de tais infracções.

Artigo 8.º

1. Os Estados Partes deverão adoptar medidas adequadas para proteger, em todas as fases do processo penal, os direitos e interesses das crianças vítimas das práticas proibidas pelo presente Protocolo, em particular:

- a) Reconhecendo a vulnerabilidade das crianças vítimas e adaptando os procedimentos às suas necessidades específicas, incluindo as suas necessidades específicas enquanto testemunhas;
- b) Informando as crianças vítimas dos seus direitos, do seu papel, e do âmbito, duração e evolução do processo, e da solução dada ao seu caso;
- c) Permitindo que as opiniões, necessidades e preocupações das crianças vítimas sejam apresentadas e tomadas em consideração nos processos que afectem os seus interesses pessoais, de forma consentânea com as regras processuais do direito interno;
- d) Proporcionando às crianças vítimas serviços de apoio adequados ao longo de todo o processo judicial;
- e) Protegendo, adequadamente, a privacidade e identidade das crianças vítimas e adoptando medidas em conformidade com o direito interno a fim de evitar a difusão de informação que possa levar à sua identificação;
- f) Garantindo, sendo caso disso, a segurança das crianças vítimas, bem como das suas famílias e testemunhas de acusação, contra actos de intimidação e represálias;
- g) Evitando atrasos desnecessários na decisão das causas e execução de sentenças ou despachos que concedam indemnização às crianças vítimas.

2. Os Estados Partes deverão garantir que a incerteza quanto à verdadeira idade da vítima não impeça o início das investigações criminais, nomeadamente das investigações destinadas a apurar a idade da vítima.
3. Os Estados Partes deverão garantir que, no tratamento dado pelo sistema de justiça penal às crianças vítimas das infracções previstas no presente Protocolo, o interesse superior da criança seja a consideração primordial.
4. Os Estados Partes deverão adoptar medidas destinadas a garantir a adequada formação, em particular nos domínios do direito e da psicologia, das pessoas que trabalham junto das vítimas das infracções previstas nos termos do presente Protocolo.
5. Os Estados Partes deverão, sempre que necessário, adoptar medidas a fim de proteger a segurança e integridade das pessoas e/ou organizações envolvidas na prevenção e/ou protecção e reabilitação das vítimas de tais infracções.
6. Nenhuma das disposições do presente artigo será interpretada no sentido de prejudicar os direitos do arguido a um processo equitativo e imparcial.

Artigo 9.º

1. Os Estados Partes deverão adoptar ou reforçar, aplicar e difundir legislação, medidas administrativas, políticas e programas sociais a fim de prevenir a ocorrência das infracções previstas no presente Protocolo. Deverá ser prestada particular atenção à protecção das crianças especialmente vulneráveis a tais práticas.
2. Os Estados Partes deverão promover a sensibilização do público em geral, incluindo as crianças, através da informação por todos os meios apropriados, da educação e da formação, a respeito das medidas preventivas e efeitos nocivos das infracções previstas no presente Protocolo. No cumprimento das obrigações impostas pelo presente artigo, os Estados Partes deverão incentivar a participação da comunidade e, em particular, das crianças e crianças vítimas, nesses programas de educação e formação, designadamente a nível internacional.
3. Os Estados Partes deverão adoptar todas as medidas que lhes sejam possíveis a fim de garantir toda a assistência adequada às vítimas de tais infracções, nomeadamente a sua plena reinserção social e completa recuperação física e psicológica.
4. Os Estados Partes deverão garantir que todas as crianças vítimas das infracções enunciadas no presente Protocolo tenham acesso a procedimentos adequados que lhes

permitam, sem discriminação, reclamar dos presumíveis responsáveis indemnização pelos danos sofridos.

5. Os Estados Partes deverão adoptar todas as medidas adequadas a fim de proibir eficazmente a produção e difusão de material que faça publicidade às infracções previstas no presente Protocolo.

Artigo 10.º

1. Os Estados Partes deverão adoptar todas as medidas necessárias a fim de reforçar a cooperação internacional através de acordos multilaterais, regionais e bilaterais para a prevenção, detecção, investigação, exercício da acção penal e punição dos responsáveis por actos que envolvam a venda de crianças, prostituição infantil, pornografia infantil e turismo sexual. Os Estados Partes deverão também promover a cooperação e coordenação internacionais entre as suas autoridades, organizações não governamentais nacionais e internacionais e organizações internacionais.

2. Os Estados Partes deverão promover a cooperação internacional destinada a auxiliar as crianças vítimas na sua recuperação física e psicológica, reinserção social e repatriamento.

3. Os Estados Partes deverão promover o reforço da cooperação internacional a fim de lutar contra as causas profundas, nomeadamente a pobreza e o subdesenvolvimento, que contribuem para que as crianças se tornem vulneráveis aos fenómenos da venda de crianças, prostituição infantil, pornografia infantil e turismo sexual.

4. Os Estados Partes em posição de o fazer deverão prestar assistência financeira, técnica ou de outro tipo através dos programas existentes a nível multilateral, regional, bilateral ou outro.

Artigo 11.º

Nenhuma disposição do presente Protocolo afecta as disposições mais favoráveis à realização dos direitos da criança que possam figurar:

- a) Na legislação de um Estado Parte;
- b) No direito internacional em vigor para esse Estado.

Artigo 12.º

1. Cada Estado Parte deverá apresentar ao Comité dos Direitos da Criança, nos dois anos subsequentes à entrada em vigor do Protocolo para o Estado Parte em causa,

um relatório contendo informação detalhada sobre as medidas por si adoptadas para tornar efectivas as disposições do Protocolo.

2. Após a apresentação do relatório detalhado, cada Estado Parte deverá incluir nos relatórios que apresenta ao Comité dos Direitos da Criança, em conformidade com o artigo 44.º da Convenção, quaisquer informações complementares relativas à aplicação do Protocolo. Os outros Estados Partes no Protocolo deverão apresentar um relatório de cinco em cinco anos.

3. O Comité dos Direitos da Criança poderá solicitar aos Estados Partes o fornecimento de informação complementar pertinente para efeitos da aplicação do presente Protocolo.

Artigo 13.º

1. O presente Protocolo está aberto à assinatura de todos os Estados que sejam partes na Convenção ou a tenham assinado.

2. O presente Protocolo está sujeito a ratificação e aberto à adesão de todos os Estados que sejam partes na Convenção ou a tenham assinado. Os instrumentos de ratificação ou adesão serão depositados junto do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo 14.º

1. O presente Protocolo entrará em vigor três meses após o depósito do décimo instrumento de ratificação ou de adesão.

2. Para cada um dos Estados que ratifiquem o presente Protocolo ou a ele adiram após a respectiva entrada em vigor, o presente Protocolo entrará em vigor um mês após a data de depósito do respectivo instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 15.º

1. Qualquer Estado Parte poderá denunciar o presente Protocolo a todo o tempo, por notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, que deverá então informar os outros Estados Partes na Convenção e todos os Estados que tenham assinado a Convenção. A denúncia produzirá efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

2. Tal denúncia não exonerará o Estado Parte das suas obrigações em virtude do Protocolo relativamente a qualquer infracção que ocorra antes da data em que a

denúncia comece a produzir efeitos. A denúncia não obstará de forma alguma a que o Comité prossiga a apreciação de qualquer matéria iniciada antes dessa data.

Artigo 16.º

1. Todo o Estado Parte poderá propor alterações, depositando a proposta junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. O Secretário-Geral transmite, em seguida, a proposta aos Estados Partes, solicitando que lhe seja comunicado se são favoráveis à convocação de uma conferência de Estados Partes para apreciação e votação da proposta. Se, nos quatro meses subsequentes a essa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se declarar a favor da realização da referida conferência, o Secretário-Geral convocá-la-á sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. As alterações adoptadas pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência serão submetidas à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para aprovação.

2. As alterações adoptadas nos termos do disposto no número anterior entrarão em vigor quando aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e aceites por uma maioria de dois terços dos Estados Partes.

3. Logo que as alterações entrem em vigor, terão força vinculativa para os Estados Partes que as tenham aceite, ficando os restantes Estados Partes vinculados pelas disposições do presente Protocolo e por todas as alterações anteriores que tenham aceite.

Artigo 17.º

1. O presente Protocolo, cujos textos em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo fazem igualmente fé, ficará depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas.

2. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas enviará cópias autenticadas do presente Protocolo a todos os Estados Partes na Convenção e a todos os Estados que a tenham assinado.

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

Adoptado pela Conferência Diplomática em Roma a 17 de Julho de 1998.

Entrada em Vigor na ordem internacional a 1 de Julho de 2002.

(...)

Artigo 7.º
Crimes contra a Humanidade

1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por «crime contra a Humanidade» qualquer um dos actos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência à força de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais do direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez à força, esterilização à força ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição de um grupo ou colectividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de sexo, tal como definido no n.º 3, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis em direito internacional, relacionados com qualquer acto referido neste número ou com qualquer crime da competência do Tribunal;
- i) Desaparecimento forçado de pessoas;
- j) Crime de apartheid;
- k) Outros actos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ferimentos graves ou afectem a saúde mental ou física.

2. Para efeitos do n.º 1:

- a) Por «ataque contra uma população civil» entende-se qualquer conduta que envolva a prática múltipla de actos referidos no n.º 1 contra uma população civil, de acordo com a política de um Estado ou de uma organização de praticar esses actos ou tendo em vista a prossecução dessa política;

- b) O «extermínio» compreende a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população;
- c) Por «escravidão» entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças;
- d) Por «deportação ou transferência à força de uma população» entende-se a deslocação coercitiva de pessoas através da expulsão ou de outro acto coercivo, da zona em que se encontram legalmente, sem qualquer motivo reconhecido em direito internacional;
- e) Por «tortura» entende-se o acto por meio do qual uma dor ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controlo do arguido; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionadas acidentalmente;
- f) Por «gravidez à força» entende-se a privação de liberdade ilegal de uma mulher que foi engravidada à força, com o propósito de alterar a composição étnica de uma população ou de cometer outras violações graves do direito internacional. Esta definição não pode, de modo algum, ser interpretada como afectando as disposições de direito interno relativas à gravidez;
- g) Por «perseguição» entende-se a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da colectividade em causa;
- h) Por «crime de apartheid» entende-se qualquer acto desumano análogo aos referidos no n.º 1, praticado no contexto de um regime institucionalizado de opressão e domínio sistemático de um grupo rático sobre um ou outros e com a intenção de manter esse regime;
- i) Por «desaparecimento forçado de pessoas» entende-se a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política, ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa em reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a protecção da lei por um longo período de tempo.

3. Para efeitos do presente Estatuto, entende-se que o termo «sexo» abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado.

(...)

V. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Convenção 29 Relativa ao Trabalho Forçado ou Obrigatório

Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho a 28 de Junho de 1930.

Entrada em vigor na ordem internacional a 1 de Maio de 1932.

Artigo 1.º

Todos os membros da Organização Internacional do Trabalho que ratifiquem a presente Convenção se comprometem a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório, sob todas as suas formas, no mais breve espaço de tempo.

Tendo em vista esta supressão total, o trabalho forçado ou obrigatório poderá ser empregado durante o período transitório unicamente para fins públicos e a título excepcional.

No fim do prazo de cinco anos, a partir da data da entrada em vigor da presente Convenção, e na ocasião do relatório previsto no artigo 31.º, abaixo mencionado, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho examinará a possibilidade de suprimir, sem novo adiamento, o trabalho forçado ou obrigatório, sob todas as suas formas, e decidirá se será oportuno inscrever este assunto na ordem do dia da Conferência.

Artigo 2.º

Para os fins da presente Convenção o termo «trabalho forçado ou obrigatório» designará todo o trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual o dito indivíduo não se tenha oferecido de livre vontade.

Contudo, o termo «trabalho forçado ou obrigatório» não abrangerá, nos termos, da presente Convenção:

- a) Todo o trabalho ou serviço exigido em virtude de leis sobre o serviço militar obrigatório e afecto a trabalhos de carácter puramente militar;
- b) Todo o trabalho ou serviço fazendo parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos dum país que se governe por si mesmo;
- c) Todo o trabalho ou serviço exigido a um indivíduo como consequência de condenação proveniente de decisão judicial, com a condição de que esse trabalho ou serviço seja executado sob a vigilância e o controle das autoridades públicas e de que o mesmo indivíduo não seja posto à disposição de particulares, companhias ou pessoas morais privadas;

- d) Todo o trabalho ou serviço exigido em caso de força maior, quer dizer, em caso de guerra, desastres, ou ameaças de desastres, tais como incêndios, inundações, fomes, tremores de terra, epidemias e epizootias violentas, invasões de animais, insectos ou parasitas vegetais prejudiciais, e em todas as circunstâncias que ponham em perigo ou ameacem pôr em perigo a vida ou as condições normais de existência da totalidade ou de uma parte da população;
- e) Os pequenos trabalhos, quer dizer, os trabalhos executados no interesse directo da colectividade pelos membros desta, trabalhos que, pela sua categoria, podem ser considerados como obrigações cívicas normais da competência dos membros da colectividade, com a condição de que a própria população ou seus representantes directos tenham o direito de se pronunciar sobre o bem fundado desses trabalhos.

Artigo 3.º

Nos termos da presente Convenção, o termo «autoridades competentes» designará, quer as autoridades metropolitanas, quer as autoridades centrais superiores do território interessado.

Artigo 4.º

As autoridades competentes não deverão impor o trabalho forçado ou obrigatório em proveito de particulares, de companhias ou pessoas morais privadas.

Se existir trabalho forçado ou obrigatório em proveito de particulares, companhias ou pessoas morais privadas, na altura em que a ratificação da presente Convenção por um membro é registada pelo director-geral, este membro deverá suprimir completamente tal trabalho forçado ou obrigatório até à data da entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 5.º

Nenhum privilégio concedido a particulares, companhias ou pessoas morais privadas deverá ter por consequência a imposição e uma forma de trabalho forçado ou obrigatório coo o fim de produzir ou de recolher os produtos que estes particulares, companhias ou pessoas morais privadas utilizam e de que fazem comércio.

Se existem quaisquer privilégios contendo disposições tendo por consequência a imposição de trabalho forçado ou obrigatório, estas disposições deverão ser suprimidas logo que possível, a fim de satisfazer o contido no artigo 1.º da presente Convenção.

Artigo 6.º

Os funcionários administrativos, mesmo quando tenham de encorajar as populações que têm a seu cargo a dedicar-se a qualquer forma de trabalho, não deverão exercer sobre as populações um constrangimento em ordem a fazê-las trabalhar para particulares, companhias ou pessoas morais privadas.

Artigo 7.º

As autoridades que não exerçam funções administrativas não deverão poder recorrer ao trabalho forçado ou obrigatório.

As autoridades exercendo funções administrativas poderão, com autorização expressa das autoridades competentes, recorrer ao trabalho forçado ou obrigatório nas condições previstas no artigo 10.º da presente Convenção.

As autoridades legalmente reconhecidas que não recebam remuneração poderão beneficiar dos serviços pessoais devidamente regulamentados, devendo ser tomadas todas as medidas necessárias para evitar os abusos.

Artigo 8.º

A responsabilidade de qualquer decisão de recurso ao trabalho forçado ou obrigatório caberá às autoridades civis superiores do território interessado.

Contudo, as autoridades poderão delegar nas autoridades locais superiores o poder de impor o trabalho forçado ou obrigatório nos casos em que este trabalho não tenha por consequência o afastamento dos trabalhadores da sua residência habitual. Estas autoridades poderão igualmente delegar nas autoridades locais superiores, para os períodos e nas condições estipuladas pelo previsto no artigo 23.º da presente Convenção, o poder de impor um trabalho forçado ou obrigatório para a execução do qual os trabalhadores tenham de alastrar-se da sua residência habitual, quando se trate de facilitar a deslocação de funcionários da Administração no exercício de suas funções e o transporte de material da Administração.

Artigo 9.º

Salvo disposições contrárias às estipuladas no artigo 10.º da presente Convenção, toda a autoridade que tenha o direito de impor trabalho forçado ou obrigatório não deverá permitir o recurso a esta forma de trabalho sem estar primeiramente assegurado:

- a) Que o serviço do trabalho a executar é de um interesse directo e importante para a colectividade chamada a executá-lo;
- b) Que este serviço ou trabalho é de uma necessidade actual ou iminente;
- c) Que foi impossível encontrar mão-de-obra voluntária para a execução deste serviço ou trabalho, apesar de a oferta de salários e as condições de trabalho serem pelo menos iguais às seguidas no território interessado em trabalhos ou serviços análogos; e
- d) Que não resultará do trabalho ou serviço um encargo pesado para a população, tendo em vista a mão-de-obra disponível e a sua aptidão para empreender o trabalho em questão.

Artigo 10.º

O trabalho forçado ou obrigatório exigido a título de imposto e o trabalho forçado imposto, para trabalhos de interesse público, por autoridades que exerçam funções administrativas deverão ser progressivamente suprimidos.

Enquanto se espera por esta supressão, sempre que o trabalho forçado ou obrigatório seja exigido a título de imposto, e sempre que o trabalho forçado ou obrigatório seja imposto, por autoridades que exerçam funções administrativas, em vista da execução de trabalhos de interesse público, as autoridades interessadas deverão assegurar-se de que:

- a) O serviço ou trabalho a executar é de um interesse directo e importante para a colectividade chamada a executá-lo;
- b) O serviço ou trabalho é de necessidade actual ou iminente;
- c) Não resultará do trabalho um encargo pesado para a população, tendo em vista a mão-de-obra disponível e a sua aptidão para executar o trabalho em questão;
- d) A execução deste trabalho ou serviço não obrigará os trabalhadores a alastrem-se do lugar da sua residência habitual;
- e) A execução deste trabalho ou serviço será dirigida conforme as exigências da religião, da vida social ou da agricultura.

Artigo 11.º

1. Só os adultos válidas do sexo masculino cuja idade não seja inferior a 18 e superior a 45 poderão estar sujeitos ao trabalho forçado ou obrigatório. Salvo para as categorias indicadas no artigo 10.º da presente Convenção, os limites e condições seguintes deverão ser observados:

- a) Reconhecimento anterior, em todos os casos onde isso seja possível, por um médico designado pela Administração, da ausência de qualquer doença contagiosa

- e da aptidão física dos interessados para suportar o trabalho imposto e as condições existentes no local onde ele será executado;
- b) Isenção do pessoal das escolas, alunos e professores, bem como do pessoal administrativo em geral;
- c) Conservação em cada colectividade do número de homens adultos e válidos indispensáveis à vida familiar e social;
- d) Respeito pelos laços conjugais e familiares.

2. Nos termos indicados na alínea c) acima mencionada, a regulamentação prevista no artigo 23.º da presente Convenção fixará a proporção de indivíduos da população permanente masculina e válida que poderá ser o objecto de um levantamento determinado, sem que, contudo, esta proporção possa em qualquer caso ultrapassar 25 por cento.

Ao fixar esta proporção as autoridades competentes deverão ter em conta a densidade da população, o desenvolvimento social e físico da mesma, a época do ano e o estado dos trabalhos a efectuar pelos interessados no local e por sua própria conta; duma maneira geral elas deverão respeitar as necessidades económicas e sociais da vida normal da colectividade em referência.

Artigo 12.º

O período máximo durante o qual um indivíduo poderá estar sujeito ao trabalho forçado ou obrigatório, sob as suas diversas formas, não poderá ultrapassar sessenta dias num período de doze meses, devendo estar compreendidos nesses sessenta dias os dias necessários para ir e voltar ao local de trabalho.

Cada trabalhador sujeito a trabalho forçado ou obrigatório deverá possuir um certificado indicando os períodos, de trabalho forçado ou obrigatório que já efectuou.

Artigo 13.º

As horas normais de todas as pessoas sujeitas a trabalho forçado ou obrigatório deverão ser as mesmas existentes para o trabalho voluntário e as horas de trabalho efectuado além das horas normais, deverão, ser remuneradas com a percentagem que estiver em uso para as horas suplementares, dos trabalhadores voluntários.

Um, dia, de repouso semanal deverá ser concedido a todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório e esse dia deverá coincidir, sempre que possível, com o dia consagrado pela tradição ou pelos usos do país ou da região.

Artigo 14.º

Com excepção do trabalho previsto no artigo 10.º da presente Convenção, o trabalho forçado ou obrigatório, deverá ser remunerado em espécie, e com taxas que, para o mesmo género de trabalho, não sejam inferiores nem às que estejam em vigor na região onde os trabalhadores trabalham, nem às que estejam em vigor na região onde os trabalhadores foram recrutados.

No caso de trabalho, imposto pelas autoridades no exercício de suas funções administrativas, o pagamento de salários nas condições previstas no parágrafo anterior deverá ser introduzido logo que possível.

Os salários deverão ser entregues a cada trabalhador individualmente e não ao seu chefe de equipa ou a qualquer outra autoridade.

Os dias de viagem de ida e volta ao local de trabalho deverão ser contados, para o pagamento dos salários, como dias de trabalho.

O presente artigo não terá por efeito proibir o fornecimento de rações habituais aos trabalhadores como parte do salário, devendo estas rações ser equivalentes, pelo menos, à quantidade de dinheiro que elas devem representar, mas nenhuma redução deverá ser feita sobre o salário nem para a liquidação de impostos, nem para a alimentação, vestuário e alojamento especiais que sejam fornecidos aos trabalhadores para os manter em estado de continuar o seu trabalho, tendo em vista as condições especiais do seu trabalho, nem para o fornecimento de utensílios.

Artigo 15.º

Toda a legislação que diga respeito à reparação de acidentes e doenças profissionais e toda a legislação prevendo a indemnização das pessoas a cargo dos trabalhadores falecidos ou inválidos, que estão ou estarão em vigor no território interessado deverão aplicar-se às pessoas sujeitas a trabalho forçado ou obrigatório nas mesmas condições que aos trabalhadores voluntários.

De qualquer maneira, toda a autoridade que empregue um trabalhador em regime de trabalho forçado ou obrigatório deverá ter a obrigação de assegurar a subsistência desse trabalhador se um acidente ou doença tem como consequência torná-lo total ou parcialmente incapaz de prover às suas necessidades. Esta autoridade deverá igualmente ter a obrigação de tomar medidas para assegurar a manutenção de todas as pessoas que de facto estejam a cargo do mesmo trabalhador em caso de incapacidade ou de morte resultantes do trabalho.

Artigo 16.º

As pessoas sujeitas a trabalho forçado ou obrigatório não deverão, salvo em casos excepcionais, ser transferidas para regiões onde as condições, de alimentação e de clima sejam de tal maneira diferentes daquelas a que eles estejam acostumados que façam perigar a sua saúde.

Em nenhum caso será autorizada uma tal transferência de trabalhadores sem que todas as, medidas de higiene e habitação que são necessárias para a sua instalação e para a salvaguarda da sua saúde tenham sido estritamente observadas.

Sempre que uma tal transferência não possa ser evitada deverão ser adoptadas, segundo conselho do serviço médico competente medidas assegurando a adaptação progressiva dos trabalhadores às novas condições, de alimentação e, de clima.

Nos casos em que os trabalhadores sejam chamados a executar um trabalho regular a que não estejam acostumados deverão ser tomadas medidas para assegurar a sua adaptação a esse género de trabalho, especialmente no que respeita, à adaptação progressiva, às horas de trabalho, à imposição de descansos intercalados e aos melhoramentos ou aumentos de rações alimentares que possam ser necessários.

Artigo 17.º

Antes de autorizar qualquer recurso, ao trabalho forçado ou obrigatório para trabalhos de construção ou conservação que obriguem os trabalhadores a permanecer nos lugares de trabalho por um período prolongado as autoridades competentes deverão assegurar-se de que:

1. Foram tomadas todas as medidas necessárias para assegurar a higiene dos trabalhadores e garantir-lhes os cuidados médicos indispensáveis e em especial de que:
 - a) Os trabalhadores serão submetidos a exame médico antes de começarem os trabalhos e a novos exames com intervalos regulares durante o tempo do trabalho;
 - b) Se previu pessoal médico suficiente, bem como dispensários, enfermarias, hospitais e material necessário para enfrentar todas as necessidades;
 - c) Foram asseguradas duma maneira satisfatória a boa higiene dos locais de trabalho, o fornecimento aos trabalhadores de água, víveres e material de cozinha e, caso seja necessário, vestimenta e alojamento satisfatórios.

2. Foram tomadas as medidas apropriadas para assegurar a subsistência da família do trabalhador, especialmente facilitando o envio de uma parte do salário a esta por um processo seguro com consentimento ou por pedido do trabalhador.
3. As viagens dos trabalhadores para ida e volta ao local de trabalho serão asseguradas pela administração, sob sua responsabilidade e a seu cargo, e que a Administração facilitará estas viagens, utilizando na maior medida possível todos os meios de transporte disponíveis.
4. Em caso de acidente de que importe incapacidade de trabalho durante certo tempo o repatriamento do trabalhador será assegurado e a cargo da Administração.
5. Todo o trabalhador que deseje ficar no local de trabalho como trabalhador voluntário no do termo do seu período de trabalho forçado ou obrigatório terá a facilidade de o fazer sem perder o direito, durante um período de dois anos, ao repatriamento gratuito.

Artigo 18.º

1. O trabalho forçado ou obrigatório para o transporte de pessoas ou mercadorias, como, por exemplo, o transporte à mão ou de barco, deverá ser suprimido no mais curto espaço de tempo e, enquanto se não faz esta supressão, as autoridades competentes deverão editar regulamentos fixando especialmente:
 - a) A obrigação de não utilizar este trabalho senão para facilitar o deslocamento de funcionários administrativos no exercício de suas funções ou o transporte de material da Administração, ou em caso de necessidade urgente o transporte de outras pessoas além dos funcionários;
 - b) A obrigação de não empregar em tais transportes senão homens reconhecidos como fisicamente aptos para este trabalho por um prévio exame médico, em todos os casos onde esse exame seja possível; nos casos onde este exame não seja possível, a pessoa que faça uso desta mão-de-obra deverá assegurar, sob sua responsabilidade, que os trabalhadores empregados têm a aptidão física necessária e não sofrem de doença contagiosa;
 - c) A carga máxima a transportar pelos trabalhadores;
 - d) O percurso máximo que poderá ser imposto aos trabalhadores do local da sua residência ao local do trabalho;
 - e) O número máximo de dias por mês, ou por qualquer outro período de tempo, durante os quais estes trabalhadores poderão ser requisitados, incluindo neste número os dias da viagem de volta;
 - f) As pessoas que serão autorizadas a recorrer a esta forma de trabalho forçado obrigatório, assim como à medida na qual têm o direito de a ele recorrer.

2. Fixando os máximos a que se referem as alíneas c), d) e e) do parágrafo precedente as autoridades competentes deverão ter em conta os diversos elementos a considerar, especialmente a aptidão física da população que deverá suportar o trabalho, a natureza do itinerário a percorrer, bem como as condições climatéricas.

3. As autoridades competentes deverão, além disso, tomar disposições para que o trajecto normal quotidiano dos carregadores não ultrapasse uma distância correspondente à duração média de um dia de trabalho de oito horas, entendendo-se que para o fixar deverá ter-se em conta não só a carga a levar e a distância a percorrer, mas também o estado da estrada, a época do ano e todos os outros elementos a considerar; se for necessário exigir aos carregadores horas de trabalho suplementares, deverão remunerar-se estas com percentagens mais elevadas que as percentagens normais.

Artigo 19.º

As autoridades competentes não deverão autorizar o recurso às culturas obrigatórias senão com o fim de evitar a fome ou uma escassez de produtos alimentares e sempre sob reserva de que os géneros ou os produtos assim obtidos deverão continuar propriedade dos indivíduos ou da colectividade que os produziram.

O presente artigo não deverá ter por efeito, sempre que a produção se ache organizada segundo a lei e os costumes sobre uma base comunal, e sempre que os produtos ou os benefícios provenientes da venda destes produtos continuem propriedade da colectividade, suprimir a obrigação para os membros da colectividade de se desempenharem do trabalho assim imposto.

Artigo 20.º

As legislações prevendo uma repressão colectiva aplicável a uma colectividade inteira, por delitos cometidos por alguns dos seus membros, não deverão incluir o trabalho forçado ou obrigatório para uma colectividade como um dos métodos de repressão.

Artigo 21.º

Não se fará recurso ao trabalho forçado ou obrigatório para os trabalhos subterrâneos a executar nas minas.

Artigo 22.º

Os relatórios anuais que os membros que ratificam a presente Convenção se comprometem a apresentar à repartição Internacional do Trabalho, ao abrigo das disposições do artigo

22.º da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, sobre as medidas tomadas para dar aplicação às disposições da presente Convenção deverão conter informações o mais completas possível, para cada território interessado, sobre a medida em que foi feito recurso ao trabalho forçado ou obrigatório nesse território, bem como sobre os assuntos seguintes: fins para que o trabalho foi efectuado, percentagens de doença e de morte, horas de trabalho, métodos de pagamento dos salários e percentagens dos mesmos, bem como qualquer outra informação sobre o assunto.

Artigo 23.º

Para a aplicação das disposições da presente Convenção as autoridades competentes deverão promulgar uma regulamentação completa e precisa sobre o emprego do trabalho forçado ou obrigatório.

Esta regulamentação deverá incluir normas permitindo a cada pessoa sujeita a trabalho, forçado ou obrigatório apresentar às autoridades qualquer reclamação relativa às condições de trabalho que lhe são apresentadas e também uma garantia de que estas reclamações serão examinadas e tomadas em consideração.

Artigo 24.º

Em todos os casos deverão ser tomadas medidas apropriadas para assegurar a estrita aplicação dos regulamentos sobre o emprego do trabalho forçado ou obrigatório, seja pela extensão ao trabalho forçado ou obrigatório das atribuições de qualquer organismo de inspecção para a vigilância do trabalho livre, seja por qualquer outro sistema conveniente. Deverão ser tomadas igualmente medidas para que estes regulamentos sejam levados ao conhecimento das pessoas sujeitas ao trabalho forçado ou obrigatório.

Artigo 25.º

O facto de exigir ilegalmente trabalho forçado ou obrigatório será sujeito a sanções penais e qualquer membro que ratifique a presente Convenção terá a obrigação de assegurar que as sanções impostas pela lei são realmente eficazes e estritamente aplicadas.

Artigo 26.º

1. Qualquer membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente Convenção compromete-se a aplicá-la aos territórios submetidos à sua soberania, jurisdição, protecção, suserania, tutela ou autoridade, na medida em que tenha o direito de subscrever obrigações a respeito das questões de jurisdição interna. Contudo, se este membro quer

valer-se das disposições do artigo 35.º da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverá acompanhar a sua ratificação duma declaração, dando a conhecer:

1. Os territórios em que tenciona aplicar integralmente as disposições da presente Convenção;
2. Os territórios em que tenciona aplicar as disposições da presente Convenção com quaisquer modificações e em que consistem as ditas modificações;
3. Os territórios sobre os quais reserva a sua decisão.

2. A declaração acima mencionada será declarada parte integrante da ratificação e terá efeitos idênticos. Qualquer membro que formule uma tal declaração terá a faculdade de renunciar, por uma nova declaração, a toda ou parte das reservas contidas, em virtude das alíneas 2) e 3) acima mencionadas, na sua declaração anterior.

Artigo 27.º

As ratificações oficiais da presente Convenção, nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao director-geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registadas.

Artigo 28.º

A presente Convenção só vinculará os membros da Organização Internacional do Trabalho que tenham ratificado a Convenção e tenham registado essa ratificação na Repartição Internacional da Trabalho.

Esta Convenção entrará em vigor doze meses depois de as ratificações por dois membros terem sido registadas pelo director-geral.

Por conseguinte, esta Convenção entrará em vigor para cada membro doze meses depois da data de a sua ratificação ter sido registada.

Artigo 29.º

Logo que as ratificações de dois membros da Organização Internacional do Trabalho tenham sido registadas na Repartição Internacional do Trabalho, o director-geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará deste facto todos os membros da Organização Internacional do Trabalho. Ele notificar-lhes-á igualmente o registo das ratificações que tenham sido anteriormente comunicadas por todos os membros da Organização.

Artigo 30.º

Qualquer membro que tenha ratificado a presente Convenção pode denunciá-la, no fim dum prazo de dez anos depois da data da entrada em vigor da Convenção, por comunicação enviada ao director-geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registada.

Qualquer membro que tenha ratificado a presente Convenção e, no prazo de um ano depois da expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não faça uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo ficará vinculado por um novo período de cinco anos, e, por conseguinte, poderá denunciar a presente Convenção no fim de cada período de cinco anos, nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 31.º

No fim de cada período de cinco anos, a contar da data da entrada em vigor da presente Convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional deverá apresentar à Conferência um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá se será oportuno inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

Artigo 32.º

No caso de a Conferência adoptar uma nova Convenção resultante da revisão total ou parcial da presente Convenção, a ratificação por um membro da nova Convenção pressupõe de pleno direito a denúncia da presente Convenção, sem necessidade da espera de cinco anos, não obstante o disposto no artigo 30.º, sob a reserva de que a nova Convenção resultante da revisão tenha entrado em vigor.

A partir da data da entrada em vigor da nova Convenção a presente Convenção deixará de estar aberta à ratificação de outros membros.

Contudo, a presente Convenção continuará em vigor na sua forma e teor primitivos para os membros que a tenham ratificado e não ratifiquem a nova Convenção, resultante da primeira.

Artigo 33.º

Fazem fé os textos francês e inglês da Convenção.

Convenção 105 Relativa à Abolição do Trabalho Forçado

Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho a 25 de Junho de 1957.

Entrada em vigor na ordem internacional: 17 de Janeiro de 1959.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada pelo Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho e reunida em Genebra, em 5 de Junho de 1957, em sua Quadragésima reunião;

Tendo examinado o problema do Trabalho forçado que constitui a quarta questão da ordem do dia da reunião;

Tendo em vista as disposições da Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930;

Tendo verificado que a Convenção sobre a Escravidão, de 1926, dispõe que sejam tomadas todas as medidas necessárias para evitar que o trabalho forçado ou obrigatório produza condições análogas à escravidão, e que a Convenção Suplementar Relativa à Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e de Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, de 1956, visa a total abolição do trabalho forçado e da servidão por dívida;

Tendo verificado que a Convenção sobre a Protecção do Salário, de 1949, determina que o salário será pago regularmente e proíbe sistemas de pagamento que privem o trabalhador da real possibilidade de deixar o emprego;

Tendo resolvido adoptar outras proposições relativas à abolição de certas formas de trabalho forçado ou obrigatório que constituem uma violação dos direitos humanos constantes da Carta das Nações Unidas e enunciadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Tendo decidido que essas proposições se revistam da forma de uma convenção internacional, adopta, no dia vinte e cinco de Junho de mil novecentos e cinquenta e sete, esta Convenção que pode ser citada como a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 1957.

Artigo 1.º

Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso:

- a) Como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e económico vigente;
- b) Como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento económico;
- c) Como meio de disciplinar a mão-de-obra;
- d) Como punição por participação em greves;
- e) Como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

Artigo 2.º

Todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar esta Convenção compromete-se a adoptar medidas para assegurar a imediata e completa abolição do trabalho forçado ou obrigatório, conforme estabelecido no Artigo 1 desta Convenção.

Artigo 3.º

As ratificações formais desta Convenção serão comunicadas, para registo, ao Director Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 4.º

1. Esta Convenção obrigará unicamente os Países membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tiverem sido registadas pelo Director Geral.
2. Esta Convenção entrará em vigor doze meses após a data de registo, pelo Director Geral, das ratificações de dois Países membros.
3. A partir de então, esta Convenção entrará em vigor para todo País-membro doze meses após a data do registo de sua ratificação.

Artigo 5.º

1. Todo País-membro que ratificar esta Convenção poderá denunciá-la ao final de um período de dez anos, a contar da data de sua entrada em vigor, mediante comunicação ao Director Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho, para

registo. A denúncia não terá efeito antes de se completar um ano a contar da data de seu registo.

2. Todo País-membro que ratificar esta Convenção e que, no prazo de um ano após expirado o período de dez anos referido no parágrafo anterior, não tiver exercido o direito de denúncia provido neste Artigo, ficará obrigado a um novo período de dez anos e, daí em diante, poderá denunciar esta Convenção ao final de cada período de dez anos, nos termos deste Artigo.

Artigo 6.º

1. O Director Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho dará ciência a todos os Países membros da Organização Internacional do Trabalho do registo de todas as ratificações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Países membros da Organização.

2. Ao notificar os Países membros da Organização sobre o registo de segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Director Geral lhes chamará a atenção para a data na qual entrará em vigor esta Convenção.

Artigo 7.º

O Director Geral do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-geral das Nações Unidas, para registo, de conformidade como Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações circunstanciadas sobre as ratificações e actos de denúncia por ele registados, nos termos do disposto nos artigos anteriores.

Artigo 8.º

O Conselho de Administração do Secretariado da Organização Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral, quando considerar necessário, relatório sobre o desempenho desta Convenção e examinará a conveniência de incluir na pauta da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 9.º

1. No caso de adoptar a Conferência uma nova convenção que reveja total ou parcialmente esta Convenção, a menos que a nova Convenção disponha de outro modo

- a) A ratificação por um País-membro da nova Convenção revista implicará, ipso jure, a denúncia imediata desta Convenção, a partir do momento em que a nova Convenção revista entrar em vigor, não obstante as disposições do Artigo 5;
 - b) A partir da data de entrada em vigor da convenção revista, esta Convenção deixará de estar sujeita a ratificação pelos Países membros.
2. Esta Convenção permanecerá, entretanto, em vigor, na sua forma e conteúdo actuais, para os Países membros que a ratificaram, mas não ratificarem a convenção revista.

Artigo 10.º

As versões em inglês e francês do texto desta Convenção são igualmente oficiais.

Convenção 143 Relativa às Imigrações Efectuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes

Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho a 29 de Junho de 1965.

Entrada em vigor na ordem internacional a 9 de Dezembro de 1978.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada para Genebra pelo Conselho de Administração do Secretariado Internacional do Trabalho e realizada a 4 de Junho de 1975, na sua sexagésima sessão;

Considerando que o preâmbulo da Constituição da Organização Internacional do Trabalho confere a esta a tarefa de defender os «interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro;

Considerando que a Declaração de Filadélfia, para além de outros princípios em que assenta a Organização Internacional do Trabalho, reafirma que «o trabalho não é uma mercadoria» e que «a pobreza, onde quer que exista, constitui uma ameaça à prosperidade colectiva» e reconhece a obrigação solene da Organização de apoiar a realização de programas capazes de levar, nomeadamente, ao pleno emprego, especialmente graças a «meios adequados à facilitação das transferências de trabalhadores, incluindo as migrações de mão-de-obra (...)»;

Considerando o Programa Mundial do Emprego da OIT, bem como a convenção e a recomendação sobre política do emprego, 1964, e reafirmando a necessidade de evitar o aumento excessivo e não controlado ou não assistido dos movimentos migratórios, em virtude das suas consequências negativas do ponto de vista social e humano;

Considerando, por outro lado, que os Governos de inúmeros países, no sentido de vencer o subdesenvolvimento e o desemprego estrutural e crónico, insistem sempre mais na oportunidade de encorajar as transferências de capitais e de tecnologias do que nas migrações dos trabalhadores, em função das necessidades e solicitações desses países e no interesse recíproco dos países de origem e dos países de emprego;

Considerando igualmente o direito de todo o indivíduo poder abandonar qualquer país, incluindo o seu, e de entrar no seu próprio país, direito esse consignado na

Declaração Universal dos Direitos do Homem e no Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos;

Lembrando as disposições contidas na convenção e na recomendação sobre os trabalhadores migrantes (revistas), 1949; na recomendação sobre os trabalhadores migrantes (países insuficientemente desenvolvidos), 1955; na convenção e na recomendação sobre a política de emprego, 1964; na convenção e na recomendação sobre o serviço de emprego, 1948; na convenção sobre as agências de emprego remuneradas (revista), 1949, que abordam assuntos tais como a regulamentação do recrutamento, da introdução e da colocação dos trabalhadores migrantes, o fornecimento de informações exactas sobre as migrações, as condições mínimas de que deveriam desfrutar os migrantes durante a viagem e à chegada, a adopção de uma política activa de emprego, bem como a colaboração internacional nestes campos;

Considerando que a emigração de trabalhadores devida às condições do mercado de emprego deveria ser efectuada sob a responsabilidade dos organismos oficiais de emprego, segundo os acordos multilaterais e bilaterais pertinentes, nomeadamente os que permitem a livre circulação dos trabalhadores;

Considerando que, em virtude da existência de tráficos ilícitos ou clandestinos de mão-de-obra, seria conveniente tomar novas medidas dirigidas, em especial, contra tais abusos;

Lembrando que a convenção sobre os trabalhadores migrantes (revista), 1949, pede que todos os membros que a tenham ratificado apliquem aos emigrantes que se encontram legalmente nos limites do seu território um tratamento que não seja menos favorável do que o aplicado aos seus nacionais no que diz respeito a vários pontos nela enumerados, desde que esses pontos sejam regulamentados pela legislação ou dependam das autoridades administrativas;

Lembrando que a definição do termo «discriminação» na convenção sobre a discriminação (emprego e profissão), 1958, não inclui obrigatoriamente as distinções baseadas na nacionalidade;

Considerando que seria desejável adoptar novas normas, inclusive no campo da segurança social, para promover a igualdade de oportunidades e de tratamento dos trabalhadores migrantes e, no que diz respeito aos pontos regulamentados pela

legislação ou que dependam das autoridades administrativas, garantir um tratamento que seja, pelo menos, igual ao dos nacionais;

Observando que as iniciativas relacionadas com os diversos problemas que dizem respeito aos trabalhadores migrantes só poderão atingir plenamente os seus objectivos se existir uma cooperação íntima com as Nações Unidas e as instituições especializadas;

Observando que, aquando da elaboração das presentes normas, foram tomados em consideração os trabalhos das Nações Unidas e das instituições especializadas e que, a fim de evitar trabalhos supérfluos e de assegurar uma coordenação apropriada, deverá ser efectivada uma cooperação contínua com vista a promover e assegurar a aplicação de tais normas;

Tendo decidido adoptar diversas propostas relativas aos trabalhadores migrantes, questão que constitui o quinto ponto da ordem do dia desta sessão;

Após ter decidido que estas propostas deveriam tomar a forma de uma convenção que completasse a convenção sobre os trabalhadores migrantes (revista), 1949, e a convenção sobre a discriminação (emprego e profissão), 1958,

Adopta hoje, dia 24 de Junho de 1975, a Convenção seguinte, denominada Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes (disposições complementares), 1975.

PARTE I

Migrações em condições abusivas

Artigo 1.º

Os membros para os quais a presente Convenção esteja em vigor deverão comprometer-se a respeitar os direitos fundamentais do homem de todos os trabalhadores migrantes.

Artigo 2.º

1. Os membros para os quais a presente Convenção esteja em vigor deverão comprometer-se a determinar, sistematicamente, se existem migrantes ilegalmente empregados no seu território e se existem, do ou para o seu território, ou ainda em trânsito, migrações com fim de emprego nas quais os migrantes sejam submetidos, durante a sua deslocação, à sua chegada ou durante a sua estada e período de emprego, a condições contrárias aos instrumentos ou acordos internacionais aplicáveis, multilaterais ou bilaterais, ou ainda às legislações nacionais.

2. As organizações representativas dos empregadores e dos trabalhadores deverão ser plenamente consultadas e ter a possibilidade de fornecer as suas próprias informações sobre este assunto.

Artigo 3.º

Todo o Estado-Membro deverá tomar as medidas necessárias e apropriadas, quer da sua própria competência, quer as que exijam a colaboração de outros Estados-Membros:

- a) A fim de suprimir as migrações clandestinas e o emprego ilegal de migrantes;
- b) Contra os organizadores de movimentos ilícitos ou clandestinos de migrantes com fins de emprego, provenientes do seu território ou que a ele se destinam, assim como os que se efectuam em trânsito por esse mesmo território, bem como contra aqueles que empregam trabalhadores que tenham imigrado em condições ilegais, a fim de prevenir e eliminar os abusos citados no artigo 2 da presente Convenção.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros deverão, nomeadamente, adoptar, a nível nacional e internacional, todas as medidas necessárias para estabelecer contactos e trocas sistemáticas de informações com os outros Estados sobre este assunto, consultando igualmente as organizações representativas de empregadores e de trabalhadores.

Artigo 5.º

As medidas previstas nos artigos 3 e 4 deverão ter por objectivo processar os autores de tráfico de mão-de-obra, qualquer que seja o país a partir do qual estes exerçam as suas actividades.

Artigo 6.º

1. No âmbito das várias legislações nacionais, deverão ser tomadas disposições para uma detecção eficaz de emprego ilegal de trabalhadores migrantes e para a definição e aplicação de sanções administrativas, civis e penais, incluindo penas de prisão, no que diz respeito a emprego ilegal de trabalhadores migrantes e à organização de migrações com fins de emprego que impliquem os abusos definidos no artigo 2 da presente Convenção e ainda a assistência prestada conscientemente a tais migrações, com ou sem fins lucrativos.

2. O empregador processado em virtude da aplicação das disposições tomadas no presente artigo deverá ter o direito de fazer prova da sua boa fé.

Artigo 7.º

As organizações representativas de empregadores e de trabalhadores deverão ser consultadas no que diz respeito à legislação e às outras medidas previstas pela presente Convenção com vista a prevenir ou eliminar os abusos acima referidos e dever-lhes-á ser reconhecida a possibilidade de tomar iniciativas para esse efeito.

Artigo 8.º

1. Desde que tenha residido legalmente no país com fim de emprego, o trabalhador migrante não poderá ser considerado em situação ilegal ou irregular pela simples perda do seu emprego, a qual, por si só, não deverá acarretar a revogação da sua autorização de residência ou, eventualmente, da sua autorização de trabalho.
2. Por conseguinte, deverá beneficiar de tratamento igual ao dos nacionais, especialmente no que diz respeito às garantias relativas à segurança de emprego, à reclassificação, aos trabalhos de recurso e à readaptação.

Artigo 9.º

1. Sem prejuízo das medidas destinadas a controlar os movimentos migratórios com fins de emprego garantindo que os trabalhadores migrantes entram no território nacional e aí são empregados em conformidade com a legislação aplicável, o trabalhador migrante, nos casos em que a legislação não tenha sido respeitada e nos quais a sua situação não possa ser regularizada, deverá beneficiar pessoalmente, assim como a sua família, de tratamento igual no que diz respeito aos direitos decorrentes de empregos anteriores em relação à remuneração, à segurança social e a outras vantagens.
2. Em caso de contestação dos direitos previstos no parágrafo anterior, o trabalhador deverá ter a possibilidade de fazer valer os seus direitos perante um organismo competente, quer pessoalmente, quer através dos seus representantes.
3. Em caso de expulsão do trabalhador ou da sua família, estes não deverão custeá-la.
4. Nenhuma disposição da presente Convenção impedirá os Estados-Membros de conceder às pessoas que residem ou trabalham ilegalmente no país o direito de nele permanecerem e serem legalmente empregadas.

PARTE II

Igualdade de oportunidades e de tratamento

Artigo 10.º

Os Membros para os quais a presente Convenção esteja em vigor comprometem-se a formular e a aplicar uma política nacional que se proponha promover e garantir, por métodos adaptados às circunstâncias e aos costumes nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão, de segurança social, de direitos sindicais e culturais e de liberdades individuais e colectivas para aqueles que se encontram legalmente nos seus territórios na qualidade de emigrantes ou de familiares destes.

Artigo 11.º

1. Para fins de aplicação do disposto nesta parte II da Convenção, o termo «trabalhador migrante» designa uma pessoa que emigra ou emigrou de um país para outro com o fim de ocupar um emprego não por conta própria; compreende todo e qualquer indivíduo regularmente admitido como trabalhador migrante.

2. A presente parte II não se aplicará:

- a) Aos trabalhadores fronteiriços;
- b) Aos artistas e aos indivíduos que exerçam uma profissão liberal que tenham entrado no país por período curto;
- c) Aos trabalhadores do mar;
- d) Aos indivíduos vindos especialmente com fins de formação ou de educação;
- e) Aos indivíduos empregados por organizações ou empresas que laborem no território de um país e que tenham sido admitidos temporariamente nesse país, a pedido do seu empregador, a fim de cumprir funções ou executar tarefas específicas durante um período limitado e determinado e que devem abandonar o país logo que sejam dadas por terminadas tais funções ou tarefas.

Artigo 12.º

Todo o Estado-Membro, através de métodos adaptados às circunstâncias e aos costumes nacionais:

- a) Deverá esforçar-se por obter a colaboração das organizações de empregadores e de trabalhadores, assim como de outros organismos adequados, a fim de

impulsionar a aceitação e a aplicação da política prevista no artigo 10 da presente Convenção:

- b) Deverá promulgar as leis e encorajar programas de educação capazes de assegurar a aceitação e a aplicação mencionadas;
- c) Deverá tomar medidas, encorajar programas de educação e desenvolver outras actividades com o objectivo de proporcionar aos trabalhadores migrantes o conhecimento mais completo possível da política adoptada, dos seus direitos e obrigações, assim como das iniciativas que se destinam a prestar-lhes uma assistência efectiva com vista a assegurar a sua protecção e a permitir o exercício dos seus direitos;
- d) Deverá revogar todas as disposições legislativas e modificar todas as disposições ou práticas administrativas incompatíveis com a política enunciada;
- e) Consultando as organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, deverá elaborar e aplicar uma política social conforme às condições e costumes nacionais a fim de que os trabalhadores migrantes e suas famílias possam beneficiar das mesmas vantagens que os nacionais, tendo em conta as necessidades especiais que possam ter até que a sua adaptação à sociedade do país de emprego seja uma realidade, sem, no entanto, lesar o princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento;
- f) Deverá tomar todas as medidas ao seu alcance no sentido de ajudar e encorajar os esforços dos trabalhadores migrantes e suas famílias tendentes a preservar as suas identidades nacionais e étnicas, assim como os laços culturais com os países de origem e, inclusivamente, dar às crianças a possibilidade de beneficiar de um ensino da sua língua materna;
- g) Deverá garantir a igualdade de tratamento em matéria de condições de trabalho entre todos os trabalhadores migrantes que exerçam a mesma actividade, sejam quais forem as condições específicas dos respectivos empregos.

Artigo 13.º

1. Todo o Estado-Membro poderá tomar as medidas necessárias, dentro da sua competência, e colaborar com outros Estados-Membros no sentido de facilitar o reagrupamento familiar de todos os trabalhadores migrantes que residam legalmente no seu território.
2. O disposto no presente artigo refere-se ao cônjuge do trabalhador migrante, assim como, quando a seu cargo, seus filhos, seu pai e sua mãe.

Artigo 14.º

Todo o Estado-Membro:

- a) Poderá subordinar a livre escolha de emprego, assegurando, no entanto, o direito à mobilidade geográfica, à condição de que o trabalhador migrante tenha residido legalmente no país, com fins de emprego, durante um período prescrito que não deverá ultrapassar dois anos ou, caso a legislação exija um contrato de duração determinada inferior a dois anos, que o primeiro contrato de trabalho tenha caducado;
- b) Após consulta oportuna às organizações representativas de empregadores e de trabalhadores, poderá regulamentar as condições de reconhecimento das qualificações profissionais, incluindo certificados e diplomas obtidos no estrangeiro;
- c) Poderá restringir o acesso a certas categorias limitadas de emprego e de funções quando tal for necessário ao interesse do Estado.

PARTE III

Disposições finais

Artigo 15.º

A presente Convenção não impedirá os Estados-Membros de firmar acordos multilaterais ou bilaterais que visem solucionar os problemas resultantes da sua aplicação.

Artigo 16.º

1. Todo o Estado-Membro que ratifique a presente Convenção poderá excluir da sua aplicação a parte I ou a parte II da Convenção por meio de uma declaração anexa à sua ratificação.
2. Todo o Estado-Membro que tenha feito tal declaração poderá, em qualquer altura, anulá-la por meio de declaração anterior.
3. Todo o Estado-Membro para o qual vigore uma declaração nos termos do parágrafo 1 do presente artigo deverá indicar, nos seus relatórios sobre a aplicação da presente Convenção, o estado da sua legislação e da sua prática face às disposições da parte excluída da sua aceitação, precisando em que medida deu seguimento ou se propõe dá-lo a essas disposições, assim como as razões pelas quais ainda as não incluiu na sua aceitação da Convenção.

Artigo 18.º

1. A presente Convenção vinculará unicamente os Estados-Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registada pelo director-geral.
2. A presente Convenção entrará em vigor doze meses após o registo das ratificações de dois Estados-Membros pelo director-geral.
3. Seguidamente, esta Convenção entrará em vigor para cada Estado-Membro doze meses após a data em que a sua ratificação tiver sido registada.

Artigo 19.º

1. Todo o Estado-Membro que tenha ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la, após um período de dez anos a partir da data de entrada em vigor inicial da Convenção, por meio de uma comunicação ao director-geral do Secretariado Internacional do Trabalho e por ele registada.
2. Todo o Estado-Membro que tenha ratificado a presente Convenção e que, no prazo de um ano após o termo do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não tenha utilizado a faculdade de denúncia prevista no presente artigo ficará vinculado por novo período de dez anos e, posteriormente, poderá denunciar a presente Convenção no termo de cada período de dez anos, nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 20.º

1. O director-geral do Secretariado Internacional do Trabalho notificará todos os Estados-Membros da Organização Internacional do Trabalho do registo de todas as notificações e denúncias que lhe sejam comunicadas pelos Estados-Membros da Organização.
2. Ao notificar os Estados-Membros da Organização do registo da segunda ratificação que lhe seja comunicada, o director-geral chamará a atenção dos Estados-Membros da Organização para a data de entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 21.º

O director-geral do Secretariado Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, a fim de que sejam registadas, de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas sobre todas as ratificações e denúncias que registar segundo o disposto nos artigos precedentes.

Artigo 22.º

Sempre que o julgue necessário, o Conselho de Administração do Secretariado Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e avaliará da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

Artigo 23.º

1. No caso de a Conferência adoptar nova convenção que implique revisão total ou parcial da presente Convenção, e salvo disposição em contrário da nova convenção:
 - a) A ratificação da nova convenção de revisão por um dos Estados-Membros implicará ipso jure, e não obstante o disposto no artigo 19 supra, denúncia imediata da presente Convenção, sob reserva de que a nova convenção de revisão tenha entrado em vigor;
 - b) A partir da data de entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente Convenção deixaria de estar aberta à ratificação dos Estados-Membros.
2. A presente Convenção continuaria todavia em vigor na sua forma e conteúdo para os Estados-Membros que a tivessem ratificado e que não ratificassem a convenção de revisão.

Artigo 24.º

Fazem igualmente fé as versões francesa e inglesa da presente Convenção.

Convenção 182 Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação

Adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em Genebra, a 17 de Junho de 1999.

Entrada em vigor na ordem internacional a 19 de Novembro de 2000.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada para Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí reunida a 1 de Junho de 1999, na sua 87.^a Sessão;

Considerando a necessidade de adoptar novos instrumentos com vista à proibição e eliminação das piores formas de trabalho das crianças, enquanto prioridade principal da acção nacional e internacional, nomeadamente da cooperação e da assistência internacionais, para completar a Convenção e a Recomendação Relativas à Idade Mínima de Admissão ao Emprego, de 1973, que continuam a ser instrumentos fundamentais no que diz respeito ao trabalho das crianças;

Considerando que a eliminação efectiva das piores formas de trabalho das crianças exige uma acção de conjunto imediata que tenha em consideração a importância de uma educação de base gratuita e a necessidade de libertar as crianças envolvidas de todas essas formas de trabalho e de assegurar a sua readaptação e a sua integração social, tendo ao mesmo tempo em consideração as necessidades das respectivas famílias;

Recordando a resolução relativa à eliminação do trabalho das crianças, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 83.^a Sessão, em 1996;

Reconhecendo que o trabalho das crianças é em grande medida provocado pela pobreza e que a solução a longo prazo reside no crescimento económico sustentado que conduza ao progresso social e, em particular, à diminuição da pobreza e à educação universal;

Recordando a Convenção Relativa aos Direitos da Criança, adoptada em 20 de Novembro de 1989 pela Assembleia Geral das Nações Unidas;

Recordando a Declaração da OIT Relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e ao Seu Acompanhamento, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho na sua 86.^a Sessão, em 1998;

Recordando que algumas das piores formas de trabalho das crianças são abrangidas por outros instrumentos internacionais, em particular a Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930, e a Convenção Suplementar das Nações Unidas Relativa à Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, de 1956;

Após ter decidido adoptar diversas propostas relativas ao trabalho das crianças, questão que constitui o 4.º ponto da ordem de trabalhos da sessão;

Após ter decidido que essas propostas tomariam a forma de uma Convenção Internacional;

Adopta, neste dia 17 de Junho de 1999, a seguinte Convenção, que será denominada Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999.

Artigo 1.º

Qualquer membro que ratificar a presente Convenção deve tomar, com a maior urgência, medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho das crianças.

Artigo 2.º

Para os efeitos da presente Convenção, o termo «criança» aplica-se a todas as pessoas com menos de 18 anos. Para os efeitos da presente Convenção, a expressão «as piores formas de trabalho das crianças» abrange:

- a) Todas as formas de escravatura ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados;
- b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espectáculos pornográficos;
- c) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para actividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes tal como são definidos pelas convenções internacionais pertinentes; d) Os trabalhos que, pela sua natureza ou pelas condições em que são exercidos, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança ou moralidade da criança.

Artigo 4.º

1. Os tipos de trabalho visados na alínea d) do artigo 3.º devem ser determinados pela legislação nacional ou pela autoridade competente, após consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas tomando em consideração as normas internacionais pertinentes e, em particular, os parágrafos 3 e 4 da Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999.
2. A autoridade competente, após consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, deve localizar os tipos de trabalho assim determinados.
3. A lista dos tipos de trabalho determinados de acordo com o n.º 1 do presente artigo deve ser periodicamente examinada e, se necessário, revista mediante consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

Artigo 5.º

Qualquer membro deve, após consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores, estabelecer ou designar mecanismos apropriados para fiscalizar a aplicação das disposições que apliquem a presente Convenção.

Artigo 6.º

1. Qualquer membro deve elaborar e pôr em prática programas de acção visando prioritariamente eliminar as piores formas de trabalho das crianças.
2. Esses programas de acção devem ser elaborados e postos em prática mediante consulta das instituições públicas competentes e das organizações de empregadores e de trabalhadores e, se for caso disso, tomando em consideração as opiniões de outros grupos interessados.

Artigo 7.º

1. Qualquer membro deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a aplicação efectiva e o respeito das disposições que apliquem a presente Convenção, incluindo o estabelecimento e a aplicação de sanções penais ou, se for caso disso, outras sanções.
2. Tendo em conta a importância da educação na eliminação do trabalho das crianças, qualquer membro deve adoptar medidas eficazes dentro de um prazo determinado para:

- a) Impedir que as crianças sejam envolvidas nas piores formas de trabalho das crianças;
- b) Prover a ajuda directa necessária e apropriada para libertar as crianças das piores formas de trabalho das crianças e assegurar a sua readaptação e a sua integração social;
- c) Assegurar a todas as crianças que tenham sido libertadas das piores formas de trabalho das crianças o acesso à educação de base gratuita e, sempre que for possível e apropriado, à formação profissional;
- d) Identificar as crianças particularmente expostas a riscos e entrar em contacto directo com elas;
- e) Ter em conta a situação particular das raparigas.

3. Qualquer membro deve designar a autoridade competente encarregada da execução das disposições que apliquem a presente Convenção.

Artigo 8.º

Os membros devem adoptar medidas apropriadas a fim de se ajudarem mutuamente para aplicarem as disposições da presente Convenção, através de uma cooperação e ou uma assistência internacional reforçadas, incluindo através de medidas de apoio ao desenvolvimento económico e social, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal.

Artigo 9.º

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas ao Director-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por este registadas.

Artigo 10.º

- 1. A presente Convenção apenas obriga os membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registada pelo Director-Geral da Repartição Internacional do Trabalho.
- 2. Ela entrará em vigor 12 meses depois de as ratificações de dois membros terem sido registadas pelo Director-Geral.
- 3. Em seguida, esta Convenção entrará em vigor para cada membro 12 meses após a data em que a sua ratificação tiver sido registada.

Artigo 11.º

1. Qualquer membro que tenha ratificado a presente Convenção pode denunciá-la após um período de 10 anos a contar da data da entrada em vigor inicial da Convenção, mediante uma comunicação ao Director-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por este registada. A denúncia só produzirá efeitos um ano após ter sido registada.
2. Qualquer membro que tenha ratificado a presente Convenção e que, no prazo de 1 ano após o termo do período de 10 anos mencionado no número anterior, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo ficará vinculado durante um novo período de 10 anos e, em seguida, poderá denunciar a presente Convenção no termo de cada período de 10 anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 12.º

1. O Director-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará todos os membros da Organização Internacional do Trabalho do registo de todas as ratificações e de todos os actos de denúncia que lhe forem comunicados pelos membros da Organização.
2. Ao notificar os membros da Organização do registo da segunda ratificação que lhe tiver sido comunicada, o Director-Geral chamará a atenção dos membros da Organização para a data em que a presente Convenção entrará em vigor.

Artigo 13.º

O Director-Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para efeitos de registo de acordo com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas sobre todas as ratificações e todos os actos de denúncia que tiver registado em conformidade com os artigos anteriores.

Artigo 14.º

Sempre que o considerar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e examinará a conveniência de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

Artigo 15.º

1. Se a Conferência adoptar uma nova convenção que reveja total ou parcialmente a presente Convenção e salvo disposição em contrário da nova convenção:

- a) Sem prejuízo do artigo 11.º, a ratificação por um membro da nova convenção de revisão implicará de pleno direito a denúncia imediata da presente Convenção, contanto que a nova convenção de revisão tenha entrado em vigor;
 - b) A presente Convenção deixará de estar aberta à ratificação dos membros a partir da data de entrada em vigor da nova convenção de revisão.
2. A presente Convenção continuará em vigor na sua actual forma e conteúdo para os membros que a tiverem ratificado e que não ratificarem a convenção de revisão.

Artigo 16.º

As versões francesa e inglesa do texto da presente Convenção fazem igualmente fé.

Recomendação 190 Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada para Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí reunida a 1 de Junho de 1999, na sua octogésima sétima sessão;

Após ter adoptado a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999;

Após ter decidido adoptar diversas propostas relativas ao trabalho das crianças, questão que constitui o quarto ponto da ordem do dia da sessão;

Após ter decidido que essas propostas tomariam a forma de uma recomendação que completaria a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999;

Adopta, neste dia 17 de Junho de 1999, a seguinte recomendação, que será denominada Recomendação sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999.

1. As disposições da presente Recomendação completam as da Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999 (a seguir denominada «a Convenção») e deverão ser aplicadas conjuntamente com elas.

I-Programas de acção

2. Os programas de acção referidos no artigo 6.º da Convenção deverão ser elaborados e postos em prática com a maior urgência, mediante consulta das instituições públicas competentes e das organizações de empregadores e de trabalhadores, tendo em consideração as opiniões das crianças directamente afectadas pelas piores formas de trabalho das crianças, bem como as opiniões das suas famílias e, se for caso disso, as de outros grupos interessados e empenhados nos objectivos da Convenção e da presente Recomendação. Esses programas deverão ter como objectivos, entre outros:

- a) Identificar e denunciar as piores formas de trabalho das crianças;
- b) Impedir que as crianças sejam envolvidas nas piores formas de trabalho das crianças, ou libertá-las das mesmas, protegê-las de represálias, assegurar a sua readaptação e a sua integração social através de medidas que tenham em conta as suas necessidades em matéria de educação e as suas necessidades físicas e psicológicas;

- c) Prestar uma atenção especial:
 - i) Às crianças mais jovens;
 - ii) Às crianças do sexo feminino;
 - iii) Ao problema dos trabalhos executados em condições que escapam à observação externa, nas quais as raparigas estão particularmente expostas a riscos;
 - iv) A outros grupos de crianças especialmente vulneráveis ou que tenham necessidades especiais;
- d) Identificar, entrar em contacto e trabalhar com as comunidades em que as crianças estejam particularmente expostas a riscos;
- e) Informar, sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os grupos interessados, incluindo as crianças e as respectivas famílias.

II-Trabalhos perigosos

3. Ao determinar os tipos de trabalho visados na alínea d) do artigo 3.º da Convenção e a sua localização, será, nomeadamente, necessário ter em consideração:

- a) Os trabalhos que expõem as crianças a maus tratos físicos, psicológicos ou sexuais;
- b) Os trabalhos efectuados no subsolo, debaixo de água, em alturas perigosas ou em espaços confinados;
- c) Os trabalhos efectuados com máquinas, material ou ferramentas perigosas, ou que implicam a manipulação ou o transporte de cargas pesadas;
- d) Os trabalhos que se efectuam num ambiente insalubre, que possa por exemplo expor as crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a condições de temperatura, de ruído ou de vibrações prejudiciais para a sua saúde;
- e) Os trabalhos que se efectuam em condições particularmente difíceis, por exemplo durante muitas horas ou de noite, ou para a execução dos quais a criança fica injustificadamente retida nas instalações do empregador.

4. No que respeita aos tipos de trabalhos visados na alínea d) do artigo 3.º da Convenção, bem como no precedente parágrafo 3, a legislação nacional ou a autoridade competente pode, após consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, autorizar o emprego ou o trabalho a partir dos 16 anos de idade, desde que a saúde, a segurança e a moralidade dessas crianças sejam totalmente protegidas e que as mesmas tenham recebido um ensino específico ou uma formação profissional adaptada ao sector de actividade no qual serão ocupadas.

III-Aplicação

5.
 1. Deverão ser compilados e actualizados informações detalhadas e dados estatísticos sobre a natureza e a extensão do trabalho das crianças, com vista a estabelecer as prioridades da acção nacional destinada à abolição do trabalho das crianças e, em particular, a proibir e eliminar as suas piores formas, com a maior urgência,
 2. Essas informações e dados estatísticos deverão, na medida do possível, incluir dados desagregados por sexo, grupo etário, profissão, sector de actividade económica, situação na profissão, frequência escolar e localização geográfica. Deverá ser tida em consideração a importância de um sistema eficaz de registo dos nascimentos, que abranja a emissão das certidões de nascimento.
 3. Deverão ser compilados e actualizados dados pertinentes no que diz respeito às violações das disposições nacionais que visem a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho das crianças.
6. A compilação e o tratamento das informações e dos dados mencionados no parágrafo 5 deverão ser efectuados tendo na devida conta o direito à protecção da vida privada.
7. As informações compiladas de acordo com o parágrafo 5 deverão ser regularmente comunicadas à Repartição Internacional do Trabalho.
8. Os membros deverão estabelecer ou designar mecanismos nacionais apropriados para fiscalizar a aplicação das disposições nacionais conducentes à proibição e à eliminação das piores formas de trabalho das crianças, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores.
9. Os membros deverão velar por que as autoridades competentes encarregadas de aplicar as disposições nacionais destinadas à proibição e à eliminação das piores formas de trabalho das crianças cooperem entre si e coordenem as suas actividades.
10. A legislação nacional ou a autoridade competente deverá determinar as pessoas que serão responsáveis em caso de não cumprimento das disposições nacionais referentes à proibição e à eliminação das piores formas de trabalho das crianças.
11. Os membros deverão, na medida em que isso for compatível com o direito nacional, cooperar nos esforços internacionais destinados a proibir e a eliminar as piores formas de trabalho das crianças, com a maior urgência pelos seguintes meios:

- a) Reunindo e trocando informações respeitantes às infracções penais, incluindo as que envolvam redes internacionais;
- b) Procurando e perseguindo as pessoas implicadas na venda e no tráfico de crianças ou na utilização, recrutamento ou oferta de crianças para actividades ilícitas, prostituição ou produção de material pornográfico ou espectáculos pornográficos;
- c) Estabelecendo um registo dos autores dessas infracções.

12. Os membros deverão prever que as piores formas de trabalho das crianças a seguir indicadas sejam infracções penais:

- a) Todas as formas de escravatura ou práticas análogas, tais como a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a servidão, bem como o trabalho forçado ou obrigatório, incluindo ou recrutamento forçado ou obrigatório das crianças com vista à sua utilização em conflitos armados;
- b) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espectáculos pornográficos;
- c) A utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para actividades ilícitas, nomeadamente para a produção e o tráfico de estupefacientes tal como são definidos pelas convenções internacionais pertinentes, ou para actividades que impliquem o porte ou a utilização ilegais de armas de fogo ou de outras armas.

13. Os membros deverão velar pela aplicação de sanções, incluindo sanções penais se for caso disso, em caso de violação das disposições nacionais que visem a proibição e a eliminação dos tipos de trabalho mencionados na alínea d) do artigo 3.º da Convenção.

14. Se for caso disso, os membros deverão igualmente prever com a maior urgência outros meios administrativos, civis ou penais a fim de assegurar a aplicação efectiva das disposições nacionais que visam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho das crianças, por exemplo, a fiscalização especial das empresas que tenham recorrido às piores formas de trabalho das crianças e, em caso de violação persistente, a suspensão temporária ou definitiva da respectiva licença de exploração.

15. Outras medidas destinadas à proibição e eliminação das piores formas de trabalho das crianças poderão, nomeadamente, consistir em:

- a) Informar, sensibilizar e mobilizar o grande público, incluindo os dirigentes políticos nacionais e locais, os parlamentares e as autoridades judiciais;
- b) Associar e formar as organizações de empregadores e de trabalhadores e as organizações cívicas;

- c) Prestar formação apropriada aos agentes das administrações interessados, particularmente aos inspectores e aos representantes da lei, bem como a outros profissionais envolvidos;
- d) Permitir a qualquer membro que persiga no seu território os respectivos nacionais que cometam infracções às disposições da legislação nacional desse país destinadas à proibição e à eliminação imediata das piores formas de trabalho das crianças, mesmo que as infracções sejam cometidas fora do seu território;
- e) Simplificar os processos judiciais e administrativos e velar por que os mesmos sejam adequados e céleres;
- f) Encorajar as empresas a aplicarem políticas destinadas a promover os objectivos da Convenção;
- g) Recensear e dar a conhecer as melhores práticas relativas à eliminação do trabalho das crianças;
- h) Divulgar nas diversas línguas e dialectos as disposições jurídicas ou outras relativas ao trabalho das crianças;
- i) Prever processos especiais de queixas e disposições que visem proteger contra quaisquer discriminações e represálias aqueles que legitimamente exponham violações de disposições da Convenção e disponibilizar linhas telefónicas ou centros de assistência e mediadores;
- j) Adoptar medidas apropriadas para melhorar as infra-estruturas educativas e a formação necessária dos professores para responderem às necessidades dos rapazes e das raparigas;
- l) Na medida do possível, ter em conta nos programas de acção nacionais a necessidade de:
 - i) Promover o emprego e a formação profissional dos pais e dos adultos pertencentes à família das crianças que trabalham nas condições abrangidas pela Convenção;
 - ii) Sensibilizar os pais para o problema das crianças que trabalham nessas condições.

16. A cooperação e ou a assistência internacionais reforçadas entre os membros com vista à proibição e à eliminação efectiva das piores formas de trabalho das crianças deverão completar os esforços desenvolvidos à escala nacional e poderão, se for caso disso, ser desenvolvidas e postas em prática mediante consulta das organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa cooperação e ou assistência internacionais deverão incluir:

- a) A mobilização de recursos para programas nacionais ou internacionais;
- b) A assistência mútua em matéria jurídica;
- c) A assistência técnica, incluindo a troca de informações;
- d) Medidas de apoio ao desenvolvimento económico e social, aos programas de erradicação da pobreza e à educação universal. Resolução da Assembleia da República n.º 48/2000 A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do artigo 163.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, dar assentimento à viagem de carácter oficial de S. Ex.a o Presidente da República à Suíça, entre os dias 2 e 6 do próximo mês de Junho.

Aprovada em 25 de Maio de 2000.

Convention 189 Decent Work for Domestic Workers

Adopted in Geneva, 100th ILC session, 16th of June, 2011.

Preamble

The General Conference of the International Labour Organization, Having been convened at Geneva by the Governing Body of the International Labour Office, and having met in its 100th Session on 1 June 2011, and

Mindful of the commitment of the International Labour Organization to promote decent work for all through the achievement of the goals of the ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work and the ILO Declaration on Social Justice for a Fair Globalization, and

Recognizing the significant contribution of domestic workers to the global economy, which includes increasing paid job opportunities for women and men workers with family responsibilities, greater scope for caring for ageing populations, children and persons with a disability, and substantial income transfers within and between countries, and

Considering that domestic work continues to be undervalued and invisible and is mainly carried out by women and girls, many of whom are migrants or members of disadvantaged communities and who are particularly vulnerable to discrimination in respect of conditions of employment and of work, and to other abuses of human rights, and

Considering also that in developing countries with historically scarce opportunities for formal employment, domestic workers constitute a significant proportion of the national workforce and remain among the most marginalized, and

Recalling that international labour Conventions and Recommendations apply to all workers, including domestic workers, unless otherwise provided, and

Noting the particular relevance for domestic workers of the Migration for Employment Convention (Revised), 1949 (No. 97), the Migrant Workers (Supplementary Provisions) Convention, 1975 (No. 143), the Workers with Family Responsibilities Convention, 1981 (No. 156), the Private Employment Agencies Convention, 1997 (No. 181),

and the Employment Relationship Recommendation, 2006 (No. 198), as well as of the ILO Multilateral Framework on Labour Migration: Non-binding principles and guidelines for a rights-based approach to labour migration (2006), and

Recognizing the special conditions under which domestic work is carried out that make it desirable to supplement the general standards with standards specific to domestic workers so as to enable them to enjoy their rights fully, and

Recalling other relevant international instruments such as the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights, the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, and in particular its Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children and its Protocol against the Smuggling of Migrants by Land, Sea and Air, the Convention on the Rights of the Child and the International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families, and

Having decided upon the adoption of certain proposals concerning decent work for domestic workers, which is the fourth item on the agenda of the session, and

Having determined that these proposals shall take the form of an international Convention;

adopts this sixteenth day of June of the year two thousand and eleven the following Convention, which may be cited as the Domestic Workers Convention, 2011.

Article 1

For the purpose of this Convention:

- a) The term domestic work means work performed in or for a household or households;
- b) The term domestic worker means any person engaged in domestic work within an employment relationship;
- c) A person who performs domestic work only occasionally or sporadically and not on an occupational basis is not a domestic worker.

Article 2

1. The Convention applies to all domestic workers.
2. A Member which ratifies this Convention may, after consulting with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers, exclude wholly or partly from its scope:
 - a) Categories of workers who are otherwise provided with at least equivalent protection;
 - b) Limited categories of workers in respect of which special problems of a substantial nature arise.
3. Each Member which avails itself of the possibility afforded in the preceding paragraph shall, in its first report on the application of the Convention under article 22 of the Constitution of the International Labour Organisation, indicate any particular category of workers thus excluded and the reasons for such exclusion and, in subsequent reports, specify any measures that may have been taken with a view to extending the application of the Convention to the workers concerned.

Article 3

1. Each Member shall take measures to ensure the effective promotion and protection of the human rights of all domestic workers, as set out in this Convention.
2. Each Member shall, in relation to domestic workers, take the measures set out in this Convention to respect, promote and realize the fundamental principles and rights at work, namely:
 - a) Freedom of association and the effective recognition of the right to collective bargaining;
 - b) The elimination of all forms of forced or compulsory labour;
 - c) The effective abolition of child labour; and
 - d) The elimination of discrimination in respect of employment and occupation.
3. In taking measures to ensure that domestic workers and employers of domestic workers enjoy freedom of association and the effective recognition of the right to collective bargaining, Members shall protect the right of domestic workers and employers of domestic workers to establish and, subject to the rules of the organization concerned, to join organizations, federations and confederations of their own choosing.

Article 4

1. Each Member shall set a minimum age for domestic workers consistent with the provisions of the Minimum Age Convention, 1973 (No. 138), and the Worst Forms of Child Labour Convention, 1999 (No. 182), and not lower than that established by national laws and regulations for workers generally.

2. Each Member shall take measures to ensure that work performed by domestic workers who are under the age of 18 and above the minimum age of employment does not deprive them of compulsory education, or interfere with opportunities to participate in further education or vocational training.

Article 5

Each Member shall take measures to ensure that domestic workers enjoy effective protection against all forms of abuse, harassment and violence.

Article 6

Each Member shall take measures to ensure that domestic workers, like workers generally, enjoy fair terms of employment as well as decent working conditions and, if they reside in the household, decent living conditions that respect their privacy.

Article 7

Each Member shall take measures to ensure that domestic workers are informed of their terms and conditions of employment in an appropriate, verifiable and easily understandable manner and preferably, where possible, through written contracts in accordance with national laws, regulations or collective agreements, in particular:

- a) The name and address of the employer and of the worker;
- b) The address of the usual workplace or workplaces;
- c) The starting date and, where the contract is for a specified period of time, its duration;
- d) The type of work to be performed;
- e) The remuneration, method of calculation and periodicity of payments;
- f) The normal hours of work;
- g) Paid annual leave, and daily and weekly rest periods;
- h) The provision of food and accommodation, if applicable;
- i) The period of probation or trial period, if applicable;

- j) The terms of repatriation, if applicable; and
- k) Terms and conditions relating to the termination of employment, including any period of notice by either the domestic worker or the employer.

Article 8

1. National laws and regulations shall require that migrant domestic workers who are recruited in one country for domestic work in another receive a written job offer, or contract of employment that is enforceable in the country in which the work is to be performed, addressing the terms and conditions of employment referred to in Article 7, prior to crossing national borders for the purpose of taking up the domestic work to which the offer or contract applies.
2. The preceding paragraph shall not apply to workers who enjoy freedom of movement for the purpose of employment under bilateral, regional or multilateral agreements, or within the framework of regional economic integration areas.
3. Members shall take measures to cooperate with each other to ensure the effective application of the provisions of this Convention to migrant domestic workers.
4. Each Member shall specify, by means of laws, regulations or other measures, the conditions under which migrant domestic workers are entitled to repatriation on the expiry or termination of the employment contract for which they were recruited.

Article 9

Each Member shall take measures to ensure that domestic workers:

- a) are free to reach agreement with their employer or potential employer on whether to reside in the household;
- b) who reside in the household are not obliged to remain in the household or with household members during periods of daily and weekly rest or annual leave; and
- c) are entitled to keep in their possession their travel and identity documents.

Article 10

1. Each Member shall take measures towards ensuring equal treatment between domestic workers and workers generally in relation to normal hours of work, overtime compensation, periods of daily and weekly rest and paid annual leave in accordance with national laws, regulations or collective agreements, taking into account the special characteristics of domestic work.

2. Weekly rest shall be at least 24 consecutive hours.

3. Periods during which domestic workers are not free to dispose of their time as they please and remain at the disposal of the household in order to respond to possible calls shall be regarded as hours of work to the extent determined by national laws, regulations or collective agreements, or any other means consistent with national practice.

Article 11

Each Member shall take measures to ensure that domestic workers enjoy minimum wage coverage, where such coverage exists, and that remuneration is established without discrimination based on sex.

Article 12

1. Domestic workers shall be paid directly in cash at regular intervals at least once a month. Unless provided for by national laws, regulations or collective agreements, payment may be made by bank transfer, bank cheque, postal cheque, money order or other lawful means of monetary payment, with the consent of the worker concerned.

2. National laws, regulations, collective agreements or arbitration awards may provide for the payment of a limited proportion of the remuneration of domestic workers in the form of payments in kind that are not less favourable than those generally applicable to other categories of workers, provided that measures are taken to ensure that such payments in kind are agreed to by the worker, are for the personal use and benefit of the worker, and that the monetary value attributed to them is fair and reasonable.

Article 13

1. Every domestic worker has the right to a safe and healthy working environment. Each Member shall take, in accordance with national laws, regulations and practice, effective measures, with due regard for the specific characteristics of domestic work, to ensure the occupational safety and health of domestic workers.

2. The measures referred to in the preceding paragraph may be applied progressively, in consultation with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers.

Article 14

1. Each Member shall take appropriate measures, in accordance with national laws and regulations and with due regard for the specific characteristics of domestic work, to ensure that domestic workers enjoy conditions that are not less favourable than those applicable to workers generally in respect of social security protection, including with respect to maternity.

2. The measures referred to in the preceding paragraph may be applied progressively, in consultation with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers.

Article 15

1. To effectively protect domestic workers, including migrant domestic workers, recruited or placed by private employment agencies, against abusive practices, each Member shall:

- a) Determine the conditions governing the operation of private employment agencies recruiting or placing domestic workers, in accordance with national laws, regulations and practice;
- b) Ensure that adequate machinery and procedures exist for the investigation of complaints, alleged abuses and fraudulent practices concerning the activities of private employment agencies in relation to domestic workers;
- c) Adopt all necessary and appropriate measures, within its jurisdiction and, where appropriate, in collaboration with other Members, to provide adequate protection for and prevent abuses of domestic workers recruited or placed in its territory by private employment agencies. These shall include laws or regulations that specify the respective obligations of the private employment agency and the household towards the domestic worker and provide for penalties, including prohibition of those private employment agencies that engage in fraudulent practices and abuses;
- d) Consider, where domestic workers are recruited in one country for work in another, concluding bilateral, regional or multilateral agreements to prevent abuses and fraudulent practices in recruitment, placement and employment; and
- e) Take measures to ensure that fees charged by private employment agencies are not deducted from the remuneration of domestic workers.

2. In giving effect to each of the provisions of this Article, each Member shall consult with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers.

Article 16

Each Member shall take measures to ensure, in accordance with national laws, regulations and practice, that all domestic workers, either by themselves or through a representative, have effective access to courts, tribunals or other dispute resolution mechanisms under conditions that are not less favourable than those available to workers generally.

Article 17

1. Each Member shall establish effective and accessible complaint mechanisms and means of ensuring compliance with national laws and regulations for the protection of domestic workers.

2. Each Member shall develop and implement measures for labour inspection, enforcement and penalties with due regard for the special characteristics of domestic work, in accordance with national laws and regulations.

3. In so far as compatible with national laws and regulations, such measures shall specify the conditions under which access to household premises may be granted, having due respect for privacy.

Article 18

Each Member shall implement the provisions of this Convention, in consultation with the most representative employers and workers organizations, through laws and regulations, as well as through collective agreements or additional measures consistent with national practice, by extending or adapting existing measures to cover domestic workers or by developing specific measures for them, as appropriate.

Article 19

This Convention does not affect more favourable provisions applicable to domestic workers under other international labour Conventions.

Article 20

The formal ratifications of this Convention shall be communicated to the Director-General of the International Labour Office for registration.

Article 21

1. This Convention shall be binding only upon those Members of the International Labour Organization whose ratifications have been registered with the Director-General of the International Labour Office.

2. It shall come into force twelve months after the date on which the ratifications of two Members have been registered with the Director-General.

3. Thereafter, this Convention shall come into force for any Member twelve months after the date on which its ratification is registered.

Article 22

1. A Member which has ratified this Convention may denounce it after the expiration of ten years from the date on which the Convention first comes into force, by an act communicated to the Director-General of the International Labour Office for registration. Such denunciation shall not take effect until one year after the date on which it is registered.

2. Each Member which has ratified this Convention and which does not, within the year following the expiration of the period of ten years mentioned in the preceding paragraph, exercise the right of denunciation provided for in this Article, will be bound for another period of ten years and, thereafter, may denounce this Convention within the first year of each new period of ten years under the terms provided for in this Article.

Article 23

1. The Director-General of the International Labour Office shall notify all Members of the International Labour Organization of the registration of all ratifications and denunciations that have been communicated by the Members of the Organization.

2. When notifying the Members of the Organization of the registration of the second ratification that has been communicated, the Director-General shall draw the attention

of the Members of the Organization to the date upon which the Convention will come into force.

Article 24

The Director-General of the International Labour Office shall communicate to the Secretary-General of the United Nations for registration in accordance with Article 102 of the Charter of the United Nations full particulars of all ratifications and denunciations that have been registered.

Article 25

At such times as it may consider necessary, the Governing Body of the International Labour Office shall present to the General Conference a report on the working of this Convention and shall examine the desirability of placing on the agenda of the Conference the question of its revision in whole or in part.

Article 26

1. Should the Conference adopt a new Convention revising this Convention, then, unless the new Convention otherwise provides:

- a) the ratification by a Member of the new revising Convention shall ipso jure involve the immediate denunciation of this Convention, notwithstanding the provisions of Article 22, if and when the new revising Convention shall have come into force;
- b) as from the date when the new revising Convention comes into force, this Convention shall cease to be open to ratification by the Members.

2. This Convention shall in any case remain in force in its actual form and content for those Members which have ratified it but have not ratified the revising Convention.

Article 27

The English and French versions of the text of this Convention are equally authoritative.

Recommendation 201 Decent Work for Domestic Workers

Adopted in Geneva, 100th ILC session, 16th of June, 2011.

Preamble

The General Conference of the International Labour Organization, Having been convened at Geneva by the Governing Body of the International Labour Office, and having met in its 100th Session on 1 June 2011, and Having adopted the Domestic Workers Convention, 2011, and Having decided upon the adoption of certain proposals with regard to decent work for domestic workers, which is the fourth item on the agenda of the session, and Having determined that these proposals shall take the form of a Recommendation supplementing the Domestic Workers Convention, 2011;

Adopts this sixteenth day of June of the year two thousand and eleven the following Recommendation, which may be cited as the Domestic Workers Recommendation, 2011.

1. The provisions of this Recommendation supplement those of the Domestic Workers Convention, 2011 ("the Convention"), and should be considered in conjunction with them.
2. In taking measures to ensure that domestic workers enjoy freedom of association and the effective recognition of the right to collective bargaining, Members should:
 - a) Identify and eliminate any legislative or administrative restrictions or other obstacles to the right of domestic workers to establish their own organizations or to join the workers' organizations of their own choosing and to the right of organizations of domestic workers to join workers' organizations, federations and confederations;
 - b) Give consideration to taking or supporting measures to strengthen the capacity of workers' and employers' organizations, organizations representing domestic workers and those of employers of domestic workers, to promote effectively the interests of their members, provided that at all times the independence and autonomy, within the law, of such organizations are protected.
3. In taking measures for the elimination of discrimination in respect of employment and occupation, Members should, consistent with international labour standards, among other things:
 - a) Make sure that arrangements for work-related medical testing respect the principle of the confidentiality of personal data and the privacy of domestic workers, and are consistent with the ILO code of practice "Protection of workers' personal data" (1997), and other relevant international data protection standards;

- b) Prevent any discrimination related to such testing; and
 - c) Ensure that no domestic worker is required to undertake HIV or pregnancy testing, or to disclose HIV or pregnancy status.
4. Members giving consideration to medical testing for domestic workers should consider:
- a) Making public health information available to members of the households and domestic workers on the primary health and disease concerns that give rise to any needs for medical testing in each national context;
 - b) Making information available to members of the households and domestic workers on voluntary medical testing, medical treatment, and good health and hygiene practices, consistent with public health initiatives for the community generally; and
 - c) Distributing information on best practices for work-related medical testing, appropriately adapted to reflect the special nature of domestic work.
- 5.
- (1) Taking into account the provisions of the Worst Forms of Child Labour Convention, 1999 (No. 182), and Recommendation (No. 190), Members should identify types of domestic work that, by their nature or the circumstances in which they are carried out, are likely to harm the health, safety or morals of children, and should also prohibit and eliminate such child labour.
 - (2) When regulating the working and living conditions of domestic workers, Members should give special attention to the needs of domestic workers who are under the age of 18 and above the minimum age of employment as defined by national laws and regulations, and take measures to protect them, including by:
 - a) Strictly limiting their hours of work to ensure adequate time for rest, education and training, leisure activities and family contacts;
 - b) Prohibiting night work;
 - c) Placing restrictions on work that is excessively demanding, whether physically or psychologically; and
 - d) Establishing or strengthening mechanisms to monitor their working and living conditions.
- 6.
- (1) Members should provide appropriate assistance, when necessary, to ensure that domestic workers understand their terms and conditions of employment.
 - (2) Further to the particulars listed in Article 7 of the Convention, the terms and conditions of employment should also include:

- a) A job description;
 - b) Sick leave and, if applicable, any other personal leave;
 - c) The rate of pay or compensation for overtime and standby consistent with Article 10(3) of the Convention;
 - d) Any other payments to which the domestic worker is entitled;
 - e) Any payments in kind and their monetary value;
 - f) Details of any accommodation provided; and
 - g) Any authorized deductions from the worker's remuneration.
- (3) Members should consider establishing a model contract of employment for domestic work, in consultation with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers.
- (4) The model contract should at all times be made available free of charge to domestic workers, employers, representative organizations and the general public.
7. Members should consider establishing mechanisms to protect domestic workers from abuse, harassment and violence, such as:
- a) Establishing accessible complaint mechanisms for domestic workers to report cases of abuse, harassment and violence;
 - b) Ensuring that all complaints of abuse, harassment and violence are investigated, and prosecuted, as appropriate; and
 - c) Establishing programmes for the relocation from the household and rehabilitation of domestic workers subjected to abuse, harassment and violence, including the provision of temporary accommodation and health care.
- 8.
- (1) Hours of work, including overtime and periods of standby consistent with Article 10(3) of the Convention, should be accurately recorded, and this information should be freely accessible to the domestic worker.
 - (2) Members should consider developing practical guidance in this respect, in consultation with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers.
- 9.
- (1) With respect to periods during which domestic workers are not free to dispose of their time as they please and remain at the disposal of the household in order

to respond to possible calls (standby or on-call periods), Members, to the extent determined by national laws, regulations or collective agreements, should regulate:

- a) The maximum number of hours per week, month or year that a domestic worker may be required to be on standby, and the ways they might be measured;
 - b) The compensatory rest period to which a domestic worker is entitled if the normal period of rest is interrupted by standby; and
 - c) The rate at which standby hours should be remunerated.
- (2) With regard to domestic workers whose normal duties are performed at night, and taking into account the constraints of night work, Members should consider measures comparable to those specified in subparagraph 9 (1).

10. Members should take measures to ensure that domestic workers are entitled to suitable periods of rest during the working day, which allow for meals and breaks to be taken.

11.

- (1) Weekly rest should be at least 24 consecutive hours.
- (2) The fixed day of weekly rest should be determined by agreement of the parties, in accordance with national laws, regulations or collective agreements, taking into account work exigencies and the cultural, religious and social requirements of the domestic worker.
- (3) Where national laws, regulations or collective agreements provide for weekly rest to be accumulated over a period longer than seven days for workers generally, such a period should not exceed 14 days for domestic workers.

12. National laws, regulations or collective agreements should define the grounds on which domestic workers may be required to work during the period of daily or weekly rest and provide for adequate compensatory rest, irrespective of any financial compensation.

13. Time spent by domestic workers accompanying the household members on holiday should not be counted as part of their paid annual leave.

14. When provision is made for the payment in kind of a limited proportion of remuneration, Members should consider:

- a) Establishing an overall limit on the proportion of the remuneration that may be paid in kind so as not to diminish unduly the remuneration necessary for the maintenance of domestic workers and their families;
- b) Calculating the monetary value of payments in kind by reference to objective criteria such as market value, cost price or prices fixed by public authorities, as appropriate;

- c) Limiting payments in kind to those clearly appropriate for the personal use and benefit of the domestic worker, such as food and accommodation;
- d) Ensuring that, when a domestic worker is required to live in accommodation provided by the household, no deduction may be made from the remuneration with respect to that accommodation, unless otherwise agreed to by the worker; and
- e) Ensuring that items directly related to the performance of domestic work, such as uniforms, tools or protective equipment, and their cleaning and maintenance, are not considered as payment in kind and their cost is not deducted from the remuneration of the domestic worker.

15.

- (1) Domestic workers should be given at the time of each payment an easily understandable written account of the total remuneration due to them and the specific amount and purpose of any deductions which may have been made.
- (2) Upon termination of employment, any outstanding payments should be made promptly.

16. Members should take measures to ensure that domestic workers enjoy conditions not less favourable than those of workers generally in respect of the protection of workers' claims in the event of the employer's insolvency or death.

17. When provided, accommodation and food should include, taking into account national conditions, the following:

- a) A separate, private room that is suitably furnished, adequately ventilated and equipped with a lock, the key to which should be provided to the domestic worker;
- b) Access to suitable sanitary facilities, shared or private;
- c) Adequate lighting and, as appropriate, heating and air conditioning in keeping with prevailing conditions within the household; and
- d) Meals of good quality and sufficient quantity, adapted to the extent reasonable to the cultural and religious requirements, if any, of the domestic worker concerned.

18. In the event of termination of employment at the initiative of the employer, for reasons other than serious misconduct, live-in domestic workers should be given a reasonable period of notice and time off during that period to enable them to seek new employment and accommodation.

19. Members, in consultation with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers, should take measures, such as to:

- a) Protect domestic workers by eliminating or minimizing, so far as is reasonably practicable, work-related hazards and risks, in order to prevent injuries, diseases and deaths and promote occupational safety and health in the household workplace;
- b) Provide an adequate and appropriate system of inspection, consistent with Article 17 of the Convention, and adequate penalties for violation of occupational safety and health laws and regulations;
- c) Establish procedures for collecting and publishing statistics on accidents and diseases related to domestic work, and other statistics considered to contribute to the prevention of occupational safety and health related risks and injuries;
- d) Advise on occupational safety and health, including on ergonomic aspects and protective equipment; and
- e) develop training programmes and disseminate guidelines on occupational safety and health requirements specific to domestic work.

20.

- (1) Members should consider, in accordance with national laws and regulations, means to facilitate the payment of social security contributions, including in respect of domestic workers working for multiple employers, for instance through a system of simplified payment.
- (2) Members should consider concluding bilateral, regional or multilateral agreements to provide, for migrant domestic workers covered by such agreements, equality of treatment in respect of social security, as well as access to and preservation or portability of social security entitlements.
- (3) The monetary value of payments in kind should be duly considered for social security purposes, including in respect of the contribution by the employers and the entitlements of the domestic workers.

21.

- (1) Members should consider additional measures to ensure the effective protection of domestic workers and, in particular, migrant domestic workers, such as:
 - a) Establishing a national hotline with interpretation services for domestic workers who need assistance;
 - b) Consistent with Article 17 of the Convention, providing for a system of pre-placement visits to households in which migrant domestic workers are to be employed;
 - c) Developing a network of emergency housing;

- d) Raising employers' awareness of their obligations by providing information on good practices in the employment of domestic workers, employment and immigration law obligations regarding migrant domestic workers, enforcement arrangements and sanctions in cases of violation, and assistance services available to domestic workers and their employers;
 - e) Securing access of domestic workers to complaint mechanisms and their ability to pursue legal civil and criminal remedies, both during and after employment, irrespective of departure from the country concerned; and
 - f) Providing for a public outreach service to inform domestic workers, in languages understood by them, of their rights, relevant laws and regulations, available complaint mechanisms and legal remedies, concerning both employment and immigration law, and legal protection against crimes such as violence, trafficking in persons and deprivation of liberty, and to provide any other pertinent information they may require.
- (2) Members that are countries of origin of migrant domestic workers should assist in the effective protection of the rights of these workers, by informing them of their rights before departure, establishing legal assistance funds, social services and specialized consular services and through any other appropriate measures.
22. Members should, after consulting with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers, consider specifying by means of laws, regulations or other measures, the conditions under which migrant domestic workers are entitled to repatriation at no cost to themselves on the expiry or termination of the employment contract for which they were recruited.
23. Members should promote good practices by private employment agencies in relation to domestic workers, including migrant domestic workers, taking into account the principles and approaches in the Private Employment Agencies Convention, 1997 (No. 181), and the Private Employment Agencies Recommendation, 1997 (No. 188).
24. In so far as compatible with national law and practice concerning respect for privacy, Members may consider conditions under which labour inspectors or other officials entrusted with enforcing provisions applicable to domestic work should be allowed to enter the premises in which the work is carried out.
- 25.
- (1) Members should, in consultation with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative

of domestic workers and those representative of employers of domestic workers, establish policies and programmes, so as to:

- a) Encourage the continuing development of the competencies and qualifications of domestic workers, including literacy training as appropriate, in order to enhance their professional development and employment opportunities;
- b) Address the work–life balance needs of domestic workers; and
- c) Ensure that the concerns and rights of domestic workers are taken into account in the context of more general efforts to reconcile work and family responsibilities.

- (2) Members should, after consulting with the most representative organizations of employers and workers and, where they exist, with organizations representative of domestic workers and those representative of employers of domestic workers, develop appropriate indicators and measurement systems in order to strengthen the capacity of national statistical offices to effectively collect data necessary to support effective policymaking regarding domestic work.

26.

- (1) Members should consider cooperating with each other to ensure the effective application of the Domestic Workers Convention, 2011, and this Recommendation, to migrant domestic workers.
- (2) Members should cooperate at bilateral, regional and global levels for the purpose of enhancing the protection of domestic workers, especially in matters concerning the prevention of forced labour and trafficking in persons, the access to social security, the monitoring of the activities of private employment agencies recruiting persons to work as domestic workers in another country, the dissemination of good practices and the collection of statistics on domestic work.
- (3) Members should take appropriate steps to assist one another in giving effect to the provisions of the Convention through enhanced international cooperation or assistance, or both, including support for social and economic development, poverty eradication programmes and universal education.

4. In the context of diplomatic immunity, Members should consider:

- a) Adopting policies and codes of conduct for diplomatic personnel aimed at preventing violations of domestic workers' rights; and
- b) Cooperating with each other at bilateral, regional and multilateral levels to address and prevent abusive practices towards domestic workers.

VI. Jurisprudência Nacional

VII. Jurisprudência
Nacional

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 11-12-2008**Processo: 08P3982 (em www.dgsi.pt).****SUMÁRIO**

I. As formas de cooperação referidas no art.º 1.º da Lei 144/99, de 31-08, a começar por a aí mencionada em primeiro lugar, que é a extradição, nos termos do n.º 1 do art.º 3.º do diploma, “regem-se pelas normas dos tratados, convenções e acordos internacionais que vinculem o Estado Português e, na sua falta ou insuficiência, pelas disposições deste diploma”. Daí que, as causas de recusa facultativa ou obrigatória do pedido de extradição, decorrentes da lei geral, não devam ser chamadas à colação.

II. Importa sim, ter em consideração [no caso presente, em que o Tribunal da Relação deferiu o pedido de extradição de cidadã brasileira], o Tratado de Extradição entre Portugal e o Brasil, de 07-05-1991, concretamente em matéria de recusa do pedido de extradição. Sabido que, em relação à disciplina sobre cooperação judiciária penal, e especificamente sobre extradição, que resulta da Lei 144/99, de 31-08, esse tratado teve em conta as ligações especialmente estreitas entre os dois países e só pode ter querido facilitar a cooperação, em ambos os sentidos do Atlântico.

III. Entre as normas que prevêem circunstâncias, em face das quais a extradição é inadmissível, e, bem assim, em que a dita extradição pode ser recusada, encontra-se a prevista na al. b) do art.º 3.º do Tratado: “ter sido a infracção cometida no território da Parte requerida”. Ou seja, em Portugal.

IV. Nos termos do art.º 7.º do CP português, “o facto considera-se praticado tanto no lugar em que, total ou parcialmente, e sob qualquer forma de participação, o agente actuou, ou, no caso de omissão, deveria ter actuado, como naquele em que o resultado típico ou o resultado não compreendido no tipo de crime se tiver produzido”.

V. Os factos indiciados nos autos reportam-se a um grupo criminoso que se organizou e que passou a funcionar a partir de S. Paulo, pelo menos desde Junho de 2006, com vista ao tráfico internacional de mulheres, para fins de prostituição. A extraditanda é reputada pessoa de confiança da co-arguida GG para a Europa. Refere-se que aquela reside em Portugal e «agencia as garotas de GG naquele continente». Importa ter em conta que se está perante a acusação, entre o mais, de um crime de associação criminosa, aí assumindo aparentemente, papel mais relevante, a tal GG, moradora em

S. Paulo. Também é certo que todos os outros co-arguidos aí residem, com excepção de TB, residente em S. André, e GR em Miami, EUA, para além da extraditanda, que reside em Portugal. Os elementos fornecidos apontam claramente para uma organização que labora a partir do Brasil, enviando raparigas para encontros de cariz sexual, não só internamente, como daí para o estrangeiro.

VI. A constituição e início do funcionamento de uma associação criminosa assinala o momento da consumação deste crime, que depois se pode prolongar. Porque a associação é autónoma em relação aos crimes que se pratiquem através dela, fazer parte da associação não implica evidentemente participar em todos os crimes praticados no seu seio.

VII. O facto de a recorrente integrar a associação criminosa em foco não reclama, obviamente, que a mesma viva e trabalhe, no que possa ser tido por sede da mesma, podendo dar o seu contributo, para funcionamento do grupo e prossecução dos seus objectivos, a partir de outro país que não o Brasil. Mais, tratando-se de uma rede transnacional de prostituição, é clara a necessidade de apoios no estrangeiro, para seu funcionamento. Em matéria de crime transnacional, a mobilidade e a dispersão de agentes e actividades, reclama, pois, que se possa proceder contra alguém por um crime cometido num lugar, a partir do qual a organização actua, mesmo que esse alguém não tenha desenvolvido toda ou alguma da sua actividade aí.

VIII. Em relação aos crimes de lenocínio e tráfico de pessoas, dir-se-á que, decisivo para efeitos de consumação e portanto de competência, à luz do normativo atrás transcrito, é o local do aliciamento, angariação ou contratação das prostitutas. E esse trabalho incidia sobre brasileiras, no Brasil.

IX. Não existe motivo que impeça a concessão da extradição em causa.

ACÓRDÃO

A. PEDIDO DE EXTRADIÇÃO E TERMOS SUBSEQUENTES

O Magistrado do MP, junto do Tribunal da Relação de Lisboa, veio, ao abrigo do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Portuguesa e o da República Federativa do Brasil, assinado a 7/5/1991, e aprovado por Resolução da Assembleia da República de 4/11/1993 (D.R. Iª Série-A de 3/2/1994), promover o cumprimento do pedido de extradição de AA, cidadã brasileira, nascida a 3/2/1964, filha de N... B...

R... e A... dos S... B..., com última residência em R. das F...,..., Dtº, S. Domingos de Benfica, Lisboa.

Apresentou, em síntese, os fundamentos seguintes:

1. Corre termos contra a extraditanda o processo-crime 2007. 61. 81. 001663, da 7.^a Vara Federal Criminal da 1.^a Subsecção Judiciária do Estado de S. Paulo.

2. Encontra-se a mesma indiciada por um conjunto de factos, que são descritos, e se prendem com o tráfico internacional de mulheres com fins de prostituição, para obtenção de proventos económicos, os quais integram, segundo o Código Penal Brasileiro, os crimes de:

- Associação criminosa, p. no art.º 288.º e p. com a pena de 1 a 3 anos de prisão;
- Lenocínio, p. no art.º 230.º e p. com a pena de 1 a 4 anos de prisão;
- Tráfico de pessoas, p. no art.º 231.º e p. com a pena de 3 a 8 anos de prisão.

3. Segundo a lei portuguesa, tal factualidade integra os crimes de associação criminosa do art.º 299.º do C.P., punido com a pena de 1 a 5 anos de prisão, lenocínio, do art.º 169.º, punido com a pena de 6 meses a 5 anos de prisão, e tráfico de pessoas, do art.º 160.º, punido com a pena de 3 a 10 anos de prisão.

4. Sua Ex.^a o Sr. Ministro da Justiça considerou admissível o pedido de extradição ao abrigo do n.º 2 do art.º 46.º e 48.º da Lei 144/99 de 31 de Agosto, conforme se pode ver do documento de fls. 57.

5. O pedido é formulado nos termos dos arts.º 1.º, 2.º e 12.º, do Tratado acima referido, e art.º 1.º, al. a), 3.º e 31.º, da Lei 144/99 de 31 de Agosto, pelo que, de acordo com o art.º 15.º daquele Tratado e 51.º desta Lei, deverá proceder-se à detenção de AA, à sua audição, e aos ulteriores termos do processado até concessão, a final, da extradição.

Juntou a documentação pertinente.

A extraditanda foi detida a 9/10/2008 (fls. 63 v.). Ouvida nesse dia, opôs-se à extradição e não renunciou à regra da especialidade. Foi ordenado o prosseguimento do processo de extradição, e, além disso, foi-lhe aplicada a medida de coacção de prisão preventiva (fls. 65 e seg.).

Na sua oposição, a extraditanda invoca, em síntese, a omissão de qualquer referência na fundamentação do pedido, aos locais onde terá cometido os factos que lhe são imputados, e ainda a circunstância de, a ter cometido tais infracções, as não poder

ter cometido no Brasil. Na verdade, diz que viveu sempre em Portugal desde o ano 2000, só tendo ido ao Brasil três vezes, certo que os factos se situaram entre Junho e Novembro de 2006.

Também se insurge contra o facto de não ser indicada data, local e circunstâncias da prática das infracções.

Por último, considera a medida de coacção aplicada excessiva e inadequada, devendo ser substituída por outra menos gravosa. Tanto mais que os co-arguidos se encontram em liberdade no Brasil.

O MP pronunciou-se quanto à oposição formulada, e concluiu pela prossecução dos autos sem realização da diligência entretanto requerida pela extraditanda, a qual se reportava a uma consulta às autoridades brasileiras para se saber se ainda interessava a extradição pedida. Considerou ser de facultar a extradição, por entender inexistir dúvida sobre a identidade da pessoa a extraditar, bem como qualquer das razões de recusa da extradição, dos arts.º 6.º a 8.º da Lei 144/99 de 31 de Agosto.

B. DECISÃO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Por acórdão de 4/11/2008, o Tribunal da Relação de Lisboa decidiu deferir e autorizar a extradição solicitada. Fundamentou a sua decisão nos termos que se transcrevem:

“II. Conhecendo

2.1. Os factos relativos ao pedido de extradição constam já enunciados anteriormente. Os crimes imputados são concomitantemente puníveis também segundo a legislação portuguesa, ainda que com penas diferenciadas nos seus limites mínimos e/ou máximos.

A extraditanda invoca como fundamento de oposição o desconhecimento do local ou território, data e circunstâncias da prática da infracção sendo a acusação omissa nessa parte e por isso, violando-se o artº 12º, ala e) do Tratado. Porém, verificando-se a acusação e a descrição global dos factos, vê-se que se trata de actuação imputada com contornos transnacionais, que a organização criminosa actuará a partir do Brasil, que tem ramificações agenciadas em outros países e continentes e que a extraditanda coopera, comparticipa e agencia com aqueles factos e organização a partir de Portugal.

Consequentemente, não há sinais de prática exclusiva em Portugal ou para Portugal mas actuação em comparticipação criminosa também a partir deste país.

2.2. É também de assinalar que, mesmo nos termos do n.º 4 do artº 2.º do Tratado - "Quando a infracção que deu lugar ao pedido de extradição tenha sido cometida fora do território da Parte requerente, a extradição será concedida, de acordo com as disposições do presente Tratado, desde que: a) a pessoa cuja extradição é pedida seja nacional da Parte requerente; (...) ou b) a lei da Parte requerida preveja a punição de um crime cometido fora do seu território, em condições semelhantes.

Ambas as situações se verificam in casu.

Ainda que a referência fáctica em relação à arguida seja, na verdade, muito sintética, não se pode dizer que tecnicamente existe omissão daqueles elementos circunstanciais, temporais e territoriais. A actuação é reportada em cooperação/comparticipação através de agenciamento de garotas de programa através da extraditanda para "GIGI" (algunha ou mesmo acrónimo de G... A... de O...) identificada nos autos, e sendo a actuação desta a partir de território brasileiro com outros, pertencentes à mesma organização criminosa, referenciada a partir de Junho de 2006, todos eles (excepto a extraditanda e uma outra residente em Miami) residentes em S. Paulo- Brasil.

Consequentemente, ainda que tecnicamente não se trate de um modelo perfeito e processualmente bem conseguido de acusação, os elementos mínimos de imputação fáctica contra a extraditanda não estão omitidos, sendo compreensíveis e inteligíveis não obstante a imputação bastante genérica feita contra a arguida. Esta agência na Europa as "garotas de programa" por conta de GIGI, que opera a partir de S.Paulo para satisfazer pedidos de clientes de vários Estados da Federação, nesses Estados, para esses Estados ou às vezes no exterior.

2.3. Relativamente ao pedido de extradição, o mesmo deve considerar-se activo visto inexistir qualquer indicador sério e evidente de ter sido eliminado ou desnecessário. Caberá às autoridades brasileiras, nesse caso, avisar de imediato as autoridades portuguesas, de acordo com a prudência, bom senso e regras de processo que vinculam as relações de extradição, sendo certo que qualquer pedido de comunicação novo para confirmação suporia uma demora intolerável, já que a formulação se tramitaria sempre por via diplomática, incompatível, na actual fase, com os curtos prazos de decisão. Aliás, o pedido da extraditanda baseia-se apenas no facto da sua anterioridade há mais de 18 meses o que equivale, de acordo com outros casos idênticos, a uma perfeita "normalidade". Não cabe agora ter de se fazer confirmação daquilo que foi solicitado e até então, nunca foi declarado extinto ou desnecessário.

Resta por último referir que as medidas de coacção aplicadas no processo em curso a outros co-arguidos pelas autoridades judiciais brasileiras paulistas, hajam sido elas o que houverem sido, não importam nem afectam os pressupostos da fixada à extraditanda, porque independentes e autónomas umas das outras.

E, de outro modo, a detenção preventiva interessa apenas e para já para se assegurar o exacto cumprimento da extradição em si, sendo irrelevante que, no Brasil, a situação detentiva venha entretanto a modificar-se.

2.4. Tudo visto e tendo em consideração as disposições normativas citadas, quer inscritas no Tratado de Extradição de 7.5.1991 quer na Lei de Cooperação Judicial portuguesa (Lei 144/99) não se encontram razões relevantes e decisivas para se negar o pedido de extradição.

Na verdade, não se encontram quaisquer factores de negação entre os previstos no artº 3.º do Tratado:

Artigo III

Inadmissibilidade de extradição

1. Não terá lugar a extradição nos seguintes casos:

- a) Ser a pessoa reclamada nacional da Parte requerida;
- b) Ter sido a infracção cometida no território da Parte requerida;
- c) Ter a pessoa reclamada sido definitivamente julgada na Parte requerida ou num terceiro Estado pelos fatos que fundamentam o pedido de extradição e ter sido absolvida, ou, no caso de condenação, ter cumprido a pena;
- d) Estar extinto no momento do recebimento do pedido, segundo a lei de qualquer das Partes Contratantes, o procedimento criminal ou a pena, por prescrição ou por qualquer outra causa;
- e) Estar amnistiada a infracção segundo a lei de qualquer das Partes Contratantes;
- f) Ser a infracção punível com pena de morte ou prisão perpétua;
- g) Dever a pessoa ser julgada por tribunal de excepção ou cumprir uma pena decretada por um tribunal dessa natureza;
- h) Haver fundadas razões para considerar que a pessoa reclamada será sujeita a processo que não ofereça garantias de um procedimento criminal que respeite as condições internacionalmente reconhecidas como indispensáveis à salvaguarda dos Direitos do Homem ou cumprirá a pena em condições desumanas;
- i) Tratar-se, segundo a legislação da Parte requerida, de infracção de natureza política ou com ela conexas;

- j) Haver fundadas razões para concluir que a extradição é solicitada para fins de procedimento criminal ou de cumprimento de pena por parte de uma pessoa, em virtude da sua raça, sexo, religião, nacionalidade ou convicções políticas, ou que a situação dessa pessoa possa ser prejudicada por qualquer dessas razões;
- l) Tratar-se de crime militar que, segundo a lei de ambas as Partes contratantes, não constitua simultaneamente uma infracção de direito comum.

Também não existem quaisquer causas de recusa de entre as previstas no Tratado:

Artigo V

Recusa de extradição

A extradição poderá ser recusada:

- a) se as autoridades competentes da Parte requerida tiverem decidido abster-se de instaurar procedimento criminal, pela infracção que deu lugar ao pedido de extradição, contra a pessoa em relação à qual a extradição é pedida;
- b) se a pessoa cuja entrega é solicitada tiver sido condenada à revelia pela infracção que deu lugar ao pedido de extradição, excepto se a lei da Parte requerente lhe assegurar a possibilidade de interposição de recurso da decisão condenatória, ou a realização de novo julgamento após a extradição;
- c) se estiver pendente procedimento criminal nos tribunais da Parte requerida, pelos factos que fundamentam o pedido de extradição.

2. A Parte requerida poderá sugerir à Parte requerente que retire o seu pedido de extradição, tendo em atenção razões humanitárias que digam nomeadamente respeito à idade, saúde, ou outras circunstâncias particulares da pessoa reclamada.

Por sua vez, a Lei 144/99 de 31 de Agosto, que não prevalece sobre as do Tratado, ex vi do art.º 3.º, também ela mesmo não prevê situação relevante e de excepção nesta matéria.

É aplicável o princípio da reciprocidade na cooperação e, quanto ao da especialidade, a extraditanda não o renunciou.

2.5. O pedido de extradição cumpre assim os requisitos de instrução previstos no artº 12º do Tratado de Extradição e não se lhe impõem fundamentos de rejeição.

C. RECURSO

A extraditanda recorreu, concluindo assim:

1. O pedido de extradição formulado pelo Brasil às autoridades portuguesas fundamenta-se na imputação, à extraditanda e ora Recorrente, da prática dos ilícitos criminais de associação criminosa, de lenocínio e de tráfico de pessoas, conforme texto acusatório junto ao pedido.
2. A ter cometido os crimes de que está acusada, cuja prática a Recorrente refuta mas que alega por dever de patrocínio e sem prescindir, só o poderia ter feito em território português já que, à data em que os factos ocorreram, entre Junho e Novembro de 2006 segundo a acusação, a extraditanda residia e trabalhava em Portugal, como documentou em sede de oposição.
3. Ora, a alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Tratado de Extradição entre Portugal e o Brasil, de 7 de Maio de 1991 e a alínea a) do n.º 1 do art.º 32.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, estipulam que não há lugar à extradição quando a infracção ou crime tenha sido cometido em território da parte Requerida, pelo que se constata, in casu, a falta de um dos requisitos legais ao deferimento do pedido.
4. Tendo decidido e autorizado a extradição, o Tribunal da Relação de Lisboa violou as ditas disposições normativas.
5. Na sua decisão, o Tribunal Recorrido relevou a circunstância da actuação que consta da acusação ter contornos transnacionais, uma organização centrada no Brasil mas com ramificações agenciadas em outros países. Contudo e para efeitos de apreciação do pedido, relevante era e é saber-se o local e as circunstâncias da prática dos factos imputados à extraditanda sendo que, quanto a estes, o próprio Tribunal da Relação de Lisboa parece aceitar que o possam ter sido a partir do território português.
6. O pedido de extradição e a acusação que o suporta, são totalmente omissos e nada dizem quanto à data, local e circunstâncias da prática das infracções imputadas à extraditanda.
7. Em concreto e de substancial, a extraditanda apenas é referenciada por agenciar garotas de programa na Europa, sem uma única indicação sobre quem agenciou, quando o fez, para quem, contactos ou sobre quaisquer outros elementos circunstanciais.
8. O próprio Tribunal Recorrido reconhece que "a referência fáctica em relação à arguida seja, na verdade, muito sintética".

9. Contrariamente ao entendimento do Tribunal Recorrido, pensa a Recorrente que, de tão vagos, de tão genéricos e de tão pouco precisos, não estão presentes, na acusação, os elementos mínimos de imputação fáctica contra a extraditanda.

10. Ora, o art.º 12.º do citado Tratado de Extradição, na sua alínea e), estipula que ao pedido de extradição devam ser juntos os seguintes elementos: " Descrição dos factos imputados à pessoa reclamada, com indicação da data, local e circunstância da infracção e a sua qualificação jurídica, se não constarem das situações referidas nas alíneas c) ou d)".

11. Do pedido de extradição em apreço não constam tais elementos descritivos, pelo que não cumpre com o requisito exigido no Tratado de Extradição e deveria como deverá ser indeferido.

12. Ao ter decidido pelo deferimento e autorização da extradição, o Tribunal Recorrido violou, também neste pormenor, a referida disposição normativa.

13. Terá violado ainda o disposto nos artigos 8.º, n.º 2 e 203.º, da C.R.P."

Na sua resposta, o MP contrapôs o seguinte:

"1.º No seguimento do pedido formal de extradição apresentado em 4 de Agosto de 2008, feito, na sequência da solicitação efectuada pelas autoridades brasileiras para efeito de procedimento criminal, contra a extraditanda Maria de Jesus, pelo facto de se encontrar indiciada da prática de crime de associação criminosa, lenocínio e tráfico de pessoas, foi em 4 de Novembro de 2008, proferido o douto acórdão que deferiu e autorizou a extradição solicitada, determinando que se cumpra a remoção da extraditanda do território português.

2.º Foi, na sequência deste douto acórdão que a extraditanda veio interpor recurso defendendo, em síntese e de acordo com as suas "Conclusões", pois são elas que fixam o objecto do recurso, que refuta a prática dos ilícitos que as autoridades brasileiras lhe imputam, pela circunstância de à data daqueles factos que lhe são imputados residir em Portugal, sendo por esse motivo ilegal o deferimento do pedido, pelo facto de não se encontrarem reunidos os requisitos impostos por lei, uma vez que, a extradição não pode ser deferida quando a infracção ou crime tiver sido cometido em território da Requerida, para além de não se encontrarem referidos os elementos mínimos de imputação fáctica contra a extraditanda.

- 3.º A sem razão da recorrente, afigura-se-nos ser evidente na medida em que de acordo com o n.º 2 do art.º 55 da lei n.º 144/99 de 31 de Agosto, a oposição só pode fundamentar-se em não ser o detido a pessoa reclamada ou em não se verificarem os pressupostos da extradição, uma vez que não pode o Tribunal solicitado apreciar ou admitir prova sobre a existência ou não do crime indiciado em Tribunal do País impetrante, não cabendo aos nossos Tribunais discutir o mérito da decisão do Tribunal estrangeiro, no caso o Brasil, nem tão pouco das razões que levem ou possam levar à aplicação de determinadas penas, não sendo, assim, consentida qualquer discussão sobre a existência ou não de fortes indícios da prática do crime.
- 4.º Ora, não existindo qualquer dúvida quanto à identidade da pessoa a extraditar, a extradição só poderia ser recusada nos termos dos artigos 6.º a 8.º da Lei n.º 144/99 de 31 de Agosto.
- 5.º Sendo certo, que dos autos não se invoca a existência de qualquer situação que obstando ao deferimento do pedido, preencha alguma das situações referidas nas citadas normas, concluindo-se, assim, pela inexistência legal de qualquer facto que inviabilize o pedido efectuado.
- 6.º Com efeito, as razões apresentadas pela recorrente quanto à circunstância de os factos imputados terem ocorrido em território português não se encontra assente em qualquer fundamento legal, na medida em que estamos perante a prática de factos com contornos transnacionais, verificando-se que a organização criminosa a que a extraditanda pertence actua a partir do Brasil, ao mesmo tempo que através dos seu membros vai actuando noutros países e continentes, cabendo à extraditanda cooperar e compartilhar a partir de Portugal para os interesses e finalidades da organização.
- 7.º Efectivamente, e como se refere no duto acórdão agora colocado em crise apesar da referência fáctica relativamente à extraditanda ser bastante sintética, não nos podemos esquecer que estamos perante uma actuação reportada a cooperação/comparticipação através de agenciamento de garotas de programa através da extraditanda para "Gigi", sendo actuação desta a partir de território brasileiro com outros, pertencentes todos à mesma organização criminosa, cabendo à extraditanda agenciar na Europa "garotas de programa" por conta da referida "Gigi", a qual opera a partir de S. Paulo para satisfazer pedidos de clientes de vários Estados da Federação, quer nesses Estados, quer fora deles.

8.º E não havendo qualquer causa de inviabilização do pedido de extradição apresentado que preenche os fins e fundamentos referidos no art.º 31.º da Lei n.º 144/99 de 31 de Agosto e constituindo as infracções penais imputadas à extraditanda motivo de extradição, como consta do pedido, entende-se que o duto acórdão não merece qualquer censura, pelo que, deve ser confirmado e consequentemente, ser viabilizado o pedido de extradição apresentado pelas autoridades brasileiras, com e efectivação da sua entrega.”

D. APRECIACÃO

A questão levantada nas conclusões de recurso, retomada da oposição antes deduzida, prende-se fundamentalmente com a falta de indicação, no rol dos factos imputados à recorrente, de data e circunstâncias da sua prática, mas, sobretudo, do local de actuação da extraditanda. E porque esta, a admitir que praticara os factos imputados, só o poderia ter feito em Portugal, daí dever ser negada, a seu ver, a respectiva extradição. Na verdade, de acordo com o Tratado em apreço, e seu artº 3.º, alínea b), a extradição será inadmissível por “ter sido a infracção cometida no território da Parte requerida”.

Importa adiantar que, nos termos do n.º 1 do art.º 3.º, da Lei n.º 144/99 de 31 de Agosto, as formas de cooperação referidas no art.º 1.º do diploma, a começar por a aí mencionada em primeiro lugar, que é a extradição, “regem-se pelas normas dos tratados, convenções e acordos internacionais que vinculem o Estado Português e, na sua falta ou insuficiência, pelas disposições deste diploma”. Daí que, as causas de recusa facultativa ou obrigatória do pedido de extradição, decorrentes da lei geral, não devam agora ser chamadas à colação.

Importa sim, ter em consideração, o que no diz o Tratado de Extradição entre Portugal e o Brasil, de 7/5/1991, concretamente em matéria de recusa do pedido de extradição. Sabido que, em relação à disciplina sobre cooperação judiciária penal, e especificamente sobre extradição, que resulta da Lei 144/99, de 31 de Agosto, esse tratado teve em conta as ligações especialmente estreitas entre os dois países e só pode ter querido facilitar a cooperação, em ambos os sentidos do Atlântico.

De todas as normas que prevêm circunstâncias, em face das quais a extradição é inadmissível, e, bem assim, em que a dita extradição pode ser recusada, a única que apresenta virtualidades para impedir a presente extradição é, à partida, a prevista na al. b) do art.º 3.º do Tratado: “ter sido a infracção cometida no território da Parte requerida”. Ou seja, em Portugal.

Ora, nos termos do art.º 7.º do C.P. português, “o facto considera-se praticado tanto no lugar em que, total ou parcialmente, e sob qualquer forma de comparticipação, o agente actuou, ou, no caso de omissão, deveria ter actuado, como naquele em que o resultado típico ou o resultado não compreendido no tipo de crime se tiver produzido”. Esta a norma que, no presente recurso, nos pode guiar em matéria de atribuição de jurisdição penal, e, consequentemente, de facultar ou não a extradição.

Se nos debruçarmos sobre os factos dos autos, verificamos que a indicição se reporta a um grupo criminoso que se organizou, e que passou a funcionar a partir de S. Paulo, pelo menos desde Junho de 2006, com vista ao tráfico internacional de mulheres, para fins de prostituição.

A extraditanda é reputada pessoa de confiança da co-arguida J... A... de O... (a “Gigi”), para a Europa.

Refere-se que aquela reside em Portugal e “agencia as garotas de “Gigi” naquele continente” (fls. 3). Há conversas telefónicas efectuadas a partir das quais se pode configurar o seu tipo de função (fls. 33, 38).

Não compete a este processo sindicar a veracidade dos factos imputados pelas autoridades brasileiras. Interessa sim apurar se os factos apresentados, quanto a data, local e circunstâncias, têm o mínimo de consistência para que se possa considerar estar perante um pedido suficientemente instruído para os efeitos das al. c) e e) do art.º 12.º do Tratado. Tal como se decidiu no acórdão recorrido, a factualidade mencionada, no que toca à extraditanda, sem ser abundante, preenche aquele mínimo de suficiência.

Depois, importará ter em conta, que se está perante a acusação, entre o mais, de um crime de associação criminosa, aí assumindo aparentemente, papel mais relevante, a tal “Gigi”, moradora em S.Paulo. Também é certo que todos os outros co-arguidos aí residem. Excepciona-se Thais Ballai, residente em S. André, e G... R... em Miami, E.U.A., para além da extraditanda, que, como se viu, reside em Portugal.

Os elementos fornecidos apontam claramente para uma organização que labora a partir do Brasil, enviando raparigas para encontros de cariz sexual, não só internamente, como daí para o estrangeiro. São referidos os envios de várias prostitutas para outros países, como por exemplo de uma tal E... para a Rússia em Setembro de 2006, da L... M... para Inglaterra em Novembro de 2006, da Y... M... para Lisboa em Outubro de 2006, onde ia ter um encontro com a ora extraditanda.

A constituição e início do funcionamento de uma associação criminosa assinala o momento da consumação deste crime, que depois se pode prolongar. Porque a associação é autónoma em relação aos crimes que se pratiquem através dela, fazer parte da associação não implica evidentemente participar em todos os crimes praticados no seu seio.

Sobretudo, o facto de a recorrente integrar a associação criminosa em foco não reclama, obviamente, que a mesma viva e trabalhe, no que possa ser tido por sede da mesma, podendo dar o seu contributo, para funcionamento do grupo e prossecução dos seus objectivos, a partir de outro país que não o Brasil. Mais, tratando-se de uma rede transnacional de prostituição, é clara a necessidade de apoios no estrangeiro, para seu funcionamento. Em matéria de crime transnacional, a mobilidade e a dispersão de agentes e actividades, reclama, pois, que se possa proceder contra alguém por um crime cometido num lugar, a partir do qual a organização actua, mesmo que esse alguém não tenha desenvolvido toda ou alguma da sua actividade aí.

Em relação aos restantes crimes de lenocínio e tráfico de pessoas, dir-se-á que, decisivo para efeitos de consumação e portanto de competência, à luz do normativo atrás transcrito, é o local do aliciamento angariação ou contratação das prostitutas. E esse trabalho incidia sobre brasileiras, no Brasil.

De notar, que já no acórdão de 13/3/1990 deste S.T.J. (in Col. Jur. Ano XV, Tomo I, pag. 31), se disse que “É competente para se conhecer do crime de tráfico de pessoas, do [então] art.º 217.º do CP, o tribunal da área onde a pessoa é aliciada, seduzida ou desviada para a prática da prostituição noutro país.”

Por todo o exposto, não se vê motivo que impeça a concessão da extradição solicitada.

E. DECISÃO

Termos em que se considera improcedente o recurso interposto, assim se confirmando a decisão recorrida.

Taxa de Justiça: 10 U.C.

Lisboa, 11 de Dezembro de 2008

Souto de Moura (Relator)

Soares Ramos

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23-06-2010**Processo: 1/07.8ZCLSB.L1.S1 (em www.dgsi.pt).****SUMÁRIO**

I. No caso em apreço, os arguidos/recorrentes foram condenados, cada um, em 1.^a Instância, pela prática dos crimes de associação criminosa, lenocínio e tráfico de pessoas, sendo que cada uma das penas parcelares aplicada a cada um dos arguidos é inferior a 8 anos de prisão. Essa decisão foi integralmente confirmada pelo Tribunal da Relação.

II. A decisão da 1.^a Instância foi proferida em plena vigência do regime processual decorrente da Lei 48/2007, de 29-08, que entrou em vigor em 15-09-2007, sendo entendimento uniforme e já sedimentado no STJ que é aplicável o regime processual vigente à data da decisão da 1.^a Instância.

III. À luz do art.º 400.º, n.º 1, al. f), do CPP, na redacção actual, só é possível o recurso de decisão confirmatória no caso de a pena aplicada ser superior a 8 anos de prisão, quer esteja em causa penas parcelares quer penas únicas resultantes de cúmulo.

IV. O recurso interposto para o STJ visa exclusivamente o reexame da matéria de direito, podendo conhecer dos vícios do art.º 410.º, n.º 2, do CPP, não a pedido do recorrente, isto é, como fundamento de recurso, mas por iniciativa própria, para evitar que a decisão de direito se apoie em matéria de facto claramente insuficiente, ou fundada em erro de apreciação ou assente em premissas contraditórias, detectadas por iniciativa do STJ, ou seja, se concluir que, por força da existência de qualquer daqueles vícios, não pode chegar a uma correcta solução de direito e devendo sempre o conhecimento oficioso ser encarado como excepcional, como último remédio contra tais vícios.

V. A decisão sobre a suficiência da fundamentação na referência ao “exame crítico” das provas não integra os poderes de cognição do STJ, tal como definidos no art.º 434.º do CPP, salvo quando tenha (deva) decidir sobre a verificação dos vícios do art.º 410.º, n.º 2, do CPP.

VI. A remissão que no acórdão recorrido se faz, ao nível da fundamentação da medida concreta das penas, para o referido nos recursos de outros arguidos, por considerar desnecessária a repetição das mesmas considerações, trata-se de uma técnica que, embora possa conter alguns inconvenientes, não se afigura ilegal quando, como é o caso, as considerações feitas a propósito de um dos arguidos, são ajustadas e

aplicáveis a cada um dos demais arguidos em causa. É o mesmo que tratar, apreciar e decidir, conjuntamente, da medida das penas a aplicar aos arguidos em causa. Seria procedimento técnico quiçá mais adequado. Porém, a técnica adoptada não viola quaisquer direitos dos arguidos, inexistindo qualquer nulidade.

ACÓRDÃO

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

Na 2.^a Vara Criminal de Lisboa, no processo comum colectivo sob o n.º 1/07.8ZCLSB. L1, foram os arguidos abaixo e adiante identificados – todos com os demais sinais dos autos-submetidos a julgamento perante tribunal colectivo e, a final, por acórdão de 20 de Maio de 2009, condenados nos termos seguintes (indicados a seguir à identificação de cada um deles):

I. AA, o “B...N...”, casado, desempregado, nascido a... de Fevereiro de..., filho de BB e de CC, natural de M..., Roménia, residente na Calçada de..., ..., r/c, Lisboa e preso preventivamente desde 04.12.2007 no Estabelecimento Prisional de Lisboa, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de 1 crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 3, do Código Penal, na pena de QUATRO ANOS DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de DOIS ANOS DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de DOIS ANOS DE PRISÃO.
4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de QUATRO ANOS DE PRISÃO. CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi o arguido AA, condenado na pena única de CATORZE ANOS DE PRISÃO.

II. DD, solteira, nascida a ... de Junho de..., filha de EE e de FF, natural M..., Roménia, residente na Calçada de..., ..., r/c, Lisboa e presa preventivamente desde 04.12.2007

no Estabelecimento Prisional de Tires, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de um crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Penal, na pena de DOIS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.

CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi a arguida DD condenada na pena única de DOZE ANOS DE PRISÃO.

III. GG, a “N...”, sem profissão, casada, nascida a..de Fevereiro de ..., filha de HH e de II, natural de..., Roménia, residente na Calçada do..., n.º ..., Lisboa e presa preventivamente desde 04.12.2007 no Estabelecimento Prisional de Tires, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de um crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Penal, na pena de DOIS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.

4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.

CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi a arguida GG condenada na pena única de DOZE ANOS DE PRISÃO.

IV. JJ, sem profissão, casada, nascida a ... de Julho de ..., filha de BB e de CC, natural de M...,..., Roménia, com domicílio na Rua..., n.º..., 3.º, Lisboa e presa preventivamente desde 04.12.2007 no Estabelecimento Prisional de Tires, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de um crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Penal, na pena de DOIS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS E SEIS MESES DE PRISÃO.

CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi a arguida JJ condenada na pena única de DOZE ANOS DE PRISÃO.

V. KK, desempregado, nascido a ... de Abril de ..., filho de LL e de MM, natural de M...,..., Roménia, residente na Pensão..., situada na Rua..., Lisboa e preso

preventivamente desde 04.12.2007 no Estabelecimento Prisional de Lisboa, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de 1 crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO e SEIS MESES DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO e SEIS MESES DE PRISÃO.
4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS e SEIS MESES DE PRISÃO.

CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi o arguido KK, condenado na pena única de ONZE ANOS DE PRISÃO.

VI. NN, o “M...”, desempregado, nascido a ... de Julho de ... filho de OO e de PP, natural de M...,... e residente na Pensão..., situada na Rua..., Lisboa, e preso preventivamente desde 04.12.2007 no Estabelecimento Prisional de Lisboa, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de 1 crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO e SEIS MESES DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO e SEIS MESES DE PRISÃO.

4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS e SEIS MESES DE PRISÃO.

CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi o arguido NN, condenado na pena única de ONZE ANOS DE PRISÃO.

VII. QQ, o “M...F...”, desempregado, solteiro, nascido a ... de Maio de ..., filho de RR e de SS, natural de M...,..., Roménia e residente na Calçada de Santo ..., ..., r/c, Lisboa, e preso preventivamente desde 04.12.2007 no Estabelecimento Prisional de Lisboa, pelos seguintes crimes, nas seguintes penas parcelares:

1. Autoria material de 1 crime de ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, previsto e punido pelo artigo 299.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Penal, na pena de UM ANO E SEIS MESES DE PRISÃO.
2. Autoria material de cada um dos 10 crimes de LENOCÍNIO, previsto e punido pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO e SEIS MESES DE PRISÃO.
3. Autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas a), b) e d), do Código Penal, na pena de UM ANO e SEIS MESES DE PRISÃO.
4. Autoria material, de cada um dos 2 crimes de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.º 1, alíneas a) e d), do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS DE PRISÃO.
5. Autoria material, de 1 crime de tráfico de pessoas, p. e p. pelo artigo 160.º, n.ºs 1, alíneas a) e d), 2 e 3, do Código Penal, na pena de TRÊS ANOS e SEIS MESES DE PRISÃO.

CUMULADAS JURIDICAMENTE as penas parcelares aplicadas, nos termos do artigo 77.º do Código Penal, foi o arguido QQ, condenado na pena única de ONZE ANOS DE PRISÃO.

IX. TT, filho de UU e de VV, nascido a ... de Março de ..., na freguesia de ..., concelho de Mangualde, casado, empresário de hotelaria e residente no..., n.º..., Lisboa (Pensão...),

Pela autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º n.º 1, do Código Penal, na pena de DOIS ANOS DE PRISÃO, suspensa na sua execução.

X. XX, filho de ZZ e de AAA, nascido a ... de Junho de ..., na freguesia de ..., concelho de Lisboa, casado, empresário de hotelaria e residente na Rua de ..., n.º ..., Lisboa (Pensão...),

Pela autoria material, de 1 crime de LENOCÍNIO, p. e p. pelo artigo 169.º-1, do Código Penal, na pena de DOIS ANOS DE PRISÃO, suspensa na sua execução.

O mesmo Tribunal Colectivo acordou ainda, além do mais:

Em ABSOLVER os arguidos AA, DD, GG, JJ, KK, NN e QQ, da prática dos imputados 9 crimes de lenocínio, 3 crimes de lenocínio com menor e 1 crime de tráfico de pessoas;

Em ABSOLVER a arguida JJ da prática do imputado crime de uso de documento de identificação alheio;

Em CONDENAR os arguidos AA, DD, GG, JJ, KK, NN e QQ, na pena acessória de expulsão, fixando em 10 anos o prazo de interdição de entrada em Portugal;

Em DECLARAR perdido a favor do Estado tudo o que foi apreendido aos arguidos, à excepção dos seus elementos de identificação, cuja restituição ordenou.

Daqueles nove arguidos (acima, são numerados 10, porque era esse o número de arguidos; porém, relativamente ao 8.º arguido-BBB-identificado nos autos, foi determinada a separação do processo – cfr. despacho de fls. 3126) apenas TT e XX, não recorreram.

Inconformados, recorreram os restantes sete arguidos para o Tribunal da Relação de Lisboa que, por acórdão de 26 de Novembro de 2009, decidiu negar provimento aos recursos e confirmar a decisão recorrida.

Inconformados com essa decisão, dela interpuseram o presente recurso para este STJ, os arguidos KK, GG, NN, AA, JJ e DD

(...)

Colhidos os vistos, cumpre conhecer.

Questão prévia:

Como atrás se disse, os arguidos/recorrentes KK, GG, NN, AA, JJ e DD foram condenados, cada um, em 1.^a Instância, pela prática dos seguintes crimes: crime de associação criminosa; crimes de lenocínio; crimes de tráfico de pessoas.

E cada uma das penas parcelares aplicada a cada um dos arguidos/recorrentes, relativamente a cada um daqueles crimes, é inferior a 8 anos de prisão (em medida não superior a 4 anos de prisão no que respeita ao crime de associação criminosa, a 2 anos de prisão no que concerne aos crimes de lenocínio e a 3 anos e 6 meses relativamente aos crimes de tráfico de pessoas).

Essa decisão da 1.^a Instância foi proferida em 20 de Maio de 2009.

E tal decisão foi integralmente confirmada pelo Tribunal da Relação de Lisboa que, por acórdão proferido em 26 de Novembro de 2009, negou provimento aos recursos.

Assim, estando em causa, como estão, penas de prisão não superior a 8 anos, confirmadas pela Relação, é de colocar, como questão prévia, a da admissibilidade ou inadmissibilidade dos recursos do acórdão ora impugnado, no que tange às penas parcelares aplicadas aos ora recorrentes e relativas aos crimes de associação criminosa, lenocínio e tráfico de pessoas, pois que, no que tange à sindicabilidade da medida das penas conjuntas (supra discriminadas, todas elas superiores a 8 anos de prisão), os recursos são, sem dúvida, admissíveis.

Como se disse, a Exma Procuradora-Geral Adjunta neste Supremo Tribunal emitiu douto parecer no sentido de que o recurso é inadmissível relativamente às penas parcelares, atenta a medida concreta das mesmas, devendo por isso, nessa parte, ser rejeitado.

Apreciando:

Os parâmetros a ter em consideração na análise que se segue são a data da decisão de 1.^a Instância, a medida concreta das penas parcelares em causa e as penas únicas aplicadas.

Refira-se, porém, desde já, que o acórdão da Relação não alterou a matéria de facto fixada pela 1.^a Instância e manteve as penas (parcelares) ali aplicadas.

A decisão da 1.^a Instância, como se disse, data de 20 de Maio de 2009.

E cada uma das penas parcelares (supra discriminadas) aplicada relativamente a cada um dos crimes por que cada um dos arguidos/recorrentes foi condenado, é inferior a 8 anos de prisão (como se disse, em medida não superior a 4 anos de prisão no que respeita ao crime de associação criminosa, a 2 anos de prisão no que concerne aos crimes de lenocínio e a 3 anos e 6 meses relativamente aos crimes de tráfico de pessoas).

Esse acórdão condenatório do Colectivo da 2.^a Vara Criminal de Lisboa foi confirmado pelo acórdão da Relação de Lisboa, proferido em 26 de Novembro de 2009, que manteve a condenação e as medidas das penas parcelares e únicas, aplicadas.

A decisão da 1.^a Instância foi proferida em plena vigência do regime processual decorrente da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto, que entrou em vigor em 15-09-2007, sendo entendimento uniforme e já sedimentado neste Supremo Tribunal que é aplicável o regime processual vigente à data da decisão de 1.^a Instância e que a excepção do artigo 5.º, n.º 2, do CPP, não tem campo de aplicação numa situação em que a própria decisão da 1.^a Instância foi proferida já no domínio da lei nova, sendo esta, de aplicação imediata – vejam-se neste sentido os acórdãos de 29-05-2008, processo n.º 1313/08-5.^a; de 05-06-2008, processo n.º 1151/08-5.^a, com o mesmo relator do acórdão de 29-05-08, in CJSTJ 2008, tomo 2, pág. 251; de 05-06-2008, processo n.º 1226/08-5.^a; de 12-06-2008, processo n.º 1660/08; de 18-06-2008, processos n.ºs 1624/08 e 1971/08-3.^a; de 25-06-2008, nos processos n.ºs 449/08-3.^a, 1312/08-5.^a e 1779/08-5.^a; de 10-07-2008, processos n.ºs 2146/08 e 2193/08-3.^a; de 03-09-2008, processo n.º 2192/08-3.^a; de 10-09-2008, processo n.º 2506/08-3.^a; de 22-10-2008, processo n.º 215/08-3.^a; de 29-10-2008, processo n.º 2827/08-3.^a; de 08-01-2009, processo n.º 2041/08-5.^a; de 21-01-2009, processo n.º 2387/08-3.^a; de 27-01-2009, processo n.º 4031/08-3.^a e processo n.º 3854/08-5.^a; de 04-02-2009, processo n.º 4134/08-3.^a; de 11-02-2009, processo n.º 113/09-3.^a; de 12-03-2009, processo n.º 3781/08-3.^a; de 25-03-2009, processo n.º 610/09-5.^a; de 29-04-2009, processo n.º 391/09-3.^a.

Havendo que abordar a questão da admissibilidade do recurso quanto às referidas penas parcelares, vejamos o regime aplicável.

É admissível recurso para o Supremo Tribunal de Justiça nos casos contemplados no artigo 432.º do Código de Processo Penal, sem prejuízo de outros casos que a lei especialmente preveja, nos termos do artigo 4.º.

No que importa ao caso presente, rege a alínea b) do n.º 1 do artigo 432.º, que estabelece que: “Recorre-se para o Supremo Tribunal de Justiça:

b) De decisões que não sejam irrecorríveis proferidas pelas relações, em recurso, nos termos do artigo 400.º.

Com a entrada em vigor, em 15 de Setembro de 2007, da referida Lei n.º 48/2007, foi modificada a competência do STJ em matéria de recursos de decisões proferidas, em recurso, pelas relações, restringindo-se a impugnação daquelas decisões para este Tribunal, no caso de dupla conforme, a situações em que tenha sido aplicada pena de prisão superior a oito anos.

Estabelece o artigo 400.º, n.º 1, alínea f), do CPP:

1. Não é admissível recurso:

«f) De acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de primeira Instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos».

Como resulta dos autos, as penas parcelares em causa e aplicadas a cada um dos recorrentes são inferiores a 8 anos, (embora cada uma das penas conjuntas aplicadas a cada um daqueles, seja de prisão superior a 8 anos).

Ora, a alteração legislativa de 2007 tem um sentido restritivo, impondo uma maior restrição ao recurso, aludindo à pena aplicada e não (como anteriormente) à pena aplicável.

E isto, quer no recurso directo, quer no recurso de acórdãos da Relação que confirmem decisão de 1.ª Instância, circunscrevendo a admissibilidade de recurso das decisões da Relação confirmativas de condenações proferidas na primeira Instância às que apliquem pena de prisão superior a oito anos.

Com efeito, à luz do artigo 400.º, n.º 1, alínea f), do CPP, na redacção actual, só é possível o recurso de decisão confirmatória no caso de a pena aplicada ser superior a 8 anos de prisão.

Assim sendo, face à redacção do artigo 400.º, n.º 1, alínea f), do CPP, actualmente em vigor, atentas as penas parcelares aplicadas, é indubitável que não será admissível o recurso quanto às penas parcelares aplicadas, pois estamos perante decisão da Relação confirmativa de condenação proferida na 1.ª Instância e que aplicou penas de prisão não superiores a oito anos.

Por outro lado, e sendo agora claro que a alínea f) do n.º 1 do artigo 400.º do CPP se refere à pena concretamente aplicada (mesmo em caso de concurso de infracções)

e estando, como estamos, perante acórdão do Tribunal da Relação que confirmou a decisão da 1.^a Instância, sendo cada uma das penas parcelares aplicada, de prisão não superior a 8 anos, nos termos do estatuído na citada alínea f) do n.º 1 do art.º 400.º do CPP, não é admissível recurso.

Embora haja quem interpretasse a expressão “mesmo em caso de concurso de infracções” constante da alínea f) do n.º 1 do Artigo 400.º do CPP na redacção anterior à Lei 48/2007, de 29 de Agosto, como significando que no caso da prática pelo arguido, de várias infracções, ainda que cada uma delas não exceda a pena abstracta de oito anos de prisão, se o cúmulo jurídico correspondente, exceder esse tecto de oito anos, o recurso é admissível (neste sentido, entre outros, cfr. Ac. STJ de 24.09.2002, processo 1682-3.^a, in SASTJ n.º 63, pag. 70), a verdade é que – na esteira do entendimento maioritário perfilhado nesta 3.^a secção – perfilhamos posição diferente, ou seja, a sustentada pela Exm^a PGA neste STJ e neste processo (a título meramente exemplificativo, cfr. Acs. STJ de 30.10.2003, processo 2921/03, in SASTJ n.º 74, 207; de 14.07.2004, processo 1101/04-3.^a e de 11.10.2005, processo 24.../05-5.^a in SASTJ, n.º 94, pág.104), segundo a qual no caso de concurso de crimes, o que releva para efeitos de in(admissibilidade) de recurso para o STJ (nos termos da alínea f) do n.º 1 do Artigo 400.º do CPP na redacção anterior à Lei 48/2007, de 29 de Agosto) é a pena aplicável a cada um dos crimes cometidos e não a soma das molduras penais abstractas dos crimes em concurso, sendo que esta interpretação não colide com a CRP (neste sentido, cfr. p. ex. Acs. STJ de 14.07.2004, processo 1101/04-3; de 28.09.2005, processo 2807/05-3.^a; de 21.09.2005, processo 2759/05-3.^a; de 11.10.2005, processo 24.../05-5.^a; e de 21.12.2005, in SASTJ n.º 96, 79. E Acs. TC n.º 2/2006, de 3 de Janeiro in DR II Série de 13.02.2006; n.º 64/2006, de 24 de Janeiro, processo 707/2005, DR II Série, de 19 de Maio de 2006).

Ora, a expressão “mesmo em caso de concurso de infracções” constante da alínea f) do n.º 1 do artigo 400.º (redacção anterior) foi eliminada pela Lei 48/2007, de 29 de Agosto.

Interpretamos tal eliminação no sentido de que se quis dar relevância à pena concreta aplicada a cada crime, isto é, dar relevância às penas parcelares concretamente aplicadas.

Por isso, relevante para efeitos de (in)admissibilidade de recurso para o STJ é a pena aplicada a cada um dos crimes cometidos e não a soma das penas aplicadas aos crimes em concurso.

E, a nosso ver, tal interpretação não colide com a CRP “pois esta não impõe ao legislador a obrigação de consagrar o direito de recorrer de todo e qualquer acto do juiz e, mesmo admitindo-se o direito a um duplo grau de jurisdição como decorrência, no processo penal, da exigência constitucional das garantias de defesa, tem de aceitar-se que o legislador possa fixar um limite acima do qual não seja admissível um terceiro grau de jurisdição. Ponto é que tal limitação não atinja o núcleo essencial das garantias de defesa do arguido” (Ac. STJ de 14.07.2004, processo 1101/04 – 3.^a).

Aquele entendimento não ofende qualquer garantia do arguido, designadamente o direito ao recurso consagrado no artigo 32.º-1 da CRP pois, como refere a Exm.^a PGA no seu douto Parecer, “o acórdão proferido em 2.^a Instância, confirmativo, na íntegra, da decisão proferida em 1.^a Instância, consubstancia a garantia do duplo grau de jurisdição com que, para efeitos de salvaguarda dos direitos de defesa do arguido em processo penal, a nossa lei fundamental se basta” (neste sentido, cfr. Acs. TC n.º 44/05 de 26.01.2006, processo 954/05, DR II Série de 13.02.2006; n.º 390/04, de 02.04.2004, processo n.º 651/03, DR II Série de 07.07.2004; n.º 2/2006 de 03.01.2006, DR II Série, de 13.02.2006).

Nos termos do artigo 400.º-n.º 1-f) do CPP só é admissível recurso para o STJ, de acórdãos condenatórios proferidos, em recurso, pelas relações, que confirmem decisão de primeira Instância e apliquem pena de prisão não superior a 8 anos.

Assim, no caso de concurso de crimes, aquele recurso para o STJ (de acórdãos condenatórios proferidos em recurso pela relações) só é admissível:

- Relativamente a cada um dos crimes cuja pena concretamente aplicada seja superior a 8 anos de prisão;
- Relativamente à pena única aplicada desde que superior a 8 anos de prisão.

Portanto, na esteira da posição que vimos seguindo, porque, no caso, estamos perante concurso de crimes e os recorrentes acima referidos, foram condenados – cada um deles – em penas parcelares não superiores a 8 anos de prisão (embora a(s) pena(s) única(s) aplicada(s) tenha(m) sido superior(es) a 8 anos de prisão), não é admissível recurso para este STJ relativamente a tais crimes (por que cada um deles foi condenado em pena não superior a 8 anos de prisão).

Porém, é admissível o recurso relativamente a cada uma das penas únicas aplicadas, superior a 8 anos de prisão.

Em face do exposto, o recurso é admissível somente em relação às penas conjuntas (únicas) aplicadas a cada um dos arguidos/recorrentes – cada uma delas superiores a 8 anos de prisão, sendo de rejeitar relativamente às penas parcelares supra referidas (cfr. art.º 420.º-1-b) do CPP).

Por isso, terão de rejeitar-se os recursos interpostos, no que respeitam às penas parcelares e às questões atinentes a essas penas e aos respectivos crimes, pois, nesses segmentos, não é admissível recurso.

E questões atinentes a essas penas parcelares e respectivos crimes são:

- A invocada nulidade das declarações para memória futura (questão suscitada pelos arguidos/recorrentes KK, AA, JJ e DD);
- A nulidade da decisão recorrida por falta ou insuficiente fundamentação e por omissão de pronúncia (questão suscitada por todos os arguidos/recorrentes);
- A verificação de alegados vícios da matéria de facto dada como assente (questão suscitada pelos arguidos/recorrentes AA, JJ, DD, GG e NN); e ainda,
- A questão da subsunção jurídica dos factos provados, que as Instâncias tiveram como integradores dos crimes de associação criminosa (questão suscitada nos recursos de todos os arguidos/recorrentes) e de lenocínio, seja na perspectiva de crime continuado (questão suscitada pela arguida/recorrente GG) ou crime único (questão suscitada pelo arguido/recorrente NN).

Sendo assim, porque as questões supra elencadas, suscitadas nos vários recursos dos arguidos/recorrentes, respeitam aos crimes por que foram condenados em penas parcelares de medida não superior a 4 anos de prisão, este Supremo Tribunal não pode delas conhecer, face à irrecorribilidade da decisão, nessa parte (cfr. artigos 432.º-1-b) e 400.º-1-f), ambos do CPP).

Trata-se, aliás, de questões que os recorrentes já haviam suscitado no(s) recurso(s) interposto(s) para o Tribunal da Relação de Lisboa que delas conheceu e decidiu de forma ponderada e suficientemente motivada, não omitindo pronúncia.

Por isso, procede esta questão prévia suscitada, havendo que rejeitar os recursos interpostos, no que respeitam às penas parcelares e às questões atrás enunciadas, porque atinentes a essas penas e aos respectivos crimes, pois, nesses segmentos, não é admissível recurso.

Daí que se prossiga para apreciação e decisão do único segmento do acórdão recorrido, relativamente ao qual é admissível este recurso: a medida da(s) pena(s) única(s).

Apreciando e decidindo:

É a seguinte a matéria de facto provada (transcrição):

1. Desde data não concretamente apurada, situada em meados de 2003, que os arguidos AA conhecido por “B...N...”, DD, JJ, QQ, conhecido por “M... F...”, KK, NN, conhecido por “M...”, e um indivíduo de nome BBB, decidiram constituir um grupo com vista a explorar sexualmente mulheres de nacionalidade romena em território nacional, com o objectivo de obterem ganhos económicos com o dinheiro que as mesmas auferissem com a prática de actos sexuais remunerados.
2. Desde o ano de 2002 que a arguida GG explorava mulheres que trazia da Roménia, para território nacional, a fim de aqui se prostituírem ao seu serviço.
3. A partir de data não concretamente apurada, situada nos finais de 2006, início do ano de 2007, na sequência de um desentendimento havido entre os arguidos acima identificados e um outro grupo de indivíduos, que actuavam na mesma zona e explorava a actividade sexual de mulheres de nacionalidade romena, a arguida GG, passou a integrar o grupo supra referido com o mesmo objectivo, trazendo as mulheres cuja actividade de prostituição já vinha explorando, pelo menos desde o ano de 2002, as quais passaram a ser exploradas, a partir desse momento pelo grupo constituído por todos os arguidos.
4. Na execução de tal plano, os arguidos recrutaram várias cidadãs romenas, providenciando pelo seu transporte para Portugal, arranjando-lhe depois habitação, nomeadamente na Calçada de Santo ..., n.º ..., r/c, em Lisboa, na Rua..., n.º..., ...º, em Lisboa e na Calçada do..., n.º, ...º, em Lisboa, locais onde os arguidos também residiam e ainda em diversas pensões.
5. A fim de recrutarem cidadãs romenas para a prática da prostituição, os arguidos deslocaram-se à Roménia por diversas vezes ou recorreram a outras pessoas das suas relações que residiam nesse país, para esse efeito.
6. Procuravam mulheres que integrassem famílias com dificuldades económicas e com pouca formação escolar, prometendo-lhes a obtenção de avultadas quantias em dinheiro em Portugal, sendo que nuns casos lhes disseram que seria através da prática da prostituição e noutros prometeram-lhes empregos.

7. O grupo funcionava de uma forma organizada, sendo chefiado pelo arguido AA “B...”, tendo sido distribuídas diferentes tarefas e funções aos restantes arguidos, os quais o apoiavam, quer no controlo das mulheres, quer na recepção das quantias monetárias que as mesmas auferiam na actividade de prostituição, quer ainda exercendo sobre as mesmas violência física e psicológica para as obrigarem ao exercício daquela actividade.
8. Era o arguido AA que fixava as quantias que as mulheres deviam cobrar aos clientes, a comissão que lhe cabia a ele e aos restantes elementos do grupo e os locais onde as vítimas deviam exercer a prostituição decidindo também qual era a indumentária que as mesmas deviam usar para atrair clientes e a forma de abordarem estes últimos.
9. O grupo estava estruturado em três patamares distintos e perfeitamente definidos.
10. À frente do grupo, na chefia, encontrava-se o arguido AA, cabendo a este a tomada de decisões sobre o modo, o método e o território de actuação, bem como a forma de evitar incursões de outros grupos rivais que se dedicavam à mesma actividade.
11. O arguido AA detinha o monopólio da força na organização, “disciplinando”, intimidando e atemorizando as mulheres que não “rendiam” os montantes que considerava adequados e necessários, que não solicitavam sexo no local exacto predefinido pelo mesmo, ou que não cumpriam outras ordens que o mesmo dava directamente ou por intermédio dos outros arguidos.
12. No segundo patamar encontravam-se as arguidas DD, JJ e GG, esta a partir de finais de 2006, as quais procediam à recolha do dinheiro realizado na actividade da prostituição, controlando todos os movimentos das mulheres.
13. Estas arguidas actuavam no terreno, controlando a actividade das mulheres, servindo de resguardo ao arguido AA que evitava ser avistado nos locais onde as vítimas desenvolviam a actividade da prostituição.
14. As arguidas JJ e GG, também angariavam mulheres, que traziam da Roménia para Portugal, para aqui se prostituírem ao serviço do grupo, constituído pelos arguidos.
15. No terceiro patamar, encontravam-se os arguidos KK, NN, QQ e um indivíduo de nome BBB, que, além de angariarem mulheres que traziam da Roménia para Portugal, exerciam a força quando necessário, para reprimir as mulheres quando estas se rebelavam, ou para controlar eventuais situações de abuso por parte de clientes ou outros indivíduos.

16. Pelo menos a partir do ano de 2003, os arguidos contactaram e recrutaram diversas cidadãs romenas, no seu país de origem, trazendo-as para Portugal, para se prostituírem ao seu serviço.

17. Os arguidos recrutaram essencialmente as vítimas no distrito de..., designadamente na cidade de M... e na localidade de N..., onde o arguido AA tinha vários familiares.

18. O arguido AA recorria a diversas pessoas, a fim de que abordassem as mulheres, dando instruções a essas pessoas no sentido de efectuarem propostas de obtenção de elevados proventos de natureza económica àquelas mulheres, sendo que nalguns casos determinava que não fosse dito às mesmas que vinham para se prostituir.

19. Era determinado pelo arguido AA que algumas daquelas mulheres não fossem informadas que tinham que lhe pagar uma determinada quantia em dinheiro, ou do modo como seriam repartidas as quantias obtidas em resultado da actividade de prostituição.

20. Os arguidos fizeram transportar aquelas mulheres para Portugal, por via aérea, ou por via terrestre, por meio de autocarro, colocando-as a residir nas suas próprias habitações, ou em pensões, dando-lhes de seguida todas as indicações respeitantes aos locais, forma e preços a cobrar aos clientes.

21. Inicialmente os arguidos diziam às mulheres para lhes entregarem as quantias em dinheiro que recebiam da actividade da prostituição, a fim de que os mesmos as guardassem, a pretexto de não lhes serem subtraídas, sendo que no decurso do tempo as referidas mulheres verificaram que nunca receberam as quantias em causa, por lhes ser recusada a devolução pelos arguidos.

22. À generalidade destas mulheres era entregue um telemóvel com um cartão activado, a fim de que os arguidos as contactassem, quando entendessem necessário.

23. Os arguidos, mediante indicação do arguido AA, colocavam as mulheres na rua, mais concretamente no Poço do Borratém, na Zona do Instituto Superior Técnico, na Rua da Artilharia 1 e no Parque Eduardo VII, a fim de aí desenvolverem a actividade de prostituição.

24. Segundo indicação dos mesmos às referidas mulheres, estas últimas teriam que cobrar a quantia de €25,00 (vinte e cinco euros) a cada cliente, por cerca de 20 minutos de actividade sexual que mantivessem com os mesmos.

25. As quantias obtidas pelos arguidos, provenientes da actividade de prostituição exercida pelas mulheres que exploravam, eram remetidas para a Roménia, através de depósitos efectuados em Agências de Câmbios e Transferências Internacionais de Dinheiro.

26. Os arguidos usavam os documentos das mulheres cuja actividade sexual exploravam, a fim de que as remessas fossem efectuadas em nome delas, e, nalguns casos, determinavam que algumas das mulheres acompanhadas pelas arguidas se deslocassem às Agências de Câmbio para efectuarem as mencionadas transferências.

27. Cada uma das transferências, em regra, não excedia os €6.000,00 (seis mil euros).

28. Os destinatários das transferências eram pessoas variadas, sendo que tais transferências eram posteriormente entregues a pessoa da confiança dos arguidos na Roménia.

29. No segundo e terceiro patamares, dependendo directamente do arguido AA “B...”, situavam-se os arguidos DD, JJ, GG “N...”, KK, QQ “M... F...”, NN “M...”, todos eles de nacionalidade romena.

30. Cada um destes intervenientes tinha funções previamente definidas pelo arguido AA.

31. Às arguidas DD, JJ e GG competia a função de servir de elo de ligação entre o arguido AA e as mulheres que para eles se prostituíam em diversos locais da cidade de Lisboa, nomeadamente junto ao Poço do Borratém, junto ao Instituto Superior Técnico e no Parque Eduardo VII.

32. A estas arguidas competia recolher o dinheiro, acompanhar as vítimas nas ruas, certificarem-se que as mesmas angariavam clientes, bem como se recolhiam aos locais onde pernoitavam quando terminavam a sua actividade.

33. As arguidas tinham ainda como função levar peças de vestuário às mulheres, levar-lhes tabaco, quando as mesmas necessitavam e verificar se tinham os telemóveis carregados, para poderem ser contactadas.

34. Competia a estas arguidas dar instruções a estas mulheres quanto ao modo como se deviam posicionar, abordar e angariar clientes, determinando-lhes ainda que as mesmas não mantivessem contacto com quaisquer outras pessoas, a não ser entre elas e com os clientes.

35. Cabia ainda a estas arguidas apresentar as referidas mulheres aos donos de pensões e com estes acertar os preços a pagar pela utilização dos quartos para a prática da prostituição.
36. I. No decurso do ano de 2002, PPP, conhecida por “P...”, foi abordada em... na Roménia, por pessoa cuja identidade não se logrou apurar, para vir trabalhar na prostituição para Portugal, com a promessa de obter ganhos económicos, ao que a mesma acedeu.
37. A mesma provinha de uma família com problemas económicos.
38. A viagem foi acordada com a arguida GG e paga pela mesma.
39. Veio de autocarro e foi recebida pela arguida que a albergou na sua residência, onde sempre habitou.
40. Conforme indicações da arguida GG passou a prostituir-se no Poço do Borratém, na Praça da Figueira, no Instituto Superior Técnico, no Parque Eduardo VII e na Rua da Artilharia I.
41. As quantias a cobrar pela actividade de prostituição foram estabelecidas pela arguida GG.
42. Todas as quantias que recebia eram entregues à arguida GG ou a pessoa pela mesma indicada, não tendo a mesma ficado com qualquer quantia para si.
43. Conforme indicação da arguida GG alguns dos actos sexuais tinham lugar na Pensão “...”.
44. A partir do início do ano 2007, passou a ter que responder também perante os demais arguidos.
45. A partir desse momento, a arguida GG entregava diariamente ao arguido AA ou à arguida DD a quantia de €50 diários relativos ao exercício da actividade da prostituição por parte de PPP.
46. II. Em data não apurada, situada em momento posterior ao ano de 2002, QQQ veio para Portugal a fim de se prostituir.
47. Chegada a Portugal passou a residir na casa da arguida GG.
48. Segundo indicação da arguida passou a prostituir-se na esquina da Rua... com a Rua de ... diariamente e para a prática dos actos sexuais deslocava-se à Pensão..., entregando cerca de metade do que auferia à arguida GG.

49. A partir do final do ano de 2006, princípio de 2007, passou a responder perante todos os arguidos e diariamente tinha de entregar €50,00 (cinquenta euros) à arguida GG para que esta os entregasse ao arguido AA, conforme acordado por todos os arguidos.

50. De harmonia com as instruções que recebera dos arguidos não podiam conversar com outras pessoas que não fossem as demais vítimas, os clientes, o dono da pensão e os próprios arguidos e tinha de pedir autorização para ir comer, ou pelo menos comunicar que o ia fazer e onde.

51. Era controlada pelos arguidos, designadamente pela arguida GG, quer por telemóvel quer presencialmente, mediante deslocação ao local onde se encontrava.

52. III Em data não concretamente apurada, JJJ conhecida por “M...” ou “LLL” veio para Portugal para se prostituir, face às dificuldades económicas por que então passava.

53. Aqui chegada começou a prostituir-se ao serviço do arguido AA, ficando acordado que a mesma lhe entregaria 50% do que ganhasse e ficaria com os restantes 50% para si.

54. JJJ deslocou-se para Portugal, sendo recebida pela arguida DD que a conduziu à sua residência, sita na Calçada da... n.º ..., em Lisboa, onde passou a habitar.

55. Após a sua chegada a Portugal passou a prostituir-se diariamente nos locais indicados pelos arguidos AA e DD, designadamente no Poço do Borratém, entregando diariamente ao B... 50% do que ganhava que era para ele e também lhe entregava o restante porque ele o exigia.

56. Assim que chegou a Portugal, o seu passaporte foi-lhe pedido pelos arguidos AA e DD que ficaram na posse do mesmo.

57. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos AA e DD quanto ao local onde se devia prostituir e quanto à forma como devia abordar os clientes e quantias a cobrar.

58. Diariamente sempre que pretendia ir comer tinha que pedir autorização aos arguidos e não se podia sentar durante o dia quanto estava na rua à espera de angariar clientes.

59. Não lhe era permitido conversar com outras mulheres que não se prostituíssem para o mesmo grupo e era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

60. Toda a roupa que tinha era adquirida pelo arguido AA ou pela arguida DD.

61. Diariamente atendia cerca de sete a oito clientes, prostituindo-se das 12 às 24 horas e cobrava conforme lhe era determinado pelos arguidos, a quantia de €25 (vinte e cinco euros) a cada cliente.

62. Conforme determinado pelos arguidos, quando se encontrava no Poço do Borratém, os actos sexuais tinham lugar na Pensão "...".

63. IV. III veio para Portugal, de autocarro, no ano de 2004, a fim de aqui se prostituir.

64. A partir dessa data e desde a chegada a Portugal, III recebeu indicações do arguido AA e da arguida DD quanto ao local onde se devia prostituir e quanto à forma como devia abordar os clientes e quantias a cobrar.

65. Diariamente atendia vários clientes, e cobrava conforme lhe era determinado pelos arguidos a quantia de €25,00 (vinte e cinco euros) a cada um.

66. Conforme lhe era determinado pelos arguidos AA e DD os actos sexuais tinham lugar na Pensão "...", sita no Poço do Borratém, ou no Parque Eduardo VII, no interior de veículos automóveis.

67. Das quantias recebidas pela mesma dessa actividade, entregava dinheiro aos arguidos AA e DD, conforme lhe foi determinado por AA.

68. III, durante a sua estada em Portugal deslocou-se várias vezes à Roménia.

69. III encontra-se a ser investigada na Roménia.

70. Os seus documentos de identificação foram guardados pela arguida DD.

71. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos AA e DD quanto à forma como devia abordar os clientes e à postura que devia adoptar na via pública de modo a fazer-se notar pelos mesmos.

72. Diariamente sempre que pretendia ir comer tinha que pedir autorização aos arguidos.

73. Não lhe era permitido conversar com outras mulheres que não se prostituíssem para o mesmo grupo e era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

74. Toda a roupa que tinha era adquirida pelo arguido AA ou pela arguida DD.

75. RRR é prima de III.

76. V. No decurso do ano 2005, em data não apurada, SSS conhecida por “L...”, que se encontrava na Roménia, veio para Portugal para se prostituir, actividade através da qual e segundo o arguido AA, conseguiria obter elevados proventos económicos.

77. A sua família tinha graves dificuldades económicas.

78. Após ter chegado a Portugal, foi conduzida à residência dos arguidos AA e DD, onde passou a habitar e nessa data foi-lhe explicado o modo como devia desenvolver a sua actividade, bem como o local, as quantias a cobrar.

79. Prostitua-se, geralmente, na pensão “...”, no Poço do Borratém, pensão esta que lhe foi indicada por DD.

80. Foi-lhe dito que teria que entregar diariamente ao arguido AA ou à arguida DD 50% das quantias que conseguisse efectuar em resultado da sua actividade de prostituição.

81. Entregava o dinheiro todo ao arguido AA pois se não o fizesse ele ameaçava bater-lhe.

82. Diariamente a mesma atendia cerca de 10 clientes, aos quais cobrava em regra €25 (vinte e cinco euros) conforme determinado pelos arguidos e pagava desse montante ao dono da pensão €5 (cinco euros) pela utilização do espaço.

83. Prostitua-se das 12 às 24 horas, em regra na Pensão “...” e noutros locais que lhe eram indicados pelos arguidos, designadamente junto ao Instituto Superior Técnico, no interior de veículos automóveis.

84. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos AA e DD quanto à forma como devia abordar os clientes e à postura que devia adoptar na via pública de modo a fazer-se notar pelos eventuais clientes.

85. Diariamente sempre que pretendia ir comer tinha que pedir autorização aos arguidos e não se podia sentar durante o dia quanto estava na rua à espera de angariar clientes.

86. Não lhe era permitido conversar com outras mulheres que não se prostituíssem para o mesmo grupo e era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

87. Toda a roupa que tinha era adquirida pelo arguido AA ou pela arguida DD.

88. VI. Em data concretamente não apurada, do ano 2005, CCC veio para Portugal para se prostituir.

89. Exercia a prostituição na pensão “...” e também na pensão “...”.
90. A partir de data não apurada passou a assumir-se como companheira do arguido KK, a quem entregava todas as quantias que auferia em resultado da sua actividade de prostituição.
91. Desde essa altura passou o arguido KK a entregar diariamente ao arguido AA a quantia de €50,00 (cinquenta euros), resultante da actividade de prostituição levada a cabo por CCC.
92. O arguido AA indicou-lhe o local onde se devia prostituir.
93. Era controlada pelo arguido KK e também pelo arguido AA.
94. VII. Em data não concretamente apurada TTT, conhecida por S..., veio para Portugal para aqui se prostituir.
95. Prostitua-se no Poço do Borratém, mais concretamente na Pensão “...”, cobrando a cada cliente a quantia de €25,00 (vinte e cinco euros).
96. VIII. Em data não concretamente apurada do ano de 2006, o arguido NN contactou na Roménia DDD propondo-lhe a vinda para Portugal para se prostituir.
97. A mesma provinha de uma família com poucos recursos económicos.
98. Chegada a Portugal, passou a prostituir-se na zona do Poço do Borratém, conforme indicações dadas pelo arguido AA e pelo NN.
99. No final de cada dia DDD entregava a III, segundo ordens do arguido AA a quantia de €50,00 (cinquenta euros).
100. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos AA e NN quanto à forma como devia abordar os clientes e à postura que devia adoptar na via pública de modo fazer-se notar pelos eventuais clientes.
101. Era controlada pelos arguidos, e também pelas outras vítimas, a pedido dos arguidos, quer visualmente quer por telemóvel.
102. A mesma ausentou-se por um período não concretamente apurado e regressou a Portugal, em Novembro de 2007, acompanhada pelo arguido NN, a fim de desempenhar as mesmas funções nos termos atrás descritos, tendo de pagar ao arguido AA diariamente a quantia de €50,00 (cinquenta euros).

103. Metade do que auferia era entregue ao arguido NN e na ausência deste ao arguido AA.

104. IX. Em data não concretamente apurada situada entre finais do ano 2006 e início do ano 2007, os arguidos recrutaram de forma também não apurada UUU, conhecida por “M...”, na Roménia, disseram-lhe que vinha trabalhar na apanha de morangos.

105. Prometeram-lhe que obteria proventos económicos e que ficaria com metade das quantias que viesse a obter da actividade a desenvolver de apanha de morangos, entregando-lhe a parte restante.

106. Após a sua chegada a Portugal, a mesma passou a residir na habitação da arguida JJ.

107. UUU provém de uma família com graves dificuldades económicas e aparenta ter algumas dificuldades cognitivas.

108. Os arguidos diligenciaram pelo pagamento de todas as despesas relativas à deslocação da Roménia para Portugal de UUU.

109. Após a sua chegada a Portugal foi-lhe retirado o passaporte que ficou na posse da arguida JJ e que veio a ser apreendido no quarto desta arguida, no dia 4 de Dezembro de 2007.

110. A arguida JJ e os outros arguidos deram-lhe instruções quanto ao local para onde iria desenvolver a actividade da prostituição e o modo como a devia executar, desde a forma de vestir, até à abordagem aos clientes e passou a adoptar o nome de “M...”.

111. Os arguidos AA, DD e JJ batiam-lhe, obrigando-a a prostituir-se e a dar-lhes o dinheiro todo.

112. Todas as quantias que realizou na sua actividade de prostituição, foram entregues à arguida JJ e também ao B... e DD, os quais nunca as devolveram à UUU.

113. X. No decurso do ano 2007, VVV conhecida por D..., veio para Portugal para trabalhar na prostituição.

114. Veio para Portugal de autocarro, cujo bilhete foi pago pela arguida GG e à chegada foi logo para a residência da arguida GG, onde já se encontravam a QQQ e a PPP.

115. Nessa data foi-lhe dito que se iria prostituir na esquina das Ruas... e de São Lázaro, juntamente com as referidas QQQ e PPP e XXX.

116. GG disse-lhe da pensão a que se deveria dirigir para a prática dos actos sexuais e que deveria cobrar €25 (vinte e cinco euros) a cada cliente, pelo período de 20 minutos.

117. Previamente haviam acordado que ficaria com metade das quantias que obtivesse da prostituição e que a parte restante seria entregue à arguida GG.

118. Diariamente a arguida GG recolhia o montante integral que havia realizado pela sua actividade de prostituição, nunca lhe sendo devolvida qualquer quantia.

119. Em data não concretamente apurada VVV chegou atrasada a casa, o que aborreceu a arguida GG que pretendia controlar-lhe todos os movimentos, tendo-lhe a arguida desferido uma bofetada.

120. Situações houve em que as mulheres controladas directamente pela arguida GG, as referidas PPP, QQQ, XXX e VVV não a avisaram quando iam comer ou em que se atrasaram na chegada a casa, sendo nessas alturas ameaçadas na sua integridade física pela arguida GG.

121. Desenvolvia a sua actividade das 10 horas à 1 hora, diariamente, conforme indicação da arguida GG.

122. A mesma foi conduzida à Pensão “...” pela arguida GG, onde foi apresentada e onde passou a desenvolver a actividade sexual, cobrando a quantia que lhe foi indicada pelos arguidos, consoante a duração temporal da relação sexual.

123. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos quanto à forma como devia abordar os clientes e à postura que devia adoptar na via pública de modo a fazer-se notar pelos eventuais clientes.

124. Diariamente sempre que pretendia ir comer tinha que pedir autorização aos arguidos.

125. Era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

126. XI. ZZZ, conhecida por GGG, veio para Portugal em data não concretamente apurada do ano de 2007.

127. Veio viver para a residência dos arguidos AA e DD, na Calçada de Santo..., n.º ..., r/c, em Lisboa.

128. Prostituíra-se na zona do Poço do Borratém, do Parque Eduardo VII e do Instituto Superior Técnico, nas pensões indicadas pelos arguidos.

129. No final de cada dia entregava o dinheiro que ganhava aos arguidos DD e AA.

130. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos quanto aos locais onde se havia de prostituir e quanto à forma como devia abordar os clientes, assim como o preço a cobrar a cada cliente.

131. Sempre que pretendia ir comer tinha que pedir autorização aos arguidos.

132. Não lhe era permitido conversar com outras mulheres que não se prostituíssem para o mesmo grupo e era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

133. Não se encontrava autorizada a comprar qualquer peça de roupa, sendo o vestuário adquirido pelos arguidos AA e DD.

134. XII. AAAA, nascida a ... de Março de ..., chegou a Portugal no dia 6 de Outubro de 2007, à data com 14 anos de idade, foi recebida pela arguida JJ que a levou para o local onde habitava, sito na Rua..., n.º ..., 3.º em Lisboa.

135. Provém de uma família com dificuldades económicas.

136. Os arguidos diligenciaram pelo pagamento de todas as despesas relativas à deslocação da Roménia para Portugal de AAAA.

137. Veio para Portugal, para se prostituir, obrigada pela arguida JJ, que lhe garantiu que obteria grandes proventos económicos.

138. Veio de autocarro.

139. O combinado foi que daria metade do que ganhasse a JJ. A outra metade ficaria para ela.

140. Pela arguida JJ foram-lhe dadas instruções quanto ao local onde iria desenvolver a actividade da prostituição e o modo como a devia executar, desde a forma de vestir, até à abordagem aos clientes e passou a adoptar o nome de “L...”, conforme indicação que recebeu.

141. Durante cerca de uma semana prostituiu-se todos os dias, tendo entregue todas as quantias que realizou à arguida JJ.

142. Decorrido tal período, continuou a prostituir-se nas mesmas circunstâncias, entregando todas as quantias que auferia à arguida JJ, nunca tendo recebido qualquer valor relativo à actividade que levou a cabo até 4 de Dezembro de 2007, data em que os arguidos foram detidos.

143. Sempre que recusava prostituir-se a arguida JJ batia-lhe.

144. Os arguidos não lhe permitiram contactar com os familiares que se encontravam na Roménia.

145. A AAAA apenas podia sair de casa acompanhada pela arguida JJ, ou por um dos outros arguidos, ou por outras mulheres que se prostituíam.

146. O local onde se prostituía foi-lhe indicado pela arguida JJ, após indicação nesse sentido pelo arguido AA.

147. A AAAA foi apresentada na Pensão "...", onde já se prostituíam outras mulheres que se encontravam sob o jugo do grupo composto pelos arguidos, as quais ali a conduziram e apresentaram ao dono da pensão, a fim de que a deixassem praticar actos sexuais nas referidas instalações.

148. Pagava na Pensão a quantia de €5,00 (cinco euros), pela utilização do quarto.

149. No dia 4 de Dezembro de 2007, no decurso da operação que conduziu à detenção dos arguidos, AAAA foi detectada a sair do quarto n.º 3 da Pensão "...", onde havia acabado de manter relações sexuais com um indivíduo, tendo recebido €25 (vinte e cinco euros), sendo que a relação durou cerca de 20 minutos.

150. Enquanto AAAA estava na rua ou no quarto da pensão a manter actos sexuais com clientes, a arguida JJ, permanecia na rua, nas imediações da pensão, controlando a forma como se apresentava e abordava os clientes e o número de clientes que atendia, bem como o tempo de duração do acto sexual.

151. A arguida JJ, entregava €50,00 (cinquenta euros) diariamente ao arguido AA, pela permanência de AAAA naquele local.

152. No final de cada dia após regressar da actividade da prostituição, AAAA era fechada à chave em casa pela arguida JJ.

153. XIII. Em data concretamente não apurada do ano de 2007, HHH, conhecida por HHH, veio para Portugal a fim de se prostituir.

154. Chegou a Portugal em Outubro de 2007, tendo viajado de avião até Lisboa.

155. Chegada a Lisboa foi para casa de DD e de AA e onde também vivia o arguido QQ, com quem ficou a partilhar o quarto.

156. Durante o dia era controlada, enquanto estava na rua, pelas arguidas e pelas outras mulheres que se prostituíam ao serviço dos arguidos no mesmo local, na zona do Poço do Borratém na Pensão "...", e também pelos arguidos QQ e AA.

157. Era obrigada a prostituir-se das 11 às 24 horas, não conseguindo angariar muitos clientes, motivo pelo qual era diariamente agredida em diversas partes do corpo pelo arguido QQ por não lhe levar as quantias em dinheiro que o mesmo pretendia.

158. Parte da quantia obtida por HHH através da prática da prostituição era entregue pelo arguido QQ ao arguido AA.

159. No dia 4 de Dezembro de 2007, na sequência da detenção dos arguidos, tinha acabado de manter relações sexuais com um indivíduo no quarto n.º 5 da Pensão "...", tendo obtido a quantia de cinquenta euros.

160. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos AA, DD e QQ quanto ao local onde se devia prostituir e quanto à forma como devia abordar os clientes e quantias a cobrar.

161. Sempre que pretendia ir comer ou sair do local indicado tinha de pedir autorização.

162. Não lhe era permitido conversar com outras mulheres que não se prostituíssem para o mesmo grupo e era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

163. XIV. Em data não concretamente apurada, situada em finais de 2007, o arguido NN conhecido por "M...", contactou, após a anuência do arguido AA, com FFF, também conhecida por "F...", que se encontrava em Espanha, tendo-lhe proposto a vinda para Portugal para aqui se prostituir.

164. A referida FFF era proveniente de uma família com fracos recursos económicos.

165. O arguido NN procedeu ao pagamento da viagem de autocarro com a qual viajou de Espanha para Lisboa.

166. Aqui chegada foi conduzida por aquele arguido a casa do arguido AA, onde pernitoiu.

167. No dia seguinte, foi levada a um café existente junto do Teatro D. Maria II, onde se encontrava o arguido AA que lhe disse que se ia prostituir no Poço do Borratém, sob sua orientação, na pensão "...", onde pagava €5,00 (cinco euros), por ocupação do quarto por 20 minutos, e que diariamente lhe teria que entregar €50,00 (cinquenta euros), sendo o restante do que obtivesse dividido entre si e NN.

168. Também estavam presentes as arguidas DD e GG.

169. O arguido AA disse a FFF que "ele é que mandava e que não tinha outro meio de vida e que em Portugal estava sob a alçada dele", "tendo-lhe dito que lhe cortaria o pescoço, caso não cumprisse o que lhe disse."

170. No final de cada dia, FFF entregava a III ou a DD, segundo ordens do arguido AA, a quantia de €50,00 (cinquenta euros). O restante entregava a NN.

171. Foram-lhe dadas indicações pelos arguidos AA, DD e NN quanto à forma como devia abordar os clientes.

172. Diariamente sempre que pretendia ir comer tinha que pedir autorização aos arguidos e não se podia sentar durante o dia quando estava na rua à espera de angariar clientes.

173. Não lhe era permitido conversar com outras mulheres que não se prostituíssem para o mesmo grupo e era controlada pelos arguidos quer visualmente quer por telemóvel.

174. Em data não concretamente apurada, BBB, deslocou-se à Roménia, a fim de aí angariar mulheres para trazer para Portugal, para se prostituírem, conforme acordado com o arguido AA.

175. XV. Em data não concretamente apurada do mês de Novembro, o mesmo contactou com BBBB, propondo-lhe a vinda para Portugal para se prostituir, referindo que de tal actividade obteria elevados proventos económicos, tendo a mesma acedido.

176. A referida BBBB veio para Portugal em Novembro de 2007, de autocarro, juntamente com o BBB, tendo o mesmo pago os respectivos bilhetes com dinheiro facultado pelo arguido AA para esse mesmo efeito.

177. BBBB utilizava a Pensão "... " para a prática dos actos sexuais, por cuja utilização de um quarto pelo período de vinte minutos pagava €5,00 (cinco euros).

178. A abordagem dos clientes foi-lhe ensinada pelos arguidos e também pelas outras raparigas que ao serviço do grupo se prostituíam.

179. Nos termos daquilo que acordou com o arguido AA, BBB entregava diariamente àquele a quantia de €50,00 (cinquenta euros), como forma de pagamento pela exploração da actividade sexual de BBBB.

180. No dia 3 de Dezembro de 2007 BBB bateu em BBBB, atingindo-a numa perna.

181. As vítimas eram na sua grande maioria desconhecedoras da língua portuguesa e dos costumes do nosso país, sendo mantidas em território nacional num regime de servidão sexual, imposta e controlada de perto pelo arguido AA e pelos restantes arguidos, que o coadjuvavam na actividade de exploração sexual destas mulheres, apenas visando a obtenção de elevados proventos económicos.

182. Após a chegada das mesmas a Portugal e o seu alojamento em locais escolhidos pelos arguidos, estes para melhor concretizarem os seus objectivos recorriam com frequência à violência física e psicológica sobre as mulheres como forma de as intimidarem e obrigarem a praticar actos sexuais com clientes que as mesmas angariavam na rua e de quem recebiam contrapartidas monetárias

183. As mulheres eram alojadas em espaços exíguos e sem as mínimas condições de habitabilidade e nalguns casos permaneciam fechadas em casa até irem para a rua para se prostituírem, como era o caso de AAAA.

184. Nalguns casos as vítimas foram obrigadas a celebrar casamento com elementos do grupo ou com familiares dos arguidos.

185. A partir do momento em que chegavam a Portugal, as vítimas prostituíam-se todos os dias, em regra desde as 11 horas até às 24 horas, sendo que nalguns casos também o faziam durante a madrugada, junto ao Instituto Superior Técnico, no interior de veículos automóveis.

186. Cada uma das vítimas atendia por dia entre cinco a quinze clientes, aos quais cobravam quantias situadas entre os €20 (vinte euros) e os €25 (vinte e cinco euros).

187. As mesmas dependiam dos arguidos para poderem ir comer, carecendo da autorização dos mesmos, para lhes fornecerem tabaco, para descansar e para adquirir vestuário, ficando reduzidas a uma situação de submissão e de grande vulnerabilidade perante aqueles.

188. As vítimas que eram exploradas pelos demais arguidos, entregavam diariamente €50,00 (cinquenta euros) ao arguido AA e as demais quantias que realizavam na maior parte dos casos revertiam na íntegra para o arguido que as controlava directamente.

189. Nalgumas situações, as vítimas não chegavam sequer a receber qualquer quantia proveniente da sua actividade de prostituição, revertendo a mesma integralmente a favor do arguido que as controlava.

190. Estas mulheres eram permanentemente coagidas, física e psicologicamente, o que as mantinha sobre uma pressão constante, sendo várias vezes ameaçadas na sua integridade física e dignidade pessoal.

191. A actividade sexual era essencialmente concretizada em pensões, designadamente na Pensão "...", sita no n.º ..., ...º Esq., do Poço do Borratém e na Pensão "...", sita na Rua de ... n.º ..., ...º, ambas em Lisboa.

192. Nas pensões eram pagas pelas vítimas a quantia de €5 (cinco euros) por vinte (20) minutos, €10(dez euros) por trinta (30) e €15 (quinze euros) por uma (1) hora, entregando as mesmas tais quantias às pessoas que ali trabalhavam sob as ordens dos donos das pensões ou aos gerentes das mesmas sempre que utilizavam um dos quartos para a prática de actos sexuais com os clientes que angariavam.

193. O tempo de permanência das vítimas com os clientes nas pensões era controlado pelos arguidos.

194. As vítimas por indicação dos arguidos também se prostituíam junto ao Instituto Superior Técnico e no Parque Eduardo VII, sendo que aí os actos sexuais em regra tinham lugar no interior de veículos automóveis.

195. Os arguidos retinham os passaportes e os bilhetes de identidade das vítimas e impediam-nas de qualquer contacto social exterior aos elementos do grupo, como forma de conseguirem a sua colaboração e evitarem a sua fuga.

196. No âmbito do acordo que os arguidos celebraram entre si para a exploração sexual de mulheres, os mesmos combinaram quais é que seriam as mulheres directamente controladas por cada um, embora sempre sobre a orientação e direcção do arguido AA.

197. Assim o arguido AA coadjuvado pela arguida DD com quem vivia em união de facto, controlou e explorou directamente a actividade de prostituição levada a cabo, pelo menos por JJJ, ZZZ, SSS e III.

198. Além de controlar a actividade das mulheres que directamente dependiam de si, fazia-o também quanto àquelas que estavam sob a alçada dos demais arguidos.

199. O arguido AA residia na Calçada de Santo... n.º ..., r/c, em Lisboa, onde também residiam os arguidos DD e QQ, e as vítimas III “C...”, ZZZ “GGG”, JJJ “LLL” também conhecida por “M...” e SSS “L...”.

200. O mesmo não exercia nenhuma actividade laboral, circulando diariamente entre a sua residência e as zonas próximas dos locais onde as vítimas se prostituíam para as controlar, sem que no entanto se permitisse ser avistado, controlando-as à distância.

201. Encontrava-se regularmente com os demais arguidos, nas imediações dos locais onde as vítimas angariavam clientes na via pública, designadamente em cafés.

202. O mesmo contactava ainda com outros cidadãos romenos que se encontravam em Portugal ou na sua terra natal, a fim de tratarem de questões relacionadas com a exploração da actividade sexual de mulheres no território nacional.

203. Durante o dia e a noite o arguido AA controlava as vítimas através do telemóvel com o cartão n.º ... que foi objecto de interceptação e que constituiu o alvo ...M.

204. Só no decurso de cerca de dois meses de interceptação manteve conversações diárias com GG (413 chamadas), DD (694 chamadas), AA (25 chamadas), QQ aliás “M... F...” (89 chamadas), KK (66 chamadas), ZZZ aliás “GGG” (1254 chamadas), III aliás “C...” (411 chamadas), JJJ aliás “LLL” (344 chamadas) e SSS aliás “L...” (389 chamadas).

205. O arguido AA exercia um forte controlo sobre as mulheres, o que fazia designadamente, através dos inúmeros contactos telefónicos que estabelecia diariamente com as mesmas ou com os restantes arguidos (cfr. sessões 17, 26, 61, 98, 176, 324, 390, 470, 488, 527, 548, 564, 565, 666, 730, 770, 836, 1012, 1019, 1024, 1139, 1363, 1369, 1440, 1479, 1591, 1611, 1663, 1667, 1702, 1748, 1751, 1776, 1779, 2160, 2372, 2550, 2610, 3118,...00, 3718, 4244, 4638, 4702, 4805, 4824, 4980, 5285, do Alvo ...M.

206. No dia 19 de Outubro de 2007, o arguido AA telefonou através do telemóvel utilizado pela arguida DD para JJJ “LLL”, questionando-a sobre o que estava a fazer. No decurso da conversa, JJJ disse-lhe que já tinha conseguido quantia superior a €100 (cem euros).

207. Nessa ocasião o arguido AA perguntou a JJJ se a “EEE” do NN, também queria trabalhar, ao que a mesma respondeu que ela ficava parada num local e que lhe tinha dito para circular pela rua.

208. No decurso dessa conversa o arguido AA pediu a JJJ que chamasse a “EEE” para falar com ela, o que aquela fez passando-lhe o telefone.

209. Então, o arguido AA disse à “EEE” que o NN se tinha entendido com ela em casa e que aquele tinha dívidas para com ele e, que tinha que as pagar com o trabalho dela. Disse-lhe ainda que a mesma não devia falar com outras raparigas que não eram do grupo, conforme havia feito.

210. O arguido AA disse ainda à “EEE” para se esforçar para conseguir clientes, a fim de obter as quantias necessárias para lhe pagar a dívida que o NN tinha para consigo.

211. No dia 23 de Outubro de 2007, pelas 15h38m, o arguido AA contactou telefonicamente ZZZ “GGG”, questionando-a sobre o local para onde a mesma se dirigia e deu-lhe instruções para que ficasse em pé juntamente com as outras mulheres que ali se encontravam, designadamente a SSS, a fim de que os possíveis clientes que passassem de carro as avistassem. Determinou-lhe que circulassem de modo a serem vistas pelos eventuais clientes e para mostrarem as partes íntimas do corpo (cfr. sessão 470 do Alvo 34357M).

212. Na mesma data, pelas 21h44m, o arguido AA contactou telefonicamente ZZZ, tendo-lhe perguntado se já tinha chegado. Em seguida, disse-lhe que fizesse por ficar alegre e que estivesse mais calma, mas para ter cuidado com o que fazia. Após isto, disse-lhe ainda, que passaria pelo local onde a mesma se encontrava e que se ela estivesse de cabeça em baixo que a mataria. ZZZ disse-lhe que por isso é que a arguida DD lhe tinha dito que ele lhe bateria se não fizesse dinheiro nessa noite (cfr. sessão 548 do Alvo 34357M).

213. No dia 25 de Outubro de 2007, o arguido AA falou ao telefone com ZZZ “GGG” – que se encontrava acompanhada por SSS – tendo-a questionado sobre o que tinha feito, ao que aquela lhe disse que tinha acabado de sair de casa e que os cigarros não lhe chegavam, ao que o arguido disse “vê lá que eu ponho a mão naquela moca e mato-vos, diabos me levem com os vossos cigarros” e que no percurso se iriam encontrar com a arguida DD a quem não deveriam pedir dinheiro para cigarros, reiterando que se o fizessem as matava (cfr. sessão 770, do Alvo 34357M).

214. No dia 25 de Outubro de 2007, o arguido AA questionou telefonicamente o arguido KK sobre a CCC, tendo-lhe perguntando se a mesma fugira, ao que aquele

respondeu que a CCC tinha o telefone desligado, na sequência do que, o arguido AA perguntou ao arguido KK se tinha batido à CCC.

215. No decurso da conversa, o arguido KK disse que a devia ter morto em casa (cfr. sessão 785 do Alvo 34357M).

216. No dia 26 de Outubro de 2007, pelas cinco horas da madrugada e mediante contacto telefónico com a vítima “GGG” (ZZZ) o arguido AA inteirou-se sobre o modo como estava a decorrer a noite e se tinham conseguido cliente e perguntou-lhe se as raparigas da “N...” (GG) ainda ali se encontravam (cfr. sessão 836 do Alvo 34357M).

217. No dia 27 de Outubro de 2007, o arguido AA deslocou-se para Benfica onde julgava que se encontrava a CCC, tendo permanecido no exterior de uma pensão à espera da mesma (cfr. sessão 1083, do Alvo 34357M).

218. Ainda na mesma data o arguido AA telefonou à arguida GG a fim de que a mesma fosse à pensão onde estaria a CCC para que esta última falasse com a mesma, fazendo-se passar por mãe ou sogra.

219. No dia 28 de Outubro de 2007, o arguido KK informou o arguido AA que tinha encontrado a CCC. No decurso da conversa o arguido AA disse ao arguido KK que falasse com ela “bonitinho” e que depois iriam ver o que deveria ser feito (cfr. sessão 1176, do Alvo 34357M).

220. Na mesma data, já ao final da tarde, o arguido AA voltou a falar com o arguido KK sobre a CCC, ficando a saber que aquele último já a tinha localizado e falado ao telefone com a mesma e que a tinha ameaçado dizendo que a matava.

221. No decurso dessa conversa, o arguido AA informou o arguido KK que se encontrava nesse momento com a CCC e que estava a falar com ela, e que aquela estava a tremer por ter receio que o KK a matasse.

222. A dado momento, o arguido AA passou o telefone à CCC, que conversou com KK, dizendo-lhe que tinha medo dele, porque este último lhe tinha dito que lhe cortava a garganta, ao que o mesmo lhe disse que se a encontrasse na rua que a mataria sozinho (cfr. sessão 1243 do Alvo 34357M).

223. No dia 29 de Outubro de 2007, no decurso de uma conversa telefónica, o arguido AA disse ao arguido KK para não bater na CCC e que se tivesse que o fazer que o fizesse em casa, ou que a levasse para a Roménia e que a matasse como aos cães,

dizendo que a mesma não era boa pessoa e que a ele não lhe convinha (cfr. sessão 1289 do Alvo 34357M).

224. No decurso dessa conversa, o arguido AA disse ao arguido KK que a CCC devia ser morta, mas não naquele momento, nem em Portugal e que a levasse quando quisesse e que dela fizesse o que entendesse.

225. No dia 30 de Outubro de 2007, o arguido estabeleceu conversação telefónica com III, a quem perguntou pelo seu estado de saúde e terminou dizendo-lhe para que ficasse boa rapidamente pois necessitava dela para obter dinheiro para construir mais uma vivenda (cfr. sessão 1479, do Alvo 34357M).

226. No dia 2 de Novembro de 2007, o arguido AA estabeleceu conversação telefónica com III, questionando-a sobre o local onde a mesma se encontrava, após o que disse que a mesma estava a mentir porque não a estava a ver. No decurso da conversa, disse-lhe para ela fazer dinheiro e que quando a encontrasse iria dar-lhe de novo com a moca, ao que a mesma respondeu que só se lembrava dela. Então, o arguido AA disse-lhe que quem tinha fugido tinha sido ela e perguntou-lhe várias vezes se o voltava a fazer, ao que a mesma respondeu negativamente (cfr. sessão 1751 do Alvo 34357M).

227. No dia 15 de Novembro de 2007, o arguido AA conversou com III, perguntando-lhe como é que estavam a correr as coisas na rua, e se tinham trabalho, ao que a mesma respondeu que estavam sem clientes, perante o que, o arguido lhe disse que se o negócio estava a correr mal tinha que ir para cima, para junto do Instituto Superior Técnico, com o que a mesma não concordou. O arguido replicou-lhe que não brincasse com ele, tendo a III dito que lá em cima fazia frio, ao que o mesmo respondeu que se não fosse para cima tinha que fazer dinheiro ali. O mesmo disse-lhe que nesse dia tinha de fazer pelo menos €300,00 (trezentos euros) e reiterou que se não o fizesse lhe bateria e que lhe cortava a cara (cfr. sessão 3108 do Alvo 34357M).

228. No dia 27 de Novembro de 2007, o arguido AA telefonou à JJJ “LLL”, tendo-a questionado sobre o que estava a fazer, após o que lhe perguntou sobre as raparigas do M... (NN) e se as mesmas se mexiam bem, tendo a mesma respondido que a TTT já tinha feito um cliente. No decurso da conversa o arguido AA disse-lhe para levar com ela uma das raparigas novas para a apresentar à CCCC da pensão, tendo-lhe dito que agora “é criança deles” (cfr. sessão 4638 do Alvo 34357M).

229. No dia 27 de Novembro de 2007, o arguido AA telefonou à arguida GG tendo-lhe falado sobre uma das mulheres que veio com o arguido “M...” (NN) e que não queria ficar com ele mas com o NN. No decurso da conversa o arguido AA disse à GG que a rapariga não sabia que vinha para ele e que acordaram os termos segundo os quais os pagamentos lhe seriam efectuados (cfr. sessão 4649 do Alvo 34357M).

230. No dia 27 de Novembro de 2007, AA falou ao telefone com JJJ “LLL” ou “M...” a quem comunicou que as novas raparigas que vieram com o arguido NN, tinham acabado de chegar à rua, e que no dia seguinte cada uma tinha de lhes entregar €50 (cinquenta euros), perfazendo o total de €150,00 (cento e cinquenta euros) (cfr. sessão 4702 do Alvo 34357M).

231. No dia 28 de Novembro de 2007, pelas 23h41, o arguido AA telefonou para III, questionando-a sobre a forma como estava a correr o trabalho na rua e como se estavam a “mexer” as outras raparigas, obtendo como resposta que já tinham estado com alguns clientes. No decurso da conversa, o arguido AA disse-lhe que tinha que trazer o dinheiro delas e que por isso tinha que esperar. Na mesma ocasião, III queixa-se que não podia mais das costas e que lhe doía a mão e disse que lhe doía porque o arguido AA lhe tinha batido “forte nos ossos” (cfr. sessão 4824 do Alvo 34357M).

232. No dia 29 de Novembro de 2007, III telefonou ao arguido AA tendo-lhe dito que uma das raparigas fez €30 (trinta euros) e que lhos iria entregar a ela para lhe dar a ele e que, no dia seguinte, lhe daria os restantes €70 (setenta euros). No decurso da conversa, o arguido AA perguntou-lhe se a outra mulher a quem se refere por “F...” lhe deu o dinheiro, obtendo resposta positiva (cfr. sessão 4980 do Alvo 34357M).

233. No dia 1 de Dezembro de 2007, o arguido AA contactou com a arguida JJ tendo-lhe perguntando por BBB, a fim de o informar que a BBBB queria ir para casa, para que aquele a fosse buscar (cfr. sessão 5269 do Alvo 34357M).

234. No dia 2 de Dezembro de 2007, III contactou com o arguido AA informando-o que tinha vindo “a carrinha dos estrangeiros” e que tiveram que fugir. No decurso da conversa, informou-o que não sabia das raparigas da arguida JJ.

235. Nessa ocasião, disse ao arguido AA que estava com a rapariga do QQ e com outra do NN (cfr. sessão 5399 do Alvo 34357M).

236. Nessa mesma data, algum tempo depois, o arguido AA voltou a falar pelo telefone com III, perguntando-lhe qual era situação das mesmas, sendo informado

que iam para casa. O arguido perguntou-lhe se tinha recebido o dinheiro das raparigas ao que a mesma respondeu afirmativamente (cfr. sessão 5400 do Alvo 34357M).

237. No dia 4 de Dezembro de 2007, o arguido AA foi contactado telefonicamente por BBB que lhe pediu para conseguir que a sua rapariga pudesse aceder à pensão, ao que o arguido lhe disse que teria que ser a DD tratar do assunto mas que lhe tinha batido e que ela não estava em condições para o poder levar a efeito (cfr. sessão 5575 do Alvo 34357M).

238. Nessa mesma data o arguido AA falou com a arguida GG tendo-lhe dito para contactar com alguém da pensão a fim de resolver aquele problema (cfr. sessão 5579 do Alvo 34357M).

239. No dia 4 de Dezembro de 2007, a arguida GG informou o arguido AA que foi à pensão resolver a situação, e que conseguiu mas que o BBB teria que ser avisado para falar com a rapariga dele, porque tinha havido reclamações (cfr. sessão 5583 do Alvo 34357M).

240. O arguido AA deslocava-se também aos locais onde as vítimas se prostituíam, para controlar os seus movimentos e número de clientes atendidos por cada uma.

241. O arguido AA só permitia que as mulheres que se prostituíam, ao serviço do grupo, contactassem a família na presença de um dos arguidos de nacionalidade romena.

242. O arguido AA e a arguida DD, desde o início da actividade de exploração sexual das vítimas, efectuaram diversas transferências monetárias para a Roménia, através das já mencionadas Agências de Câmbio.

243. O arguido AA com as quantias que obteve em resultado da exploração sexual das vítimas adquiriu diversos bens na Roménia, designadamente uma moradia.

244. A arguida DD, companheira do arguido AA, era sua a mulher de confiança, sendo o seu “braço direito”, seguindo as orientações que este último lhe transmitia para o controle das vítimas, e substituía-o na sua ausência.

245. Esta arguida providenciou pela colocação em local seguro das quantias em dinheiro que o grupo auferira em resultado da exploração da actividade sexual das diversas mulheres, quando suspeitaram de uma possível intervenção policial na residência onde habitavam (cfr. sessão 1323 do Alvo 34357M).

246. A arguida DD residia na Calçada de Santo... n.º ... r/c, em Lisboa e não exercia qualquer actividade laboral, circulando diariamente entre a sua residência e as zonas onde as diversas mulheres se prostituíam, fazendo-se por vezes acompanhar das arguidas JJ e GG.

247. A arguida DD deixou de se prostituir pelo menos desde data não apurada do ano de 2003.

248. A mesma não se encontrava colectada e nunca apresentou qualquer declaração de rendimentos, quer em Portugal quer na Roménia.

249. Utilizava o telemóvel com o cartão n.º ..., cujas conversações foram interceptadas sob o código de alvo 34356M.

250. Só no decurso de cerca de 2 meses, manteve conversações diárias com GG (309 chamadas), AA (694 chamadas), JJ (53 chamadas), ZZZ (462 chamadas), III (221 chamadas), JJJ (882 chamadas) e SSS /424 chamadas).

251. A arguida DD controlava telefónica e presencialmente as mulheres que se prostituíam ao serviço do grupo.

252. Tal controlo era efectuado para além do mais pelas constantes chamadas que efectuava para as diversas vítimas, a fim de se manter a par do que estavam a fazer, dos locais onde se encontravam, quantos clientes já tinham conseguido e quais as quantias obtidas.

253. Também efectuava telefonemas para as vítimas, visando apurar se tinham comido, se necessitavam de tabaco e de roupa, questionando-as ainda sobre o modo como interagiam ou deviam interagir com os clientes.

254. Durante o dia e a noite, a arguida DD controlava telefonicamente as mulheres que estavam directamente sob a sua direcção e do arguido AA, através do telemóvel com o cartão n.º ... ou mesmo através do telemóvel com o cartão n.º ..., utilizado pelo arguido AA (cfr. sessões 17, 228, 261, 324, 326, 586, 1274 do Alvo 34357M).

255. Por sua vez, através do telefone com o cartão ..., cujas conversações foram objecto de interceptação sob o código 34356M, estabeleceu vários contactos com as vítimas ou foi por elas contactada, questionando-as sobre as quantias já obtidas através da prática dos actos sexuais, sobre o número de clientes com os quais mantiveram aquela actividade, bem como sobre os locais onde se encontravam (cfr. sessões do Alvo 34356M).

256. No dia 17 de Outubro de 2007, conversou com ZZZ “GGG”, pelas 22h43, questionando-a sobre o que estava a fazer, obtendo como resposta que se encontrava com uma das outras raparigas e que tinham ido para o parque de estacionamento, tendo cada uma delas tido um cliente, mas que estava com dores de barriga, ao que a arguida DD lhe disse para se esforçar. No decurso da conversa a arguida deu-lhe indicações sobre o local onde se deveriam posicionar para serem vistas pelos potenciais clientes (cfr. sessão 20 do Alvo 34356M).

257. No dia 18 de Outubro de 2007, pelas 18h10m, JJJ “LLL”, falou com esta arguida ao telefone, comunicando-lhe que ia comer, tendo-lhe a arguida dado conta que a SSS e a ZZZ tinham ido para a rua naquele momento. A arguida DD, disse-lhe como é que deviam circular na rua de modo a obterem clientes, dizendo-lhe que uma das outras raparigas teria realizado cerca de trezentos euros (cfr. sessão 69 do Alvo 34356M).

258. No dia 18 de Outubro de 2007, a arguida DD telefonou a JJJ “LLL”, perguntando-lhe o que estava ela e as raparigas a fazer, tendo-se insurgido quanto ao facto de as raparigas permaneceram no mesmo local e de não angariarem clientes. Disse ainda à JJJ na que a mesma não lhe contava o que se passava e que desse modo ficava “na mão dela”. Em seguida, a arguida disse que iria para a rua para ver o que se estava a passar e que se a mesma lhe tivesse escondido alguma coisa não se livraria de uma tarefa (cfr. sessão 75 do Alvo 34356M).

259. No dia 19 de Outubro de 2007, pelas 16h56m, a arguida DD telefonou a JJJ “LLL”, tendo-a questionado sobre o facto de ter sido vista a falar com uma outra rapariga que se prostituía no local e que não se encontrava sob a alçada do grupo dos arguidos, após o que lhe disse que se lhe estivesse a mentir a desgraçaria (cfr. sessão 153 do Alvo 34356M).

260. Na mesma data pelas 17h11m, JJJ, telefonou à arguida DD, dizendo-lhe que o arguido AA a estava a chamar. Falaram sobre o facto de alguém ter dito que a tinham visto a falar com outra mulher de outro grupo e que o arguido AA a queria questionar sobre esse facto. A arguida DD disse-lhe para contar tudo, porque se não o fizesse o arguido AA iria considerá-la mentirosa e dar-lhe-ia uma tarefa (cfr. sessão 155 do Alvo 34356M).

261. Na mesma data, pelas 17h24, JJJ ligou à arguida DD, tendo voltado a falar sobre o sucedido e no decurso da conversa participou também uma mulher de nome RRR que reiterou o já referido por JJJ (cfr. sessão 158 do Alvo 34356M).

262. Ainda no dia 19 de Outubro de 2007, pelas 17h...m, JJJ voltou a falar ao telefone com a arguida DD, dando-lhe conta que o arguido AA estava zangado consigo e que lhe tinha falado mal, ao que a arguida DD lhe disse para não se assustar, mesmo que ele lhe desse um estalo, que não seria nada. A JJJ começou a chorar e a arguida DD procurou acalmá-la dizendo-lhe para contar toda a verdade ao arguido AA (cfr. sessão 160 do Alvo 34356M).

263. No dia 20 de Outubro de 2007, pelas 3h56m, a arguida DD telefonou a ZZZ, tendo-lhe perguntado porque motivo estava a recusar clientes e quem era a rapariga que estava ao seu lado, ao que a mesma respondeu que não sabia. Então a arguida DD perguntou-lhe porque é que estava a acolhê-la, tanto mais que a mesma estava a conseguir clientes e que ela não. Mais referiu que a estava a observar, determinando-lhe que voltasse para o seu local habitual (cfr. sessão 207 do Alvo 34356M).

264. Na mesma data, a arguida DD contactou via telefone com SSS, questionando-a sobre o local onde se encontrava, dando-lhe indicações quanto ao local onde ela e ZZZ se deviam colocar, tendo dito que esta última não devia voltar a falar com uma mulher que não pertencia ao grupo, pois caso contrário, quando chegasse a casa matá-la-ia (cfr. sessão 214 do Alvo 34356M).

265. No dia 21 de Outubro de 2007, a arguida DD conversou com SSS pelo telefone, tendo-lhe a mesma dito que o arguido AA lhe havia comprado roupa a ela, à ZZZ e à JJJ (cfr. sessão 321 do Alvo 34356M).

266. No dia 23 de Outubro de 2007, a arguida DD telefonou a JJJ, tendo-lhe perguntando o que estava a fazer a rapariga do arguido QQ. A JJJ respondeu-lhe que teve que a obrigar a ir com um cliente. A arguida DD disse à JJJ para pressionar a HHH para ela arranjar clientes e conseguir dinheiro. A seguir a arguida DD perguntou à JJJ quantos clientes já tinha feito, obtendo como resposta que tinha conseguido dois, mas que tinha gasto o dinheiro nos carregamentos dos telefones. Nessa ocasião a arguida DD disse-lhe para tomar cuidado com a forma como ia continuar a fazer dinheiro, pois que a mataria (cfr. sessão 417 do Alvo 34356M).

267. No dia 23 de Outubro de 2007, a arguida DD ligou a ZZZ “GGG”, questionando-a sobre o local onde estava e se sabia onde se encontrava.

268. No decurso da conversa interveio o arguido AA, para que a ZZZ lhe explicasse onde estava, dado que a mesma seguia num carro, desconhecendo o local por onde

circulava. Nessa ocasião, chamou-lhe doida e disse-lhe que já tinha saído há três horas e questionou-a sobre o motivo pelo qual o indivíduo que a acompanhava não lhe dizia onde se encontravam. O arguido AA disse à ZZZ para dizer ao indivíduo para a deixar nos Restauradores. Nessa ocasião, o arguido AA perguntou à ZZZ porque motivo estava com medo de falar com ele, ao que a mesma respondeu que tinha receio que o arguido lhe batesse. O arguido AA determinou que a mesma saísse do carro em que seguia, assim que pudesse, designadamente junto a um semáforo (cfr. sessão 440 do Alvo 34356M).

269. No dia 24 de Outubro de 2007, a arguida DD telefonou a ZZZ “GGG”, dizendo-lhe que ela e a SSS não se estavam a comportar devidamente e que não lhes voltaria a telefonar porque logo que chegaram à rua, se sentaram numa pedra e não fizeram dinheiro, razão pela qual não se interessava mais por elas. Disse-lhe ainda que ambas tinham vontade de ficar com “galos” e que iam levar tarefa porque não queriam trabalhar à noite e de dia não conseguiam clientes (cfr. sessão 539 do Alvo 34356M).

270. No dia 25 de Outubro de 2007, a arguida DD telefonou a SSS, tendo-lhe perguntado se ainda tinham tabaco, obtendo resposta afirmativa. No decurso da conversa, a arguida disse a SSS que tinha que informar o arguido AA que tinham dado tabaco à “C...” (III), pois caso contrário levariam tarefa ela e a ZZZ. A arguida DD deu-lhe instruções sobre o modo como deveria contar ao arguido AA o sucedido a fim de não levar uma tarefa (cfr. sessão 625, do Alvo 34356M).

271. No dia 27 de Novembro de 2007, a arguida DD telefonou a JJJ, questionando-a sobre o local onde estava e bem assim as demais mulheres. De seguida mandou-a afastar-se com a RRR e passar o telefone a esta última. Então a arguida DD questionou a RRR sobre a conversa que tinha tido com a HHH e disse-lhe para não se meter com ela. No decurso da conversa, referiu que a RRR tinha visto a HHH com os olhos roxos e que lhe tinha mostrado a polícia e lhe tinha dito para denunciar o QQ. Nessa ocasião a RRR respondeu porque é que a metiam a ela naquela situação e que o KK já lhe tinha batido uma vez, que a tinha matado de tarefa (cfr. sessão 2672 do Alvo 34356M).

272. A arguida DD também controlava presencialmente as vítimas, deslocando-se diariamente para as zonas onde as mesmas levavam a cabo a actividade sexual, exercendo pressão sobre elas para que angariassem mais clientes e para não pararem com essa actividade e além do mais pressionava-as para fazerem o que o grupo pretendia, ameaçando-as com agressões físicas.

273. No dia 29 de Novembro de 2007, a arguida DD em conversa telefónica com o arguido AA, disse-lhe para o mesmo tirar da sua casa o arguido QQ e HHH, porque se ouvem na rua as zaragatas entre eles e que os mesmos só causam problemas (cfr. sessão 2754 do Alvo 34356M e sessão 4861 do Alvo 34357M).

274. Na mesma data arguida DD estabeleceu conversação telefónica com a arguida GG a quem disse que teve que sair de casa porque o arguido QQ estava bater na HHH e que as pessoas na rua ouviam e que por isso os queria fora da sua casa, pois não queria problemas (cfr. sessão 2755, do Alvo 34356M).

275. A arguida JJ era responsável pela apertada supervisão de pelo menos duas mulheres romenas a AAAA conhecida por “L...” e a UUU, conhecida por “M...”, as quais a arguida controlava e posicionava na rua e junto das quais recolhia as quantias auferidas pelas mesmas, sempre sob a supervisão do arguido AA, de quem seguia instruções.

276. A arguida JJ não desenvolvia qualquer actividade laboral, não se encontra colectada e nunca apresentou qualquer declaração de rendimentos quer em Portugal quer na Roménia.

277. A mesma deslocava-se com frequência à Roménia e nalguns casos transportava quantias em dinheiro enviadas pelo arguido AA.

278. A arguida JJ ocupava na hierarquia do grupo um papel semelhante ao da arguida DD, embora menos próxima do arguido AA de quem é irmã.

279. A mesma deslocava-se ao... regularmente, aí contactando com as mulheres que ali se prostituíam ao serviço dos arguidos e também recolhia as quantias obtidas pelas mesmas, provenientes dos actos de prostituição que aquelas levavam a cabo.

280. Estabelecia contacto com os demais arguidos, designadamente com as arguidas, a fim de informar e ser informada sobre o modo como decorria o serviço das mulheres que se estavam a prostituir, sendo-lhe também comunicado que devia advertir e ensinar as suas raparigas a comportarem-se (cfr. sessões 312, 483 e 786 do Alvo 34356M).

281. No dia 26 de Novembro de 2007, a arguida DD telefonou à arguida JJ, perguntando-lhe onde é que a mesma estava, tendo aquela respondido que tinha ido comprar uma mala. Nessa ocasião a arguida DD disse à arguida JJ que o arguido AA queria falar com ela, tendo-lhe passado o telefone. O arguido AA disse à arguida JJ que tinha uma mala com cerca de 7 kg para a mesma levar para a Roménia e que lhe

iria entregar dinheiro, aproximadamente de €5.000 (cinco mil euros) para a mesma levar para a Roménia (cfr. sessão 2534 do Alvo 34356M).

282. No dia 27 de Novembro de 2007, o arguido AA ligou para a DDDD, a quem comunicou ter enviado, pela JJ umas coisas, designadamente €5.000 (cinco mil euros) que aquela tinha que lhe entregar e que na roupa que enviou seguia mais dinheiro cuja existência JJ desconhecia (cfr. sessão 4536 do Alvo 34357M).

283. A viagem de regresso da arguida JJ a Portugal foi paga pelo arguido AA (cfr. sessão 4692, do Alvo 34357M).

284. A arguida GG explorava a actividade de prostituição de PPP, conhecida por “P...”, QQQ, VVV, conhecida por “D...” que consigo residiam, sendo esta arguida que as posicionava no terreno, que as controlava de forma mais directa e que recebia das mesmas as quantias monetárias que auferiam em resultado da actividade de prostituição, actuando desde 2007 sob a direcção e segundo as instruções do arguido AA.

285. Esta arguida também supervisionava as vítimas exploradas directamente pelo arguido AA.

286. A mesma deslocava-se às pensões onde habitualmente era levada a cabo a actividade de prostituição das vítimas, sendo ela quem as apresentava aos donos das pensões onde passavam a exercer a prostituição quando chegavam a Portugal.

287. A arguida GG permanecia nas imediações dos locais onde as vítimas se encontravam, vigiando-as e controlando-as pessoal e telefonicamente.

288. Esta arguida encontrava-se registada na Direcção-Geral de Impostos, mas nunca apresentou qualquer declaração de rendimentos.

289. Efectuou vários contactos telefónicos utilizando o telemóvel com o cartão n.º ..., cujas conversações foram interceptadas sob o código de alvo 1P312M.

290. A arguida GG, manteve conversações diárias, e regulares com: DD (309 chamadas), AA AA (413 chamadas), e durante os cinco (5) dias em que o telefone da mesma foi objecto de interceptação, estabeleceu contactos com: PPP aliás “P...” (18 chamadas), JJ (4 chamadas), QQQ (50 chamadas) e VVV aliás “D...” (88 chamadas).

291. No dia 11 de Novembro de 2007, a arguida GG telefonou à arguida DD para lhe dizer que telefonasse às raparigas, avisando que as suas raparigas tinham sido levadas pela polícia (cfr. sessão 1724, do Alvo 34356M).

292. No dia 18 de Novembro de 2007, o arguido AA telefonou à arguida GG e perguntou-lhe se as raparigas dela já tinham chegado a casa, tendo-o aquela informado que tinha começado a regressar a partir da uma hora, ao que aquele perguntou porque motivo vieram tão cedo (cfr. sessão 2072, do Alvo 34356M).

293. No dia 24 de Novembro de 2007, o arguido AA e a arguida GG discutiram ao telefone, tendo aquele dito que VVV não tinha lugar junto ao Instituto Superior Técnico, razão pela qual aquela não devia ir para lá (cfr. sessão 2451, do Alvo 34356M).

294. No dia 25 de Novembro de 2007, a arguida GG via telefone falou com o arguido AA dando-lhe conta dos locais onde tinha colocado as raparigas que estavam ao seu serviço (cfr. sessão 2455, do Alvo 34356M).

295. No dia 27 de Novembro de 2007 a arguida GG falou com o arguido AA dando-lhe conta da situação das raparigas e das quantias realizadas pelas mesmas em resultado da actividade de prostituição (cfr. sessão 4595 do Alvo 34357M).

296. A arguida nalgumas situações foi falar com os proprietários das pensões, para resolver problemas relacionados com as mulheres que trabalhavam para os arguidos na actividade da prostituição e que foram impedidas de ali entrar, visando alterar a situação.

297. No dia 30 de Novembro de 2007, a arguida telefonou a VVV “D...”, tendo-a questionado sobre quais as raparigas que ali se encontravam, obtendo como resposta que ali se encontravam a “GGG”, a SSS, a BBBB e a RRR. Nessa ocasião a VVV deu-lhe conta do número de clientes com quem já tinham tido relações sexuais (cfr. sessão 39 do Alvo 1P312M).

298. No dia 1 de Dezembro de 2007 a arguida JJ telefonou à arguida GG, tendo falado sobre o seu regresso da Roménia. No decurso da conversa a arguida GG perguntou se as raparigas da JJ já tinham regressado a casa e referiu que estava à espera do regresso de uma das suas que só viria lá para as 5 horas (cfr. sessão 49 do Alvo 1P312M).

299. No dia 2 de Novembro de 2007, a arguida falou com QQQ, que lhe pediu para irem comer aos paquistaneses o que a mesma recusou, tendo posteriormente, e mediante insistência daquela acedido ao pedido (cfr. sessão 205 do Alvo 1P312M).

300. Na mesma data a arguida telefonou a PPP tendo-lhe perguntado onde estavam todas as raparigas e se tinham clientes e quais as quantias obtidas pelas mesmas (cfr. sessão 230 do Alvo 1P312M).

301. Ainda na mesma data a arguida telefonou a QQQ e a VVV a fim de saber como é que estava a correr o negócio, se tinham clientes, onde se encontravam e quais as quantias que já tinham recebido (cfr. sessões 265 e 271, do Alvo 1P312M).

302. No dia 3 de Novembro de 2007, a arguida GG telefonou a QQQ, a fim de saber se tinha clientes e quanto dinheiro tinha realizado, bem como para, saber onde é que estava a VVV e quanto é que a mesma tinha feito por ter estado 40 minutos com um cliente. Na ocasião deu indicações à QQQ para conduzir a VVV a um Táxi para se deslocar a um outro local a fim de esta última aí se prostituir (cfr. sessão 282, do Alvo 1p312M).

303. De igual modo na mesma data pelas 2h05m, a arguida GG contactou VVV, tendo-lhe esta dado conta do local onde estava, com quem e quais montantes que havia realizado em resultado da actividade de prostituição (cfr. sessão 287 do Alvo 1P312M).

304. Na mesma data a arguida GG telefonou para a Roménia tendo falado com uma pessoa de nome EEEE e no decurso da conversa foi aventada a possibilidade de lhe arranjam duas outras mulheres para virem para Portugal para se prostituírem. Nessa ocasião a arguida GG perguntou se não teriam problemas com os pais das raparigas, tendo-lhe sido respondido que não haveria problema porque as mesmas eram “necessitadas”(cfr. sessão...5 do Alvo 1P312M).

305. Ainda na mesma data o arguido AA telefonou à arguida GG determinando-lhe que a mesma saísse de casa e que fosse ter com ele (cfr. sessão 348 do Alvo 1P312M).

306. A arguida GG inteirava-se constantemente dos valores que as mulheres que directamente controlavam tinham obtido em resultado da actividade de prostituição (cfr. sessões 230, 271, 280 e 287 todas do Alvo 1P312M).

307. Os arguidos KK, QQ, NN constituíam o núcleo repressivo da organização, seguindo as indicações do arguido AA.

308. A principal função destes arguidos consistia em disciplinar as vítimas, punindo-as fisicamente quando as mesmas não correspondiam às expectativas do grupo, ou quando não obedeciam às ordens dos seus membros, como forma de as intimidarem e coagirem a actuar conforme as indicações que lhes fossem transmitidas.

309. O arguido KK era também o responsável pela exploração sexual de CCC (cfr. sessões 1086, 1243, 1244 e 1289 do Alvo 34357M).

310. O mesmo não desenvolvia qualquer actividade laboral, não se encontrava colectado e nunca apresentou qualquer declaração de rendimentos, quer em Portugal, quer na Roménia e deambulava pela cidade, mais concretamente pelas imediações dos locais onde se encontravam as mulheres a desenvolver a actividade de prostituição controlando-as e dando conta do que se passava ao arguido AA (cfr. sessões 2134, 2137, 2255, 2319, 2323, 2325 e 2327 do Alvo 34357M).

311. O arguido QQ controlava a actividade de uma mulher de nome FFFF conhecida por “HHH”, agredindo-a diariamente pelo facto de a mesma não angariar clientes suficientes, e exercendo sobre aquela um controlo cerrado e atemorizante, relatando posteriormente ao arguido AA tudo o que fazia a esta mulher (cfr. sessões 286, 714, 1363, 2255, 3871, 4531 e 4861 do Alvo 34357M).

312. No dia 21 de Novembro de 2007, o arguido QQ em conversa telefónica com o arguido AA disse-lhe que bateu na HHH depois de a mesma chegar a casa, porque aquela não realizou o dinheiro necessário na prostituição e referiu que no dia seguinte iria voltar a bater-lhe (cfr sessão 3871 do Alvo 34357M).

313. No dia 26 de Novembro de 2007 o arguido QQ “M... F...”, telefonou para FFFF “HHH” pelas 23h25m a fim de saber onde é que a mesma se encontrava, afirmando que aquela estava no interior do quarto na pensão há mais de três quartos de hora, tendo-a questionado sobre o que tinha estado a fazer, e porque razão não tinha sido vista pelas outras raparigas. No decurso da conversa FFFF informou-o que já tinha subido com dois clientes (cfr. sessão 4531 do Alvo 34357M).

314. O mesmo não tinha qualquer actividade profissional, não se encontrava colectado e nunca apresentou qualquer declaração de rendimentos em Portugal.

315. O arguido NN, para além de constituir o núcleo repressivo da organização, tinha também como função controlar e explorar a actividade de prostituição de duas mulheres de nome FFF, DDD, sob orientação do arguido AA e quando se ausentava, deixava-as entregues àquele arguido que recolhia as quantias recebidas pelas mesmas em resultado da actividade de prostituição.

316. O mesmo não tinha qualquer actividade profissional, não se encontrava colectado no território nacional e nunca apresentou qualquer declaração de rendimentos.

317. Para além de outras ocasiões, esteve em Portugal em Março de 2007, tendo-se ausentado em data não apurada e regressado em Novembro do mesmo ano.

318. Antes do seu regresso a Portugal, que ocorreu em Novembro de 2007, acordou com o arguido AA trazer mulheres para se prostituírem na rua, em locais a indicar pelo arguido AA. Acordaram ainda que o mesmo pagaria diariamente ao arguido AA por cada uma das mulheres, a quantia de €50,00 (cinquenta euros) (cfr. sessões 2492 do Alvo 34356M e 4529, 4543, 4618, 4621, 4638, 4702 e 4704, do Alvo 34357M).

319. No dia 25 de Novembro de 2007, o arguido NN contactou telefonicamente o arguido AA a fim de que este lhe permitisse trazer para Portugal uma rapariga cigana natural de B..., Roménia, tendo-lhe dito que a mesma teria entre 27 a 28 anos e que era necessitada e que não sabia que vinha para ficar ao serviço do arguido AA.

320. O arguido NN informou o arguido AA que a mulher em questão se prostituía ao serviço do dele num outro local e que dividiam entre eles as quantias auferidas em resultado dessa actividade. O arguido AA disse que não fazia esse esquema.

321. No decurso dessa conversa o arguido AA perguntou ao arguido NN se o cunhado dele também vinha e se trazia uma mulher e como é que pretendiam fazer, ao que aquele respondeu que a rapariga seria colocada na rua e que entregaria diariamente ao arguido AA €50,00 (cinquenta euros).

322. Discutiram os termos da vinda e as quantias a pagar, bem como os locais onde as mesmas ficariam, sendo o arguido NN foi advertido pelo arguido AA quanto aos termos do acordo e ao seu exacto cumprimento e que seria ele a “fazer a cabeça da mulher” que ficaria sob a sua alçada (cfr. sessão 2492 do Alvo 34356M).

323. No dia 26 de Novembro de 2007, NN telefonou a AA, dando-lhe conta do seu regresso ao Território Nacional e que ao todo tinham vindo cinco pessoas (cfr. sessão 4529, do Alvo 34357M).

324. No dia 26 de Novembro de 2007, o arguido NN “M...” telefonou ao arguido AA, tendo-lhe dito que tinha que levar para a residência deste último uma das raparigas, pois não tinha arranjado alojamento para ela (cfr. sessão 4534 do Alvo 34357M).

325. Quando se encontrava em Portugal circulava pelas imediações dos locais onde se encontravam as mulheres que se prostituíam e acompanhava o arguido AA.

326. BBB tinha como função controlar e explorar a actividade de prostituição de BBBB, sob orientação do arguido AA.

327. BBB, deambulava entre Portugal e a Roménia, tendo estado no território nacional, pelo menos entre Março e Abril de 2007.

328. Em Novembro de 2007, BBB regressou a Portugal.

329. Quando se encontrava em território nacional, acompanhava o arguido AA.

330. Da última vez que esteve no território nacional tinha residência na Rua..., n.º..., 3.º em Lisboa.

331. Mesmo não tinha qualquer actividade laboral e não se encontrava colectado, nem apresentou qualquer declaração de rendimentos quer em Portugal quer na Roménia.

332. BBB estabeleceu diversos contactos com o arguido AA, no exercício da sua actividade no seio do grupo.

333. No dia 15 de Novembro de 2007, BBB contactou o arguido AA propondo-lhe a sua vinda para Portugal acompanhado por uma mulher de nacionalidade romena e por um outro indivíduo que também traria outra mulher a fim de aqui se prostituírem (cfr. sessão 3075 do Alvo 34357M).

334. No decurso da conversa, ficou acordado os termos da viagem que seria paga pelo arguido AA, que o advertiu que tinham de cumprir regras.

335. No dia 29 de Novembro de 2007 BBB telefonou ao arguido AA dizendo-lhe que iria ter com ele até Portugal, acompanhado por BBBB e pediu-lhe dinheiro para a viagem (cfr. sessão 4851 do Alvo 34357M).

336. BBB é irmão do arguido AA e o arguido KK é sobrinho deste último.

337. Todos os outros arguidos estavam sujeitos a um apertado controlo por parte do arguido AA, que os contactava com frequência e era por eles contactado, quer para o porem a par da actividade das vítimas, quer para lhe solicitarem autorização para trazerem outras mulheres da Roménia para Portugal (cfr. sessão 752 do Alvo 34357M).

338. No dia 18 de Outubro de 2007 a arguida DD em conversa telefónica mantida com o arguido AA deu-lhe conta da situação das mulheres que se prostituíam na rua e dos locais onde as mesmas se encontravam (sessão 73 do Alvo 34357M).

339. No dia 21 de Outubro de 2007, a arguida DD em conversa telefonicamente com o arguido AA relatou-lhe que houve problemas na rua com as raparigas, porque se meteram com uma das mulheres da JJ e porque chegou uma outra mulher que ela não conhece, tendo pedido ao arguido que resolvesse a situação (cfr. 286 do Alvo 34357M).

340. No dia 26 de Outubro de 2007, o arguido AA foi contactado pela arguida GG, que o informou que o dono da pensão recusou ali receber as suas raparigas, na sequência do que discutiram outras possibilidades e locais para a prática da actividade sexual (cfr. sessão 955 do Alvo 34357M).

341. Por sua vez os demais arguidos, designadamente o arguido QQ, contactavam telefonicamente o arguido AA, quer quando não conseguiam contactar com as mulheres cuja actividade de prostituição exploravam, quer para tratarem de outros assuntos, nomeadamente relatando que estiveram nos locais onde se encontravam as mulheres na rua, ou pedindo-lhe que comprasse peças de roupa para as mesmas (cfr. sessões 364 e 366 do mesmo Alvo).

342. No dia 27 de Outubro de 2007, via telefone, o arguido QQ disse ao arguido AA que estava a observar as raparigas e que uma delas que era da JJ estava com problemas com outros indivíduos do sexo masculino de nacionalidade romena que a estava a importunar (cfr. sessão 995, do Alvo 34357M).

343. No dia 29 de Outubro de 2007, a arguida DD via telefone informou o arguido AA que à porta de casa deles se encontrava uma carrinha cheia de agentes policiais, ao que o mesmo lhe disse para ter cuidado com as “patacas”, referindo-se ao dinheiro e ao local onde o iria guardar.

344. No decurso desse conversa, dialogaram sobre as vítimas, referindo-se que umas iriam para casa e que outras seriam conduzidas a outro local para aí continuarem a desenvolver a actividade de prostituição, tendo dito à arguida DD para dizer à arguida GG para igualmente levar as raparigas directamente controladas pela mesma (cfr. sessão 1323 do Alvo 34357M).

345. No dia 31 de Outubro de 2007, o arguido AA foi informado que enquanto a arguida DD não fosse falar com o dono de uma das pensões, as raparigas não voltariam a ser recebidas nesse local, tendo o mesmo respondido que a arguida DD iria tratar do assunto.

346. No dia 2 de Novembro de 2007, o arguido QQ contactou o arguido AA pedindo-lhe que as raparigas dele puxassem pela sua, para que a mesma conseguisse mais clientes e assim obtivesse maiores ganhos (cfr. sessão 1760 do Alvo 34357M).

347. No dia 8 de Novembro de 2007, o arguido AA efectuou uma chamada para a Roménia, tendo dito que tinha remetido uma determinada quantia em dinheiro e comunicou os códigos referentes aos depósitos (cfr. sessão 2232 do Alvo 34357M).

348. No dia 8 de Novembro de 2007, o arguido QQ estabeleceu conversa telefónica com o arguido AA, no decurso da qual disse que a mulher que controlava não fazia nada e que respondia feio e que ia vai levar para casa para lhe dar mocadas (cfr. sessão 2255 do Alvo 34357M).

349. Em Novembro de 2007, o arguido AA, determinou que fossem efectuadas transferências em dinheiro para a Roménia, no montante de global de €18.000 (dezoito mil euros), sendo cada depósito no valor de €6.000 (seis mil euros).

350. No dia 11 de Novembro de 2007, o arguido AA deu instruções à arguida DD para que entregasse a um indivíduo de nome III que devia ir acompanhado por uma pessoa que soubesse falar bem português, a quantia de €6.000 (seis mil euros), que devia ficar em nome de GGGG, com destino à Roménia.

351. Na mesma data, segundo indicação do arguido AA foram efectuadas outras duas transferências de €6.000 (seis mil euros) cada, para a Roménia através da arguida DD e de III (cfr. sessão 1735 do Alvo 34356M).

352. No dia 11 de Novembro de 2007, o arguido AA contactou com DDDD, tendo-lhe comunicado três códigos relativos a transferências internacionais de dinheiro, de Portugal para a Roménia, bem como dos nomes dos remetentes e das pessoas que tinham sido indicadas como destinatárias das mesmas.

353. Nessa conversa, informou-a dos montantes remetidos e que as quantias não deveriam ser todas levantadas na mesma ocasião (cfr. sessão 2645 do Alvo 34357M).

354. No dia 17 de Novembro de 2007, o arguido AA contactou telefonicamente vários arguidos, determinando o modo como deveriam ser efectuadas as remessas de dinheiro para a Roménia, bem como para apurar, após a concretização dos depósitos como é que os mesmos tinham corrido e os nomes em que tinham sido efectuados (cfr. sessões 2610, 2618 e 2625 do Alvo 34357M).

355. No dia 19 de Novembro de 2007, o arguido AA telefonou para a Roménia e falou com DDDD a quem comunicou os códigos das remessas em dinheiro efectuadas e os nomes em que foram efectuadas (cfr. sessão 3579 do Alvo 34357M).

356. O arguido TT é o único sócio da firma "... &...", proprietária da Pensão "...", sita no n.º..., 3.º, em Lisboa, tendo ao seu serviço HHHH.

357. A partir de data não concretamente apurada, mas pelo menos desde finais do ano 2006 o arguido TT decidiu que não disponibilizaria os quartos da sua pensão para pernoita de clientes, destinando-os, desde então, a uma utilização exclusiva para a prática da actividade de prostituição, nomeadamente pelas vítimas supra referidas.

358. O arguido XX é sócio da firma "... e... Lda.", que é proprietária da Pensão "...", sita na Rua de ... n.º..., em Lisboa, na qual desempenha as funções de gerente.

359. O mesmo era conhecido pelo nome de "A...".

360. A partir de data não concretamente apurada, situada em 2005, o arguido XX decidiu que os quartos da sua pensão não seriam disponibilizados para pernoita de clientes, tendo-os destinado a uma utilização exclusiva para a prática da actividade da prostituição.

361. Os proventos económicos obtidos pelos arguidos na exploração das referidas pensões advieram exclusivamente da prática dos actos de prostituição levados a cabo pelas vítimas e outras mulheres naqueles locais.

362. Para tanto e com o acordo dos demais arguidos, estabeleceram que por cada vinte minutos de permanência no quarto, cada vítima tinha que pagar €5 (cinco euros), sendo que por uma permanência superior a quantia variava entre os €10 (dez euros) e os €15 (quinze euros).

363. Tais quantias eram pagas após a prática dos actos sexuais pelas vítimas supra referidas e por outras mulheres que se prostituíam, cuja identidade não se logrou apurar.

364. No dia 4 de Dezembro de 2007, na sequência da detenção dos arguidos de nacionalidade romena, foram efectuadas buscas às Pensões "... e "..., com excepção dos quartos, e também às residências de alguns dos arguidos, tendo sido efectuadas apreensões de objectos e diversas quantias em dinheiro.

365. Ao arguido AA foi apreendido a uma agenda telefónica, na qual se encontram manuscritos variados nomes e respectivos números de telefone, designadamente os

referentes a “LLL” “KK”, “CCC”, “JJ”, “M...”, “GGG”, “III”, “N...”, “III”, “JJJ” e “KKKK”.

366. À arguida DD, para além do mais foi apreendido um talão de envio de €100,00 (cem euros) tendo como remetente QQ.

367. Na busca domiciliária efectuada à residência de AA, DD e QQ, sita na Calçada de Santo..., n.º ..., r/c em Lisboa, foram apreendidos diversos objectos e quantias monetárias que constam do auto de busca e apreensão de fls. 510 a 514 e que se encontram acondicionados nos Apensos B2 a B11, com excepção das quantias em dinheiro e dos objectos em ouro, que se encontram depositados.

368. No quarto onde dormiam os arguidos AA e DD, foram para além do mais, apreendidos €7.165,00 (sete mil cento e sessenta e cinco euros) em numerário, escondido por baixo do colchão; uma agenda, formato A6, com capa em acrílico, contendo anotados nominalmente os rendimentos com referência a dias do mês e onde constam os nomes de “CCC”, “C...” (III) e “L...” (SSS) e “C...”.

369. Conforme resulta das anotações constantes desse caderno, verifica-se que em média os valores diários auferidos por cada uma das ofendidas foram:

- Para CCC €97,50 (noventa e sete euros e cinquenta cêntimos), para C... (III) €113,63 (cento e treze euros e sessenta e três cêntimos), para L... (SSS) €229,66 (duzentos e vinte e nove euros e sessenta e seis cêntimos) e para AAAA €122,66 (cento e vinte e dois euros e sessenta e seis cêntimos).
- Foi ainda apreendido, nesse mesmo quarto, um caderno de argolas, tamanho A5, contendo rendimentos anotados nominalmente e contactos telefónicos.
- Nesse caderno constam inscritos os valores médios diários auferidos por cada uma das mulheres, que se passam a reproduzir.
- LLL (JJJ): dia 22 €215,00, dia 23 €260,00, dia 24 €300,00, dia 25 €200,00, dia 26 €270,00, dia 27 €390,00, dia 28 €200,00, dia 29 €185,00, dia 30 €190,00, dia 31 €235,00, dia 1 €250,00, dia 2 €220,00- Um total de €2.915,00, sendo a média diária de €242,92;
- SSS (SSS): dia 22 €235,00, dia 23 €290,00, dia 24 €295,00, dia 25 €220,00, dia 26 €240,00, dia 27 €320,00, dia 28 €10,00, dia 29 €300,00, dia 30 €250,00, dia 31 €285,00, dia 1 €105,00, dia 2 €325,00 – Um total de €2.875,00, sendo a média diária de €239,58;

- GGG (ZZZ): dia 22 €280,00, dia 23 €370,00, dia 24 €165,00, dia 25 €220,00, dia 26 €240,00, dia 27 €225,00, dia 28 €10,00, dia 29 €350,00, dia 30 €370,00, dia 31 €315,00, dia 1 €60,00, dia 2 €215,00 – Um total de €2.820,00, sendo a média diária de €235,00;
- C... (III): dia 22 €100,00, dia 23 €210,00, dia 24 €165,00, dia 25 dia 26 e dia 27 €0,00, dia 28 €140,00, dia 29 €220,00, dia 30 €230,00, dia 31 €280,00, dia 1 €290,00, dia 2 €170,00 – Um total de €1.805,00, sendo a média diária de €200,55.

370. Do supra descrito, resulta que no período de 12 (doze) dias, as mulheres aí identificadas realizaram um total de €10.415,00 (dez mil quatrocentos e quinze euros), sendo que em média, diariamente, obtinham cerca de €200,00 (duzentos euros) cada uma.

371. Os passaportes emitidos na Roménia em nome de JJJ, SSS, ZZZ e III, encontravam-se na posse dos arguidos AA e DD, na referida residência por baixo de um televisor.

372. No interior da referida habitação, foram apreendidos dois documentos referentes a transferências para a Roménia no valor de €6.000 (seis mil euros) cada, nos quais constavam como remetentes III e DD.

373. Foi ainda apreendido um recibo referente ao pagamento de uma viagem entre Lisboa e Bucareste, em nome de AA e de III, paga pelo arguido AA no valor total de €290,00 (duzentos e noventa euros).

374. No interior da habitação também foi apreendida uma quantidade indeterminada de preservativos.

375. No quarto ocupado pelo arguido QQ e HHH, foram apreendidas duas folhas pautadas manuscritas, nas quais estavam inscritos diversos nomes e respectivos números telefónicos, pertença do arguido QQ.

376. No decurso da busca domiciliária efectuada à residência sita na Rua..., n.º..., 3.º Andar, quarto 302, habitada pela arguida JJ, foram apreendidos os objectos que constam do auto de busca e apreensão de fls. 526/528 e que se encontram acondicionados nos Apensos C1 a C2, com excepção das quantias apreendidas que se encontram depositadas.

377. Nesse local foram apreendidos, além do mais, os seguintes objectos:

- 285 (duzentos e oitenta e cinco) preservativos;
- €1.170 (mil cento e setenta euros) em numerário;
- O passaporte e bilhete de identidade romenos, respectivamente de UUU e de LLLL, que se encontravam guardados pela arguida;
- Uma agenda/diário contendo diversas inscrições alfanuméricas manuscritas, nomeadamente nomes femininos, números de telefone e inscrições numéricas que corresponderem a valores monetários utilizados para controlo dos actos de prostituição, das vítimas;
- Um caderno de tamanho A5 com diversas inscrições alfanuméricas manuscritas, nomeadamente nomes femininos, números de telefone (entre os quais de alguns dos arguidos), datas e inscrições numéricas que correspondem a valores monetários utilizados para controlo dos actos de prostituição;

378. No decurso da busca domiciliária efectuada na residência da arguida GG, sita no ...º andar do n.º ..., na Calçada do..., foram apreendidos os objectos e valores constantes do auto de fls. 545/548, que se encontram acondicionados nos Apensores D3, D4 e D5, com excepção das quantias em dinheiro que se encontram depositadas.

379. Foi apreendido, designadamente, um caderno de tamanho A5 contendo diversas inscrições “alfanuméricas” manuscritas, nomeadamente nomes femininos, datas e valores monetários, que se destinavam ao controlo dos actos de prostituição.

380. Dos valores inscritos nestas folhas, resulta que em média os valores diários auferidos por cada rapariga foram:

- PPP (PPP): dia 6.10 €0,00, dia 7.10 €80,00, dia 8.10 €155,00, dia 9.10 €70,00, dia 10.10 €90,00, dia 11.10 €105,00, dia 12.10 €140,00, dia 13.10 €170,00, dia 14.10 €205,00, dia 15.10 €140,00, dia 16.10 €105,00, dia 17.10 €45,00, dia 18.10 €70,00, dia 19.10 €50,00, dia 20.10 €0,00, dia 21.10 €110,00, dia 22.10 €70,00 – Um total de €1.605,00, sendo a média diária de €107,00;
- QQQ: dia 6.10 €55,00, dia 7.10 €80,00, dia 8.10 €125,00, dia 9.10 €65,00, dia 10.10 €105,00, dia 11.10 €135,00, dia 12.10 €...5,00, dia 13.10 €185,00, dia 14.10 €160,00, dia 15.10 €30,00, dia 16.10 €100,00, dia 17.10 €60,00, dia 18.10 €60,00, dia 19.10 €50,00, dia 20.10 €200,00, dia 21.10 €35,00, dia 22.10 €70,00 – Um total de €1.850,00, sendo a média diária de €108,82;
- D... (VVV): dia 6.10 €165,00, dia 7.10 €145,00, dia 8.10 €255,00, dia 9.10 €190,00, dia 10.10 €115,00, dia 11.10 €170,00, dia 12.10 €275,00, dia 13.10 €150,00, dia

14.10 €220,00, dia 15.10 €190,00, dia 16.10 €315,00, dia 17.10 €165,00, dia 18.10 €100,00, dia 19.10 €90,00, dia 20.10 €145,00, dia 21.10 €80,00, dia 22.10 €30,00 – Um total de €2.800,00, sendo a média diária de €164,71.

I. Neste período de dezassete dias, a soma dos totais auferidos por cada uma situou-se nos €7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta euros), sendo que em média, cada uma das vítimas, realizava com a prática da prostituição um valor acima dos €100,00 (cem euros).

II. Foram apreendidos cinco kits com lubrificante para utilização sexual, bem como dois duplicados da Agência de Câmbios denominada “M.....”, relativos a transferências de dinheiro, no valor total de €3.100 (três mil e cem euros) efectuados por GG.

III. Foram-lhe também apreendidas uma série de folhas em formato A5, onde se encontram manuscritos os nomes de QQQ, P... e XXX, datas e valores numéricos que se destinavam ao controlo de actos de prostituição.

IV. Os valores diários auferidos por cada rapariga são os seguintes:

- QQQ: dia 1.09 €0,00, dia 2.09 €35,00, dia 3.09 €220,00, dia 4.09 €95,00, dia 5.09 €75,00, dia 6.09 €135,00, dia 7.09 €75,00, dia 8.09 €230,00, dia 9.09 €240,00, dia 10.09 €95,00, dia 11.09 €60,00, dia 12.09 €100,00, dia 13.09 €295,00, dia 14.09 €145,00, dia 15.09 €25,00, dia 16.09 €135,00, dia 17.09 €10,00
- Um total de €1.970,00, sendo a média diária de €123,12;
- P... (PPP): dia 1.09 €0,00, dia 2.09 €55,00, dia 3.09 €135,00, dia 4.09 €95,00, dia 5.09 €70,00, dia 6.09 €50,00, dia 7.09 €35,00, dia 8.09 €150,00, dia 9.09 €155,00, dia 10.09 €95,00, dia 11.09 €15,00, dia 12.09 €20,00, dia 13.09 €10,00, dia 14.09 €25,00, dia 15.09 €75,00, dia 16.09 €155,00, dia 17.09 €85,00 – Um total de €1.225,00, sendo a média diária de €76,56;
- XXX: dia 1.09 €95,00, dia 2.09 €55,00, dia 3.09 €85,00, dia 4.09 €55,00, dia 5.09 €60,00, dia 6.09 €50,00, dia 7.09 €115,00, dia 8.09 €120,00, dia 9.09 €105,00, dia 10.09 €30,00, dia 11.09 €35,00, dia 12.09 €40,00, dia 13.09 €45,00, dia 14.09 €120,00, dia 15.09 €100,00, dia 16.09 €135,00, dia 17.09 €40,00 – Um total de €1.285,00, sendo a média diária de €75,59.

385. Neste período de dezassete dias, a soma dos totais auferidos por cada uma das vítimas identificadas, ascende a €4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta euros), sendo que em média, cada rapariga obtinha com a prática da prostituição valores um pouco abaixo dos €100 (cem euros) diários.

386. Foi apreendida à arguida a quantia de €2.300,00 (dois mil e trezentos euros) no seu quarto situado junto à cozinha.

387. No decurso da busca efectuada à Pensão "...", sita no Poço do Borratém n.º..., °, em Lisboa, foram apreendidos diversos objectos, conforme auto de fls. 594/595, que se encontram acondicionados no Apenso F1, designadamente várias dezenas de preservativos.

388. No decurso da busca não domiciliária à Pensão "...", sita na Rua de São ..., n.º. ..., ...º, em Lisboa, foram apreendidos diversos objectos conforme auto de fls. 632/634, que se mostram acondicionados no Apenso G1, com excepção das quantias em dinheiro que se encontram depositadas.

389. Do material apreendido neste local, salienta-se o seguinte:

- A quantia de €535 (quinhentos e trinta e cinco euros);
- Vinte e cinco folhas de formato A5 quadriculadas contendo referências a nomes femininos, datas, horas e inscrições numéricas que correspondem a valores monetários utilizados para controlo dos actos de prostituição.
- Quatro cartões de cliente da Residencial "...", em nome de XXX, QQQ, VVV e PPP;
- Sete folhas de formato A5 pautadas contendo referências a nomes femininos, datas, horas e inscrições numéricas que correspondem a valores monetários utilizados para controlo dos actos de prostituição.

390. Os arguidos que integravam a supra referida associação conheciam perfeitamente todas as actividades do grupo onde se encontravam inseridos e do qual aceitaram fazer parte, tendo cada um deles funções específicas que visavam o desenvolvimento da actividade de exploração sexual das vítimas supra referidas, com o fim de obterem elevados lucros.

391. Para melhor concretizarem os seus objectivos, todos estes arguidos aceitaram zelar pelo desempenho eficaz daquela actividade e pela continuidade do grupo.

392. Os citados arguidos sabiam que estavam a propiciar e fomentar o relacionamento sexual remunerado de mulheres, de forma organizada, obtendo lucros com as quantias em dinheiro que aquelas recebiam dos homens com quem mantinham relações sexuais, o que quiseram e conseguiram, não se coibindo de usar a força física contra as mesmas

e de as atemorizar e intimidar, para assim as impedir de fugir e para as obrigar a obedecer a todas as suas instruções, mantendo-as numa situação de total submissão.

393. Tais arguidos sabiam ainda que impediriam as vítimas de fugir se lhes retirassem e retivessem todos os seus documentos de identificação, nomeadamente o passaporte e os bilhetes de identidade, o que quiseram e conseguiram.

394. Para além do mais, estes arguidos também sabiam que colocariam as vítimas na sua total dependência e que restringiam a sua liberdade de movimentos se lhes retirassem o dinheiro que as mesmas auferiam da actividade de prostituição e se as impedissem de falar, com os seus familiares na Roménia e com pessoas estranhas ao grupo, o que quiseram e conseguiram.

395. Os arguidos de nacionalidade romena faziam da exploração sexual das vítimas a única forma de obterem rendimentos, o que quiseram e conseguiram.

396. Estes arguidos sabiam que algumas das vítimas que recrutaram na Roménia só viriam para Portugal se as aliciassem com a possibilidade de as mesmas auferirem elevados lucros, pelo que não se coibiram de as enganar, dizendo-lhes que dividiriam a meias as quantias que as mesmas auferissem com a prática da prostituição, não obstante soubessem de antemão que não lhes entregariam tais quantias, desconhecendo ainda algumas das vítimas que tinham que pagar pelo menos €50,00 (cinquenta euros) diariamente ao arguido AA, uma vez que os arguidos lhes ocultavam tal facto.

397. Os mencionados arguidos decidiram que as vítimas uma vez chegadas ao território nacional ficariam sob o seu domínio e total dependência, não tendo qualquer liberdade de movimentos, facto de que não lhe davam conhecimento a fim de obstar a que as mesmas não viessem para Portugal.

398. Os arguidos só procuravam e recrutavam mulheres de nacionalidade romena, que sabiam estarem integradas em famílias desestruturadas, com graves dificuldades económicas, com poucos conhecimentos e com uma elevada incidência de abandono escolar, pois sabiam que as condições, económicas, sociais e familiares em que as mesmas estavam inseridas, facilitariam e possibilitariam o seu recrutamento para a actividade de prostituição em Portugal.

399. Foi o que fizeram com AAAA, FFF e BBBB, sabendo que as condições sociais e familiares em que as mesmas se encontravam integradas na Roménia as tornaria vulneráveis às propostas que os arguidos lhes fizeram para se prostituir em Portugal.

400. Sabiam ainda os arguidos que as condições em que tais mulheres viviam lhe permitiriam após a sua chegada a Portugal controlá-las subjugá-las à sua vontade, ficando sob o seu inteiro domínio.

401. Sabiam que AAAA com 14 anos, tinha à data menos de 18 anos, e ainda assim não se abstiveram de actuar como o fizeram, de forma a propiciar o relacionamento sexual da mesma com vários homens e desse modo obterem elevados proventos de natureza económica.

402. A arguida JJ sabia que AAAA era menor.

403. Os arguidos TT e XX, não exerciam outra profissão para além de serem gerentes dos estabelecimentos de Pensão denominados “...” e “...”, cujos quartos serviam apenas para serem utilizados para a prática de actos de prostituição, nos termos supra descritos, pretendendo obter lucros ao permitirem o exercício daquela actividade nas suas pensões aceitando que as vítimas supra referidas acedessem aos seus quartos, exclusivamente para a prática daqueles actos, e disponibilizando preservativos para o mesmo fim.

404. Os arguidos TT e XX, tomavam todas as decisões relativas aos funcionamento das pensões à frente das quais se encontravam e que geriam, ai permanecendo e fiscalizando o seu funcionamento e recebendo o dinheiro das clientes.

405. Os mesmos anotavam as quantias recebidas e bem assim o número de subidas das clientes aos quartos.

406. Controlavam ainda o tempo de permanência das vítimas nos quartos a fim de lhes cobrarem as quantias correspondentes.

407. Todos os arguidos agiram livre, deliberada e conscientemente, bem sabendo que as suas condutas eram penalmente puníveis.

408. Os arguidos AA, DD, JJ, GG, KK, QQ e NN, possuem nacionalidade romena e residiam em Portugal, ainda que nalguns casos de modo não continuado.

409. Os mesmos não possuem qualquer ligação familiar, profissional ou de qualquer outra natureza com Portugal, apenas se tendo deslocado para Lisboa para aqui levarem a cabo as actuações que acima foram descritas.

410. A actuação destes arguidos reveste-se de uma total ausência de valores éticos e sociais, sendo devastadora nas consequências que a sua actividade implica para as

vítimas, quer no que respeita à sua integração na sociedade enquanto seres humanos com o mínimo de dignidade, quer no que respeita à sua auto-estima.

Consta dos relatórios sociais referentes a cada um dos arguidos o seguinte:

411. O arguido AA é natural da Roménia, é o 3.º mais novo dos 10 filhos de um casal de baixo estrato social, pai distribuidor de frutas e mãe artesã de vimes. Ambos os progenitores já faleceram. O seu processo de socialização decorreu, até à vinda para Portugal, no país de origem, repartido entre as cidades de M... e C... Como rupturas significativas no seu processo de desenvolvimento, refere o abandono precoce da escola, por dificuldades económicas da família, e o internamento, aos 17 anos, numa Instituição da Justiça, por crimes de furto. Contactos com o Sistema da Administração da Justiça terão sido vivenciados por mais dois irmãos.

412. Durante a sua institucionalização aprendeu a profissão de soldador que, após desempenho das actividades de auxiliar de transportes e biscates no sector da agricultura, exerceu até à sua vinda para o nosso país, decisão que associa à procura de uma melhoria das condições económicas do agregado familiar.

413. Cerca dos dezoito anos casou, ligação que terminou, por divórcio, passados quinze anos. Meses depois voltaria a casar, durando este segundo casamento cerca de um ano.

414. Separado de facto da cónjuge, que refere estar na Roménia, ainda que alguns elementos apontem para a sua estada no nosso país, reiniciou, há cerca de três anos, uma união de facto com DD, sua conterrânea e co-arguida no presente processo, com quem já mantinha uma ligação afectiva, extra-casamento, na Roménia, com a qual diz ter residido, em Portugal, em várias pensões da zona do Intendente.

415. Quando ocorreu a sua detenção, AA residia, com a companheira, numa pensão, na zona do Intendente, nunca tendo mantido, ao longo do período que refere como de permanência no nosso país, uma morada fixa.

416. Após um período inicial de desemprego, refere ter trabalhado num parque de estacionamento e na construção civil, sem contrato de trabalho. A companheira, inicialmente a trabalhar numa pensão do Martim Moniz, nos meses que antecederam a prisão, por terem ficado ambos desempregados, passou a dedicar-se à prática da prostituição, com a qual asseguravam as necessidades básicas dos dois, disse.

417. As suas relações de convivência circunscreviam-se aos amigos, seus conterrâneos, e a outros naturais do seu país, residentes na zona.

418. AA deu entrada no Estabelecimento Prisional de Lisboa, em 4 de Dezembro de 2007.

419. Com um comportamento sem sanções disciplinares, não foi visitado até hoje, pela companheira, recebendo, no entanto, visitas de III e de JJJ, que refere como namorada e irmã, respectivamente.

420. Com uma postura evasiva, denota pouca disponibilidade para se pronunciar sobre as circunstâncias associadas à sua detenção. Verbalizando dificuldades de adaptação ao ambiente prisional, projecta retornar à Roménia e retomar a ligação afectiva com a companheira, projectos que, no entanto, não partilhados por esta última.

421. O processo de socialização da arguida DD foi desde cedo condicionado por isolamento sócio cultural porquanto é oriunda de uma pequena cidade do interior da Roménia. Nesse contexto, assumiram especial preponderância as relações familiares e de vizinhança. A dinâmica familiar é descrita como coesa e solidária face às necessidades individuais dos seus elementos, mas afectada por precárias condições socioeconómicas, com registos vivenciais de miséria e fome.

422. A arguida concluiu o 6.º ano de escolaridade aos 13 anos de idade, altura em que começou a trabalhar numa fábrica de lanifícios como operária. Ainda adolescente, DD encetou vida marital, ingressando no grupo familiar do companheiro. Estes novos relacionamentos surgem caracterizados negativamente, sobretudo a nível socioeconómico e laboral, quando o casal se autonomizou e transferiu para a capital do distrito. Separou-se do companheiro em 1992, pouco depois do nascimento da terceira filha do casal, ora com 16 anos de idade, na sequência de alegadas agressões físicas e psicológicas perpetradas por aquele, que protagonizava acentuados hábitos alcoólicos e desocupação laboral.

423. Desde essa época a arguida tomou a cargo a educação e o sustento dos filhos, recebendo apenas algum apoio dos pais, com quem voltou a coabitar. Nesse sentido, vivenciaria acentuados problemas socioeconómicos ao desemprego de longo prazo e fracas oportunidades pró sociais da comunidade local. Sem qualquer vínculo contratual, a arguida sobreviveria alegadamente do apoio social do Estado, bem como, da limpeza de ruas e lavagem de roupas, actividades fracamente remuneradas e que desenvolvia

de modo ocasional. A sua situação agudizou-se nos últimos anos antes dela emigrar para o nosso país, quando um dos irmãos, a coagiu a abandonar a casa dos pais. Terá sido nessa altura que conheceu o co-arguido AA, o qual, como a própria referiu, tê-la-á sempre ajudado bastante. Com ele, a arguida encetou relacionamento afectivo em 2001, sem coabitarem, referiu.

424. Sem nunca ter tido ocupação laboral regular em Portugal, a arguida dedicava-se à prostituição, actividade que lhe garantia o seu sustento, bem como, permitia auxiliar os 3 filhos, ora apoiados pelo pai da arguida.

425. De acordo com o registado, à data da prisão, DD residia na morada dos autos, um apartamento arrendado que partilhava com colegas de trabalho, aonde se havia fixado depois de ter permanecido em várias pensões de Lisboa, desde 2003, altura em que emigrou para Portugal.

426. Com a sua deslocação para Portugal, pretendia resolver a situação de desemprego de longo prazo e angariar recursos económicos para os filhos, que permaneceram no país de origem.

427. Em Portugal, DD teria reencontrado o companheiro, seu co-arguido, mas a ligação afectiva ter-se-á rompido pouco depois, ao que adiantado pela própria, em virtude da actividade de prostituição que esta desenvolvia, permanecendo, contudo, entre eles, a relação de amizade, cuja qualidade se deteriorou com a reclusão de ambos.

428. Presa desde Dezembro de 2007, a arguida tem realizado uma adaptação prisional favorável, evidenciando comportamentos adequados às normas institucionais e ultrapassando as dificuldades de comunicação que vivencia por não conhecer a Língua Portuguesa. Nesse sentido, organiza o tempo diário em função da actividade ocupacional, laborando como faxina na oficina do pavilhão onde está reclusa (leia-se, reclusa)

429. Apesar da distância que a separa dos familiares, a reclusa tem mantido contactos telefónicos regulares com os filhos parecendo acompanhar a situação dos mesmos. Neste sentido, tem recebido algumas visitas de colegas de trabalho, bem como, da nora.

430. Quando lhe for restituída a liberdade, DD planeia poder regressar ao seu anterior meio social de inserção na Roménia, e poder continuar a ajudar os filhos, os mais velhos sem emprego e a mais nova ainda estudante de um curso de estética. A arguida não tem projectos concretos de ocupação laboral.

431. Adequada às regras em meio institucional e com comportamento isento de sanções, DD tem evidenciado sinais de ansiedade face ao desfecho da presente situação jurídico-penal pela repercussão no modo de vida pessoal e familiar. Neste sentido, expressa preocupação pelo impacto deste processo no agravamento do estilo de vida dos filhos e respectiva precariedade sócio-económica, já que antes dependeriam da sua ajuda e actualmente apenas dependeriam da sua ajuda e actualmente apenas da reforma do pai da arguida.

432. A arguida GG é natural da Roménia. Nascida no seio de uma família desestruturada (o pai teria problemas de consumo excessivo de álcool, sendo a mãe o pilar e o sustento da família), era a mais velha de uma fratria de quatro, tendo vivido, durante a sua infância, num quadro de acentuadas dificuldades económicas, subsistindo o agregado exclusivamente do trabalho no campo.

433. Afirma ter efectuado 10 anos de escolaridade, após o que abandonou os estudos para auxiliar a família no trabalho dos campos. Conheceu o marido aos 17 anos de idade, tendo iniciado de imediato vida marital. O casal teve três filhos em comum.

434. Diz ter subsistido na Roménia com muitas dificuldades, exercendo o marido actividade numa empresa de malhas tendo-se ela estabelecido como produtora individual de flores, com banca no mercado.

435. A sua permanência na Roménia foi interrompida em 1994, altura em que, por falta de alegadas condições económicas e de emprego, terá emigrado para a Grécia, onde se empregou na área da restauração, e permaneceu ao longo de quatro anos, tendo a relação com o marido começado a deteriorar-se. Datam desta altura, segundo referiu, as suas primeiras incursões na actividade da prostituição.

436. Quando regressou à Roménia, em 1998, a relação conjugal parece ter-se deteriorado acentuadamente, fruto da desconfiança do marido em relação à actividade de prostituição que GG desenvolvia, negando a mesma repetidamente a sua prática, quer junto do marido, quer junto dos filhos.

437. Em 2003, e já com o casamento desfeito, a arguida resolveu emigrar para Portugal, à procura de trabalho. Inicialmente trabalhou como empregada doméstica interna auferindo ao que refere €200,00/mês. Pouco depois passou a dedicar-se à prostituição passando a ser este o seu modo de subsistência desde então.

438. Pese embora as suas alegadas dificuldades económicas, a arguida mantinha os contactos com a família, dedicando-se para o efeito algumas vezes à Roménia durante o período de permanência em Portugal.

439. À data dos factos, a arguida vivia num apartamento arrendado, que partilhava com mais três raparigas, duas das quais alegadamente suas sobrinhas, dividindo, segundo esclareceu, as despesas em comum.

440. Ter-se-á deslocado para este país, alegadamente, para resolver os problemas socioeconómicos da família, recorrendo, ao que afirma à prostituição.

441. Sem referências em Portugal a arguida afirma ter conhecido os outros co-arguidos do processo num café da zona da residência que costumava frequentar, mantendo com os mesmos um relacionamento informal.

442. Presentemente não recebe visitas, ainda que contacte com os filhos por via telefónica e tenha a perspectiva de um deles a vir visitar.

443. Aparentemente os mesmos desconhecem a natureza das acusações que impendem sobre a mãe, julgando estar a mesma a ser acusada de furtos.

444. Como projectos futuros, diz querer estabelecer-se em Portugal, ainda que não tenha residência fixa nem apoios neste país, não desejando regressar à Roménia, embora seja vaga quanto às razões subjacentes a esta perspectiva.

445. A reclusão foi sentida pela arguida como factor de tensão e estabilidade emocional, facto agravado pela falta de apoio neste país, onde não tem referências, e pela falta de domínio da língua. Contudo, a sua adaptação à situação de reclusão não tem sido problemática, não tendo sofrido repreensões até à data.

446. Tem ocupado os dias a ler, aguardando colocação laboral na cozinha.

447. A arguida JJ é a sétima de uma fratria de nove, de uma família de etnia cigana. Natural da Roménia, cresceu e viveu naquele país, segundo referiu ao técnico de reinserção social, até há cerca de um ano.

448. A sua infância e adolescência terão decorrido num contexto familiar aparentemente estável em termos normativos, assumindo os pais, cuja opinião era respeitada e valorizada pelos restantes membros do agregado, um preponderante na liderança e gestão familiar. Ainda assim, a família parece ter subsistido num contexto sócio

económico muito deficitário, com acentuadas carências, razão por que a arguida abandonou os estudos no final do 4.º ano de escolaridade, tendo passado imediatamente a laborar nos campos, junto dos progenitores e irmãos mais velhos.

449. Aos 15 anos uniu-se maritalmente ao pai de seus quatro filhos, com quem terá casado segundo a lei cigana, e vivido ao longo de vinte e cinco anos. Segundo referência da arguida, a relação entre ambos seria aparentemente positiva, tendo aprendido a conviver com o companheiro que, fruto do cometimento de diversos comportamentos ilícitos, era procurado pelas autoridades, razão que a terá levado a emigrar para Inglaterra, de onde enviava esporadicamente algum dinheiro para o sustento dos filhos. O casal esteve assim separado cerca de cinco anos, até que, no passado ano de 2007, JJ decidiu juntar-se-lhe, deixando os dois filhos mais novos entregues às duas filhas mais velhas, já casadas.

450. Chegada a Inglaterra, onde permaneceu cerca de quatro meses, a arguida encontrou o companheiro a residir com outra mulher, razão que a levou a abandoná-lo.

451. Desorientada e sem ninguém a quem recorrer, decidiu não regressar à Roménia, onde não havia trabalho, tendo mandado vir o filho de dez anos para junto dela. Viajou então para Portugal, onde se encontrava um irmão, AA, co-arguido neste processo, no intuito de se prostituir para sobreviver.

452. À data dos factos a arguida residia num quarto de uma pensão, na zona do Intendente, que partilhava juntamente com mais duas raparigas, que se dedicavam igualmente à prostituição. O jovem, filho da reclusa, que vivia no mesmo espaço não se encontrava a frequentar nenhum estabelecimento de ensino. Do mesmo modo, uma outra filha da arguida, de cerca de 20 anos de idade, veio juntar-se-lhe em Portugal, onde ainda se encontra, com o alegado intuito de apoiar a progenitora, dedicando-se também à mesma actividade.

453. Quando JJ foi presa, uma outra filha veio a este país buscar o irmão de 10 anos, tendo-o levado de volta para o país de origem. A arguida não voltou a ter contacto com estes familiares, alegadamente por falta de condições económicas dos mesmos para se deslocarem a Portugal ou manterem outro tipo de contactos.

454. No estabelecimento prisional recebe somente a visita da filha, de 20 anos, que permanece neste país com grandes dificuldades, não constituindo um apoio consistente para a reclusa.

455. Como projectos futuros, verbaliza o desejo de regressar à Roménia, para junto dos descendentes, onde pretende reorganizar a sua vida.

456. A reclusão foi sentida pela arguida como factor de tensão e instabilidade emocional, facto agravado pela falta de apoio neste país, onde não tem referências, e pela falta de domínio da língua. De facto, a arguida evidencia acentuadas dificuldades de comunicação, não conseguindo perceber nem fazer-se entender pelos funcionários do estabelecimento prisional.

457. Neste sentido a sua adaptação à nova situação de reclusão tem sido difícil, ainda que não revele problemas ao nível disciplinar. Encontra-se inactiva, passando os dias, a deambular no corredor dos pavilhões.

458. O processo de socialização do arguido KK decorreu no seu país, Roménia, integrado no agregado familiar de origem, sendo o mais velho dos três irmãos.

459. A família é de condição sócio económica humilde, de acordo com os padrões daquele país, sendo o pai trabalhador de construção civil e a mãe empregada fabril. O ambiente familiar é descrito como harmonioso e solidário.

460. No que concerne ao seu processo de escolarização, o arguido frequentou a escola durante sete anos. Terminados os estudos não conseguiria colocação laboral, tendo emigrado para a Sérvia onde trabalhou no campo, e posteriormente tentou procurar trabalhos noutros países europeus, designadamente Alemanha e Itália, mas sem sucesso.

461. Mantém um relacionamento afectivo com CCC, desde 2003, tinha ela apenas 14 anos de idade. Esta emigrou para Portugal em 2005, através de um parente, a fim de procurar uma ocupação laboral que lhe permitisse um nível de vida superior ao do seu país de origem. Posteriormente e passados poucos dias, o arguido chegou a Portugal, passando a viver juntos em pensões.

462. No período anterior à privação da sua liberdade, o arguido vivia com a companheira na morada que consta dos autos. Trata-se de uma pensão, com direito a dormida e a poderem confeccionar os alimentos.

463. O arguido desde que se encontra em Portugal apenas desempenhou pequenas tarefas como pintor da construção civil, na pensão onde habitam, sendo as suas despesas de manutenção asseguradas pela companheira, vivendo esta apenas do exercício da prostituição.

464. Apesar de não ter desempenhado qualquer ocupação laboral desde que se encontra em Portugal, o arguido refere pretender continuar a viver neste país quando for colocado em liberdade, projecto não partilhado pela companheira, pese embora esta manifeste vontade de continuar a viver com ele.

465. Este arguido aparenta ser um jovem sem qualificações profissionais ou hábitos de trabalho consolidados, factores que têm contribuído para um modo de vida centrado no garantir da subsistência e para a dependência económica da companheira.

466. Ao nível das suas relações, estas circunscrevem-se ao convívio com outros nacionais do seu país residentes em Portugal.

467. O arguido encontra-se no Estabelecimento Prisional de Lisboa desde 25.02.2008, transferido do Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária.

468. No Estabelecimento Prisional encontra-se inactivo e mantém uma postura adequada às regras institucionais. Recebe visitas da companheira três vezes por semana, que lhe tem dado apoio de acordo com as suas disponibilidades.

469. Os progenitores tem conhecimento da sua actual situação, tendo recebido uma visita do pai quando se encontrava no Estabelecimento Prisional junto da Polícia Judiciária.

470. O arguido NN é oriundo de M... É o terceiro de cinco filhos de um casal de etnia cigana e cresceu integrado no agregado de origem.

471. Descreve um processo de desenvolvimento de acordo com os valores culturais do seu grupo, em ambiente marcado por acentuada precariedade económica, numa dinâmica familiar coesa, ainda que se percepcione ter existido forte permissividade e abaixamento de controlo por parte dos pais, que o deixaram desde tenra idade, em total liberdade e sem qualquer supervisão.

472. Disse ter iniciado a escolaridade na idade normal, abandonando aos 11 anos, sem que tenha chegado a concluir o equivalente ao nosso ensino primário.

473. A primeira experiência laboral do arguido terá sido logo após o abandono escolar, a auxiliar o pai nas actividades agrícolas e pecuárias, tendo posteriormente exercido funções indiferenciadas como distribuidor num armazém de artigos agrícolas e de porteiro numa fábrica.

474. A necessidade de poder vir a ultrapassar a precariedade vivenciada no respectivo agregado terá levado o arguido, aos 21 anos, a deslocar-se para Bucareste, onde diz ter trabalhado no sector da construção civil até meados de Fevereiro de 2007.

475. Com a companheira já a residir no nosso país desde Março de 2007, NN terá então tomado a decisão de fixar residência no nosso país, o que viria a ocorrer em meados de Abril desse mesmo ano.

476. Chegado a Portugal, o arguido terá passado a viver juntamente com a companheira numa pensão situada na zona do Intendente.

477. Segundo afirma a relação com a companheira terá tido início na Roménia, onde ali viriam a estabelecer uma relação afectiva, que ainda hoje se mantém, segundo diz.

478. Durante a sua permanência em Portugal que culminou na actual prisão, período de cerca de 8 meses, NN terá continuado a coabitar com a companheira, tendo permanecido grande parte do tempo inactivo, exceptuando duas semanas em que afirma ter trabalhado como pintor no sector da construção civil.

479. Nesse contexto, o arguido diz ter subsistido da ajuda monetária da companheira, que se dedicaria à actividade da prostituição.

480. Pelo discurso do arguido, a actividade exercida pela respectiva companheira é percebida pelo próprio como uma profissão como qualquer outra, referindo mesmo que duas das suas irmãs, desde muito nova se dedicam ao mesmo tipo de actividade, uma delas, actualmente a trabalhar em Espanha, com conhecimento e aprovação dos pais.

481. Nesse período de oito meses, NN terá efectuado uma deslocação ao país de origem, a fim de visitar familiares, ali permanecendo com a respectiva companheira cerca de um mês, tendo ambos regressado a Portugal e retomado o modo de vida anteriormente mantido.

482. Sem planos estruturados em termos futuros, NN tenciona regressar ao seu país de origem logo que lhe seja possível, e ali reorganizar a sua vida em termos pessoais, que passam por ir viver com a actual companheira.

483. Preso no Estabelecimento Prisional de Caxias, o arguido tem denotado uma conduta institucional correcta. Não se encontra integrado em qualquer actividade

laboral, em parte devido às dificuldades no domínio da língua portuguesa, ocupando o seu tempo em leituras na sua cela ou em actividades no recreio.

484. A presente reclusão parece estar a ser vivenciada pelo arguido de forma aparentemente serena, talvez em parte pelas características da sua própria personalidade, não parecendo evidenciar sinais visíveis de constrangimento face à actual situação jurídica.

485. Beneficia de visitas regulares por parte da companheira, que lhe tem disponibilizado algum suporte afectivo.

486. O arguido QQ nasceu há 53 anos em M..., na Roménia, numa região pobre, de características rurais. Foi o quinto filho de um casal de condição socioeconómica mediana, de acordo com os padrões daquele país, cujo progenitor era mecânico industrial e a progenitora operária fabril. A dinâmica familiar é descrita como funcional e harmoniosa.

487. Ingressou no sistema de ensino aos sete anos e veio a abandonar os estudos após a conclusão de oito anos de escolaridade, com 15 anos de idade.

488. Ingressou, então, no mercado de trabalho, embora de forma precária até aos 18 anos, num centro de recolha de legumes e fruta. Depois, durante nove meses tirou a carta de condução de camiões TIR. Trabalhou como camionista até aos 20 anos, altura em que foi para o serviço militar, onde permaneceu durante dois anos. Voltou, posteriormente, a trabalhar como camionista e, aos 24 anos, começou a trabalhar numa central eléctrica em Bucareste, como mecânico industrial, profissão que exerceu durante cinco anos, até aos 29 anos de idade. Até 1988, altura da queda do regime comunista, passou por outras empresas, com as mesmas funções, incluindo uma central nuclear.

489. Emigrou então para a Suíça, onde permaneceu durante dois anos, até aos 35 anos de idade, a trabalhar na construção civil. Na sequência de um acidente de trabalho, que lhe limitou as capacidades profissionais, regressou à Roménia onde, em 1992 abriu uma exploração pecuária, a qual se manteve em actividade até 2005, desde então passou a trabalhar por conta própria na revenda de animais.

490. Na sua cidade de origem manteve a habitação da família de origem, onde sempre residiu. O progenitor faleceu há 18 anos e a progenitora há 10 anos.

491. Casou aos 23 anos e, da união que durou 5 anos, resultaram dois filhos que morreram com meningite nos primeiros meses de vida. Em 1993, quando regressou da Suíça aos 38 anos de idade, constituiu uma união de facto que ainda se mantém actualmente.

492. Em virtude de ter contraído grave doença pulmonar e não dispor de dinheiro suficiente para custear os tratamentos médicos, decidiu emigrar para Portugal, em 2007, para trabalhar.

493. No período que antecedeu a sua detenção, ocorrida em Dezembro de 2007, QQ encontrava-se em Portugal, alegadamente apenas há dois meses. Veio sozinho sem qualquer projecto de trabalho. Durante esse período viveu em situação de sem-abrigo e, depois de conhecer conterrâneos seus, entre os quais alguns dos co-arguidos, pernoitava por vezes nas respectivas casas. Fazia limpezas nas casas dos cidadãos romenos e dedicava-se à mendicidade.

494. QQ é um indivíduo que, aparentemente parece ter conseguido orientar a sua vida na Roménia de forma adaptada. No entanto, as dificuldades económicas com que se deparou recentemente no seu país de origem fizeram emergir vulnerabilidades, mostrando um indivíduo com défice de competências pessoais e sociais, bem como de juízo crítico e capacidade de resolução de problemas de acordo com os normativos sociais.

495. No futuro gostaria de permanecer no nosso país e diligenciar pela vinda da sua companheira, que também se encontra doente e em vias de se reformar.

496. Privado da liberdade, o arguido encara com apreensão o desfecho do presente processo, mas não revela ter desenvolvido alguma consciência da gravidade do ilícito. No Estabelecimento Prisional de Lisboa tem adoptado comportamento normativo-institucional adaptado, isento de registos disciplinares.

497. Na Roménia tanto a companheira como os irmãos têm conhecimento da situação, mas não têm condições para prestar qualquer apoio.

498. No início contou com algumas visitas de uma conterrânea, FFFF HHH, que refere como amiga, e da qual actualmente desconhece o paradeiro. Apenas contacta esporadicamente por telefone com a companheira.

499. O arguido TT tem de habilitações literárias a frequência do 5.º ano de escolaridade. Aos catorze anos de idade iniciou a actividade laboral enquanto empregado de

balcão, mantendo-se neste sector até ao cumprimento do serviço militar obrigatório. Posteriormente, passou a trabalhar como motorista de táxi e, ainda, como motorista de pesados para diversas empresas, entre as quais a S.... Há cerca de treze anos adquiriu por trespasse uma Pensão, a qual constitui a sua fonte de rendimento e habitação.

500. A nível afectivo contraiu matrimónio com uma cidadã marroquina, tendo nascido da união um filho, presentemente, com seis anos de idade.

501. No respeitante a saúde o arguido apresenta várias problemas, nomeadamente no decurso do cumprimento do serviço militar sofreu um acidente, que lhe causou a perda de um dedo da mão, sofre de diabetes, desde há sete anos, tendo perdido dois dedos dos pés e é doente cardíaco, portador de bypass.

502. TT reside juntamente com o cônjuge e filho na Pensão..., a qual arrendou, há cerca de treze anos, mediante um trespasse, comportando a renda de 400,00 € mensais.

503. A Pensão tem oito quartos, destinando-se parte destes à família e ao recepcionista, sobrinho do cônjuge e os outros ao aluguer. Tratando-se de um edifício antigo, com uma casa de banho, anexa à cozinha a pensão foi recentemente fechada pela Câmara Municipal de Lisboa para serem efectuadas obras. Deste modo, o arguido está a passar por algumas dificuldades económicas, recorrendo às suas economias para sustentar a família, dado o cônjuge não exercer actividade profissional.

504. O filho foi, recentemente, integrado nos equipamentos escolares na sequência de uma intervenção da PSP e Segurança Social para o efeito.

505. O relacionamento intra-familiar é referenciado positivamente, mantendo o arguido igualmente contacto com elementos da sua família de origem. É descrito pelo cônjuge como calmo, não conflituoso e até excessivamente generoso.

506. A situação jurídico-penal teve um impacto negativo na vida do arguido, na medida em que a pensão foi alvo de inspecção por parte da ASAE, encontrando-se encerrada para obras, situação que prejudica a sua situação económica.

507. O arguido XX tem de habilitações literárias o 9.º ano de escolaridade.

508. Reside com a cônjuge, de nacionalidade brasileira, com quem casou há cerca de um ano, com a filha de ambos, de quatro anos de idade, e em determinados períodos com o padrasto, na dita pensão.

509. A pensão é considerada como uma empresa de tipo familiar, surge como a sua fonte de rendimentos, cuja manutenção e desenvolvimento é a sua principal preocupação.

510. O arguido assume também o papel de suporte no agregado familiar, numa dinâmica de empenhamento, no sentido de melhoramento do seu nível de vida e da estabilidade afectiva. Apresentou capacidades organizativas e um discurso valorativo, elegendo a família como a esfera pessoal que muito preserva

511. O presente processo não teve repercussões relevantes na vida profissional do arguido que mantém a exploração da casa de hóspedes/pensão, referindo contudo que a crise económica e a presente situação jurídica tem gerado alguma tensão na esfera pessoal e familiar.

512. O arguido KK foi condenado na Roménia, em 2007, numa pena de multa por ofensas corporais.

513. O arguido QQ foi condenado, em 1981, pelo crime e furto qualificado, na pena de 1 ano e 6 meses de prisão e em 1986, pela prática do mesmo crime, na pena de 2 anos de prisão.

514. Os arguidos AA, DD, GG, JJ, NN, TT e XX, não registam antecedentes criminais.

515. Do certificado de registo criminal do arguido TT consta que por sentença datada de 9.04.2008, transitada em julgado em 29.04.2008, proferida no âmbito do processo 79/08.7SZLSB, do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa, foi condenado pela prática, em 10.03.2008, de um crime de desobediência, p. e p. pelo art.º 348, n.º 1, al. b) do Código Penal, na pena de 40 dias de multa à taxa diária de €7,00, o que fez o total de €280,00. Por despacho datado de 20.06.2008, ao abrigo do disposto no art.º 475 do Código de Processo Penal foi declarada extinta a pena de multa uma vez que o arguido procedeu ao pagamento da mesma em 29.05.2008. (...)

Os factos e o direito

Como decorre do artigo 412.º do CPP, é pelas conclusões extraídas pelo recorrente na motivação apresentada, em que resume as razões do pedido, que se define o âmbito do recurso.

É à luz das conclusões da motivação do recurso que este terá de apreciar-se, donde resulta que o essencial e o limite de todas as questões a apreciar e a decidir no recurso, estão contidos nas conclusões, exceptuadas as questões de conhecimento oficioso.

E o conhecimento oficioso pelo STJ verifica-se por duas vias: uma primeira que ocorre por necessidade de indagação da verificação de algum dos vícios da decisão recorrida, previstos no artigo 410.º n.º 2 do CPP; e outra que poderá verificar-se em virtude de nulidade de decisão, nos termos do estatuído no artigo 379.º n.º 2 do mesmo diploma legal.

Por outro lado, definindo os poderes de cognição deste STJ, estatui o artigo 434.º do citado CPP que, sem prejuízo do disposto no artigo 410.º n.º 2 e n.º 3, o recurso interposto para este Tribunal visa exclusivamente o reexame da matéria de direito.

Na verdade, enquanto antes de 01.01.1999 estava estabelecido um sistema de “revista ampliada”, após a reforma da Lei 59/98, de 25 de Agosto, deixou de ser possível recorrer para o STJ com fundamento da existência de qualquer dos vícios referidos nas várias alíneas do artigo 410.º n.º 2 do CPP.

Anteriormente, o Supremo tinha poderes de intromissão em aspectos fácticos, mesmo nos casos em que o conhecimento se restringia a matéria de direito, embora de forma mitigada pois o reexame da matéria de facto apenas poderia ter lugar através da análise do texto da decisão recorrida, por si só ou conjugada com as regras da experiência comum e podendo o recorrente invocar como fundamento do recurso os vícios referidos.

Após a reforma de 1998, o STJ pode ainda conhecer dos vícios do artigo 410.º n.º 2 do CPP, não a pedido do recorrente, isto é, como fundamento do recurso, mas por iniciativa própria, para evitar que a decisão de direito se apoie em matéria de facto claramente insuficiente, ou fundada em erro de apreciação ou assente em premissas contraditórias, detectadas por iniciativa do STJ, ou seja, se concluir que, por força da existência de qualquer daqueles vícios, não pode chegar a uma correcta solução de direito e devendo sempre o conhecimento oficioso ser encarado como excepcional, surgindo como último remédio contra tais vícios – cfr. Acs. deste STJ de 12.09.2007 (que aqui seguimos de perto) in processo 2583/07 – 3.ª; de 17.01.2001, de 25.01.2001, de 22.03.2001, in CJSTJ 2001, I, pág 210, 222 e 257; de 04.10.2001 in CJSTJ 2001, III, 182, de 24.03.2003 in CJSTJ 2003, I, 236, de 27.05.2004 in CJSTJ 2004, II, 209, de 30.03.2005 in processo 136/05 – 3.ª, de 03.05.2006 in processos 557/06 e 1047/06, ambos da 3.ª secção, de 20.12.2006 in CJSTJ 2006, III, 248, de 04.01.2007 in processo 2675/06 – 3.ª, de 08.02.2007 in processo 159/07 – 5.ª, de 15.02.2007 in processos 15/07 e 513/07, ambos da 5.ª secção, de 21.02.2007 in processo 260/07 – 3.ª, de 02.05.2007 in processos 1017/07, 1029/07 e 1238/07, todos da 3.ª secção e

ainda Simas Santos e Leal Henriques, CPP anotado, 2.^a edição, II volume, pág. 967, onde se refere: “O considerar-se que não podem invocar-se os vícios do n.º 2 do artigo 410.º como fundamento do recurso directo para o STJ de decisão final do tribunal colectivo, não significa que este Supremo Tribunal não os possa conhecer oficiosamente, como ocorre no processo civil e é jurisprudência fixada pelo STJ (...)”.

Por outro lado, continua em vigor o Acórdão do Plenário das secções criminais do STJ, de 19.09.1995, in DR I Série-A, de 28.12.1995 e BMJ 450, 71 (acórdão 7/95) que no âmbito do sistema de revista alargada decidiu ser oficioso, pelo tribunal de recurso, o conhecimento dos vícios indicados no artigo 410. n.º 2 do CPP, mesmo que o recurso se encontre limitado à matéria de direito.

Ora, os arguidos/recorrentes

- KK na parte em que alega (conclusões III a VII inclusive):

A existência dos vícios previstos no artigo 410.º - n.º 2 do CPP e impugna os seguintes pontos da matéria de facto dada como provada:

1. (“Desde data não concretamente apurada, situada em meados de 2003, que os arguidos ...KK, ... decidiram constituir um grupo com vista a explorar sexualmente mulheres de nacionalidade romena em território nacional, com o objectivo de obterem ganhos económicos com o dinheiro que as mesmas auferissem com a prática de actos sexuais remunerados” - facto provado sob o n.º 1).
2. (“No segundo e terceiro patamares, dependendo directamente do arguido AA “B...”, situavam-se os arguidos ...KK... todos eles de nacionalidade romena” – facto provado sob o n.º 29).
3. (“Cada um destes intervenientes tinha funções previamente definidas pelo arguido AA” – facto provado sob o n.º 30).
4. (“O arguido KK era também o responsável pela exploração sexual de CCC” – facto provado sob o n.º 309).
5. (“O mesmo não desenvolvia qualquer actividade laboral ...” – facto provado sob o n.º 310).

- GG na parte em que alega:

A existência do vício de erro notório na apreciação da prova – artigo 410.º- n.º 2 -c), do CPP (n.ºs 163 a 176 da motivação e conclusões 4 a 10, inclusive);

- AA, JJ e DD na parte em que invocam os vícios da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada e erro notório na apreciação da prova – artigo 410.º- n.º 2. a) e b) do CPP – e impugnam a seguinte matéria de facto dada como provada (conclusões n.ºs 10 a 12, inclusive):

“No dia 26 de Novembro de 2007, a arguida DD telefonou à arguida JJ, perguntando-lhe onde é que a mesma estava, tendo aquela respondido que tinha ido comprar uma mala. Nessa ocasião a arguida DD disse à arguida JJ que o arguido AA queria falar com ela, tendo-lhe passado o telefone. O arguido AA disse à arguida JJ que tinha uma mala com cerca de 7 kg para a mesma levar para a Roménia e que lhe iria entregar dinheiro, aproximadamente de €5.000 (cinco mil euros) para a mesma levar para a Roménia (cfr. sessão 2534 do Alvo 34356M) – facto provado sob o n.º 281;

“No dia 27 de Novembro de 2007, o arguido AA ligou para a DDDD, a quem comunicou ter enviado, pela JJ umas coisas, designadamente €5.000 (cinco mil euros) que aquela tinha que lhe entregar e que na roupa que enviou seguia mais dinheiro cuja existência JJ desconhecia (cfr. sessão 4536 do Alvo 34357M) – facto provado sob o n.º 282; e

“A viagem de regresso da arguida JJ a Portugal foi paga pelo arguido AA (cfr. sessão 4692, do Alvo 34357M) – facto provado sob o n.º 283,

- NN, na parte em que alega:

A existência do vício de insuficiência da prova e do vício da contradição entre a matéria de facto dada como provada e a fundamentação;

Tais arguidos invocam, nas respectivas motivações e conclusões – nos segmentos indicados-vícios da matéria de facto.

Porém, como decorre claramente do atrás se expôs, o recurso para este Supremo Tribunal é restrito à matéria de direito, embora o STJ possa conhecer dos vícios da matéria de facto nos termos (supra) referidos: por iniciativa própria, para evitar que a decisão de direito se apoie em matéria de facto claramente insuficiente, ou fundada em erro de apreciação ou assente em premissas contraditórias, detectadas por iniciativa do STJ, ou seja, se concluir que, por força da existência de qualquer daqueles vícios, não pode

chegar a uma correcta solução de direito e devendo sempre o conhecimento oficioso ser encarado como excepcional, surgindo como último remédio contra tais vícios.

Ora, da análise do acórdão recorrido, do respectivo texto, por si só ou conjugado com as regras da experiência comum e sem recurso a quaisquer elementos externos ou exteriores ao mesmo (designadamente declarações ou depoimentos exarados no processo, designadamente em julgamento e/ou documentos) não se indicia a existência de qualquer um daqueles vícios.

Na verdade, daquele texto considerado nos termos referidos e indicados no citado artigo 410.º - n.º 2 do CPP, não se indicia quer a insuficiência da matéria de facto para a decisão de direito, quer erro notório na apreciação das provas ou seja erro de que todos se apercebam directamente ou que a decisão esteja eivada de clara contradição insanável na fundamentação.

Isto é, da decisão recorrida, considerada por si só ou conjugada com as regras da experiência comum não se indicia erro grosseiro na decisão da matéria de facto, erro patente, que não escapa à observação do homem de formação média.

Do texto da decisão recorrida considerada nos termos referidos não resulta de forma evidente uma conclusão contrária àquela a que o tribunal chegou.

Aliás, resulta claro daquelas motivações dos referidos recorrente que estes – nos aspectos atrás referidos-afinal impugnaram a convicção adquirida pelo tribunal “a quo” sobre determinados factos, em contraposição com a que sobre os mesmos eles adquiriram em julgamento, esquecendo-se do princípio da livre apreciação da prova constante do artigo 127.º do CPP.

Só que, como se disse, estamos no domínio da livre apreciação da prova – artigo 127.º do CPP – que não se confunde com apreciação arbitrária da mesma e que tem como pressupostos valorativos a obediência a critérios da experiência comum e da lógica do homem médio suposto pela ordem jurídica.

E é dentro destes pressupostos que o julgador deve colocar-se ao apreciar livremente a prova (cfr. Alberto dos Reis in CPC Anotado e Comentado, III, pg. 246; Cavaleiro de Ferreira in Curso de Processo Penal, II, pg. 288; Eduardo Correia, Les Preuves em Droit Penal Portugais, RDES, XIV; e Germano Marques da Silva, Curso de Processo Penal, II, pg.107).

E o CPP instituiu sistemas de motivação e controle em sede de apreciação da prova, com realce para a consagração de um sistema que obriga a uma correcta fundamentação fáctica das decisões que conheçam a final do objecto do processo, de modo a permitir-se um efectivo controle da sua motivação (cfr. Marques Ferreira in Jornadas de Direito Processual Penal, pg. 228).

Ora, no caso em apreço, está bem explícita na decisão recorrida a forma como o Tribunal adquiriu e formou a sua convicção, que está bem fundamentada, objectivada e logicamente motivada, sendo que os elementos de prova produzidos, foram apreciados pelas instâncias de acordo com as regras legalmente estabelecidas.

De qualquer modo, estamos – alegadamente-perante vícios atinentes à matéria de facto que, por isso, só podem ser conhecidos por este Supremo Tribunal, nos termos supra explanados.

Ora, repete-se, analisado o texto da decisão recorrida-considerado por si só e sem recurso a quaisquer elementos externos nos termos indicados no citado artigo 410.º-n.º 2 do CPP concluímos pela inexistência dos alegados vícios e dos previstos no artigo 410.º-n.º 2 do CPP.

E, porque, como se disse, o recurso para este Supremo Tribunal visa exclusivamente o reexame da matéria de direito, não sendo possível recorrer-se para o STJ com fundamento na existência de vícios da matéria de facto (designadamente os previstos nas várias alíneas do n.º 2 do artigo 410.º-n.º 2 do CPP), os recursos acima referidos, dos arguidos KK, GG, AA, JJ e DD não são admissíveis com aquele fundamento (como atrás se disse).

Por isso e no(s) segmento(s) atrás indicado(s), rejeita-se cada um daqueles recursos.

Por outro lado, como também já atrás se disse, as questões respeitantes:

- À invocada nulidade das declarações para memória futura (questão suscitada pelos arguidos/recorrentes KK, AA, JJ e DD);
- À invocada nulidade da decisão recorrida por falta ou insuficiente fundamentação e por omissão de pronúncia (questão suscitada por todos os arguidos/recorrentes);
- À verificação de alegados vícios da matéria de facto dada como assente (questão suscitada pelos arguidos/recorrentes AA, JJ, DD, GG e NN);

- À subsunção jurídica dos factos provados, que as instâncias tiveram como integradores dos crimes de associação criminosa (questão suscitada nos recursos de todos os arguidos/recorrentes) e de lenocínio, seja na perspectiva de crime continuado (questão suscitada pela arguida/recorrente GG) ou crime único (questão suscitada pelo arguido/recorrente NN); e ainda,

- À invocada nulidade do acórdão recorrido por omissão de pronúncia, designadamente quanto à reapreciação da matéria de facto impugnada pelos recorrentes (questão suscitada pelos arguidos/recorrentes AA, JJ e DD);

São questões atinentes aos crimes por que os arguidos/recorrentes foram condenados em penas parcelares de medida não superior a 4 anos de prisão.

Por isso, não podem ser aqui e agora sindicadas por este STJ dada a irrecorribilidade do acórdão da Relação, nessa parte.

Por isso, também no(s) segmento(s) atrás indicado(s), rejeita-se cada um daqueles recursos.

Além disso, no que respeita à alegada nulidade da decisão recorrida por falta ou insuficiente fundamentação da matéria de facto, por omissão de pronúncia (na fundamentação da matéria de facto) e falta de exame crítico da prova, trata-se, também aqui e neste segmento, de questão atinente à matéria de facto, subtraída, portanto, ao conhecimento deste STJ.

Na verdade:

A alegação de nulidade por falta de fundamentação ou de fundamentação insuficiente da decisão recorrida, alicerça-se no facto de o acórdão da Relação, naquele segmento, ter remetido para o acórdão da 1.^a Instância (recorrentes KK e NN) e/ou ter remetido em muitas das suas respostas ao recorrente para as respostas desenhadas para outros recorrentes, quer porque não enumerou uma única prova concreta e articulada que tenha levado à formação da sua convicção e manutenção da decisão da 1.^a Instância (recorrente KK); ou na alegação de que não basta enumerar os meios de prova; é preciso que o tribunal apresente um exame crítico das provas que serviram para formar a sua convicção, o que não foi feito (recorrentes GG e NN)

Com efeito, entendem os recorrentes que o acórdão recorrido, na fundamentação da matéria de facto, remeteu para o acórdão da 1.^a Instância, também não enumerou

as provas concretas que levaram à formação da sua convicção e não fez o exame crítico da prova.

Ora, como decorre claro do estatuído no artigo 374.º- n.º 2 do CPP a fundamentação (da sentença) não se satisfaz com a simples enumeração dos meios de prova produzidos na audiência de julgamento, sendo necessário o exame crítico desses meios de prova.

Tal exame crítico servirá para convencer os interessados e a comunidade em geral, da bondade da decisão, ou seja, que no caso em apreço, foi feita uma correcta aplicação da justiça.

Esse exame crítico das provas a que faz referência o n.º 2 do artigo 374.º do CPP, em sede de fundamentação da sentença, consiste tão somente na indicação das razões que levaram a que determinada prova tenha convencido o tribunal (cfr. Ac. STJ de 24.06.1999, processo 457/99 – 3.ª, in SASTJ n.º 32, 88).

Como se refere no Ac. deste STJ in processo n.º 662/05:

“...A fundamentação da sentença consiste, pois, na exposição dos motivos de facto (motivação sobre as provas e sobre a decisão em matéria de facto) e de direito (enunciação das normas legais que foram consideradas e aplicadas) que determinaram o sentido («fundamentaram») a decisão.

As decisões judiciais, com efeito, não podem impor-se apenas em razão da autoridade de quem as profere, mas antes pela razão que lhes subjaz (Cfr. Germano Marques da Silva, “Curso de processo penal”, III, pág. 289).

A garantia de fundamentação é indispensável para que se assegure o real respeito pelo princípio da legalidade da decisão judicial; o dever de o juiz respeitar e aplicar correctamente a lei seria afectado se fosse deixado à consciência individual e insindicável do próprio juiz. A sua observância concorre para a garantia da imparcialidade da decisão; o juiz independente e imparcial só o é se a decisão resultar fundada num apuramento objectivo dos factos da causa e numa interpretação válida e imparcial da norma de direito (cfr. Michele Taruffo, “Note sulla garanzia costituzionale della motivazione”, in BFDUC, ano 1979, Vol. LV, págs. 31-32).

A fundamentação adequada e suficiente da decisão constitui uma exigência do moderno processo penal e realiza uma dupla finalidade: em projecção exterior (extraprocessual), como condição de legitimação externa da decisão pela possibilidade que permite de

verificação dos pressupostos, critérios, juízos de racionalidade e de valor e motivos que determinaram a decisão; em outra perspectiva (intraprocessual), a exigência de fundamentação está ordenada à realização da finalidade de reapreciação das decisões dentro do sistema de recursos para reapreciar uma decisão o tribunal superior tem de conhecer o modo e o processo de formulação do juízo lógico nela contido e que determinou o sentido da decisão (os fundamentos) para, sobre tais fundamentos, formular o seu próprio juízo.

Em matéria de facto, a fundamentação remete, como refere o segmento final do n.º 2 do artigo 374.º do CPP (acrescentado pela Reforma do Processo Penal com a Lei n.º 58/98, de 25 de Agosto), para a indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal.

A lei impõe, pois, como critério e base essencial da fundamentação da decisão em matéria de facto, o «exame crítico das provas», mas não define, nem expressa elementos sobre algum modelo de integração da noção.

O “exame crítico” das provas constitui uma noção com dimensão normativa, com saliente projecção no campo que pretende regular a fundamentação em matéria de facto -, mas cuja densificação e integração faz apelo a uma complexidade de elementos que se retiram, não da interpretação de princípios jurídicos ou de normas legais, mas da realidade das coisas, da mundividência dos homens e das regras da experiência; a noção de “exame crítico” apresenta-se, nesta perspectiva fundamental, como categoria complexa, em que são salientes espaços prudenciais fora do âmbito de apreciação próprio das questões de direito.

Só assim não será quando se trate de decidir questões que têm a ver com a legalidade das provas ou de decisão sobre a nulidade, e consequente exclusão, de algum meio de prova.

O exame crítico consiste na enunciação das razões de ciência reveladas ou extraídas das provas administradas, a razão de determinada opção relevante por um ou outro dos meios de prova, os motivos da credibilidade dos depoimentos, o valor de documentos e exames, que o tribunal privilegiou na formação da convicção, em ordem a que os destinatários (e um homem médio suposto pelo ordenamento jurídico, exterior ao processo, com a experiência razoável da vida e das coisas) fiquem cientes da lógica do raciocínio seguido pelo tribunal e das razões da sua convicção (cfr., v. g., Acórdão do Supremo Tribunal de 30 de Janeiro de 2002, processo 3063/01).

O rigor e a suficiência do exame crítico têm de ser aferidos por critérios de razoabilidade, sendo fundamental que permita exteriorizar as razões da decisão e o processo lógico, racional e intelectual que lhe serviu de suporte (acórdãos do Supremo Tribunal de 17 de Março de 2004, processo 4026/03; de 7 de Fevereiro de 2002, processo 3998/00 e de 12 de Abril de 2000, processo 141/00).

No que respeita à fundamentação da decisão sobre a matéria de facto, a que se refere especificamente a exigência da parte final do artigo 374.º, n.º 2 do CPP, o exame crítico das provas permite (é a sua função processual) que o tribunal superior, fazendo intervir as indicações extraídas das regras da experiência e perante os critérios lógicos que constituem o fundo de racionalidade da decisão (o processo de decisão), reexamine a decisão para verificar da (in)existência dos vícios da matéria de facto a que se refere o artigo 410.º, n.º 2 do CPP; o n.º 2 do artigo 374.º impõe uma obrigação de fundamentação completa, permitindo a transparência do processo de decisão, sendo que a fundamentação da decisão do tribunal colectivo, no quadro integral das exigências que lhe são impostas por lei, há-de permitir ao tribunal superior uma avaliação segura e cabal do porquê da decisão e do processo lógico-mental que serviu de suporte ao respectivo conteúdo decisório (cfr., nesta perspectiva, o acórdão do Tribunal Constitucional, de 2 de Dezembro de 1998).

A obrigatoriedade de indicação das provas que serviram para formar a convicção do tribunal e do seu exame crítico, destina-se, pois, a garantir que na sentença se seguiu um procedimento de convicção lógico e racional na apreciação das provas, e que a decisão sobre a matéria de facto não é arbitrária, dominada pelas impressões, ou afastada do sentido determinado pelas regras da experiência ...”.

Ora, não dizendo a lei em que consiste o exame crítico das provas, esse exame tem de ser aferido com critérios de razoabilidade, sendo fundamental que permita avaliar cabalmente o porquê da decisão e o processo lógico-formal que serviu de suporte ao respectivo conteúdo (cfr. Acs. STJ de 12.04.2000, processo 141/2000, in SASTJ n.º 40, 48, de 11.10.2000, processo 2253/2000 – 3.ª, in SASTJ n.º 44, 70, de 26.10.2000, processo 2528/2000 – 5.ª, SASTJ n.º 44, 91 e de 07.02.2001, processo 3998/00 – 3.ª, SASTJ n.º 48, 50).

O exame crítico da prova tem como objecto apenas e tão só, os factos essenciais para a qualificação jurídico-criminal do ilícito, para a definição do seu circunstancialismo

relevante e para a determinação da responsabilidade do agente (cfr. Ac. STJ de 26.10.2000, processo 2528/2000 – 5.^a, SASTJ n.º 44, 91).

Porém, “A fundamentação da sentença, na parte que respeita à indicação e exame crítico das provas, não tem de ser uma espécie de “assentada” em que o tribunal reproduza os depoimentos das testemunhas ouvidas, ainda que de forma sintética, sob pena de se violar o princípio da oralidade que rege o julgamento (cfr. Ac. STJ de 07.02.2001, processo 3998/00 – 3.^a, SASTJ n.º 48, 50).

Como se refere de forma bem clara no Ac. deste STJ de 30.01.02, processo 3063/01 – 3.^a, SASTJ n.º 57, 69 “A disposição do artigo 374.º-n.º 2 do CPP sobre o exame crítico das provas não obriga os julgadores a uma escarpelização de todas as provas que foram produzidas e, muito menos, a uma reprodução do tipo gravação magnetofónica dos depoimentos prestados na audiência, o que levaria a uma tarefa inoportável com sadias regras de trabalho e eficiência, e ao risco de falta de controlo pelos intervenientes processuais da transposição feita para o acórdão. A partir da indicação e exame das provas que serviram para formar a convicção do tribunal, este enuncia as razões de ciência extraídas destas, o porquê da opção por uma e não por outra das versões apresentadas, se as houver, os motivos da credibilidade em depoimentos, documentos ou exames que privilegiou na sua convicção, em ordem a que um leitor atento e minimamente experimentado fique ciente da lógica do raciocínio seguido pelo tribunal e das razões da sua convicção”.

Esse exame crítico das provas corresponde, no fundo, à indicação dos motivos que determinaram a que o tribunal formasse a convicção probatória num determinado sentido, aceitando um e afastando outro, porque é que certas provas são mais credíveis do que outras, servindo de substracto lógico-racional da decisão (neste sentido Ac. STJ de 17.03.2004, processo 4026/03 – 3.^a).

Como também se diz no já citado Ac. deste STJ in processo 662/05:

“A integração das noções de “exame crítico” e de “fundamentação” através dos elementos que lhes permitem dar sentido e funcionalidade intraprocessual conduz, porém, a que a dimensão a que se acolhem não se reduza à (ou sequer consista na) interpretação de princípios jurídicos ou de normas como operação prévia à respectiva aplicação a uma dada situação de facto preconstituída, mas, em diverso, envolve a implicação, ponderação e aplicação de critérios de natureza prudencial que permitam avaliar e decidir se as razões de uma decisão sobre os factos e o processo cognitivo de

que se socorreu são compatíveis com as regras da experiência da vida e das coisas, e com a razoabilidade das congruências dos factos e dos comportamentos.

Mas, sendo assim, a vocação de tais critérios e elementos de ponderação para avaliar se foi adequadamente efectuado o exame crítico das provas no âmbito das exigências da lei, retira o plano da decisão do espaço de intervenção dos juízos de eleição, interpretação e aplicação de um princípio ou norma legal, subtraindo-o, consequentemente, do âmbito da matéria de direito.

Se é certo que no momento final está em questão a aplicação de uma norma processual (integração de uma nulidade da sentença – artigo 379.º, n.º 1, alínea a), do CPP), tal questão tem como base e pressuposto, a montante, a verificação sobre a suficiência dos módulos da expressão do “exame crítico” para satisfazer as condições e exigências da categoria da lei, que se não acolhe a critérios normativos, mas antes a juízos próprios da ponderação prudencial que intercede através de elementos retirados da experiência da vida e das coisas, excluídos da noção e do conteúdo da matéria de direito.

Deste modo, a decisão sobre a suficiência da fundamentação na referência ao “exame crítico” das provas não integra os poderes de cognição do Supremo Tribunal, tal como definidos no artigo 434.º do CPP, salvo quando tenha (deva) decidir sobre a verificação dos vícios do artigo 410.º, n.º 2 do CPP (sublinhado nosso).

Esta conclusão, tirada em perspectiva e construção conceptual, é confirmada por outro modelo de compreensão, da ordem das necessárias congruências sistémicas.

A exigência de exame crítico das provas, como momento essencial da fundamentação da decisão em matéria de facto (exigência específica introduzida, como se salientou, pela Reforma de 1998) tem como finalidade processual permitir, no âmbito do recurso em matéria de facto, a reponderação pelo tribunal de recurso dos critérios usados na decisão recorrida para formar a convicção sobre os factos, ou, mais directamente, decidir sobre a verificação dos vícios do artigo 410.º, n.º 2 do CPP, permitindo determinar se os procedimentos de apreciação das provas, tal como constam da decisão, encerram alguma incongruência que possa integrar os vícios em matéria de facto, nomeadamente o enunciado na alínea c) do n.º 2 do artigo 410.º do CPP.

As questões ligadas ao exame crítico, e a base ou os elementos necessários à decisão sobre a existência dos vícios do artigo 410.º, n.º 2 do CPP identificam-se essencialmente, constituindo aquelas necessário antecedente para a decisão sobre estes; por isso, o

tribunal de recurso que primeiramente deva conhecer dos referidos vícios tem também de conhecer da suficiência da respectiva base de decisão, mesmo quando tal questão apenas seja autonomamente submetida como objecto do recurso.

O recurso que verse, ou verse também, matéria de facto, designadamente os vícios referidos no art.º 410.º, terá sempre que ser dirigido à Relação, em cujos poderes de cognição está incluída a apreciação da matéria de facto e da consequente matéria de direito (cfr. jurisprudência constante do Supremo Tribunal: v. g., entre muitos outros, o acórdão de 21 de Junho de 2001, processo 1295/01) ...”.

Do que se deixa exposto resulta claro que a decisão sobre a suficiência da fundamentação na referência ao “exame crítico” das provas não integra os poderes de cognição do Supremo Tribunal, tal como definidos no artigo 434.º do CPP, salvo quando tenha (deva) decidir sobre a verificação dos vícios do artigo 410.º, n.º 2 do CPP.

Por outro lado, “a norma do artigo 374.º-n.º 2 do CPP não tem aplicação em toda a sua extensão, quando aplicada aos tribunais de recurso. Nomeadamente não faz sentido a aplicação da parte final de tal preceito (exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal) quando referida a acórdão confirmatório proferido pelo Tribunal da Relação ou quando referida a acórdão do STJ funcionando como tribunal de revista.

Se a Relação, reexaminando a matéria de facto, mantém a decisão da 1.ª Instância, é suficiente que do respectivo acórdão passe a constar esse reexame e a conclusão de que, analisada a prova respectiva, não se descortinaram razões para exercer censura sobre o decidido” (neste sentido cfr. Ac. STJ de 13.11.02, processo 3214/02 – 3.ª, SASTJ n.º 65, 60) pelo que pode dizer-se que o acórdão recorrido contém um exame crítico da prova que, embora sucinto, pode considerar-se suficiente, porque confirmativo da decisão de 1.ª Instância,

Na verdade, como se disse, o exame crítico da prova “não obriga os julgadores a uma escarpelização de todas as provas que foram produzidas e, muito menos, a uma reprodução do tipo gravação magnetofónica dos depoimentos prestados na audiência, o que levaria a uma tarefa inoportável com sadias regras de trabalho e eficiência, e ao risco de falta de controlo pelos intervenientes processuais da transposição feita para o acórdão”.

Face ao exposto resulta claro que estamos perante questões atinentes à matéria de facto de que este STJ não pode conhecer.

Daí que, nesta parte, também por esta razão, os recursos tenham de ser rejeitados, por legalmente não admissíveis com este fundamento.

Medida das penas unitárias (apenas quanto aos arguidos KK, GG e NN).

Entende o arguido/recorrente KK que, “tendo em conta a matéria de facto tida por provada quanto ao relatório social de KK, o comportamento adequado e cumpridor das normas do estabelecimento prisional pelo arguido no qual se encontra detido e a sua jovem idade, consideram-se as penas extremas e muito severas, pelo que se pugna pela sua drástica diminuição”.

Daqui se constata que o recorrente não impugna directamente a medida da pena única que lhe foi aplicada.

Mas essa impugnação pode/deve ter-se por existente na medida em que impugna e considera exageradas as penas aplicadas (portanto, todas as penas – também a pena unitária).

A arguida/recorrente GG alega que a medida da pena aplicada em cúmulo jurídico não se encontra devidamente fundamentada pelo acórdão recorrido, no artigo 77.º do Código Penal.

E pugna pela aplicação de uma pena menor do que a que lhe foi aplicada.

O arguido/recorrente NN, sustenta que, a existir condenação do recorrente, esta deveria ter lugar apenas por um único crime de lenocínio p. e p. pelo artigo 169.º- n.º 1 do CP, cuja pena adequada seria a de 3 anos de prisão suspensa na sua execução.

E, depois, alega que não foram considerados os critérios estabelecidos nos artigos 71.º a 73.º do CP para aplicar ao recorrente 11 anos de prisão.

Os arguidos/recorrentes AA, JJ e DD não impugnam a medida das penas: nem das parcelares, nem da pena única.

Sobre a medida da pena única disse a 1.ª Instância “ ... Nos termos do disposto nos art.ºs 30.º, n.º 1 e 77.º, ambos do Código Penal, há que aplicar uma pena única a cada um destes arguidos.

É, tendo em conta todo o circunstancialismo descrito e a personalidade dos arguidos, bem evidenciada nos respectivos relatórios sociais, cujo teor foi transcrito na matéria de facto provada, que fixaremos uma pena única ...”.

Ora aquele “circunstancialismo descrito”, é o constante da matéria de facto provada e o referido a propósito da medida concreta da(s) pena(s) parcelar(es) pois, já nessa sede, diz o mesmo acórdão da 1.^a Instância:

“ ...Daí que o próprio art.º 71.º, n.º 2 do Código Penal, enumere uma série de circunstâncias atendíveis para a graduação e determinação concreta da pena que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor ou contra o agente, designadamente, o grau de ilicitude do facto, o modo de execução deste, a intensidade do dolo, as condições pessoais do agente, a sua situação económica, a conduta anterior ao facto e a falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifestada no facto, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena.

Tais parâmetros têm também inequívoco assento na punição do concurso de crimes, prevista no art.º 77.º do Código Penal.

Os crimes apurados são graves, muito graves, e causam pela sua índole e natureza, grande alarme social e intranquilidade pública.

A actividade desenvolvida pelos arguidos, e, bem espelhada na matéria que restou provada, reflecte uma total ausência de valores éticos e sociais. Configura uma clara violação da dignidade humana, da integridade moral e física da pessoa e, por isso, obstáculo à livre realização da respectiva personalidade, valores constitucionalmente protegidos – art.ºs 25.º e 26.º da Constituição da República.

As consequências nefastas para as vítimas são mais que evidentes, quer no que respeita à integração destas na sociedade, como seres humanos dignos, quer no que respeita à própria auto-estima e personalidade das mesmas.

Este tipo de crimes, lenocínio e tráfico de pessoas, contende com os valores mais altos de uma sociedade civilizada.

Violam, reitera-se, o quadro de valores constitucionalmente consagrados.

São, assim, elevadíssimas as necessidades de prevenção geral.

Também são muito elevadas as necessidades de prevenção especial.

Estamos perante condutas que pela sua persistência no tempo e total falta de responsabilização até ao final da audiência, revelam culpa acentuada, sendo no caso

do arguido AA mais agravada essa censura atento o papel preponderante e dominante que teve na prática dos factos.

Nenhum dos arguidos mostrou arrependimento pela sua conduta. O arguido AA, falando em nome de todos (assumindo também aqui a posição de líder), disse estarem inocentes.

É significativa a quantidade de vítimas envolvidas e dos proventos auferidos com essa actividade exclusiva.

Os arguidos agiram com culpa intensa, revestindo o dolo a modalidade de dolo directo, tendo-se no entanto em consideração o papel bem definido de cada um deles.

Só dois destes arguidos têm condenações registadas na Roménia. São eles KK e QQ.

Todos os arguidos romenos provem de famílias problemáticas, vivenciaram situações muito difíceis a nível económico, tendo sido autónomos “à força” e desde muito cedo. Isso transparece dos diferentes relatórios sociais junto aos autos. Neste contexto que se diria exógeno, os arguidos são também o produto das circunstâncias, como somos todos, afinal, uns com melhores condições que outros. O processo é conhecido. Este circunstancialismo tem inegável influência na culpa, na medida em que há algo de social nesta e não apenas o livre arbítrio do indivíduo.

Ponderados todos estes factores, afigura-se adequada a fixação das penas em medidas diferentes consoante os arguidos, reflectindo a diversa gravidade das condutas.

A avaliação conjunta dos factos praticados, da personalidade dos arguidos e da respectiva situação, leva-nos a considerar adequadas as seguintes penas: ...”.

Por seu turno, o acórdão recorrido (da Relação de Lisboa), na apreciação do recurso da arguida GG, relativamente à medida da pena, depois de transcrever parte do acórdão da 1.^a Instância) refere o seguinte:

“... relativamente à medida da pena, a recorrente GG entende não se encontrar fundamentadas as penas parcelares e unitária como o exige o art.º n.º 71, n.º 3 e n.º 77, n.ºs 1 a 4, do Código Penal ...

... Contrariamente ao expendido pela recorrente GG, o acórdão recorrido fundamenta em face da sobredita transcrição a medida das penas parcelares e da pena unitária aplicadas. Outra é, no entanto, a questão de a mesma recorrente não se conformar com essa medida,

sendo certo que a moldura penal abstracta do crime de tráfico foi agravada na última revisão do Código penal de 2007 que no caso é irrelevante por a data dos factos ser anterior...

...Conforme lição do Eminentíssimo Professor Doutor Figueiredo Dias, "apud" Direito Penal Português-As consequências jurídicas do crime, a págs. 213 e segs, a culpa e a prevenção são os dois elementos do binómio com que se determina a medida concreta da pena, sendo o processo dessa determinação resultante da posição do ordenamento jurídico sobre o sentido e fins das penas.

A prevenção atende às necessidades da comunidade social da punição do caso concreto nas quais assume especial relevância o reforço da consciência jurídica e o sentimento e segurança da mesma comunidade na validade e vigência da norma da norma penal violada (o que se chama prevenção geral positiva ou de integração).

A culpa, por seu turno, como juízo de censura quer referido ao facto quer à personalidade do agente, é o elemento pessoal do crime inultrapassável pelas exigências de prevenção em virtude do respeito que deve merecer a dignidade da pessoa humana.

A finalidade da aplicação de uma pena é primordialmente a tutela dos bens jurídico criminais e na medida possível a reinserção do agente na comunidade (cfr art.º 40.º, n.º 1 do Código Penal).

Daí que a medida da pena corresponda à medida da necessidade prospectiva, virada para o futuro, de tutela no caso concreto dos bens jurídicos criminais violados, no sentido da prevenção geral positiva ou de integração de que decorre o princípio político criminal básico da própria necessidade da pena consagrado no art.º 18, n.º2 da Constituição da República Portuguesa, em que a pena figura como "estabilização contrafática das expectativas comunitárias na validade da norma violada."

E a medida da necessidade de tutela dos bens jurídicos não é um acto de valoração abstracto, mas um acto de valoração concreto realizado pelo julgador à luz das circunstâncias do caso, abrangendo quer elementos externos quer elementos directamente atinentes ao facto ou ainda ao agente.

A verdadeira função da medida da culpa reside numa incondicional proibição de excesso no sentido atrás assinalado de ser um limite inultrapassável de todas e quaisquer considerações preventivas, quer preventiva geral positiva ou de integração quer preventiva geral negativa ou de intimidação, quer ainda, relativamente ao

delinquente, de prevenção especial positiva (reintegração social) ou de prevenção especial negativa (segurança e neutralização).

A medida da pena, assim limitada pela medida da culpa, vem a ser em ultimo termo determinada em função da prevenção especial de reintegração social do delinquente, só deste modo e por esta via se alcançando uma eficácia óptima da protecção dos bens jurídicos, mas sem se perder de vista a defesa do ordenamento jurídico em face da necessidade de tutela dos bens jurídicos criminais e da estabilização das expectativas comunitárias na validade da norma violada, acima referidas, que se impõe atender na fixação do limite mínimo da pena aplicável.

Hans Heinrich Jescheck, "apud" Tratado de Derecho Penal, pág. 92 e segs, ensina também que o ponto de referência da retribuição reside na culpabilidade e o da prevenção na perigosidade que radica na pessoa do delinquente e em sentido geral na disposição constitucional de todo o ser humano de cometer crimes.

A retribuição nada tem a ver com vingança, com escuros sentimentos de ódio ou com instintos agressivos reprimidos da sociedade: a retribuição é um princípio proporcional. De acordo com a ideia de retribuição, o delito cometido é causa e medida da pena que, por sua vez, é a resposta ao delito e deve adaptar-se ao grau de injusto e de culpabilidade, i.e, adequar-se à sua natureza e gravidade (princípio da culpabilidade).

A ideia de retribuição apoia-se em três pressupostos imanescentes: o primeiro é que a faculdade do Estado de dar ao culpado o que merece, só pode justificar-se se se reconhecer a superioridade moral da comunidade sobre o delinquente; o segundo pressuposto da retribuição é que exista culpabilidade e que esta possa ser graduada de acordo com a sua gravidade; a ideia de retribuição supõe em terceiro lugar que, em princípio, é possível conciliar a gravidade da culpabilidade e a medida da pena de tal forma que a condenação se sinta merecida tanto pelo delinquente como pela comunidade. Da retribuição deve distinguir-se a expiação que reside na contribuição pessoal e moral do condenado o qual confirma a necessidade da pena e lhe devolve a liberdade moral.

A ideia de prevenção conduz a soluções opostas às da retribuição: o que interessa é a perigosidade do agente e a disposição criminal latente na comunidade. O delinquente não recebe o que merece por sua culpabilidade, mas o que necessita para a sua ressocialização. Segundo a ideia de prevenção a pena é um meio para prevenir futuros crimes. O delito não é causa, senão o motivo do castigo, evidenciando que a

intervenção do Estado é necessária porque existem sintomas de um estado perigoso. Igualmente a ideia de prevenção, não a de gravidade da culpabilidade, determina a espécie e medida da pena.

Do mesmo modo que a retribuição, também a prevenção parte de três pressupostos imanescentes: o primeiro é a possibilidade de poder fazer com suficiente segurança um prognóstico do comportamento humano futuro; o segundo é que a pena se adeque à perigosidade com tal exactidão que possa aparecer pelo menos como provável o resultado preventivo; o terceiro é que através dos elementos de intimidação, correcção e segurança que existem na pena e especialmente através do labor sociopedagógico durante a execução da pena, possa ser combatida a tendência para a criminalidade que há não só nos jovens como também nos adultos.

Também a prevenção necessita para se justificar da certeza de que o Estado está legitimado para adaptar, através da coacção penal, os delinquentes perigosos aos modelos de comportamento dominantes na sociedade. A eficácia preventiva da pena pode ser dupla.

Assim, quando o resultado da prevenção incide na totalidade dos cidadãos, fala-se em prevenção geral.

E enquanto a prevenção geral aspira a prevenir o delito na comunidade, a prevenção especial ou individual dirige-se ao próprio condenado, que, através da lição que recebe com a pena, deve desviar-se de futuros erros e educar-se para que se adapte às ideias sociais dominantes na comunidade.

Retribuição e prevenção não são pólos opostos irreconciliáveis. É possível uma unificação de maneira que a pena não se esgote certamente em si mesma, senão que se comine e aplique com o fim de proteger a sociedade de futuros delitos, mas de maneira que também sirva para compensar a culpabilidade pelo delito cometido buscando alcançar o resultado preventivo de forma justa. A pena justa tem que cumprir deste modo uma função preventiva e reeducativa na comunidade, enquanto tem uma força configuradora dos costumes, e no condenado, enquanto princípio proporcional que apela ao seu sentido de responsabilidade.

No caso, a medida concreta das penas parcelares encontrada para os arguidos é adequada e proporcional à satisfação das exigências propostas no citado art.º 40, n.º1 do Código penal, pelo que acolhemos inteiramente a fundamentação que consta no acórdão recorrido

Relativamente à pena unitária dispõe o art.º 77.º do mesmo diploma que:

1. Quando alguém tiver praticado vários crimes antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles é condenado numa única pena. Na medida da pena são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente.

2. A pena aplicável tem como limite máximo a soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes, não podendo ultrapassar 25 anos tratando-se de pena de prisão e 900 dias tratando-se de pena de multa; e como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes.

.....
O referido Prof. Doutor Figueiredo Dias, "apud" Direito Penal Português-As consequências jurídicas do crime, Editorial Notícias, 1993, a págs. 291 ensina que:

“Tudo deve passar-se por conseguinte, como se o conjunto dos factos fornecesse a gravidade do ilícito global perpetrado, sendo decisiva para a sua avaliação a conexão e o tipo de conexão que entre os factos concorrentes se verifique. Na avaliação da personalidade unitária do agente relevará, sobretudo, a questão de saber se o conjunto dos factos é reconduzível a uma tendência ou eventualmente mesmo a uma «carreira» criminosa, ou tão só a uma pluriocasionalidade que não radica na personalidade; só no primeiro caso, já não no segundo, será cabido atribuir à pluralidade de crimes um efeito agravante dentro da moldura penal conjunta. De grande relevo será também a análise do efeito previsível da pena sobre comportamento futuro do agente (exigências de prevenção especial de socialização)”.

No caso em apreço, o conjunto dos factos é reconduzível a uma tendência criminosa dos agentes para ganhos fáceis sem trabalho honesto, o que impõe o gravame da medida da pena unitária aplicada aos arguidos no acórdão recorrido que sufragamos.

Donde improcede o recurso de GG ...”.

E, o mesmo acórdão recorrido, na apreciação dos recursos dos arguidos KK e NN, na parte relativa à medida das penas parcelares e da pena unitária, remeteu para tudo quanto disse na decisão respeitante ao recurso da arguida GG.

É o que resulta claro do acórdão recorrido, quando diz (quanto ao arguido KK):

“...Por ultimo, no tocante à medida das penas parcelares e da pena unitária remetemos para tudo quanto acima dissemos relativamente a GG ...”.

E, quando diz (quanto ao arguido NN):

“ ... No que respeita à medida das penas remete-se para o que dito ficou quanto a GG, sendo certo que as necessidades de prevenção especial da pena, que não foram menosprezadas na sua medida concreta, visam evitar que o agente que delinuiu não volte a cometer crimes, tornando-se assim insustentável a suspensão da execução da pena única de 11 anos de prisão nos termos do art.º 50 do Código Penal ...”.

Apreciando e decidindo:

Diga-se, antes do mais, que aquela referida remissão, tem de entender-se, obviamente, como respeitante às considerações feitas com vista à fundamentação das penas aplicadas.

Isto é, o tribunal considerou desnecessária a repetição daquelas considerações que, se assim não fosse, voltaria a consignar ou reescrever, para fundamentar a medida das penas aplicadas aos arguidos KK e NN.

Trata-se de uma técnica que, embora possa conter alguns inconvenientes, não se nos afigura ilegal quando, como é o caso, as considerações feitas a propósito de um dos arguidos, são ajustadas e aplicáveis a cada um dos demais arguidos em causa.

É o mesmo que tratar, apreciar e decidir, conjuntamente, da medida das penas a aplicar aos arguidos/recorrentes em causa. Seria procedimento técnico quiçá mais adequado. Porém, a técnica adoptada não viola quaisquer direitos dos arguidos, inexistindo qualquer nulidade.

Prosseguindo:

Estabelece o artigo 77.º, n.º 1, do Código Penal, na redacção do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, inalterado pela Lei n.º 59/07, de 4 de Setembro:

“Quando alguém tiver praticado vários crimes antes de transitar em julgado a condenação por qualquer deles é condenado numa pena única. Na medida da pena são considerados, em conjunto, os factos e a personalidade do agente”.

E dispõe o n.º 2, que “A pena aplicável tem como limite máximo a soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes, não podendo ultrapassar 25 anos tratando-se de pena de prisão e 900 dias tratando-se de pena de multa; e como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes”.

A medida da pena a atribuir em sede de cúmulo jurídico tem uma especificidade própria.

Por um lado, está-se perante uma nova moldura penal mais abrangente.

Por outro, tem lugar uma específica fundamentação, que acresce à decorrente do artigo 71.º do Código Penal.

Como refere Figueiredo Dias, Direito Penal Português-As Consequências Jurídicas do Crime, Aequitas, Editorial Notícias, 1993, §§ 420 e 421, págs. 290/2, a pena conjunta do concurso será encontrada em função das exigências gerais de culpa e de prevenção, fornecendo a lei, para além dos critérios gerais de medida da pena contidos no art.º 72.º- n.º1 (actual 71.º- n.º 1), um critério especial: o do artigo 77.º, n.º 1, 2.ª parte.

Explicita o Autor que, na busca da pena do concurso, “Tudo deve passar-se como se o conjunto dos factos fornecesse a gravidade do ilícito global perpetrado, sendo decisiva para a sua avaliação a conexão e o tipo de conexão que entre os factos concorrentes se verifique.

Na avaliação da personalidade – unitária – do agente relevará, sobretudo, a questão de saber se o conjunto dos factos é reconduzível a uma tendência (ou eventualmente mesmo a uma «carreira») criminosa, ou tão só a uma pluriocasionalidade que não radica na personalidade: só no primeiro caso, já não no segundo, será cabido atribuir à pluralidade de crimes um efeito agravante dentro da moldura penal conjunta”.

E acrescenta que “de grande relevo será também a análise do efeito previsível da pena sobre o comportamento futuro do agente (exigências de prevenção especial de socialização)”.

Na consideração dos factos (do conjunto dos factos que integram os crimes em concurso) está ínsita uma avaliação da gravidade da ilicitude global, que deve ter em conta as conexões e o tipo de conexão entre os factos em concurso (neste sentido, acórdãos do STJ, de 09-01-2008, CJSTJ 2008, tomo 1, pág. 181; de 06-02-2008, processos n.ºs 129/08-3.ª e 3991/07-3.ª CJSTJ 2008, tomo I, pág. 221; de 06-03-2008, processo n.º 2428/07-5.ª; de 13-03-2008, processo n.º 1016/07-5.ª; de 02-04-2008, processos n.ºs 302/08-3.ª e 427/08-3.ª; de 09-04-2008, processo n.º 1011/08-5.ª; de 07-05-2008, processo n.º 294/08-3.ª; de 21-05-2008, processo n.º 414/08-5.ª; de 04-06-2008, processo n.º 1305/08-3.ª; de 27-01-2009, processo n.º 4032/08-3.ª) – cfr. Ac. STJ in processo n.º 8523.06.1, desta 3.ª Secção supra citado e que vimos seguindo de perto.

A moldura abstracta do concurso tem como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas, e como máximo a soma de todas elas, mas sem ultrapassar os 25 anos de prisão.

No caso concreto, a moldura de punição será:

Para a arguida/recorrente GG, de 3 anos e 6 meses a 28 anos e 6 meses de prisão; e

Para cada um dos arguidos KK e NN, de 3 anos e 6 meses a 27 anos e 6 meses de prisão.

Como refere Figueiredo Dias (As Consequências Jurídicas do Crime, pág. 420), “a pena única tem de socorrer-se dos parâmetros da fixação das penas parcelares, podendo funcionar como “guias” na fixação da pena do concurso.

A sua fixação – tal como resulta da lei – não se determina com a soma dos crimes cometidos e das penas respectivas, mas da dimensão e gravidade global do comportamento delituoso do arguido, pois tem de ser considerado e ponderado um conjunto de factos e a sua personalidade “como se o conjunto dos factos fornecesse a gravidade do ilícito global perpetrado” (Figueiredo Dias, cit, pág. 290-292)”.

Atento tudo o que se deixou dito, é óbvio que na pena única a aplicar, terá de relevar a medida de cada uma das penas concretas aplicadas por cada um dos crimes de associação criminosa, lenocínio e tráfico de pessoas.

Quanto à ilicitude, entendida como juízo de desvalor da ordem jurídica sobre um comportamento, por este lesar e pôr em perigo bens jurídico-criminais, sendo diversos os bens tutelados (os crimes em causa, de lenocínio e tráfico de pessoas, contendem com os mais altos valores de uma sociedade civilizada), será de considerar como elevadíssima, em relação a todos os arguidos, tendo em atenção a natureza e o modo de execução dos factos e o largo período de tempo durante o qual a actividade ilícita dos arguidos se manteve.

Quanto à modalidade de dolo, todos os arguidos/recorrentes agiram com dolo directo e intenso, substanciado no período em que se dedicaram à actividade ilícita, motivados pela obtenção de lucro fácil e avultado (é significativa a quantidade de vítimas envolvidas e dos proventos auferidos pelos arguidos, com aquela actividade ilícita exclusiva), tendo-se, porém, em conta, “o papel” bem definido de cada um dos arguidos.

Na avaliação da personalidade de cada um dos arguidos/recorrentes, importa reter o que consta dos factos dados como provados, nomeadamente, as suas condições

de vida, e que, à data da prática dos factos, a arguida GG tinha cerca de 34 anos de idade (actualmente 42), o arguido KK tinha cerca de 18 anos (actualmente 25) e o arguido NN tinha cerca de 19 anos (actualmente 26).

Por outro lado, é de considerar o ilícito global agora julgado como resultado de uma tendência criminosa dos arguidos para ganhos/lucros fáceis sem trabalho honesto.

No que toca às necessidades de prevenção, quer geral, quer especial, dúvidas não há de que são elevadíssimas: os crimes em questão contendem com os mais altos valores de qualquer sociedade civilizada e os arguidos/recorrentes carecem de socialização.

Por outro lado há também que ter em atenção o circunstancialismo exógeno em que os factos ocorreram (como se diz na decisão da 1.^a Instância “os arguidos são também o produto das circunstâncias, como somos todos, afinal, uns com melhores condições que outros. O processo é conhecido. Este circunstancialismo tem inegável influência na culpa, na medida em que há algo de social nesta e não apenas o livre arbítrio do indivíduo”).

Neste contexto, valorando o ilícito global perpetrado, ponderando em conjunto a gravidade dos factos e a sua relação com a personalidade de cada um dos arguidos/recorrentes, é de concluir que as penas conjuntas fixadas em 12 anos de prisão para a arguida/recorrente GG e em 11 anos de prisão para cada um dos arguidos/recorrentes KK e NN – situadas mais próximo do limite mínimo da moldura penal aplicável – embora não devam considerar-se excessivas e/ou desproporcionadas, devem sofrer uma ligeira redução, fixando-se agora as penas únicas em 11 anos de prisão para a arguida/recorrente GG e em 10 anos de prisão para cada um dos arguidos/recorrentes KK e NN, penas essas que se mostram justas, adequadas às finalidades de prevenção e proporcionais à culpa de cada um daqueles arguidos/recorrentes, tendo em conta a actividade desenvolvida por cada um deles (constante da factualidade dada como provada).

Decisão:

Pelo exposto, acordam no Supremo Tribunal de Justiça em:

1. Rejeitar os recursos, por legalmente inadmissíveis, relativamente às penas parcelares aplicadas a todos os arguidos/recorrentes e também relativamente às questões atinentes a essas penas e aos respectivos crimes, pois, nesses segmentos, não é admissível recurso para o STJ.

2. Rejeitar os recursos também relativamente à arguida nulidade da decisão recorrida por falta ou insuficiente fundamentação da matéria de facto (nesta parte terá, alegadamente, remetido para o acórdão da 1.^a Instância), por omissão de pronúncia (neste segmento não terá, alegadamente, enumerado as provas concretas que levaram à formação da convicção do tribunal) e por falta de exame crítico da prova, pois, sendo questões atinentes à matéria de facto, não é admissível recurso para o STJ.

3. Rejeitar, por legalmente inadmissíveis, os recursos dos arguidos AA, JJ e DD

4. Conceder parcial provimento aos recursos interpostos pelos arguidos/recorrentes GG, KK e NN, relativamente às penas únicas/conjuntas, fixando-se agora estas em 11 (onze) anos de prisão para a arguida GG e em 10 (anos) de prisão para cada um dos arguidos KK e NN.

Custas pelos recorrentes, nos termos dos artigos 513.º, n.ºs 1, 2 e 3 e 514.º, n.º 1, do CPP (na redacção anterior à que lhes foi dada pela Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro – Regulamento das Custas Processuais com as alterações introduzidas pelo artigo 156.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, uma vez que de acordo com o artigo 27.º daquela Lei, o novo regime de custas processuais só é de aplicar aos processos iniciados a partir de 20 de Abril de 2009), fixando-se a taxa de justiça no mínimo.

Lisboa, 23 de Junho de 2010

Fernando Fróis (Relator)

Henriques Gaspar

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 12-07-2011**Processo n.º 33/05.o JLSB.C-5.ª Secção (inédito).**

Excerto das questões relativas ou associadas ao tráfico de seres humanos, (pp. 776-803 do Acórdão).

SUMÁRIO

I. Crime de tráfico de pessoas – sucessão de leis no tempo: Somente com a revisão penal de 2007 se deu a fulcral alteração legal que permite, sem margem para dúvidas, a punição do tráfico internacional nas duas direcções, além do tráfico nacional. Interpretar a alusão a «país estrangeiro» com referência à pessoa da vítima (ou à sua nacionalidade) é ir longe demais, de acordo com a leitura sistemática que se deve fazer do texto legal inscrito no CP anterior a 2007, o aplicável aos autos. Se havia erro ou lapso – vazio legal inadmissível, ele terá sido, e bem, emendado em 2007.

II. Exploração sexual: É tido por nós assente que houve em 2007 um alargamento típico da tipificação legal do «crime de tráfico de pessoas», designadamente ao nível dos instrumentos internacionais que obrigavam o Estado português. O conceito de “exploração sexual” é, actualmente, suficientemente amplo para incluir as situações descritas nos autos. Verifica-se uma situação de aproveitamento objectivo por parte dos arguidos da situação de especial vulnerabilidade das vítimas, verdadeiramente instrumentalizadas e coisificadas.

III. Consentimento: O consentimento, estando em causa o «crime de tráfico de pessoas», é irrelevante e não pode ser usado como defesa para eximir alguém de responsabilidade penal.

IV. Actividade de "strip"/"table dance": O cariz "sexual" da actividade de "strip"/"table dance" (que seja objecto de exploração) resulta inquestionável da exposição do corpo e simulação de acto sexual (masturbação, cópula), que lhe está ínsita, ao contrário p.e. de um mero desfile de moda com partes do corpo desnudadas ou uma interpretação cénica em que o fim da satisfação sexual não é o fim imediato, ainda que alguma cena possa representar actos sexuais, há actos sexuais de relevo.

V. Crime de lenocínio – sucessão de leis no tempo: Após a revisão penal de 2007, a exploração para a prática de actos sexuais de relevo que não sejam a prostituição, deixou de integrar o objecto da tipificação legal no «crime de lenocínio», sem prejuízo

da eventual subsunção ao «crime de tráfico de pessoas» verificados que sejam os respectivos pressupostos legais.

ACÓRDÃO

(...)

2. A QUESTÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE PESSOAS

Também aqui o MP discorda das absolvições decretadas em Leiria.

Justificou-se, assim, o Colectivo:

«Do Crime de Tráfico de Pessoas:

Segundo a pronúncia, alguns dos arguidos, e como já se descreveu e especificou, terão cometido a prática de crimes de tráfico de pessoas, previstos e punidos pelo artigo 169.º do CP.»

Adoptando a mesma metodologia exposta no crime de associação criminosa, vejamos, para melhor compreensão, a evolução legislativa deste tipo legal – o crime de tráfico de pessoas:

Lê-se no art.º 169.º do CP, na redacção do DL 48/95, de 15.03:

«Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos».

Com a Lei N.º 65/98, de 02.09, passou tal preceito a ter a seguinte redacção:

«Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática, em país estrangeiro, da prostituição ou de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos».

Após a Lei N.º 99/2001, de 25.08, foi o seguinte o teor do art.º 169.º do CP:

«Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições

para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou de actos sexuais de relevo, é punido com prisão de 2 a 8 anos» (os sublinhados anteriores são nossos).

Finalmente, com a revisão do CP operada pela Lei 59/2007, de 04.09, o crime em apreço passou a ter o n.º 160.º, nele se lendo que:

Artigo 160.º

Tráfico de pessoas

1. Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
- b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
- c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
- d) Aproveitando-se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
- e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;

é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2. A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

3. No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4. Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

5. Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.ºs 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

6. Quem reter, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.ºs 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal».

Esta última redacção entrou em vigor no dia 15 de Setembro de 2007, conforme resulta do art.º 13.º da Lei em apreço.

Como vem de se expor, ao nível do Código Penal, o crime de tráfico de pessoas, no sentido da entrada dessas pessoas em Portugal (e não apenas da sua colocação em país estrangeiro), não tinha expressa redacção antes da citada Lei n.º 59/2007.

Ora, é inequívoco que todos os actos praticados pelos arguidos, envolvendo a entrada, o trânsito e a permanência de cidadãs estrangeiras, ocorreram antes de 15.09.2007. Também não oferece dúvidas que esses actos visaram introduzir e fazer permanecer essas cidadãs estrangeiras em território nacional.

Todavia, os arguidos foram acusados e, posteriormente, pronunciados por, anteriormente a 15.09.2007, introduzirem, transportarem, e fazerem permanecer essas cidadãs estrangeiras em território nacional.

No douto despacho de pronúncia, argumentou-se, para alicerçar tal decisão, o que, seguidamente, e para melhor entendimento, se transcreverá:

«Nesta linha, há que proceder a determinação do sentido jurídico normativo da norma em causa, em ordem a obter dela um critério jurídico no âmbito de uma problemática realização do direito, querendo isto significar que o critério da norma jurídica interpretanda que esta oferece só pode ser obtido através da «mediação da interpretação»; e tal interpretação tem de referir-se à fonte – norma em face das concretas exigências ou ao mérito concreto do problema jurídico a resolver e para que possa ser um critério adequado da sua solução traduzir-se-á sempre numa constitutiva «concretização» Prof. Castanheira Neves, Enciclopédia Polis, Vol. III, 659.

Em primeira linha, há que ter em consideração no trabalho interpretativo da norma o «elemento histórico» traduzido na consideração da génese do preceito interpretando, e levando em consideração os «materiais» ou os « trabalhos preparatórios » da elaboração do preceito normativo, e ainda a chamada circunstância jurídico social do seu aparecimento «occasio legis» bem como ainda as fontes legislativas respectivas.

A versão do crime de tráfico imputado aos arguidos foi introduzida pela Lei n.º 99/2001, de 25 de Agosto que fixou a sua actual redacção, sendo que tendo em consideração os trabalhos preparatórios, da discussão da aprovação de tal versão na Assembleia da República – Diário da sessão legislativa respectiva – verifica-se que se evidenciou uma unanimidade, por parte de todas as forças políticas representadas em tal órgão de soberania, de a versão normativa do crime de tráfico de pessoas, ser

alterada, passando a ter em conta a dimensão global do tráfico de pessoas em geral – que não apenas de Portugal para o estrangeiro –, de que se citam algumas passagens relevantes do debate dos senhores deputados da Assembleia da República – com sublinhado nosso de tal evidencia:

« a temática do tráfico de mulheres e crianças, fenómeno crescente a nível mundial, tendo Portugal como país de destino e importante ponto de passagem deve ser objecto de um amplo debate na sociedade portuguesa, acompanhado de eficazes medidas de prevenção e repressão dos crimes»;

«O tráfico de mulheres e raparigas tornou-se um dos crimes em mais rápido crescimento no Mundo, com impacto em todas as Nações (...) Portugal é o país de origem, de passagem e de destino de tráfico de mulheres. Vêm da África, Europa de Leste e América Latina, com destaque para o Brasil (...) estes crimes constituem uma clara violação dos direitos humanos estimulada por lucros avultados e legislação permissiva que atraem as redes criminosas internacionais e que atinge 700 000 mulheres e crianças anualmente, número que pode ser apenas uma pequena fracção da realidade, já que tratando-se de uma actividade clandestina, os dados são baseados em relatos e não em registos, não sendo portanto fidedignos»;

«No entanto, penso que das próprias Nações Unidas nos são trazidas algumas preocupações em termos de futuro, e que o Estado português deve estar atento ao que se está a passar em torno de um protocolo esse que se refere à prevenção, eliminação e punição do tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e raparigas (...) não é de exigir a falta de consentimento, porque haverá sempre tráfico. Esta parece-me uma proposta justa, que deverá ser apoiada por Portugal, porque, neste tráfico, muitas vezes, aparentemente, há um consentimento da vítima e é difícil provar que ele não existe (...). Em termos futuros há que fazer referência à necessidade de alterar o art.º 169.º do CP. »

«se há, na humanidade, crime repugnante, que choca a consciência colectiva, a nossa sensibilidade, a moral, a inteligência, que choca tudo o que um homem e uma mulher podem efectivamente sentir, esse é o tráfico de seres humanos»;

Da discussão que levou à aprovação da actual redacção do art.º 169.º do CP relativo ao tráfico de pessoas resulta que de modo unânime foi sentida a necessidade de proteger, e no que diz respeito aos autos, a dignidade e liberdade da mulher, independentemente, de o tráfico se fazer de Portugal para o estrangeiro, ou vice-versa. Em suma: em causa está todo o tráfico internacional de mulheres.

Tal argumento também esteve presente na «Exposição de motivos» do Projecto Lei n.º 369 / VIII, apresentado com vista à alteração dos art.ºs 169.º, 170.º, 176.º e 178.º do Código Penal, sendo que a aí se refere que «Estão em causa outros fenómenos a nível transnacional que atingem as crianças, mas também as mulheres, naquilo que é intrínseco ao ser humano: a dignidade ».

No que concerne às fonte legislativas da redacção do art.º 169.º do CP há que trazer à colação os instrumentos internacionais que vinculam o Estado português, de que se destaca a convenção contra a criminalidade organizada transnacional, conhecida como «Convenção de Palermo», bem como o Protocolo Adicional à mesma, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças que foram assinadas por Portugal em 15 de Dezembro de 2000, sendo que em relação ao « tráfico de pessoas», nos termos do art.º 3.º, alínea a) da mesma, se faz apelo ao « recrutamento, o transporte, transferência, alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou de benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração », resultando de tal normativo a tutela da dignidade do ser humano em geral contra actos de exploração sexual.

Também um conjunto de compromissos comunitários de Portugal enquanto membro da União Europeia levam a que a posição deste país seja a de reprimir o tráfico internacional de pessoas em geral, independentemente de aquele se fazer de fora de Portugal para o seu interior, ou de Portugal para o estrangeiro, de que se destaca o facto de com a alteração do Tratado da União Europeia se ter instituído o chamado terceiro pilar que permitiu à União Europeia obter mecanismos de cooperação relativo a matérias como a Justiça e assuntos internos.

Assim com o serviço europeu de polícia, onde se inclui o tráfico de seres humanos – Acção Comum 96/48/JAI, de 31 de Dezembro de 1996 – passou a reprimir-se tal actividade, que veio a ser incluída na Convenção Europol onde se faz referência à definição de tráfico de pessoas como o facto de submeter uma pessoa ao poder real e ilegal de outrem mediante recurso à violência ou a ameaças, abuso de autoridade ou utilização de subterfúgios, nomeadamente com o objectivo de se dedicar à exploração da prostituição de outrem, a formas de exploração e violências sexuais, especialmente em relação a menores ou ao comércio ligado ao abandono de crianças.

Também a Acção Comum 97/154/JAI que tem subjacente a repressão do tráfico de seres humanos, caracteriza tal actividade como «qualquer comportamento que facilite a entrada, o trânsito, a residência ou a saída de pessoas do território de um Estado-Membro» tendo em vista a sua exploração sexual, com fins lucrativos utilizando para o efeito diversas pressões de que se destaca a coacção, abuso de autoridade, entre outras.- JO n.º L 63, de 4 de Março de 1997, p. 2-6;

Também o Tratado de Amesterdão, aprovado em 2 de Outubro de 1997 aprovado e ratificado por Portugal através da Resolução da Assembleia da República, n.º 7/99 e do Decreto do Presidente da República n.º 65/99, de 19 de Fevereiro de 1999 veio estabelecer como condição para abolição completas das fronteiras internas entre os Estados-Membros art.º 29 será necessário particular empenho quanto à prevenção e combate à «criminalidade organizada ou não, em especial (...) ao tráfico de seres humanos ... »;

Igualmente no Conselho de Tampere em 15 e 16 de Outubro de 1999 foi dada prioridade no que concerne à gestão dos fluxos migratórios a necessidade de combater o tráfico de seres humanos através da implementação de legislação que prevísse «severas sanções para este grave crime» - Conclusões do Conselho Europeu & 23.

Também a Decisão-Quadro do Conselho em 2002/629/JAI – embora esta posterior à reforma de 2001 do Código Penal – em matéria de repressão do tráfico de seres humanos veio impor aos Estados-Membros a necessidade de adoptar nas legislações nacionais instrumentos normativos que punam todos os actos de recrutamento, transporte, transferência, guarida, troca e acolhimento de uma pessoa, tendo em vista a exploração do trabalho ou dos serviços dessa pessoa, nomeadamente qualquer forma de exploração sexual.

Também aponta no sentido de se considerar que o art.º 169º do CP abrange todo o tráfico internacional de pessoas, o próprio elemento literal do preceito se comparado com as redacções anteriores do mesmo.

Na versão original do CP de 1982, aprovado pelo DL n.º 400/82, de 29 de Setembro, o crime de tráfico de pessoas encontrava-se previsto no art.º 217.º e era autor de tal delito, com relevância para o caso, quem levasse outrem à prática «em outro país» de prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual;

A reforma do CP operada através do DL n.º 48/95 de 15 de Março passou a punir «quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar

outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade»;

Na vigência da versão introduzida pela reforma de 1995, e ainda antes dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no combate ao tráfico de seres humanos em geral, com especial atinência em relação a mulheres e crianças que teve reflexo na reforma operada em 2001, houve posições doutrinárias que limitavam o crime de tráfico ao facto de os actos sexuais serem praticados no estrangeiro, cfr-Dr. Sénio dos Reis, 1995, «Crimes Sexuais: Notas e Comentários aos art.ºs 163.º a 179.º do Código Penal, Livraria Almedina p. 63; Profª Anabela Rodrigues, Comentário Conimbricense, t. I, p. 511; igualmente se verificaram posições jurisprudências que defenderam tal concepção restrita do tráfico de pessoas, entre outros – Ac. STJ de 3-3-99, in www.dgsi.pt.

Todavia, a redacção do preceito introduzida com a reforma de 2001, em conjugação com o elemento teleológico ou racional do mesmo-razão de ser, ou seu objectivo prático leva a que nele se incluisse expressamente, por intenção do Legislador Penal, também os caso de tráfico de pessoas que são exploradas sexualmente, se trazidas do exterior para o interior deste país.

Se o art.º 169.º na redacção de 95 fazia especial ênfase em «levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, dando desse modo a entender que os actos teriam de ser praticados no estrangeiro por pessoa para aí «levada» para o efeito, a redacção introduzida pela reforma de 2001 passou a ser diversa, como reflexo da sua alteração normativa, ao por particular ênfase na situação de especial vulnerabilidade da vítima, e a passar a referir a «prática por essa pessoa, em país estrangeiro», de actos de exploração sexual.

Mas, claro está, que este alargamento de punição resulta da ratio legis do preceito, do seu objectivo prático que lhe foi dado pela reforma de 2001 e que, nos termos já referidos, foi o de passar a punir todos os actos de exploração sexual como actos de tráfico de pessoas, desde que a um nível internacional, pois o bem jurídico em causa é o da dignidade e liberdade do ser humano, e que na sequência de uma situação de especial vulnerabilidade leva a que o consentimento da vítima seja irrelevante, pois a mesma não se encontra numa situação de liberdade e auto-afirmação sexual;

Também no sentido de que o consentimento da vítima é irrelevante, mesmo em caso de maior v. a Decisão – Quadro do Conselho de 2002/629/JAI.

O que é relevante na caracterização típica do crime de tráfico de pessoas é o facto de um determinado ser humano ser levado para um outro país que não o país da sua origem, e que devido a essa circunstância leva a concluir, em regra, que a vítima se encontrará em situação de maior vulnerabilidade, pois terá mais dificuldades em se afirmar com autonomia. Em regra a deslocação para o estrangeiro leva à ruptura dos laços de origem com aqueles que são afectivamente mais próximos; desconhecimento da língua do país estrangeiro; dificuldades a ter acesso às instituições e organizações de apoio e desse modo criam-se laços de maior dependência em relação aos traficantes.

No sentido de que a reforma do preceito do art.º 169.º do CP operada em 2001 abrange não só os actos de exploração sexual praticados no estrangeiro, mas no próprio país, em situação de tráfico internacional: Dr. Euclides Dâmaso Simões, Tráfico de Pessoas, Breve Análise da Situação em Portugal-Notícia do novo protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada transnacional, Conferência de 10 de Maio de 2002, promovida pelo CEJ; ainda do mesmo autor: Tráfico de seres Humanos. A Lei portuguesa e a importância da cooperação judiciária Internacional «Última Instância, Revista Jurídica, 25 de Outubro de 2004; também defendendo esta posição o Prof. Paulo Costa, «Tráfico de Pessoas, Algumas Considerações Legais» Socius, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2004, Lisboa».

Com elevado respeito pelo proficiente despacho cujo segmento antecede, e não olvidando os instrumentos de direito internacional aí mencionados, não concorda o Tribunal Colectivo com o mesmo, nessa precisa parte.

O direito penal tem um princípio basilar que é o princípio da tipicidade ou da legalidade - vide art.º 1.º do CP, sendo certo que o seu n.º 3 exclui o recurso à analogia. Mais, como elucida Paulo Pinto de Albuquerque, esta proibição abrange também a interpretação extensiva da incriminação em detrimento do arguido.

Ora, literalmente, independentemente das anteriores intenções legislativas (sem implementação textual do ponto de vista da incriminação), e, bem assim, dos instrumentos de direito internacional, o Código Penal Português só passou a abranger, no crime de tráfico de pessoas, a colocação destas em território nacional após a aludida Lei n.º 59/2007.

Tanto assim é que, em abono do que vem de expor, um estudo de Setembro de 2007, versando sobre o crime em apreço, concluiu o seguinte quanto à evolução legislativa do crime de tráfico de pessoas, mais exactamente de mulheres:

«2.3. A reforma do Código Penal de 1998 e de 2001

A Reforma do Código Penal, pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, alargou o âmbito de aplicação das normas que prevêm os tipos legais de crime de tráfico de pessoas (artigo 169.º) e de lenocínio (artigo 170.º), eliminando o elemento previsto no Código anterior “exploração de situação de abandono ou necessidade”.

No que concerne ao crime de tráfico de pessoas e de lenocínio, e com o objectivo de tornar eficaz, na prática, as disposições do protocolo adicional à Convenção da ONU assinada em Palermo, conhecida como Convenção de Palermo, que visa prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, a Lei n.º 99/2001, de 25 de Agosto, veio alterar os artigos 169.º e o n.º 2 do artigo 170.º do Código Penal, alargando a previsão legal destes tipos de crime. A lei acrescentou os seguintes elementos objectivos: abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho da vítima e aproveitamento de qualquer situação de especial vulnerabilidade da vítima.

De acordo com os trabalhos preparatórios da Convenção de Palermo, entende-se que há abuso de uma situação de vulnerabilidade sempre que “a pessoa visada não tenha outra escolha real nem aceitável senão a de submeter-se ao abuso”. Como melhor se verá, este conceito de “abuso de uma situação de vulnerabilidade” é um conceito que, na sua aplicação prática, tem levantado muita controvérsia. E, o facto de se registarem poucos processos de crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é limitador de uma discussão jurisprudencial e de densificação do conceito. (...)

2.5. A revisão do Código Penal em curso

O Anteprojecto de revisão do Código Penal, aprovado pelo Conselho de Ministros, em 27 de Abril de 2006, prevê alterações no que respeita ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. Algumas dessas modificações são impostas por decisões-quadro da União Europeia e por outros instrumentos que vinculam o Estado Português. Acresce que o surgimento de novos fenómenos criminais no domínio do tráfico de pessoas, bem como a sua maior visibilidade social vieram exigir a reforma normativa desta problemática, com o objectivo de dotar o ordenamento jurídico de uma resposta mais eficaz a este grave problema social.

Uma das principais inovações é, tal como acontece para outros ilícitos, a previsão de responsabilidade penal das pessoas colectivas nos crimes contra a liberdade e

autodeterminação sexual. Assim, a proposta de revisão do Código Penal prevê, na parte geral, a responsabilidade penal das pessoas colectivas para o crime de tráfico de pessoas, lenocínio, crimes sexuais contra menores e burla relativa a trabalho ou emprego. Só há responsabilidade quando o crime for cometido em nome e no interesse da pessoa colectiva, por pessoa que nela ocupe uma posição de liderança ou que aja sob a sua autoridade. A responsabilidade das pessoas colectivas não prejudica a responsabilização das pessoas singulares, nos termos gerais. Em relação aos crimes cometidos por pessoa colectiva ou contra pessoa colectiva, a lei penal portuguesa é aplicável, desde que aquelas possuam sede em território nacional.

Num novo contexto de aumento e de maior visibilidade dos fenómenos criminais associados ao tráfico de pessoas e lenocínio, a proposta de lei prevê uma alteração significativa em relação aquele tipo de crimes, reformulando o crime de tráfico de pessoas, agora referido a actividades de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos. De acordo com a nova proposta de lei, será punido quem “oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa” para aqueles fins, quer “por meio de violência, rapto ou ameaça grave”, quer através de “ardil ou manobra fraudulenta”, ou “com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar”. O agente será, igualmente, punido se praticar aqueles actos, quer, profissionalmente, ou com intenção lucrativa, quer, com aproveitamento da “incapacidade psíquica ou de qualquer situação de vulnerabilidade da vítima, ou mediante a obtenção de consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima”.

Este novo tipo de crime de tráfico de pessoas, passa a aplicar-se, quer às deslocações internacionais, quer à circulação nacional das vítimas, o que contraria o regime anterior, em que o “tráfico” nacional era punido pelo crime de lenocínio. Por outro lado, a lei passa a esclarecer que o crime de tráfico de pessoas deixa de ser de resultado, ou seja, não é necessário a consumação da prática de actos sexuais de relevo para a condenação do agente por aquele tipo de crime, bastando que aquele ofereça ou entregue a pessoa para aqueles fins.

O novo regime prevê, ainda, um aumento da moldura penal. Actualmente, o crime de tráfico de pessoas é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos, e a proposta de lei prevê a punição com pena de prisão de 3 a 10 anos.

Esta reforma prevê, ainda, de forma inovadora, a punição do cliente com uma pena de prisão de 1 a 5 anos, questão que, como melhor adiante se verá, é controversa.

A alteração sistemática reflecte a gravidade do tipo de crime. O crime de tráfico de pessoas deixa de estar previsto na secção do Código Penal relativa aos crimes contra a liberdade sexual, passando a ser um crime de escravidão».

Em face de tudo o que se expôs, atento o princípio da tipicidade e considerando a inadmissibilidade de se proceder a interpretações extensivas ou teleológicas (que sempre redundariam, em última análise, em prejuízo para os arguidos), decide-se que os arguidos não cometeram os imputados crimes de tráfico de pessoas, de cuja prática deverão ser igualmente absolvidos, sendo certo que em nenhum momento processual se pretendeu imputar-lhes também a prática de crimes de lenocínio.

Mais, mesmo que assim se não entendesse, o crime de tráfico de pessoas é um crime contra a liberdade pessoal e, no essencial, não se provou em julgamento a existência de exploração sexual ou laboral.

Na verdade, há episódios de retenção de passaporte, para se assegurar o pagamento das viagens das bailarinas (cujo custo o arguido TR havia adiantado), mas, considerando o número de mulheres que entraram em Portugal, são episódios pontuais. Há também descontos de vencimentos em caso de faltas ou abandono do local de trabalho, mas isso consubstancia regras dos estabelecimentos, que as bailarinas aceitaram. Aliás, não há notícia nos autos de que alguma bailarina tenha vindo para Portugal trabalhar contra a sua vontade e que, já em território nacional, lhe tenham sido infligidos tratamentos desumanos ou cruéis e que, designadamente, tenham sido impedidas de regressar aos respectivos países ou de ter livre vida própria fora do horário de trabalho. Mais, nenhuma das bailarinas inquiridas, seja em julgamento, seja para memória futura, declarou ter-se sentido limitada na sua liberdade em qualquer vertente, sendo certo que os rendimentos que auferiam contrariam qualquer exploração ou escravidão.

Prosseguindo, se é certo que terá havido um ou outro episódio de sexo oral (reportamo-nos ao caso de Coimbra, detectado pelas escutas) ou de saída das bailarinas com homens (caso, por exemplo, das bailarinas reclamadas pelo arquitecto TA), tratam-se outrossim de episódios pontuais, consentidos pelas bailarinas, e que não se reconduzem a exploração sexual. E não se provou que o arguido TR soubesse antecipadamente que se iria realizar o dito episódio de sexo oral em Coimbra, aprovando-o ou instigando-o, nem que, após dele ter tido conhecimento, tenha dado o seu assentimento. É plausível admitir-se (porque não se provou o oposto), que tal episódio, ocorrido em Coimbra, tenha acontecido à revelia do arguido. Tal como não

se provou que o arguido TR instigasse as bailarinas a saírem com um determinado arquitecto (que as escutas demonstram ser bastante persuasivo e insistente...) e/ou que ganhasse algo com isso.

Finalmente, sempre entende o Tribunal Colectivo que o “striptease” e os actos com ele conexos (privados, “tables”...) não são actos de exploração sexual nem actos sexuais de relevo.

Acto sexual “é todo aquele ... que, de um ponto de vista predominantemente objectivo assume uma natureza, um conteúdo ou um significado directamente relacionados com a esfera da sexualidade e, por aqui, com a liberdade de determinação sexual de quem o sofre ou o pratica”.

Debruçando-nos sobre o “relevo” que o acto sexual deve assumir, diremos que «não é qualquer acto de natureza, conteúdo ou significado sexual que serve ao espírito do artigo, mas apenas aqueles actos que constituam uma ofensa séria e grave à intimidade e liberdade sexual do sujeito passivo e invadam, de uma maneira objectivamente significativa, aquilo que constitui a reserva pessoal, o património íntimo, que no domínio da sexualidade, é apanágio de todo o ser humano.

Estão nesta situação, por exemplo, os actos de masturbação, os beijos procurados nas zonas erógenas do corpo, como os seios, a púbis, o sexo, etc., parecendo-nos que também se deve incluir no conceito de acto sexual de relevo a desnudação de uma mulher e o constrangimento a manter-se despida para satisfação dos apetites sexuais do agente».

Do ponto de vista jurisprudencial, e a título de mero exemplo, tem-se entendido que «o conceito indeterminado [de acto sexual de relevo], que constitui, confere ao aplicador uma certa margem de manobra, cobrindo, na sua plástica moldura penal abstracta, as hipóteses de actos graves e daqueles que, muito menos graves, não deixem de atentar contra a autodeterminação sexual do ofendido, o bem jurídico protegido: a liberdade de se relacionar sexualmente ou não e com quem, para os adultos; a liberdade de crescer na relativa inocência até se atingir a idade da razão para então e aí se poder exercer plenamente aquela liberdade».

Sucedo que inexistente algo nos autos que permita sequer suspeitar que, sejam as bailarinas, sejam os clientes que, voluntariamente, frequentavam os estabelecimentos, tenham sido constrangidos na sua autodeterminação sexual. Apenas a testemunha MB, agente da Polícia Judiciária, terá ficado indignado com o “episódio do seio e do

copo” que relatou (visivelmente incomodado) ter vivenciado no Passerelle 4, mas, sem qualquer desprimor para com a testemunha (cujo profissionalismo não se questiona), em primeiro lugar isso não significa constrangimento na sua auto-determinação sexual e, em segundo lugar, não nos podemos esquecer que tal testemunha não estava nesse estabelecimento como um cliente normal, que sabe ao que vai e que é isso que pretende, mas apenas como um agente em investigação criminal, que procura cumprir o seu dever independentemente dos seus sentimentos e dos seus respeitáveis pudores.

Em última análise, se se considerassem o “striptease” e os actos com ele conexos (privados, “tables”...) como actos de exploração sexual ou de relevo sexual, não se compreenderia como poderiam continuar a estar em funcionamento estabelecimentos como o Passerelle 1 e o Photus, com a total conivência das autoridades que, placidamente, omitiriam os seus deveres de agir e de defender a legalidade. Também não se compreenderia a razão pela qual, anualmente, se vem realizando o salão erótico de Lisboa, onde se praticam actos de “striptease”, sendo certo que esse evento é sobejamente anunciado e relatado na comunicação social, com fotografias e vídeos, designadamente, de mulheres mostrando os seus seios enquanto dançam no varão.

Ora, bailarinas havia que eram contratadas para aparecerem em programas de televisão, que passavam em horário familiar (fim de semana à noite), onde surgiam mostrando os seios e com expressa referência e publicidade à Passerelle. Reportamo-nos ao programa “Herman Sic”, onde várias bailarinas do Passerelle apareceram, como foi o caso da Maria de Medeiros. Isto é um facto notório para quem tem televisão e a utiliza em família. E perguntamo-nos: que actuação fizeram as autoridades? Que censura ou entrave foi posto ao facto de essas bailarinas aparecerem ao grande público mostrando os seios? Resposta: zero! E não seria curial que, tratando-se de putativos actos sexuais de relevo, as autoridades tivessem actuado em ordem a que, no horário nobre, tais actos não fossem vistos por crianças?...

Assim, e em suma, os arguidos deverão ser absolvidos do cometimento dos crimes de tráfico de pessoas pelas seguintes razões:

1. Falta de expressa previsão legal, no Código Penal, e no que concerne ao tipo de crime, à data da prática dos factos, atendendo-se outrossim ao princípio da não retroactividade da lei penal incriminadora (art.º 1.º do CP);
2. Subsidiariamente, porque se entende também que, no caso dos autos, inexistia exploração sexual ou laboral.

Ora, o crime de auxílio à imigração ilegal é um crime contra a soberania e a segurança do Estado, que são bens jurídicos de titularidade colectiva.

A questão que ora se nos coloca é a de saber se, aqui chegados, deverão os arguidos ser condenados pela prática de crimes de auxílio à imigração ilegal, pois que casos há em que este tipo de crime surge como um menos face ao crime de tráfico de pessoas.

Em primeiro lugar, e antes de entrarmos na análise deste tipo legal, relembremos que, na imputação dos crimes aos arguidos, feita em sede de acusação e confirmada na pronúncia, se referiu que:

- Os crimes de associação criminosa, p. e p pelo artigo 299.º, n.ºs. 1 e 3, do Cód. Penal (CP), estariam em concurso aparente com crimes de associação de auxílio à imigração ilegal p. e p. pelo artigo 135.º, n.ºs. 1 e 3 (com referência ao artigo 134.º-A, n.º. 2), do Dec.-Lei n.º. 244/98, de 8 de Agosto, na sua primitiva redacção (ou, atento o disposto no artigo 2.º, n.º. 4, do CP, na redacção do Dec.-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro), crime este excluído pelo primeiro, por força do princípio da consunção; e que

- Os crimes de tráfico de pessoas, previstos e punidos pelo artigo 169.º do CP, estariam em concurso aparente e exclusão, por força do indicado princípio, de crimes de angariação de mão-de-obra ilegal agravados previstos e punidos pelo artigo 136.º-A, n.ºs. 1 e 2, do REPSAE.

Aqui chegados, e porque se entendeu que inexistia o cometimento dos imputados crimes de associação criminosa e de tráfico de pessoas, indagamos sobre o preenchimento destes crimes que, com aqueles, estariam em concurso aparente e por eles seriam excluídos.

Tráfico humano é definido pelas Nações Unidas como recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou receptação de pessoas, por meio de ameaças ou uso da força, ou de outras formas de coacção, rapto, fraude, engano ou abuso de poder, em troca de pagamentos ou benefícios, em situações de vulnerabilidade para fins de exploração.

As principais manifestações dessas violências ocorrem como formas de trabalho forçado, escravidão disfarçada ou exploração sexual, principalmente de mulheres, adolescentes e até crianças, que se tornam "produtos" de um mercado de adopção ilegal, em práticas abusivas nas quais a pessoa envolvida fica sem alternativa a não ser submeter-se à exploração para garantir a sobrevivência.

O preço da ilusão torna-se a chave da prisão de muitos que caem nessa rede e desaparecem no mapa das cidades, principalmente as turísticas, e também nos grotões da miséria urbana, em regiões de fronteiras.

A 1.^a questão que urge resolver é saber se o regime aplicável aos autos – o do artigo 169.º do CP revisto em 2001 (Lei n.º 99/2001 de 25/8), assente que a revisão de 2007 entrou apenas em vigor em 15/9/2007, sendo os eventos dos autos datados de épocas anteriores a tal 2007 -, abrange apenas as situações de saída de mulheres de Portugal para o estrangeiro ou também do estrangeiro para aqui.

A 2.^a é saber se nos autos existe exploração sexual ou laboral destas mulheres para efeitos de perfectibilização do delito.

Quanto à primeira questão, há que averiguar o que significa no texto do CP anterior a 2007 a alusão a «prática em país estrangeiro»-abrange qualquer situação de tráfico internacional de pessoas (seja do estrangeiro para Portugal ou de Portugal para o estrangeiro) ou apenas as situações de saída de mulheres de Portugal para o estrangeiro?

Este crime, alargado, em termos de previsão objectiva, em 2007, tutela o bem jurídico da liberdade pessoal da pessoa humana, punindo a violação qualificada de tal liberdade na medida em que a pessoa humana é atingida no âmago da sua dignidade, reduzida que fica a mero objecto ou instrumento, numa visão mercantilista do ser humano, sempre de repudiar.

A argumentação jurídica do recorrente é baseada no seguinte:

- Aquilo que permite caracterizar especificamente o tráfico de pessoas é o facto de existir alguém que é levado do seu país de origem para outro país, ficando, por tal motivo, numa situação de vulnerabilidade, tendo maior dificuldade para se libertar deste jugo.
- E isto porque não conhece a língua do país destino, pode romper os laços sociais que mantém no país de origem e que lhe poderiam servir de apoio para se libertar desse jugo, não conhece as instituições e organizações de apoio no país destino e tenderá a evitar, porque está em situação irregular no país que não é o seu, contactar as autoridades deste país por receio de prisão ou deportação.
- A expressão «país estrangeiro» só pode ter como ponto de referência a nacionalidade da vítima e não Portugal.
- Note-se que o artigo 169.º (bem como o n.º 2 do 176.º do CP) não indicam a nacionalidade do agente ou da vítima.

- Além disso, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, foi tido em conta no Projecto de Lei n.º 369/VIII-projecto que veio a conduzir à referida redacção do CP-e nele não se distingue, de forma alguma, o tráfico consoante o país de origem do ser humano que é objecto da respectiva acção.

- Diga-se ainda que Portugal, na altura da criação da Lei n.º 99/2001, já estava obrigado a respeitar a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem.

- Ora, a seguir-se interpretação contrária, ter-se-ia que chegar à conclusão absurda de o próprio legislador não respeitar os compromissos internacionais livremente assumidos, concretamente, o do artigo 17.º. dessa Convenção quando impõe a obrigação de adoptar ou manter em vigor medidas destinadas a combater o tráfico de pessoas com a finalidade de prostituição, do ponto de vista, nomeadamente, quer da regulamentação necessária para a protecção dos imigrantes ou emigrantes, em particular das mulheres e das crianças, tanto nos locais de chegada e partida, como durante a viagem, quer do exercício da própria vigilância nas gares, nos aeroportos, nos portos marítimos, durante as viagens, com vista a impedir o tráfico internacional.

- Finalmente, aquando da criação e publicação da aludida Lei, já havia «Direito nascente» da União Europeia no sentido de que «o tráfico de mulheres consiste no transporte de mulheres desde terceiros países para a UE, de forma legal ou ilegal, com fins de exploração sexual» («esta definição engloba todas as formas de comércio sexual, incluindo o matrimónio com fins de exploração sexual comercial») e mal se compreenderia que, tendo a União acabado de recomendar aos seus Estados [Recomendação N.º R (2000) 11 do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre a luta contra o tráfico de seres humanos com o fim de exploração sexual, adoptada em 19 de Maio de 2000] que adoptassem os princípios que propunha, princípios que não limitam de forma alguma o tráfico como um fenómeno a ser visto apenas a partir de um País da mesma União e antes pretendem abranger todas as formas por que ele pode traduzir-se, o nosso legislador viesse, logo de seguida, a desrespeitar essa Recomendação.

- Na realidade, «se Portugal devesse ser visto apenas como país de origem do tráfico ter-se-ia que chegar à conclusão de que a solução consagrada não seria a mais razoável, pois, em vez de preocupar-se com o que se passava no interior das suas fronteiras, com

o verdadeiro «locus delicti» (face à natureza permanente do crime e à circunstância de ser, no país de destino, que a exploração sexual se concretiza, nomeadamente, em aproveitamento da situação de especial vulnerabilidade da vítima), estava a atender ao que poderia vir a acontecer fora delas».

- Como tal, o facto de a vítima ser estrangeira e ter sido trazida para Portugal não é obstáculo à perfectibilização do crime de tráfico de pessoas.

Contudo, parece-nos, fazendo uma leitura sistemática e integrada do Código Penal, na versão anterior a 2007, que ao longo do seu texto, embora Portugal seja considerado um país estrangeiro para os outros países, a designação é sempre usada com o sentido de o não ser: temos Portugal de um lado e do outro temos o “país estrangeiro” ou o “Estado estrangeiro”.

Parece-nos, pois, que o tipo de crime em questão tinha como pressuposto a deslocação de uma pessoa de Portugal para o estrangeiro, pelo que o «tráfico» em sentido contrário (do estrangeiro para o território nacional) não caberia na tipificação legal, atento o princípio da legalidade.

Note-se que quando o legislador quis expressamente incluir ambos os “caminhos” faz como no art.º 222.º burla relativa a trabalho ou emprego.

De um lado, o fluxo vindo de Portugal para o estrangeiro – artigo 222.º, n.º 1.

Do outro, o fluxo vindo do estrangeiro para Portugal – artigo 222.º, n.º 2.

Aqui circunscreve-se a incriminação aos casos em que a vítima é levada, por força do aliciamento, a abandonar o seu país de residência, e isto nos dois sentidos.

Igual técnica não usou o legislador no artigo 169.º, o que indicia claramente a ideia que apenas «pensou» no fluxo Portugal/estrangeiro. Se pensasse nos dois fluxos, construiria uma norma paralela à do n.º 2 do artigo 222.º.

Isso mesmo opina Mouraz Lopes, na sua obra «Os Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no Código Penal», 4.^a edição, p. 97-«Ao contrário do que acontecia antes da reforma de 2007, onde o elemento essencial do crime de tráfico de pessoas, apenas para a prática de actos sexuais de relevo ou prostituição, era a exigência de que os actos ocorressem no estrangeiro, hoje os factos podem ocorrer em qualquer lugar», adiantando a pgs. 66 da 3.^a edição que só se pune o tráfico de mulheres vindas de Portugal para país estrangeiro.

Igual posição tem Sénio Alves («Crimes sexuais – notas e comentários aos artigos 163.º a 179.º do CP», Almedina, 1995, pgs. 62)-«O tipo legal previsto neste artigo pressupõe a deslocação de uma pessoa de Portugal para um país estrangeiro. Era assim interpretado o artigo 217.º do CP/82 e não descortino razões justificativas para um alargamento do tipo».

Nesse sentido, tornou-se premente a necessidade de alterar a letra do crime do tráfico de pessoas, permitindo punir todos aqueles que exploram as vítimas para outros fins, que não apenas a prostituição, harmonizando-se, deste modo, a direito penal português com os instrumentos internacionais de que Portugal é signatário (p. exemplo, o Protocolo para a Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente, Mulheres e Crianças, a Convenção Europol ou o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil).

Essa alteração obrigaria a transferir o crime de tráfico de pessoas do capítulo V do CP relativo aos «crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual», para o capítulo IV relativo aos «crimes contra a liberdade pessoal».

Foi o que aconteceu na Reforma de 2007, ao transformar o antigo artigo 169.º no actual 160.º, integrando-o no capítulo dos crimes contra a liberdade pessoal e resolvendo em definitivo o vazio legal que poderia existir antes de 2007 relativamente ao tráfico vindo do estrangeiro para Portugal.

Agora o artigo 160.º já não fala em país estrangeiro, abrangendo agora, sem sombra de dúvidas, os dois fluxos.

A história do preceito também indicia a bondade desta nossa interpretação.

Comecemos pelo DL n.º 400/82, de 23 de Setembro (Versão original):

Artigo 217.º
Tráfico de pessoas

1. Quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, será punido com prisão de 2 a 8 anos e multa até 200 dias. (...)

Depois vem a redacção do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março:

*Artigo 169.º**Tráfico de pessoas*

Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática em país estrangeiro da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos. (...)

Chegamos a 1998 (redacção dada pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro):

*Artigo 169.º**Tráfico de pessoas*

Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa à prática, em país estrangeiro, da prostituição ou de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Em 2001 (Lei n.º 99/2001, de 25 de Agosto), temos nova formulação:

*Artigo 169.º**Tráfico de pessoas*

Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil, manobra fraudulenta, abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, ou aproveitando qualquer situação de especial vulnerabilidade, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de pessoa, ou propiciar as condições para a prática por essa pessoa, em país estrangeiro, de prostituição ou de actos sexuais de relevo, é punido com prisão de 2 a 8 anos.

Finalmente, em 2007 (Lei n.º 59/2007 de 4/9), chegou-se à actual formulação.

Como tal, a expressão original «em outro país» só pode significar «o país que não Portugal», tendo como referência o nosso (e não o país da residência ou nacionalidade da vítima).

A alteração para «em país estrangeiro» não querará significar algo de diverso, na nossa opinião.

Somente em 2007 se deu a fulcral alteração legal que permite, sem margem para dúvidas, a punição do tráfico internacional nas duas direcções, além do tráfico nacional.

Note-se que, em matéria criminal, impera o princípio *nula crime sine legem* e de acordo com este princípio é inadmissível a interpretação extensiva que o Tribunal a

quo faz daquele diploma para considerar abrangida pela tutela penal situação não expressamente abrangida por norma incriminatória.

A interpretação extensiva em normas incriminadoras não é possível.

Só é possível, no âmbito de normas incriminadoras, uma interpretação declarativa lata.

Tudo aquilo que a exceda e que vise harmonizar a letra da lei à sua razão de ser, à sua “ratio”, se ultrapassar este sentido literal máximo possível, reconduz-se a uma situação de interpretação extensiva.

Esta não deve ser admitida em Direito Penal, porque se entende que, por força do princípio da legalidade, na sua vertente garantia, se exige que a lei penal seja uma lei expressa e desejavelmente inequívoca.

Assim, a norma deve dizer expressamente quais são as condutas, activas ou omissivas que, a serem ou não adoptadas, constituem objecto de incriminação em sede de Direito Penal.

No entanto, admite-se a interpretação restritiva.

Afirma-se rotundamente que não é possível integrar lacunas por analogia, proíbe-se a aplicação analógica no âmbito das normas penais incriminadoras, quer por analogia legis, quer por analogia iuris.

Isto é, perante um caso omissivo que o legislador penal não tipificou, não classificou como crime, o juiz não pode, ao contrário do que acontece no domínio do direito civil, regular esse caso omissivo, nem recorrendo à analogia legis, nem à analogia iuris, nem tão pouco criar a norma de harmonia com o espírito do sistema.

O juiz pura e simplesmente julga, absolvendo.

Tudo está, pois, em saber se foi ou não efectivamente violado o princípio da legalidade criminal.

Este princípio resulta dos artigos 29.º, n.ºs 1 e 3, da Constituição da República Portuguesa: «Ninguém pode ser sentenciado criminalmente senão em virtude de lei anterior que declare punível a acção ou a omissão, nem sofrer medida de segurança cujos pressupostos não estejam fixados em lei anterior.» e «Não podem ser aplicadas penas ou medidas de segurança que não estejam expressamente cominadas em lei anterior.».

O princípio aqui consignado é um «princípio-garantia»; visa, portanto, «instituir directa e imediatamente uma garantia dos cidadãos» (Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.^a ed., p. 1167).

Não se trata, pois, apenas de um qualquer princípio constitucional mas de uma «garantia dos cidadãos», uma garantia que a nossa Constituição-ao invés de outras que a tratam a respeito do exercício do poder jurisdicional explicitamente incluiu no catálogo dos direitos, liberdades e garantias relevando, assim, toda a carga axiológico-normativa que lhe está subjacente.

Uma carga que se torna mais evidente quando se representa historicamente a experiência da inexistência do princípio da legalidade criminal na Europa do Antigo Regime e nos Estados totalitários do século XX (cf. Figueiredo Dias, *Direito Penal. Parte Geral*, t. I, p. 178).

Nos Estados de direito democráticos, o direito penal apresenta uma série de limites garantísticos que são, de facto, verdadeiras «entorses» à eficácia do sistema penal; são reais obstáculos ao desempenho da função punitiva do Estado. É o que sucede, por exemplo, com o princípio da culpa, com o princípio da presunção de inocência, com o direito ao silêncio e, também, com o princípio da legalidade (“*nullum crimen sine lege certa*”).

Estes princípios e direitos parecem não ter qualquer cabimento na lógica da prossecução dos interesses político-criminais que o sistema penal serve.

Estão, todavia, carregados de sentido: são a mais categórica afirmação que, para o Direito, a liberdade pessoal tem sempre um especial valor mesmo em face das prementes exigências comunitárias que justificam o poder punitivo.

Não se pense pois que estamos perante um princípio axiologicamente neutro ou de uma fria indiferença ética, que não seja portador de qualquer valor substancial.

O facto de o princípio da legalidade exigir que num momento inicial do processo de aplicação se abstraia de qualquer fim ou valor decorre de uma opção «axiológica» de fundo que é a de, nas situações legalmente imprevistas, colocar a liberdade dos cidadãos acima das exigências do poder punitivo.

Assim se justifica que nem mesmo os erros e falhas do legislador possam ser corrigidos pelo intérprete contra o arguido.

É o que bem explica Figueiredo Dias (*Direito Penal. Parte Geral*, t. I, 2.^a ed., p. 180):

«Esquecimentos, lacunas, deficiências de regulamentação ou de redacção funcionam, por isso, sempre contra o legislador e a favor da liberdade, por mais evidente que se revele ter sido intenção daquele (ou constituir finalidade da norma) abranger na punibilidade também outros comportamentos. Neste sentido se tornou célebre a afirmação de v. Liszt segundo a qual a lei penal constitui a 'magna charta do criminoso'.»

No mesmo sentido, diz Taipa de Carvalho (Direito Penal, t. I, Porto, 2003, pp. 210 e segs.): «O texto legal constitui, porém, um limite às conclusões interpretativas teleológicas, no sentido de impedir a aplicação da norma a uma situação que não esteja abrangida pelo teor literal da norma, isto é, por um ou vários significados da(s) palavra(s) do texto legal. Poder-se-á dizer que, assim, ficarão, por vezes, fora do âmbito jurídico-penal situações tão ou mais graves do que as expressamente abrangidas pela norma legal (...). Responde-se que assim é, e tem de ser quer em nome da tal garantia política do cidadão quer na linha do carácter fragmentário do direito penal».

A amplitude do processo hermenêutico e argumentativo de aplicação da lei penal encontra aqui, na moldura semântica do texto, uma barreira intransponível-uma barreira que apenas se explica pela preferência civilizacional que o direito concede à liberdade pessoal sobre a necessária realização das finalidades político-criminais que justificam a instituição do sistema penal e que está na base da especial força normativa que a nossa Constituição concede à garantia pessoal de não punição fora do domínio da legalidade, ao inclui-la no catálogo dos direitos, liberdades e garantias (artigo 29.º, n.ºs 1 e 3, da Constituição da República Portuguesa).

Esta proibição do artigo 1.º, n.ºs 1 e 3 do CP abrange a interpretação extensiva (argumentos de igualdade ou de maioria de razão) da incriminação em detrimento do arguido.

Interpretar a alusão a «país estrangeiro» com referência à pessoa da vítima (ou à sua nacionalidade) é ir longe demais, de acordo com a leitura sistemática que se deve fazer do texto legal inscrito no CP anterior a 2007, o aplicável aos autos.

Se havia erro ou lapso – vazio legal inadmissível – , ele terá sido, e bem, emendado em 2007.

Contudo, estes arguidos não podem sofrer pela incúria do legislador que tarda tempo demais a adaptar o seu texto legal ao das Recomendações Internacionais.

Como tal, e em nome do princípio da não retroactividade da lei penal incriminatória, só há que validar a absolvição dos arguidos pelo crime de tráfico de pessoas, sem

sequer abordar a 2.^a questão (e se a tivéssemos de abordar, seria para dizer que são de facto cometidos actos sexuais de relevo, ao contrário do que aduz o Acórdão de Leiria), prejudicada que ficou pela resolução da 1.^a.

3. A QUESTÃO DO CRIME DE LENOCÍNIO

Mas haverá lenocínio?

Decidiu assim o Colectivo:

«Em face de tudo o que se expôs, atento o princípio da tipicidade e considerando a inadmissibilidade de se proceder a interpretações extensivas ou teleológicas (que sempre redundariam, em última análise, em prejuízo para os arguidos), decide-se que os arguidos não cometeram os imputados crimes de tráfico de pessoas, de cuja prática deverão ser igualmente absolvidos, sendo certo que em nenhum momento processual se pretendeu imputar-lhes também a prática de crimes de lenocínio».

Aqui chegados, há que trazer aqui a noção de exploração sexual-o tráfico de seres humanos com fim de exploração sexual designa o recrutamento por uma ou várias pessoas singulares ou colectivas e/ou a organização da exploração e do transporte ou da migração – legal ou ilegal – de pessoas, mesmo com o seu consentimento, com vista à sua exploração sexual, inter alia, por qualquer forma de constrangimento, e em particular a violência ou as ameaças, o abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade.

Note-se que o artigo 170.º do CP na versão antes de 2007, tido por aplicável para o recorrente MP, falava em «prostituição ou prática de actos sexuais de relevo».

Não nos define o CP “acto sexual de relevo”.

Recorramos a Maia Gonçalves, a propósito do tema (in Código Penal Português Anotado, 18.^a ed., pág. 624):

«Trata-se de um conceito novo a que se faz apelo em outros preceitos; por vezes sem o mesmo alcance em todos eles. Saliente-se, a propósito, que sendo a coacção sexual o tipo fundamental de crime, a violação não deixa de ser também uma coacção sexual, precisamente uma coacção sexual especial e qualificada. Tanto a cópula como o coito anal e o oral são actos sexuais de relevo, precisamente os mais graves.

Dentro da orientação já traçada para os limites que se devem estabelecer em moldes hodiernos para a criminalidade sexual, estava sendo inconveniente, como já foi acentuado,

a referência na versão originária do Código à moralidade sexual. A referência a acto sexual de relevo ajusta-se melhor ao novo posicionamento e vinca ainda mais o pensamento legislativo de restringir o tipo. Assim se erradica, acentua-se uma vez do direito criminal todo o dogmatismo moral, ficando no entanto dele somente condutas sexuais que ofendam bens jurídicos fundamentais das pessoas no que concerne à sua livre expressão do sexo.

Não é porém possível estabelecer em parâmetros exactos o que se deve entender por condutas ou actos sexuais. É saliente-se a propósito que as dificuldades na definição destes parâmetros sempre serão mais facilmente superadas do que as que surgiram na definição do abandonado conceito de atentado ao pudor. O conceito tem gerado alguma polémica, designadamente no que concerne à relevância que nele devem desempenhar os elementos objectivos e subjectivos.

Parece-nos, porém, certo que acto sexual só pode ser considerado aquele que tem relação com o sexo (relação objectiva) e em que, além disso haja por parte do seu autor a intenção de satisfazer apetites sexuais. Existem, assim, casos duvidosos e mistos, v.g. o exemplo de escola do médico que examina órgãos sexuais de um cliente com fins curativos, mas aproveitando para se excitar sexualmente.

Esta definição do conceito de acto sexual, em que entra uma conotação subjectiva, que supomos predominante, não é porém unânime. Entre nós o Prof. Figueiredo Dias, Comentário Conimbricense, I, 448, sustenta uma interpretação objectivista, resolvendo depois os casos de escola como o do médico que examina o corpo de uma paciente ou do pai que beija uma filha através de causas de justificação ou de não correspondência à teleologia hodierna dos crimes sexuais.

De qualquer modo, o tipo está limitado pelo uso de expressão restritiva de relevo.

O direito criminal, como “última ratio”, implica que só seja tutelada a liberdade sexual contra acções que revistam certa gravidade. Em tais termos, actos como o coito oral e a masturbação devem aqui ser incluídos; o mesmo não sucederá, em regra, com os beliscões e os beijos, que só o deverão ser em casos extremos, ou seja naqueles em que existem grande intensidade objectiva e intuitos sexuais atentatórios da autodeterminação sexual.

Trata-se, afinal, de afloramento do princípio bagatelar-de “*minimis non curat praetor*”.

Deve em todo o caso anotar-se que não é indispensável o contacto mútuo com o corpo da vítima. Actos de introdução de objectos e acções como ejacular ou urinar sobre a vítima podem ser considerados actos sexuais de relevo. Mesmo o comportamento por

omissão, como permanecer nu perante a vítima, pode eventualmente ser considerado acto sexual de relevo, tudo dependendo das circunstâncias em que esse comportamento tem lugar. Neste sentido, Prof. Figueiredo Dias, Comentário Conimbricense, I, 447».

De facto, não nos dá o CP uma densificação do conceito de acto sexual de relevo, nem nos fornece uma extensa casuística exemplificativa.

Acto sexual é, neste domínio, essencialmente aquele que assume uma natureza, um conteúdo ou um significado directamente relacionados com a esfera da sexualidade e que contende com a liberdade de determinação sexual de quem o sofre ou o pratica.

Mas a corporização deste tipo legal exige ainda que o acto seja de relevo.

Referem Simas Santos e Leal-Henriques (Código Penal, II, pág. 368-9), a propósito:

«Quer isto dizer que não é qualquer acto de natureza, conteúdo ou significado sexual que serve ao espírito do artigo, mas apenas aqueles actos que constituam uma ofensa séria e grave à intimidade e liberdade sexual do sujeito passivo e invadam, de uma maneira objectivamente significativa, aquilo que constitui a reserva pessoal, o património íntimo, que no domínio da sexualidade, é apanágio de todo o ser humano.

Estão nesta situação, por exemplo, os actos de masturbação, os beijos procurados nas zonas erógenas do corpo, como os seios, a púbis, o sexo, etc., parecendo-nos que também se deve incluir no conceito de acto sexual de relevo a desnudação de uma mulher e o constrangimento a manter-se despida para satisfação dos apetites sexuais do agente.

Figueiredo Dias acentua, assim, que é de excluir do acto sexual de relevo não apenas os actos «insignificantes ou bagatelares», mas também aqueles que não representem «entrave com importância para a liberdade de determinação sexual da vítima» (v.g. «actos que, embora “pesados” ou em si “significantes” por impróprios, desonestos, de mau gosto ou despidorados, todavia, pela sua pequena quantidade, ocasionalidade ou instantaneidade, não entravam de forma importante a livre determinação sexual da vítima») – Comentário, I, 449.

Opina Sénio Alves (Crimes Sexuais, 8 e ss.):

«Em bom rigor, a dificuldade começa logo na definição de acto sexual (para efeitos penais, entenda-se). Um beijo é um acto sexual? O acariciar dos seios é um acto sexual? E se sim, é de relevo? E ainda em caso afirmativo será razoável punir do mesmo modo quem por meio de violência constrange a vítima a praticar consigo coito... (inter femural ou inter-axilar, que

me parecem poder integrar, sem grandes objecções, o conceito de acto sexual de relevo) e aquele que, também por meio de violência, consegue acariciar os seios da sua vítima?

Numa noção pouco rigorosa (diria sociológica) de acto sexual têm cabimento actos como os supra referidas (o acariciar dos seios e de outras partes do corpo, que não só dos órgãos genitais). São aquilo que vulgarmente se designa como “preliminares da cópula” e, por isso, são actos de natureza sexual ou, se se preferir, actos com fim sexual».

E acaba concluindo:

«O acto sexual de relevo é, assim, todo o comportamento destinado à libertação e satisfação dos impulsos sexuais (ainda que não comporte o envolvimento dos órgãos genitais de qualquer dos intervenientes) que ofende, em grau elevado, o sentimento de timidez e vergonha comum à generalidade das pessoas», sendo certo, assim, que «a relevância ou irrelevância de um acto sexual só lhe pode ser atribuída pelo sentir geral da comunidade”, a qual «considerará relevante ou irrelevante um determinado acto sexual consoante ofenda com gravidades ou não, o sentimento de vergonha e timidez (relacionado com o instinto sexual) da generalidade das pessoas».

O STJ não se tem afastado muito deste entendimento, ponderando que o acto sexual de relevo é um conceito indeterminado, que confere alguma margem de apreciação aos julgadores, em função das realidades sociais, das concepções reinantes e da própria evolução dos costumes, mas não deixa de cobrir as hipóteses de actos graves, nomeadamente aqueles que atentam com os normais sentimentos de pudor dos ofendidos, intoleráveis numa sociedade civilizada.

Considerou também tal Supremo que o acto sexual de relevo terá de ser entendido como o acto que tendo relação com o sexo (relação objectiva), se reveste de certa gravidade e em que, além disso, há da parte do seu autor a intenção de satisfazer apetites sexuais, acentuando que a relevância do acto sexual tem fundamentalmente a ver com a necessidade de proteger a liberdade sexual da vítima.

Para justificar a expressão "de relevo" terá a conduta de assumir gravidade, intensidade objectiva e concretizar intuitos e desígnios sexuais visivelmente atentatórios da autodeterminação sexual; de todo o modo, será perante o caso concreto de que se trate que o "relevo" tem de recortar-se.

«Relevante é a idoneidade dos actos praticados sobre a vítima para cercear a sua livre autodeterminação sexual, e decisivo é que o acto sexual de relevo, pelo seu modo

de execução, denote ausência de consentimento da vítima, em nexos causal com a violência sobre o corpo ou psiquismo da vítima, uma e outra aferidas segundo as condições pessoais e particulares daquela» (Ac. de 17.3.04, processo n.º 439/04-3).

Erradicado todo o dogmatismo moral com a reforma de 1995, o cerne do tipo objectivo do ilícito é constituído pelo “acto sexual de relevo”, como tal se entendendo a acção que “de um ponto de vista predominantemente objectivo, assume uma natureza, um conteúdo ou um significado directamente relacionados com a esfera da sexualidade e, por aqui, com a liberdade de determinação sexual de quem o sofre ou pratica” (Figueiredo Dias, Comentário I, pág. 447) ou, na definição sintética de Paulo Pinto de Albuquerque, como “o acto de conotação sexual de uma certa gravidade objectiva realizada na vítima”. (Comentário do Código Penal, pág. 504).

Sobre o relevo da intenção do agente, defende o mesmo autor que se deve optar, preferencialmente, pela perspectiva objectiva, para a qual o motivo da actuação do agente é irrelevante. No entanto, e atendendo à multiplicidade de formas que a sexualidade pode revelar, por vezes ter-se-á que analisar todo o circunstancialismo de lugar, tempo e condições envolventes do acto isto para se poder concluir se o acto foi, ou não, reconhecível pela vítima como sexualmente significativo.

A lei ao exigir que o acto seja de relevo impõe, por um lado, que se afastem do tipo actos insignificantes, bagatelas, e por outro, que se averigüe se o acto representou um entrave importante para a liberdade de determinação sexual da vítima.

A Reforma do Código Penal, pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, alargou o âmbito de aplicação das normas que prevêm os tipos legais de crime de tráfico de pessoas (artigo 169.º) e de lenocínio (artigo 170.º), eliminando o elemento previsto no Código anterior “exploração de situação de abandono ou necessidade”.

No que concerne ao crime de tráfico de pessoas e de lenocínio, e com o objectivo de tornar eficaz, na prática, as disposições do protocolo adicional à Convenção da ONU assinada em Palermo, conhecida como Convenção de Palermo, que visa prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, a Lei n.º 99/2001, de 25 de Agosto, veio alterar os artigos 169.º e o n.º 2 do artigo 170.º do Código Penal, alargando a previsão legal destes tipos de crime.

A lei acrescentou os seguintes elementos objectivos: abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho da vítima e aproveitamento de qualquer situação de especial vulnerabilidade da vítima.

De acordo com os trabalhos preparatórios da Convenção de Palermo, entende-se que há abuso de uma situação de vulnerabilidade sempre que “a pessoa visada não tenha outra escolha real nem aceitável senão a de submeter-se ao abuso”.

Como melhor se verá, este conceito de “abuso de uma situação de vulnerabilidade” é um conceito que, na sua aplicação prática, tem levantado muita controvérsia.

No trabalho elaborado pelo CES sobre este tema, realçamos duas constatações aí expostas:

«31. Para muitos dos entrevistados e participantes nos painéis, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da investigação deste tipo de criminalidade decorre do seu enquadramento legal, em especial no que respeita à definição do tipo legal de crime de tráfico para fins de exploração sexual, cuja previsão legal, para alguns autores, se afasta dos documentos internacionais relevantes nesta matéria. Uma das questões mais controversas, e que para muitos exige uma lei mais próxima das convenções e documentos internacionais, relaciona-se com a definição legal de vítima. De facto, como demos conta ao longo do relatório, muitos dos agentes judiciais entrevistados, quando questionados sobre as suas percepções acerca da real dimensão deste tipo de criminalidade, levantam de “imediato” a questão de saber se estamos no âmbito de uma definição mais ampla ou mais restrita de vítima.

Muitas das situações que, dependendo da interpretação da lei, podem consubstanciar crime de tráfico, referem-se a casos em que a mulher tem conhecimento que vem trabalhar na prostituição, mas é obrigada a exercer a sua actividade num quadro muito distinto do que lhe tinha sido proposto e que ela conhecia. Considera-se, por isso, que deve existir uma melhor concretização legal, ou uma interpretação mais uniforme, de forma a que situações em que há um claro “engano” quanto às condições do exercício da prostituição e em que não é deixada autonomia às mulheres para a recusa, estas possam vir a ser consideradas vítimas de tráfico.

32. Esta percepção dos agentes judiciais de conceitos ilegais imprecisos, demasiado abertos, parece estar a ter duas principais consequências negativas. Contribui, por um lado, para a formação de ideias pré-concebidas e estereotipadas relativamente às mulheres que poderão ser vítimas de tráfico, sobretudo de determinadas nacionalidades, em especial, das mulheres brasileiras. Por outro, esta percepção pode implicar a menor pró-actividade no desenvolvimento da investigação policial, podendo levar a que “rapidamente” se “abandone” ou nem sequer se inicie a investigação direccionada para o crime de tráfico, quando no seu lastro, se devidamente investigado, poderiam encontrar-se mulheres nessa situação».

Aqui chegados, que decidir?

Na versão de 2007 do CP, a acção dos agentes em causa cabia na letra do artigo 170.º, na medida em que não temos dúvida que as «vítimas» praticavam actos sexuais de relevo nas casas de espectáculo em causa, em nada relevando o seu eventual consentimento.

De acordo com o Protocolo de Palermo o consentimento não é exigido pelo tipo-basta a acção (I), os meios (II) e o fim de exploração (III).

Como reza a exposição de motivos da Proposta Lei 98-X-:

"Várias alterações são suscitadas por obrigações comunitárias e internacionais. Devem mencionar-se, nesse contexto, os seguintes instrumentos normativos: Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil, adoptado em Nova Iorque, em 25 de Maio de 2000, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2003, de 5 de Março, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14/2003, de 5 de Março; Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e Protocolo Adicional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 2 de Abril, e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004, de 2 de Abril; (...) Decisão-Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22 de Dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil; Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Seres Humanos, assinada por Portugal em 16 de Maio de 2005".

O Artigo 3.º (b) do Protocolo contra o Tráfico de Pessoas determina que o consentimento de uma vítima de tráfico de pessoas em relação à sua exploração é irrelevante, assim que for demonstrado terem sido usados engano, coação, força ou outros meios ilícitos.

O consentimento, por conseguinte, não pode ser usado como defesa para eximir alguém de responsabilidade penal.

É tido por nós assente que houve em 2007 um alargamento típico da tipificação legal do «crime de tráfico de pessoas», designadamente ao nível dos instrumentos internacionais que obrigavam o Estado português.

O conceito de "exploração sexual" é, actualmente, suficientemente amplo para incluir as situações descritas nos autos.

Verifica-se uma situação de aproveitamento objectivo por parte dos arguidos da situação de especial vulnerabilidade das vítimas, verdadeiramente instrumentalizadas e coisificadas.

O cariz "sexual" da actividade de "strip"/"table dance" (que seja objecto de exploração) parece-me inquestionável pela exposição do corpo e simulação de acto sexual (masturbação, cópula), que lhe está ínsita, ao contrário p.e. de um mero desfile de moda com partes do corpo desnudadas ou uma interpretação cénica em que o fim da satisfação sexual não é o fim imediato, ainda que alguma cena possa representar actos sexuais.

Já quanto à vulnerabilidade, é um conceito recorrente, importante mas quase gasto de tanto uso, sem uma densificação legal expressa, pelo menos que seja de aplicação geral.

Haverá, assim, que encontrar no sentido das palavras e em regimes avulsos algumas pistas, p.e. na lei de protecção das testemunhas de 99, na decisão-quadro de protecção da vítima, no acórdão Puppino do TJCE sobre essa decisão-quadro, ou especialmente na última lei das prioridades de política criminal para o biénio 2009-2011, em que no art.º 5.º se prevê (numa norma geral que não devia estar num diploma temporário) um regime especial para as vítimas "especialmente vulneráveis", aí incluindo... os imigrantes!

Na última Revista do MP (n.º 125), Plácido Conde Fernandes, com o brilho que sempre impõe às suas intervenções escritas, opina que:

«A protecção dos direitos humanos de estrangeiros, pertencentes a grupos especialmente vulneráveis, embora nem sempre considerada na regulação das medidas de coacção, é já reconhecida por diversos instrumentos de direito internacional, designadamente quanto às mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, portadores de HIV positivo, patologia de saúde mental e stress pós-traumático, refugiados, minorias nacionais e povos indígenas, ciganos, ou vítimas de atentados aos direitos humanos ou outros crimes graves, de perseguição política, étnica ou religiosa. Destes, as Directivas europeias em matéria de refugiados e imigrantes irregulares, reconhecem já, como “pessoas vulneráveis”, os menores, menores não acompanhados, pessoas com deficiência, idosos, grávidas, famílias monoparentais com filhos menores e pessoas que tenham sido vítimas de tortura, violação ou outras formas graves de violência psicológica, física ou sexual”.

Há actos sexuais de relevo, pois, aqui se discordando do Colectivo.

Isso bastará para condenar estes arguidos pela prática do crime de lenocínio ?

A resposta, é negativa, por força da nova redacção dada em 2007 ao artigo 169.º (outroa 170.º).

De facto, a nova redacção retirou a expressão «actos sexuais de relevo» da letra do lenocínio.

Ou seja, descriminalizou a conduta dos arguidos pois apenas agora se pune o «angariador de prostitutas», o que não é o caso, já que não se provou em julgamento a prática de actos de prostituição por parte das mulheres estrangeiras.

Ao contrário do que sustenta o recorrente, entendemos que a situação dos autos deixou de ser punida, sendo caso de aplicação do artigo 2.º, n.º 2 do CP (e não do seu n.º 4) – o facto punível antes de 2007, logo, à data da sua prática, deixou de o ser depois de 2007.

O que foi eliminado foi o facto punível, não foi a norma.

O lenocínio continuou, embora com outra dimensão, mais restrita.

Essa restrição só pode significar a descriminalização da conduta dos arguidos (explorarem com intuito lucrativo as mulheres estrangeiras que praticavam nas salas em causa actos sexuais de relevo).

Se hoje fossem julgados relativamente a actos posteriores a 2007, não responderiam nunca pelo crime de lenocínio.

Responderam por actos anteriores a 2007, não podendo ser como tal condenados em virtude de uma lei posterior ter feito desaparecer do elenco das incriminações penais tal conduta.

Como tal, não podem eles ser condenados pela prática do crime do artigo 170.º do CP 2001, o aplicável.

Improcede, assim, a argumentação do MP, validando-se o raciocínio do Colectivo quanto a este delito.

(...)

Coimbra, 12 de Julho de 2011

Paulo Guerra

Paulo Valério

VII. Jurisprudência Internacional

Caso Silidian contra França

E.C.H.R. – Second Section (em www.echr.coe.int/echr/en/hudoc/).

CASE OF SILIADIN v. FRANCE.

(Application no. 73316/01).

JUDGMENT

STRASBOURG

26. July 2005.

FINAL

26. 10/2005.

In the case of Siliadin v. France,

The European Court of Human Rights (Second Section), sitting as a Chamber composed of:

Mr I. Cabral Barreto, President,

Mr J.P. Costa,

Mr R. Turmen,

Mr K. Jungwiert,

Mr V. Butkevych,

Mrs A. Mularoni,

Mrs E. Fura-Sandström, judges,

and Mr S. Naismith, Deputy Section Registrar,

Having deliberated in private on 3 May and 28 June 2005,

Delivers the following judgment, which was adopted on the last-mentioned date:

PROCEDURE

1. The case originated in an application (no. 73316/01) against the French Republic lodged with the Court under Article 34 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (“the Convention”) by a Togolese national, Ms Siwa-Akofa Siliadin (“the applicant”), on 17 April 2001.

2. The applicant, who had been granted legal aid, was represented by Ms H. Clément, of the Paris Bar. The French Government (“the Government”) were represented by their Agent, Mrs E. Belliard, Director of Legal Affairs at the Ministry of Foreign Affairs.

3. Relying on Article 4 of the Convention, the applicant alleged that the criminal-law provisions applicable in France did not afford her sufficient and effective protection against the “servitude” in which she had been held, or at the very least against the “forced or compulsory” labour she had been required to perform.

4. The application was allocated to the Second Section of the Court (Rule 52 § 1 of the Rules of Court). Within that Section, the Chamber that would consider the case (Article 27 § 1 of the Convention) was constituted as provided in Rule 26 § 1.

5. On 1 November 2004 the Court changed the composition of its Sections (Rule 25 § 1). This case was assigned to the newly composed Second Section (Rule 52 § 1).

6. By a decision of 1 February 2005, the Chamber declared the application admissible.

7. The applicant and the Government each filed observations on the merits (Rule 59 § 1).

8. A hearing took place in public in the Human Rights Building, Strasbourg, on 3 May 2005 (Rule 59 § 3).

There appeared before the Court:

a) For the Government

Mrs E. Belliard, Director of Legal Affairs, Ministry of Foreign Affairs, Agent,
Mr G. Dutertre, magistrat on secondment to the Human Rights Division,

Legal Affairs Department, Ministry of Foreign Affairs,

Mrs J. Vailhé, Drafting Secretary, Department of European and International
Affairs, Ministry of Justice,

Mrs E. Puren, Department of Criminal Affairs and Pardons, Ministry of
Justice, Counsel;

b) For the applicant

Ms H. CLÉMENT, of the Paris Bar, Counsel,

Ms B. BOURGEOIS, lawyer for the Committee against Modern Slavery, Assistant

The Court heard addresses by Mrs Belliard and Ms Clément.

THE FACTS

I. THE CIRCUMSTANCES OF THE CASE

9. The applicant was born in 1978 and lives in Paris.

10. She arrived in France on 26 January 1994, aged 15 years and 7 months, with Mrs D., a French national of Togolese origin. She had a passport and a tourist visa.

11. It had been agreed that she would work at Mrs D.'s home until the cost of her air ticket had been reimbursed and that Mrs D. would attend to her immigration status and find her a place at school. In reality, the applicant became an unpaid housemaid for Mr and Mrs D. and her passport was taken from her.

12. In the second half of 1994, Mrs D. "lent" the applicant to Mr and Mrs B., who had two small children, so that she could assist the pregnant Mrs B. with household work. Mrs B. also had another daughter from a first marriage who stayed with her during the holidays and at weekends. The applicant lived at Mr and Mrs B.'s home, her father having given his consent.

13. On her return from the maternity hospital, Mrs B. told the applicant that she had decided to keep her.

14. The applicant subsequently became a general housemaid for Mr and Mrs B. She worked seven days a week, without a day off, and was occasionally and exceptionally authorised to go out on Sundays to attend mass. Her working day began at 7.30 a.m., when she had to get up and prepare breakfast, dress the children, take them to nursery school or their recreational activities, look after the baby, do the housework and wash and iron clothes.

In the evening she prepared dinner, looked after the older children, did the washing up and went to bed at about 10.30 p.m. In addition, she had to clean a studio flat, in the same building, which Mr B. had made into an office.

The applicant slept on a mattress on the floor in the baby's room; she had to look after him if he woke up.

15. She was never paid, except by Mrs B.'s mother, who gave her one or two 500 French franc (FRF) notes.

16. In December 1995 the applicant was able to escape with the help of a Haitian national who took her in for five or six months. She looked after the latter's two children, was given appropriate accommodation and food, and received FRF 2,500 per month.

17. Subsequently, in obedience to her paternal uncle, who had been in contact with Mr and Mrs B., she returned to the couple, who had undertaken to put her immigration status in order. However, the situation remained unchanged: the applicant continued to carry out household tasks and look after the couple's children. She slept on a mattress on the floor of the children's bedroom, then on a folding bed, and wore second-hand clothes. Her immigration status had still not been regularised, she was not paid and did not attend school.

18. On an unspecified date, the applicant managed to recover her passport, which she entrusted to an acquaintance of Mr and Mrs B. She also confided in a neighbour, who alerted the Committee against Modern Slavery (Comité contre l'esclavage moderne), which in turn filed a complaint with the prosecutor's office concerning the applicant's case.

19. On 28 July 1998 the police raided Mr and Mrs B.'s home.

20. The couple were prosecuted on charges of having obtained from July 1995 to July 1998 the performance of services without payment or in exchange for payment that was manifestly disproportionate to the work carried out, by taking advantage of that person's vulnerability or state of dependence; with having subjected an individual to working and living conditions that were incompatible with human dignity by taking advantage of her vulnerability or state of dependence; and with having employed and maintained in their service an alien who was not in possession of a work permit.

21. On 10 June 1999 the Paris tribunal de grande instance delivered its judgment.

22. It found that the applicant's vulnerability and dependence in her relationship with Mr and Mrs B. was proved by the fact that she was unlawfully resident in France, was aware of that fact and feared arrest, that Mr and Mrs B. nurtured that fear while promising to secure her leave to remain – a claim that was confirmed by her uncle and her father – and by the fact that she had no resources, no friends and almost no family to help her.

23. As to the failure to provide any or adequate remuneration, the court noted that it had been established that the young woman had remained with Mr and Mrs B. for several years, was not a member of their family, could not be regarded as a foreign au

pair who had to be registered and given free time in order to improve her language skills, was kept busy all day with housework, did not go to school and was not training for a profession and that, had she not been in their service, Mr and Mrs B. would have been obliged to employ another person, given the amount of work created by the presence of four children in the home.

It therefore concluded that the offence laid down in Article 225-13 of the Criminal Code (see paragraph 46 below) was made out.

24. The court also found it established that Mr and Mrs B. were employing an alien who was not in possession of a work permit.

25. The court noted that the parties had submitted differing accounts concerning the allegations that the working and living conditions were incompatible with human dignity.

It found that the applicant clearly worked long hours and did not enjoy a day off as such, although she was given permission to attend mass. It noted that a person who remained at home with four children necessarily began his or her work early in the morning and finished late at night, but had moments of respite during the day; however, the scale of Mrs B.'s involvement in this work had not been established.

26. The court concluded that, while it seemed established that employment regulations had not been observed in respect of working hours and rest time, this did not suffice to consider that the working conditions were incompatible with human dignity, which would have implied, for example, a furious pace, frequent insults and harassment, the need for particular physical strength that was disproportionate to the employee's constitution and having to work in unhealthy premises, which had not been the case in this instance.

27. As to the applicant's accommodation, the court noted that Mr and Mrs B., who were well-off, had not seen fit to set aside an area for the applicant's personal use and that, although this situation was regrettable and indicated their lack of consideration for her, her living conditions could not be held to infringe human dignity, given that a number of people, especially in the Paris region, did not have their own rooms. Accommodation which infringed human dignity implied an unhygienic, unheated room, with no possibility of looking after one's basic hygiene, or premises which were so far below the applicable norms that occupation would be dangerous.

28. Accordingly, the court found that the offence laid down in Article 225-14 of the Criminal Code (see paragraph 46 below) had not been made out.

Nonetheless, the judges concluded that the offences of which Mr and Mrs B. were convicted were incontestably serious and were to be severely punished, particularly as the couple considered that they had treated the applicant quite properly.

Accordingly, they sentenced them to twelve months' imprisonment each, of which seven months were suspended, imposed a fine of FRF 100,000 and ordered them to pay, jointly and severally, FRF 100,000 to the applicant in damages. In addition, Mr and Mrs B. forfeited their civic, civil and family rights for three years.

29. Mr and Mrs B. appealed against this decision.

30. On 20 April 2000 the Paris Court of Appeal gave an interlocutory judgment ordering further investigations.

31. On 19 October 2000 it delivered its judgment on the merits.

32. The Court of Appeal found that the additional investigation had made it possible to confirm that the applicant had arrived in France aged 15 years and 7 months, in possession of a passport and a three-month tourist visa. During the period that she lived with Mrs D., from January to October 1994, she had been employed by the latter, firstly, to do housework, cook and look after her child, and, secondly, in the latter's clothing business, where she also did the cleaning and returned to the rails clothes that customers had tried on, without remuneration.

33. Around October 1994 the applicant had spent a few days at Mr and Mrs B.'s home, shortly before Mrs B. gave birth to her fourth child. She travelled by underground to Mr and Mrs B.'s home every day and returned to Mrs D.'s house in the evening to sleep.

34. In July/August 1994 she was "lent" to Mr and Mrs B., and stayed in their home until December 1995, when she left for Mrs G.'s home, where she was remunerated for her work and given accommodation. She had returned to Mr and Mrs B. in May/June 1996 on her uncle's advice.

35. The Court of Appeal noted that it had been established that the applicant was an illegal immigrant and had not received any real remuneration.

Further, it noted that it appeared that the applicant was proficient in French, which she had learnt in her own country.

In addition, she had learnt to find her way around Paris in order, initially, to go from Mrs D.'s home to the latter's business premises, and later to travel to Maisons-Alfort, where Mrs G. lived, and finally to return to Mr and Mrs B.'s home.

36. She had a degree of independence, since she took the children to the locations where their educational and sports activities were held, and subsequently collected them. She was also able to attend a Catholic service in a church near Mr and Mrs B.'s home. In addition, she left the house to go shopping, since it was on one of those occasions that she had met Mrs G. and agreed with her to go to the latter's home.

37. The Court of Appeal further noted that the applicant had had an opportunity to contact her uncle by telephone outside Mr and Mrs B.'s home and to pay for calls from a telephone box. She had met her father and her uncle and had never complained about her situation.

38. Furthermore, Mrs B.'s mother confirmed that the applicant spoke good French and that she was in the habit of giving her small sums of money for family celebrations. She had frequently had the applicant and her grandchildren to stay in her country house and had never heard her complain of ill-treatment or contempt, although she had been free to express her views.

39. The applicant's uncle stated that she was free, among other things, to leave the house and call him from a telephone box, that she was appropriately dressed, in good health and always had some money, which could not have come from anyone but Mr and Mrs B. He had offered to give her money, but she had never asked for any. He added that he had raised this question with Mrs B., who had told him that a certain amount was set aside every month in order to build up a nest egg for the applicant, which would be given to her when she left, and that the girl was aware of this arrangement.

He stated that, on the basis of what he had been able to observe and conclude from his conversations with the applicant and with Mrs B., the girl had not been kept as a slave in the home in which she lived.

40. The Court of Appeal ruled that the additional investigations and hearings had shown that, while it did appear that the applicant had not been paid or that the payment was clearly disproportionate to the amount of work carried out (although the defendants' intention to create a nest egg that would be handed over to her on

departure had not been seriously disputed), in contrast, the existence of working or living conditions that were incompatible with human dignity had not been established.

It also considered that it had not been established that the applicant was in a state of vulnerability or dependence since, by taking advantage of her ability to come and go at will, contacting her family at any time, leaving Mr and Mrs B.'s home for a considerable period and returning without coercion, the girl had, in spite of her youth, shown an undeniable form of independence, and vulnerability could not be established merely on the basis that she was an alien.

Accordingly, the Court of Appeal acquitted the defendants on all the charges against them.

41. The applicant appealed on points of law against that judgment. No appeal was lodged by the Principal Public Prosecutor's Office.

42. In a letter of 27 October 2000 to the Chair of the Committee against Modern Slavery, the public prosecutor attached to the Paris Court of Appeal wrote:

“In your letter of 23 October 2000 you asked me to inform you whether the public prosecution office under my direction has lodged an appeal on points of law against the judgment delivered on 19 October 2000 by the Twelfth Division of the court which heard the appeal in the criminal proceedings against Mr and Mrs B.

The Court of Appeal's decision to acquit the defendants of the two offences of insufficiently remunerating a person in a vulnerable position and subjecting a person in a vulnerable or dependent state to demeaning working conditions was based on an assessment of elements of pure fact.

Since the Court of Cassation considers that such assessments come within the unfettered discretion of the trial courts, an appeal on points of law could not be effectively argued.

That is why I have not made use of that remedy.”

43. The Court of Cassation delivered its judgment on 11 December 2001. It ruled as follows:

“All judgments must contain reasons justifying the decision reached; giving inadequate or contradictory reasons is tantamount to giving no reasons.

After an investigation into the situation of [the applicant], a young Togolese national whom they had employed and lodged in their home since she was 16, V. and A.B. were directly summoned before the criminal court for, firstly, taking advantage of a person's vulnerability or dependent state to obtain services without payment or any adequate payment, contrary to Article 225-13 of the Criminal Code and, secondly, for subjecting that person to working or living conditions incompatible with human dignity, contrary to Article 225-14 of the same Code.

In acquitting the defendants of the two above-mentioned offences and dismissing the civil party's claims in connection therewith, the appeal court, having noted that [the applicant] was a foreign minor, without a residence or work permit and without resources, nonetheless stated that her state of vulnerability and dependence, a common constituent element of the alleged offences, had not been established, given that the girl enjoyed a certain freedom of movement and that vulnerability could not be established merely on the basis that she was an alien.

Furthermore, in finding that the offence defined in Article 225-13 of the Criminal Code had not been made out, the court added that 'it does appear that the applicant has not been paid or that the payment was clearly disproportionate to the amount of work carried out (although the defendants' intention to build up a nest egg that would be handed over to her on departure has not been seriously disputed)'.

Finally, in acquitting the defendants of the offence set out in Article 225-14 of the Criminal Code, the courts found that subjection to working or living conditions incompatible with human dignity 'had not been established'.

However, in ruling in this way, with reasons that were inadequate and ineffective with regard to the victim's state of vulnerability and dependence and contradictory with regard to her remuneration, and without specifying the factual elements which established that her working conditions were compatible with human dignity, the Court of Appeal failed to draw from its findings the legal conclusions that were required in the light of Article 225-13 of the Criminal Code and did not justify its decision in the light of Article 225-14 of that Code.

The judgment must therefore be quashed.

For these reasons,

[The Court of Cassation] quashes the above-mentioned judgment of the Paris Court of Appeal dated 19 October 2000 but only in respect of the provisions dismissing the civil party's requests for compensation in respect of the offences provided for in Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code, all other provisions being expressly maintained, and instructs that the case be remitted, in accordance with the law, for a rehearing of the matters in respect of which this appeal has been allowed..."

44. The Versailles Court of Appeal, to which the case was subsequently referred, delivered its judgment on 15 May 2003. It ruled, *inter alia*, as follows:

"As was correctly noted at first instance, the evidence shows that [the applicant], an alien who arrived in France at the age of 16, worked for several years for Mr and Mrs B., carrying out household tasks and looking after their three, and subsequently four, children for seven days a week, from 7 a.m. to 10 p.m., without receiving any remuneration whatsoever; contrary to the defendants' claims, she was not considered a family friend, since she was obliged to follow Mrs B.'s instructions regarding her working hours and the work to be done, and was not free to come and go as she pleased.

In addition, there is no evidence to show that a nest egg has been built up for her, since the list of payments allegedly made by the defendants is in Mrs B.'s name.

It was only at the hearing before the tribunal de grande instance that the defendants gave the victim the sum of 50,000 francs.

Finally, far from showing that [the applicant] was happy to return to Mr and Mrs B.'s home, the conditions in which she did so after an absence of several months are, on the contrary, indicative of the pressure she had been subjected to by her family and of her state of resignation and emotional disarray.

With regard to the victim's state of dependence and vulnerability during the period under examination, it should be noted that this young girl was a minor, of Togolese nationality, an illegal immigrant in France, without a passport, more often than not without money, and that she was able to move about only under Mrs B.'s supervision for the purposes of the children's educational and sports activities.

Accordingly, it was on appropriate grounds, to which this court subscribes, that the court at first instance found that the constituent elements of the offence punishable under Article 225-13 of the Criminal Code were established in respect of the defendants.

With regard to the offence of subjecting a person in a vulnerable or dependent position to working or living conditions that are incompatible with human dignity:

As the court of first instance correctly noted, carrying out household tasks and looking after children throughout the day could not by themselves constitute working conditions incompatible with human dignity, this being the lot of many mothers; in addition, the civil party's allegations of humiliating treatment or harassment have not been proved.

Equally, the fact that [the applicant] did not have an area reserved for her personal use does not mean that the accommodation was incompatible with human dignity, given that Mr and Mrs B's own children shared the same room, which was in no way unhygienic.

Accordingly, the constituent elements of this second offence have not been established in respect of Mr and Mrs B.

Independently of the sums due to [the applicant] in wages and the payment of 50,000 francs in a belated gesture of partial remuneration, Mr B., whose intellectual and cultural level was such as to enable him to grasp fully the unlawfulness of his conduct, but who allowed the situation to continue, probably through cowardice, has, together with Mrs B., caused [the applicant] considerable psychological trauma, for which should be awarded 15,245 euros in compensation, as assessed by the court of first instance."

45. On 3 October 2003 the Paris industrial tribunal delivered judgment following an application submitted by the applicant. It awarded her 31,238 euros (EUR) in respect of arrears of salary, EUR 1,647 in respect of the notice period and EUR 164 in respect of holiday leave.

II. RELEVANT LAW

46. The Criminal Code as worded at the material time.

Article 225-13

"It shall be an offence punishable by two years' imprisonment and a fine of 500,000 francs to obtain from an individual the performance of services without payment or in exchange for payment that is manifestly disproportionate to the amount of work carried out, by taking advantage of that person's vulnerability or state of dependence."

Article 225-14

"It shall be an offence punishable by two years' imprisonment and a fine of 500,000 francs to subject an individual to working or living conditions which are incompatible

with human dignity by taking advantage of that individual's vulnerability or state of dependence.”

47. The Criminal Code as amended by the Law of 18 March 2003.

Article 225-13

“It shall be an offence punishable by five years' imprisonment and a fine of 150,000 euros to obtain from an individual whose vulnerability or state of dependence is apparent or of which the offender is aware, the performance of services without payment or in exchange for payment which is manifestly disproportionate to the amount of work carried out.”

Article 225-14

“It shall be an offence punishable by five years' imprisonment and a fine of 150,000 euros to subject an individual whose vulnerability or state of dependence is apparent or of which the offender is aware to working or living conditions which are incompatible with human dignity.”

Article 225-15

“The offences set out in Articles 225-13 and 225-14 shall be punishable by seven years' imprisonment and a fine of 200,000 euros if they are committed against more than one person.

If they are committed against a minor, they shall be punishable by seven years' imprisonment and a fine of 200,000 euros.

If they are committed against more than one person, including one or more minors, they shall be punishable by ten years' imprisonment and a fine of 300,000 euros.”

48. Information report by the French National Assembly's joint fact-finding taskforce on the various forms of modern slavery, tabled on 12 December 2001 (extracts)

“The situation of minors, who are more vulnerable and ought to receive special protection on account of their age, strikes the taskforce as highly worrying:..., children doomed to work as domestic servants or in illegal workshops... represent easy prey for traffickers of all kinds...

What solutions can be proposed in view of the growth in these forms of slavery? Some already exist, of course. We have available a not inconsiderable arsenal of punitive measures. However, these are not always used in full and are proving an insufficient

deterrent when put to the test. The police and the justice system are obtaining only limited results. (...)

The determination of the drafters of the new Criminal Code to produce a text imbued with the concept of human rights is particularly clear from the provisions of Articles 225-13 and 225-14 of the Code, which created new offences making it unlawful to impose working and living conditions that are contrary to human dignity. As demonstrated by the explanatory memorandum to the initial 1996 bill, the purpose of those provisions was primarily to combat 'slum landlords' or other unscrupulous entrepreneurs who shamelessly exploit foreign workers who are in the country illegally. (...)

The concept, found in both Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code, of the abuse of an individual's vulnerability or state of dependence contains ambiguities that could be prejudicial to their application. (...)

Thus, by failing on the one hand to specify the possible categories of individuals defined as vulnerable and, further, by failing to require that the vulnerability be of a 'particular' nature, the legislature has conferred on Articles 225-13 and 225-14 an extremely wide, or even vague, scope, one that is likely to cover circumstances of vulnerability or dependence that are 'social or cultural in nature'. (...)

The current wording of the Criminal Code, especially that of Article 225-14, is highly ambiguous, since it requires, on the one hand, that the victim has been subjected to working or living conditions that are incompatible with human dignity and, on the other, that those conditions have been imposed through the 'abuse' of his or her vulnerability or state of dependency.

It may therefore logically be concluded, as Mr Guy Meyer, deputy public prosecutor at the Paris public prosecutor's office, stated before the taskforce, that, 'by converse implication... provided one has not taken advantage of [an individual's] vulnerability, it is alright to undermine human dignity [...] Undermining human dignity ought to be an offence in itself and, possibly, abuse of [an individual's] vulnerability or status as a minor an aggravating factor'.

That said, and since the law is silent, it is up to the court to determine where the scope of those provisions ends. In this connection, analysis of the case-law reveals differences in evaluation that impede the uniform application of the law throughout France,

since, as Ms Françoise Favaro rightly noted when addressing the taskforce: 'We are in a sort of ephemeral haze in which everything is left to the judge's assessment.' (...)

Even more surprisingly, on 19 October 2000 the same court of appeal refused in another case to apply the provisions of Articles 225-13 and 225-14 in favour of a young woman, a domestic slave, despite the fact that she was a minor at the relevant time. In its judgment, the court noted, *inter alia*: 'It has not been established that the young girl was in a position of vulnerability or dependence as, by taking advantage of the possibility of coming and going at will, contacting her family at any time, leaving Mr and Mrs X's home for a considerable period and returning without coercion, she has, in spite of her youth, shown an undeniable form of independence, and vulnerability cannot be established merely on the basis that she was an alien.'

It is therefore apparent that, in the absence of legal criteria enabling the courts to determine whether there has been abuse of [an individual's] vulnerability or state of dependence, the provisions of Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code are open to interpretation in different ways, some more restrictive than others. (...)

Whether with regard to actual or potential sentences, the shortcomings of the provisions are clearly visible, in view of the seriousness of the factual elements characteristic of modern slavery. (...)

Bearing in mind, on the one hand, the constitutional status of the values protected by Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code and, on the other, the seriousness of the offences in such cases, the inconsequential nature of the penalties faced by those guilty of them is surprising, and raises questions about the priorities of the French criminal justice system. (...)

The minors whose cases the taskforce has had to examine are minors caught up or at risk of being caught up in slavery, whether for the provision of sex or labour. More often than not they are illegal immigrants."

49. Documents of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe

a) Report by the Committee on Equal Opportunities for Women and Men, dated 17 May 2001 (extract)

"In France, since its foundation in 1994, the Committee against Modern Slavery (CCEM) has taken up the cases of over 200 domestic slavery victims, mostly originating

from West Africa (Ivory Coast, Togo, Benin) but also from Madagascar, Morocco, India, Sri Lanka and the Philippines. The majority of victims were women (95%). One-third arrived in France before they came of age and most of them suffered physical violence or sexual abuse.

The employers mostly came from West Africa or the Middle East. 20% are French nationals. 20% enjoyed immunity from prosecution, among them one diplomat from Italy and five French diplomats in post abroad. Victims working for diplomats mainly come from India, Indonesia, the Philippines and Sri Lanka. It has been estimated that there are several thousand victims of domestic slavery in France.”

b) Recommendation 1523 (2001), adopted on 26 June 2001

“1. In the last few years a new form of slavery has appeared in Europe, namely domestic slavery. It has been established that over 4 million women are sold each year in the world.

2. In this connection the Assembly recalls and reaffirms Article 4, paragraph 1 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (ECHR), which prohibits slavery and servitude, and also the definition of slavery derived from the opinions and judgments of the European Commission of Human Rights and the European Court of Human Rights.

3. The Assembly also recalls Article 3 of the ECHR, which provides that no one shall be subjected to torture or to inhuman or degrading treatment or punishment, and Article 6, which proclaims the right of access to a court in civil and criminal matters, including cases where the employer enjoys immunity from jurisdiction.(...)

5. It notes that the victims' passports are systematically confiscated, leaving them in a situation of total vulnerability with regard to their employers, and sometimes in a situation bordering on imprisonment, where they are subjected to physical and/or sexual violence.

6. Most of the victims of this new form of slavery are in an illegal situation, having been recruited by agencies and having borrowed money to pay for their journey.

7. The physical and emotional isolation in which the victims find themselves, coupled with fear of the outside world, causes psychological problems which persist after their release and leave them completely disoriented.(...)

9. It regrets that none of the Council of Europe member States expressly make domestic slavery an offence in their criminal codes.

10. It accordingly recommends that the Committee of Ministers ask the governments of member States to:

- i. Make slavery and trafficking in human beings, and also forced marriage, offences in their criminal codes;
- ii. Strengthen border controls and harmonise policies for police cooperation, especially with respect to minors;(...)
- iv. Protect the rights of victims of domestic slavery by:
 - a) Generalising the issuing of temporary and renewable residence permits on humanitarian grounds;
 - b) Taking steps to provide them with protection and with social, administrative and legal assistance;
 - c) Taking steps for their rehabilitation and their reintegration, including the creation of centres to assist, among others, victims of domestic slavery;
 - d) Developing specific programmes for their protection;
 - e) Increasing victims' time limits for bringing proceedings for offences of slavery;
 - f) Establishing compensation funds for the victims of slavery; (...)"

c) Recommendation 1663 (2004), adopted on 22 June 2004

"1. The Parliamentary Assembly is dismayed that slavery continues to exist in Europe in the twenty-first century. Although, officially, slavery was abolished over 150 years ago, thousands of people are still held as slaves in Europe, treated as objects, humiliated and abused. Modern slaves, like their counterparts of old, are forced to work (through mental or physical threat) with no or little financial reward. They are physically constrained or have other limits placed on their freedom of movement and are treated in a degrading and inhumane manner.

2. Today's slaves are predominantly female and usually work in private households, starting out as migrant domestic workers, au pairs or 'mail-order brides'. Most have come voluntarily, seeking to improve their situation or escaping poverty and hardship, but some have been deceived by their employers, agencies or other intermediaries, have been debt-bonded and even trafficked. Once working (or married to a 'consumer husband'), however, they are vulnerable and isolated. This creates ample opportunity for abusive employers or husbands to force them into domestic slavery.(...)

5. The Council of Europe must have zero tolerance for slavery. As an international organisation defending human rights, it is the Council of Europe's duty to lead the fight against all forms of slavery and trafficking in human beings. The Organisation and its member States must promote and protect the human rights of the victim and ensure that the perpetrators of the crime of domestic slavery are brought to justice so that slavery can finally be eliminated from Europe.

6. The Assembly thus recommends that the Committee of Ministers:

i. in general:

- a) Bring the negotiations on the Council of Europe draft convention on action against trafficking in human beings to a rapid conclusion;
- b) Encourage member States to combat domestic slavery in all its forms as a matter of urgency, ensuring that holding a person in any form of slavery is a criminal offence in all member States;
- c) Ensure that the relevant authorities in the member States thoroughly, promptly and impartially investigate all allegations of any form of slavery and prosecute those responsible; (...)

ii. As concerns domestic servitude:

- a) Elaborate a charter of rights for domestic workers, as already recommended in Recommendation 1523 (2001) on domestic slavery. Such a charter, which could take the form of a Committee of Ministers' recommendation or even of a convention, should guarantee at least the following rights to domestic workers:
- b) The recognition of domestic work in private households as 'real work', that is, to which full employment rights and social protection apply, including the minimum wage (where it exists), sickness and maternity pay as well as pension rights;
- c) The right to a legally enforceable contract of employment setting out minimum wages, maximum hours and responsibilities;
- d) The right to health insurance;
- e) The right to family life, including health, education and social rights for the children of domestic workers;
- f) The right to leisure and personal time;
- g) The right for migrant domestic workers to an immigration status independent of any employer, the right to change employer and to travel within the host country and between all countries of the European Union and the right to the recognition of qualifications, training and experience obtained in the home country; (...)"

50. Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings, opened for signature on 16 May 2005 (extracts)*Preamble*

“(...) Considering that trafficking in human beings may result in slavery for victims;

Considering that respect for victims' rights, protection of victims and action to combat trafficking in human beings must be the paramount objectives;

Considering that all actions or initiatives against trafficking in human beings must be non-discriminatory, take gender equality into account as well as a child-rights approach;

(...) Bearing in mind the following recommendations of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe:... 1663 (2004) Domestic slavery: servitude, au pairs and mail-order brides; (...)”

*Article 1**Purposes of the Convention*

“1. The purposes of this Convention are:

- a) to prevent and combat trafficking in human beings, while guaranteeing gender equality;
- b) to protect the human rights of the victims of trafficking, design a comprehensive framework for the protection and assistance of victims and witnesses, while guaranteeing gender equality, as well as to ensure effective investigation and prosecution; (...)”

*Article 4**Definitions*

“For the purposes of this Convention:

- a) 'Trafficking in human beings' shall mean the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation. Exploitation shall include, at a minimum, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs;

- b) The consent of a victim of 'trafficking in human beings' to the intended exploitation set forth in sub-paragraph (a) of this Article shall be irrelevant where any of the means set forth in sub-paragraph (a) have been used;
- c) The recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of a child for the purpose of exploitation shall be considered 'trafficking in human beings' even if this does not involve any of the means set forth in sub-paragraph (a) of this Article;
- d) 'Child' shall mean any person under eighteen years of age;
- e) 'Victim' shall mean any natural person who is subject to trafficking in human beings as defined in this Article."

Article 19

Criminalisation of the use of services of a victim

"Each Party shall consider adopting such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences under its internal law, the use of services which are the object of exploitation as referred to in Article 4 paragraph (a) of this Convention, with the knowledge that the person is a victim of trafficking in human beings."

51. Other international conventions

a) Forced Labour Convention, adopted on 28 June 1930 by the General Conference of the International Labour Organisation (ratified by France on 24 June 1937)

Article 2

"1. For the purposes of this Convention the term 'forced or compulsory labour' shall mean all work or service which is exacted from any person under the menace of any penalty and for which the said person has not offered himself voluntarily.

2. Nevertheless, for the purposes of this Convention the term 'forced or compulsory labour' shall not include:

- a) Any work or service exacted in virtue of compulsory military service laws for work of a purely military character;
- b) Any work or service which forms part of the normal civic obligations of the citizens of a fully self-governing country;
- c) Any work or service exacted from any person as a consequence of a conviction in a court of law, provided that the said work or service is carried out under the supervision and control of a public authority and that the said person is not hired to or placed at the disposal of private individuals, companies or associations;

- d) Any work or service exacted in cases of emergency, that is to say, in the event of war or of a calamity or threatened calamity, such as fire, flood, famine, earthquake, violent epidemic or epizootic diseases, invasion by animal, insect or vegetable pests, and in general any circumstance that would endanger the existence or the well-being of the whole or part of the population;
- e) Minor communal services of a kind which, being performed by the members of the community in the direct interest of the said community, can therefore be considered as normal civic obligations incumbent upon the members of the community, provided that the members of the community or their direct representatives shall have the right to be consulted in regard to the need for such services."

Article 3

"For the purposes of this Convention the term 'competent authority' shall mean either an authority of the metropolitan country or the highest central authority in the territory concerned."

Article 4

"1. The competent authority shall not impose or permit the imposition of forced or compulsory labour for the benefit of private individuals, companies or associations.
2. Where such forced or compulsory labour for the benefit of private individuals, companies or associations exists at the date on which a Member's ratification of this Convention is registered by the Director-General of the International Labour Office, the Member shall completely suppress such forced or compulsory labour from the date on which this Convention comes into force for that Member."

b) Slavery Convention, signed in Geneva on 25 September 1926, which came into force on 9 March 1927, in accordance with the provisions of Article 12.

Article 1

"For the purpose of the present Convention, the following definitions are agreed upon:
1. Slavery is the status or condition of a person over whom any or all of the powers attaching to the right of ownership are exercised;
2. The slave trade includes all acts involved in the capture, acquisition or disposal of a person with intent to reduce him to slavery; all acts involved in the acquisition of a slave with a view to selling or exchanging him; all acts of disposal by sale or exchange of a slave acquired with a view to being sold or exchanged, and, in general, every act of trade or transport in slaves."

Article 4

"The High Contracting Parties shall give to one another every assistance with the object of securing the abolition of slavery and the slave trade."

Article 5

"The High Contracting Parties recognise that recourse to compulsory or forced labour may have grave consequences and undertake, each in respect of the territories placed under its sovereignty, jurisdiction, protection, suzerainty or tutelage, to take all necessary measures to prevent compulsory or forced labour from developing into conditions analogous to slavery.

It is agreed that:

1. Subject to the transitional provisions laid down in paragraph 2 below, compulsory or forced labour may only be exacted for public purposes;
2. In territories in which compulsory or forced labour for other than public purposes still survives, the High Contracting Parties shall endeavour progressively and as soon as possible to put an end to the practice. So long as such forced or compulsory labour exists, this labour shall invariably be of an exceptional character, shall always receive adequate remuneration, and shall not involve the removal of the labourers from their usual place of residence;
3. In all cases, the responsibility for any recourse to compulsory or forced labour shall rest with the competent central authorities of the territory concerned."

c) Supplementary Convention on the Abolition of Slavery, the Slave Trade, and Institutions and Practices Similar to Slavery, adopted on 30 April 1956 and which came into force in respect of France on 26 May 1964 Section I. Institutions and practices similar to slavery

Article 1

"Each of the States Parties to this Convention shall take all practicable and necessary legislative and other measures to bring about progressively and as soon as possible the complete abolition or abandonment of the following institutions and practices, where they still exist and whether or not they are covered by the definition of slavery contained in Article 1 of the Slavery Convention signed at Geneva on 25 September 1926:

- a) Debt bondage, that is to say, the status or condition arising from a pledge by a debtor of his personal services or of those of a person under his control as security for a debt, if the value of those services as reasonably assessed is not

applied towards the liquidation of the debt or the length and nature of those services are not respectively limited and defined;

- b) Serfdom, that is to say, the condition or status of a tenant who is by law, custom or agreement bound to live and labour on land belonging to another person and to render some determinate service to such other person, whether for reward or not, and is not free to change his status; (...)
- d) Any institution or practice whereby a child or young person under the age of 18 years, is delivered by either or both of his natural parents or by his guardian to another person, whether for reward or not, with a view to the exploitation of the child or young person or of his labour.”

d) International Convention on the Rights of the Child, dated 20 November 1989, which came into force in respect of France on 6 September 1990

Article 19

“1. States Parties shall take all appropriate legislative, administrative, social and educational measures to protect the child from all forms of physical or mental violence, injury or abuse, neglect or negligent treatment, maltreatment or exploitation, including sexual abuse, while in the care of parent(s), legal guardian(s) or any other person who has the care of the child.

2. Such protective measures should, as appropriate, include effective procedures for the establishment of social programmes to provide necessary support for the child and for those who have the care of the child, as well as for other forms of prevention and for identification, reporting, referral, investigation, treatment and follow-up of instances of child maltreatment described heretofore, and, as appropriate, for judicial involvement.”

Article 32

“1. States Parties recognise the right of the child to be protected from economic exploitation and from performing any work that is likely to be hazardous or to interfere with the child's education, or to be harmful to the child's health or physical, mental, spiritual, moral or social development.

2. States Parties shall take legislative, administrative, social and educational measures to ensure the implementation of the present Article. To this end, and having regard to the relevant provisions of other international instruments, States Parties shall in particular:

- a) Provide for a minimum age or minimum ages for admission to employment;
- b) Provide for appropriate regulation of the hours and conditions of employment;

- c) Provide for appropriate penalties or other sanctions to ensure the effective enforcement of the present Article.”

Article 36

“States Parties shall protect the child against all other forms of exploitation prejudicial to any aspects of the child's welfare.”

THE LAW

I. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 4 OF THE CONVENTION

52. The applicant complained that there had been a violation of Article 4 of the Convention. This provision states, *inter alia*:

- “1. No one shall be held in slavery or servitude.
2. No one shall be required to perform forced or compulsory labour.
- ...”

A. Whether the applicant had “victim” status

53. The Government contended by way of primary submission that the applicant could no longer claim to be the victim of a violation of the Convention within the meaning of Article 34.

They stated at the outset that they did not contest that the applicant had been the victim of particularly reprehensible conduct on the part of the couple who had taken her in, or that the Paris Court of Appeal's judgment of 19 October 2000 had failed to acknowledge the reality of that situation as a matter of law. However, they noted that the applicant had not appealed against the first-instance judgment which had convicted her “employers” solely on the basis of Article 225-13 of the Criminal Code and that it should be concluded from this that she had accepted their conviction under that Article alone.

Accordingly, the applicant could not use the absence of a conviction under Article 225-14 of the Criminal Code to argue that she still had victim status.

54. Furthermore, the Government noted that the applicant's appeal on points of law had still been pending when her application was lodged with the Court. However, following the Court of Cassation's judgment quashing the ruling by the Paris Court of Appeal, the court of appeal to which the case was subsequently remitted had recognised the applicant's state of dependence and vulnerability within the meaning

of Article 225-13 of the Criminal Code, as well as the exploitation to which she had been subjected, although it had been required only to examine the civil claims. They emphasised that, in line with the case-law, a decision or measure favourable to an applicant was sufficient to deprive him or her of “victim” status, provided that the national authorities had acknowledged, either expressly or in substance, and then afforded redress for, the breach of the Convention.

55. The Government concluded that the sanction imposed by the Versailles Court of Appeal was to be considered as having afforded redress for the violation alleged by the applicant before the Court, especially as she had not appealed on points of law against its judgment. In addition, they pointed out that the Paris industrial tribunal had made awards in respect of unpaid wages and benefits.

56. Finally, the applicant's immigration status had been regularised and she had received a residence permit enabling her to reside in France lawfully and to pursue her studies. In conclusion, the Government considered that the applicant could no longer claim to be the victim of a violation of the Convention within the meaning of Article 34.

57. The applicant did not dispute that certain measures and decisions had been taken which were favourable to her.

58. However, she stressed that the national authorities had never acknowledged, expressly or in substance, her complaint that the State had failed to comply with its positive obligation, inherent in Article 4, to secure tangible and effective protection against the practices prohibited by this Article and to which she had been subjected by Mr and Mrs B. Only a civil remedy had been provided.

59. She alleged that Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code, as worded at the material time, were too open and elusive, and in such divergence with the European and international criteria for defining servitude and forced or compulsory labour that she had not been secured effective and sufficient protection against the practices to which she had been subjected.

60. Article 34 of the Convention provides that “[t]he Court may receive applications from any person... claiming to be the victim of a violation by one of the High Contracting Parties of the rights set forth in the Convention or the Protocols thereto...”.

61. The Court reiterates that it falls first to the national authorities to redress any alleged violation of the Convention. In this regard, the question whether an applicant

can claim to be the victim of the violation alleged is relevant at all stages of the proceedings under the Convention (see *Karahalios v. Greece*, no. 62503/00, § 21, 11 December 2003, and *Malama v. Greece* (dec.), no. 43622/98, 25 November 1999).

62. It is the settled case-law of the Court that the word “victim” in the context of Article 34 of the Convention denotes the person directly affected by the act or omission in issue, the existence of a violation of the Convention being conceivable even in the absence of prejudice; prejudice is relevant only in the context of Article 41. Consequently, a decision or measure favourable to an applicant is not in principle sufficient to deprive him of his status as a “victim” unless the national authorities have acknowledged, either expressly or in substance, and then afforded redress for, the breach of the Convention (see, among other authorities, *Amuur v. France*, judgment of 25 June 1996, Reports of Judgments and Decisions 1996-III, p. 846, § 36; *Brumărescu v. Romania* [GC], no. 28342/95, § 50, ECHR 1999-VII; and *Association Ekin v. France* (dec.), no. 39288/98, 18 January 2000).

63. The Court considers that the Government's argument alleging that the applicant had lost her status as a victim raises questions about the French criminal law's provisions on slavery, servitude and forced or compulsory labour and the manner in which those provisions are interpreted by the domestic courts. Those questions are closely linked to the merits of the applicant's complaint. The Court consequently considers that they should be examined under the substantive provision of the Convention relied on by the applicant (see, in particular, *Airey v. Ireland*, judgment of 9 October 1979, Series A no. 32; *Gnahoré v. France*, no. 40031/98, § 26, ECHR 2000-IX; and *Isayeva v. Russia*, no. 57950/00, § 161, 24 February 2005).

B. The Merits

1. Applicability of Article 4 and the positive obligations

64. The Court notes that the Government do not dispute that Article 4 is applicable in the instant case.

65. The applicant considered that the exploitation to which she had been subjected while a minor amounted to a failure by the State to comply with its positive obligation under Articles 1 and 4 of the Convention, taken together, to put in place adequate criminal-law provisions to prevent and effectively punish the perpetrators of those acts.

66. In the absence of rulings on this matter in respect of Article 4, she referred in detail to the Court's case-law on States' positive obligations with regard to Articles

3 and 8 (see *X and Y v. the Netherlands*, judgment of 26 March 1985, Series A no. 91; *A. v. the United Kingdom*, judgment of 23 September 1998, Reports 1998-VI; and *M.C. v. Bulgaria*, no. 39272/98, ECHR 2003-XII).

67. She added that, in the various cases in question, the respondent States had been held to be responsible on account of their failure, in application of Article 1 of the Convention, to set up a system of criminal prosecution and punishment that would ensure tangible and effective protection of the rights guaranteed by Articles 3 and/or 8 against the actions of private individuals.

68. She emphasised that this obligation covered situations where the State authorities were criticised for not having taken adequate measures to prevent the existence of the impugned situation or to limit its effects. In addition, the scope of the State's positive obligation to protect could vary on account of shortcomings in its legal system, depending on factors such as the aspect of law in issue, the seriousness of the offence committed by the private individual concerned or particular vulnerability on the part of the victim. This was precisely the subject of her application, in the specific context of protection of a minor's rights under Article 4.

69. The applicant added that, in the absence of any appropriate criminal-law machinery to prevent and punish the direct perpetrators of alleged ill-treatment, it could not be maintained that civil proceedings to afford reparation of the damage suffered were sufficient to provide her with adequate protection against possible assaults on her integrity.

70. She considered that the right not to be held in servitude laid down in Article 4 § 1 of the Convention was an absolute right, permitting of no exception in any circumstances. She noted that the practices prohibited under Article 4 were also the subject of specific international conventions which applied to both children and adults.

71. Accordingly, the applicant considered that the States had a positive obligation, inherent in Article 4 of the Convention, to adopt tangible criminal-law provisions that would deter such offences, backed up by law-enforcement machinery for the prevention, detection and punishment of breaches of such provisions.

72. She further observed that, as the public prosecutor's office had not considered it necessary to appeal on points of law on the grounds of public interest, the acquittal of Mr and Mrs B. of the offences set out in Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code had become final. Consequently, the court of appeal to which the case had been

remitted after the initial judgment was quashed could not return a guilty verdict nor, a fortiori, impose a sentence, but could only decide whether to award civil damages. She considered that a mere finding that the constituent elements of the offence set out in Article 225-13 of the Criminal Code had been established and the imposition of a fine and damages could not be regarded as an acknowledgment, whether express or in substance, of a breach of Article 4 of the Convention.

73. With regard to possible positive obligations, the Government conceded that, if the line taken by the European Commission of Human Rights in *X and Y v. the Netherlands* (cited above) were to be applied to the present case, then it appeared that they did indeed exist. They pointed out, however, that States had a certain margin of appreciation when it came to intervening in the sphere of relations between individuals.

74. In this respect, they referred to the Court's case-law, and especially *Calvelli and Ciglio v. Italy* ([GC], no. 32967/96, ECHR 2002-I); *A. v. the United Kingdom*, cited above; and *Z and Others v. the United Kingdom* ([GC], no. 29392/95, § 109, ECHR 2001-V), as well as the decision in *G.G. v. Italy* ((dec.), no. 34574/97, 10 October 2002) in which the Court had noted in connection with Article 3 that “criminal proceedings did not represent the only effective remedy in cases of this kind, but civil proceedings, making it possible to obtain redress for the damage suffered must in principle be open to children who have been subjected to ill-treatment”.

75. On that basis, the Government argued that, in the instant case, the proceedings before the criminal courts which led to the payment of damages were sufficient under Article 4 in order to comply with any positive obligation arising from the Convention.

76. In the alternative, the Government considered that in any event French criminal law fulfilled any positive obligations arising under Article 4 of the Convention. They submitted that the wording of Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code made it possible to fight against all forms of exploitation through labour for the purposes of Article 4. They stressed that these criminal-law provisions had, at the time of the events complained of by the applicant, already resulted in several criminal-court rulings, thus establishing a case-law, and that, since then, they had given rise to various other decisions to the same effect.

77. The Court points out that it has already been established that, with regard to certain Convention provisions, the fact that a State refrains from infringing the guaranteed

rights does not suffice to conclude that it has complied with its obligations under Article 1 of the Convention.

78. Thus, with regard to Article 8 of the Convention, it held as long ago as 1979:

“... Nevertheless it does not merely compel the State to abstain from such interference: in addition to this primarily negative undertaking, there may be positive obligations inherent in an effective 'respect' for family life.

This means, amongst other things, that when the State determines in its domestic legal system the regime applicable to certain family ties such as those between an unmarried mother and her child, it must act in a manner calculated to allow those concerned to lead a normal family life. As envisaged by Article 8, respect for family life implies in particular, in the Court's view, the existence in domestic law of legal safeguards that render possible as from the moment of birth the child's integration in his family. In this connection, the State has a choice of various means, but a law that fails to satisfy this requirement violates paragraph 1 of Article 8 without there being any call to examine it under paragraph 2...” (Marckx v. Belgium, judgment of 13 June 1979, Series A no. 31, pp. 14-15, § 31).

79. It subsequently clarified this concept:

“Positive obligations on the State are inherent in the right to effective respect for private life under Article 8; these obligations may involve the adoption of measures even in the sphere of the relations of individuals between themselves. While the choice of the means to secure compliance with Article 8 in the sphere of protection against acts of individuals is in principle within the State's margin of appreciation, effective deterrence against grave acts such as rape, where fundamental values and essential aspects of private life are at stake, requires efficient criminal-law provisions. Children and other vulnerable individuals, in particular, are entitled to effective protection.” (X and Y v. the Netherlands, cited above, pp. 11-13, §§ 23, 24 and 27; August v. the United Kingdom (dec.), no. 36505/02, 21 January 2003; and M.C. v. Bulgaria, cited above, § 150).

80. As regards Article 3 of the Convention, the Court has found on numerous occasions that

“... the obligation on the High Contracting Parties under Article 1 of the Convention to secure to everyone within their jurisdiction the rights and freedoms defined in the Convention, taken together with Article 3, requires States to take measures designed to

ensure that individuals within their jurisdiction are not subjected to torture or inhuman or degrading treatment or punishment, including such ill-treatment administered by private individuals.” (see *A. v. the United Kingdom*, cited above, p. 2699, § 22; *Z and Others v. the United Kingdom*, cited above, §§ 73-75; *E. and Others v. the United Kingdom*, no. 33218/96, 26 November 2002; and *M.C. v. Bulgaria*, cited above, § 149).

81. It has also found that:

“Children and other vulnerable individuals, in particular, are entitled to State protection, in the form of effective deterrence, against such serious breaches of personal integrity.” (see, *mutatis mutandis*, *X and Y v. the Netherlands*, cited above, pp. 11-13, §§ 21-27; *Stubbings and Others v. the United Kingdom*, 22 October 1996, Reports 1996-IV, p. 1505, §§ 62-64; and *A. v. the United Kingdom*, cited above, as well as the United Nations Convention on the Rights of the Child, Articles 19 and 37).

82. The Court considers that, together with Articles 2 and 3, Article 4 of the Convention enshrines one of the basic values of the democratic societies making up the Council of Europe.

83. It notes that the Commission had proposed in 1983 that it could be argued that a Government's responsibility was engaged to the extent that it was their duty to ensure that the rules adopted by a private association did not run contrary to the provisions of the Convention, in particular where the domestic courts had jurisdiction to examine their application (see *X v. the Netherlands*, no. 9327/81, Commission decision of 3 May 1983, Decisions and Reports (DR) 32, p. 180).

84. The Court notes that, in referring to the above-mentioned case, the Government accepted at the hearing that positive obligations did appear to exist in respect of Article 4.

85. In this connection, it notes that Article 4 § 1 of the Forced Labour Convention, adopted by the International Labour Organisation (ILO) on 28 June 1930 and ratified by France on 24 June 1937, provides:

“The competent authority shall not impose or permit the imposition of forced or compulsory labour for the benefit of private individuals, companies or associations.”

86. Furthermore, Article 1 of the Supplementary Convention on the Abolition of Slavery, the Slave Trade, and Institutions and Practices Similar to Slavery, adopted on 30 April 1956, which came into force in respect of France on 26 May 1964, states:

“Each of the States Parties to this Convention shall take all practicable and necessary legislative and other measures to bring about progressively and as soon as possible the complete abolition or abandonment of the following institutions and practices, where they still exist and whether or not they are covered by the definition of slavery contained in Article 1 of the Slavery Convention signed at Geneva on 25 September 1926:... [d]ebt bondage,... [a]ny institution or practice whereby a child or young person under the age of 18 years, is delivered by either or both of his natural parents or by his guardian to another person, whether for reward or not, with a view to the exploitation of the child or young person or of his labour.”

87. In addition, with particular regard to children, Article 19 § 1 of the International Convention on the Rights of the Child of 20 November 1989, which came into force in respect of France on 6 September 1990, provides:

“States Parties shall take all appropriate legislative, administrative, social and educational measures to protect the child from all forms of physical or mental violence, injury or abuse,..., maltreatment or exploitation, including sexual abuse, while in the care of parent(s), legal guardian(s) or any other person who has the care of the child.”

Article 32 provides:

- “1. States Parties recognise the right of the child to be protected from economic exploitation and from performing any work that is likely to be hazardous or to interfere with the child's education, or to be harmful to the child's health or physical, mental, spiritual, moral or social development.
2. States Parties shall take legislative, administrative, social and educational measures to ensure the implementation of the present Article. To this end, and having regard to the relevant provisions of other international instruments, States Parties shall in particular:
 - a) Provide for a minimum age or minimum ages for admission to employment;
 - b) Provide for appropriate regulation of the hours and conditions of employment;
 - c) Provide for appropriate penalties or other sanctions to ensure the effective enforcement of the present Article.”

88. Finally, the Court notes that it appears from the Parliamentary Assembly's findings (see “Relevant law” above) that “today's slaves are predominantly female and usually work in private households, starting out as migrant domestic workers...”.

89. In those circumstances, the Court considers that limiting compliance with Article 4 of the Convention only to direct action by the State authorities would be

inconsistent with the international instruments specifically concerned with this issue and would amount to rendering it ineffective. Accordingly, it necessarily follows from this provision that States have positive obligations, in the same way as under Article 3 for example, to adopt criminal-law provisions which penalise the practices referred to in Article 4 and to apply them in practice (see *M.C. v. Bulgaria*, cited above, § 153).

2. Alleged violation of Article 4 of the Convention

90. With regard to the violation of Article 4 of the Convention, the applicant noted from the outset that the right not to be held in servitude laid down in this provision was an absolute one, in the same way as the right not to be compelled to perform forced or compulsory labour.

91. She said that, although the Convention did not define the terms servitude or “forced or compulsory labour”, reference should be made to the relevant international conventions in this field to determine the meaning of these concepts, while importance had to be attached in the instant case to the criteria laid down by both the United Nations and the Council of Europe for identifying modern forms of slavery and servitude, which were closely linked to trafficking in human beings, and to the internationally recognised necessity of affording children special protection on account of their age and vulnerability.

92. She pointed out that her situation had corresponded to three of the four servile institutions or practices referred to in Article 1 of the Supplementary Geneva Convention of 30 April 1956, namely debt bondage, the delivery of a child or adolescent to a third person, whether for reward or not, with a view to the exploitation of his or her labour, and serfdom. She noted that she had not come to France in order to work as a domestic servant but had been obliged to do so as a result of the trafficking to which she had been subjected by Mrs B., who had obtained her parents' agreement through false promises.

She concluded that such “delivery” of a child by her father, with a view to the exploitation of her labour, was similar to the practice, analogous to slavery, referred to in Article 1 (d) of the United Nations Supplementary Convention of 1956.

93. The applicant also referred to the documentation published by the Council of Europe on domestic slavery and pointed out that the criteria used included confiscation of the individual's passport, the absence of remuneration or remuneration that was

disproportionate to the services provided, deprivation of liberty or self-imposed imprisonment, and cultural, physical and emotional isolation.

94. She added that it was clear from the facts that her situation was not temporary or occasional in nature, as was normally the case with “forced or compulsory labour”. Her freedom to come and go had been limited, her passport had been taken away from her, her immigration status had been precarious before becoming illegal, and she had also been kept by Mr and Mrs B. in a state of fear that she would be arrested and expelled. She considered that this was equivalent to the concept of self-imposed imprisonment described above.

95. Referring to her working and living conditions at Mr and Mrs B.'s home, she concluded that her exploitation at their hands had compromised her education and social integration, as well as the development and free expression of her personality. Her identity as a whole had been involved, which was a characteristic of servitude but not, in general, of forced or compulsory labour.

96. She added that in addition to the unremunerated exploitation of another's work, the characteristic feature of modern slavery was a change in the individual's state or condition, on account of the level of constraint or control to which his or her person, life, personal effects, right to come and go at will or to take decisions was subjected.

She explained that, although she had not described her situation as “forced labour” in the proceedings before the Versailles Court of Appeal, the civil party had claimed in its submissions that “the exploitation to which Ms Siliadin was subjected... had, at the very least, the characteristics of 'forced labour' within the meaning of Article 4 § 2 of the Convention...; in reality, she was a domestic slave who had been recruited in Africa”.

97. As to the definition of “forced or compulsory labour”, the applicant drew attention to the case-law of the Commission and the Court, and emphasised that developments in international law favoured granting special protection to children.

98. She noted that French criminal law did not contain specific offences of slavery, servitude or forced or compulsory labour, still less a definition of those three concepts that was sufficiently specific and flexible to be adapted to the forms those practices now took. In addition, prior to the enactment of the Law of 18 March 2003, there had been no legislation that directly made it an offence to traffic in human beings.

99. Accordingly, the offences to which she had been subjected fell within the provisions of Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code as worded at the material time. These were non-specific texts of a more general nature, which both required that the victim be in a state of vulnerability or dependence. Those concepts were as vague as that of the offender's "taking advantage", which was also part of the definition of the two offences. In this connection, she emphasised that both legal commentators and the National Assembly's taskforce on the various forms of modern slavery had highlighted the lack of legal criteria enabling the courts to determine whether such a situation obtained, which had led in practice to unduly restrictive interpretations.

100. Thus, Article 225-13 of the Criminal Code made it an offence to obtain another person's labour by taking advantage of him or her. In assessing whether the victim was vulnerable or in a state of dependence, the courts were entitled to take into account, among other circumstances, certain signs of constraint or control of the individual. However, those were relevant only as the prerequisites for a finding of exploitation, not as constituent elements of the particular form of the offence that was modern slavery. In addition, this article made no distinction between employers who took advantage of the illegal position of immigrant workers who were already in France and those who deliberately placed them in such a position by resorting to trafficking in human beings.

101. She added that, contrary to Article 225-13, Article 225-14 required, and continued to require, an infringement of human dignity for the offence to be established. That was a particularly vague concept, and one subject to random interpretation. It was for this reason that neither her working nor living conditions had been found by the court to be incompatible with human dignity.

102. The applicant said in conclusion that the criminal-law provisions in force at the material time had not afforded her adequate protection from servitude or from forced or compulsory labour in their contemporary forms, which were contrary to Article 4 of the Convention. As to the fact that the criminal proceedings had resulted in an award of compensation, she considered that this could not suffice to absolve the State of its obligation to establish a criminal-law machinery which penalised effectively those guilty of such conduct and deterred others.

103. With regard to the alleged violation of Article 4, the Government first observed that the Convention did not define the term "servitude". They submitted that, according to the case-law, "servitude" was close to "slavery", which was at the extreme end of the

scale. However, servitude reflected a situation of exploitation which did not require that the victim be objectified to the point of becoming merely another person's property.

104. As to the difference between “servitude” and “forced or compulsory labour”, they concluded from the case-law of the Commission and the Court that servitude appeared to characterise situations in which denial of the individual's freedom was not limited to the compulsory provision of labour, but also extended to his or her living conditions, and that there was no potential for improvement, an element which was absent from the concept of “forced or compulsory labour”.

105. With regard to the difference between “forced labour” and “compulsory labour”, the Government noted that, while the case-law's definition of “forced labour” as labour performed under the influence of “physical or psychological force” seemed relatively clear, the situation was less so with regard to “compulsory labour”.

106. The Government did not deny that the applicant's situation fell within Article 4 of the Convention and emphasised that she herself had specifically described her situation as “forced labour” within the meaning of that provision.

107. However, they submitted that the domestic judicial authorities had undisputedly remedied the violation of the Convention by ruling that the elements constituting the offence set out in Article 225-13 of the Criminal Code had been established.

108. Finally, the Government pointed out that the wording of Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code made it possible to combat all forms of exploitation of an individual through labour falling within Article 4 of the Convention.

109. The Court notes that the applicant arrived in France from Togo at the age of 15 years and 7 months with a person who had agreed with her father that she would work until her air ticket had been reimbursed, that her immigration status would be regularised and that she would be sent to school.

110. In reality, the applicant worked for this person for a few months before being “lent” to Mr and Mrs B. It appears from the evidence that she worked in their house without respite for approximately fifteen hours per day, with no day off, for several years, without ever receiving wages or being sent to school, without identity papers and without her immigration status being regularised. She was accommodated in their home and slept in the children's bedroom.

111. The Court also notes that, in addition to the Convention, numerous international conventions have as their objective the protection of human beings from slavery, servitude and forced or compulsory labour (see “Relevant law” above). As the Parliamentary Assembly of the Council of Europe has pointed out, although slavery was officially abolished more than 150 years ago, “domestic slavery” persists in Europe and concerns thousands of people, the majority of whom are women.

112. The Court reiterates that Article 4 enshrines one of the fundamental values of democratic societies. Unlike most of the substantive clauses of the Convention and of Protocols Nos. 1 and 4, Article 4 makes no provision for exceptions and no derogation from it is permissible under Article 15 § 2 even in the event of a public emergency threatening the life of the nation (see, with regard to Article 3, *Ireland v. the United Kingdom*, judgment of 18 January 1978, Series A no. 25, p. 65, § 163; *Soering v. the United Kingdom*, judgment of 7 July 1989, Series A no. 161, pp. 34-35, § 88; *Chahal v. the United Kingdom*, judgment of 15 November 1996, Reports 1996-V, p. 1855, § 79; and *Selmouni v. France* [GC], no. 25803/94, § 79, ECHR 1999-V).

In those circumstances, the Court considers that, in accordance with contemporary norms and trends in this field, the member States' positive obligations under Article 4 of the Convention must be seen as requiring the penalisation and effective prosecution of any act aimed at maintaining a person in such a situation (see, *mutatis mutandis*, *M.C. v. Bulgaria*, cited above, § 166).

113. Accordingly, the Court must determine whether the applicant's situation falls within Article 4 of the Convention.

114. It is not disputed that she worked for years for Mr and Mrs B., without respite and against her will.

It has also been established that the applicant has received no remuneration from Mr and Mrs B. for her work.

115. In interpreting Article 4 of the European Convention, the Court has in a previous case already taken into account the ILO conventions, which are binding on almost all of the Council of Europe's member States, including France, and especially the 1930 Forced Labour Convention (see *Van der Mussele v. Belgium*, judgment of 23 November 1983, Series A no. 70, p. 16, § 32).

116. It considers that there is in fact a striking similarity, which is not accidental, between paragraph 3 of Article 4 of the European Convention and paragraph 2 of Article 2 of Convention No. 29. Paragraph 1 of the last-mentioned Article provides that “for the purposes” of the latter convention, the term “forced or compulsory labour” shall mean “all work or service which is exacted from any person under the menace of any penalty and for which the said person has not offered himself voluntarily”.

117. It remains to be ascertained whether there was “forced or compulsory” labour. This brings to mind the idea of physical or mental constraint. What there has to be is work “exacted... under the menace of any penalty” and also performed against the will of the person concerned, that is work for which he “has not offered himself voluntarily” (see Van der Musselle, cited above, p. 17, § 34).

118. The Court notes that, in the instant case, although the applicant was not threatened by a “penalty”, the fact remains that she was in an equivalent situation in terms of the perceived seriousness of the threat.

She was an adolescent girl in a foreign land, unlawfully present on French territory and in fear of arrest by the police. Indeed, Mr and Mrs B. nurtured that fear and led her to believe that her status would be regularised (see paragraph 22 above).

Accordingly, the Court considers that the first criterion was met, especially since the applicant was a minor at the relevant time, a point which the Court emphasises.

119. As to whether she performed this work of her own free will, it is clear from the facts of the case that it cannot seriously be maintained that she did. On the contrary, it is evident that she was not given any choice.

120. In these circumstances, the Court considers that the applicant was, at the least, subjected to forced labour within the meaning of Article 4 of the Convention at a time when she was a minor.

121. It remains for the Court to determine whether the applicant was also held in servitude or slavery.

Sight should not be lost of the Convention's special features or of the fact that it is a living instrument which must be interpreted in the light of present-day conditions, and that the increasingly high standard being required in the area of the protection

of human rights and fundamental liberties correspondingly and inevitably requires greater firmness in assessing breaches of the fundamental values of democratic societies (see, among many other authorities, Selmouni, cited above, § 101).

122. The Court notes at the outset that, according to the 1927 Slavery Convention, “slavery is the status or condition of a person over whom any or all of the powers attaching to the right of ownership are exercised”.

It notes that this definition corresponds to the “classic” meaning of slavery as it was practised for centuries. Although the applicant was, in the instant case, clearly deprived of her personal autonomy, the evidence does not suggest that she was held in slavery in the proper sense, in other words that Mr and Mrs B. exercised a genuine right of legal ownership over her, thus reducing her to the status of an “object”.

123. With regard to the concept of “servitude”, what is prohibited is a “particularly serious form of denial of freedom” (see *Van Droogenbroeck v. Belgium*, Commission's report of 9 July 1980, Series B no. 44, p. 30, §§ 78-80). It includes, “in addition to the obligation to perform certain services for others... the obligation for the 'serf' to live on another person's property and the impossibility of altering his condition”. In this connection, in examining a complaint under this paragraph of Article 4, the Commission paid particular attention to the Abolition of Slavery Convention (see also *Van Droogenbroeck v. Belgium*, no. 7906/77, Commission decision of 5 July 1979, DR 17, p. 59).

124. It follows in the light of the case-law on this issue that for Convention purposes “servitude” means an obligation to provide one's services that is imposed by the use of coercion, and is to be linked with the concept of “slavery” described above (see *Seguin v. France* (dec.), no. 42400/98, 7 March 2000).

125. Furthermore, under the Supplementary Convention on the Abolition of Slavery, the Slave Trade, and Institutions and Practices Similar to Slavery, each of the States Parties to the convention must take all practicable and necessary legislative and other measures to bring about the complete abolition or abandonment of the following institutions and practices:

- “d) Any institution or practice whereby a child or young person under the age of 18 years, is delivered by either or both of his natural parents or by his guardian to another person, whether for reward or not, with a view to the exploitation of the child or young person or of his labour.”

126. In addition to the fact that the applicant was required to perform forced labour, the Court notes that this labour lasted almost fifteen hours a day, seven days per week.

She had been brought to France by a relative of her father's, and had not chosen to work for Mr and Mrs B.

As a minor, she had no resources and was vulnerable and isolated, and had no means of living elsewhere than in the home of Mr and Mrs B., where she shared the children's bedroom as no other accommodation had been offered. She was entirely at Mr and Mrs B.'s mercy, since her papers had been confiscated and she had been promised that her immigration status would be regularised, which had never occurred.

127. In addition, the applicant, who was afraid of being arrested by the police, was not in any event permitted to leave the house, except to take the children to their classes and various activities. Thus, she had no freedom of movement and no free time.

128. As she had not been sent to school, despite the promises made to her father, the applicant could not hope that her situation would improve and was completely dependent on Mr and Mrs B.

129. In those circumstances, the Court concludes that the applicant, a minor at the relevant time, was held in servitude within the meaning of Article 4 of the Convention.

130. Having regard to its conclusions with regard to the positive obligations under Article 4, it now falls to the Court to examine whether the impugned legislation and its application in the case in issue had such significant flaws as to amount to a breach of Article 4 by the respondent State.

131. According to the applicant, the provisions of French criminal law had not afforded her sufficient protection against the situation and had not made it possible for the culprits to be punished.

132. The Government, for their part, submitted that Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code made it possible to combat the exploitation through labour of an individual for the purposes of Article 4 of the Convention.

133. The Court notes that the Parliamentary Assembly of the Council of Europe, in its Recommendation 1523 (2001), "[regretted] that none of the Council of Europe member States expressly [made] domestic slavery an offence in their criminal codes".

134. It notes with interest the conclusions reached by the French National Assembly's joint taskforce on the various forms of modern slavery (see "Relevant law" above).

More specifically, with regard to Articles 225-13 and 225-14 as worded as the material time, the taskforce found, in particular:

"... We have available a not inconsiderable arsenal of punitive measures. However, these are not always used in full and are proving an insufficient deterrent when put to the test (...)

The concept, found in both Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code, of the abuse of an individual's vulnerability or state of dependence contains ambiguities that could be prejudicial to their application.(...)

That said, and since the law is silent, it is up to the court to determine where the scope of those provisions ends. In this connection, analysis of the case-law reveals differences in evaluation that impede the uniform application of the law throughout France. (...)

It is therefore apparent that, in the absence of legal criteria enabling the courts to determine whether there has been abuse of [an individual's] vulnerability or state of dependence, the provisions of Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code are open to interpretation in different ways, some more restrictive than others.(...)

Whether with regard to actual or potential sentences, the shortcomings of the provisions are clearly visible, in view of the seriousness of the factual elements characteristic of modern slavery. (...)

Bearing in mind, on the one hand, the constitutional status of the values protected by Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code and, on the other, the seriousness of the offences in such cases, the inconsequential nature of the penalties faced by those guilty of them is surprising, and raises questions about the priorities of the French criminal justice system."

135. The Court notes that, in the present case, the applicant's "employers" were prosecuted under Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code, which make it an offence, respectively, to exploit an individual's labour and to submit him or her to working or living conditions that are incompatible with human dignity.

136. In the judgment delivered on 10 June 1999, the Paris tribunal de grande instance found Mr and Mrs B. guilty of the offence defined in Article 225-13 of

the Criminal Code. Conversely, it found that the offence set out in Article 225-14 had not been made out.

137. The defendants were sentenced to twelve months' imprisonment, seven of which were suspended, and ordered to pay a fine of FRF 100,000 each and to pay, jointly and severally, FRF 100,000 to the applicant in damages.

138. On an appeal by Mr and Mrs B., the Paris Court of Appeal delivered a judgment on 19 October 2000 in which it quashed the judgment at first instance and acquitted the defendants.

139. On an appeal on points of law by the applicant alone, the Court of Cassation overturned the Court of Appeal's judgment, but only in respect of its civil aspects, and the case was remitted to another court of appeal.

140. On 15 May 2003 that court gave a judgment upholding the findings of the tribunal de première instance and awarded the applicant damages.

141. The Court notes that slavery and servitude are not as such classified as offences under French criminal law.

142. The Government pointed to Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code.

The Court notes, however, that those provisions do not deal specifically with the rights guaranteed under Article 4 of the Convention, but concern, in a much more restrictive way, exploitation through labour and subjection to working and living conditions that are incompatible with human dignity.

It therefore needs to be determined whether, in the instant case, those Articles provided effective penalties for the conduct to which the applicant had been subjected.

143. The Court has previously stated that children and other vulnerable individuals, in particular, are entitled to State protection, in the form of effective deterrence, against such serious breaches of personal integrity (see, *mutatis mutandis*, *X and Y v. the Netherlands*, cited above, pp. 11-13, §§ 21-27; *Stubbings and Others*, cited above, p. 1505, §§ 62-64; and *A. v. the United Kingdom*, cited above, p. 2699, § 22; and also the United Nations Convention on the Rights of the Child, Articles 19 and 37).

144. Further, the Court has held in a case concerning rape that “the protection afforded by the civil law in the case of wrongdoing of the kind inflicted on Miss Y is insufficient. This is a case where fundamental values and essential aspects of private life are at stake. Effective deterrence is indispensable in this area and it can be achieved only by criminal-law provisions; indeed, it is by such provisions that the matter is normally regulated” (see *X and Y v. the Netherlands*, cited above, p. 13, § 27).

145. The Court observes that, in the instant case, the applicant, who was subjected to treatment contrary to Article 4 and held in servitude, was not able to see those responsible for the wrongdoing convicted under the criminal law.

146. In this connection, it notes that, as the Principal Public Prosecutor did not appeal on points of law against the Court of Appeal's judgment of 19 October 2000, the appeal to the Court of Cassation concerned only the civil aspect of the case and Mr and Mrs B.'s acquittal thus became final.

147. In addition, according to the report of 12 December 2001 by the French National Assembly's joint taskforce on the various forms of modern slavery, Articles 225-13 and 225-14 of the Criminal Code, as worded at the material time, were open to very differing interpretations from one court to the next, as demonstrated by this case, which, indeed, was referred to by the taskforce as an example of a case in which a court of appeal had unexpectedly declined to apply Articles 225-13 and 225-14.

148. In those circumstances, the Court considers that the criminal-law legislation in force at the material time did not afford the applicant, a minor, practical and effective protection against the actions of which she was a victim.

It notes that the legislation has been changed but the amendments, which were made subsequently, were not applicable to the applicant's situation.

It emphasises that the increasingly high standard being required in the area of the protection of human rights and fundamental liberties correspondingly and inevitably requires greater firmness in assessing breaches of the fundamental values of democratic societies (see paragraph 121 above).

149. The Court thus finds that in the present case there has been a violation of the respondent State's positive obligations under Article 4 of the Convention.

II. APPLICATION OF ARTICLE 41 OF THE CONVENTION

150. *Article 41 of the Convention provides:*

“If the Court finds that there has been a violation of the Convention or the Protocols thereto, and if the internal law of the High Contracting Party concerned allows only partial reparation to be made, the Court shall, if necessary, afford just satisfaction to the injured party.”

A. Damage

151. The applicant did not make a claim in respect of damage.

B. Costs and expenses

152. The applicant sought 26,209.69 euros for the costs of legal representation, from which the sums received by way of legal aid were to be deducted.

153. The Government first observed that the applicant had not produced any evidence that she had paid this sum.

They also considered that the amount sought was excessive and should be reduced to a more reasonable level.

154. The Court considers that the applicant's representative has undoubtedly done a considerable amount of work in order to submit and argue this application, which concerns an area in which there is very little case-law to date.

In those circumstances, the Court, ruling on an equitable basis, awards the applicant the entire amount claimed in costs.

C. Default interest

155. The Court considers it appropriate that the default interest should be based on an annual rate equal to the marginal lending rate of the European Central Bank, to which should be added three percentage points.

FOR THESE REASONS, THE COURT UNANIMOUSLY

1. Dismisses the Government's preliminary objection based on the applicant's loss of victim status;
2. Holds that there has been a violation of Article 4 of the Convention;
3. Holds:

- a) That the respondent State is to pay the applicant, within three months from the date on which the judgment becomes final according to Article 44 § 2 of the Convention, EUR 26,209.69 (twenty-six thousand two hundred and nine euros sixty-nine cents) in respect of costs and expenses, plus any tax that may be chargeable;
- b) That the sums received by way of legal aid are to be deducted from that amount;
- c) That from the expiry of the above-mentioned three months until settlement simple interest shall be payable on the above amount at a rate equal to the marginal lending rate of the European Central Bank during the default period plus three percentage points.

Done in French, and notified in writing on 26 July 2005, pursuant to Rule 77 §§ 2 and 3 of the Rules of Court.

Stanley NAISMITH

Ireneu CABRAL BARRETO

Deputy Registrar President

Caso Rantsev contra Chipre e Rússia***E.C.H.R. – First Section (em www.echr.coe.int/echr/en/hudoc/).******CASE OF RANTSEV v. CYPRUS AND RUSSIA.******(Application no. 25965/04).******JUDGMENT******STRASBOURG******7. January 2010.******FINAL******10. 05/2010.***

This judgment will become final in the circumstances set out in Article 44 § 2 of the Convention. It may be subject to editorial revision.

In the case of Rantsev v. Cyprus and Russia,

The European Court of Human Rights (First Section), sitting as a Chamber composed of:

Christos Rozakis, President,

Anatoly Kovler,

Elisabeth Steiner,

Dean Spielmann,

Sverre Erik Jebens,

Giorgio Malinverni,

George Nicolaou, judges,

and Søren Nielsen, Section Registrar,

Having deliberated in private on 10 December 2009,

Delivers the following judgment, which was adopted on the last-mentioned date:

PROCEDURE

1. The case originated in an application (no. 25965/04) against the Republic of Cyprus and the Russian Federation lodged with the Court under Article 34 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms ("the Convention") by a Russian national, Mr Nikolay Mikhaylovich Rantsev ("the applicant"), on 26 May 2004.
2. The applicant, who had been granted legal aid, was represented by Ms L. Churkina, a lawyer practising in Yekaterinburg. The Cypriot Government were represented by their Agent, Mr P. Clerides, Attorney-General of the Republic of Cyprus. The Russian Government were represented by their Agent, Mr G. Matyushkin.
3. The applicant complained under Articles 2, 3, 4, 5 and 8 of the Convention about the lack of sufficient investigation into the circumstances of the death of his daughter, the lack of adequate protection of his daughter by the Cypriot police while she was still alive and the failure of the Cypriot authorities to take steps to punish those responsible for his daughter's death and ill-treatment. He also complained under Articles 2 and 4 about the failure of the Russian authorities to investigate his daughter's alleged trafficking and subsequent death and to take steps to protect her from the risk of trafficking. Finally, he complained under Article 6 of the Convention about the inquest proceedings and an alleged lack of access to court in Cyprus.
4. On 19 October 2007 the Cypriot and Russian Governments were requested to submit the entire investigation file together with all correspondence between the two Governments on this matter. On 17 December 2007 and 17 March 2008, the Cypriot and Russian Governments respectively submitted a number of documents.
5. On 20 May 2008 the President of the First Section decided to accord the case priority treatment in accordance with Rule 41 of the Rules of Court.
6. On 27 June 2008 the President of the First Section decided to give notice of the application to each of the respondent Governments. It was also decided to examine the merits of the application at the same time as its admissibility (Article 29 § 3).
7. On 27 and 28 October 2008 respectively, the Cypriot and Russian Governments submitted their written observations on the admissibility and merits of the application. In addition, third-party comments were received from two London-based non-governmental organisations, Interights and the AIRE Centre, which had

been given leave by the President to intervene in the written procedure (Article 36 § 2 of the Convention and Rule 44 § 2).

8. On 12 December 2008, the President of the First Section decided that legal aid should be granted to the applicant for his representation before the Court.

9. On 16 December 2008 the applicant lodged written observations in reply together with his claims for just satisfaction.

10. The Cypriot and Russian Governments lodged observations on the applicant's just satisfaction submissions.

11. By letter of 10 April 2009, the Cypriot Government requested the Court to strike the case out of its list and enclosed the text of a unilateral declaration with a view to resolving the issues raised by the applicant. The applicant filed written observations on the Cypriot Government's request on 21 May 2009.

12. The applicant requested an oral hearing but prior to adopting the present judgment the Court decided that it was not necessary to hold one.

THE FACTS

I. THE CIRCUMSTANCES OF THE CASE

13. The applicant, Mr Nikolay Mikhaylovich Rantsev, is a Russian national who was born in 1938 and lives in Svetlogorsk, Russia. He is the father of Ms Oxana Rantseva, also a Russian national, born in 1980.

14. The facts of the case, as established by the submissions of the parties and the material submitted by them, in particular the witness statements taken by the Cypriot police, may be summarised as follows.

A. The background facts

15. Oxana Rantseva arrived in Cyprus on 5 March 2001. On 13 February 2001, X.A., the owner of a cabaret in Limassol, had applied for an "artiste" visa and work permit for Ms Rantseva to allow her to work as an artiste in his cabaret (see further paragraph 115 below). The application was accompanied by a copy of Ms Rantseva's passport, a medical certificate, a copy of an employment contract (apparently not yet signed by Ms Rantseva) and a bond, signed by [X.A.] Agencies, in the following terms (original in English):

“KNOW ALL MEN BY THESE PRESENTS that I [X.A.] of L/SSOL Am bound to the Minister of the Interior of the Republic of Cyprus in the sum of £150 to be paid to the said Minister of the Interior or other the [sic] Minister of Interior for the time being or his attorney or attorneys.

Sealed with my seal.

Dated the 13th day of February 2001

WHEREAS Ms Oxana RANTSEVA of RUSSIA

Hereinafter called the immigrant, (which expression shall where the context so admits be deemed to include his heirs, executors, administrators and assigns) is entering Cyprus and I have undertaken that the immigrant shall not become in need of relief in Cyprus during a period of five years from the date hereof and I have undertaken to replay [sic] to the Republic of Cyprus any sum which the Republic of Cyprus may pay for the relief or support of the immigrant (the necessity for which relief and support the Minister shall be the sole judge) or for the expenses [sic] of repatriating the immigrant from Cyprus within a period of five years from the date hereof.

NOW THE CONDITION OF THE ABOVE WRITTEN BOND is such that if the immigrant or myself, my heirs, executors, administrators and assigns shall repay to the Republic of Cyprus on demand any sum which the Republic of Cyprus may have paid as aforesaid for the relief or Support of the immigrant or for the expenses of repatriation of the immigrant from Cyprus then the above written bond shall be void but otherwise shall remain in full force.”

16. Ms Rantseva was granted a temporary residence permit as a visitor until 9 March 2001. She stayed in an apartment with other young women working in X.A.’s cabaret. On 12 March 2001 she was granted a permit to work until 8 June 2001 as an artiste in a cabaret owned by X.A. and managed by his brother, M.A. She began work on 16 March 2001.

17. On 19 March 2001, at around 11a.m., M.A. was informed by the other women living with Ms Rantseva that she had left the apartment and taken all her belongings with her. The women told him that she had left a note in Russian saying that she was tired and wanted to return to Russia. On the same date M.A. informed the Immigration Office in Limassol that Ms Rantseva had abandoned her place of work and residence. According to M.A.’s subsequent witness statement, he wanted Ms

Rantseva to be arrested and expelled from Cyprus so that he could bring another girl to work in the cabaret. However, Ms Rantseva's name was not entered on the list of persons wanted by the police.

B. The events of 28 March 2001

18. On 28 March 2001, at around 4 a.m., Ms Rantseva was seen in a discotheque in Limassol by another cabaret artiste. Upon being advised by the cabaret artiste that Ms Rantseva was in the discotheque, M.A. called the police and asked them to arrest her. He then went to the discotheque together with a security guard from his cabaret. An employee of the discotheque brought Ms Rantseva to him. In his subsequent witness statement, M.A. said (translation):

"When [Ms Rantseva] got in to my car, she did not complain at all or do anything else. She looked drunk and I just told her to come with me. Because of the fact that she looked drunk, we didn't have a conversation and she didn't talk to me at all."

19. M.A. took Ms Rantseva to Limassol Central Police Station, where two police officers were on duty. He made a brief statement in which he set out the circumstances of Ms Rantseva's arrival in Cyprus, her employment and her subsequent disappearance from the apartment on 19 March 2001. According to the statement of the police officer in charge when they arrived (translation):

"On 28 March 2001, slightly before 4a.m., [M.A.] found [Ms Rantseva] in the nightclub Titanic... he took her and led her to the police station stating that Ms Rantseva was illegal and that we should place her in the cells. He ([M.A.]) then left the place (police station)."

20. The police officers then contacted the duty passport officer at his home and asked him to look into whether Ms Rantseva was illegal. After investigating, he advised them that her name was not in the database of wanted persons. He further advised that there was no record of M.A.'s complaint of 19 March 2001 and that, in any case, a person did not become illegal until 15 days after a complaint was made. The passport officer contacted the person in charge of the AIS (Police Aliens and Immigration Service), who gave instructions that Ms Rantseva was not to be detained and that her employer, who was responsible for her, was to pick her up and take her to their Limassol Office for further investigation at 7 a.m. that day. The police officers contacted M.A. to ask him to collect Ms Rantseva. M.A. was upset that the police would not detain her and

refused to come and collect her. The police officers told him that their instructions were that if he did not take her they were to allow her to leave. M.A. became angry and asked to speak to their superior. The police officers provided a telephone number to M.A. The officers were subsequently advised by their superior that M.A. would come and collect Ms Rantseva. Both officers, in their witness statements, said that Ms Rantseva did not appear drunk. The officer in charge said (translation):

“Ms Rantseva remained with us... She was applying her make-up and did not look drunk... At around 5.20a.m... I was... informed that [M.A.] had come and picked her up...”

21. According to M.A.’s witness statement, when he collected Ms Rantseva from the police station, he also collected her passport and the other documents which he had handed to the police when they had arrived. He then took Ms Rantseva to the apartment of M.P., a male employee at his cabaret. The apartment M.P. lived in with his wife, D.P., was a split-level apartment with the entrance located on the fifth floor of a block of flats. According to M.A., they placed Ms Rantseva in a room on the second floor of the apartment. In his police statement, he said:

“She just looked drunk and did not seem to have any intention to do anything. I did not do anything to prevent her from leaving the room in [the] flat where I had taken her.”

22. M.A. said that M.P. and his wife went to sleep in their bedroom on the second floor and that he stayed in the living room of the apartment where he fell asleep. The apartment was arranged in such a way that in order to leave the apartment by the front door, it would be necessary to pass through the living room.

23. M.P. stated that he left his work at the cabaret “Zygos” in Limassol at around 3.30 a.m. and went to the “Titanic” discotheque for a drink. Upon his arrival there he was informed that the girl they had been looking for, of Russian origin, was in the discotheque. Then M.A. arrived, accompanied by a security guard from the cabaret, and asked the employees of “Titanic” to bring the girl to the entrance. M.A., Ms Rantseva and the security guard then all got into M.A.’s car and left. At around 4.30 a.m. M.P. returned to his house and went to sleep. At around 6 a.m. his wife woke him up and informed him that M.A. had arrived together with Ms Rantseva and that they would stay until the Immigration Office opened. He then fell asleep.

24. D.P. stated that M.A. brought Ms Rantseva to the apartment at around 5.45 a.m.. She made coffee and M.A. spoke with her husband in the living room. M.A.

then asked D.P. to provide Ms Rantseva with a bedroom so that she could get some rest. D.P. stated that Ms Rantseva looked drunk and did not want to drink or eat anything. According to D.P., she and her husband went to sleep at around 6 a.m. while M.A. stayed in the living room. Having made her statement, D.P. revised her initial description of events, now asserting that her husband had been asleep when M.A. arrived at their apartment with Ms Rantseva. She stated that she had been scared to admit that she had opened the door of the apartment on her own and had had coffee with M.A..

25. At around 6.30 a.m. on 28 March 2001, Ms Rantseva was found dead on the street below the apartment. Her handbag was over her shoulder. The police found a bedspread looped through the railing of the smaller balcony adjoining the room in which Ms Rantseva had been staying on the upper floor of the apartment, below which the larger balcony on the fifth floor was located.

26. M.A. claimed that he woke at 7 a.m. in order to take Ms Rantseva to the Immigration Office. He called to D.P. and M.P. and heard D.P. saying that the police were in the street in front of the apartment building. They looked in the bedroom but Ms Rantseva was not there. They looked out from the balcony and saw a body in the street. He later discovered that it was Ms Rantseva.

27. D.P. claimed that she was woken by M.A. knocking on her door to tell her that Ms Rantseva was not in her room and that they should look for her. She looked for her all over the apartment and then noticed that the balcony door in the bedroom was open. She went out onto the balcony and saw the bedspread and realised what Ms Rantseva had done. She went onto another balcony and saw a body lying on the street, covered by a white sheet and surrounded by police officers.

28. M.P. stated that he was woken up by noise at around 7 a.m. and saw his wife in a state of shock; she told him that Ms Rantseva had fallen from the balcony. He went into the living room where he saw M.A. and some police officers.

29. In his testimony of 28 March 2001, G.A. stated that on 28 March 2001, around 6.30 a.m., he was smoking on his balcony, located on the first floor of M.P. and D.P.'s building. He said:

"I saw something resembling a shadow fall from above and pass directly in front of me. Immediately afterwards I heard a noise like something was breaking... I told my wife

to call the police... I had heard nothing before the fall and immediately afterwards I did not hear any voices. She did not scream during the fall. She just fell as if she were unconscious... Even if there had been a fight (in the apartment on the fifth floor) I would not have been able to hear it."

C. The investigation and inquest in Cyprus

30. The Cypriot Government advised the Court that the original investigation file had been destroyed in light of the internal policy to destroy files after a period of five years in cases where it was concluded that death was not attributable to a criminal act. A duplicate file, containing all the relevant documents with the exception of memo sheets, has been provided to the Court by the Government.

31. The file contains a report by the officer in charge of the investigation. The report sets out the background facts, as ascertained by forensic and crime scene evidence, and identifies 17 witnesses: M.A., M.P. D.P., G.A., the two police officers on duty at Limassol Police Station, the duty passport officer, eight police officers who attended the scene after Ms Rantseva's fall, the forensic examiner and the laboratory technician who analysed blood and urine samples.

32. The report indicates that minutes after receiving the call from G.A.'s wife, shortly after 6.30 a.m., the police arrived at the apartment building. They sealed off the scene at 6.40 a.m. and began an investigation into the cause of Ms Rantseva's fall. They took photographs of the scene, including photographs of the room in the apartment where Ms Rantseva had stayed and photographs of the balconies. The forensic examiner arrived at 9.30 a.m. and certified death. An initial forensic examination took place at the scene

33. On the same day, the police interviewed M.A., M.P. and D.P. as well as G.A.. They also interviewed the two police officers who had seen M.A. and Ms Rantseva at Limassol Police Station shortly before Ms Rantseva's death and the duty passport officer (relevant extracts and summaries of the statements given is included in the facts set out above at paragraphs 17 to 29). Of the eight police officers who attended the scene, the investigation file includes statements made by six of them, including the officer placed in charge of the investigation. There is no record of any statements being taken either from other employees of the cabaret where Ms Rantseva worked or from the women with whom she briefly shared an apartment.

34. When he made his witness statement on 28 March 2001, M.A. handed Ms Rantseva's passport and other documents to the police. After the conclusion and signature of his statement, he added a clarification regarding the passport, indicating that Ms Rantseva had taken her passport and documents when she left the apartment on 19 March 2001.

35. On 29 March 2001 an autopsy was carried out by the Cypriot authorities. The autopsy found a number of injuries on Ms Rantseva's body and to her internal organs. It concluded that these injuries resulted from her fall and that the fall was the cause of her death. It is not clear when the applicant was informed of the results of the autopsy. According to the applicant, he was not provided with a copy of the autopsy report and it is unclear whether he was informed in any detail of the conclusions of the report, which were briefly summarised in the findings of the subsequent inquest.

36. On 5 August 2001 the applicant visited Limassol Police Station together with a lawyer and spoke to the police officer who had received Ms Rantseva and M.A. on 28 March 2001. The applicant asked to attend the inquest. According to a later statement by the police officer, dated 8 July 2002, the applicant was told by the police during the visit that his lawyer would be informed of the date of the inquest hearing before the District Court of Limassol.

37. On 10 October 2001 the applicant sent an application to the District Court of Limassol, copied to the General Procurator's Office of the Republic of Cyprus and the Russian Consulate in the Republic of Cyprus. He referred to a request of 8 October 2001 of the Procurator's Office of the Chelyabinsk region concerning legal assistance (see paragraph 48 below) and asked to exercise his right to familiarise himself with the materials of the case before the inquest hearing, to be present at the hearing and to be notified in due time of the date of the hearing. He also advised that he wished to present additional documents to the court in due course.

38. The inquest proceedings were fixed for 30 October 2001 and, according to the police officer's statement of 8 July 2002 (see paragraph 36 above), the applicant's lawyer was promptly informed. However, neither she nor the applicant appeared before the District Court. The case was adjourned to 11 December 2001 and an order was made that the Russian Embassy be notified of the new date so as to inform the applicant.

39. In a facsimile dated 20 October 2001 and sent on 31 October 2001 to the District Court of Limassol, copied to the General Procurator's Office of the Republic of

Cyprus and the Russian Consulate in the Republic of Cyprus, the applicant asked for information regarding the inquest date to be sent to his new place of residence.

40. On 11 December 2001 the applicant did not appear before the District Court and the inquest was adjourned until 27 December 2001.

41. On 27 December 2001 the inquest took place before the Limassol District Court in the absence of the applicant. The court's verdict of the same date stated, *inter alia* (translation):

"At around 6.30 a.m. on [28 March 2001] the deceased, in an attempt to escape from the afore-mentioned apartment and in strange circumstances, jumped into the void as a result of which she was fatally injured...

My verdict is that MS OXANA RANTSEVA died on 28 March 2001, in circumstances resembling an accident, in an attempt to escape from the apartment in which she was a guest (εφιλοξευείτο).

There is no evidence before me that suggests criminal liability of a third person for her death".

D. Subsequent proceedings in Cyprus and Russia

42. Ms Rantseva's body was transferred to Russia on 8 April 2001.

43. On 9 April 2001 the applicant requested the Chelyabinsk Regional Bureau of Medical Examinations ("the Chelyabinsk Bureau") to perform an autopsy of the body. He further requested the Federal Security Service of the Russian Federation and the General Prosecutor's Office to investigate Ms Rantseva's death in Cyprus. On 10 May 2001 the Chelyabinsk Bureau issued its report on the autopsy.

44. In particular the following was reported in the forensic diagnosis (translation provided):

"It is a trauma from falling down from a large height, the falling on a plane of various levels, politrauma of the body, open cranial trauma: multiple fragmentary comminuted fracture of the facial and brain skull, multiple breeches of the brain membrane on the side of the brain vault and the base of the skull in the front brain pit, haemorrhages under the soft brain membranes, haemorrhages into the soft tissues, multiple bruises, large bruises and wounds on the skin, expressed deformation of the head in the front-

to-back direction, closed dull trauma of the thorax with injuries of the thorax organs..., contusion of the lungs along the back surface, fracture of the spine in the thorax section with the complete breach of the marrow and its displacement along and across...

Alcohol intoxication of the medium degree: the presence of ethyl alcohol in the blood 1,8%, in the urine -2,5%."

45. The report's conclusions included the following:

"The color and the look of bruises, breaches and wounds as well as hemorrhages with the morphological changes of the same type in the injured tissues indicates, without any doubt, that the traumas happened while she was alive, as well as the fact, that they happened not very long before death, within a very short time period, one after another.

During the forensic examination of the corpse of Rantseva O.N. no injuries resulting from external violence, connected with the use of various firearms, various sharp objects and weapons, influence of physical and chemical reagents or natural factors have been established... During the forensic chemical examination of the blood and urine, internal organs of the corpse no narcotic, strong or toxic substances are found. Said circumstances exclude the possibility of the death of Rantseva O.N. from firearms, cold steel, physical, chemical and natural factors as well as poisoning and diseases of various organs and systems...

Considering the location of the injuries, their morphological peculiarities, as well as certain differences, discovered during the morphological and histological analysis and the response of the injured tissues we believe that in this particular case a trauma from falling down from the great height took place, and it was the result of the so-called staged/bi-moment fall on the planes of various levels during which the primary contact of the body with an obstacle in the final phase of the fall from the great height was by the back surface of the body with a possible sliding and secondary contact by the front surface of the body, mainly the face with the expressed deformation of the head in the front-to-back direction due to shock-compressive impact...

During the forensic chemical examination of the corpse of Rantseva O.N. in her blood and urine we found ethyl spirits 1,8 and 2,5 correspondingly, which during her life might correspond to medium alcohol intoxication which is clinically characterized by a considerable emotional instability, breaches in mentality and orientation in space in time."

46. On 9 August 2001 the Russian Embassy in Cyprus requested from the chief of Limassol police station copies of the investigation files relating to Ms Rantseva's death.

47. On 13 September 2001 the applicant applied to the Public Prosecutor of the Chelyabinsk region requesting the Prosecutor to apply on his behalf to the Public Prosecutor of Cyprus for legal assistance free of charge as well as an exemption from court expenses for additional investigation into the death of his daughter on the territory of Cyprus.

48. By letter dated 11 December 2001 the Deputy General Prosecutor of the Russian Federation advised the Minister of Justice of the Republic of Cyprus that the Public Prosecutor's Office of the Chelyabinsk region had conducted an examination in respect of Ms Rantseva's death, including a forensic medical examination. He forwarded a request, dated 8 October 2001, under the European Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters ("the Mutual Assistance Convention" – see paragraphs 175 to 178 below) and the Treaty between the USSR and the Republic of Cyprus on Civil and Criminal Matters 1984 ("the Legal Assistance Treaty" – see paragraphs 179 to 185 below), for legal assistance for the purposes of establishing all the circumstances of Ms Rantseva's death and bringing to justice guilty parties, under Cypriot legislation. The request included the findings of the Russian authorities as to the background circumstances; it is not clear how the findings were reached and what, if any, investigation was conducted independently by the Russian authorities.

49. The findings stated, *inter alia*, as follows (translation provided):

"The police officers refused to arrest Rantseva O.N. due to her right to stay on the territory of Cyprus without the right to work for 14 days, i.e. until April 2, 2001. Then Mr [M.A.] suggested to detain Rantseva O.N. till the morning as a drunken person. He was refused, since, following the explanations provided by the police officers Rantseva O.N. looked like a sober person, behaved decently, was calm, was laying make-up. M.A., together with an unestablished person, at 5.30a.m. on March 28, 2001 took Rantseva O.N. from the regional police precinct and brought her to the apartment of [D.P.]... where [they] organised a meal, and then, at 6.30a.m. locked Rantseva O.N. in a room of the attic of the 7th floor of said house."

50. The request highlighted the conclusion of the experts at the Chelyabinsk Bureau of Forensic Medicine that there had been two stages in Ms Rantseva's fall, first on her back and then on her front. The request noted that this conclusion contradicted

the findings made in the Cypriot forensic examination that Ms Rantseva's death had resulted from a fall face-down. It further noted:

"It is possible to suppose, that at the moment of her falling down the victim could cry from horror. However, it contradicts the materials of the investigation, which contain the evidence of an inhabitant of the 2nd floor of this row of loggias, saying that a silent body fell down on the asphalt..."

51. The report concluded:

"Judging by the report of the investigator to Mr Rantsev N.M., the investigation ends with the conclusion that the death of Rantseva O.N. took place under strange and un-established circumstances, demanding additional investigation."

52. The Prosecutor of the Chelyabinsk region therefore requested, in accordance with the Legal Assistance Treaty, that further investigation be carried out into the circumstances of Ms Rantseva's death in order to identify the cause of death and eliminate the contradictions in the available evidence; that persons having any information concerning the circumstances of the death be identified and interviewed; that the conduct of the various parties be considered from the perspective of bringing murder and/or kidnapping and unlawful deprivation of freedom charges, and in particular that M.A. be investigated; that the applicant be informed of the materials of the investigation; that the Russian authorities be provided with a copy of the final decisions of judicial authorities as regards Ms Rantseva's death; and that the applicant be granted legal assistance free of charge and be exempted from paying court expenses.

53. On 27 December 2001 the Russian Federation wrote to the Cypriot Ministry of Justice requesting, on behalf of the applicant, that criminal proceedings be instituted in respect of Ms Rantseva's death, that the applicant be joined as a victim in the proceedings and that he be granted free legal assistance.

54. On 16 April 2002 the Russian Embassy in Cyprus conveyed to the Cypriot Ministry of Justice and Public Order the requests dated 11 December and 27 December 2001 of the General Prosecutor's Office of the Russian Federation, made under the Legal Assistance Treaty, for legal assistance concerning Ms Rantseva's death.

55. On 25 April 2002 the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation reiterated its request for the institution of criminal proceedings in connection with Ms Rantseva's death and the applicant's request to be added as a victim to the

proceedings in order to submit his further evidence, as well as his request for legal aid. It requested the Cypriot Government to provide an update and advise of any decisions that had been taken.

56. On 25 November 2002, the applicant applied to the Russian authorities to be recognised as a victim in the proceedings concerning his daughter's death and reiterated his request for legal assistance. The request was forwarded by the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation to the Cypriot Ministry of Justice.

57. By letter of 27 December 2002 the Assistant to the Prosecutor General of the Russian Federation wrote to the Cypriot Ministry of Justice referring to the detailed request made by the applicant for the initiation of criminal proceedings in connection with the death of his daughter and for legal aid in Cyprus, which had previously been forwarded to the Cypriot authorities pursuant to the Mutual Assistance Convention and the Legal Assistance Treaty. The letter noted that no information had been received and requested that a response be provided.

58. On 13 January 2003 the Russian Embassy wrote to the Cypriot Ministry of Foreign Affairs requesting an expedited response to its request for legal assistance in respect of Ms Rantseva's death.

59. By letters of 17 and 31 January 2003 the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation noted that it had received no response from the Cypriot authorities in relation to its requests for legal assistance, the contents of which it repeated.

60. On 4 March 2003 the Cypriot Ministry of Justice informed the Prosecutor General of the Russian Federation that its request had been duly executed by the Cypriot police. A letter from the Chief of Police, and the police report of 8 July 2002 recording the applicant's visit to Limassol Police Station in August 2001 were enclosed.

61. On 19 May 2003 the Russian Embassy wrote to the Cypriot Ministry of Foreign Affairs requesting an expedited response to its request for legal assistance in respect of Ms Rantseva's death.

62. On 5 June 2003 the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation submitted a further request pursuant to the Legal Assistance Treaty. It requested that a further investigation be conducted into the circumstances of Ms Rantseva's death as the verdict of 27 December 2001 was unsatisfactory. In particular, it noted

that despite the strange circumstances of the incident and the acknowledgment that Ms Rantseva was trying to escape from the flat where she was held, the verdict did not make any reference to the inconsistent testimonies of the relevant witnesses or contain any detailed description of the findings of the autopsy carried out by the Cypriot authorities.

63. On 8 July 2003 the Russian Embassy wrote to the Cypriot Ministry of Foreign Affairs requesting a reply to its previous requests as a matter of urgency.

64. On 4 December 2003 the Commissioner for Human Rights of the Russian Federation forwarded the applicant's complaint about the inadequate reply from the Cypriot authorities to the Cypriot Ombudsman.

65. On 17 December 2003, in reply to the Russian authorities' request (see paragraph 52 above), the Cypriot Ministry of Justice forwarded to the Prosecutor General of the Russian Federation a further report prepared by the Cypriot police and dated 17 November 2003. The report was prepared by one of the officers who had attended the scene on 28 March 2001 and provided brief responses to the questions posed by the Russian authorities. The report reiterated that witnesses had been interviewed and statements taken. It emphasised that all the evidence was taken into consideration by the inquest. It continued as follows (translation):

"At about 6.30a.m. on 28 March 2001 the deceased went out onto the balcony of her room through the balcony door, climbed down to the balcony of the first floor of the apartment with the assistance of a bedspread which she tied to the protective railing of the balcony. She carried on her shoulder her personal bag. From that point, she clung to the aluminium protective railing of the balcony so as to climb down to the balcony of the apartment on the floor below in order to escape. Under unknown circumstances, she fell into the street, as a result of which she was fatally injured."

66. The report observed that it was not known why Ms Rantseva left the apartment on 19 March 2001 but on the basis of the investigation (translation):

"... it is concluded that the deceased did not want to be expelled from Cyprus and because her employer was at the entrance of the flat where she was a guest, she decided to take the risk of trying to climb over the balcony, as a result of which she fell to the ground and died instantaneously."

67. As to the criticism of the Cypriot autopsy and alleged inconsistencies in the forensic evidence between the Cypriot and Russian authorities, the report advised that these remarks had been forwarded to the Cypriot forensic examiner who had carried out the autopsy. His response was that his own conclusions were sufficient and that no supplementary information was required. Finally, the report reiterated that the inquest had concluded that there was no indication of any criminal liability for Ms Rantseva's death.

68. By letter of 17 August 2005 the Russian Ambassador to Cyprus requested further information about a hearing concerning the case apparently scheduled for 14 October 2005 and reiterated the applicant's request for free legal assistance. The Cypriot Ministry of Justice responded by facsimile of 21 September 2005 indicating that Limassol District Court had been unable to find any reference to a hearing in the case fixed for 14 October 2005 and requesting clarification from the Russian authorities.

69. On 28 October 2005 the applicant asked the Russian authorities to obtain testimonies from two young Russian women, now resident in Russia, who had been working with Ms Rantseva at the cabaret in Limassol and could testify about sexual exploitation taking place there. He reiterated his request on 11 November 2005. The Russian authorities replied that they could only obtain such testimonies upon receipt of a request by the Cypriot authorities.

70. By letter of 22 December 2005 the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation wrote to the Cypriot Ministry of Justice seeking an update on the new inquest into Ms Rantseva's death and requesting information on how to appeal Cypriot court decisions. The letter indicated that, according to information available, the hearing set for 14 October 2005 had been suspended due to the absence of evidence from the Russian nationals who had worked in the cabaret with Ms Rantseva. The letter concluded with an undertaking to assist in any request for legal assistance by Cyprus aimed at the collection of further evidence.

71. In January 2006, according to the applicant, the Attorney-General of Cyprus confirmed to the applicant's lawyer that he was willing to order the re-opening of the investigation upon receipt of further evidence showing any criminal activity.

72. On 26 January 2006 the Russian Embassy wrote to the Cypriot Ministry of Justice requesting an update on the suspended hearing of 14 October 2005. The Ministry of

Justice replied by facsimile on 30 January 2006 confirming that neither the District Court of Limassol nor the Supreme Court of Cyprus had any record of such a hearing and requesting further clarification of the details of the alleged hearing.

73. On 11 April 2006 the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation wrote to the Cypriot Ministry of Justice requesting an update on the suspended hearing and reiterating its query regarding the appeals procedure in Cyprus.

74. On 14 April 2006, by letter to the Russian authorities, the Attorney-General of Cyprus advised that he saw no reason to request the Russian authorities to obtain the testimonies of the two Russian citizens identified by the applicant. If the said persons were in the Republic of Cyprus their testimonies could be obtained by the Cypriot police and if they were in Russia, the Russian authorities did not need the consent of the Cypriot authorities to obtain their statements.

75. On 26 April 2006 the Cypriot Ministry of Justice replied to the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation reiterating its request for more information about the alleged suspended hearing.

76. On 17 June 2006 the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation wrote to the Attorney-General of Cyprus reminding him of the outstanding requests for renewal of investigations into Ms Rantseva's death and for information on the progress of judicial proceedings.

77. On 22 June and 15 August 2006 the applicant reiterated his request to the Russian authorities that statements be taken from the two Russian women.

78. On 17 October 2006 the Cypriot Ministry of Justice confirmed to the Office of the Prosecutor General of the Russian Federation that the inquest into Ms Rantseva's death was completed on 27 December 2001 and that it found that her death was the result of an accident. The letter noted:

"No appeal was filed against the decision, because of the lack of additional evidence".

79. On 25 October 2006, 27 October 2006, 3 October 2007 and 6 November 2007 the applicant reiterated his request to the Russian authorities that statements be taken from the two Russian women.

II. REPORTS ON THE SITUATION OF “ARTISTES” IN CYPRUS

A. Ex Officio report of the Cypriot Ombudsman on the regime regarding entry and employment of alien women as artistes in entertainment places in Cyprus, 24 November 2003

80. In November 2003, the Cypriot Ombudsman published a report on “artistes” in Cyprus. In her introduction, she explained the reasons for her report as follows (all quotes are from a translation of the report provided by the Cypriot Government):

“Given the circumstances under which [Oxana] Rantseva had lost her life and in the light of similar cases which have been brought into publicity regarding violence or demises of alien women who arrives in Cyprus to work as ‘artistes’, I have decided to undertake an ex officio investigation...”

81. As to the particular facts of Ms Rantseva’s case, she noted the following:

“After formal immigration procedures, she started working on 16 March 2001. Three days later she abandoned the cabaret and the place where she had been staying for reasons which have never been clarified. The employer reported the fact to the Aliens and Immigration Department in Limassol. However, [Oxana] Rantseva’s name was not inserted on the list comprising people wanted by the Police, for unknown reasons, as well.”

82. She further noted that:

“The reason for which [Oxana] Rantseva was surrendered by the police to her employer, instead of setting her free, since there were [neither] arrest warrant [nor] expulsion decree against her, remained unknown.”

83. The Ombudsman’s report considered the history of the employment of young foreign women as cabaret artistes, noting that the word “artiste” in Cyprus has become synonymous with “prostitute”. Her report explained that since the mid-1970s, thousands of young women had legally entered Cyprus to work as artistes but had in fact worked as prostitutes in one of the many cabarets in Cyprus. Since the beginning of the 1980s, efforts had been made by the authorities to introduce a stricter regime in order to guarantee effective immigration monitoring and to limit the “well-known and commonly acknowledged phenomenon of women who arrived in Cyprus to work as artistes”. However, a number of the measures proposed had not been implemented due to objections from cabaret managers and artistic agents.

84. The Ombudsman's report noted that in the 1990s, the prostitution market in Cyprus started to be served by women coming mainly from former States of the Soviet Union. She concluded that:

"During the same period, one could observe a certain improvement regarding the implementation of those measures and the policy being adopted. However, there was not improvement regarding sexual exploitation, trafficking and mobility of women under a regime of modern slavery."

85. As regards the living and working conditions of artistes, the report stated:

"The majority of the women entering the country to work as artistes come from poor families of the post socialist countries. Most of them are educated... Few are the real artistes. Usually they are aware that they will be compelled to prostitute themselves. However, they do not always know about the working conditions under which they will exercise this job. There are also cases of alien women who come to Cyprus, having the impression that they will work as waitresses or dancers and that they will only have drinks with clients ('consommation'). They are made by force and threats to comply with the real terms of their work...

Alien women who do not succumb to this pressure are forced by their employers to appear at the District Aliens and Immigration Branch to declare their wish to terminate their contract and to leave Cyprus on ostensible grounds... Consequently, the employers can replace them quickly with other artistes...

The alien artistes from the moment of their entry into the Republic of Cyprus to their departure are under constant surveillance and guard of their employers. After finishing their work, they are not allowed to go wherever they want. There are serious complaints even about cases of artistes who remain locked in their residence place. Moreover, their passports and other personal documents are retained by their employers or artistic agents. Those who refuse to obey are punished by means of violence or by being imposed fees which usually consist in deducting percentages of drinks, 'consommation' or commercial sex. Of course these amounts are included in the contracts signed by the artistes...

Generally, artistes stay at one or zero star hotels, flats or guest-houses situated near or above the cabarets, whose owners are the artistic agents or the cabaret owners. These places are constantly guarded. Three or four women sleep in each room. According

to reports given by the Police, many of these buildings are inappropriate and lack sufficient sanitation facilities...

Finally, it is noted that at the point of their arrival in Cyprus alien artistes are charged with debts, for instance with traveling expenses, commissions deducted by the artistic agent who brought them in Cyprus or with commissions deducted by the agent who located them in their country etc. Therefore, they are obliged to work under whichever conditions to pay off at least their debts.” (footnotes omitted)

86. Concerning the recruitment of women in their countries of origin, the report noted:

“Locating women who come to work in Cyprus is usually undertaken by local artistic agents in cooperation with their homologues in different countries and arrangements are made between both of them. After having worked for six months maximum in Cyprus, a number of these artistes are sent to Lebanon, Syria, Greece or Germany.” (footnotes omitted)

87. The Ombudsman observed that the police received few complaints from trafficking victims:

“The police explain that the small number of complaints filed is due to the fear that artistes feel, since they receive threats against their lives on the part of their procurer.”

88. She further noted that protection measures for victims who had filed complaints were insufficient. Although they were permitted to work elsewhere, they were required to continue working in similar employment. They could therefore be easily located by their former employers.

89. The Ombudsman concluded:

“The phenomenon of trafficking in person has so tremendously grown worldwide. Trafficking in persons concerns not only sexual exploitation of others but also exploitation of their employment under conditions of slavery and servitude...”

From the data of this report it is observed that over the last two decades Cyprus has not been only a destination country but a transit country where women are systematically promoted to the prostitution market. It follows also that this is also due to a great extent to the tolerance on the part of the immigration authorities, which are fully aware of what really happens.

On the basis of the policy followed as for the issue of entry and employment permits to entertainment and show places, thousands of alien women, with no safety valve, have entered by law the country to work as artistes unlawfully. In various forms of pressure and coercion most of these women are forced by their employers to prostitution under cruel conditions, which infringe upon the fundamental human rights, such as individual freedom and human dignity.” (footnotes omitted)

90. Although she considered the existing legislative framework to combat trafficking and sexual exploitation satisfactory, she noted that no practical measures had been taken to implement the policies outlined, observing that:

“...The various departments and services dealing with this problem, are often unaware of the matter and have not been properly trained or ignore those obligations enshrined in the Law...”

B. Extracts of report of 12 February 2004 by the Council of Europe Commissioner for Human Rights on his visit to Cyprus in June 2003 (CommDH(2004)2)

91. The Council of Europe Commissioner for Human Rights visited Cyprus in June 2003 and in his subsequent report of 12 February 2004, he referred to issues in Cyprus regarding trafficking of women. The report noted, inter alia, that:

“29. It is not at all difficult to understand how Cyprus, given its remarkable economic and tourist development, has come to be a major destination for this traffic in the Eastern Mediterranean region. The absence of an immigration policy and the legislative shortcomings in that respect have merely encouraged the phenomenon.”

92. As regards the legal framework in place in Cyprus (see paragraphs 127 to 131 below), the Commissioner observed:

“30. The authorities have responded at the normative level. The Act of 2000 (number 3(I), 2000) has established a suitable framework for suppression of trafficking in human beings and sexual exploitation of children. Under the Act, any action identifiable as trafficking in human beings in the light of the Convention for the Suppression of Trafficking in Persons and of the Exploitation and Prostitution of Others, together with other acts of a similar nature specified by law, are an offence punishable by 10 years’ imprisonment, the penalty being increased to 15 years where the victim is under 18 years of age. The offence of

sexual exploitation carries a 15 year prison sentence. If committed by persons in the victim's entourage or persons wielding authority or influence over the victim, the penalty is 20 years in prison. According to the provisions of Article 4, using children for the production and sale of pornographic material is an offence. Article 7 grants State aid, within reasonable limits, to victims of exploitation; such aid comprises subsistence allowance, temporary accommodation, medical care and psychiatric support. Article 8 reaffirms the right to redress by stressing the power of the court to award punitive damages justified by the degree of exploitation or the degree of the accused person's constraint over the victim. A foreign worker lawfully present in Cyprus who is a victim of exploitation can approach the authorities to find other employment up until the expiry of the initial work permit (Article 9). Lastly, the Council of Ministers, under Article 10, appoints a guardian for victims with the principal duties of counselling and assisting them, examining complaints of exploitation, and having the culprits prosecuted, as well as for pinpointing any deficiency or loophole in the law and for making recommendations with a view to their removal."

93. Concerning practical measures, the Commissioner noted:

"31. At a practical level, the Government has made efforts to protect women who have laid a complaint against their employers by permitting them to remain in the country in order to substantiate the charges. In certain cases, the women have remained in Cyprus at government expense during the investigation."

94. However, he criticised the failure of the authorities to tackle the problem of the excessive number of young foreign women coming to work in Cypriot cabarets:

"32. However, apart from punitive procedures, preventive control measures could be introduced. By the authorities' own admission, the number of young women migrating to Cyprus as nightclub artistes is well out of proportion to the population of the island."

C. Extracts of follow-up report of 26 March 2006 by the Council of Europe Commissioner for Human Rights on the progress made in implementing his recommendations (CommDH(2006)12)

95. On 26 March 2006, the Council of Europe Commissioner for Human Rights published a follow-up report in which he assessed the progress of the Cypriot

Government in implementing the recommendations of his previous report. As regards the issue of trafficking, the report observed that:

“48. The Commissioner noted in his 2003 report that the number of young women migrating to Cyprus as nightclub artistes was well out of proportion to the population of the island, and that the authorities should consider introducing preventive control measures to deal with this phenomenon, in conjunction with legislative safeguards. In particular, the Commissioner recommended that the authorities adopt and implement a plan of action against trafficking in human beings.”

96. The report continued:

“49. The so called ‘cabaret artiste’ visas are in fact permits to enter and work in nightclubs and bars. These permits are valid for 3 months and can be extended for a further 3 months. The permit is applied for by the establishment owner on behalf of the woman in question. Approximately 4,000 permits are issued each year, with 1,200 women working at a given time and most women originating from Eastern Europe. A special information leaflet has been prepared by the Migration Service and translated into four languages. The leaflet is given to women entering the country on such permits, is also available on the website of the Ministry of the Interior and the Ministry of Foreign Affairs and copies of the leaflet are sent to the consulates in Russia, Bulgaria, the Ukraine and Romania in order for women to be informed before they enter Cyprus. The leaflet sets out the rights of the women and the responsibilities of their employers. The authorities are aware that many of the women who enter Cyprus on these artistes visas will in fact work in prostitution.”

97. The Commissioner’s report highlighted recent and pending developments in Cyprus:

“50. A new Law on Trafficking in Human Beings is currently being discussed. The new law will include other forms of exploitation such as labour trafficking as well as trafficking for sexual exploitation. Cyprus has signed but not ratified the Council of Europe Convention on Action Against Trafficking in Human Beings.

51. The Attorney General’s Office has prepared a National Action Plan for the Combating of Human Trafficking. The Action Plan was presented and approved by the Council of Ministers in April 2005. Some NGOs complained of their lack of involvement in the consultation process. The Ministry of the Interior is responsible for the implementation of the Action Plan. According to the Action Plan, women

involved in cases of sexual exploitation or procuring are not arrested or charged with any offence, but are considered as victims and are under the care of the Ministry of Labour and Social Security. Victims who will act as witnesses in court trials can reside in Cyprus until the end of the case. They have the possibility of working, or if they do not wish to work, the Ministry will cover all their residential, health and other needs. A special procedures manual has been drafted for the treatment of victims of trafficking, and has been circulated to all ministries and government departments, as well as NGOs for consultation.

52. There is no specific shelter for victims of trafficking at present, although victims may be accommodated by the authorities in two rooms in state-owned retirement homes, which are available in each major town. A shelter in Limassol is due to be opened soon, which will provide accommodation for 15 women, as well as providing the services of a social worker, lawyer, and vocational advisor.”

98. As regards steps taken to improve information collection and research into trafficking, he noted:

“53. An Office for the Prevention and Combating of Human Trafficking was set up by the police in April 2004. The office’s role is to collect and evaluate intelligence regarding trafficking in human beings, to co-ordinate operations of all police divisions and departments, to organise and participate in operations, and to follow-up on cases that are under investigation, pending trial or presented to the courts. The office also prepares reports on trafficking and investigates child pornography on the Internet. In addition, the office organises educational seminars carried out at the Cyprus Police Academy.

54. According to statistical information provided by the police from 2000 to 2005, there is a clear increase in the number of cases reported concerning offences of sexual exploitation, procuring, and living on the earnings of prostitution, etc. NGOs confirm that awareness about issues relating to trafficking has increased.”

99. Finally, in respect of preventative measures, the Commissioner highlighted recent positive developments:

“55. Preventive and suppressive measures are also undertaken by the police, such as raids in cabarets, inspections, interviews with women, co-operation with mass media, and control of advertisements found in different newspapers. The police provide an anonymous toll-

free hotline where anybody can call to seek help or give information. Cabarets which are under investigation are put on a black list and are unable to apply for new visas.

56. Some efforts have been made by the Cypriot authorities to improve victim identification and referral, and in particular, 150 police officers have been trained on this issue. However, according to NGOs a culture still prevails in which women are seen by the police to have 'consented' to their predicament and victim identification remains inadequate."

100. The report reached the following conclusions:

"57. Trafficking in human beings is one of the most pressing and complex Human Rights issues faced by Council of Europe member states, including Cyprus. There is obviously a risk that the young women who enter Cyprus on artiste visas may be victims of trafficking in human beings or later become victims of abuse or coercion. These women are officially recruited as cabaret dancers but are nevertheless often expected also to work as prostitutes. They are usually from countries with inferior income levels to those in Cyprus and may find themselves in a vulnerable position to refuse demands from their employers or clients. The system itself, whereby the establishment owner applies for the permit on behalf of the woman, often renders the woman dependent on her employer or agent, and increases the risk of her falling into the hands of trafficking networks.

58. The Commissioner urges the Cypriot authorities to be especially vigilant about monitoring the situation and ensuring that the system of artiste visas is not used for facilitating trafficking or forced prostitution. In this context, the Commissioner recalls the exemplary reaction of the Luxembourg authorities to similar concerns expressed in his report on the country and their withdrawal of the cabaret artiste visa regime. Changes to the current practice might, at the very least, include women having to apply for the visa themselves, and the information leaflet being given to the women, if possible, before they enter the country.

59. The Commissioner welcomes the new National Action Plan for the Combating of Human Trafficking as a first step in addressing this issue and encourages the Ministry of the Interior to ensure its full implementation. The new law on trafficking, once enacted, will also play an important role. The variety of police activities in response to this phenomenon, such as the setting up of the Office for the Prevention and Combating of Human Trafficking, should also be welcomed.

60. In order to respect the human rights of trafficked persons, the authorities need to be able to identify victims and refer them to specialised agencies which can offer shelter and protection, as well as support services. The Commissioner urges the Cypriot authorities to continue with the training of police officers in victim identification and referral, and encourages the authorities to include women police officers in this area. More effective partnerships with NGOs and other civil society actors should also be developed. The Commissioner expresses his hope that the shelter in Limassol will be put into operation as soon as possible.”

D. Extracts of report of 12 December 2008 by the Council of Europe Commissioner for Human Rights on his visit to Cyprus on 7-10 July 2008 (CommDH(2008)36)

101. The Commissioner of Human Rights has recently published a further report following a visit to Cyprus in July 2008. The report comments on the developments in respect of issues relating to trafficking of human beings, emphasising at the outset that trafficking of women for exploitation was a major problem in many European countries, including Cyprus. The report continued as follows:

“33. Already in 2003, the Commissioner for Administration (Ombudswoman) stated that Cyprus had been associated with trafficking both as a country of destination and transit, the majority of women being blackmailed and forced to provide sexual services. In 2008, the island still is a destination country for a large number of women trafficked from the Philippines, Russia, Moldova, Hungary, Ukraine, Greece, Vietnam, Uzbekistan and the Dominican Republic for the purpose of commercial sexual exploitation... Women are reportedly denied part or all of their salaries, forced to surrender their passports, and pressed into providing sexual services for clients. Most of these women are unable to move freely, are forced to work far above normal working hours, and live in desperate conditions, isolated and under strict surveillance.

34. Victims of trafficking are recruited to Cyprus mainly on three-month so-called ‘artiste’ or ‘entertainment’ visas to work in the cabaret industry including night clubs and bars or on tourist visas to work in massage parlours disguised as private apartments... The permit is sought by the owner of the establishment, in most cases so-called ‘cabarets’, for the women in question.

35. The study conducted by the Mediterranean Institute of Gender Studies (MIGS) led to a report on trafficking in human beings published in October 2007. It shows

that an estimated 2 000 foreign women enter the island every year with short term 'artiste' or 'entertainment' work permits. Over the 20-year period 1982-2002, there was a dramatic increase of 111% in the number of cabarets operating on the island...

36. During his visit the Commissioner learned that there are now approximately 120 cabaret establishments in the Republic of Cyprus, each of them employing around 10 to 15 women..." (footnotes omitted)

102. The Commissioner noted that the Government had passed comprehensive anti-trafficking legislation criminalising all forms of trafficking, prescribing up to 20 years' imprisonment for sexual exploitation and providing for protection and support measures for victims (see paragraphs 127 to 131 below). He also visited the new government-run shelter in operation since November 2007 and was impressed by the facility and the commitment shown by staff. As regards allegations of corruption in the police force, and the report noted as follows:

"42. The Commissioner was assured that allegations of trafficking-related corruption within the police force were isolated cases. The authorities informed the Commissioner that so far, three disciplinary cases involving human trafficking/prostitution have been investigated: one resulted in an acquittal and two are still under investigation. In addition, in 2006, a member of the police force was sentenced to 14 months imprisonment and was subsequently dismissed from service following trafficking related charges."

103. The report drew the following conclusions in respect of the artiste permit regime in Cyprus:

"45. The Commissioner reiterates that trafficking in women for the purposes of sexual exploitation is a pressing and complex human rights issues faced by a number of Council of Europe member States, including Cyprus. A paradox certainly exists that while the Cypriot government has made legislative efforts to fight trafficking in human beings and expressed its willingness through their National Action Plan 2005, it continues to issue work permits for so-called cabaret artistes and licences for the cabaret establishments. While on paper the permits are issued to those women who will engage in some type of artistic performance, the reality is that many, if not most, of these women are expected to work as prostitutes.

46. The existence of the 'artiste' work permit leads to a situation which makes it very difficult for law enforcement authorities to prove coercion and trafficking and

effectively combat it. This type of permit could thus be perceived as contradicting the measures taken against trafficking or at least as rendering them ineffective.

47. For these reasons, the Commissioner regrets that the 'artiste' work permit is still in place today despite the fact that the government has previously expressed its commitment to abolish it. It seems that the special information leaflet given to women entering the country on such a permit is of little effect, even though the woman needs to have read and signed the leaflet in the presence of an official.

48. The Commissioner calls upon the Cypriot authorities to abolish the current scheme of cabaret 'artistes' work permits..."

104. The Commissioner also reiterated the importance of a well-trained and motivated police force in the fight against trafficking in human beings and encouraged the authorities to ensure adequate and timely victim identification.

E. Trafficking in Persons Report, U.S. State Department, June 2008

105. In its 2008 report on trafficking, the U.S. State Department noted that:

"Cyprus is a destination country for a large number of women trafficked from the Philippines, Russia, Moldova, Hungary, Ukraine, Greece, Vietnam, Uzbekistan, and the Dominican Republic for the purpose of commercial sexual exploitation... Most victims of trafficking are fraudulently recruited to Cyprus on three-month 'artiste' work permits to work in the cabaret industry or on tourist visas to work in massage parlors disguised as private apartments."

106. The report found that Cyprus had failed to provide evidence that it had increased its efforts to combat severe forms of trafficking in persons from the previous year.

107. The report recommended that the Cypriot Government:

"Follow through with plans to abolish, or greatly restrict use of the artiste work permit—a well-known conduit for trafficking; establish standard operating procedures to protect and assist victims in its new trafficking shelter; develop and launch a comprehensive demand reduction campaign specifically aimed at clients and the larger public to reduce wide-spread misconceptions about trafficking and the cabaret industry; dedicate more resources to its anti-trafficking unit; and improve the quality of trafficking prosecutions to secure convictions and appropriate punishments for traffickers."

III. RELEVANT DOMESTIC LAW AND PRACTICE

A. Cyprus

1. Extracts of the Constitution

108. Under the Cypriot Constitution the right to life and corporal integrity is protected by Article 7.

109. Article 8 provides that no person shall be subjected to torture or to inhuman or degrading punishment or treatment.

110. Article 9 guarantees that:

“Every person has the right to a decent existence and to social security. A law shall provide for the protection of the workers, assistance to the poor and for a system of social insurance.”

111. Article 10 provides, in so far as relevant, that:

“1. No person shall be held in slavery or servitude.

2. No person shall be required to perform forced or compulsory labour...”

112. Article 11(1) provides that every person has the right to liberty and security of person. Article 11(2) prohibits deprivation of liberty except in cases permitted under Article 5 § 1 of the Convention and as provided by law.

2. Applications for entrance, residence and work permits for artistes

a. The procedure at the relevant time

113. In 2000, the Civil Registry and Migration Department defined “artiste” as:

“any alien who wishes to enter Cyprus in order to work in a cabaret, musical-dancing place or other night entertainment place and has attained the age of 18 years.”

114. Under Article 20 of the Aliens and Immigration Law, Cap. 105, the Council of Ministers has jurisdiction to issue regulations concerning entry requirements for aliens, monitoring the immigration and movements of aliens, regulating warranties in respect of aliens holding permits and determining any relevant fees. Notwithstanding the existence of these powers, at the material time the entry procedures for those entering Cyprus to work as cabaret artistes were regulated by decisions or instructions of the Minister of Interior, immigration officers and the general directors of the Ministry.

115. In line with a procedure introduced in 1987, applications for entry, temporary residence and work permits had to be submitted by the prospective employer (the cabaret manager) and the artistic agent, accompanied by an employment contract recording the exact terms agreed between the parties and photocopies of relevant pages of the artiste's passport. Artistic agents were also required to deposit a bank letter guarantee in the sum of 10,000 Cypriot pounds (CYP) (approximately EUR 17,000) to cover possible repatriation expenses. Cabaret managers were required to deposit a bank warranty in the sum of CYP 2,500 (approximately EUR 4,200) to cover a repatriation for which the manager was responsible.

116. If all the conditions were fulfilled, an entry and temporary resident permit valid for five days was granted. Upon arrival, the artiste was required to undergo various medical tests for AIDS and other infectious or contagious diseases. Upon submission of satisfactory results, a temporary residence and work permit valid for three months was granted. The permit could be renewed for a further three months. The number of artistes who could be employed in a single cabaret was limited.

117. In an effort to prevent artistes from being forced to leave the cabaret with clients, artistes were required to be present on the cabaret premises between 9 p.m. and 3 a.m., even if their own performance lasted for only one hour. Absence due to illness had to be certified by a doctor's letter. Cabaret managers were required to advise the Immigration Office if an artiste failed to show up for work or otherwise breached her contract. Failure to do so would result in the artiste being expelled, with her repatriation expenses covered by the bank guarantee deposited by the cabaret manager. If an artistic agent had been convicted of offences linked to prostitution, he would not be granted entry permits for artistes.

b. Other relevant developments

118. In 1986, following reports of prostitution of artistes, the Police Director proposed establishing an ad hoc committee responsible for assessing whether artistes seeking to enter Cyprus held the necessary qualifications for the grant of an artiste visa. However, the measure was never implemented. A committee with a more limited remit was set up but, over time, was gradually weakened.

119. Under the procedure introduced in 1987, an application for an entry permit had to be accompanied by evidence of artistic competency. However, this measure was

indefinitely suspended in December 1987 on the instructions of the then General Director of the Ministry of the Interior.

120. In 1990, following concerns about the fact that artistic agents also owned or managed cabarets or owned the accommodation in which their artistes resided, the Civil Registry and Immigration Department notified all artistic agents that from 30 June 1990 cabaret owners were not permitted to work also as artistic agents. They were requested to advise the authorities which of the two professions they intended to exercise. Further, the level of the bank guarantees was increased, from CYP 10,000 to CYP 15,000 in respect of artistic agents and from CYP 2,500 to CYP 10,000 in respect of cabaret managers. However, these measures were never implemented following objections from artistic agents and cabaret managers. The only change which was made was an increase in the level of the bank guarantee by cabaret managers from CYP 2,500 to CYP 3,750 (approximately EUR 6,400).

3. Law on inquests

121. The holding of inquests in Cyprus is governed by the Coroners Law of 1959, Cap. 153. Under section 3, every district judge and magistrate may hold inquests within the local limits of his jurisdiction. Section 3(3) provides that any inquest commenced by a coroner may be continued, resumed, or reopened in the manner provided by the Law.

122. Section 14 sets out the procedure at the inquest and provides as follows (all quotes to Cypriot legislation are translated):

“At every inquest—

- a) the coroner shall take on oath such evidence as is procurable as to the identity of the deceased, and the time, place and manner of his death;
- b) every interested party may appear either by advocate or in person and examine, cross-examine or re-examine, as the case may be, any witness.”

123. Section 16 governs the extent of the coroner's powers and provides that:

“1. A coroner holding an inquest shall have and may exercise all the powers of a district judge or magistrate with regard to summoning and compelling the attendance of witnesses and requiring them to give evidence, and with regard to the production of any document or thing at such inquest.”

124. Under section 24, where the coroner is of the opinion that sufficient grounds are disclosed for making a charge against any person in connection with the death, he may issue a summons or warrant to secure the attendance of such person before any court having jurisdiction.

125. Section 25 provides that following the hearing of evidence, the coroner shall give his verdict and certify it in writing, showing, so far as such particulars have been proved to him, who the deceased was, and how, when and where the deceased came by his death. Under section 26, if at the close of the inquest the coroner is of the opinion that there are grounds for suspecting that some person is guilty of an offence in respect of the matter inquired into, but cannot ascertain who such person is, he shall certify his opinion to that effect and transmit a copy of the proceedings to the police officer in charge of the district in which the inquest is held.

126. Section 30 allows the President of the District Court, upon the application of the Attorney-General, to order the holding, re-opening or quashing of an inquest or verdict. It provides that:

1. Where the President, District Court, upon application made by or under the authority of the Attorney-General, is satisfied that it is necessary or desirable to do so, he may—
 - a) order an inquest to be held touching the death of any person;
 - b) direct any inquest to be reopened for the taking of further evidence, or for the inclusion in the proceedings thereof and consideration with the evidence already taken, of any evidence taken in any judicial proceedings which may be relevant to any issue determinable at such inquest, and the recording of a fresh verdict upon the proceedings as a whole;
 - c) quash the verdict in any inquest substituting therefor some other verdict which appears to be lawful and in accordance with the evidence recorded or included as hereinbefore in this section provided; or
 - d) quash any inquest, with or without ordering a new inquest to be held.”

4. Trafficking in human beings

127. Legislation on human trafficking was introduced in Cyprus under Law No. 3(1) of 2000 on the Combating of Trafficking in Persons and Sexual Exploitation of Children. Section 3(1) prohibits:

- “a. The sexual exploitation of adult persons for profit if:
 - i. it is done by the use of force, violence or threats; or

- ii. there is fraud; or
- iii. it is done through abuse of power or other kind of pressure to such an extent so that the particular person would have no substantial and reasonable choice but to succumb to pressure or ill-treatment;
- b. the trafficking of adult persons for profit and for sexual exploitation purposes in the circumstances referred to in subsection (a) above;
- c. the sexual exploitation or the ill-treatment of minors;
- d. the trafficking of minors for the purpose of their sexual exploitation or ill-treatment.”

128. Section 6 provides that the consent of the victim is not a defence to the offence of trafficking.

129. Under section 5(1), persons found guilty of trafficking adults for the purposes of sexual exploitation may be imprisoned for up to ten years or fined CYP 10,000, or both. In the case of a child, the potential prison sentence is increased to fifteen years and the fine to CYP 15,000. Section 3(2) provides for a greater penalty in certain cases:

“For the purposes of this section, blood relationship or relationship by affinity up to the third degree with the victim and any other relation of the victim with the person, who by reason of his position exercises influence and authority over the victim and includes relations with guardian, educators, hostel administration, rehabilitation home, prisons or other similar institutions and other persons holding similar position or capacity that constitutes abuse of power or other kind of coercion:

- a) person acting contrary to the provisions of section 1(a) and (b) commits an offence and upon conviction is liable to imprisonment for fifteen years;
- b) a person acting contrary to the provisions of section 1(c) and (d) commits an offence and upon conviction is liable to imprisonment for twenty years.”

130. Section 7 imposes a duty on the State to protect victims of trafficking by providing them with support, including accommodation, medical care and psychiatric support.

131. Under sections 10 and 11, the Council of Ministers may appoint a “guardian of victims” to advise, counsel, and guide victims of exploitation; to hear and investigate complaints of exploitation; to provide victims with treatment and safe residence; to take the necessary steps to prosecute offenders; to take measures aimed at rehabilitating, re-employing or repatriating victims; and to identify any deficiencies in the law to combat trafficking. Although a custodian was appointed, at the time of the Cypriot

Ombudsman's 2003 Report (see paragraphs 80 to 90 above), the role remained theoretical and no programme to ensure protection of victims had been prepared.

B. Russia

1. Jurisdiction under the Russian Criminal Code

132. Articles 11 and 12 of the Criminal Code of the Russian Federation set out the territorial application of Russian criminal law. Article 11 establishes Russian jurisdiction over crimes committed in the territory of the Russian Federation. Article 12(3) provides for limited jurisdiction in respect of non-Russian nationals who commit crimes outside Russian territory where the crimes run counter to the interests of the Russian Federation and in cases provided for by international agreement.

2. General offences under the Criminal Code

133. Article 105 of the Russian Criminal Code provides that murder shall be punishable with a prison term.

134. Article 125 of the Russian Criminal Code provides that deliberate abandonment and failure to provide assistance to a person in danger is punishable by a fine, community service, corrective labour or a prison term.

135. Articles 126 and 127 make abduction and illegal deprivation of liberty punishable by prison terms.

3. Trafficking in human beings

136. In December 2003, an amendment was made to the Russian Criminal Code by the insertion of a new Article 127.1 in the following terms:

1. Human beings' trafficking, that is, a human being's purchase and sale or his recruiting, transportation, transfer, harbouring or receiving for the purpose of his exploitation... shall be punishable by deprivation of liberty for a term of up to five years.
2. The same deed committed:
 - a) in respect of two or more persons;
...
 - d) moving the victim across the State Border of the Russian Federation or illegally keeping him abroad;
...

f) with application of force or with the threat of applying it;

...

shall be punishable by deprivation of liberty for a term from three to 10 years.

3. The deeds provided for by Parts One and Two of this Article:

- a) which have entailed the victim's death by negligence, the infliction of major damage to the victim's health or other grave consequences;
- b) committed in a way posing danger to the life or health of many people;
- c) committed by an organized group– shall be punishable by deprivation of liberty for a term from eight to 15 years."

IV. RELEVANT INTERNATIONAL TREATIES AND OTHER MATERIALS

A. Slavery

1. Slavery Convention 1926

137. The Slavery Convention, signed in Geneva in 1926, entered into force on 7 July 1955. Russia acceded to the Slavery Convention on 8 August 1956 and Cyprus on 21 April 1986. In the recitals, the Contracting Parties stated as follows:

"Desiring to... find a means of giving practical effect throughout the world to such intentions as were expressed in regard to slave trade and slavery by the signatories of the Convention of Saint-Germain-en-Laye, and recognising that it is necessary to conclude to that end more detailed arrangements than are contained in that Convention,

Considering, moreover, that it is necessary to prevent forced labour from developing into conditions analogous to slavery..."

138. Article 1 defines slavery as:

"the status or condition of a person over whom any or all of the powers attaching to the right of ownership are exercised".

139. Under Article 2, the parties undertake to prevent and suppress the slave trade and to bring about, progressively and as soon as possible, the complete abolition of slavery in all its forms.

140. Article 5 deals with forced or compulsory labour and provides, inter alia, that:

"The High Contracting Parties recognise that recourse to compulsory or forced labour may have grave consequences and undertake, each in respect of the territories placed under its

sovereignty, jurisdiction, protection, suzerainty or tutelage, to take all necessary measures to prevent compulsory or forced labour from developing into conditions analogous to slavery.”

141. Article 6 requires States whose laws do not make adequate provision for the punishment of infractions of laws enacted with a view to giving effect to the purposes of the Slavery Convention to adopt the necessary measures in order that severe penalties can be imposed in respect of such infractions.

2. Jurisprudence of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia

142. In the first case to deal with the definition of enslavement as a crime against humanity for sexual exploitation, *Prosecutor v. Kunarac, Vukovic and Kovac*, 12 June 2002, the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia observed that:

“117...the traditional concept of slavery, as defined in the 1926 Slavery Convention and often referred to as ‘chattel slavery’ has evolved to encompass various contemporary forms of slavery which are also based on the exercise of any or all of the powers attaching to the right of ownership. In the case of these various contemporary forms of slavery, the victim is not subject to the exercise of the more extreme rights of ownership associated with ‘chattel slavery’, but in all cases, as a result of the exercise of any or all of the powers attaching to the right of ownership, there is some destruction of the juridical personality; the destruction is greater in the case of ‘chattel slavery’ but the difference is one of degree...”

143. It concluded that:

“119... the question whether a particular phenomenon is a form of enslavement will depend on the operation of the factors or indicia of enslavement [including] the ‘control of someone’s movement, control of physical environment, psychological control, measures taken to prevent or deter escape, force, threat of force or coercion, duration, assertion of exclusivity, subjection to cruel treatment and abuse, control of sexuality and forced labour’. Consequently, it is not possible exhaustively to enumerate all of the contemporary forms of slavery which are comprehended in the expansion of the original idea...”

3. The Rome Statute

144. The Statute of the International Criminal Court (“the Rome Statute”), which entered into force on 1 July 2002, provides that “enslavement” under Article 7(1)(c) of the Rome Statute:

“means the exercise of any or all of the powers attaching to the right of ownership over a person and includes the exercise of such power in the course of trafficking in persons, in particular women and children.”

145. Cyprus signed the Rome Statute on 15 October 1998 and ratified it on 7 March 2002. Russia signed the Statute on 13 September 2000. It has not ratified the Statute.

B. Trafficking

1. Early trafficking agreements

146. The first international instrument to address trafficking of persons, the International Agreement for the Suppression of White Slave Traffic, was adopted in 1904. It was followed in 1910 by the International Convention for the Suppression of White Slave Traffic. Subsequently, in 1921, the League of Nations adopted a Convention for the Suppression of Trafficking in Women and Children, affirmed in the later International Convention for the Suppression of Traffic in Women of Full Age of 1933. The 1949 Convention for the Suppression of Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others brought the former instruments under the auspices of the United Nations.

2. The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women

147. The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW) was adopted in 1979 by the UN General Assembly. Russia ratified CEDAW on 23 January 1981 and Cyprus acceded to it on 23 July 1985.

148. Article 6 CEDAW provides that:

“States Parties shall take all appropriate measures, including legislation, to suppress all forms of traffic in women and exploitation of prostitution of women.”

3. The Palermo Protocol

149. The Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, especially Women and Children (“the Palermo Protocol”), supplementing the United Nations Convention against Transnational Organised Crime 2000 was signed by Cyprus on 12 December 2000 and by Russia on 16 December 2000. It was ratified by them on 26 May 2004 and 6 August 2003 respectively. Its preamble notes:

“Declaring that effective action to prevent and combat trafficking in persons, especially women and children, requires a comprehensive international approach in the countries of origin, transit and destination that includes measures to prevent such trafficking, to punish the traffickers and to protect the victims of such trafficking, including by protecting their internationally recognized human rights.”

150. Article 3(a) defines “trafficking in persons” as:

“the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation. Exploitation shall include, at a minimum, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs.”

151. Article 3(b) provides that the consent of a victim of trafficking to the intended exploitation is irrelevant where any of the means set out in Article 3(a) have been used.

152. Article 5 obliges States to:

“adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences the conduct set forth in article 3 of this Protocol, when committed intentionally.”

153. Assistance and protection for victims of trafficking is dealt with in Article 6, which provides, in so far as relevant:

2. Each State Party shall ensure that its domestic legal or administrative system contains measures that provide to victims of trafficking in persons, in appropriate cases:
 - a) Information on relevant court and administrative proceedings;
 - b) Assistance to enable their views and concerns to be presented and considered at appropriate stages of criminal proceedings against offenders, in a manner not prejudicial to the rights of the defence.
3. Each State Party shall consider implementing measures to provide for the physical, psychological and social recovery of victims of trafficking in persons...
(...)

5. Each State Party shall endeavour to provide for the physical safety of victims of trafficking in persons while they are within its territory. (...)

154. Article 9, on the prevention of trafficking in persons, provides that:

- “1. States Parties shall establish comprehensive policies, programmes and other measures:
 - a) To prevent and combat trafficking in persons; and
 - b) To protect victims of trafficking in persons, especially women and children, from revictimization.
2. States Parties shall endeavour to undertake measures such as research, information and mass media campaigns and social and economic initiatives to prevent and combat trafficking in persons.
3. Policies, programmes and other measures established in accordance with this article shall, as appropriate, include cooperation with non-governmental organizations, other relevant organizations and other elements of civil society.
4. States Parties shall take or strengthen measures, including through bilateral or multilateral cooperation, to alleviate the factors that make persons, especially women and children, vulnerable to trafficking, such as poverty, underdevelopment and lack of equal opportunity.
5. States Parties shall adopt or strengthen legislative or other measures, such as educational, social or cultural measures, including through bilateral and multilateral cooperation, to discourage the demand that fosters all forms of exploitation of persons, especially women and children, that leads to trafficking.”

155. Article 10 emphasises the need for effective exchange of information between relevant authorities and training of law enforcement and immigration officials. It provides, in so far as relevant:

1. Law enforcement, immigration or other relevant authorities of States Parties shall, as appropriate, cooperate with one another by exchanging information, in accordance with their domestic law, to enable them to determine: (...)
 - c) The means and methods used by organized criminal groups for the purpose of trafficking in persons, including the recruitment and transportation of victims, routes and links between and among individuals and groups engaged in such trafficking, and possible measures for detecting them.
2. States Parties shall provide or strengthen training for law enforcement, immigration and other relevant officials in the prevention of trafficking in persons. The training should focus on methods used in preventing such trafficking, prosecuting the

traffickers and protecting the rights of the victims, including protecting the victims from the traffickers. The training should also take into account the need to consider human rights and child- and gender-sensitive issues and it should encourage cooperation with non-governmental organizations, other relevant organizations and other elements of civil society. (...)"

4. European Union action to combat trafficking

156. The Council of the European Union has adopted a Framework Decision on combating trafficking in human beings (Framework Decision 2002/JHA/629 of 19 July 2002). It provides for measures aimed at ensuring approximation of the criminal law of the Member States as regards the definition of offences, penalties, jurisdiction and prosecution, protection and assistance to victims.

157. In 2005, the Council adopted an action plan on best practices, standards and procedures for combating and preventing trafficking in human beings (OJ C 311/1 of 9.12.2005). The action plan proposes steps to be taken by Member States, by the Commission and by other EU bodies involving coordination of EU action, scoping the problem, preventing trafficking, reducing demand, investigating and prosecuting trafficking, protecting and supporting victims of trafficking, returns and reintegration and external relations.

5. Council of Europe general action on trafficking

158. In recent years, the Committee of Ministers of the Council of Europe has adopted three legal texts addressing trafficking in human beings for sexual exploitation: Recommendation No. R (2000) 11 of the Committee of Ministers to member states on action against trafficking in human beings for the purpose of sexual exploitation; Recommendation Rec (2001) 16 of the Committee of Ministers to member states on the protection of children against sexual exploitation; and Recommendation Rec (2002) 5 of the Committee of Ministers to member states on the protection of women against violence. These texts propose, inter alia, a pan-European strategy encompassing definitions, general measures, a methodological and action framework, prevention, victim assistance and protection, criminal measures, judicial cooperation and arrangements for international cooperation and coordination.

159. The Parliamentary Assembly of the Council of Europe has also adopted a number of texts in this area, including: Recommendation 1325 (1997) on traffic in women and

forced prostitution in Council of Europe member States; Recommendation 1450 (2000) on violence against women in Europe; Recommendation 1523 (2001) on domestic slavery; Recommendation 1526 (2001) on the campaign against trafficking in minors to put a stop to the east European route: the example of Moldova; Recommendation 1545 (2002) on the campaign against trafficking in women; Recommendation 1610 (2003) on migration connected with trafficking in women and prostitution; and Recommendation 1663 (2004) on domestic slavery: servitude, au pairs and “mail-order brides”.

6. The Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings, CETS No. 197, 16 May 2005

160. The Council of Europe Convention on Action against Trafficking in Human Beings (“the Anti-Trafficking Convention”) was signed by Cyprus on 16 May 2005 and ratified on 24 October 2007. It entered into force in respect of Cyprus on 1 February 2008. Russia has yet to sign the Convention. A total of 41 member States of the Council of Europe have signed the Anti-Trafficking Convention and 26 have also ratified it.

161. The explanatory report accompanying the Anti-Trafficking Convention emphasises that trafficking in human beings is a major problem in Europe today which threatens the human rights and fundamental values of democratic societies. The report continues as follows:

“Trafficking in human beings, with the entrapment of its victims, is the modern form of the old worldwide slave trade. It treats human beings as a commodity to be bought and sold, and to be put to forced labour, usually in the sex industry but also, for example, in the agricultural sector, declared or undeclared sweatshops, for a pittance or nothing at all. Most identified victims of trafficking are women but men also are sometimes victims of trafficking in human beings. Furthermore, many of the victims are young, sometimes children. All are desperate to make a meagre living, only to have their lives ruined by exploitation and rapacity.

To be effective, a strategy for combating trafficking in human beings must adopt a multi-disciplinary approach incorporating prevention, protection of human rights of victims and prosecution of traffickers, while at the same time seeking to harmonise relevant national laws and ensure that these laws are applied uniformly and effectively.”

162. In its preamble, the Anti-Trafficking Convention asserts, *inter alia*, that:

“Considering that trafficking in human beings constitutes a violation of human rights and an offence to the dignity and the integrity of the human being;

Considering that trafficking in human beings may result in slavery for victims;

Considering that respect for victims’ rights, protection of victims and action to combat trafficking in human beings must be the paramount objectives;(...)”

163. Article 1 provides that the purposes of the Anti-Trafficking Convention are to prevent and combat trafficking in human beings, to protect the human rights of the victims of trafficking, to design a comprehensive framework for the protection and assistance of victims and witnesses and to ensure effective investigation and prosecution of trafficking.

164. Article 4(a) adopts the Palermo Protocol definition of trafficking and Article 4(b) replicates the provision in the Palermo Protocol on the irrelevance of the consent of a victim of trafficking to the exploitation (see paragraphs 150 to 151 above).

165. Article 5 requires States to take measures to prevent trafficking and provides, *inter alia*, as follows:

1. Each Party shall take measures to establish or strengthen national co-ordination between the various bodies responsible for preventing and combating trafficking in human beings.
2. Each Party shall establish and/or strengthen effective policies and programmes to prevent trafficking in human beings, by such means as: research, information, awareness raising and education campaigns, social and economic initiatives and training programmes, in particular for persons vulnerable to trafficking and for professionals concerned with trafficking in human beings.(...)”

166. Article 6 requires States to take measures to discourage the demand that fosters trafficking and provides, in so far as relevant, as follows:

“To discourage the demand that fosters all forms of exploitation of persons, especially women and children, that leads to trafficking, each Party shall adopt or strengthen legislative, administrative, educational, social, cultural or other measures including:

- a. research on best practices, methods and strategies;
- b. raising awareness of the responsibility and important role of media and civil society in identifying the demand as one of the root causes of trafficking in human beings;

- c. target information campaigns involving, as appropriate, inter alia, public authorities and policy makers; (...)"

167. Article 10 sets out measures regarding training and cooperation and provides that:

1. Each Party shall provide its competent authorities with persons who are trained and qualified in preventing and combating trafficking in human beings, in identifying and helping victims, including children, and shall ensure that the different authorities collaborate with each other as well as with relevant support organisations, so that victims can be identified in a procedure duly taking into account the special situation of women and child victims...
2. Each Party shall adopt such legislative or other measures as may be necessary to identify victims as appropriate in collaboration with other Parties and relevant support organisations. Each Party shall ensure that, if the competent authorities have reasonable grounds to believe that a person has been victim of trafficking in human beings, that person shall not be removed from its territory until the identification process as victim of an offence provided for in Article 18 of this Convention has been completed by the competent authorities and shall likewise ensure that that person receives the assistance provided for in Article 12, paragraphs 1 and 2. (...)"

168. Article 12 provides that:

1. Each Party shall adopt such legislative or other measures as may be necessary to assist victims in their physical, psychological and social recovery...
2. Each Party shall take due account of the victim's safety and protection needs. (...)"

169. Articles 18 to 21 require States to criminalise specified types of conduct:

18. Each Party shall adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences the conduct contained in article 4 of this Convention, when committed intentionally.
19. Each Party shall consider adopting such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences under its internal law, the use of services which are the object of exploitation as referred to in Article 4 paragraph a of this Convention, with the knowledge that the person is a victim of trafficking in human beings.
20. Each Party shall adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences the following conducts, when committed intentionally and for the purpose of enabling the trafficking in human beings:
 - a. Forging a travel or identity document;

- b. Procuring or providing such a document;
- c. Retaining, removing, concealing, damaging or destroying a travel or identity document of another person.

21.

1. Each Party shall adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences when committed intentionally, aiding or abetting the commission of any of the offences established in accordance with Articles 18 and 20 of the present Convention.
2. Each Party shall adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences when committed intentionally, an attempt to commit the offences established in accordance with Articles 18 and 20, paragraph a, of this Convention.”

170. Article 23 requires States to adopt such legislative and other measures as may be necessary to ensure that the criminal offences established in accordance with Articles 18 to 21 are punishable by effective, proportionate and dissuasive sanctions. For criminal offences established in accordance with Article 18, such sanctions are to include penalties involving deprivation of liberty which can give rise to extradition.

171. Article 27 provides that States must ensure that investigations into and prosecution of offences under the Anti-Trafficking Convention are not dependent on a report or accusation made by a victim, at least when the offence was committed in whole or in part on its territory. States must further ensure that victims of an offence in the territory of a State other than their State of residence may make a complaint before the competent authorities of their State of residence. The latter State must transmit the complaint without delay to the competent authority of the State in the territory in which the offence was committed, where the complaint must be dealt with in accordance with the internal law of the State in which the offence was committed.

172. Article 31(1) deals with jurisdiction, and requires States to adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish jurisdiction over any offence established in accordance with the Anti-Trafficking Convention when the offence is committed:

“A. in its territory; or

...

- d. By one of its nationals or by a stateless person who has his or her habitual residence in its territory, if the offence is punishable under criminal law where it was committed or if the offence is committed outside the territorial jurisdiction of any State;

e. Against one of its nationals.”

173. States may reserve the right not to apply, or to apply only in specific cases or conditions, the jurisdiction rules in Article 31(1)(d) and (e).

174. Article 32 requires States to co-operate with each other, in accordance with the provisions of the Convention, and through application of relevant applicable international and regional instruments, to the widest extent possible, for the purpose of:

- Preventing and combating trafficking in human beings;
- Protecting and providing assistance to victims;
- Investigations or proceedings concerning criminal offences established in accordance with this Convention.”

C. Mutual legal assistance

1. European Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters, CETS No. 30, 20 May 1959 (“Mutual Assistance Convention”)

175. The Mutual Assistance Convention was signed by Cyprus on 27 March 1996. It was ratified on 24 February 2000 and entered into force on 24 May 2000. The Russian Federation signed the Convention on 7 November 1996 and ratified it on 10 December 1999. It entered into force in respect of Russia on 9 March 2000.

176. Article 1 establishes an obligation on contracting parties to:

“afford each other, in accordance with the provisions of this Convention, the widest measure of mutual assistance in proceedings in respect of offences the punishment of which, at the time of the request for assistance, falls within the jurisdiction of the judicial authorities of the requesting Party”.

177. Article 3 provides that:

1. The requested Party shall execute in the manner provided for by its law any letters rogatory relating to a criminal matter and addressed to it by the judicial authorities of the requesting Party for the purpose of procuring evidence or transmitting articles to be produced in evidence, records or documents.
2. If the requesting Party desires witnesses or experts to give evidence on oath, it shall expressly so request, and the requested Party shall comply with the request if the law of its country does not prohibit it.”

178. Article 26 allows States to enter into bilateral agreements on mutual legal assistance to supplement the provisions of the Mutual Assistance Convention.

2. Treaty between the USSR and the Republic of Cyprus on Legal Assistance in civil, family and criminal law matters of 19 January 1984 (“Legal Assistance Treaty”)

179. Article 2 of the Legal Assistance Treaty (ratified by Russia following the dissolution of the USSR) establishes a general obligation for both parties to provide each other with legal assistance in civil and criminal matters in accordance with the provisions of the Treaty.

180. Article 3 sets out the extent of the legal assistance required under the Treaty and provides as follows:

“Legal assistance in civil and criminal matters shall include service and sending of documents, supply of information on the law in force and the judicial practice and performance of specific procedural acts provided by the law of the requested Contracting Party and in particular the taking of evidence from litigants, accused persons, defendants, witnesses and experts as well as recognition and enforcement of judgments in civil matters, institution of criminal prosecutions and extradition of offenders.”

181. The procedure for making a request is detailed in Article 5(1), which provides, in so far as relevant, that:

“A request for legal assistance shall be in writing and shall contain the following:

1. The designation of the requesting authority.
2. The designation of the requested authority.
3. The specification of the case in relation to which legal assistance is requested and the content of the request.
4. Names and surnames of the persons to whom the request relates, their citizenship, occupation and permanent or temporary residence. (...)
6. If necessary, the facts to be elucidated as well as the list of the required documents and any other evidence.
7. In criminal matters, in addition to the above, particulars of the offence and its legal definition.

182. Article 6 sets out the procedure for executing a request:

- “1. The requested authority shall provide legal assistance in the manner provided by the procedural laws and rules of its own State. However, it may execute the request in a manner specified therein if not in conflict with the law of its own State.

2. If the requested authority is not competent to execute the request for legal assistance it shall forward the request to the competent authority and shall advise the requesting authority accordingly.
3. The requested authority shall, upon request, in due time notify the requesting authority of the place and time of the execution of the request.
4. The requested authority shall notify the requesting authority in writing of the execution of the request. If the request cannot be executed the requested authority shall forthwith notify in writing the requesting authority giving the reasons for failure to execute it and shall return the documents.”

183. Under Article 18 Contracting Parties are obliged to ensure that citizens of one State are exempted in the territory of the other State from payment of fees and costs and are afforded facilities and free legal assistance under the same conditions and to the same extent as citizens of the other State. Article 20 provides that a person requesting free legal assistance may submit a relevant application to the competent authority of the State in the territory of which he has his permanent or temporary residence. This authority will then transmit the application to the other State.

184. Chapter VI of the Treaty contains special provisions on criminal matters concerning, in particular, the institution of criminal proceedings. Article 35(1) provides that:

“Each Contracting Party shall institute, at the request of the other Contracting Party, in accordance with and subject to the provisions of its own law, criminal proceedings against its own citizens who are alleged to have committed an offence in the territory of the other Contracting Party.

185. Article 36 sets out the procedure for the making of a request to institute criminal proceedings:

- “1. A request for institution of criminal proceedings shall be made in writing and contain the following:
 1. The designation of the requesting authority.
 2. The description of the acts constituting the offence in connection with which the institution of criminal proceedings is requested.
 3. The time and place of the committed act as precisely as possible.
 4. The text of the law of the requesting Contracting Party under which the act is defined as an offence.
 5. The name and surname of the suspected person, particulars regarding his citizenship, permanent or temporary residence and other information

concerning him as well as, if possible, the description of the person's appearance, his photograph and fingerprints.

6. Complaints, if any, by the victim of the criminal offence including any claim for damages.
7. Available information on the extent of the material damage resulting from the offence."

V. THE CYPRIOT GOVERNMENT'S UNILATERAL DECLARATION

186. By letter of 10 April 2009 the Attorney-General of the Republic of Cyprus advised the Court as follows:

"Please note that the Government wishes to make a unilateral declaration with a view to resolving the issues raised by the application. By the Unilateral Declaration the Government requests the Court to strike out the application in accordance with Article 37 of the Convention. "

187. The relevant parts of the appended a unilateral declaration read as follows:

- "... a) The Government regrets the decision taken by the police officers on 28 March 2001 not to release the applicant's daughter but to hand her over to [M.A.], from whom she sought to escape. The Government acknowledges that the above decision violated its positive obligation towards the applicant and his daughter arising from Article 2 of the Convention to take preventive measures to protect the applicant's daughter from the criminal acts of another individual.
- b) The Government acknowledges that the police investigation in the present case was ineffective as to whether the applicant's daughter was subjected to inhuman or degrading treatment prior to her death. As such the Government acknowledges that it violated the procedural obligation of Article 3 of the Convention in respect of the failure to carry out an adequate and effective investigation as to whether the applicant's daughter was subjected to inhuman or degrading treatment prior to her death.
- c) The Government acknowledges that it violated its positive obligations towards the applicant and his daughter arising out of Article 4 of the Convention in that it did not take any measures to ascertain whether the applicant's daughter had been a victim of trafficking in human beings and/or been subjected to sexual or any other kind of exploitation.
- d) The Government acknowledges that the treatment of applicant's daughter at the police station on 28 March 2001 in deciding not to release her but to hand her

over to [M.A.] although there was not any basis for her deprivation of liberty, was not consistent with Article 5(1) of the Convention.

- e) The Government acknowledges that it violated the applicant's right to an effective access to court in failing to establish any real and effective communication between its organs (i.e. the Ministry of Justice and Public Order and the police) and the applicant, regarding the inquest proceedings and any other possible legal remedies that the applicant could resort to.

3. In regard to the above issues, the Government recalls that the Council of Ministers has followed the advice of the Attorney General – Government Agent, and has thus appointed on 5 February 2009 three independent criminal investigators whose mandate is to investigate:

- a) The circumstances of death of applicant's daughter and into any criminal responsibility by any person, authority of the Republic, or member of the police concerning her death,
- b) the circumstances concerning her employment and stay in Cyprus in conjunction with the possibility of her subjection to inhuman or degrading treatment or punishment and/or trafficking and/or sexual or other exploitation, (by members of the police, authorities of the Republic or third persons) contrary to relevant laws of the Republic applicable at the material time, and
- c) into the commission of any other unlawful act against her, (by members of the police, authorities of the Republic or third persons) contrary to relevant laws of the Republic applicable at the material time.

4. The Government recalls that the investigators are independent from the police (the first investigator is the President of the Independent Authority for the Investigation of Allegations and Complaints Against the Police, the second is a Member of the said Authority, and the third is a practicing advocate with experience in criminal law). The Government recalls that the investigators have already commenced their investigation.

5. In these circumstances and having regard to the particular facts of the case the Government is prepared to pay the applicant a global amount of 37,300 (thirty seven thousand and three hundred) EUR (covering pecuniary and non pecuniary damage and costs and expenses). In its view, this amount would constitute adequate redress and sufficient compensation for the impugned violations, and thus an acceptable sum as to quantum in the present case. If, the Court however considers that the above amount does not constitute adequate redress and sufficient compensation,

the Government is ready to pay the applicant by way of just satisfaction such other amount of compensation as is suggested by the Court...”

THE LAW

I. APPLICATION OF ARTICLE 37 § 1 OF THE CONVENTION

188. Article 37 § 1 of the Convention allows the Court to strike an application out of its list of cases and provides, in so far as relevant, as follows:

- “1. The Court may at any stage of the proceedings decide to strike an application out of its list of cases where the circumstances lead to the conclusion that
- (...)
 - b) the matter has been resolved; or
 - c) for any other reason established by the Court, it is no longer justified to continue the examination of the application.

However, the Court shall continue the examination of the application if respect for human rights as defined in the Convention and the Protocols thereto so requires. (...)”

A. Submissions to the Court

1. The Cypriot Government

189. The Cypriot Government submitted that where efforts with a view to securing a friendly settlement of the case had been unsuccessful, the Court could strike an application out of the list on the basis of a unilateral declaration on the ground that there existed “any other reason”, as referred to in Article 37 § 1 (c) of the Convention, justifying a decision by the Court to discontinue the examination of the application. On the basis of the contents of the unilateral declaration and the ongoing domestic investigation into the circumstances of Ms Rantseva’s death (see paragraph 187 above), the Cypriot Government considered that the requirements of Article 37 § 1 (c) were fully met.

2. The applicant

190. The applicant requested the Court to reject the request of the Cypriot Government to strike the application out of the list of cases on the basis of the unilateral declaration. He argued that the proposals contained in the declaration did not guarantee that the responsible persons would be punished; that the declaration did not contain any general measures to prevent similar violations from taking place in the future, even though trafficking for sexual exploitation was a recognised problem in Cyprus; and

that if the Court declined to deliver a judgment in the present case, the Committee of Ministers would be unable to supervise the terms proposed by the Cypriot Government.

3. Third party submissions by the AIRE Centre

191. The AIRE Centre submitted that the extent of human trafficking in Council of Europe member States and the present inadequate response of States to the problem meant that respect for human rights as defined in the Convention required continued examination of cases that raised trafficking issues where they might otherwise be struck out of the list in accordance with Article 37 § 1.

192. In its submissions, the AIRE Centre referred to the factors taken into consideration by the Court when taking a decision under Article 37 § 1 as to whether a case merits continued examination, highlighting that one such factor was “whether the issues raised are comparable to issues already determined by the Court in previous cases”. The AIRE Centre highlighted the uncertainty surrounding the extent of member States’ obligations to protect victims of trafficking, in particular as regards protection measures not directly related to the investigation and prosecution of criminal acts of trafficking and exploitation.

B. The Court’s assessment

1. General principles

193. The Court observes at the outset that the unilateral declaration relates to the Republic of Cyprus only. No unilateral declaration has been submitted by the Russian Federation. Accordingly, the Court will consider whether it is justified to strike out the application in respect of complaints directed towards the Cypriot authorities only.

194. The Court recalls that it may be appropriate in certain circumstances to strike out an application, or part thereof, under Article 37 § 1 on the basis of a unilateral declaration by the respondent Government even where the applicant wishes the examination of the case to be continued. Whether this is appropriate in a particular case depends on whether the unilateral declaration offers a sufficient basis for finding that respect for human rights as defined in the Convention does not require the Court to continue its examination of the case (Article 37 § 1 in fine; see also, inter alia, *Tahsin Acar v. Turkey* (preliminary objection) [GC], no. 26307/95, § 75, ECHR 2003-VI; and *Radoszewska-Zakościelna v. Poland*, no. 858/08, § 50, 20 October 2009).

195. Relevant factors in this respect include the nature of the complaints made, whether the issues raised are comparable to issues already determined by the Court in previous cases, the nature and scope of any measures taken by the respondent Government in the context of the execution of judgments delivered by the Court in any such previous cases, and the impact of these measures on the case at issue. It may also be material whether the facts are in dispute between the parties, and, if so, to what extent, and what *prima facie* evidentiary value is to be attributed to the parties' submissions on the facts. Other relevant factors may include whether in their unilateral declaration the respondent Government have made any admissions in relation to the alleged violations of the Convention and, if so, the scope of such admissions and the manner in which the Government intend to provide redress to the applicant. As to the last-mentioned point, in cases in which it is possible to eliminate the effects of an alleged violation and the respondent Government declare their readiness to do so, the intended redress is more likely to be regarded as appropriate for the purposes of striking out the application, the Court, as always, retaining its power to restore the application to its list as provided in Article 37 § 2 of the Convention and Rule 44 § 5 of the Rules of Court (see Tahsin Acar, cited above, § 76).

196. The foregoing factors are not intended to constitute an exhaustive list of relevant factors. Depending on the particular facts of each case, it is conceivable that further considerations may come into play in the assessment of a unilateral declaration for the purposes of Article 37 § 1 of the Convention (see Tahsin Acar, cited above, § 77).

197. Finally, the Court reiterates that its judgments serve not only to decide those cases brought before it but, more generally, to elucidate, safeguard and develop the rules instituted by the Convention, thereby contributing to the observance by the States of the engagements undertaken by them as Contracting Parties (see *Ireland v. the United Kingdom*, 18 January 1978, § 154, Series A no. 25; *Guzzardi v. Italy*, 6 November 1980, § 86, Series A no. 39; and *Karner v. Austria*, no. 40016/98, § 26, ECHR 2003-IX). Although the primary purpose of the Convention system is to provide individual relief, its mission is also to determine issues on public-policy grounds in the common interest, thereby raising the general standards of protection of human rights and extending human rights jurisprudence throughout the community of the Convention States (see *Karner*, cited above, § 26; and *Capital Bank AD v. Bulgaria*, no. 49429/99, §§ 78 to 79, ECHR 2005-XII (extracts)).

2. Application of the general principles to the present case

198. In considering whether it would be appropriate to strike out the present application in so far as it concerns complaints directed against the Republic of Cyprus on the basis of the Cypriot unilateral declaration, the Court makes the following observations.

199. First, the Court emphasises the serious nature of the allegations of trafficking in human beings made in the present case, which raise issues under Articles 2, 3, 4 and 5 of the Convention. In this regard, it is noted that awareness of the problem of trafficking of human beings and the need to take action to combat it has grown in recent years, as demonstrated by the adoption of measures at international level as well as the introduction of relevant domestic legislation in a number of States (see also paragraphs 264 and 269 below). The reports of the Council of Europe's Commissioner for Human Rights and the report of the Cypriot Ombudsman highlight the acute nature of the problem in Cyprus, where it is widely acknowledged that trafficking and sexual exploitation of cabaret artistes is of particular concern (see paragraphs 83, 89, 91, 94, 100 to 101 and 103 above).

200. Second, the Court draws attention to the paucity of case-law on the interpretation and application of Article 4 of the Convention in the context of trafficking cases. It is particularly significant that the Court has yet to rule on whether, and if so to what extent, Article 4 requires member States to take positive steps to protect potential victims of trafficking outside the framework of criminal investigations and prosecutions.

201. The Cypriot Government have admitted that violations of the Convention occurred in the period leading up to and following Ms Rantseva's death. They have taken additional recent steps to investigate the circumstances of Ms Rantseva's death and have proposed a sum in respect of just satisfaction. However, in light of the Court's duty to elucidate, safeguard and develop the rules instituted by the Convention, this is insufficient to allow the Court to conclude that it is no longer justified to continue the examination of the application. In view of the observations outlined above, there is a need for continued examination of cases which raise trafficking issues.

202. In conclusion, the Court finds that respect for human rights as defined in the Convention requires the continuation of the examination of the case. Accordingly, it rejects the Cypriot Government's request to strike the application out under Article 37 § 1 of the Convention.

II. THE ADMISSIBILITY OF THE COMPLAINTS UNDER ARTICLES 2, 3, 4 AND 5 OF THE CONVENTION

A. *The Russian Government's objection ratione loci*

1. The parties' submissions

203. The Russian Government argued that the events forming the basis of the application having taken place outside its territory, the application was inadmissible *ratione loci* in so far as it was directed against the Russian Federation. They submitted that they had no "actual authority" over the territory of the Republic of Cyprus and that the actions of the Russian Federation were limited by the sovereignty of the Republic of Cyprus.

204. The applicant rejected this submission. He argued that in accordance with the Court's judgment in *Drozd and Janousek v. France and Spain*, 26 June 1992, Series A no. 240, the Russian Federation could be held responsible where acts and omissions of its authorities produced effects outside its own territory.

2. The Court's assessment

205. Article 1 of the Convention provides that:

"The High Contracting Parties shall secure to everyone within their jurisdiction the rights and freedoms defined in Section I of [the] Convention."

206. As the Court has previously emphasised, from the standpoint of public international law, the jurisdictional competence of a State is primarily territorial. Accordingly, a State's competence to exercise jurisdiction over its own nationals abroad is subordinate to the other State's territorial competence and a State may not generally exercise jurisdiction on the territory of another State without the latter's consent, invitation or acquiescence. Article 1 of the Convention must be considered to reflect this ordinary and essentially territorial notion of jurisdiction (see *Banković and Others v. Belgium and 16 Other Contracting States* (dec.) [GC], no. 52207/99, §§ 59-61, ECHR 2001-XII).

207. The applicant's complaints against Russia in the present case concern the latter's alleged failure to take the necessary measures to protect Ms Rantseva from the risk of trafficking and exploitation and to conduct an investigation into the circumstances of her arrival in Cyprus, her employment there and her subsequent death. The Court observes that such complaints are not predicated on the assertion that Russia was responsible for acts committed in Cyprus or by the Cypriot authorities. In light of the fact that the alleged

trafficking commenced in Russia and in view of the obligations undertaken by Russia to combat trafficking, it is not outside the Court's competence to examine whether Russia complied with any obligation it may have had to take measures within the limits of its own jurisdiction and powers to protect Ms Rantseva from trafficking and to investigate the possibility that she had been trafficked. Similarly, the applicant's Article 2 complaint against the Russian authorities concerns their failure to take investigative measures, including securing evidence from witnesses resident in Russia. It is for the Court to assess in its examination of the merits of the applicant's Article 2 complaint the extent of any procedural obligation incumbent on the Russian authorities and whether any such obligation was discharged in the circumstances of the present case.

208. In conclusion, the Court is competent to examine the extent to which Russia could have taken steps within the limits of its own territorial sovereignty to protect the applicant's daughter from trafficking, to investigate allegations of trafficking and to investigate the circumstances leading to her death. Whether the matters complained of give rise to State responsibility in the circumstances of the present case is a question which falls to be determined by the Court in its examination of the merits of the application below.

*B. The Russian Government's objection *ratione materiae**

1. The parties' submissions

209. The Russian Government argued that the complaint under Article 4 of the Convention was inadmissible *ratione materiae* as there was no slavery, servitude or forced or compulsory labour in the present case. They pointed to the fact that Ms Rantseva had entered the Republic of Cyprus voluntarily, having voluntarily obtained a work permit to allow her to work in accordance with an employment contract which she had concluded. There was no evidence that Ms Rantseva had been in servitude and unable to change her condition or that she was forced to work. The Russian Government further highlighted that Ms Rantseva had left, unimpeded, the apartment where she was residing with the other cabaret artistes. They therefore contended that there were insufficient grounds to assert that the cabaret artistes were being kept in the apartment against their will. The Russian Government added that the fact that Ms Rantseva left the police station with M.A. was insufficient to support the conclusion that Ms Rantseva was in servitude and forced to work. Had she feared for her life or safety, she could have informed the police officers while she was at the police station.

210. The applicant insisted that the treatment to which Ms Rantseva had been subjected fell within the scope of Article 4.

2. The Court's assessment

211. The Court finds that the question whether the treatment about which the applicant complains falls within the scope of Article 4 is inextricably linked to the merits of this complaint. Accordingly, the Court holds that the objection *ratione materiae* should be joined to the merits.

C. Conclusion

212. The complaints under Articles 2, 3, 4 and 5 cannot be rejected as incompatible *ratione loci* or *ratione materiae* with the provisions of the Convention concerning Russia. The Court notes, in addition, that they are not manifestly ill-founded within the meaning of Article 35 § 3. It further notes they are not inadmissible on any other grounds. They must therefore be declared admissible.

III. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 2 OF THE CONVENTION

213. The applicant contended that there had been a violation of Article 2 of the Convention by both the Russian and Cypriot authorities on account of the failure of the Cypriot authorities to take steps to protect the life of his daughter and the failure of the authorities of both States to conduct an effective investigation into her death. Article 2 provides, *inter alia*, that:

“1. Everyone's right to life shall be protected by law. No one shall be deprived of his life intentionally save in the execution of a sentence of a court following his conviction of a crime for which this penalty is provided by law. (...)”

A. Alleged failure to take measures to protect against a risk to life

1. Submissions of the parties

a. The applicant

214. Relying on *Osman v. the United Kingdom*, 28 October 1998, Reports 1998-VIII, the applicant referred to the positive obligations arising under Article 2 which required States to take preventative operational measures to protect an individual whose life was at risk from the criminal acts of another private individual where the State knew or ought to have known of a real and immediate threat to life. The applicant argued that in failing to release Ms Rantseva and handing her over instead to M.A., the Cypriot authorities had failed to take reasonable measures within their powers to avoid a real and immediate threat to Ms Rantseva's life.

b. The Cypriot Government

215. The Cypriot Government did not dispute that Article 2 § 1 imposed a positive obligation on the relevant authorities to take preventative operational measures to protect an individual whose life was at risk from the criminal acts of another individual. However, for such an obligation to arise, it had to be established that the authorities knew, or ought to have known, of a real and immediate risk to the life of an identified individual and that they had failed to take measures within the scope of their powers which, judged reasonably, might have been expected to avoid that risk (citing *Osman*, above).

216. In their written submissions, the Cypriot Government argued that there was no failure to protect the life of the applicant's daughter. On the information available to the police officers who had contact with Ms Rantseva on 28 March 2001, there was no reason to suspect a real or immediate risk to Ms Rantseva's life. The testimony of the police officers revealed that Ms Rantseva was calmly applying her make-up and that the behaviour of M.A. towards her appeared normal (see paragraphs 20 and 49 above). Although Ms Rantseva had left her employment at the cabaret, she had not submitted any complaint regarding her employer or the conditions of her work. She did not make a complaint to the police officers while at the station and she did not refuse to leave with M.A.. The decision not to release Ms Rantseva but to hand her over to M.A. did not violate any obligation incumbent on the Cypriot authorities to protect her life.

217. In their subsequent unilateral declaration, the Cypriot Government acknowledged that the decision of the police officers to hand Ms Rantseva over to M.A. was in violation of the positive obligation incumbent on Cyprus under Article 2 to take preventative measures to protect Ms Rantseva from the criminal acts of another individual (see paragraph 187 above).

2. The Court's assessment

a. General principles

218. It is clear that Article 2 enjoins the State not only to refrain from the intentional and unlawful taking of life but also to take appropriate steps to safeguard the lives of those within its jurisdiction (see *L.C.B. v. the United Kingdom*, 9 June 1998, § 36, Reports 1998-III; and *Paul and Audrey Edwards*, cited above, § 54). In the first place, this obligation requires the State to secure the right to life by putting in place effective criminal law provisions to deter the commission of offences against the person backed up by law enforcement machinery

for the prevention, suppression and punishment of breaches of such provisions. However, it also implies, in appropriate circumstances, a positive obligation on the authorities to take preventive operational measures to protect an individual whose life is at risk from the criminal acts of another individual (see *Osman*, cited above, § 115; *Medova v. Russia*, no. 25385/04, § 95, 15 January 2009; *Opuz v. Turkey*, no. 33401/02, § 128, 9 June 2009).

219. The Court reiterates that the scope of any positive obligation must be interpreted in a way which does not impose an impossible or disproportionate burden on the authorities, bearing in mind the difficulties in policing modern societies, the unpredictability of human conduct and the operational choices which must be made in terms of priorities and resources. Not every claimed risk to life can entail for the authorities a Convention requirement to take operational measures to prevent that risk from materialising. For the Court to find a violation of the positive obligation to protect life, it must be established that the authorities knew or ought to have known at the time of the existence of a real and immediate risk to the life of an identified individual from the criminal acts of a third party and that they failed to take measures within the scope of their powers which, judged reasonably, might have been expected to avoid that risk (*Osman*, cited above, § 116; *Paul and Audrey Edwards*, cited above, § 55; and *Medova*, cited above, § 96).

b. Application of the general principles to the present case

220. The Court must examine whether the Cypriot authorities could have foreseen that in releasing Ms Rantseva into the custody of M.A., her life would be at real and immediate risk.

221. The Court observes that in *Opuz*, the responsibility of the State was engaged because the person who subsequently went on to shoot and kill the applicant's mother had previously made death threats and committed acts of violence against the applicant and her mother, of which the authorities were aware (*Opuz*, cited above, §§ 133 to 136. Conversely, in *Osman*, the Court found that there was no violation of Article 2 as the applicant had failed to point to any stage in the sequence of events leading to the shooting of her husband where it could be said that the police knew or ought to have known that the lives of the *Osman* family were at real and immediate risk (*Osman*, cited above, § 121).

222. Although it is undisputed that victims of trafficking and exploitation are often forced to live and work in cruel conditions and may suffer violence and ill-treatment at the hands

of their employers (see paragraphs 85, 87 to 88 and 101 above), in the absence of any specific indications in a particular case, the general risk of ill-treatment and violence cannot constitute a real and immediate risk to life. In the present case, even if the police ought to have been aware that Ms Rantseva might have been a victim of trafficking (a matter to be examined in the context of the applicant's Article 4 complaint, below), there were no indications during the time spent at the police station that Ms Rantseva's life was at real and immediate risk. The Court considers that particular chain of events leading to Ms Rantseva's death could not have been foreseeable to the police officers when they released her into M.A.'s custody. Accordingly, the Court concludes that no obligation to take operational measures to prevent a risk to life arose in the present case.

223. For the above reasons, the Court concludes that there has been no violation of the Cypriot authorities' positive obligation to protect Ms Rantseva's right to life under Article 2 of the Convention.

B. The procedural obligation to carry out an effective investigation

1. Submissions of the parties

a. The applicant

224. The applicant claimed that Cyprus and Russia had violated their obligations under Article 2 of the Convention to conduct an effective investigation into the circumstances of Ms Rantseva's death. He pointed to alleged contradictions between the autopsies of the Cypriot and Russian authorities (see paragraph 50 above) and his requests to Cyprus, via the relevant Russian authorities, for further investigation of apparent anomalies, requests which were not followed up by the Cypriot authorities (see paragraphs 52 and 62 above). He also complained about the limited number of witness statements taken by the police (see paragraphs 31 and 33 above), highlighting that five of the seven relevant statements were either from the police officers on duty at Limassol Police Station or those present in the apartment at the time of his daughter's death, persons who, in his view, had an interest in presenting a particular version of events. The applicant further argued that any investigation should not depend on an official complaint or claim from the victim's relatives. He contended that his daughter clearly died in strange circumstances requiring elaboration and that an Article 2-compliant investigation was accordingly required. The Cypriot investigation did not comply with Article 2 due to the inadequacies outlined above, as well as the fact that it was not accessible to him, as a relative of the victim.

225. Specifically, as regards the inquest, the applicant complained that he was not advised of the date of the final inquest hearing, which prevented his participation in it. He was not informed of the progress of the case or of other remedies available to him. He alleged that he only received the District Court's conclusion in the inquest proceedings on 16 April 2003, some 15 months after the proceedings had ended. Furthermore, the Cypriot authorities failed to provide him with free legal assistance, when the cost of legal representation in Cyprus was prohibitive for him.

226. As regards the Russian Federation, the applicant argued that the fact that his daughter was a citizen of the Russian Federation meant that even though she was temporarily resident in Cyprus and her death occurred there, the Russian Federation also had an obligation under Article 2 to investigate the circumstances of her arrival in Cyprus, her employment there and her subsequent death. He submitted that the Russian authorities should have applied to the Cypriot authorities under the Legal Assistance Treaty to initiate criminal proceedings in accordance with Articles 5 and 36 (see paragraphs 181 and 207 above), as he had requested. Instead, the Russian authorities merely sought information concerning the circumstances of Ms Rantseva's death. The applicant's subsequent application to the relevant authorities in Russia to initiate criminal proceedings was refused by the Chelyabinsk Prosecutor's Office as Ms Rantseva died outside Russia. His repeated requests that Russian authorities take statements from two Russian nationals resident in Russia were refused as the Russian authorities considered that they were unable to take the action requested without a legal assistance request from the Cypriot authorities. The applicant concluded that these failures meant that the Russian authorities had not conducted an effective investigation into the death of his daughter, as required by Article 2 of the Convention.

b. The Cypriot Government

227. In their written submissions, the Cypriot Government conceded that an obligation to conduct an effective investigation arose under Article 2 where State agents were involved in events leading to an individual's death, but contended that not every tragic death required that special steps by way of inquiry should be taken. In the present case, the Cypriot authorities did not have an obligation to conduct an investigation into the circumstances of Ms Rantseva's death but nonetheless did so. Although the exact circumstances leading to Ms Rantseva's death remained unclear, the Cypriot Government contested the allegation that there were failures in the investigation. The investigation was carried out by the police and was capable of leading to the

identification and punishment of those responsible. Reasonable steps were taken to secure relevant evidence and an inquest was held.

228. As far as the inquest was concerned, the Cypriot Government submitted that the applicant was advised by the Cypriot authorities of the date of the inquest hearing. Moreover, the inquest was adjourned twice because the applicant was not present. The Cypriot Government pointed to the delay of the Russian authorities in advising the Cypriot authorities of the applicant's request for adjournment: the request only arrived four months after the inquest had been concluded. Had the court been aware of the applicant's request, it might have adjourned the hearing again. All other requests by the applicant had been addressed and relevant Cypriot authorities had sought to assist the applicant where possible. In respect of the applicant's complaint regarding legal aid, the Cypriot Government pointed out that the applicant did not apply through the correct procedures. He should have applied under the Law on Legal Aid; the Legal Assistance Treaty, invoked by the applicant, did not provide for legal aid but for free legal assistance, which was quite different.

229. In their unilateral declaration (see paragraph 187 above), the Cypriot Government confirmed that three independent criminal investigators had recently been appointed to investigate the circumstances of Ms Rantseva's death and the extent of any criminal responsibility of any person or authority for her death.

c. The Russian Government

230. The Russian Government accepted that at the relevant time, Russian criminal law did not provide for the possibility of bringing criminal proceedings in Russia against non-Russian nationals in respect of a crime committed outside Russian territory against a Russian national, although the law had since been changed. In any event, the applicant did not request the Russian authorities to institute criminal proceedings themselves but merely requested assistance in establishing the circumstances leading to his daughter's death in Cyprus. Accordingly, no preliminary investigation into Ms Rantseva's death was conducted in Russia and no evidence was obtained. Although the applicant requested on a number of occasions that the Russian authorities take evidence from two young Russian women who had worked with Ms Rantseva, as he was advised, the Russian authorities were unable to take the action requested in the absence of a legal assistance request from the Cypriot authorities. The Russian authorities informed the Cypriot authorities that they were ready to execute any such request but no request was forthcoming.

231. The Russian Government contended that the Russian authorities took all possible measures to establish the circumstances of Ms Rantseva's death, to render assistance to the Cypriot authorities in their investigations and to protect and reinstate the applicant's rights. Accordingly, they argued, Russia had fulfilled any procedural obligations incumbent on it under Article 2 of the Convention.

2. The Court's assessment

a. General principles

232. As the Court has consistently held, the obligation to protect the right to life under Article 2 of the Convention, read in conjunction with the State's general duty under Article 1 of the Convention to "secure to everyone within [its] jurisdiction the rights and freedoms defined in [the] Convention", requires that there should be some form of effective official investigation when individuals have been killed as a result of the use of force (see *McCann and Others v. the United Kingdom*, 27 September 1995, § 161, Series A no. 324; *Kaya v. Turkey*, 19 February 1998, § 86, Reports 1998-I; *Medova v. Russia*, cited above, § 103. The obligation to conduct an effective official investigation also arises where death occurs in suspicious circumstances not imputable to State agents (see *Menson v. the United Kingdom* (dec.), no. 47916/99, ECHR 2003-V). The essential purpose of such investigation is to secure the effective implementation of the domestic laws which protect the right to life and, in those cases involving State agents or bodies, to ensure their accountability for deaths occurring under their responsibility. The authorities must act of their own motion once the matter has come to their attention. They cannot leave it to the initiative of the next-of-kin either to lodge a formal complaint or to take responsibility for the conduct of any investigative procedures (see, for example, *Ilhan v. Turkey* [GC], no. 22277/93, § 63, ECHR 2000-VII; *Paul and Audrey Edwards*, cited above, § 69).

233. For an investigation to be effective, the persons responsible for carrying it out must be independent from those implicated in the events. This requires not only hierarchical or institutional independence but also practical independence (see *Hugh Jordan v. the United Kingdom*, no. 24746/94, § 120, ECHR 2001-III (extracts); and *Kelly and Others v. the United Kingdom*, no. 30054/96, § 114, 4 May 2001). The investigation must be capable of leading to the identification and punishment of those responsible (see *Paul and Audrey Edwards*, cited above, § 71). A requirement of promptness and reasonable expedition is implicit in the context of an effective

investigation within the meaning of Article 2 of the Convention (see *Yaşa v. Turkey*, 2 September 1998, §§ 102-104, Reports 1998-VI; *Çakıcı v. Turkey* [GC], no. 23657/94, §§ 80-87 and 106, ECHR 1999-IV; and *Kelly and Others*, cited above, § 97). In all cases, the next of kin of the victim must be involved in the procedure to the extent necessary to safeguard his legitimate interests (see, for example, *Güleç v. Turkey*, 27 July 1998, § 82, Reports of Judgments and Decisions 1998-IV; and *Kelly and Others*, cited above, § 98).

b. Application of the general principles to the present case

i. Cyprus

234. The Court acknowledges at the outset that there is no evidence that Ms Rantseva died as a direct result of the use of force. However, as noted above (see paragraph 232 above), this does not preclude the existence of an obligation to investigate her death under Article 2 (see also *Calvelli and Ciglio v. Italy* [GC], no. 32967/96, §§ 48 to 50, ECHR 2002-I; and *Öneryıldız v. Turkey* [GC], no. 48939/99, §§ 70 to 74, ECHR 2004-XII). In light of the ambiguous and unexplained circumstances surrounding Ms Rantseva's death and the allegations of trafficking, ill-treatment and unlawful detention in the period leading up to her death, the Court considers that a procedural obligation did arise in respect of the Cypriot authorities to investigate the circumstances of Ms Rantseva's death. By necessity, the investigation was required to consider not only the immediate context of Ms Rantseva's fall from the balcony but also the broader context of Ms Rantseva's arrival and stay in Cyprus, in order to assess whether there was a link between the allegations of trafficking and Ms Rantseva's subsequent death.

235. As to the adequacy of the investigation, the Court notes that the police arrived quickly and sealed off the scene within minutes. Photographs were taken and a forensic examination was carried out (see paragraph 32 above). That same morning, the police took statements from those present in the apartment when Ms Rantseva died and from the neighbour who had witnessed the fall. The police officers on duty at Limassol Police Station also made statements (see paragraph 33 above). An autopsy was carried out and an inquest was held (see paragraphs 35 to 41 above). However, there are a number of elements of the investigation which were unsatisfactory.

236. First, there was conflicting testimony from those present in the apartment which the Cypriot investigating authorities appear to have taken no steps to resolve (see

paragraphs 22 to 24 and 26 to 28 above). Similarly, inconsistencies emerge from the evidence taken as to Ms Rantseva's physical condition, and in particular as to the extent of the effects of alcohol on her conduct (see paragraphs 18, 20 to 21 and 24 above). There are other apparent anomalies, such as the alleged inconsistencies between the forensic reports of the Cypriot and Russian authorities and the fact that Ms Rantseva made no noise as she fell from the balcony, for which no satisfactory explanation has been provided (see paragraphs 29, 50 to 52 and 67 above).

237. Second, the verdict at the inquest recorded that Ms Rantseva had died in "strange circumstances" in an attempt to escape from the apartment in which she was a "guest" (see paragraph 41 above). Despite the lack of clarity surrounding the circumstances of her death, no effort was made by the Cypriot police to question those who lived with Ms Rantseva or worked with her in the cabaret. Further, notwithstanding the striking conclusion of the inquest that Ms Rantseva was trying to escape from the apartment, no attempt was made to establish why she was trying to escape or to clarify whether she had been detained in the apartment against her will.

238. Third, aside from the initial statements of the two police officers and passport officer on duty made on 28 and 29 March 2001, there was apparently no investigation into what had occurred at the police station, and in particular why the police had handed Ms Rantseva into the custody of M.A.. It is clear from the witness statements that the AIS considered M.A. to be responsible for Ms Rantseva but the reasons for, and the appropriateness of, this conclusion have never been fully investigated. Further, the statements of the police officers do not refer to any statement being taken from Ms Rantseva and there is nothing in the investigation file to explain why this was not done; a statement was made by M.A. (see paragraph 19 above). The Court recalls that the Council of Europe Commissioner reported in 2008 that he was assured that allegations of trafficking-related corruption within the police force were isolated cases (see paragraph 102 above). However, in light of the facts of the present case, the Court considers that the authorities were under an obligation to investigate whether there was any indication of corruption within the police force in respect of the events leading to Ms Rantseva's death.

239. Fourth, despite his clear request to the Cypriot authorities, the applicant was not personally advised of the date of the inquest and as a consequence was not present when the verdict was handed down. The Cypriot Government do not dispute the applicant's claim that he was only advised of the inquest finding 15 months after the hearing had taken

place. Accordingly, the Cypriot authorities failed to ensure that the applicant was able to participate effectively in the proceedings, despite his strenuous efforts to remain involved.

240. Fifth, the applicant's continued requests for investigation, via the Russian authorities, appear to have gone unheeded by the Cypriot authorities. In particular, his requests for information as to further remedies open to him within the Cypriot legal order, as well as requests for free legal assistance from the Cypriot authorities, were ignored. The Cypriot Government's response in their written observations before the Court that the request for legal assistance had been made under the wrong instrument is unsatisfactory. Given the applicant's repeated requests and the gravity of the case in question, the Cypriot Government ought, at the very least, to have advised the applicant of the appropriate procedure for making a request for free legal assistance.

241. Finally, for an investigation into a death to be effective, member States must take such steps as are necessary and available in order to secure relevant evidence, whether or not it is located in the territory of the investigating State. The Court observes that both Cyprus and Russia are parties to the Mutual Assistance Convention and have, in addition, concluded the bilateral Legal Assistance Treaty (see paragraphs 175 to 185 above). These instruments set out a clear procedure by which the Cypriot authorities could have sought assistance from Russia in investigating the circumstances of Ms Rantseva's stay in Cyprus and her subsequent death. The Prosecutor General of the Russian Federation provided an unsolicited undertaking that Russia would assist in any request for legal assistance by Cyprus aimed at the collection of further evidence (see paragraph 70 above). However, there is no evidence that the Cypriot authorities sought any legal assistance from Russia in the context of their investigation. In the circumstances, the Court finds the Cypriot authorities' refusal to make a legal assistance request to obtain the testimony of the two Russian women who worked with Ms Rantseva at the cabaret particularly unfortunate given the value of such testimony in helping to clarify matters which were central to the investigation. Although Ms Rantseva died in 2001, the applicant is still waiting for a satisfactory explanation of the circumstances leading to her death.

242. The Court accordingly finds that there has been a procedural violation of Article 2 of the Convention as regards the failure of the Cypriot authorities to conduct an effective investigation into Ms Rantseva's death.

ii. Russia

243. The Court recalls that Ms Rantseva's death took place in Cyprus. Accordingly, unless it can be shown that there are special features in the present case which require

a departure from the general approach, the obligation to ensure an effective official investigation applies to Cyprus alone (see, *mutatis mutandis*, *Al-Adsani v. the United Kingdom* [GC], no. 35763/97, § 38, ECHR 2001-XI).

244. As to the existence of special features, the applicant relies on the fact that Ms Rantseva was a Russian national. However, the Court does not consider that Article 2 requires member States' criminal laws to provide for universal jurisdiction in cases involving the death of one of their nationals. There are no other special features which would support the imposition of a duty on Russia to conduct its own investigation. Accordingly, the Court concludes that there was no free-standing obligation incumbent on the Russian authorities under Article 2 of the Convention to investigate Ms Rantseva's death.

245. However, the corollary of the obligation on an investigating State to secure evidence located in other jurisdictions is a duty on the State where evidence is located to render any assistance within its competence and means sought under a legal assistance request. In the present case, as noted above, the Prosecutor General of the Russian Federation, referring to the evidence of the two Russian women, expressed willingness to comply with any mutual legal assistance request forwarded to the Russian authorities and to organise the taking of the witness testimony, but no such request was forthcoming (see paragraph 241 above). The applicant argued that the Russian authorities should have proceeded to interview the two women notwithstanding the absence of any request from the Cypriot authorities. However, the Court recalls that the responsibility for investigating Ms Rantseva's death lay with Cyprus. In the absence of a legal assistance request, the Russian authorities were not required under Article 2 to secure the evidence themselves.

246. As to the applicant's complaint that the Russian authorities failed to request the initiation of criminal proceedings, the Court observes that the Russian authorities made extensive use of the opportunities presented by mutual legal assistance agreements to press for action by the Cypriot authorities (see, for example, paragraphs 48, 52, 55, 57 and 61 to 62 above). In particular, by letter dated 11 December 2001, they requested that further investigation be conducted into Ms Rantseva's death, that relevant witnesses be interviewed and that the Cypriot authorities bring charges of murder, kidnapping or unlawful deprivation of freedom in respect of Ms Rantseva's death (see paragraph 52 above). By letter dated 27 December 2001, a specific request was made to institute criminal proceedings (see paragraph 53 above). The request was reiterated on several occasions.

247. In conclusion, the Court finds that there has been no procedural violation of Article 2 by the Russian Federation.

IV. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 3 OF THE CONVENTION

248. The applicant alleged a violation of Article 3 of the Convention by the Cypriot authorities in respect of their failure to take steps to protect Ms Rantseva from ill-treatment and to investigate whether Ms Rantseva was subject to inhuman or degrading treatment in the period leading up to her death. Article 3 provides that:

“No one shall be subjected to torture or to inhuman or degrading treatment or punishment.”

A. The parties' submissions

1. The applicant

249. The applicant argued that a positive obligation arose in the present case to protect Ms Rantseva from ill-treatment from private individuals. He contended that the two forensic reports conducted following Ms Rantseva's death revealed that the explanation of her death did not accord with the injuries recorded. He argued that the witness testimony gathered did not provide a satisfactory response to the question whether there were injuries present on Ms Rantseva's body prior to her death. Despite this, no investigation was conducted by the Cypriot authorities into whether Ms Rantseva had been subjected to inhuman or degrading treatment. Further, no steps were taken to avoid the risk of ill treatment to Ms Rantseva in circumstances where the authorities knew or ought to have known of a real and immediate risk. Accordingly, in the applicant's submission, there was a breach of Article 3 of the Convention.

2. The Cypriot Government

250. In their written submissions, the Cypriot Government denied that any violation of Article 3 had occurred. They pointed out that nothing in the investigation file suggested that Ms Rantseva had been subjected to inhuman or degrading treatment prior to her death. In any event, a thorough investigation, capable of leading to the identification and punishment of those responsible, was conducted into the circumstances of Ms Rantseva's death. The investigation therefore complied with Article 3.

251. In their subsequent unilateral declaration (see paragraph 187 above), the Cypriot Government acknowledged that there had been a breach of the procedural obligation

arising under Article 3 of the Convention in so far as the police investigation into whether Ms Rantseva was subjected to inhuman or degrading treatment prior to her death was ineffective. They also confirmed that three independent investigators had been appointed to investigate the circumstances of Ms Rantseva's employment and stay in Cyprus and whether she had been subjected to inhuman or degrading treatment.

B. The Court's assessment

252. The Court notes that there is no evidence that Ms Rantseva was subjected to ill-treatment prior to her death. However, it is clear that the use of violence and the ill-treatment of victims are common features of trafficking (see paragraphs 85, 87 to 88 and 101 above). The Court therefore considers that, in the absence of any specific allegations of ill-treatment, any inhuman or degrading treatment suffered by Ms Rantseva prior to her death was inherently linked to the alleged trafficking and exploitation. Accordingly, the Court concludes that it is not necessary to consider separately the applicant's Article 3 complaint and will deal with the general issues raised in the context of its examination of the applicant's complaint under Article 4 of the Convention.

V. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 4 OF THE CONVENTION

253. The applicant alleged a violation of Article 4 of the Convention by both the Russian and Cypriot authorities in light of their failure to protect his daughter from being trafficked and their failure to conduct an effective investigation into the circumstances of her arrival in Cyprus and the nature of her employment there. Article 4 provides, in so far as relevant, that:

- "1. No one shall be held in slavery or servitude.
2. No one shall be required to perform forced or compulsory labour.(...)"

A. Submissions of the parties

1. The applicant

254. Referring to *Siliadin v. France*, no. 73316/01, ECHR 2005-VII, and the Anti-Trafficking Convention (see paragraphs 162 to 174, above), the applicant contended that the Cypriot authorities were under an obligation to adopt laws to combat trafficking and to establish and strengthen policies and programmes to combat trafficking. He pointed to the reports of the Council of Europe's Commissioner on Human Rights (see paragraphs 91 to 104 above), which he said demonstrated that there had been a deterioration in the situation

of young foreign women moving to Cyprus to work as cabaret artistes. He concluded that the obligations incumbent on Cyprus to combat trafficking had not been met. In particular, the applicant pointed out that the Cypriot authorities were unable to explain why they had handed Ms Rantseva over to her former employer at the police station instead of releasing her (see paragraph 82 above). He contended that in so doing, the Cypriot authorities had failed to take measures to protect his daughter from trafficking. They had also failed to conduct any investigation into whether his daughter had been a victim of trafficking or had been subjected to sexual or other exploitation. Although Ms Rantseva had entered Cyprus voluntarily to work in the cabaret, the Court had established that prior consent, without more, does not negate a finding of compulsory labour (referring to *Van der Mussele v. Belgium*, 23 November 1983, § 36, Series A no. 70).

255. In respect of Russia, the applicant pointed out that at the relevant time, the Russian Criminal Code did not contain provisions which expressly addressed trafficking in human beings. He argued that the Russian authorities were aware of the particular problem of young women being trafficked to Cyprus to work in the sex industry. Accordingly, the Russian Federation was under an obligation to adopt measures to prevent the trafficking and exploitation of Russian women but had failed to do so. In the present case, it was under a specific obligation to investigate the circumstances of Ms Rantseva's arrival in Cyprus and the nature of her employment there, but no such investigation had been carried out.

2. The Cypriot Government

256. In their written observations, the Cypriot Government confirmed that no measures were taken in the period prior to or following Ms Rantseva's death to ascertain whether she had been a victim of trafficking in human beings or whether she had been subjected to sexual or other forms of exploitation. However they denied that there had been a violation of Article 4 of the Convention. They conceded that there were positive obligations on the State which required the penalisation and effective prosecution of any act aimed at maintaining a person in a situation of slavery, servitude or forced or compulsory labour. However, they argued by analogy with Articles 2 and 3 that positive obligations only arose where the authorities knew or ought to have known of a real and immediate risk that an identified individual was being held in such a situation. These positive obligations would only be violated where the authorities subsequently failed to take measures within the scope of their powers which, judged reasonably, might have been expected to avoid that risk.

257. In the present case, there was nothing in the investigation file, nor was there any other evidence, to indicate that Ms Rantseva was held in slavery or servitude or was required to perform forced or compulsory labour. The Cypriot Government further pointed to the fact that no complaint had been lodged with the domestic authorities by the applicant that his daughter had been a victim of trafficking or exploitation and that none of the correspondence from the Russian authorities made any reference to such a complaint. Ms Rantseva herself had made no allegations of that nature prior to her death and the note she left in her apartment saying she was tired and was going back to Russia (see paragraph 17 above) was inadequate to support any such allegations. The Government claimed that the first time that any complaint of this nature was made to the authorities was on 13 April 2006, by a Russian Orthodox priest in Limassol. They argued that the Russian authorities had failed to cooperate with the Cypriot authorities and take witness statements from two Russian women who had worked with Ms Rantseva at the cabaret.

258. In their subsequent unilateral declaration (see paragraph 187 above), the Cypriot Government accepted that they had violated their positive obligations under Article 4 in failing to take any measures to ascertain whether Ms Rantseva had been a victim of trafficking in human beings or had been subjected to sexual or any other kind of exploitation. They also confirmed that three independent investigators had been appointed to investigate the circumstances of Ms Rantseva's employment and stay in Cyprus and whether there was any evidence that she was a victim of trafficking or exploitation.

3. The Russian Government

259. As noted above, the Russian Government contested that Ms Rantseva's treatment in the present case fell within the scope of Article 4 (see paragraph 209 above).

260. On the merits, the Russian Government agreed that the positive obligations arising under Article 4 required member States to ensure that residents were not being kept in slavery or servitude or being forced to work. Where such a case did occur, member States were required to put in place an effective framework for the protection and reinstatement of victims' rights and for the prosecution of guilty persons. However, in so far as the applicant's complaint was directed against Russia, his argument was that the Russian authorities ought to have put in place a system of preventative measures to protect citizens going abroad. The Russian Government pointed out that any such measures would have had to strike a balance between Article 4 and the right to

free movement guaranteed by Article 2 of Protocol No. 4 of the Convention, which provides that “[e]veryone shall be free to leave any country, including his own”. They also argued that the scope of any such measures was significantly restricted by the need to respect the sovereignty of the State to which the citizen wished to travel.

261. According to the Russian Government, there was a wealth of measures set out in Russian criminal law to prevent violations of Article 4, to protect victims and to prosecute perpetrators. Although at the relevant time Russian criminal law did not contain provisions on human trafficking and slave labour, such conduct would nonetheless have fallen within the definitions of other crimes such as threats to kill or cause grave harm to health, abduction, unlawful deprivation of liberty and sexual crimes (see paragraphs 133 to 135). The Russian Government also pointed to various international treaties ratified by the Russian Federation, including the Slavery Convention 1926 (see paragraphs 137 to 141 above) and the Palermo Protocol 2000 (see paragraphs 149 to 155 above), and highlighted that Russia had signed up to a number of mutual legal assistance agreements (see paragraphs 175 to 185 above). In the present case, they had taken active measures to press for the identification and punishment of guilty persons within the framework of mutual legal assistance treaties. They further explained that on 27 July 2006, the application of the Criminal Code was extended to allow the prosecution of non-nationals who had committed crimes against Russian nationals outside Russian territory. However, the exercise of this power depended on the consent of the State in whose territory the offence was committed.

262. As regards the departure of Ms Rantseva for Cyprus, the Russian authorities pointed out that they only became aware of a citizen leaving Russia at the point at which an individual crossed the border. Where entry requirements of the State of destination were complied with, and in the absence of any circumstances preventing the exit, the Russian authorities were not permitted to prohibit a person from exercising his right of free movement. Accordingly, the Russian authorities could only make recommendations and warn its citizens against possible dangers. They did provide warnings, via the media, as well as more detailed information regarding the risk factors.

263. The Russian Government also requested the Court to consider that there had been no previous findings of a violation of Article 4 against Cyprus. They submitted that they were entitled to take this into consideration in the development of their relations with Cyprus.

4. Third party submissions

a. Interights

264. Interights highlighted the growing awareness of human trafficking and the adoption of a number of international and regional instruments seeking to combat it. However, they considered national policies and measures in the field to be at times inadequate and ineffective. They argued that the paramount requirement for any legal system effectively to address human trafficking was recognition of the need for a multidisciplinary approach; cooperation among States; and a legal framework with an integrated human rights approach.

265. Interights emphasised that a distinctive element of human trafficking was the irrelevance of the victim's consent to the intended exploitation where any of the means of coercion listed in the Palermo Protocol had been used (see paragraph 151 above). Accordingly, a person who was aware that she was to work in the sex industry was not excluded by virtue of that awareness from being a victim of trafficking. Of further importance was the distinction between smuggling, which concerned primarily the protection of the State against illegal migration, and trafficking, which was a crime against individuals and did not necessarily involve a cross-border element.

266. Asserting that human trafficking was a form of modern-day slavery, Interights highlighted the conclusions of the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia in the case of *Prosecutor v Kunarac et al* (see paragraphs 142 to 143 above) and argued that the necessary consequence of that judgment was that the definition of slavery did not require a right of ownership over a person to exist but merely that one or more of the powers attached to such a right be present. Thus the modern-day understanding of the term "slavery" could include situations where the victim was subject to violence and coercion thereby giving the perpetrator total control over the victim.

267. Interights addressed the positive obligations of member States under the Convention in the context of trafficking in human beings. In particular, there was, Interights contended, an obligation to enact appropriate legislation on trafficking in human beings, as set out in the Anti-Trafficking Convention (see paragraphs 160 to 174 above) and supported by the case-law of the Court. Such legislation was required to criminalise trafficking in human beings, establishing liability of legal as well as natural persons; to introduce review procedures in respect of the licensing and operation of businesses often used as a cover for human trafficking; and to establish appropriate penalties. Other positive obligations included obligations to discourage demand for human trafficking, to

ensure an adequate law enforcement response to identify and eradicate any involvement of law enforcement officials in human trafficking offences and build victims' confidence in the police and judicial systems and to ensure that the identification of victims of trafficking took place efficiently and effectively by introducing relevant training. Research on best practices, methods and strategies, raising awareness in the media and civil society, information campaigns involving public authorities and policy makers, educational programmes and targeting sex tourism were also areas of possible State action identified by Interights.

268. Finally, Interights argued that there was an implied positive obligation on States to carry out an effective and diligent investigation into allegations of trafficking. Such investigation should comply with the conditions of investigations required under Article 2 of the Convention.

b. The AIRE Centre

269. The AIRE Centre highlighted the increasing number of people, the majority of whom were women and children, who fell victim to trafficking for the purposes of sexual or other exploitation each year. They pointed to the severe physical and psychological consequences for victims, which frequently rendered them too traumatised to present themselves as victims of trafficking to the relevant authorities. They referred in particular to the conclusions of a report by the U.S. State Department in 2008, *Trafficking in Persons Report*, which found that Cyprus had failed to provide evidence that it had increased its efforts to combat severe forms of trafficking in persons from the previous year (see paragraph 106 above).

270. More generally, the AIRE Centre highlighted their concern that the rights of victims of human trafficking were often subordinated to other goals in the fight against trafficking. International and regional instruments on human trafficking often lacked practical and effective rights for the protection of victims. Apart from requirements regarding the investigation and prosecution of trafficking offences, the provisions of the Palermo Protocol on protection of victims were, the AIRE Centre argued, "generally either hortatory or aspirational", obliging States to "consider" or "endeavour to" introduce certain measures.

271. Finally, the AIRE Centre noted that the jurisprudence of supervisory bodies for international instruments against trafficking had yet to address fully the extent and content of positive obligations owed by States in the circumstances arising in the present application. As regards the jurisprudence of this Court, the AIRE Centre noted that although the Court had already been called upon to consider the extent of the application

of Article 4 in a trafficking case (*Siliadin*, cited above), that case had dealt exclusively with the failure of the State to put in place adequate criminal law provisions to prevent and punish the perpetrators. Referring to the case-law developed in the context of Articles 2, 3 and 8 of the Convention, the AIRE Centre argued that States had a positive obligation to provide protection where they knew or ought to have known that an individual was, or was at risk of being, a victim of human trafficking. The particular measures required would depend on the circumstances but States were not permitted to leave such an individual unprotected or to return her to a situation of trafficking and exploitation.

B. The Court's assessment

1. Application of Article 4 of the Convention

272. The first question which arises is whether the present case falls within the ambit of Article 4. The Court recalls that Article 4 makes no mention of trafficking, proscribing “slavery”, “servitude” and “forced and compulsory labour”.

273. The Court has never considered the provisions of the Convention as the sole framework of reference for the interpretation of the rights and freedoms enshrined therein (*Demir and Baykara v. Turkey* [GC], no. 34503/97, § 67, 12 November 2008). It has long stated that one of the main principles of the application of the Convention provisions is that it does not apply them in a vacuum (see *Loizidou v. Turkey*, 18 December 1996, Reports of Judgments and Decisions 1996-VI; and *Öcalan v. Turkey* [GC], no. 46221/99, § 163, ECHR 2005-IV). As an international treaty, the Convention must be interpreted in the light of the rules of interpretation set out in the Vienna Convention of 23 May 1969 on the Law of Treaties.

274. Under that Convention, the Court is required to ascertain the ordinary meaning to be given to the words in their context and in the light of the object and purpose of the provision from which they are drawn (see *Golder v. the United Kingdom*, 21 February 1975, § 29, Series A no. 18; *Loizidou*, cited above, § 43; and Article 31 § 1 of the Vienna Convention). The Court must have regard to the fact that the context of the provision is a treaty for the effective protection of individual human rights and that the Convention must be read as a whole, and interpreted in such a way as to promote internal consistency and harmony between its various provisions (*Stec and Others v. the United Kingdom (dec.)* [GC], nos. 65731/01 and 65900/01, § 48, ECHR 2005-X). Account must also be taken of any relevant rules and principles of international law applicable in relations between the Contracting Parties and the

Convention should so far as possible be interpreted in harmony with other rules of international law of which it forms part (see *Al-Adsani v. the United Kingdom* [GC], no. 35763/97, § 55, ECHR 2001-XI; *Demir and Baykara*, cited above, § 67; *Saadi v. the United Kingdom* [GC], no. 13229/03, § 62, ECHR 2008-...; and Article 31 para. 3 (c) of the Vienna Convention).

275. Finally, the Court emphasises that the object and purpose of the Convention, as an instrument for the protection of individual human beings, requires that its provisions be interpreted and applied so as to make its safeguards practical and effective (see, *inter alia*, *Soering v. the United Kingdom*, 7 July 1989, § 87, Series A no. 161; and *Artico v. Italy*, 13 May 1980, § 33, Series A no. 37).

276. In *Siliadin*, considering the scope of “slavery” under Article 4, the Court referred to the classic definition of slavery contained in the 1926 Slavery Convention, which required the exercise of a genuine right of ownership and reduction of the status of the individual concerned to an “object” (*Siliadin*, cited above, § 122). With regard to the concept of “servitude”, the Court has held that what is prohibited is a “particularly serious form of denial of freedom” (see *Van Droogenbroeck v. Belgium*, Commission’s report of 9 July 1980, §§ 78-80, Series B no. 44). The concept of “servitude” entails an obligation, under coercion, to provide one’s services, and is linked with the concept of “slavery” (see *Seguin v. France* (dec.), no. 42400/98, 7 March 2000; and *Siliadin*, cited above, § 124). For “forced or compulsory labour” to arise, the Court has held that there must be some physical or mental constraint, as well as some overriding of the person’s will (*Van der Mussele v. Belgium*, 23 November 1983, § 34, Series A no. 70; *Siliadin*, cited above, § 117).

277. The absence of an express reference to trafficking in the Convention is unsurprising. The Convention was inspired by the Universal Declaration of Human Rights, proclaimed by the General Assembly of the United Nations in 1948, which itself made no express mention of trafficking. In its Article 4, the Declaration prohibited “slavery and the slave trade in all their forms”. However, in assessing the scope of Article 4 of the Convention, sight should not be lost of the Convention’s special features or of the fact that it is a living instrument which must be interpreted in the light of present-day conditions. The increasingly high standards required in the area of the protection of human rights and fundamental liberties correspondingly and inevitably require greater firmness in assessing breaches of the fundamental values of democratic societies (see, among many other authorities, *Selmouni v. France* [GC],

no. 25803/94, § 101, ECHR 1999-V; *Christine Goodwin v. the United Kingdom* [GC], no. 28957/95, § 71, ECHR 2002-VI; and *Siliadin*, cited above, § 121).

278. The Court notes that trafficking in human beings as a global phenomenon has increased significantly in recent years (see paragraphs 89, 100, 103 and 269 above). In Europe, its growth has been facilitated in part by the collapse of former Communist blocs. The conclusion of the Palermo Protocol in 2000 and the Anti-Trafficking Convention in 2005 demonstrate the increasing recognition at international level of the prevalence of trafficking and the need for measures to combat it.

279. The Court is not regularly called upon to consider the application of Article 4 and, in particular, has had only one occasion to date to consider the extent to which treatment associated with trafficking fell within the scope of that Article (*Siliadin*, cited above). In that case, the Court concluded that the treatment suffered by the applicant amounted to servitude and forced and compulsory labour, although it fell short of slavery. In light of the proliferation of both trafficking itself and of measures taken to combat it, the Court considers it appropriate in the present case to examine the extent to which trafficking itself may be considered to run counter to the spirit and purpose of Article 4 of the Convention such as to fall within the scope of the guarantees offered by that Article without the need to assess which of the three types of proscribed conduct are engaged by the particular treatment in the case in question.

280. The Court observes that the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia concluded that the traditional concept of “slavery” has evolved to encompass various contemporary forms of slavery based on the exercise of any or all of the powers attaching to the right of ownership (see paragraph 142 above). In assessing whether a situation amounts to a contemporary form of slavery, the Tribunal held that relevant factors included whether there was control of a person’s movement or physical environment, whether there was an element of psychological control, whether measures were taken to prevent or deter escape and whether there was control of sexuality and forced labour (see paragraph 143 above).

281. The Court considers that trafficking in human beings, by its very nature and aim of exploitation, is based on the exercise of powers attaching to the right of ownership. It treats human beings as commodities to be bought and sold and put to forced labour, often for little or no payment, usually in the sex industry but also elsewhere (see paragraphs 101 and 161 above). It implies close surveillance of the activities of victims,

whose movements are often circumscribed (see paragraphs 85 and 101 above). It involves the use of violence and threats against victims, who live and work under poor conditions (see paragraphs 85, 87 to 88 and 101 above). It is described by Interights and in the explanatory report accompanying the Anti-Trafficking Convention as the modern form of the old worldwide slave trade (see paragraphs 161 and 266 above). The Cypriot Ombudsman referred to sexual exploitation and trafficking taking place “under a regime of modern slavery” (see paragraph 84 above).

282. There can be no doubt that trafficking threatens the human dignity and fundamental freedoms of its victims and cannot be considered compatible with a democratic society and the values expounded in the Convention. In view of its obligation to interpret the Convention in light of present-day conditions, the Court considers it unnecessary to identify whether the treatment about which the applicant complains constitutes “slavery”, “servitude” or “forced and compulsory labour”. Instead, the Court concludes that trafficking itself, within the meaning of Article 3(a) of the Palermo Protocol and Article 4(a) of the Anti-Trafficking Convention, falls within the scope of Article 4 of the Convention. The Russian Government’s objection of incompatibility *ratione materiae* is accordingly dismissed.

2. General principles of Article 4

283. The Court reiterates that, together with Articles 2 and 3, Article 4 enshrines one of the basic values of the democratic societies making up the Council of Europe (Siliadin, cited above, § 82). Unlike most of the substantive clauses of the Convention, Article 4 makes no provision for exceptions and no derogation from it is permissible under Article 15 § 2 even in the event of a public emergency threatening the life of the nation.

284. In assessing whether there has been a violation of Article 4, the relevant legal or regulatory framework in place must be taken into account (see, *mutatis mutandis*, *Nachova and Others v. Bulgaria* [GC], nos. 43577/98 and 43579/98, § 93, ECHR 2005-VII). The Court considers that the spectrum of safeguards set out in national legislation must be adequate to ensure the practical and effective protection of the rights of victims or potential victims of trafficking. Accordingly, in addition to criminal law measures to punish traffickers, Article 4 requires member States to put in place adequate measures regulating businesses often used as a cover for human trafficking. Furthermore, a State’s immigration rules must address relevant concerns relating to encouragement, facilitation or tolerance of trafficking (see, *mutatis mutandis*,

Guerra and Others v. Italy, 19 February 1998, §§ 58 to 60, Reports of Judgments and Decisions 1998-I; *Z and Others v. the United Kingdom* [GC], no. 29392/95, §§ 73 to 74, ECHR 2001-V; and *Nachova and Others*, cited above, §§ 96 to 97 and 99-102).

285. In its *Siliadin* judgment, the Court confirmed that Article 4 entailed a specific positive obligation on member States to penalise and prosecute effectively any act aimed at maintaining a person in a situation of slavery, servitude or forced or compulsory labour (cited above, §§ 89 and 112). In order to comply with this obligation, member States are required to put in place a legislative and administrative framework to prohibit and punish trafficking. The Court observes that the Palermo Protocol and the Anti-Trafficking Convention refer to the need for a comprehensive approach to combat trafficking which includes measures to prevent trafficking and to protect victims, in addition to measures to punish traffickers (see paragraphs 149 and 163 above). It is clear from the provisions of these two instruments that the Contracting States, including almost all of the member States of the Council of Europe, have formed the view that only a combination of measures addressing all three aspects can be effective in the fight against trafficking (see also the submissions of Interights and the AIRE Centre at paragraphs 267 and 271 above). Accordingly, the duty to penalise and prosecute trafficking is only one aspect of member States' general undertaking to combat trafficking. The extent of the positive obligations arising under Article 4 must be considered within this broader context.

286. As with Articles 2 and 3 of the Convention, Article 4 may, in certain circumstances, require a State to take operational measures to protect victims, or potential victims, of trafficking (see, *mutatis mutandis*, *Osman*, cited above, § 115; and *Mahmut Kaya v. Turkey*, no. 22535/93, § 115, ECHR 2000-III). In order for a positive obligation to take operational measures to arise in the circumstances of a particular case, it must be demonstrated that the State authorities were aware, or ought to have been aware, of circumstances giving rise to a credible suspicion that an identified individual had been, or was at real and immediate risk of being, trafficked or exploited within the meaning of Article 3(a) of the Palermo Protocol and Article 4(a) of the Anti-Trafficking Convention. In the case of an answer in the affirmative, there will be a violation of Article 4 of the Convention where the authorities fail to take appropriate measures within the scope of their powers to remove the individual from that situation or risk (see, *mutatis mutandis*, *Osman*, cited above, §§ 116 to 117; and *Mahmut Kaya*, cited above, §§ 115 to 116).

287. Bearing in mind the difficulties involved in policing modern societies and the operational choices which must be made in terms of priorities and resources, the obligation to take operational measures must, however, be interpreted in a way which does not impose an impossible or disproportionate burden on the authorities (see, *mutatis mutandis*, *Osman*, cited above, § 116). It is relevant to the consideration of the proportionality of any positive obligation arising in the present case that the Palermo Protocol, signed by both Cyprus and the Russian Federation in 2000, requires States to endeavour to provide for the physical safety of victims of trafficking while in their territories and to establish comprehensive policies and programmes to prevent and combat trafficking (see paragraphs 153 to 154 above). States are also required to provide relevant training for law enforcement and immigration officials (see paragraph 155 above).

288. Like Articles 2 and 3, Article 4 also entails a procedural obligation to investigate situations of potential trafficking. The requirement to investigate does not depend on a complaint from the victim or next-of-kin: once the matter has come to the attention of the authorities they must act of their own motion (see, *mutatis mutandis*, *Paul and Audrey Edwards v. the United Kingdom*, no. 46477/99, § 69, ECHR 2002-II). For an investigation to be effective, it must be independent from those implicated in the events. It must also be capable of leading to the identification and punishment of individuals responsible, an obligation not of result but of means. A requirement of promptness and reasonable expedition is implicit in all cases but where the possibility of removing the individual from the harmful situation is available, the investigation must be undertaken as a matter of urgency. The victim or the next-of-kin must be involved in the procedure to the extent necessary to safeguard their legitimate interests (see, *mutatis mutandis*, *Paul and Audrey Edwards*, cited above, §§ 70 to 73).

289. Finally, the Court reiterates that trafficking is a problem which is often not confined to the domestic arena. When a person is trafficked from one State to another, trafficking offences may occur in the State of origin, any State of transit and the State of destination. Relevant evidence and witnesses may be located in all States. Although the Palermo Protocol is silent on the question of jurisdiction, the Anti-Trafficking Convention explicitly requires each member State to establish jurisdiction over any trafficking offence committed in its territory (see paragraph 172 above). Such an approach is, in the Court's view, only logical in light of the general obligation, outlined above, incumbent on all States under Article 4 of the Convention to investigate alleged trafficking offences. In addition to the obligation to conduct a

domestic investigation into events occurring on their own territories, member States are also subject to a duty in cross-border trafficking cases to cooperate effectively with the relevant authorities of other States concerned in the investigation of events which occurred outside their territories. Such a duty is in keeping with the objectives of the member States, as expressed in the preamble to the Palermo Protocol, to adopt a comprehensive international approach to trafficking in the countries of origin, transit and destination (see paragraph 149 above). It is also consistent with international agreements on mutual legal assistance in which the respondent States participate in the present case (see paragraphs 175 to 185 above).

3. Application of the general principles to the present case

a. Cyprus

i. Positive obligation to put in place an appropriate legislative and administrative framework

290. The Court observes that in Cyprus legislation prohibiting trafficking and sexual exploitation was adopted in 2000 (see paragraphs 127 to 131 above). The law reflects the provisions of the Palermo Protocol and prohibits trafficking and sexual exploitation, with consent providing no defence to the offence. Severe penalties are set out in the legislation. The law also provides for a duty to protect victims, inter alia through the appointment of a guardian of victims. Although the Ombudsman criticised the failure of the authorities to adopt practical implementing measures, she considered the law itself to be satisfactory (see paragraph 90 above). The Council of Europe Commissioner also found the legal framework established by Law 3(1) 2000 to be “suitable” (see paragraph 92 above). Notwithstanding the applicant’s complaint as to the inadequacy of Cypriot trafficking legislation, the Court does not consider that the circumstances of the present case give rise to any concern in this regard.

291. However, as regards the general legal and administrative framework and the adequacy of Cypriot immigration policy, a number of weaknesses can be identified. The Council of Europe Commissioner for Human Rights noted in his 2003 report that the absence of an immigration policy and legislative shortcomings in this respect have encouraged the trafficking of women to Cyprus (see paragraph 91 above). He called for preventive control measures to be adopted to stem the flow of young women entering Cyprus to work as cabaret artistes (see paragraph 94 above). In subsequent reports, the Commissioner reiterated his concerns regarding

the legislative framework, and in particular criticised the system whereby cabaret managers were required to make the application for an entry permit for the artiste as rendering the artiste dependent on her employer or agent and increasing her risk of falling into the hands of traffickers (see paragraph 100 above). In his 2008 report, the Commissioner criticised the artiste visa regime as making it very difficult for law enforcement authorities to take the necessary steps to combat trafficking, noting that the artiste permit could be perceived as contradicting the measures taken against trafficking or at least as rendering them ineffective (see also the report of the U.S. State Department at paragraphs 105 and 107 above). The Commissioner expressed regret that, despite concerns raised in previous reports and the Government's commitment to abolish it, the artiste work permit was still in place (see paragraph 103 above). Similarly, the Ombudsman, in her 2003 report, blamed the artiste visa regime for the entry of thousands of young foreign women into Cyprus, where they were exploited by their employers under cruel living and working conditions (see paragraph 89 above).

292. Further, the Court emphasises that while an obligation on employers to notify the authorities when an artiste leaves her employment (see paragraph 117 above) is a legitimate measure to allow the authorities to monitor the compliance of immigrants with their immigration obligations, responsibility for ensuring compliance and for taking steps in cases of non-compliance must remain with the authorities themselves. Measures which encourage cabaret owners and managers to track down missing artistes or in some other way to take personal responsibility for the conduct of artistes are unacceptable in the broader context of trafficking concerns regarding artistes in Cyprus. Against this backdrop, the Court considers that the practice of requiring cabaret owners and managers to lodge a bank guarantee to cover potential future costs associated with artistes which they have employed (see paragraph 115 above) particularly troubling. The separate bond signed in Ms Rantseva's case is of equal concern (see paragraph 15 above), as is the unexplained conclusion of the AIS that M.A. was responsible for Ms Rantseva and was therefore required to come and collect her from the police station (see paragraph 20 above).

293. In the circumstances, the Court concludes that the regime of artiste visas in Cyprus did not afford to Ms Rantseva practical and effective protection against trafficking and exploitation. There has accordingly been a violation of Article 4 in this regard.

ii. Positive obligation to take protective measures

294. In assessing whether a positive obligation to take measures to protect Ms Rantseva arose in the present case, the Court considers the following to be significant. First, it is clear from the Ombudsman's 2003 report that there has been a serious problem in Cyprus since the 1970s involving young foreign women being forced to work in the sex industry (see paragraph 83 above). The report further noted the significant increase in artistes coming from former Soviet countries following the collapse of the USSR (see paragraph 84 above). In her conclusions, the Ombudsman highlighted that trafficking was able to flourish in Cyprus due to the tolerance of the immigration authorities (see paragraph 89 above). In his 2006 report, the Council of Europe's Commissioner for Human Rights also noted that the authorities were aware that many of the women who entered Cyprus on artiste's visas would work in prostitution (see paragraph 96 above). There can therefore be no doubt that the Cypriot authorities were aware that a substantial number of foreign women, particularly from the ex-USSR, were being trafficked to Cyprus on artistes visas and, upon arrival, were being sexually exploited by cabaret owners and managers.

295. Second, the Court emphasises that Ms Rantseva was taken by her employer to Limassol police station. Upon arrival at the police station, M.A. told the police that Ms Rantseva was a Russian national and was employed as a cabaret artiste. Further, he explained that she had only recently arrived in Cyprus, had left her employment without warning and had also moved out of the accommodation provided to her (see paragraph 19 above). He handed to them her passport and other documents (see paragraph 21 above).

296. The Court recalls the obligations undertaken by the Cypriot authorities in the context of the Palermo Protocol and, subsequently, the Anti-Trafficking Convention to ensure adequate training to those working in relevant fields to enable them to identify potential trafficking victims (see paragraphs 155 and 167 above). In particular, under Article 10 of the Palermo Protocol, States undertake to provide or strengthen training for law enforcement, immigration and other relevant officials in the prevention of trafficking in persons. In the Court's opinion, there were sufficient indicators available to the police authorities, against the general backdrop of trafficking issues in Cyprus, for them to have been aware of circumstances giving rise to a credible suspicion that Ms Rantseva was, or was at real and immediate risk of being, a victim of trafficking

or exploitation. Accordingly, a positive obligation arose to investigate without delay and to take any necessary operational measures to protect Ms Rantseva.

297. However, in the present case, it appears that the police did not even question Ms Rantseva when she arrived at the police station. No statement was taken from her. The police made no further inquiries into the background facts. They simply checked whether Ms Rantseva's name was on a list of persons wanted by the police and, on finding that it was not, called her employer and asked him to return and collect her. When he refused and insisted that she be detained, the police officer dealing with the case put M.A. in contact with his superior (see paragraph 20 above). The details of what was said during M.A.'s conversation with the officer's superior are unknown, but the result of the conversation was that M.A. agreed to come and collect Ms Rantseva and subsequently did so.

298. In the present case, the failures of the police authorities were multiple. First, they failed to make immediate further inquiries into whether Ms Rantseva had been trafficked. Second, they did not release her but decided to confide her to the custody of M.A.. Third, no attempt was made to comply with the provisions of Law 3(1) of 2000 and to take any of the measures in section 7 of that law (see paragraph 130 above) to protect her. The Court accordingly concludes that these deficiencies, in circumstances which gave rise to a credible suspicion that Ms Rantseva might have been trafficked or exploited, resulted in a failure by the Cypriot authorities to take measures to protect Ms Rantseva. There has accordingly been a violation of Article 4 in this respect also.

iii. Procedural obligation to investigate trafficking

299. A further question arises as to whether there has been a procedural breach as a result of the continuing failure of the Cypriot authorities to conduct any effective investigation into the applicant's allegations that his daughter was trafficked.

300. In light of the circumstances of Ms Rantseva's subsequent death, the Court considers that the requirement incumbent on the Cypriot authorities to conduct an effective investigation into the trafficking allegations is subsumed by the general obligation arising under Article 2 in the present case to conduct an effective investigation into Ms Rantseva's death (see paragraph 234 above). The question of the effectiveness of the investigation into her death has been considered above in the context of the Court's examination of the applicant's complaint under Article 2 and a violation has been found. There is therefore no need to examine separately the procedural complaint against Cyprus under Article 4.

*b. Russia***i. Positive obligation to put in place an appropriate legislative and administrative framework**

301. The Court recalls that the responsibility of Russia in the present case is limited to the acts which fell within its jurisdiction (see paragraphs 207 to 208 above). Although the criminal law did not specifically provide for the offence of trafficking at the material time, the Russian Government argued that the conduct about which the applicant complained fell within the definitions of other offences.

302. The Court observes that the applicant does not point to any particular failing in the Russian criminal law provisions. Further, as regards the wider administrative and legal framework, the Court emphasises the efforts of the Russian authorities to publicise the risks of trafficking through an information campaign conducted through the media (see paragraph 262 above).

303. On the basis of the evidence before it, the Court does not consider that the legal and administrative framework in place in Russia at the material time failed to ensure Ms Rantseva's practical and effective protection in the circumstances of the present case.

ii. Positive obligation to take protective measures

304. The Court recalls that any positive obligation incumbent on Russia to take operational measures can only arise in respect of acts which occurred on Russian territory (see, *mutatis mutandis*, *Al-Adsani*, cited above, §§ 38 to 39).

305. The Court notes that although the Russian authorities appear to have been aware of the general problem of young women being trafficked to work in the sex industry in foreign States, there is no evidence that they were aware of circumstances giving rise to a credible suspicion of a real and immediate risk to Ms Rantseva herself prior to her departure for Cyprus. It is insufficient, in order for an obligation to take urgent operational measures to arise, merely to show that there was a general risk in respect of young women travelling to Cyprus on artistes' visas. Insofar as this general risk was concerned, the Court recalls that the Russian authorities took steps to warn citizens of trafficking risks (see paragraph 262 above).

306. In conclusion, the Court does not consider that the circumstances of the case were such as to give rise to a positive obligation on the part of the Russian authorities

to take operational measures to protect Ms Rantseva. There has accordingly been no violation of Article 4 by the Russian authorities in this regard.

iii. Procedural obligation to investigate potential trafficking

307. The Court recalls that, in cases involving cross-border trafficking, trafficking offences may take place in the country of origin as well as in the country of destination (see paragraph 289 above). In the case of Cyprus, as the Ombudsman pointed out in her report (see paragraph 86 above), the recruitment of victims is usually undertaken by artistic agents in Cyprus working with agents in other countries. The failure to investigate the recruitment aspect of alleged trafficking would allow an important part of the trafficking chain to act with impunity. In this regard, the Court highlights that the definition of trafficking adopted in both the Palermo Protocol and the Anti-Trafficking Convention expressly includes the recruitment of victims (see paragraphs 150 and 164 above). The need for a full and effective investigation covering all aspects of trafficking allegations from recruitment to exploitation is indisputable. The Russian authorities therefore had an obligation to investigate the possibility that individual agents or networks operating in Russia were involved in trafficking Ms Rantseva to Cyprus.

308. However, the Court observes that the Russian authorities undertook no investigation into how and where Ms Rantseva was recruited. In particular, the authorities took no steps to identify those involved in Ms Rantseva's recruitment or the methods of recruitment used. The recruitment having occurred on Russian territory, the Russian authorities were best placed to conduct an effective investigation into Ms Rantseva's recruitment. The failure to do so in the present case was all the more serious in light of Ms Rantseva's subsequent death and the resulting mystery surrounding the circumstances of her departure from Russia.

309. There has accordingly been a violation by the Russian authorities of their procedural obligation under Article 4 to investigate alleged trafficking.

VI. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 5 OF THE CONVENTION

310. The applicant complained that there was a violation of Article 5 § 1 of the Convention by the Cypriot authorities in so far as his daughter was detained at the police station, released into the custody of M.A. and subsequently detained in the apartment of M.A.'s employee. Article 5 § 1 provides, *inter alia*, that:

“Everyone has the right to liberty and security of person. No one shall be deprived of his liberty save in the following cases and in accordance with a procedure prescribed by law:

- a) the lawful detention of a person after conviction by a competent court;
- b) the lawful arrest or detention of a person for non-compliance with the lawful order of a court or in order to secure the fulfilment of any obligation prescribed by law;
- c) the lawful arrest or detention of a person effected for the purpose of bringing him before the competent legal authority on reasonable suspicion of having committed an offence or when it is reasonably considered necessary to prevent his committing an offence or fleeing after having done so;
- d) the detention of a minor by lawful order for the purpose of educational supervision or his lawful detention for the purpose of bringing him before the competent legal authority;
- e) the lawful detention of persons for the prevention of the spreading of infectious diseases, of persons of unsound mind, alcoholics or drug addicts or vagrants;
- f) the lawful arrest or detention of a person to prevent his effecting an unauthorised entry into the country or of a person against whom action is being taken with a view to deportation or extradition.”

A. The parties' submissions

1. The applicant

311. The applicant submitted that his daughter's treatment at the police station and subsequent confinement to the apartment of M.A.'s employee violated Article 5 § 1 of the Convention. He emphasised the importance of Article 5 in protecting individuals from arbitrary detention and abuse of power. Ms Rantseva was legally on the territory of the Republic of Cyprus and was, the applicant contended, unreasonably and unlawfully detained by M.A., escorted to the police station, released into M.A.'s custody and detained in the apartment of M.A.'s employee. He further observed that no document had been produced by the Cypriot authorities setting out the grounds on which Ms Rantseva had been detained and subsequently handed over to M.A..

2. The Cypriot Government

312. In their written submissions, the Cypriot Government denied that there had been a violation of Article 5 in the present case. They argued that it was not clear from the established facts of the case whether the police had exercised any power over Ms Rantseva. Nor was it clear what would have happened had Ms Rantseva refused to leave with M.A..

313. In their unilateral declaration (see paragraph 187 above), the Government accepted that Ms Rantseva's treatment at the police station and the decision not to release her but to hand her over to M.A., even though there was no legal basis for her deprivation of liberty, was not consistent with the requirements of Article 5.

B. The Court's assessment

1. The existence of a deprivation of liberty in the present case.

314. The Court reiterates that in proclaiming the "right to liberty", Article 5 § 1 aims to ensure that no-one should be dispossessed of his physical liberty in an arbitrary fashion. The difference between restrictions on movement serious enough to fall within the ambit of a deprivation of liberty under Article 5 § 1 and mere restrictions of liberty which are subject only to Article 2 of Protocol No. 4 is one of degree or intensity, and not one of nature or substance (*Guzzardi v. Italy*, 6 November 1980, § 93, Series A no. 39). In order to determine whether someone has been "deprived of his liberty" within the meaning of Article 5, the starting point must be her concrete situation and account must be taken of a whole range of criteria such as the type, duration, effects and manner of implementation of the measure in question (see *Engel and Others v. the Netherlands*, 8 June 1976, §§ 58-59, Series A no. 22; *Guzzardi*, cited above, § 92; and *Riera Blume and Others v. Spain*, no. 37680/97, § 28, ECHR 1999-VII).

315. In the present case, the Court observes that the applicant was taken by M.A. to the police station where she was detained for about an hour. There is no evidence that Ms Rantseva was informed of the reason for her detention; indeed, as the Court has noted above (see paragraph 297) there is no record that she was interviewed by the police at all during her time at the police station. Despite the fact that the police concluded that Ms Rantseva's immigration status was not irregular and that there were no grounds for her continued detention, she was not immediately released. Instead, at the request of the person in charge of the Aliens and Immigration Service ("AIS"), the police telephoned M.A. and requested that he collect her and take her to the AIS office at 7 a.m. for further investigation. M.A. was advised that if he did not collect her, she would be allowed to leave. Ms Rantseva was detained at the police station until M.A.'s arrival, when she was released into his custody (see paragraph 20 above).

316. The facts surrounding Ms Rantseva's subsequent stay in M.P.'s apartment are unclear. In his witness statement to the police, M.A. denied that Ms Rantseva was held in the apartment against her will and insists that she was free to leave (see paragraph

21 above). The applicant alleges that Ms Rantseva was locked in the bedroom and was thus forced to attempt an escape via the balcony. The Court notes that Ms Rantseva died after falling from the balcony of the apartment in an apparent attempt to escape (see paragraph 41 above). It is reasonable to assume that had she been a guest in the apartment and was free to leave at any time, she would simply have left via the front door (see *Storck v. Germany*, no. 61603/00, §§ 76-78, ECHR 2005-V). Accordingly, the Court considers that Ms Rantseva did not remain in the apartment of her own free will.

317. In all, the alleged detention lasted about two hours. Although of short duration, the Court emphasises the serious nature and consequences of the detention and recalls that where the facts indicate a deprivation of liberty within the meaning of Article 5 § 1, the relatively short duration of the detention does not affect this conclusion (see *Järvinen v. Finland*, no. 30408/96, Commission decision of 15 January 1998; and *Novotka v. Slovakia* (dec.), no. 47244/99, 4 November 2003, where the transportation to the police station, search and temporary confinement in a cell lasting around one hour was considered to constitute a deprivation of liberty for the purposes of Article 5).

318. Accordingly, the Court finds that the detention of Ms Rantseva at the police station and her subsequent transfer and confinement to the apartment amounted to a deprivation of liberty within the meaning of Article 5 of the Convention.

2. Responsibility of Cyprus for the deprivation of liberty

319. In so far as Ms Rantseva was detained by private individuals, the Court must examine the part played by the police officers and determine whether the deprivation of liberty in the apartment engaged the responsibility of the Cypriot authorities, in particular in light of their positive obligation to protect individuals from arbitrary detention (see *Riera Blume*, cited above, §§ 32-35).

320. The Court has already expressed concern that the police chose to hand Ms Rantseva into M.A.'s custody rather than simply allowing her to leave (see paragraph 298 above). Ms Rantseva was not a minor. According to the evidence of the police officers on duty, she displayed no signs of drunkenness (see paragraph 20 above). It is insufficient for the Cypriot authorities to argue that there is no evidence that Ms Rantseva did not consent to leaving with M.A.: as the AIRE Centre pointed out (see paragraph 269 above), victims of trafficking often suffer severe physical and psychological consequences which render them too traumatised to present themselves as victims. Similarly, in her 2003 report the Ombudsman noted that fear of repercussions

and inadequate protection measures resulted in a limited number of complaints being made by victims to the Cypriot police (see paragraphs 87 to 88 above).

321. Taken in the context of the general living and working conditions of cabaret artistes in Cyprus, as well as in light of the particular circumstances of Ms Rantseva's case, the Court considers that it is not open to the police to claim that they were acting in good faith and that they bore no responsibility for Ms Rantseva's subsequent deprivation of liberty in M.P.'s apartment. It is clear that without the active cooperation of the Cypriot police in the present case, the deprivation of liberty could not have occurred. The Court therefore considers that the national authorities acquiesced in Ms Rantseva's loss of liberty.

3. Compatibility of the deprivation of liberty with Article 5 § 1

322. It remains to be determined whether the deprivation of liberty fell within one of the categories of permitted detention exhaustively listed in Article 5 § 1. The Court reiterates that Article 5 § 1 refers essentially to national law and lays down an obligation to comply with its substantive and procedural rules. It also requires, however, that any measure depriving the individual of his liberty must be compatible with the purpose of Article 5, namely to protect the individual from arbitrariness (see *Riera Blume*, cited above, § 31).

323. By laying down that any deprivation of liberty should be "in accordance with a procedure prescribed by law", Article 5 § 1 requires, first, that any arrest or detention should have a legal basis in domestic law. The Cypriot Government did not point to any legal basis for the deprivation of liberty but it can be inferred that Ms Rantseva's initial detention at the police station was effected in order to investigate whether she had failed to comply with immigration requirements. However, having ascertained that Ms Rantseva's name was not included on the relevant list, no explanation has been provided by the Cypriot authorities as to the reasons and legal basis for the decision not to allow Ms Rantseva to leave the police station but to release her into the custody of M.A.. As noted above, the police found that Ms Rantseva did not exhibit signs of drunkenness and did not pose any threat to herself or others (see paragraphs 20 and 320 above). There is no indication, and it has not been suggested, that Ms Rantseva requested that M.A. come to collect her. The decision of the police authorities to detain Ms Rantseva until M.A.'s arrival and, subsequently, to consign her to his custody had no basis in domestic law.

324. It has not been argued that Ms Rantseva's detention in the apartment was lawful. The Court finds that this deprivation of liberty was both arbitrary and unlawful.

325. The Court therefore concludes that there has been a violation of Article 5 § 1 on account of Ms Rantseva's unlawful and arbitrary detention.

VII. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 6 OF THE CONVENTION

326. The applicant contended that the Cypriot authorities violated his right of access to court under Article 6 of the Convention by failing to ensure his participation in the inquest proceedings, by failing to grant him free legal aid and by failing to provide him with information on available legal remedies in Cyprus. Article 6 provides, in so far as relevant, as follows:

“In the determination of his civil rights and obligations... everyone is entitled to a fair... hearing... by [a]... tribunal...”

A. The parties' submissions

1. The applicant

327. The applicant highlighted the importance of the right of access to court in a democratic society. Such a right entailed an opportunity for an individual to have a clear, practical opportunity to challenge an act which interfered with his rights. The applicant pointed out that there had been no trial in respect of his daughter's death. He further complained about the failure of the Cypriot authorities to ensure his effective participation in the inquest proceedings and to provide free legal assistance. Accordingly, he submitted, the Cypriot authorities had violated his right of access to court guaranteed under Article 6 of the Convention.

2. The Cypriot Government

328. In their written observations, the Cypriot Government submitted that Article 6 did not apply to inquest proceedings as they were not proceedings that determined civil rights and obligations. Accordingly, the applicant could not claim a right of access to the proceedings in respect of his daughter's death.

329. If, on the other hand, inquest proceedings did engage Article 6, the Cypriot Government contended that the applicant's right of access to court was ensured in the present case.

330. In their subsequent unilateral declaration (see paragraph 187 above), the Cypriot Government acknowledged a violation of the applicant's right to an effective access to court by the failure of the Cypriot authorities to establish any real and effective

communication between them and the applicant as regards the inquest and any other possible legal remedies available to the applicant.

B. Admissibility

331. The Court observes at the outset that Article 6 does not give rise to a right to have criminal proceedings instituted in a particular case or to have third parties prosecuted or sentenced for a criminal offence (see, for example, *Rampogna and Murgia v. Italy* (dec.), no. 40753/98, 11 May 1999; *Perez v. France* [GC], no. 47287/99, § 70, ECHR 2004-I; and *Dinchev v. Bulgaria*, no. 23057/03, § 39, 22 January 2009). To the extent that the applicant complains under Article 6 § 1 about the failure of the Cypriot authorities to bring criminal proceedings in respect of his daughter's death, his complaint is therefore inadmissible *ratione materiae* and must be rejected under Article 35 §§ 3 and 4 of the Convention.

332. As regards the complaint regarding participation in the inquest proceedings, the Court observes that procedural guarantees in inquest proceedings are inherent in Article 2 of the Convention and the applicant's complaints have already been examined in that context (see paragraph 239 above). As to the applicability of Article 6 to inquest proceedings, the Court considers there is no criminal charge or civil right at stake for the applicant in the context of such proceedings. Accordingly, this part of the complaint is also inadmissible *ratione materiae* and must be rejected under Article 35 §§ 3 and 4 of the Convention.

333. Finally, as regards the applicant's complaints that he was not informed of other remedies available to him and was not provided with free legal assistance, when the cost of legal representation in Cyprus was prohibitive, the Court considers that these complaints are inherently linked to the applicant's complaint under Article 2 of the Convention and recalls that they have been addressed in that context (see paragraph 240 above). It is therefore not necessary to consider the extent to which any separate issue may arise under Article 6 in such circumstances.

334. Accordingly, the complaints under Article 6 § 1 must be declared inadmissible and rejected in accordance with Article 35 §§ 3 and 4 of the Convention.

VIII. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 8 OF THE CONVENTION

335. The applicant also invoked Article 8 of the Convention, which provides as follows:

"1. Everyone has the right to respect for his private and family life, his home and his correspondence.

2. There shall be no interference by a public authority with the exercise of this right except such as is in accordance with the law and is necessary in a democratic society in the interests of national security, public safety or the economic well-being of the country, for the prevention of disorder or crime, for the protection of health or morals, or for the protection of the rights and freedoms of others.”

336. The applicant has provided no further details of the nature of his complaint under this Article. In the light of all the material in its possession, and in so far as the matters complained of were within its competence, the Court finds no appearance of a violation of the rights and freedoms set out in the Convention or its Protocols arising from this complaint. The complaint must therefore be declared inadmissible pursuant to Article 35 §§ 3 and 4 of the Convention.

IX. APPLICATION OF ARTICLE 41 OF THE CONVENTION

337. Article 41 of the Convention provides:

“If the Court finds that there has been a violation of the Convention or the Protocols thereto, and if the internal law of the High Contracting Party concerned allows only partial reparation to be made, the Court shall, if necessary, afford just satisfaction to the injured party.”

A. Damage

1. The parties’ submissions

338. The applicant sought EUR 100,000 in respect of non-pecuniary damage resulting from the death of his daughter. He pointed to the serious nature of the alleged violations in the present case and the fact that his daughter was the sole provider for the family. He also highlighted the emotional anguish occasioned by his daughter's death and his subsequent efforts to bring those responsible to justice.

339. The Cypriot Government argued that the sum claimed was excessive, having regard to the Court's case-law. They further pointed out that the applicant had provided no evidence that he was financially dependent upon his daughter. In their unilateral declaration (see paragraph 187 above), they offered to pay the applicant EUR 37,300 in respect of pecuniary and non-pecuniary damage and costs and expenses, or such other sum as suggested by the Court.

340. The Russian Government submitted that any non-pecuniary damages should be paid by the State which failed to ensure the safety of the applicant's daughter and failed to perform an effective investigation into her death. They noted that they were not the respondent State as far as the applicant's substantive Article 2 complaint was concerned.

2. The Court's assessment

341. The Court notes that a claim for loss of economic support is more appropriately considered as a claim for pecuniary loss. In this respect, the Court reiterates that there must be a clear causal connection between the damage claimed by the applicant and the violation of the Convention and that this may, in the appropriate case, include compensation in respect of loss of earnings (see, *inter alia*, *Aktaş v. Turkey*, no. 24351/94, § 352, ECHR 2003-V (extracts)). In the present case the Court has not found Cyprus responsible for Mr Rantseva's death, holding that there was a procedural, and not a substantive, violation of Article 2 in the present case. Accordingly, the Court does not consider it appropriate to make any award to the applicant in respect of pecuniary damage arising from Ms Rantseva's death.

342. As regards non-pecuniary damage, the Court has found that the Cypriot authorities failed to take steps to protect Ms Rantseva from trafficking and to investigate whether she had been trafficked. It has further found that the Cypriot authorities failed to conduct an effective investigation into Ms Rantseva's death. Accordingly, the Court is satisfied that the applicant must be regarded as having suffered anguish and distress as a result of the unexplained circumstances of Ms Rantseva's death and the failure of the Cypriot authorities to take steps to protect her from trafficking and exploitation and to investigate effectively the circumstances of her arrival and stay in Cyprus. Ruling on an equitable basis, the Court awards the sum of EUR 40,000 in respect of the damage sustained by the applicant as a result of the conduct of the Cypriot authorities, plus any tax that may be chargeable on that amount.

343. The Court recalls that it has found a procedural violation of Article 4 in respect of Russia. Ruling on an equitable basis, it awards the applicant EUR 2,000 in non-pecuniary damage in respect of the damage sustained by him by the conduct of the Russian authorities, plus any tax that may be chargeable on that amount.

B. Costs and expenses

1. The parties' submissions

344. The applicant requested reimbursement of costs and expenses incurred in the sum of around 485,480 Russian roubles (RUB) (approximately EUR 11,240), including travel, photocopying, translation and services of a notary. The sum also included the sum of RUB 233,600 in respect of the sale of his home in Russia, which he claimed was necessary in order to obtain necessary funds; funeral costs in the sum of about RUB 46,310; and RUB 26,661 spent on attending a conference on trafficking in Cyprus in 2008. Relevant receipts were provided.

345. The Cypriot Government argued that the applicant could only claim for costs which were necessarily incurred to prevent or redress a breach of the Convention, reasonable as to quantum and causally linked to the violation in question. As such, they contested the applicant's claim of RUB 233,600 in respect of the sale of his flat, the sums expended on attending the 2008 conference and any costs and expenses not substantiated by receipts or not reasonable as to quantum.

346. The Russian Government contended that the applicant had failed to substantiate his allegation that he was required to sell his flat and travel to Cyprus. In particular, they submitted that the applicant could have applied to relevant law enforcement authorities in Russia to request necessary documents and evidence from the Cypriot authorities and could have instructed a lawyer in Cyprus. The Russian Government also contested the applicant's claim for the costs of the 2008 conference on the ground that it was not directly linked to the investigation of Ms Rantseva's death.

2. The Court's assessment

347. The Court recalls that the applicant is entitled to the reimbursement of costs and expenses in so far as it has been shown that these have been actually and necessarily incurred and are reasonable as to quantum. In the present case, the applicant is not entitled to claim the proceeds of the sale of his house or for the expenses of travelling to the conference in Cyprus in 2008, such conference not being directly linked to the investigation of Ms Rantseva's death. Further, the Court recalls that it found only a procedural breach of Article 2. Accordingly, the applicant is not entitled to reimbursement of funeral expenses.

348. Having regard to the above, the Court considers it reasonable to award the sum of EUR 4,000 in respect of costs and expenses plus any tax that may be chargeable to the applicant on that amount, less EUR 850 received by way of legal aid from the Council of Europe. In the circumstances of this case the Court considers it appropriate that the costs and expenses are awarded against Cyprus.

C. Default interest

349. The Court considers it appropriate that the default interest should be based on the marginal lending rate of the European Central Bank, to which should be added three percentage points.

FOR THESE REASONS, THE COURT UNANIMOUSLY

1. Rejects the Cypriot Government's request to strike the application out of the list;
2. Decides to join to the merits the Russian Government's objection *ratione materiae* as to Article 4 of the Convention, and rejects it;
3. Declares the complaints under Articles 2, 3, 4 and 5 admissible and the remainder of the application inadmissible.
4. Holds that there has been no violation of the Cypriot authorities' positive obligation to protect Ms Rantseva's right to life under Article 2 of the Convention;
5. Holds that there has been a procedural violation of Article 2 of the Convention by Cyprus because of the failure to conduct an effective investigation into Ms Rantseva's death;
6. Holds that there has been no violation of Article 2 of the Convention by Russia;
- Article 3 of the Convention;
8. Holds that there has been a violation of Article 4 of the Convention by Cyprus by not affording to Ms Rantseva practical and effective protection against trafficking and exploitation in general and by not taking the necessary specific measures to protect her;
9. Holds that there is no need to examine separately the alleged breach of Article 4 concerning the continuing failure of the Cypriot authorities to conduct an effective investigation;

10. Holds that there has been no breach by Russia of its positive obligations under Article 4 of the Convention to take operational measures to protect Ms Ranseva against trafficking;

11. Holds that there has been a violation of Article 4 of the Convention by Russia of its procedural obligations to investigate the alleged trafficking;

12. Holds that there has been a violation of Article 5 of the Convention by Cyprus;

13. Holds

a) that the Cypriot Government is to pay the applicant, within three months from the date on which the judgment becomes final in accordance with Article 44 § 2 of the Convention, EUR 40,000 (forty thousand euros) in respect of non-pecuniary damage and EUR 3,150 (three thousand one hundred and fifty euros) in respect of costs and expenses, plus any tax that may be chargeable to the applicant on these amounts;

b) that the Russian Government is to pay the applicant, within three months from the date on which the judgment becomes final in accordance with Article 44 § 2 of the Convention, EUR 2,000 (two thousand euros) in respect of non-pecuniary damage, to be converted into Russian roubles at the rate applicable at the date of settlement, plus any tax that may be chargeable to the applicant on this amount;

c) that from the expiry of the above-mentioned three months until settlement simple interest shall be payable on the above amounts at a rate equal to the marginal lending rate of the European Central Bank during the default period plus three percentage points;

14. Dismisses the remainder of the applicant's claim for just satisfaction.

Done in English, and notified in writing on 7 January 2010, pursuant to Rule 77 §§ 2 and 3 of the Rules of Court.

Søren Nielsen Christos Rozakis

Registrar President

Caso Breukhoven contra República Checa***E.C.H.R. – Fifth Section (em www.echr.coe.int/echr/en/hudoc/).******CASE OF BREUKHOVEN v. THE CZECH REPUBLIC.******Application no. 44438/06).******JUDGMENT******STRASBOURG******21. July 2011.******FINAL******21. 10/2011.***

This judgment has become final under Article 44 § 2 of the Convention. It may be subject to editorial revision.

In the case of Breukhoven v. the Czech Republic,

The European Court of Human Rights (Fifth Section), sitting as a Chamber composed of:

Dean Spielmann, President,

Elisabet Fura,

Karel Jungwiert,

Boštjan M. Zupančič,

Mark Villiger,

Ganna Yudkivska,

Angelika Nußberger, judges,

and Claudia Westerdiek, Section Registrar,

Having deliberated in private on 28 June 2011,

Delivers the following judgment, which was adopted on that date:

PROCEDURE

1. The case originated in an application (no. 44438/06) against the Czech Republic lodged with the Court under Article 34 of the Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms ("the Convention") by a Dutch national, Mr Johan Breukhoven ("the applicant"), on 24 October 2006.
2. The applicant was represented by Mr L. Petříček, a lawyer practising in Prague. The Czech Government ("the Government") were represented by their Agent, Mr V. A. Schorm, of the Ministry of Justice.
3. The applicant alleged, in particular, a violation of his right to cross-examine witnesses under Article 6 § 1 and 3 (d) of the Convention.
4. On 15 March 2010 the President of the Fifth Section decided to give notice of the application to the Government. It was also decided to rule on the admissibility and merits of the application at the same time (Article 29 § 1). On 17 March 2010 he decided to give notice of the application to the Government of the Netherlands in order to enable them to exercise their right to intervene in the proceedings (Article 36 § 1 and Rule 44). On 30 June 2010 the Government of the Netherlands informed the Court that it did not wish to exercise their right to intervene.

THE FACTS

I. THE CIRCUMSTANCES OF THE CASE

5. The applicant was born in 1952 and currently lives in Valcea, Romania.
6. The applicant was the owner of a night club in Dolní Dvořiště, Czech Republic. On an unspecified date the police started investigating the club, on the suspicion that women working there were being forced to prostitute themselves. On an unspecified date the applicant left the Czech Republic. His whereabouts were unknown to the Czech authorities.
7. During the initial stage of the investigation five women, all Romanian nationals who worked in the club, were questioned. The interviews were conducted in the presence of a judge under Article 158a of the Code of Criminal Procedure as an urgent measure (neodkladný úkon) because the women said that they wished to return to Romania and never come back to the Czech Republic. Under the same procedure, two customers of the club were also questioned. Neither the applicant nor his lawyer

were present at these interviews and the applicant did not even know about them as they were carried out before he was charged.

8. Witnesses F.D., N.D and V.D. testified that the applicant had met them in Romania and had lured them to the Czech Republic with the promise of work as bartenders or cleaning ladies. However, after their arrival, he had forced them to prostitute themselves under the threat of killing their families. The applicant had also taken their passports so that they would not be able to leave. They had had to give the applicant one half of the money they earned from their customers.

9. Witnesses D.C.C. and A.T.V. testified that they had worked as prostitutes in the club voluntarily and that they had been required to give the applicant one half of what they earned from their customers.

10. On 25 February 2005 a judge of the Český Krumlov District Court (okresní soud) ordered a search of the club, which the police carried out on the same day.

11. On 3 May 2005 the applicant was charged with trafficking in human beings and procuring prostitution.

12. The applicant was represented by a lawyer of his own choosing until 31 August 2005, when the latter stopped representing him because he had not paid his fees. On 7 September 2005 the České Budějovice District Court appointed a lawyer to represent the applicant in the proceedings. He defended the applicant until 19 April 2007, when the judgment in his case became final. Subsequently the applicant was represented by another lawyer in the proceedings before the Supreme Court (Nejvyšší soud) and the Constitutional Court (Ústavní soud).

13. On 27 September 2005 a sixth witness, a certain I.M., was interviewed by the police. She testified that in Romania she had been promised by the applicant's wife that she would work in a kitchen in the Czech Republic. When she arrived at the applicant's club, however, she was told that she would work as a prostitute, which she agreed to do as she was afraid of the applicant. She further testified that there were other prostitutes at the club, namely F.D., N.D. and a certain M. at that time. She did not elaborate any further, however, as to how these girls had arrived at the club or whether they were there voluntarily or not. Neither did she know whether other girls had been threatened by the applicant. She further described the situation in the club: the customers paid the applicant directly who then gave money to the

girls working there; the girls could leave the premises but had to stay in town; and their passports had been taken away from them. The applicant's lawyer was present at the interview but did not ask any questions.

14. After the applicant was arrested in Bulgaria and extradited to the Czech Republic, the District Court ordered his pre-trial detention on 31 January 2006. On 17 October 2006 the České Budějovice Regional Court (krajský soud) extended the applicant's pre-trial detention because of a danger of his absconding. The applicant was heard in person on this occasion but in his lawyer's absence, the latter being on holiday.

15. During his pre-trial detention, the applicant was allegedly held in deplorable conditions: the cell that he shared with another prisoner measured only five square metres; there was a bright light on in the cell for twenty-four hours a day; he was not allowed to speak with other prisoners; he could not work; he had only one hour per day of outdoor exercise and during the rest of the day he could not take part in any other activities and could only sit in his cell.

16. The applicant was tried at the Regional Court and seven witnesses were heard during the trial.

L.K. testified that he had leased a flat and an office in Dolní Dvořiště to the applicant.

J.B. stated that he had been a taxi driver and in 2003, on the applicant's request, he had picked up a girl at Prague Airport and had brought her to the club.

L.B. testified that the applicant had been the owner of the night club where he had had girls of Romanian or Hungarian origin. According to him, the applicant had also had some girls in another night club in Dolní Dvořiště.

S.M. said that he was the husband of I.M., who had worked as a prostitute in the club. His wife had had some problems with the applicant and had wished to leave the club. However, she did not have her passport like the other girls in the club. She had nevertheless left the club and only when she had threatened the applicant that she would inform the police had he returned her passport to her. He also said that his wife had only come to the club because the applicant's wife had allegedly promised her that she would work in the club as a cleaning lady.

K.W. gave evidence that the applicant had rented the building in which the club had been. He believed that prostitutes had been working in the club.

A.Š. said that she had been the caretaker of the building in which the club had been. Several girls had been living in the building. She had never been in the club in the evening but she thought that the girls had worked as prostitutes.

Lastly, W.E. stated that the applicant had owned the club where he had had some girls. He said that it had been a night club and in these places prostitution usually took place.

17. The court also heard the applicant, who testified as follows:

“He admitted that he ran the club HOT CAT in Dolní Dvořiště... All the girls living in the club... stayed there entirely voluntarily... They could move freely and leave the club whenever they wanted... They worked as companions, dancers and strippers. For that they received a commission. Besides that, they could go with the guests to a room where they could sit, even naked, for example. That had to be paid for by the customer. The price was set by the girls. The company then charged fifty euros for one hour and thirty euros for half an hour.

The building was locked for security reasons. All the girls had a key and they could leave at any time... He did absolutely not lure anybody to the club under a false pretext or force anybody to have sex. Nor did he take their passports. The girls even had to sign an oath in which they were expressly forbidden to prostitute themselves. To the extent that the passports were stored behind the bar, that was similar to any other hotel in the Czech Republic.”

18. The Regional Court further read out several documents, including a police report on the search of the club of 25 February 2005. During the search signed declarations of all the women working in the club had been found, in which they had pledged not to prostitute themselves.

19. Another report by the policemen who had conducted an inspection of the club on 22 February 2005 was also read out at court. It stated that when the police had approached the club in the evening it had been locked, but a certain R.G. had opened the door. When they had sought to check the identity of all those who had been present, the applicant had unlocked a drawer behind the bar where he had kept the passports of all the prostitutes.

20. The court further read out the testimony of the six women working at the club as prostitutes and their two customers that had been taken at the pre-trial stage. It refused the applicant's request to summon the women to court on the grounds that it was unnecessary, holding that their testimonies had been taken in full compliance with the law as an urgent measure and thus, in accordance with the Code of Criminal Procedure, they could be read out at the trial without reservation. The applicant was allowed to comment on these testimonies.

21. The court found that the applicant had run a club where prostitution had taken place. Based on the statements of witnesses F.D., N.D. and V.D., it found that they had been lured to the Czech Republic under the pretext of working as bartenders but when they had arrived, the applicant had taken their passports and forced them to prostitute themselves under threats of violence against their families, and that he had benefited from the prostitution. Based on the witness statements of I.M., D.C.C. and A.T.V., the applicant's own testimony and his bank account statement, the court held that he had benefited from the prostitution of these three girls.

22. In the light of these conclusions, the court found the applicant guilty of the crime of trafficking in human beings as regards F.D. and N.D. under Article 246 (2)(d) of the Criminal Code and of trafficking in human beings as regards V.D. under Article 232a(3)(d) of the Criminal Code and of the crime of procuring prostitution as regards I.M., D.C.C. and A.T.V. and benefiting from it under Article 204(1) of the Criminal Code. The court sentenced him to five and a half years' imprisonment. The sentence was calculated solely on the basis of the crime of trafficking in human beings, which attracted the higher sentence between these two crimes.

23. The applicant appealed, arguing, *inter alia*, that he had been found guilty exclusively on the basis of the testimony of witnesses who had not appeared at the trial and whom he had never had an opportunity to question.

24. On 19 April 2007 the Prague High Court (Vrchní soud) dismissed the applicant's appeal. It held, *inter alia*, that the testimonies of the witnesses who had not appeared in person had been read out at the trial in compliance with the law and that the Regional Court had not based its decision solely on these testimonies, holding that:

"... during the pre-trial investigation, and in particular in the proceedings before the court, a number of other pieces of evidence were adduced, in particular witness testimonies,

to which the Regional Court referred and which confirmed that the situation in the club was the same as that described by witnesses questioned under Article 158a of the Code of Criminal Procedure. Therefore it is not true that the Regional Court found the defendant guilty solely on the basis of evidence adduced in the way suggested above.”¹

25. On 10 July 2007 the applicant lodged an appeal on points of law (*dovolání*). He argued that the case should have been decided by a Romanian court, that he should have had a lawyer with knowledge of Romanian law, that he had not been allowed to be represented by a lawyer of his own choosing and that he had not been given the opportunity to examine witnesses against him.

26. On 29 November 2007 the Supreme Court dismissed the applicant's appeal on points of law, stating that the applicant's conduct had occurred mostly within the territory of the Czech Republic and that therefore the Czech courts had jurisdiction over it. He had been legally represented throughout the whole proceedings by his appointed lawyer and at no point had he tried to choose another lawyer. There was no need for a lawyer with knowledge of Romanian law. Regarding the last complaint, the court held that the testimonies of the witnesses who had not appeared in person had been read out at the trial in accordance with the law and that they had not been the only evidence on which the applicant's guilt had been determined.

27. Since 2007 the applicant has sent several letters and complaints to the Ministry of Justice asking the Minister to lodge a complaint on his behalf, alleging a breach of the law (*stížnost pro porušení zákona*). On 20 February 2009 the Ministry of Justice informed him that there was no reason to lodge such a complaint.

28. On 29 April 2008 the applicant lodged a constitutional appeal (*ústavní stížnost*). He argued, with references to the Convention and the Court's case-law, that he had not been able to cross-examine the witnesses against him and that the only purported proof of the crimes of which he was found guilty was the testimony given by those same witnesses. He also argued that there had been no reason not to summon the witnesses as their addresses had been known. Furthermore, he argued that the Czech courts had had no jurisdiction to hear the case because it should have been decided by the Romanian courts. He further complained that he should have been assigned a lawyer who had some knowledge of Romanian law and that as a result his right to an effective defence had been violated. Lastly, he complained that the search of his club had been conducted without a warrant, which had violated his right to privacy.

29. On 26 June 2008 the Constitutional Court rejected the applicant's constitutional appeal as manifestly ill-founded. It held that his conviction had not been based solely on the testimony of the witnesses whom he had not been able to examine, referring mainly to the testimony of S.M; that it was not possible to determine the whereabouts of the witnesses; and that the positive obligations of the State to protect the rights of victims of trafficking in human beings had to be taken into account. The court considered the rest of the applicant's complaints to be manifestly ill-founded and agreed with the findings of the ordinary courts.

II. RELEVANT DOMESTIC LAW

A. Code of Criminal Procedure (Act no. 141/1961)

30. Under Article 158a, if it is necessary to question a witness as an urgent or unrepeatable measure during an investigation at a time before anybody has been charged, such an interview can be conducted on the request of a prosecutor and in the presence of a judge.

31. Article 211 § 2 provides that the statement of a witness given during pre-trial proceedings may be read out at the trial if the witness

- a) Has died or gone missing, is staying abroad and is thus unreachable, or has become ill and is not, therefore, in a position to be heard, or
- b) Has been questioned as an urgent or unrepeatable measure under Article 158a.

B. Criminal Code in force at the material time (Act no. 140/1961)

32. Under Article 204 § 1, a person who procured or seduced another for the purpose of involving that person in prostitution, or who exploited the prostitution of another person, had to be sentenced to a term of imprisonment of up to three years.

33. Article 246, in force until 22 October 2004, contained a crime of human trafficking for the purpose of sexual intercourse:

- “1. Whoever lures, hires or transports a person from or to a foreign country with the intent of using him or her for sexual intercourse shall be sentenced to a term of imprisonment of between one and five years.
- 2. An offender shall be sentenced to a term of imprisonment of between three and eight years if

...

- d) He or she commits such an act with the intent of having another person used for prostitution.”

34. With effect from 23 October 2004, Article 246 was repealed and a new Article 232a on Trade in Human Beings introduced:

“...

- 2. [A term of imprisonment of between two and ten years] shall be imposed on a person who induces, procures, hires, lures, transports, hides, retains or exposes another person by the use of violence, the threat of violence or by deception or by taking advantage of another's mistaken belief, distress or dependence, with the purpose of using such a person:

- a) For sexual intercourse or other forms of sexual harassment or abuse;
- b) For slavery or servitude, or;
- c) For forced labour or other forms of exploitation.

- 3. An offender shall be sentenced to a term of imprisonment of between five and twelve years if

...

- d) He or she commits [an act under paragraph 2] with the intent of having another person used for prostitution.”

THE LAW

I. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 6 § 3 (d) OF THE CONVENTION

35. The applicant complained that he had not been able to cross-examine several witnesses against him as guaranteed under Article 6 § 3 (d) of the Convention. The relevant parts of Article 6 §§ 1 and 3 (d) provide as follows:

- “1. In the determination of... any criminal charge against him, everyone is entitled to a fair... hearing... by [a]... tribunal...

...

- 3. Everyone charged with a criminal offence has the following minimum rights:

...

- d) To examine or have examined witnesses against him and to obtain the attendance and examination of witnesses on his behalf under the same conditions as witnesses against him;...”

36. The Government contested that argument.

A. Admissibility

37. The Court notes that this complaint is not manifestly ill-founded within the meaning of Article 35 § 3 (a) of the Convention. It further notes that it is not inadmissible on any other grounds. It must therefore be declared admissible.

B. Merits

1. Arguments of the parties

38. The applicant considered that his right to a fair trial had been breached because he had been convicted solely on the testimony of the witnesses whom he had had no opportunity to question at any stage of the proceedings.

39. The Government admitted that the applicant could not have questioned witnesses F.D., N.D., V.D., D.C.C. and A.T.V. at any stage of the proceedings but maintained that his guilt had been proved by other evidence. It could not therefore be said that his conviction had been based solely or to a decisive extent on these witnesses' statements. In that connection, they referred to the judgment of the High Court that had cited a number of other pieces of evidence that had been adduced and relied on, in particular the witness testimonies which had corroborated the account given by the witnesses questioned under Article 158a of the Code of Criminal Procedure as regards the situation in the club. The Government also referred to the decision of the Constitutional Court that had made reference to several other witnesses who had testified that the applicant had run a brothel.

40. The Government further stated that the content of the testimonies of F.D., N.D., V.D., D.C.C. and A.T.V. had been confirmed by the statement of I.M. and later by S.M. Moreover, a number of other witnesses had given their statements at the trial and the Regional Court had read out the documents adduced before it.

41. Lastly, the Government maintained that in assessing whether the applicant's right to a fair trial had been observed it was also necessary to take into account the public interest in penalising the very serious offence with which he had been charged and the significant interference with the victims' human rights and fundamental freedoms resulting from his criminal activity.

2. The Court's assessment

42. The Court reiterates that as the guarantees of Article 6 § 3 (d) are specific aspects of the right to a fair trial set forth in the first paragraph of that Article, the complaint must be examined under the two provisions taken together (see, among many other authorities, *Bonev v. Bulgaria*, no. 60018/00, § 40, 8 June 2006).

43. Under the Court's established case-law all the evidence must normally be produced at a public hearing, in the presence of the accused, with a view to adversarial argument. There are exceptions to this principle, but they must not infringe the rights of the defence; as a general rule, paragraphs 1 and 3 (d) of Article 6 require that the defendant be given an adequate and proper opportunity to challenge and question a witness against him, either when he makes his statements or at a later stage. In particular, the rights of the defence are restricted to an extent that is incompatible with the requirements of Article 6 if the conviction is based solely, or in a decisive manner, on the depositions of a witness whom the accused has had no opportunity to examine or to have examined either during the investigation or at trial (see *A.M. v. Italy*, no. 37019/97, § 25, ECHR 1999-IX).

44. Article 6 § 1 taken together with 6 § 3 also requires the Contracting States to take positive steps to enable the accused to examine or have examined witnesses against him (see *Sadak and Others v. Turkey*, nos. 29900/96, 29901/96, 29902/96 and 29903/96, § 67, ECHR 2001-VIII). In the event that the impossibility to examine the witnesses or have them examined is due to the fact that they are missing, the authorities must make a reasonable effort to secure their presence (see *Bonev v. Bulgaria*, no. 60018/00, § 43, 8 June 2006).

45. The Court has also acknowledged that criminal proceedings concerning sexual offences are often perceived as an ordeal by the victim, in particular when the latter is unwillingly confronted with the defendant. In the assessment of whether or not in such proceedings an accused received a fair trial, account must be taken of the right to respect for the private life of the alleged victim. Therefore, the Court accepts that in criminal proceedings concerning sexual abuse, certain measures may be taken for the purpose of protecting the victim, provided that such measures can be reconciled with an adequate and effective exercise of the rights of the defence. In securing the rights of the defence, the judicial authorities may be required to take measures which counterbalance the handicaps under which the defence labours (see *D. v. Finland*, no. 30542/04, § 43, 7 July 2009).

46. Turning to the present case, the Court first notes that the applicant was convicted of trafficking in human beings as regards F.D., N.D. and V.D. This criminal offence was constituted by the following elements: in the case of F.D. and N.D., their being lured from abroad for prostitution and, in the case of V.D., forcing her into prostitution by the use of violence, the threat of violence or by deception or by taking advantage of her mistaken belief, distress or dependence. The Regional Court found that these three victims had been lured from Romania under the false pretext of work as bartenders in the Czech Republic and that the applicant had subsequently forced them to prostitute themselves by threatening violence against their families.

47. The Court further notes that the applicant was only sentenced for the crime of trafficking in human beings because the crime of procuring prostitution attracted a lower sentence that was subsumed by the higher sentence for trafficking. The Court therefore limits its analysis to the applicant's conviction for trafficking. It must first determine whether the domestic courts relied on any other evidence, apart from the witness statements of the women who had been interviewed under Article 158a of the Code of Criminal Procedure before the applicant was charged and whom he was not able to have cross-examined at any stage of the proceedings, in order to establish the applicant's guilt regarding this crime.

48. The Court observes that the Regional Court heard a number of witnesses who described the situation in the club and testified that sexual services had been offered there by women from Romania. With the exception of S.M., none of them, however, expressed any opinion as to whether the women had been forced into prostitution by threats or lured from Romania under a false pretext, which were the constituent elements of the criminal offence of trafficking found by the Regional Court in the instant case.

49. The Court also notes that the Regional Court considered the applicant's request that certain witnesses be summoned from Romania to be unnecessary and thus made no efforts in this regard. It confined itself to pointing out that under the applicable domestic law their testimonies could be read out at the trial. It did not, however, consider whether the applicant's right to a fair trial would be violated as a consequence of the domestic law's application.

50. It further notes that the High Court took the view that a number of other pieces of evidence had been adduced, in particular the witness testimonies to which the Regional Court had referred and which had confirmed the situation in the club as

described by the witnesses who had not appeared at the trial. The Court observes, however, that the High Court referred to the situation in the club, which might be important for the crime of procuring prostitution but is insufficient to prove all the elements of the criminal offence of trafficking in human beings found by the Regional Court, in particular the threats allegedly made by the applicant.

51. As for S.M., who appeared at the trial, the Court observes that his testimony contained only information as to the possible trafficking of his wife, I.M. However, the applicant was not found guilty of trafficking I.M., and S.M. did not provide any specific information regarding the trafficking of F.D., N.D. or V.D. as found by the Regional Court. The Court is therefore of the opinion that it cannot be said that S.M.'s testimony constituted the basis for the applicant's conviction for the trafficking of F.D., N.D. and V.D.

52. The same conclusion applies to the testimony of I.M., who was questioned at the pre-trial stage but in the presence of the applicant's lawyer. From the transcript of her interview, it is clear that she provided no information about the trafficking of F.D., N.D. or V.D. and explicitly said that she did not know whether other women in the club had been threatened by the applicant.

53. Similarly, the Court considers that the documents read out at the trial contained only information relevant to the situation in the club and whether prostitution was carried out there but not about the particular elements of trafficking found by the Regional Court.

54. The Court thus concludes that the domestic courts based the applicant's conviction for trafficking only on the testimony of the witnesses who did not appear at the trial and whom neither the applicant nor his lawyer had the opportunity of questioning at any other stage of the proceedings.

55. Admittedly, both the Government and the Constitutional Court stressed the serious nature of the applicant's crimes which seriously interfered with the victims' human rights. They referred, in this connection, to the positive obligation of States to combat trafficking in human beings, recently confirmed by the Court in its judgment in the case of *Rantsev v. Cyprus and Russia* (no. 25965/04, § 285, ECHR 2010-...). The Court notes, however, that the *Rantsev* judgment did not indicate that the positive obligation of States to prosecute traffickers go as far as infringing the defence rights of persons charged with trafficking.

56. The Court is mindful of the vulnerability of the victims of trafficking and does not wish to underestimate their plight. It is understandable that the victims in the present case wanted to return home to Romania as soon as possible. On the other hand, the domestic courts made no effort at all to secure their presence at the trial or to interview them in their home country (see, a contrario, *Scheper v. the Netherlands* (dec.), no. 39209/02, 5 April 2005, and *Berisha v. the Netherlands* (dec.), no. 42965/98, 4 May 2000, where victims of trafficking were questioned in their home country in the presence of the applicant's lawyer). The Court therefore does not consider that the domestic authorities fulfilled their obligation to take positive steps to enable the accused to examine or have examined the witnesses against him. Moreover, no measures were taken by the domestic authorities to counterbalance the handicaps under which the defence laboured (see, a contrario, *S.N. v. Sweden*, no. 34209/96, § 50, ECHR 2002-V, where the applicant's lawyer was able to put questions, at least indirectly, to a child victim of sexual abuse).

57. The Court concludes that the applicant's conviction for trafficking in human beings was based solely on the testimony of the witnesses who did not appear at trial and whom he had no opportunity to question at any time during the proceedings and that this procedural failure cannot be justified by the particular context of the present case, which is a serious crime of sexual exploitation. This is all the more true since the domestic courts made no effort to secure the attendance of the witnesses concerned at the trial or to counterbalance the handicaps under which the defence laboured.

58. The foregoing considerations are sufficient to enable the Court to conclude that there has been a violation of Article 6 §§ 1 and 3 (d) of the Convention.

II. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 6 § 3 (c) OF THE CONVENTION

59. The applicant complained that he had to pay the fees of the State-appointed lawyer, that he had not been informed about his right to have a lawyer of his own choosing and that his appointed lawyer had no knowledge of either Romanian law or international law. He relied on Article 6 § 3 (c) of the Convention, which provides, in its relevant part, as follows:

“1. In the determination of... any criminal charge against him, everyone is entitled to a fair... hearing... by [a]... tribunal...

...

3. Everyone charged with a criminal offence has the following minimum rights:

...

- c) To defend himself in person or through legal assistance of his own choosing or, if he has not sufficient means to pay for legal assistance, to be given it free when the interests of justice so require;..."

60. The Court reiterates that Article 6 § 3 (c) guarantees that proceedings against an accused will not take place without adequate representation for the defence, but does not give the accused the right to decide himself in what manner his defence should be assured. The decision as to which of the two alternatives mentioned in the provision should be chosen, namely the applicant's right to defend himself in person or to be represented by a lawyer of his own choosing, or in certain circumstances one appointed by the court, depends upon the applicable legislation or rules of court. Notwithstanding, the importance of a relationship of confidence between lawyer and client, the right to choose one's own counsel cannot be considered to be absolute. It is necessarily subject to certain limitations where free legal aid is concerned and also where it is for the courts to decide whether the interests of justice require that the accused be defended by counsel appointed by them. When appointing defence counsel the national courts must certainly have regard to the defendant's wishes. However, they can override those wishes when there are relevant and sufficient grounds for holding that this is necessary in the interests of justice (see *Mayzit v. Russia*, no. 63378/00, § 65-66, 20 January 2005).

61. The Court observes that the applicant was legally represented throughout all the domestic proceedings from the moment when he was charged. It notes that he did not at any point complain of the performance of his lawyer. The Court does not see why the applicant would need a lawyer with knowledge of Romanian law when he was tried exclusively under Czech criminal law. As regards international law, the Court observes that the applicant's lawyers submitted qualified arguments concerning the alleged violations of his rights to a fair trial under the Convention including references to the Court's case-law.

62. Furthermore, it does not seem that the applicant was at any time denied his right to choose his own lawyer and the applicant does not even make that allegation. It rather seems, as stated by the Supreme Court, that he did not choose his own lawyer and that the State, in securing his adequate defence, provided him with a lawyer. In addition, the applicant did not substantiate his claim that he lacked sufficient means to pay for his lawyer.

63. Accordingly, in the light of all the material in its possession, and in so far as the matters complained of are within its competence, the Court finds that they do not disclose any appearance of a violation of the rights and freedoms set out in the Convention or its Protocols. It follows that this part of the application is manifestly ill-founded and must be rejected in accordance with Article 35 §§ 3 (a) and 4 of the Convention.

III. ALLEGED VIOLATION OF ARTICLE 8 OF THE CONVENTION

64. The applicant complained that the night club was searched without a search warrant. He relied on Article 8 of the Convention, which reads:

- “1. Everyone has the right to respect for his private and family life, his home and his correspondence.
2. There shall be no interference by a public authority with the exercise of this right except such as is in accordance with the law and is necessary in a democratic society in the interests of national security, public safety or the economic well-being of the country, for the prevention of disorder or crime, for the protection of health or morals, or for the protection of the rights and freedoms of others.”

65. The Court observes that the search was conducted on the basis of the search warrant issued by the judge at the District Court. Moreover, it has no reason to doubt the legality of the search on any other ground.

66. It follows that this part of the application is manifestly ill-founded and must be rejected in accordance with Article 35 §§ 3 (a) and 4 of the Convention.

IV. OTHER ALLEGED VIOLATIONS OF THE CONVENTION

67. The applicant, relying on Article 5 § 1 (a) of the Convention, complained that his detention had been unlawful because the criminal proceedings against him had been unlawful. Relying on Articles 3 and 6 § 2 of the Convention, he further complained about the conditions of his detention. Lastly, relying on Article 6 § 3 (d) of the Convention, he complained that he had not been legally represented at the hearing on his pre-trial detention on 17 October 2006.

68. The Court observes that the applicant failed to raise these issues before the Constitutional Court, which thus did not review these complaints. Consequently, the Court considers that these complaints must be rejected under Article 35 §§ 1 and 4 of the Convention for non-exhaustion of domestic remedies.

V. APPLICATION OF ARTICLE 41 OF THE CONVENTION

69. Article 41 of the Convention provides:

“If the Court finds that there has been a violation of the Convention or the Protocols thereto, and if the internal law of the High Contracting Party concerned allows only partial reparation to be made, the Court shall, if necessary, afford just satisfaction to the injured party.”

A. Damage

70. The applicant claimed 52,000 euros (EUR) in respect of pecuniary damage. He based his claim on the loss of profits during his allegedly illegal detention and the damage to his car that was seized for a certain period by the police. He further claimed EUR 520,000 in respect of non-pecuniary damage.

71. The Government argued that there was no causal link between a possible violation of the applicant's rights under Article 6 § 1 and 3 (d) of the Convention and the alleged pecuniary damage. As regards non-pecuniary damage, they maintained that the finding of a violation would constitute in itself sufficient just satisfaction.

72. The Court does not discern any causal link between the violation found and the pecuniary damage alleged; it therefore rejects this claim (see *Krasniki v. the Czech Republic*, no. 51277/99, § 91-92, 28 February 2006).

73. Regarding non-pecuniary damage, the Court notes that in several cases where it has found similar violations as in the present case it has held that a finding of a violation constituted sufficient just satisfaction because the applicants had the possibility of requesting the reopening of the proceedings at the domestic level (see, for example, *Krasniki*, cited above, § 93; *Melich and Beck v. the Czech Republic*, no. 35450/04, § 59, 24 July 2008; *Rachdad v. France*, no. 71846/01, § 29, 13 November 2003; and *Kaste and Mathisen v. Norway*, nos. 18885/04; and 21166/04, § 61, ECHR 2006-XIII).

74. The Court notes that under the Constitutional Court Act, anyone who has been involved in domestic criminal proceedings and is successful in proceedings before an international judicial authority which finds that his or her human rights or fundamental freedoms guaranteed by an international treaty have been violated by a public authority, may file a request for the reopening of the proceedings previously brought in the Constitutional Court.

75. Accordingly, the Court considers that the finding of a violation constitutes in itself sufficient just satisfaction for the non-pecuniary damage sustained by the applicant.

B. Costs and expenses

76. The applicant also claimed EUR 4,200 for the costs and expenses incurred before the Court.

77. The Government maintained that no award should be made under this head because the applicant had not submitted any documents in support of his claims.

78. According to the Court's case-law, an applicant is entitled to the reimbursement of costs and expenses only in so far as it has been shown that these have been actually and necessarily incurred and are reasonable as to quantum. Given the absence of any supporting documents, the Court does not award the applicant any amount under this head (see *Melich and Beck*, cited above).

FOR THESE REASONS, THE COURT UNANIMOUSLY

1. Declares the complaint concerning Article 6 §§ 1 and 3 (d) that he had not been able to cross-examine several witnesses admissible and the remainder of the application inadmissible;
2. Holds that there has been a violation of Article 6 §§ 1 and 3 (d) of the Convention;
3. Holds that the finding of a violation constitutes in itself sufficient just satisfaction for the non-pecuniary damage sustained by the applicant;
4. Dismisses the remainder of the applicant's claim for just satisfaction.

Done in English, and notified in writing on 21 July 2011, pursuant to Rule 77 §§ 2 and 3 of the Rules of Court.

Claudia Westerdiek Dean Spielmann

Registrar President

1. Emphasis in the original.

